



**Relatório Anual de Avaliação
do PPA 2012-2015**
Ano Base 2013

volume II
PROGRAMAS TEMÁTICOS
Tomo IV - Programas de
Soberania, Território e Gestão



RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015
ANO BASE 2013

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**Presidenta da República**

Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministros:**Ministro de Estado da Advocacia-Geral da União**

Luís Inácio Lucena Adams

Ministro de Estado-Chefe da Casa Civil

Aloizio Mercadante Oliva

Ministro de Estado-Chefe da Controladoria Geral da União

Jorge Hage Sobrinho

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Neri Geller

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

Clelio Campolina Diniz

Ministra de Estado da Cultura

Marta Suplicy

Ministro de Estado da Defesa

Celso Amorim

Ministro de Estado da Educação

José Henrique Paim Fernandes

Ministro de Estado da Fazenda

Guido Mantega

Ministro de Estado da Integração Nacional - Interino

Francisco José Coelho Teixeira

Ministro de Estado da Justiça

José Eduardo Cardozo

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura

Eduardo Benedito Lopes

Ministro de Estado da Previdência Social

Garibaldi Alves Filho

Ministro de Estado da Saúde

Arthur Chioro

Ministro de Estado das Cidades

Gilberto Magalhães Occhi

Ministro de Estado das Comunicações

Paulo Bernardo Silva

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Luiz Alberto Figueiredo Machado

Ministro de Estado de Minas e Energia

Edison Lobão

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Miguel Soldatelli Rossetto

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Campello

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Mauro Borges Lemos

Ministro de Estado do Esporte
José Aldo Rebelo Figueiredo

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Mônica Vieira Teixeira

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Manoel Dias

Ministro de Estado do Turismo
Vinicius Nobre Lages

Ministro de Estado dos Transportes
César Augusto Rabello Borges

**Ministro de Estado-Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa
da Presidência da República**
Guilherme Afif Domingos

**Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República - Interino**
Marcelo Côrtes Neri

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Wellington Moreira Franco

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Ideli Salvatti

**Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da
Presidência da República**
Luiza Helena de Bairros

**Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres
da Presidência da República**
Eleonora Menicucci de Oliveira

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República
Antonio Henrique Pinheiro Silveira

Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Thomas Timothy Traumann

Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
Ricardo Berzoini

Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República
Gilberto Carvalho

Ministro de Estado-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
José Elito Carvalho Siqueira

Presidente do Banco Central do Brasil
Alexandre Antonio Tombini



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS



RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015
ANO BASE 2013

Volume II – Programas Temáticos (CD-ROM)

Tomo IV - Programas de Soberania, Território e Gestão

CC-BY-NC Creative Commons 2014 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte.

Os endereços nos quais se encontram o original são: <http://www.planejamento.gov.br>, <http://bibspi.planejamento.gov.br> e <http://ppamaisbrasil.planejamento.gov.br>.

Impresso no Brasil.

Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Esther Bernerguy de Albuquerque

Diretores da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Ana Lúcia de Lima Starling

André Arantes Luciano

Bráulio Santiago Cerqueira

Jorge Abrahão de Castro

Leandro Freitas Couto

Colaborador

Ricardo Bielschowsky

Projeto gráfico

Jucildo Augusto da Silva Lima

B823

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015: ano base 2013. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. – Brasília: SPI/MP, 2014.

2 v. (144 p.) : il. + CD-ROM

Conteúdo: v.1 – dimensão estratégica. v.2 – programas temáticos

1. Plano plurianual – avaliação. 2. Políticas públicas. 3. Governo Federal.

CDU 338.26"2012-2015"(81)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO GERAL.....	11
INTRODUÇÃO	13
PROGRAMAS DE SOBERANIA, TERRITÓRIO E GESTÃO.....	15
2057 - Política Externa.....	17
2043 - Integração Sul-Americana.....	43
2058 - Política Nacional de Defesa.....	59
2056 - Política Espacial	127
2059 - Política Nuclear.....	144
2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida.....	156
2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	178
2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	215
2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.....	246
 PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	 259
 ANEXO - EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INICIATIVAS	 273

APRESENTAÇÃO GERAL



Governo Federal tem a satisfação de apresentar ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, ano-base 2013, contendo uma descrição dos principais resultados obtidos no exercício em questão, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos Programas Temáticos do plano vigente.

Além de cumprir a determinação legal contida no Artigo 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período 2012-2015, o presente Relatório também auxilia a gestão e o aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA, de forma a possibilitar maior eficácia na alocação de recursos e a ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade. Constitui também importante insumo para a reflexão sobre os principais desafios a serem enfrentados pelo País na busca pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico sustentável.

Neste segundo ano de vigência do PPA destacam-se o equilíbrio entre uma política macroeconômica sólida e as políticas de inclusão social, notadamente no que se refere à garantia de renda; a ampliação dos investimentos em infraestrutura, tanto em volume de obras quanto em recursos; ampliação da participação social na formulação e implementação das políticas; e a postura ativa do governo na regulação da oferta de bens e serviços, bem como no aperfeiçoamento dos seus instrumentos de planejamento e gestão.

Foram fortalecidas as políticas de natureza universal relacionadas à educação, ao trabalho, à saúde, à assistência e à seguridade social, além de estendidos os programas de transferências de renda, de garantia de segurança alimentar e de fomento à agricultura familiar e de preservação do meio ambiente. Cabe também frisar os avanços obtidos na atuação do Estado como investidor e indutor do investimento privado nas áreas de infraestrutura.

Nesse contexto de continuidade de transformações significativas para o País, foi elaborado o presente Relatório que, com o objetivo de facilitar a leitura, está organizado em dois volumes, sendo o primeiro (Volume I) relativo à Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA e o segundo (Volume II) relacionado ao Monitoramento dos Programas Temáticos constantes do Plano. No conjunto, os dois volumes fornecem um panorama geral do desempenho da atuação governamental em suas diversas áreas de atuação.

A Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA compreende uma análise geral do andamento do conjunto de políticas prioritárias, explicitando seus resultados e perspectivas no que se refere às potencialidades de geração de oportunidades e ao enfrentamento das desigualdades que ainda persistem na sociedade brasileira. Este texto conta com uma seção dedicada à estratégia nacional de desenvolvimento e outras seis referentes aos eixos de políticas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia para o desenvolvimento, que contempla o comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano; sistema de proteção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão.

O Volume II, que compreende o Monitoramento dos Programas Temáticos do PPA, é organizado fundamentalmente a partir de informações fornecidas pelos Órgãos do Executivo Federal relativas ao ano base 2013. Ele abrange os 65 Programas Temáticos do PPA e concentra-se nos campos do monitoramento destinados às análises situacionais dos Objetivos e das Metas de cada Programa. Este volume apresenta, para cada Programa Temático, a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às Iniciativas. Ele está organizado em quatro tomos: I - Programas Sociais; II - Programas de Infraestrutura; III – Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; e IV - Programas de Soberania, Território e Gestão. Cada uma das partes contém informações específicas sobre o andamento das políticas nela retratadas, especialmente na análise situacional dos objetivos e das metas.

Pode-se, assim, fortalecer análises que permitam a identificação da necessidade de ajustes no curso das políticas, bem como atuar de forma proativa na superação dos gargalos existentes à implementação do PPA, orientando a atuação do Governo Federal no sentido de construir um Brasil mais justo e igualitário.

Boa leitura!

Miriam Belchior

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

INTRODUÇÃO

O presente volume (Volume II) do Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual do Governo Federal para o período 2012-2015, ano base 2013, é dedicado à avaliação dos 65 Programas Temáticos que compõem o Plano e está organizado em 4 tomos: TOMO I - Programas Sociais; TOMO II - Programas de Infraestrutura; TOMO III - Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; TOMO IV - Programas de Soberania, Território e Gestão.

A avaliação anual dos Programas Temáticos do Plano Plurianual 2012-2015 alinha-se ao processo de monitoramento centrado nos principais atributos do Plano. Como atividade contínua, o monitoramento temático aprimora o entendimento sobre o estágio de implementação das políticas públicas declaradas no PPA, contribuindo para a tomada de decisões na Administração Pública Federal. Desse modo, a gestão do Plano é exercício ativo de melhoria da atuação governamental.

Por outro lado, ao realizar a organização e registro de informações relativas à gestão do Plano, este Relatório possibilita a geração de conhecimento compartilhado, primordial para viabilizar a participação social no seu monitoramento.

Ao explicitar as principais realizações dos programas, esta parte do Relatório de Avaliação fornece os fundamentos para os resultados apresentados na avaliação da dimensão estratégica (Volume I do Relatório de Avaliação), uma vez que o conjunto dos programas temáticos – e das políticas públicas que eles incluem – é a expressão concreta da ação do Governo Federal que traduz de maneira operacional o modelo de desenvolvimento em curso no país.

Da mesma forma, o conjunto de informações disponibilizado neste documento enseja reflexões acerca dos desafios da operação do Estado, principalmente no que se refere à articulação e cooperação interinstitucional e ao fortalecimento do diálogo federativo. Essas questões são pontos estruturantes do modelo de planejamento que se

adotou a partir das inovações introduzidas pelo PPA 2012-2015, com o fortalecimento do seu componente estratégico, participativo e territorial.

Para cada Programa Temático, apresenta-se a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira de todas as ações orçamentárias vinculadas às iniciativas. Com a análise situacional de cada Objetivo e Meta, o Governo promove a transparência do conjunto de ações realizadas e previstas no âmbito do PPA para alcançar os resultados almejados pela sociedade brasileira. Assim, espera-se qualificar ainda mais o diálogo do Governo Federal com a sociedade, Congresso Nacional e demais entes federados na construção de um País com mais desenvolvimento, mais igualdade e mais participação.

Boa leitura!

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015 ANO BASE 2013

**Volume II: Programas Temáticos
Tomo IV - Programas de Soberania,
Território e Gestão**

PROGRAMA: 2057 - Política Externa

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Segmento política, governo e instituições, do Monitor da Percepção Internacional do Brasil (MPI-BR)	pontos	26/05/2011	11	12/03/2012	35

OBJETIVO: 0900 - Aprofundar a agenda de relacionamento do Brasil com os países com os quais mantém relações diplomáticas, mediante o incremento do diálogo político e a cooperação bilaterais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

No período sob consideração, o Governo brasileiro executou intensa agenda de ações voltadas para o aprofundamento e a ampliação dos vínculos de diálogo com países de todas as regiões do mundo.

Como em períodos anteriores, essas ações viram sua eficácia aumentada pela maior projeção internacional do Brasil, resultante de fatores como o êxito do País em seu esforço interno de crescimento econômico com redução da pobreza, bem como o próprio processo de transformação da ordem internacional, caracterizado por uma crescente difusão de poder, que abre espaço para a afirmação e maior presença de novos atores.

As atividades realizadas para o cumprimento do objetivo se situam em distintos níveis, a saber:

- Visitas realizadas pela Presidenta da República a outros países, e visitas de Chefes de Estado ou Governo estrangeiros ao Brasil. Além disso, devem ser mencionados os encontros mantidos pela Presidenta à margem de eventos internacionais.
- Visitas realizadas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores a outros países e por ele recebidas no Brasil. Mencionem-se, além disso, os encontros mantidos pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores à margem de eventos internacionais.
- Visitas e encontros realizados por outras autoridades de primeiro escalão do Governo brasileiro.
- O trabalho da rede de postos do Brasil no exterior, que se traduz em contatos praticamente diários com representantes dos Governos e das sociedades dos países em que estão acreditados.
- Os contatos mantidos em nível infraministerial em Brasília, seja com visitantes estrangeiros seja com representantes das Embaixadas residentes em Brasília.
- As iniciativas conduzidas no âmbito dos processos de integração e/ou concertação regional (MERCOSUL, UNASUL e CELAC).
- A participação do Brasil em organismos internacionais.

O aprofundamento das relações bilaterais se dá em duas grandes linhas. Em primeiro lugar, a integração regional e a relação com os países vizinhos, dimensão que, naturalmente, recebe alta prioridade em nossa ação. Em segundo, o aprofundamento de nosso diálogo e nossas parcerias no plano global. Inclui-se aí não apenas o diálogo com os principais polos da ordem internacional que se vai desenhando – polos tradicionais e polos emergentes, como os BRICS –, mas também uma projeção efetivamente universal de nossa diplomacia.

Avalia-se que o conjunto dessas ações, com especial destaque para as cobertas no item a (a chamada “diplomacia presidencial”), resultaram nesse período em ganhos importantes de projeção do Brasil no mundo e avanços no diálogo e na cooperação com um número considerável de países. A presença maior e mais assertiva do Brasil no cenário internacional tem sido reconhecida por Governos, formadores de opinião e influentes órgãos de imprensa em todo o mundo. Desde 2011, o Brasil mantém relações diplomáticas com todos os países membros das Nações Unidas.

O reforço de pessoal do serviço exterior e da rede de postos, naturalmente implementado em ritmo compatível com os



recursos existentes, foi importante para alcançar esses resultados. Avalia-se que o avanço continuado nesse sentido é recomendável para permitir o prosseguimento do cumprimento do objetivo com resultados cada vez mais positivos.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a implementação dos programas e ações de cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nas áreas de saúde, meio ambiente, igualdade de gênero, cultura e educação.**

Análise Situacional da Meta

Apoio à participação de 110 professores de português e matemática do ensino fundamental e médio de Cabo Verde e 50 professores de São Tomé e Príncipe no Programa das Letras e Números (formação e especialização) em Fortaleza, Ceará, em julho de 2012.

Apoio à participação de 40 estudantes universitários de Cabo Verde, 50 estudantes de Moçambique e 50 estudantes de Angola no Programa de Incentivo à Formação Científica, edição 2012, em parceria com a CAPES.

Apoio à participação de 210 professores de português, matemática e ciências do ensino fundamental e médio de Cabo Verde no Programa das Letras e Números (formação e especialização), em Fortaleza, Ceará, em julho de 2013.

Apoio à participação de 40 estudantes universitários de Cabo Verde no Programa de Incentivo à Formação Científica, edição 2013, em parceria com a CAPES.

- **Apoiar a participação dos países membros nas reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**

Análise Situacional da Meta

Apoio à estadia de diplomata moçambicana no Secretariado Executivo da CPLP, em fevereiro de 2012.

- **Construir ou adquirir instalações para 22 Embaixadas, Delegações Permanentes e Consulados**

Análise Situacional da Meta

Concluiu-se o processo de aquisição de imóvel adicional para a Chancelaria do Consulado-Geral em Rivera. Finalizou-se, ainda, construção da Chancelaria do Vice-Consulado em Encarnación. Tendo em vista as oscilações do mercado imobiliário local, a Embaixada em Berlim recebeu instrução para ratificar a avaliação do imóvel que se pretende adquirir para sua Chancelaria.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2013

- **Expandir e intensificar a agenda de relacionamento e a cooperação com os países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas**

Análise Situacional da Meta

Entre as várias linhas de ação apontadas na análise situacional do objetivo, destacam-se, no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2013, como especialmente relevantes para o monitoramento da meta em questão, as seguintes:

(1) Em vinte das trinta viagens que fez ao exterior no período em consideração, a Senhora Presidenta da República realizou visitas bilaterais a dezenove países da América do Sul, América Central e Caribe, América do Norte, África, Ásia e Europa, inclusive à Santa Sé. As demais viagens, embora de natureza eminentemente multilateral (como as aberturas da LXVII e da LXVIII Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 2012 e 2013, respectivamente), propiciaram a realização de encontros bilaterais à margem do evento com Chefes de Estado ou de Governo estrangeiros.

(2) No Brasil, a Senhora Presidenta da República recebeu trinta e um Chefes de Estado ou de Governo e dois Presidentes eleitos, alguns dos quais por ocasião da realização no País da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em junho de 2012. Também no Brasil, a Presidenta Dilma Rousseff manteve encontro com o Papa Francisco, no contexto da Jornada Mundial da Juventude, em julho de 2013.

(3) No âmbito dos processos de integração e/ou concertação regional, destaca-se a participação da Senhora Presidenta da República nas Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo do MERCOSUL em Mendoza (junho de 2012), Brasília

(dezembro de 2012) e Montevidéu (julho de 2013), assim com nas Cúpulas da UNASUL em Lima (abril de 2013) e Paramaribo (agosto de 2013).

(4)No tocante ao diálogo com os chamados polos emergentes, é relevante mencionar a participação da Presidenta Dilma Rousseff na IV Cúpula do BRICS, na Índia (março de 2012), e da V Cúpula do agrupamento, na África do Sul (março de 2013).

(5)O Ministro de Estado das Relações Exteriores, por seu turno, realizou, no período sob consideração, quarenta e seis visitas bilaterais a países da América do Sul, América Central e Caribe, América do Norte, África, Europa, Oriente Médio e Ásia.

(6)No Brasil, o Ministro de Estado das Relações Exteriores recebeu setenta chanceleres em 2012 e 2013.

Essa agenda de relacionamento em alto nível, assim como encontros realizados por outras autoridades de primeiro escalão do Governo brasileiro, contatos da rede de postos do Brasil no exterior e contatos mantidos em nível infra-ministerial em Brasília, contribuiu para a celebração, no período sob consideração, de duzentos e vinte e um atos internacionais e, conseqüentemente, para o incremento da cooperação bilateral.

- **Implementar o Plano de Concertação Político-Diplomática, a fim de possibilitar que todos os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) tenham representação diplomática em todos os países da CPLP**

Análise Situacional da Meta

Não houve ação nesse período.

OBJETIVO: 0901 - Aprofundar a participação nos esforços de reforma da governança e a agenda de relacionamento com os organismos políticos multilaterais dos quais o país é membro e ampliar o diálogo com aqueles cujas atividades acompanha.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

O Brasil tem tido participação ativa nos esforços da comunidade internacional para fortalecer o multilateralismo. No âmbito da paz e segurança, o País tem atuado de maneira consistente na defesa de um Conselho de Segurança das Nações Unidas mais representativo, legítimo e eficaz. Nesse sentido, tem coordenado esforços, em reuniões regulares, com seus parceiros do G4 (Alemanha, Índia e Japão), com vistas a dar impulso às negociações e obter avanços reais no processo de reforma.

Em abril de 2013, na Praia do Forte/BA, o governo brasileiro organizou o seminário "Atuais desafios à paz e à segurança internacionais: a necessidade de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas", que contou não apenas com presença de representantes de governo, mas também da sociedade civil. Em agosto de 2013, no Rio de Janeiro, foi realizado, também, o seminário "10 anos sem Sergio Vieira de Mello", para marcar a efeméride. Na ocasião, discutiram-se, igualmente, com membros da sociedade civil, temas de humanitarismo, proteção de civis e os fundamentos da paz sustentável, além de desafios para a paz e a segurança na prevenção e solução pacífica de conflitos.

Metas 2012-2015

- **Aprofundar a participação, no âmbito da UNASUL, em atividades do Conselho Sul-Americano em Matéria de Segurança Cidadã, Justiça e Coordenação de Ações contra a Delinquência Organizada Transnacional.**

Análise Situacional da Meta

Criado em novembro de 2012, o Conselho Sul-americano em matéria de Segurança Cidadã, Justiça e Coordenação de Ações contra a Delinquência Organizada Transnacional (CDOT) teve sua primeira reunião ministerial em agosto de 2013. Na ocasião, aprovou-se o Plano de Ação do Conselho, e criaram-se três Grupos de Trabalho, um para cada eixo temático, com ativa participação brasileira.

- **Aprofundar a participação, no âmbito da UNASUL, em atividades do Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial das Drogas.**

**Análise Situacional da Meta**

O Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial das Drogas foi criado em 2010 e conta, atualmente, com seis Grupos de Trabalho, nas seguintes áreas: i) redução da demanda; ii) desenvolvimento alternativo, integral e sustentável, inclusive o preventivo; iii) redução da oferta; iv) medidas de controle; v) lavagem de ativos; vi) fortalecimento institucional e harmonização legislativa. Os trabalhos dos GTs avançaram ao longo de 2013 e o Brasil indicou pontos focais para todos eles. Os pontos focais são representantes de órgãos do Governo brasileiro competentes pelos temas dos GTs e mantêm contato com os pontos focais dos demais Estados Membros da UNASUL.

- **Implementar mecanismos de diálogo e cooperação internacional na área do enfrentamento ao problema mundial das drogas e aos ilícitos transnacionais.**

Análise Situacional da Meta

O Itamaraty tem envidado esforços com vistas à realização de reuniões bilaterais na área de enfrentamento ao problema mundial das drogas e aos ilícitos transnacionais, as quais contribuem para o aprofundamento da cooperação internacional na matéria, ao permitirem, entre outros aspectos, a identificação de prioridades, a discussão de iniciativas conjuntas e o intercâmbio de informações e boas práticas na matéria. Em 2013, foram realizadas reuniões com Estados Unidos, Guiana, Colômbia, União Europeia, Rússia, Bolívia e África do Sul, além dos trabalhos realizados no âmbito da UNASUL e nos fóruns multilaterais.

- **Negociar acordos de cooperação na área de defesa nos âmbitos bilateral, regional e multilateral**

Análise Situacional da Meta

Estão em curso negociações de doze acordos bilaterais de cooperação na área de defesa. Neste ano, foi possível concluir a negociação de três desses acordos, dos quais dois já foram assinados.

O Ministério das Relações Exteriores deu prosseguimento ao processo de renegociação de acordos sobre informações sigilosas, cuja tramitação fora sobrestada em razão da entrada em vigor da lei de acesso à informação (lei 12.527/2011), em novembro de 2011. Onze países contrapartes dos acordos incompatíveis com a nova legislação nacional já foram informados sobre a necessidade de alteração de artigos.

- **Negociar acordos de cooperação na área de segurança e combate a ilícitos transnacionais nos âmbitos bilateral, regional e multilateral**

Análise Situacional da Meta

O Brasil é signatário de acordos de cooperação na matéria com todos os países da América do Sul e alguns países da África. Adicionalmente, foi assinado, em janeiro de 2012, Memorando de Entendimento sobre assistência técnica ao "Projeto Piloto do Sistema de Controle Integrado da Redução de Cultivos Excedentes de Coca" com a Bolívia. Com o objetivo de dar maior celeridade a futuras negociações com outros países, foi elaborado modelo de acordo de cooperação para o combate a ilícitos transnacionais.

- **Negociar, no âmbito das Nações Unidas, instrumento multilateral sobre crimes cibernéticos.**

Análise Situacional da Meta

O Brasil vem acompanhando atentamente as discussões sobre o problema do crime cibernético, no âmbito do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), tendo inclusive contribuído financeiramente para o processo. Por ora, não há consenso internacional sobre a celebração de convenção universal sobre o tema. O Brasil vem tratando da cooperação internacional para o combate ao crime cibernético em reuniões bilaterais, bem como no âmbito do BRICS, da OEA e da Conferência dos Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos - COMJIB.

- **Organizar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+20)**

Análise Situacional da Meta

Meta concluída em 2012.

- **Promover a cooperação nas áreas de segurança pública de grandes eventos internacionais no Brasil e de prevenção ao terrorismo.**

Análise Situacional da Meta

No contexto da preparação para os grandes eventos e no entendimento de que a previsão de vinda de grande número de atletas, dignitários e turistas requer interlocução com autoridades de segurança de outros países, o MRE tem participado dos esforços governamentais voltados para o aprimoramento da segurança pública e a prevenção a atos terroristas.

O tema da segurança em grandes eventos tem sido tratado em mecanismos de diálogo e cooperação bilaterais, como o Grupo de Trabalho Brasil-EUA sobre Segurança e Combate aos Ilícitos Transnacionais (outubro de 2012), a III Reunião da Comissão Conjunta Brasil-Guiana de Cooperação Policial e Combate às Drogas (maio de 2013) e a segunda reunião de consultas Brasil-Rússia sobre novos desafios e ameaças (agosto de 2013).

OBJETIVO: 0902 - Promover e participar da discussão sobre os principais temas pertinentes à paz e à segurança internacionais, com prioridade ao desarmamento e à não-proliferação, nos diferentes foros de negociação bilateral, regional e multilateral.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

O Brasil tomou parte, ao longo de 2013, de diversas reuniões de foros multilaterais, regionais e bilaterais na área de desarmamento, não proliferação e controle de armas. Na área nuclear, continuou atuando na defesa do lançamento de negociações multilaterais sobre um instrumento juridicamente vinculante que proíba tais armas e preveja a destruição dos arsenais existentes, com base em metas e prazos definidos e realistas. Nas áreas química e biológica, o País defendeu a universalização e plena vigência dos tratados que já proíbem armamentos dessas duas categorias (as Convenções sobre Armas Químicas e sobre Armas Biológicas). Ao mesmo tempo em que comprometido com a não proliferação de armas de destruição em massa, o País manteve sua posição em defesa da cooperação internacional para o uso pacífico de bens e tecnologias nas áreas nuclear, química, biológica e missilística, indispensáveis para a promoção do desenvolvimento socioeconômico. Na área de armamentos convencionais, o Brasil participou ativamente das negociações que levaram à adoção do Tratado sobre Comércio de Armas pela Assembleia Geral das Nações Unidas, instrumento assinado pelo País em 3 de junho.

Metas 2012-2015

- **Participar da preparação da IX Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, em 2015**

Análise Situacional da Meta

O Brasil participou do II Comitê Preparatório da IX Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação (TNP), em março de 2013, e deverá estar presente ao III Comitê Preparatório, em abril de 2014. Nesse âmbito, tem atuado em conjunto com os países da chamada Coalizão da Nova Agenda, no sentido de apresentar propostas e iniciativas, a serem consideradas na IX Conferência, de forma a assegurar o cumprimento, pelos Estados nuclearmente armados, de suas obrigações em matéria de desarmamento nuclear.

- **Participar das Conferências anuais da Convenção para a Proibição de Armas Químicas, e de Proibição de Armas Biológicas e Tóxicas e das reuniões do Grupo de Peritos Governamentais**

Análise Situacional da Meta

O Brasil participa de maneira ativa de ambos os regimes, no sentido de promover a destruição de arsenais ainda existentes de armas químicas e biológicas no plano internacional, assegurar a plena observância pelos Estados Partes nessas Convenções com relação à não proliferação de tais armamentos e de fomentar a maior cooperação internacional para fins pacíficos de bens e tecnologias nessas áreas.

OBJETIVO: 0905 - Intensificar a participação do Brasil nos organismos comerciais multilaterais e na gestão dos mecanismos de governança econômico-financeira internacionais com vistas a reforçar as ações de política externa.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

A primazia conferida às negociações multilaterais, no âmbito da OMC, na estratégia brasileira de negociações comerciais internacionais explica-se pela necessidade de manter fortalecido o centro normativo multilateral das disciplinas internacionais de comércio, em contraponto a tendências de fragmentação alavancadas pela multiplicação de acordos preferenciais regionais e bilaterais. A OMC constitui, neste contexto, foro insubstituível para a discussão e implementação de regras que assegurem a eficácia, a transparência e a observância do princípio da não-discriminação no comércio internacional, de forma equilibrada e inclusiva, assim como para o monitoramento e combate dos eventuais efeitos distorcivos causados tanto por medidas unilaterais de seus Países Membros como em decorrência de arranjos comerciais preferenciais firmados entre estes.

A Rodada Doha da OMC, lançada em novembro de 2001, tem como objetivo declarado reequilibrar o sistema multilateral de comércio diante de um percebido "déficit de desenvolvimento" da Rodada Uruguai. Dando destaque para a negociação em temas considerados prioritários para o mundo em desenvolvimento, a Declaração Ministerial de Doha estabeleceu um programa de trabalho com 21 áreas de negociação, que incluem: modalidades para acesso a mercados no tripé Agricultura, Produtos não-Agrícolas (NAMA) e Serviços; disciplinas em apoio doméstico e progressiva eliminação aos subsídios às exportações agrícolas dos países desenvolvidos; Propriedade Intelectual (TRIPS) e Saúde; Cooperação Técnica e Tratamento Especial e Diferenciado dos PEDs (S&D), entre outros. No contexto da crise econômico-financeira mundial, porém, observou-se um estado de virtual paralisia nos trabalhos para a conclusão de Doha entre os anos de 2008 e 2012.

Tal situação levou os Membros a contemplarem a alternativa de uma retomada gradual da Rodada, mediante aprovação de pacotes limitados de resultados em áreas de consenso (formato de "colheita antecipada"). Ao longo de 2012 e, de forma mais acelerada, após a eleição do candidato brasileiro, o Embaixador Roberto Azevêdo, em 2013, ao cargo de Diretor Geral da OMC, foram definidos os temas e as propostas a serem contemplados no exercício de "colheita antecipada", nos pilares de facilitação de comércio, agricultura e desenvolvimento. Esse processo culminou com a aprovação, por ocasião da IX Conferência Ministerial da OMC, dos primeiros acordos multilaterais negociados na OMC desde a sua criação.

No que concerne à OCDE, importa manter o padrão do relacionamento atual do Brasil com a Organização, foro privilegiado de poder econômico e de reflexão ("think tank") e exame de políticas públicas e econômicas, dando-se prosseguimento ao processo de aproximação gradual e seletiva, iniciado no início da década de 1990. Tal processo orienta-se por avaliação dos custos e benefícios de maior aproximação com a Organização nos diversos Comitês. Como parte do processo de maior coordenação no que se refere ao relacionamento com a OCDE, são mantidas atividades de coordenação do Grupo de Trabalho Interministerial sobre o Relacionamento com a OCDE.

No ano de 2013, os trabalhos do Comitê sobre Direitos Autorais e Conexos (SCCR, sigla em inglês), no âmbito da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) lograram avanços significativos. Em junho último, foi concluído, em Conferência Diplomática realizada no Marrocos, o "Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso", cujas negociações basearam-se em proposta apresentada pelo Brasil, em coordenação com Equador e Paraguai, em maio de 2009. A Chefe da Delegação brasileira à Conferência Diplomática, a Senhora Ministra de Estado da Cultura, Marta Suplicy, assinou o novo acordo no dia 28 de junho de 2013. O processo de ratificação do tratado está em curso.

A presença brasileira teve também visibilidade no âmbito de foros e organismos financeiros internacionais, com destaque para a atuação no G20 e FMI.

A Sra. Presidenta da República participou da VIII Cúpula do G20, realizada em São Petersburgo (Rússia) nos dias 5 e 6 de setembro. Em consonância com posições defendidas pelo Brasil, a Declaração de São Petersburgo conferiu destaque ao objetivo de fortalecimento do crescimento e da criação de empregos na economia mundial. Também foi aprovado o

"Plano de Ação de São Petersburgo" em apoio ao crescimento forte, sustentável e equilibrado da economia mundial.

Em conformidade com posições do Governo brasileiro, a Declaração do G20 reconheceu a necessidade de maior flexibilidade na implementação de medidas de consolidação fiscal em economias avançadas, de forma a acomodar prioridades de curto prazo, como a promoção do crescimento e a geração de empregos.

No âmbito do G20, o Brasil tem mantido posição crítica sobre os impactos negativos das políticas monetárias de países desenvolvidos sobre as economias emergentes. Nesse sentido, destaca-se o compromisso, endossado pelos Líderes na Declaração de São Petersburgo, segundo o qual as autoridades monetárias dos membros devem calibrar e comunicar, de forma adequada, mudanças futuras em suas políticas monetárias, o que poderá contribuir para evitar episódios de volatilidade excessiva nos mercados e reversão desordenada de fluxos de capital.

Na área de trabalho e emprego, observou-se reforço da prioridade conferida pelo G20 à geração de empregos de qualidade. Em 2013 foi realizada, pela primeira vez, reunião conjunta entre Ministros do Trabalho e das Finanças do G20, a qual destacou a necessidade de maior coordenação entre as políticas macroeconômicas e de promoção de emprego, com o apoio do Governo brasileiro.

Em 2013, o Brasil continuou envidando esforços em prol da entrada em vigor da reforma de 2010 do FMI e de avanços nas etapas seguintes do processo de reforma da governança da instituição. Nesse sentido, o País tem promovido o tratamento do tema em encontros de alto nível, junto a autoridades estrangeiras e em foros multilaterais. A reforma do FMI e das instituições financeiras, de modo geral, tem figurado na agenda e em comunicados relativos a reuniões internacionais de que participa o Brasil.

Avançou-se na implementação da reforma de 2010, no tocante ao número mínimo de ratificações pelos membros, embora a reforma ainda não tenha entrado em vigor.

Na Cúpula de São Petersburgo, os membros do G20 reiteraram compromisso com a implementação urgente da reforma de 2010 e com a conclusão das próximas etapas da reforma do Fundo (revisão da fórmula de cálculo de quotas e nova revisão geral de quotas) até janeiro de 2014.

A Austrália assumiu a presidência do G20 em dezembro de 2013.

Metas 2012-2015

- **Assinar Memorando de Entendimento com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para a cooperação triangular em países africanos**

Análise Situacional da Meta

O Brasil assinou com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), em junho de 2011, acordo destinado à cooperação triangular, mediante apoio ao Fundo Fiduciário de Cooperação Sul-Sul – South-South Cooperation Trust Fund (SSCTF).

O Fundo é administrado pelo Banco e conta com aporte brasileiro no volume total de US\$ 6 milhões, para o financiamento de projetos de cooperação. Conforme destacado no acordo, os recursos do Fundo são utilizados pelo Banco para financiar atividades como estudos técnicos, cooperação técnica, capacitação e organização de seminários, em reforço à cooperação Sul-Sul entre os países da África e países em desenvolvimento localizados fora do continente. Sob a perspectiva brasileira, o Fundo pode apoiar a transferência de experiências nacionais e cooperação técnica em áreas como agricultura e agronegócios, energia e meio ambiente e desenvolvimento social. As perspectivas abertas pelo acordo que resultou no estabelecimento do Fundo fazem com que não seja mais necessária a assinatura de Memorando de Entendimento com o Banco Africano de Desenvolvimento.

O Fundo, que iniciou suas atividades a partir da contribuição brasileira, já financiou determinados projetos demandados pelo BAD (como o Africa Ecological Footprint Report 2012, apresentado na Conferência Rio+20) e por países membros, como o de estudos sobre áreas propícias à produção de biocombustíveis, proposto pela Tanzânia.

- **Concluir a negociação de novo quadro normativo sobre créditos à exportação na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), inclusive para a venda de aeronaves**

Análise Situacional da Meta

O Consenso da OCDE sobre Créditos Oficiais à Exportação é um acordo estabelecido em 1978, do qual participam

Austrália, Canadá, Coreia, EUA, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Suíça e União Europeia (UE). Seu objetivo é o de estabelecer igualdade de condições para a concessão de créditos à exportação por seus participantes, impedindo a competição predatória e a concorrência desleal entre fornecedores desses créditos. Ao participar do Consenso ou seguir suas regras, um país fica imune a questionamentos por parte de terceiros na Organização Mundial de Comércio (OMC). Alguns países não-membros da OCDE, entre eles o Brasil, utilizam os parâmetros estabelecidos pelo Consenso como referência na concessão de créditos, de forma a balizar o cálculo de prêmios adequados para a cobertura do risco e os prazos apropriados para financiamento, bem como para proteger-se de processos de solução de controvérsias na OMC. No caso do setor aeronáutico, inclusive por interesse da Embraer, o Brasil tornou-se, em 2007, participante pleno do terceiro Anexo do Consenso, que é chamado de Entendimento Setorial Aeronáutico (ASU, na sigla em inglês).

Em fevereiro de 2012, China e EUA concordaram em iniciar discussão sobre os termos de um futuro instrumento internacional para disciplinar créditos à exportação, que viesse a substituir o Consenso. O Brasil e a UE foram convidados a participar das discussões preliminares. Posteriormente, de novembro de 2012 a janeiro de 2014, realizaram-se reuniões em Washington, Berlim, Pequim, Bruxelas e Brasília, todas com a presença de outros países (África do Sul, Índia, Indonésia, Israel, Malásia, Rússia e Turquia), além dos signatários do Consenso. A próxima reunião será realizada em Washington, provavelmente em 2014. As discussões enfrentam desafios importantes, entre os quais as diferenças de perspectiva entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. A China tem objetado qualquer discussão horizontal sobre créditos à exportação, aceitando, apenas, discussões setoriais sobre construção naval e equipamentos médicos e hospitalares.

- **Concluir a negociação para o ingresso do Brasil no Banco Asiático de Desenvolvimento como membro não-regional**

Análise Situacional da Meta

O Brasil lançou candidatura a membro não regional do Banco Asiático de Desenvolvimento (BASD) em novembro de 2009 e desde então vem procurando obter o apoio necessário por parte dos demais membros. A participação no Banco contribuiria para intensificar as relações do Brasil com a região asiática, que tem participação crescente nas transações comerciais e financeiras globais. Também viabilizaria representação do Brasil na estrutura de governança do Banco, que dispõe de capital de US\$ 165 bilhões e concedeu financiamentos no montante de US\$ 13,3 bilhões, em 2012.

O processo de acesso ao Banco contempla duas etapas: na primeira fase, são realizadas consultas informais aos membros regionais e não regionais do BASD; na segunda, a direção do Banco pode realizar missão técnica ao Brasil, seguida de votação. O ingresso de novo membro no BASD requer a aprovação formal de 2/3 do número total de membros (o que corresponderia a 45 países), os quais devem deter ao menos 75% do poder de voto na instituição. A candidatura brasileira encontra-se na etapa de consultas informais.

Entre os 67 membros do Banco, 47 países já declararam apoio à candidatura brasileira, o que representa o cumprimento do requisito relativo ao número mínimo de membros. No entanto, tais países detêm 63,29% do poder de voto na instituição, o que é insuficiente para atender o segundo requisito, qual seja, o do peso de votos necessário.

O Japão e os EUA detêm juntos 25,5% dos votos, o que faz com que o apoio de um deles seja indispensável.

A candidatura do Brasil ao Banco Asiático tem sido objeto de gestões do Governo brasileiro em encontros de alto nível entre autoridades brasileiras e autoridades norte-americanas e japonesas.

- **Concluir as negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC)**

Análise Situacional da Meta

Entre 3 e 7 de dezembro de 2013, ocorreu a IX Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (MC-9), realizada em Bali, Indonésia. Na ocasião, os membros aprovaram a Declaração Ministerial de Bali, que contemplou resultados nos três pilares em negociação (facilitação de comércio, agricultura e desenvolvimento), constituindo-se dos primeiros acordos multilaterais negociados na OMC desde a sua criação. A obtenção de resultados antecipados da Rodada durante a MC-9, ainda que com nível de ambição reduzido, foi um importante passo no sentido de resgatar a

credibilidade do processo negociador no âmbito da OMC e para retomar as negociações mais amplas do mandato estabelecido pela Agenda de Desenvolvimento de Doha (DDA).

A Declaração Ministerial de Bali contemplou a retomada das negociações da Rodada Doha da OMC, reafirmando o compromisso dos Membros com a DDA e mandatando o Comitê de Negociações Comerciais (TNC) a preparar, durante os próximos 12 meses, um programa de trabalho para tratar das questões remanescentes da Rodada, não exauridos na colheita antecipada. Acordou-se, nesse contexto, que seriam priorizados agricultura, temas de desenvolvimento e outras questões centrais para o fechamento das negociações. Temas tratados no pacote de Bali na forma de decisões ou declarações não vinculantes também serão priorizados.

- **Concluir, no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Industrial (OMPI), negociação de instrumentos jurídicos internacionais sobre limitações e exceções aos direitos autorais para (a) pessoas com deficiência para leitura, (b) bibliotecas e arquivos, (c) usos educacionais e (d) pessoas com outros tipos de deficiência**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013, os trabalhos do Comitê sobre Direitos Autorais e Conexos (SCCR, sigla em inglês) lograram avanços significativos. Em junho último, foi concluído, em Conferência Diplomática realizada no Marrocos, o "Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso", cujas negociações basearam-se em proposta apresentada pelo Brasil, em coordenação com Equador e Paraguai, em maio de 2009. O novo acordo foi assinado no dia 28 de junho de 2013. O processo de ratificação do tratado está em curso.

Recorde-se que o mandato que orienta as negociações sobre limitações e exceções em curso no SCCR prevê que o Comitê submeta às Assembleias Gerais de 2014 e 2015 recomendações sobre os temas de bibliotecas e arquivos e instituições de ensino / pessoas com outras deficiências, respectivamente. O cronograma proposto pelo SCCR considerou os diferentes níveis de maturidade dos temas em debate. Os Estados Membros terão as próximas sessões do SCCR para aprofundar a análise técnica das limitações propostas e aperfeiçoar o texto dos futuros instrumentos nas matérias em tela.

Recorde-se, também, que o Brasil já apresentou propostas sobre limitações e exceções em benefício de bibliotecas e arquivos e de instituições de ensino com base na sua experiência nacional em torno da reforma da legislação de direitos autorais em curso e tem participado ativamente das discussões.

OBJETIVO: 0906 - Negociar e ampliar os acordos de livre comércio do Mercosul com terceiros países e regiões.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

A suspensão da Rodada Doha coincidiu com o início de uma grave crise internacional que acirrou a competição por mercados para exportações. Os países que, como o Brasil, conferem primazia às tratativas multilaterais como meio de ampliação de acesso a mercados, se deparam agora com um crescente ativismo dos parceiros na negociação de acordos de livre comércio (ALCs) e na adoção de políticas econômicas, em especial na área cambial, que buscam agressivamente maior competitividade exportadora.

Trata-se de situação desafiadora para o Brasil, que sofre os reflexos dessas políticas tanto no acesso a terceiros mercados quanto no seu próprio mercado interno, cujo dinamismo beneficia de forma evidente nossos parceiros comerciais.

As negociações de acordos de livre comércio ou de preferências tarifárias integram o conjunto de instrumentos do Governo brasileiro para ampliar as exportações. Embora com maior dificuldade, os processos negociadores do Mercosul no plano extrarregional tiveram continuidade nos últimos dois anos. Aos acordos comerciais já celebrados com Israel, Egito, Índia e União Aduaneira da África Austral (SACU), veio somar-se, no final de 2011, o ALC com a Palestina, que reforça o reconhecimento daquele Estado pelos países do Mercosul, além da negociação em curso com a União Européia.



No conjunto dos acordos assinados, estão em vigor o ALC com Israel, desde abril de 2010 (Decreto nr. 7.159/2010), e o Acordo de Comércio Preferencial (ACP) com a Índia, desde 2009 (Decreto nr. 6.864/2009). Encontram-se em diferentes estágios de tramitação os processos de ratificação dos ALCs com Egito e Palestina e do ACP com a SACU.

É importante ressaltar que, desde 2012, as lideranças da indústria e a agricultura brasileira vêm, crescentemente, reiterando seu apoio em favor de novos acordos comerciais do Brasil com parceiros comerciais de peso, a fim de ampliar suas exportações, atrair investimentos estrangeiros diretos e a transferência de tecnologia.

Metas 2012-2015

- **Estabelecer programas de importação, sem quotas e sem tarifas ("duty-free, quota-free"), de produtos originários de Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo (PMDRs)**

Análise Situacional da Meta

Pela Declaração emitida por ocasião da 6ª Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), adotada em Hong Kong em 2005, os países desenvolvidos assumiram o compromisso de oferecer acesso a seus mercados livre de tarifas e de quotas ("Duty-Free, Quota-Free" - DFQF) a, pelo menos, 97% dos produtos originários de Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs).

O compromisso de acesso estende-se aos países em desenvolvimento que se declarem em posição de fazê-lo. Em dezembro de 2009, durante a 7ª Reunião Ministerial da OMC, o Brasil anunciou seu compromisso de implementar um programa DFQF.

Em julho de 2011, a CAMEX aprovou o Programa brasileiro de preferências comerciais ("Duty Free, Quota Free") destinado aos PMDRs, assim como um segundo programa para a redução da alíquota de importação de produtos do setor têxtil e de confecções originários do Haiti.

A concessão de acesso preferencial aos PMDRs e ao Haiti constitui iniciativa de grande efeito político para o Brasil, ao mesmo tempo em que, de acordo com estudos especializados, terá impacto comercial reduzidíssimo ou virtualmente nulo sobre a produção brasileira.

A Exposição de Motivos que encaminha ao Congresso Projeto de Lei que operacionaliza o Programa brasileiro de preferências comerciais encontra-se em tramitação no âmbito do Poder Executivo com vistas a seu envio, em momento oportuno, ao Congresso Nacional.

- **Negociar acordo comercial do MERCOSUL com a União Europeia e com outros parceiros comerciais de peso**

Análise Situacional da Meta

Negociações Mercosul-União Europeia:

Na VI Cúpula Brasil-União Europeia, realizada em 24 janeiro de 2013, a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, expressaram publicamente seu apoio à troca de ofertas de acesso a mercados nas negociações Mercosul-UE. Na Reunião Ministerial Mercosul-UE, em 26 de janeiro de 2013, foi emitido mandato para o intercâmbio de ofertas em bens, serviços, investimentos e compras governamentais até o último trimestre de 2013.

A aprovação da oferta brasileira pela CAMEX, em 03 de outubro, constituiu importante contribuição a essa fase da negociação. Nesse contexto, o Governo brasileiro tem participado ativamente de exercício de consolidação da proposta conjunta do Mercosul, tendo por base as ofertas nacionais. Desde 15 de novembro, quando foi realizada, em Caracas, uma primeira reunião técnica entre os sócios, têm sido realizados encontros presenciais e por videoconferência a fim de ultimar o trabalho de preparação da oferta do Mercosul, que deverá ser objeto de intercâmbio com a União Europeia no mais breve prazo possível.

Ao longo do processo de preparação da oferta brasileira, o Governo aprofundou o diálogo com o setor privado nacional para identificar os interesses e sensibilidades dos agentes econômicos nacionais. Deve ser ressaltado o apoio à negociação que tem sido demonstrado por entidades representantes do setor privado, como CNI, FIESP, CEB, CNA, ABIPECS, ABIEC, UNICA, ABAG, ABIOVE, CITRUS, UBABEF, OCB e ICONE.

Implementação de acordos de livre comércio com Israel, Egito, Índia, União Aduaneira da África Austral (SACU - África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia) e Palestina:

Egito – O Acordo de Livre Comércio assinado pelo Mercosul com aquele parceiro em agosto de 2010, em San Juan, Argentina, encontra-se em fase de exame parlamentar nos países do Mercosul. Em 17 de janeiro de 2013, o Egito depositou o instrumento de ratificação do Acordo na Secretaria do Mercosul, depositário provisório dos instrumentos jurídicos do Mercosul. No Brasil, o ALC foi encaminhado ao Congresso Nacional para exame parlamentar pela Mensagem presidencial nr. 201, de 21 de maio de 2013.

Índia – No primeiro semestre de 2013, foram mantidos contatos entre o Mercosul e a Índia para a retomada de processo negociador para a inclusão de novos produtos e aprofundamento de preferências no âmbito do Acordo de Comércio Preferencial entre as Partes. No caso do Brasil, o Governo lançou, em 13 de agosto, consulta pública ao setor privado, tanto sobre a lista de pedidos quanto sobre as eventuais ofertas ao lado indiano, para avaliar interesse no acordo, com prazo de 45 dias para resposta (encerrada em 28 de setembro de 2013). Uma vez consolidada a lista de pedidos da parte brasileira, será necessário realizar coordenação com os demais sócios do Mercosul e elaborar lista conjunta de pedidos para envio ao lado indiano.

Israel - Em abril de 2012, em Buenos Aires, realizou-se a I Reunião do Comitê Conjunto do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Israel, na qual foi apresentada ao lado israelense a necessidade de um mecanismo que exclua da cobertura do acordo bens cujos certificados de origem indiquem, como procedência, locais submetidos à administração de Israel após 1967, nos termos do Artigo 2º do Decreto Legislativo n. 936/2009. No primeiro semestre de 2013, foi apresentada a Israel proposta do Mercosul sobre o tema, durante a Presidência Pro Tempore uruguaia, a qual deverá ser discutida pelas Partes no Acordo na II Reunião do Comitê Conjunto, possivelmente no primeiro semestre de 2014.

SACU – assinado em 2009, o Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-SACU foi aprovado pelo Congresso Nacional em 15/12/2010. Sua ratificação depende ainda da tramitação de Ata de Retificação. Aprovada pelos Estados Partes do Mercosul e pelos membros da SACU, essa Ata e o texto completo do Acordo foram enviados à Presidência da República em 8 de outubro de 2013.

Palestina – assinado em 20/12/2011, na Cúpula do Mercosul em Montevideu, o acordo de livre comércio com a Palestina foi enviado à Casa Civil da Presidência da República em dezembro de 2013 pela EMI 535/2013, com vistas a seu envio ao Congresso Nacional.

OBJETIVO: 0907 - Desenvolver a contribuição das atividades de promoção comercial da política externa brasileira, com ênfase em ações de inteligência comercial e prospecção de mercados, de divulgação de oportunidades de negócio ao investidor estrangeiro e de apoio à internacionalização de empresas brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

O Brasil buscou, com êxito, aproximar-se, em 2013, das metas referentes às atividades de promoção comercial da política externa brasileira estabelecidas no PPA 2012-2015. Cabe destacar as ações de inteligência comercial, por meio da produção de Guias de Negócios com a África; o incremento da presença brasileira em feiras multissetoriais no Brasil e no exterior; o maior número de eventos voltados para a divulgação de oportunidades de investimentos em setores estratégicos da economia brasileira; o aperfeiçoamento da gerência do sítio eletrônico BrasilGlobalNet; e a valorização da capacitação e do treinamento dos funcionários da rede de Setores de Promoção Comercial no exterior.

Metas 2012-2015

- Ampliar de 10 para 15 o número de atividades de treinamento e capacitação para os operadores do sistema de promoção comercial brasileiro.

**Análise Situacional da Meta**

Em 2013, criou-se o curso virtual de treinamento de funcionários técnicos dos Setores de Promoção Comercial (SECOM) dos postos no exterior. Até a presente data, já foram realizados 79 cursos virtuais. Também é oferecido o módulo de promoção comercial nos cursos de aperfeiçoamento de Assistentes e de Oficiais de Chancelaria, assim como nos cursos de capacitação de diplomatas que planejam ser removidos para o exterior pela primeira vez. No total, 5 cursos de promoção comercial são oferecidos, anualmente, aos funcionários do Quadro. Foram organizadas, ainda, duas reuniões de atualização de Chefes de SECOM: (1) em Miami, para os Postos das Américas Central, do Norte e Caribe; e (2) em Nairóbi, para os Postos na África. Em 2012, já havia sido realizada reunião em Brasília, reunindo os Chefes de SECOM dos países da América do Sul. Cabe destacar, por fim, o lançamento do Manual de Trabalho dos SECOMs, com orientações práticas e objetivas para os Chefes dessas unidades. A meta prevista de 15 atividades de treinamento foi, portanto, amplamente superada pelo número de ações desenvolvidas em 2013.

Quantidade alcançada

87

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar de 12 para 25 a participação institucional do Ministério das Relações Exteriores em feiras no Brasil visando divulgar os serviços disponíveis para a promoção das exportações.**

Análise Situacional da Meta

A meta anual continua a ser perseguida. Durante o ano de 2013, o MRE participou de onze feiras no Brasil.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar em 20% o total de registros cadastrados na rede BrasilGlobalNet.**

Análise Situacional da Meta

Entre janeiro de 2012 e dezembro de 2013, o número de registros do cadastro de importadores havia sido ampliado em aproximadamente 16%.

Quantidade alcançada

16

Data de Referência

31/12/2013

- **Aumentar de 130 para 190 eventos anuais o apoio à participação de empresas brasileiras em feiras setoriais e multisetoriais no exterior.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram apoiadas 24 missões empresariais e 126 feiras no exterior. Permanece a meta de alcançar 190 eventos anuais até 2015. O valor da quantidade alcançada refere-se ao total de eventos no exterior que contaram com a participação do MRE em 2013. Em 2012, foram apoiadas 19 missões empresariais e 135 feiras no exterior.

Quantidade alcançada

150

Data de Referência

31/12/2013

- **Aumentar de 15 para 25 o número de "roadshows" para a atração de investimentos para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com especial ênfase nos setores portuário e aeroportuário, para os megaeventos esportivos e para setores relacionados à economia verde e inovação.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, os SECOMs realizaram diversos seminários e encontros com o empresariado local para a divulgação de oportunidades de investimentos nos setores estratégicos da economia brasileira, como o setor portuário e aeroportuário. Também se ofereceu apoio a delegações estaduais e municipais em missões de atração de investimento para suas

regiões. No total, os SECOMs participaram de mais de 50 eventos em 2013, que divulgaram oportunidades de investimento na economia brasileira. Em 2012, houve participação dos SECOMs em 21 eventos de atração de investimento.

Quantidade alcançada

50

Data de Referência

31/12/2013

- **Aumentar de 35 para 100 as contratações anuais para elaboração de estudos sobre investimentos e comércio e de pesquisas de mercado em coordenação com o setor privado e as associações de classe brasileiros, com o objetivo de subsidiar ações de promoção comercial e investimentos.**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2013, foram produzidos 54 guias de negócios referentes a países africanos, 8 pesquisas de mercado e 100 estudos de comércio sobre países específicos e sobre grupos de países. Atualizou-se, igualmente, o “Guia Legal do Investidor”. Em 2012, estabeleceu-se, ainda, parceria com a APEX-Brasil em matéria de inteligência comercial, sendo adotado termo de referência conjunto para elaboração de pesquisas e estudos de mercado.

Quantidade alcançada

163

Data de Referência

31/12/2013

- **Expandir de 4 para 6 o número de cidades sul-americanas a serem contempladas com a realização de seminários e oficinas relativas ao Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI).**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram realizados 3 seminários de PSCI no Peru, nas cidades de Arequipa, Piura e Lima, e 1 seminário de PSCI na Argentina, na cidade de Córdoba. Vale ressaltar que a atividade em questão depende do interesse manifestado por parte dos países sul-americanos, o que não ocorreu em 2012.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2013

- **Melhorar a qualidade da base de importadores cadastrados na rede BrasilGlobalNet.**

Análise Situacional da Meta

Esta meta foi alterada em 2013 priorizando-se a qualificação da base de importadores cadastrados na rede BrasilGlobalNet ao invés de sua expansão, que foi o propósito em 2012.

Em 2013, foram validados os dados cadastrados de 39.367 empresas não brasileiras no portal BrasilGlobalNet. Dentre essas, 2.934 empresas efetuaram seu cadastro pela primeira vez.

- **Melhorar a qualidade dos serviços prestados em 78 dos 100 Setores de Promoção Comercial (SECOMs) já em operação, em termos de disponibilidade de recursos humanos e infraestrutura.**

Análise Situacional da Meta

Esta meta foi alterada em 2013 priorizando-se a qualificação dos SECOMs ao invés de sua expansão, que foi o propósito em 2012.

Tendo em conta as novas fronteiras das atividades de promoção comercial do MRE, foram contratados, por intermédio de remanejamento de vagas entre Setores de Promoção Comercial (SECOMs), novos funcionários para Postos no exterior considerados estratégicos, a saber, Trípoli, Cidade do Cabo, Nairóbi, Abuja, Istambul, Porto Príncipe e Iaundé. A criação e aperfeiçoamento do Diário de Atividades, ferramenta para inserção e descrição das atividades desenvolvidas pelos SECOMs, tem permitido maior controle, à distância, do trabalho dessas unidades do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos do MRE (DPR). Está em elaboração sistema que possibilitará atribuir pesos relativos às diferentes atividades do Diário de Atividades, assim como o desenvolvimento de ferramenta



que classificará os SECOMs de acordo com o número de funcionários, facilitando a comparação e a concorrência saudável entre os postos. As atividades de treinamento e capacitação de funcionários, objeto de meta em separado, contribuem igualmente para melhorar a qualidade dos serviços prestados. Em 2013, o DPR realizou treinamento virtual com 76 SECOMs. Entre os novos contratados, foi realizado treinamento com 4 deles. O valor da quantidade alcançada refere-se ao número de SECOMs que realizaram o curso virtual (76, incluindo 4 com novos funcionários) e/ou que receberam novos funcionários em 2013 (7, dentre estes 3 que não receberam treinamento).

Quantidade alcançada

79

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar, ao menos, uma reunião por semestre até 2015 sobre atração de investimentos estrangeiros diretos com órgãos estaduais e municipais que tratam desse tema.**

Análise Situacional da Meta

Esta meta foi criada em 2013. Neste ano, foi dada especial ênfase ao contato com os demais entes da Federação. Diplomatas brasileiros mantiveram reuniões com autoridades e representantes de órgãos ligados à atração de investimento dos Estados de Minas Gerais, Pernambuco, Porto Alegre, Goiás, Sergipe, Rio de Janeiro, Pará, Santa Catarina, Paraíba, Bahia e Distrito Federal. O MRE orienta os órgãos com o intuito de melhorar a atração de investimento estrangeiro direto para os estados brasileiros. No exterior, foi realizada reunião com representantes de órgãos ligados à atração de investimentos dos Estados brasileiros, no “Annual Investment Meeting”, em Dubai.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0908 - Promover a participação brasileira em foros internacionais sobre energia e mineração, com vistas a ampliar a importância e a influência do Brasil, no contexto global.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

No biênio 2012-2013, o Brasil participou de forma ativa nos principais foros regionais e internacionais relacionados ao tema de energia, buscando fortalecer a posição do País como ator central no cenário energético mundial. Em 2013, o Brasil participou das discussões sobre o tema de energia em diversos organismos multilaterais como o G-20, no âmbito de Grupo de Trabalho sobre Sustentabilidade Energética (ESWG), criado pela presidência russa.

No contexto regional, o Brasil participou das discussões do Conselho Energético da UNASUL, voltadas para a criação de Tratado Energético da UNASUL, bem como das discussões sobre integração energética no âmbito da Organização Latino-Americana de Energia (OLADE). Em 2013, o brasileiro Fernando Ferreira foi eleito Secretário-Executivo da OLADE.

Na área de energias renováveis, o Brasil participou de diversos foros internacionais, dentre os quais se destacam os eventos promovidos pela iniciativa da ONU “Energia Sustentável Para Todos” (SE4ALL), da qual o País faz parte do Conselho Consultivo, em novembro de 2013; da III Assembleia Geral da Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA) e da I Semana da Sustentabilidade em Abu Dhabi (janeiro de 2013), e da quarta Reunião Ministerial sobre Energia Limpa (CEM4), realizada em Nova Delhi (17-18 de abril), com a participação de mais de 23 países. Como copresidente da Parceria Global de Bioenergia (GBEP), o Brasil realizou, em março de 2013, a Semana da Bioenergia, que reuniu em Brasília mais de 100 especialistas das Américas, África, Ásia, Europa e sete organizações internacionais, para capacitação em bioenergia sustentável. O Brasil participou também das reuniões do Comitê Gestor da GBEP em Berlim (maio de 2013) e em Roma (dezembro de 2013), ocasiões em que foram tratados os resultados da I Semana da Bioenergia e aprovados as atividades seguintes da iniciativa. Além disso, durante a Mesa Redonda “Biocombustíveis e

Segurança Alimentar" da 40ª Sessão Plenária do Comitê de Segurança Alimentar Mundial da FAO, em Roma (outubro de 2013), a atuação brasileira foi decisiva para a aprovação de documento de recomendações equilibrado sobre a relação entre bioenergia e segurança alimentar, em que os aspectos positivos da produção de bioenergia para o desenvolvimento sustentável foram considerados. No âmbito do ESWG do G20, o Brasil se voluntariou para facilitar, juntamente com a Coreia do Sul, os trabalhos sobre promoção do desenvolvimento sustentável, do crescimento verde inclusivo e da eficiência energética, com elaboração de estudos de caso sobre melhores práticas adotadas nacionalmente. Destaca-se, também, a participação na Organização Internacional de Normatização (ISO), onde o Brasil atua para a promoção dos biocombustíveis.

No que diz respeito ao tema de mineração, o Brasil esteve presente nos principais eventos multilaterais nessa área, com o objetivo tanto de buscar mercados para sua produção de matérias-primas minerais, como também de defender a agregação de valor às exportações brasileiras de produtos minerais. O Brasil participou, por exemplo, das reuniões dos Grupos Internacionais de Estudo do Chumbo e Zinco, do Níquel e do Cobre (Lisboa, 22 a 26 de abril de 2013).

Metas 2012-2015

• **Promover no plano internacional a defesa do acesso do Brasil a recursos energéticos para o desenvolvimento do país**

Análise Situacional da Meta

A participação brasileira nas discussões no âmbito do Conselho Energético Sul-americano constituiu, em 2013, passo importante para a defesa do acesso do Brasil a recursos energéticos para o desenvolvimento do país. A elaboração do Tratado Energético da UNASUL demanda constante coordenação entre autoridades brasileiras e suas contrapartes sul-americanas, tendo em vista a complexidade dos temas tratados.

Em 2012, foi criado um grupo "ad hoc" jurídico-político para assessorar o Grupo de Especialistas em Energia na geração de propostas que permitam dar conteúdo normativo ao Tratado, que será instrumento para conferir segurança jurídica a investimentos conjuntos na área de energia que poderão beneficiar o Brasil no longo prazo.

OBJETIVO: 0909 - Promover e fortalecer a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, TV digital, governança da internet e temas relacionados.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo programático de "promover e fortalecer a cooperação em C,T&I" com diversos países, organismos multilaterais e entidades integrantes de sistemas nacionais de inovação (órgãos governamentais, empresas, universidades e centros de pesquisa e desenvolvimento [P&D]) vem sendo cumprido ao longo dos últimos anos e em 2013 em particular. Entre os diversos eventos que podem ser mencionados por contarem com a ativa participação brasileira, destacam-se a XXVIII Reunião da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Ciência, Tecnologia e Inovação; a realização da expedição científica marítima nipo-brasileira "Iatá Piúna" no Atlântico Sul, em abril e maio de 2013; a III Conferência Brasil-Estados Unidos de Inovação e o I Grupo de Trabalho Brasil-EUA de inovação, também em setembro passado, no BNDES, no Rio de Janeiro; a II Reunião da Comissão Mista de C,T&I Brasil-Canadá, em junho; e reuniões de grupos de trabalho de inovação com o Reino Unido, França e Portugal, em abril. Em maio de 2014 está prevista a realização da IV Reunião do Comitê Conjunto Brasil-Japão de C,T&I, em Tóquio. Em novembro de 2013 foi realizada, no Rio de Janeiro, a VI edição do "Fórum Mundial de Ciências", a primeira vez que o evento ocorreu fora da Hungria, país cujos governo e Academia de Ciências são os principais idealizadores e promotores do evento. O Fórum contou com a participação de delegados de mais de 100 países, tendo sido acordadas diretrizes do uso da ciência para o desenvolvimento global sustentável.

No campo da governança da Internet, o Brasil vem participando ativamente dos fóruns globais, além de estar engajado em iniciativas bilaterais e regionais, com base em dois princípios básicos: (i) Defesa de que a governança da Internet deve ser transparente, democrática, multilateral e multissetorial, em linha com o que foi preconizado nos documentos de



resultados da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação; (ii) Defesa da perspectiva de que a Internet deve servir como ferramenta para o desenvolvimento e de que os temas de interesse dos países em desenvolvimento (infra-estrutura, acesso, capacitação, etc.) devem ocupar o centro do debate internacional (os países desenvolvidos tendem a ignorar esses temas, concentrando-se em questões – que não deixam de ser do interesse dos PEDs, e, em particular, do Brasil – como direitos humanos e propriedade intelectual). Dessa maneira, seja no âmbito bilateral, regional ou multilateral, o Brasil tem buscado maior envolvimento dos países nas discussões sobre a governança global da Internet e demais temas relacionados à Sociedade da Informação, em especial dos países em desenvolvimento, com vistas a influenciar na definição da agenda internacional e assegurar resultados que contemplem a perspectiva desses países.

Metas 2012-2015

- **Assegurar a adoção por países da América do Sul, Central, Caribe e África do padrão nipo-brasileiro de TV digital (ISDB-T).**

Análise Situacional da Meta

Entre janeiro e setembro de 2013, o avanço das negociações realizadas em 2012 resultou na adoção do padrão nipo-brasileiro de TV Digital (ISDB-T) por Botsuana, Guatemala e Honduras, elevando para 16 o número de países que optaram pelo padrão ISDB-T.

- **Capacitar os Setores de Ciência e Tecnologia (SETEC) para atuarem como observatórios de inovação e da governança da internet.**

Análise Situacional da Meta

No caso da Governança da Internet, tendo em vista a crescente importância do tema no cenário internacional, o Itamaraty vem envidando esforços para transmitir mais informações sobre o tema para os Postos relevantes.

- **Expandir de 12 para 15 o número de países com Setores de Ciência e Tecnologia (SETEC) brasileiros.**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, Argentina, México, EUA, Canadá, Portugal, França, Reino Unido, Alemanha, Rússia, China, Japão e Coreia do Sul contam com SETEC. O Itamaraty tem efetuado gestões e mantido programas junto a postos em outros países que permitam alcançar a meta estabelecida. Os países que se têm mostrado mais propensos a passarem a contar com SETEC, além dos indicados acima, são Uruguai, Suécia e Noruega (ou Cingapura) tendo em conta a densidade de programas e atividades com o Brasil na área de ciência, tecnologia e inovação.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2013

- **Expandir de 14 para 19 unidades o número dos Setores de Ciência e Tecnologia (SETEC) no exterior.**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, as Embaixadas em Buenos Aires, México, Washington, Ottawa, Lisboa, Paris, Londres, Berlim, Moscou, Pequim, Tóquio e Seul, mais os Consulados-Gerais em Nova York e Los Angeles) contam com SETEC. O Itamaraty tem efetuado gestões e mantido programas junto a outros postos que permitam alcançar a meta estabelecida. Tais postos que se têm mostrado mais propensos a passarem a contar com SETEC, além dos já indicados acima, são o Consulado-Geral em São Francisco e as Embaixadas em Montevidéu, Estocolmo, Oslo e Cingapura), tendo em conta a densidade de programas e atividades com o Brasil na área de ciência, tecnologia e inovação.

Quantidade alcançada

14

Data de Referência

31/12/2013

- **Promover e fortalecer a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, TV digital, governança da internet, e temas relacionados.**

Análise Situacional da Meta

No caso da ciência, tecnologia e inovação de forma geral, foram realizadas mais de 500 atividades de cunho finalístico ou preparatório com vistas à cooperação internacional para o desenvolvimento científico-tecnológico do País. Entre tais atividades podem-se destacar as negociações bem-sucedidas para que a edição de 2018 da "World Hydrogen Energy Conference" (WHEC) seja realizada no Rio de Janeiro; a realização do "Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável", no Rio de Janeiro, paralelamente à Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20); a adoção, durante a Conferência, do Plano Decenal Brasil-China 2012-2022, em que a área de C,T&I figura como prioritária; a realização da II Reunião da Comissão Mista Brasil-Equador de C,T&I e da I Reunião da Subcomissão de C,T&I Brasil-Peru; Missão do Centro Europeu de Pesquisas Nucleares (CERN) ao Brasil, que avaliou positivamente as condições para a adesão do País ao Centro; lançamento da "Força-Tarefa Brasil-Noruega para Pesquisa e Desenvolvimento no Setor de Petróleo e Gás"; e a Inauguração do Centro Internacional de Energias Renováveis – Biogás (CIER-Biogás), junto ao Parque Tecnológico de Itaipu (PTI), iniciativas das quais o DCT participou diretamente na organização e realização.

Os principais resultados da ação do DCT na área de TV digital, em 2012, foram a consolidação da divulgação do padrão nipo-brasileiro de TV digital (Integrated Services Digital Broadcasting Terrestrial - ISDB-T e o middleware "Ginga") na América do Sul; o avanço nas negociações com países da África (Angola e Botsuana) e América Central (Guatemala, Nicarágua, Honduras e El Salvador) para adoção futura do ISDB-T; e a realização da I "Conferência Intergovernamental de Televisão Digital Terrestre" e do V Fórum Internacional do ISDB-T (Quito, 14-16 de março de 2012).

No âmbito da governança da Internet, o Brasil tem participação ativa nos diversos fóruns internacionais que se dedicam ao tema, entre os quais o Fórum de Governança da Internet (IGF), para o qual apresentou pleito de sediar a décima edição, em 2015; a Comissão das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CSTD), na qual defende a discussão para implementação de mecanismo em que os países possam avançar, em contexto multissetorial, nos temas de políticas públicas globais para a Internet; e a União Internacional de Telecomunicações (UIT), que lidera o seguimento da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, cujos resultados estão sob processo de revisão geral. A Presidenta da República, em seu discurso na abertura da 68ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, convocou os países a estabelecerem um Marco Civil Internacional para a Internet, e posteriormente convocou a realização da Reunião Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet, a ocorrer em São Paulo, em 23 e 24 de abril de 2014.

No âmbito regional, o Brasil assumiu a presidência do Grupo de Trabalho sobre Governança da Internet, no marco do Plano de Ação para a Sociedade da Informação na América Latina e Caribe (eLAC 2015), com o intuito de reforçar a coordenação nessa matéria com os parceiros da região. O Brasil participou, ademais, da proposta de criação de Grupo de Trabalho do MERCOSUL sobre Governança, Privacidade, Segurança da Informação e Infraestrutura Tecnológica, com vistas a dar seguimento à decisão sobre repúdio à interceptação de dados e comunicações eletrônicas, bem como fomentar iniciativas regionais para incrementar a autonomia tecnológica e a segurança das comunicações na região. Há outros espaços de articulação, onde o Brasil participa de maneira auxiliar, como os debates na UNESCO, na UNODC; e no CDH/ONU.

OBJETIVO: 0911 - Aprimorar e expandir os serviços consulares, o tratamento dos temas migratórios e as atividades de apoio às comunidades brasileiras no exterior, nos termos da política governamental estabelecida pelo Decreto nº 7.214, de 15 de junho de 2010.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Houve aumento no volume de documentos emitidos pelo Sistema Consular Integrado devido à disponibilização de novos serviços, antes processados fora do Sistema. O crescimento da demanda por serviços consulares brasileiros no exterior gera a necessidade de adequar as práticas consulares em termos quantitativos e qualitativos, o que será tratado por



evoluções no Sistema Consular Integrado.

Metas 2012-2015

- **Elevar o Índice de Produtividade Consular Consolidado (IPCC) dos atuais 81,28% para 89,41%**

Análise Situacional da Meta

O Índice de Produtividade Consular Consolidado superou a meta prevista.

Quantidade alcançada

91,45

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0913 - Ampliar a capacitação dos quadros da carreira de diplomata e aumentar a diversidade de seus integrantes, mediante concursos de seleção, cursos de formação e aperfeiçoamento e de altos estudos, programas de ação afirmativa e acordos de intercâmbio e cooperação com academias diplomáticas de outros países.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Em 2013, o número de alunos brasileiros no Curso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD) foi reduzido em relação a 2012. Isso se deveu a dois motivos: primeiro, o atraso na realização do Concurso de Admissão em 2013, que fez com que o curso contasse, ao longo do ano, apenas com uma turma regular; em segundo lugar, o número de diplomatas inscritos no CAD, curso de inscrição voluntária, que em virtude do número de inscritos teve apenas uma edição ao longo de 2013, em lugar das duas edições anuais que se realizavam tradicionalmente.

No que diz respeito às metas de aumento da taxa de afrodescendentes aprovados do CACD e ao aumento do número de diplomatas estrangeiros participantes daquele Curso, foram plenamente atingidas e mesmo ultrapassadas em 2013.

Metas 2012-2015

- **Alcançar o índice de 10% na quantidade de bolsistas estrangeiros participantes do Curso de Formação, por turma**

Análise Situacional da Meta

O referido índice foi cumprido e mesmo ultrapassado, tendo sido possível ao Instituto Rio Branco, no ano de 2013, formar 12 bolsistas estrangeiros na turma regular de 42 alunos, dos quais 30 eram brasileiros. Em 2012, a situação foi idêntica, com 12 bolsistas estrangeiros estudando numa turma de 42 alunos.

Quantidade alcançada

28

Data de Referência

31/12/2013

- **Aumentar a taxa de aprovação de candidatos afro-descendentes no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, dos atuais 5,17% para 7%**

Análise Situacional da Meta

Três candidatos afrodescendentes foram aprovados no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2013, num total de 32 aprovados. Em 2012, dois candidatos afrodescendentes foram aprovados num total de 30.

Quantidade alcançada

9,38

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0915 - Expandir o conhecimento internacional sobre a variedade brasileira da Língua Portuguesa e sobre a cultura brasileira, e promover o intercâmbio, a cooperação cultural e educacional e a diversidade cultural, nos âmbitos bilateral e multilateral, e a transformação da percepção sobre o Brasil e os brasileiros.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Cabe ressaltar a inauguração, pelo Vice Presidente da República, do Centro Cultural Brasileiro em Tel Aviv; a abertura do Centro Cultural Brasileiro em Buenos Aires; a realização da 1ª edição de 2013 do exame CELPE- BRAS; a realização de uma oficina de formação para roteiristas, em parceria com a Universidade de Brasília – UnB; o lançamento de seis publicações para divulgação da realidade brasileira; a concessão do Prêmio Itamaraty para o Cinema Brasileiro, no âmbito da 16ª Mostra de Cinema de Tiradentes; a participação na Bienal das Culturas Lusófonas, em Lisboa; o encerramento do Ano do Brasil em Portugal; a participação na Feira do Livro de Buenos Aires, entre outros.

Metas 2012-2015

- **Expandir de 5 para 25 os cursos de capacitação de professores no exterior.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram realizados 9 cursos que, somados aos 10 do ano anterior, totalizaram 19 cursos. Nesse ritmo, a meta originalmente estabelecida será atingida.

Quantidade alcançada

19

Data de Referência

31/12/2013

- **Expandir de 68 para 100 o número de leitorados brasileiros no exterior.**

Análise Situacional da Meta

O número de leitorados foi reduzido devido à extinção de leitorados não renovados. A realização de um Edital de seleção por ano nesse período foi insuficiente para a renovação de todos os leitorados extintos por decurso de prazo. A seleção de novos leitorados será balizada pelos seguintes critérios:

- (i) Ampliação do número de leitorados em países de maior relevância para o Programa Ciência sem Fronteiras, pelo papel catalizador e potencializador que os leitores podem exercer para este programa estratégico;
- (ii) Reforço dos leitorados nos países de língua oficial portuguesa; os primeiros serão abertos provavelmente em Angola e em Moçambique, pela importância desses dois países para a política externa brasileira;
- (iii) Fortalecimento do programa de leitorados nos BRICs (o Brasil mantém leitorados na China e Rússia. Está em vias de estabelecer vagas na África do Sul, em 2014, e Índia, em 2015);
- (iv) Dinamização dos leitorados na América do Sul.

Estão sendo criados mecanismos que possam compensar a diminuição do número de leitorados, mantendo o mesmo nível de divulgação da língua portuguesa e da cultura brasileira no exterior:

- (i) ampliação da rede de Centros Culturais;
- (ii) assinatura de acordos com universidades brasileiras que propiciem o deslocamento de alunos dos últimos anos do curso de Letras para ensinar o português em universidades estrangeiras (já em finalização acordo com a UFRJ);
- (iii) possibilidades de que os Leitores venham a apresentar projetos multiplicadores das atividades de ensino do português. Os projetos serão apresentados pelos leitores às Missões Diplomáticas brasileiras que os remeterão à DPLP para seleção. Os que forem selecionados serão financiados pelo MRE por meio do Programa de Reforço dos Leitorados Brasileiros no Exterior; e
- (iv) a disponibilização, no Portal da RBC, de material online para o ensino da língua portuguesa e cultura brasileira.

Quantidade alcançada

34

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar 40 cursos de português como língua de herança no exterior.**

**Análise Situacional da Meta**

Esta meta foi incluída em 2013. Neste ano, foram ministrados 25 cursos (19 no primeiro semestre e 6 no segundo) que, somados aos 4 realizados nos anos de 2011 e 2012, elevam a 29 o total de cursos já realizados.

Quantidade alcançada

29

Data de Referência

31/12/2013

• Reestruturar, modernizar e expandir de 22 para 24 a Rede de Centros Culturais Brasileiros.**Análise Situacional da Meta**

As metas de reestruturar e modernizar os Centros Culturais tiveram continuidade em 2013, quando foram priorizadas (i) a renovação das bibliotecas; (ii) a aquisição de material permanente, de mobiliário e de equipamentos eletrônicos e de informática; (iii) a capacitação dos professores; (iv) a disponibilização de material didático no portal da RBC; e (v) o incentivo da participação dos alunos em atividades culturais.

A meta de expansão numérica foi alcançada em julho de 2013, com a inauguração dos Centros Culturais em Buenos Aires, e em Tel Aviv. No entanto, a crescente demanda para aprendizagem do português em vários países indica a necessidade de superação dessa meta. Assim: (i) já estão em processo de negociação acordos para a criação de CCBs na Rússia e na China, nos BRICS; e (ii) se estuda a implantação de CCB nos Estados Unidos, maior receptor de alunos do Programa Ciência sem Fronteiras.

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0916 - Ampliar, aprofundar e promover debates e reflexões sobre temas das relações internacionais e da história diplomática brasileira, voltados para a formação de opinião pública, contribuindo com avaliações, estudos e subsídios para a política externa brasileira.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Foram concluídas ou superadas grande parte das metas no que diz respeito a edição de obras sobre temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira; a implantação da biblioteca virtual; a implantação do cadastro de referências em relações internacionais e política externa.

Estão sendo cumpridas regularmente as seguintes metas previstas para o período 2012-2015: a realização de cursos para diplomatas estrangeiros e a realização de debates sobre temas prioritários que integram a agenda internacional, compreendendo conferências, workshops, palestras, encontros e cursos.

No tocante à realização de concursos anuais de dissertações de mestrado em relações internacionais e ciências políticas, ao longo dos exercícios de 2012 e 2013 buscou-se realizar articulações com o meio acadêmico para que possa ser implementada essa meta nos próximos exercícios.

Como parte da implementação das atividades previstas neste Objetivo, ainda, visando ampliar a divulgação de temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira, vem ocorrendo a participação e/ou apoio em feiras, lançamentos de livros e outros eventos, além da realização de exposições e a entrega de publicações editadas às bibliotecas e aos formadores de opinião pública.

Por meio do planejamento e da racionalização dos recursos humanos, orçamentários e financeiros colocados à disposição para cumprimento deste Objetivo, pode-se concluir que o mesmo vem sendo implementado regularmente e com êxito dentro do previsto no PPA 2012-2015.

Visando ampliar a divulgação, a difusão e a reflexão sobre temas das relações internacionais e da história diplomática

brasileira, foram doadas 122.150 publicações no País e 10.258 para 140 países, no exterior, totalizando 132.408 publicações entregues às bibliotecas e aos formadores de opinião pública no decorrer do exercício de 2013.

Metas 2012-2015

• Editar 120 obras sobre temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira**Análise Situacional da Meta**

Foram editadas e realizadas tiragens de 180 publicações sobre os temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira, tendo sido implementada 150% da meta prevista para o período 2012 – 2015, sendo 71 publicações referentes ao exercício de 2013.

Quantidade alcançada

180

Data de Referência

31/12/2013

• Implantar biblioteca virtual contendo seleção de dissertações e artigos selecionados de relações internacionais e ciências políticas, com enfoque nos temas de política externa**Análise Situacional da Meta**

Foi implantada a biblioteca virtual, desde 2012, com o cumprimento da meta, cujos títulos foram ampliados em 2013, contendo, entre outras publicações, dissertações e artigos selecionados de relações internacionais e ciências políticas com enfoque em temas da política externa, com acesso e download gratuitos, além do lançamento de alguns títulos em formato de e-books, disponibilizados, também, sem custos para os usuários, no sítio <http://www.funag.gov.br>.

• Implantar cadastro de referências em relações internacionais e política externa**Análise Situacional da Meta**

Desde 2012 foi implantado o cadastro de referências em relações internacionais e política externa, com o cumprimento da meta, cujas informações foram atualizadas e ampliadas em 2013.

• Realizar 10 cursos para diplomatas estrangeiros**Análise Situacional da Meta**

Foram realizados 7 dos 10 cursos para diplomatas estrangeiros, representando o cumprimento de 70% da meta prevista, sendo 4 referentes ao exercício de 2013, a saber:

- I Curso da Liga dos Estados Árabes-LEA – Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro – 29 de abril a 10 de maio de 2013
- IV Curso para Diplomatas Africanos – Brasília e Rio de Janeiro – 05 a 16 de agosto de 2013
- I Curso para Diplomatas do Caribe – Brasília e Rio de Janeiro – 09 a 20 de setembro de 2013
- XI Curso para Diplomatas Sul-Americanos – Brasília e Rio de Janeiro – 07 a 18 de outubro de 2013.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2013

• Realizar 60 debates sobre temas prioritários que integram a agenda internacional**Análise Situacional da Meta**

Foram realizados diretamente e/ou em parceria com outras instituições 38 dos 60 debates previstos, sendo 22 em 2012 e 16 em 2013, sobre temas prioritários que integram a agenda internacional, aí compreendidos seminários, conferências, workshops, palestras, encontros e cursos, com um cumprimento de cerca de 63% (sessenta e três por cento) desta meta.

Ademais, em 2013, houve a participação e/ou apoio com as publicações editadas em 36 (trinta e seis) feiras,



lançamentos de livros e outros eventos, visando a divulgação de temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira, tendo sido, ainda, apoiada a realização de uma exposição e realizado o lançamento de publicações em formato de e-books.

Quantidade alcançada

38

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar dois concursos acadêmicos sobre temas de relações internacionais, com enfoque nos temas da política externa.**

Análise Situacional da Meta

Esta meta foi alterada em 2013. Ao longo deste exercício, buscou-se realizar articulações com o meio acadêmico para que essa meta seja alcançada nos próximos exercícios.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0917 - Diversificar e ampliar a cooperação técnica internacional do Brasil, com base em mecanismos bilaterais, multilaterais e regionais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

As ações de cooperação internacional concebidas, executadas ou apoiadas pelo Governo brasileiro priorizam a erradicação da fome e da pobreza, o combate à desigualdade e exclusão social, a promoção do desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável e a formação de capital humano.

No âmbito deste objetivo, a diversificação e ampliação da cooperação técnica internacional representam o aumento das ações de cooperação prestada pelo Brasil (Sul-Sul) que resultaram, consequentemente, no desenvolvimento de capacidades de indivíduos, instituições e organizações vinculadas à administração pública, à sociedade civil e ao setor produtivo privado, por intermédio da transferência de conhecimento, tecnologia, experiências bem sucedidas, compartilhamento de capacidades produtivas, bem como o fornecimento de bens, serviços e materiais, necessários à autonomia dos países parceiros em suas políticas públicas de desenvolvimento social e econômico.

No período 2012/2013, a cooperação Sul-Sul com a África, Ásia, Oceania, América do Sul, Central e Caribe alcançou expressivos resultados no âmbito dos programas bilaterais. Ao todo, mais de 1500 ações de cooperação técnica foram implementadas com diversos países, nas áreas de saúde, agricultura, meio ambiente, trabalho e emprego, educação e formação profissional, cultura, desenvolvimento social, pecuária, biocombustíveis, piscicultura, comunicação, desenvolvimento agrário, segurança pública, administração pública, energia, urbanismo, nutrição, metrologia, geografia, estatística e finanças. Soma-se a esse número mais 360 projetos dos programas multilaterais e trilaterais, totalizando 1.866 ações de cooperação implementadas em dois anos.

Para atender, na maior extensão possível, o volume de solicitações de parcerias, o Governo brasileiro faz uso da modalidade de atuação de cooperação Sul-Sul bilateral entre o Brasil e países em desenvolvimento e de diferentes tipos de cooperação trilateral com governos estrangeiros e organismos internacionais.

Metas 2012-2015

- **Aumentar em 10% em relação a 2010 o quantitativo de projetos concluídos na Cooperação Técnica Internacional prestada pelo Brasil a outros países em desenvolvimento.**

Análise Situacional da Meta

Linha de base ano 2010: 1348 projetos implementados.

Meta: atingir 1482 projetos implementados até 2015.

Em 2012, foram implementados 1050 projetos.

Situação até 31 de dezembro de 2013: 816 projetos implementados em 2013, equivalente a 55,06% da meta prevista.

Quantidade alcançada

55,06

Data de Referência

31/12/2013

• **Elaborar proposta de marco regulatório para a Cooperação Técnica Internacional entre o Brasil e outros países em desenvolvimento**

Análise Situacional da Meta

Foi assinado em julho de 2013, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Projeto de Cooperação intitulado "Consolidação da Cooperação Técnica Internacional Brasileira", que tem como um dos seus componentes a elaboração de diagnósticos e subsídios para a construção do marco regulatório da cooperação técnica prestada pelo Brasil (Sul-Sul). Minuta de decreto contemplando o tema já foi elaborada pelo MRE/ABC e encontra-se em fase de análise.

OBJETIVO: 0918 - Expandir a participação do Brasil em negociações e ações internacionais de combate à fome e à pobreza e de cunho humanitário, a fim de prevenir calamidades, propiciar apoio emergencial em casos de desastres ou conflitos e auxiliar a recuperação de países atingidos por eventos danosos de grandes proporções.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

No período sob consideração, o Governo brasileiro executou intensa prestação de cooperação humanitária, a fim de garantir, principalmente, a ampliação de sua capacidade de resposta em situações de emergência e de crises prolongadas. O aprofundamento da parceria com organismos internacionais especializados constituiu importante fator para o aumento considerável da projeção do país como doador internacional. Atestado mais notável dessa projeção foi a capacidade de aproximar diferentes organismos internacionais em torno de iniciativas propostas e elaboradas pelo Brasil.

A atuação humanitária brasileira logrou, adicionalmente, atrair a atenção de doadores tradicionais, como Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Comissão Européia, República Tcheca, Nova Zelândia, Suíça, Holanda e Espanha, tornando-os parceiros das iniciativas lideradas pelo Brasil. Atualmente, os referidos países vêm investindo em diferentes ações da cooperação humanitária brasileira por meio de aportes financeiros a organismos internacionais executores dos projetos. Como em períodos anteriores, a cooperação humanitária pôde contar com a ampliação e constante apoio dos Grupos de Trabalho Interministeriais de Assistência Humanitária Internacional e de assuntos relacionados à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (GTI-FAO) para garantir maior eficiência e diversificação de suas ações. A exemplo disso, cabe mencionar a ampliação da capacidade brasileira de responder, principalmente no âmbito regional, a crises humanitárias por meio do envio de medicamentos e insumo hospitalar.

Ademais, a contribuição dos Ministérios que integram os referidos grupos de trabalho foi fundamental para a execução de seminários internacionais sobre políticas públicas contra a exclusão social e sobre a erradicação da fome e da pobreza. Realizados no Marrocos, Tunísia e Paquistão, os seminários deram início a troca de experiências e a exploração da possibilidade de intercâmbio de boas práticas e de cooperação entre as partes.

A doação de alimentos autorizada pela Lei 12.429/11 constituiu elemento chave na prestação de cooperação humanitária ao longo de 2012. As doações de gênero alimentício constituíram cerca de 35% das ações operacionalizadas ao longo do período em tela.

Adicionalmente, a consultoria da FAO foi fundamental para garantir a elaboração de um sistema de gestão e monitoramento das atividades da cooperação humanitária brasileira.

Ao longo de 2014 buscar-se-á elaborar marco regulatório relativo à provisão de cooperação humanitária pelo Brasil; a melhoria da gestão de processos; o monitoramento das ações de cooperação humanitária; a diversificação de parceiros; o



aumento do quadro de funcionários e de recursos destinados à cooperação humanitária e melhor inserção do tema da cooperação humanitária.

Metas 2012-2015

• Elaborar marco legal relativo à provisão de cooperação humanitária internacional pelo Brasil**Análise Situacional da Meta**

Proposta do referido marco legal para provisão de Cooperação Humanitária Internacional encontra-se em fase de elaboração pelo Grupo de Trabalho Interministerial de Cooperação Humanitária.

• Expandir de 70, realizadas pelo Brasil em 2010, para 120 operações internacionais humanitárias e de gestão do risco de desastres**Análise Situacional da Meta**

Em 2013, o Governo brasileiro realizou 95 ações internacionais de Cooperação Humanitária. Em 2012, o total de ações dessa natureza chegou a 109.

Cabe mencionar, ainda, que as doações de alimentos autorizadas na Lei 12.429/11, operadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) representam parcela significativa das ações de cooperação humanitária do exercício de 2013.

Quantidade alcançada

95

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0919 - Promover a percepção internacional do compromisso do Brasil com os direitos humanos e com os temas sociais, por meio da participação ativa em órgãos multilaterais e do diálogo e da cooperação bilaterais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério das Relações Exteriores busca promover uma percepção internacional favorável acerca do compromisso brasileiro com a promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento social, em linha com a importância também atribuída a esses objetivos no plano doméstico. Para tanto, o Ministério das Relações Exteriores participa ativamente das atividades do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, da Organização Mundial de Saúde, da Organização Internacional do Trabalho e dos demais organismos regionais e internacionais afetos a essa temática, além de dialogar com os órgãos e mecanismos dos sistemas regional e internacional de proteção dos direitos humanos.

Contribuíram para realçar a importância atribuída pelo Brasil a esses objetivos a eleição do Brasil, em novembro de 2012, a novo mandato de três anos (2013-15) junto ao Conselho de Direitos Humanos da ONU. Também importantes foram a eleição de diversos candidatos brasileiros a órgãos regionais e internacionais de promoção e proteção dos direitos humanos, a seguir listados: (i) Roberto de Figueiredo Caldas, eleito em junho de 2012 para a Corte Interamericana de Direitos Humanos; Maria Margarida Pressburger, eleita em outubro de 2012 para o Subcomitê de Prevenção da Tortura da ONU; Wanderlino Nogueira Neto, eleito em dezembro de 2012 para o Comitê de Direitos da Criança da ONU; José Augusto Lindgren Alves, eleito em junho de 2013 para o Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Racial da ONU; e Paulo de Tarso Vannuchi, eleito também em junho de 2013 para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Destacam-se também a participação de alto nível do Governo brasileiro na Primeira Reunião da Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e Caribe, em agosto de 2013; e a exitosa organização, em Brasília, da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, em outubro de 2013.

Metas 2012-2015

• Assinar o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

Análise Situacional da Meta

Foi incluída, entre as recomendações parcialmente aceitas pelo Brasil como resultado da avaliação a que o país foi submetido pelo mecanismo de revisão periódica universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em maio de 2012, "dar início a consultas com os órgãos federais e conselhos dotados de competência sobre matérias relativas à promoção dos direitos econômicos, sociais e culturais, com vistas à possível assinatura do referido Protocolo Facultativo". As referidas consultas foram iniciadas em outubro de 2013, em diálogo com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, junto ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), o qual emitiu resolução favorável à assinatura e à posterior ratificação daquele instrumento.

- **Elaborar critérios e procedimento de natureza pública para a seleção de candidatos brasileiros a órgãos de tratados de direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA)**

Análise Situacional da Meta

O Ministério das Relações Exteriores tem buscado conferir maior transparência aos critérios aplicados à seleção de candidatos brasileiros a órgãos de tratados de direitos humanos da ONU e da OEA, por meio de diálogo junto a outros órgãos governamentais, conselhos nacionais e organizações do terceiro setor dedicadas aos temas de direitos humanos. Candidaturas lançadas pelo Brasil a órgãos de tratados de direitos humanos têm se nutrido de sugestões emanadas e do apoio prestado por esses conselhos e organizações. A intenção é, por meio da prática acumulada em relação ao processo de apresentação de candidaturas, consolidar, paulatinamente, procedimentos que confirmem publicidade e legitimidade a esse processo de seleção.

- **Elaborar sítio eletrônico para a difusão permanente e atualizada de informações sobre temas de direitos humanos e política externa**

Análise Situacional da Meta

A necessidade de informações sobre a política externa em direitos humanos está, no momento, sendo parcialmente atendida por meio da disposição dessas informações em sítios eletrônicos geridos pelas Delegações do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra e em Nova York, assim como pelo atendimento a pedidos específicos de informação, apresentados ao amparo da Lei de Acesso à Informação. Avalia-se a possibilidade de atualizar o sítio eletrônico geral do Ministério das Relações Exteriores com esse propósito.

- **Organizar a Conferência Mundial sobre Trabalho Infantil, no Brasil em 2013**

Análise Situacional da Meta

O país sediou em Brasília, de 8 a 10 de outubro de 2013, a III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil (CGTI). Organizado pelo MRE, juntamente com MDS e MTE – e apoiado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o evento contou com a participação de 155 delegações governamentais (36 lideradas por ministros), compostas por representantes de governos, trabalhadores, empregadores e/ou sociedade civil. Nas plenárias, que contaram com a presença da Presidenta da República, Dilma Rousseff, e de ministros brasileiros, discursaram 54 altos representantes de Governo, de organizações de trabalhadores, de empregadores e da sociedade civil. A conferência adotou a Declaração de Brasília sobre o Trabalho Infantil, que reconhece o problema como global, reafirma a busca da eliminação das piores formas de trabalho infantil até 2016 e o compromisso de continuar as ações nacionais até a sua completa erradicação, sob a liderança dos governos e com apoio de trabalhadores, empregadores e sociedade civil. A Conferência de Brasília foi um passo decisivo no sentido da consolidação do conceito de erradicação sustentável do trabalho infantil.

- **Promover o credenciamento do Conselho Nacional dos Direitos Humanos junto ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos como "Instituição Nacional Brasileira", conforme os "Princípios de Paris"**

Análise Situacional da Meta

O credenciamento do Conselho Nacional dos Direitos Humanos junto ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (EACDH) depende da aprovação do Projeto de Lei 4715/1994, em trâmite na



Câmara dos Deputados, o qual transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) no referido Conselho Nacional de Direitos Humanos e busca adequar sua composição e métodos de trabalho aos "Princípios de Paris", de cuja observância depende o seu credenciamento como "Instituição Nacional Brasileira". Uma vez aprovado o referido projeto e instituído o Conselho, este deverá submeter memoriais ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, em que apresentará descrição minuciosa de seu marco legal e institucional, além de suas atividades, com vistas ao credenciamento do órgão como instituição nacional de direitos humanos. O Ministério das Relações Exteriores deverá apoiar o processo de apresentação e de credenciamento subsequentes. Já foram realizadas reuniões técnicas com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para avaliar as competências que deverão ser atribuídas ao Conselho Nacional de Direitos Humanos, nos termos do referido projeto de lei em tramitação, frente aos requisitos estabelecidos pelos Princípios de Paris.

PROGRAMA: 2043 - Integração Sul-Americana**Indicadores**

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Chegada de turistas provenientes da Argentina ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	1.399.592	31/12/2012	1.671.604
Chegada de turistas provenientes da Bolívia ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	99.359	31/12/2012	112.639
Chegada de turistas provenientes da Colômbia ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	85.567	31/12/2012	100.324
Chegada de turistas provenientes da Guiana ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	5.236	31/12/2012	3.400
Chegada de turistas provenientes da Venezuela ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	51.186	31/12/2012	51.106
Chegada de turistas provenientes do Chile ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	200.724	31/12/2012	250.586
Chegada de turistas provenientes do Equador ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	23.095	31/12/2012	26.462
Chegada de turistas provenientes do Paraguai ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	194.340	31/12/2012	246.401
Chegada de turistas provenientes do Peru ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	81.020	31/12/2012	91.996
Chegada de turistas provenientes do Suriname ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	2.930	31/12/2012	4.859
Chegada de turistas provenientes do Uruguai ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	228.545	31/12/2012	253.864
Corrente de Comércio Brasil-Argentina	US\$ milhão por ano	31/12/2010	32.957	31/12/2013	36.078
Corrente de Comércio Brasil-Bolívia	US\$ milhão por ano	31/12/2010	3.396	31/12/2013	5.472
Corrente de Comércio Brasil-Chile	US\$ milhão por ano	31/12/2010	8.362	31/12/2013	8.812
Corrente de Comércio Brasil-Colômbia	US\$ milhão por ano	31/12/2010	3.275	31/12/2013	4.165
Corrente de Comércio Brasil-Ecuador	US\$ milhão por ano	31/12/2010	1.035	31/12/2013	961
Corrente de Comércio Brasil-Guiana	US\$ milhão por ano	31/10/2010	28,4	31/12/2013	30
Corrente de Comércio Brasil-países da América do Sul	US\$ milhão por ano	31/12/2010	62.995	31/12/2013	73.407
Corrente de Comércio Brasil-países do MERCOSUL	US\$ milhão por ano	31/12/2010	39.221	31/12/2013	49.983
Corrente de Comércio Brasil-Paraguai	US\$ milhão por ano	31/12/2010	3.159	31/12/2013	4.036
Corrente de Comércio Brasil-Peru	US\$ milhão por ano	31/12/2010	2.928	31/12/2013	3.919
Corrente de Comércio Brasil-Suriname	US\$ milhão por ano	31/12/2010	63,6	31/12/2013	63

**Plano
Mais Brasil**

Corrente de Comércio Brasil-Uruguai	US\$ milhão por ano	31/12/2010	3.105	31/12/2013	3.838
Corrente de Comércio Brasil-Venezuela	US\$ milhão por ano	31/12/2010	4.687	31/12/2013	6.030

Observações:

Corrente de Comércio Brasil-países do MERCOSUL - Inclui Venezuela.

OBJETIVO: 0406 - Promover a cooperação com os países da América do Sul, com vistas à construção de uma visão compartilhada em matéria de defesa e segurança regional, à integração das indústrias nacionais de defesa e ao fortalecimento das medidas de fomento à confiança.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Brasil tem participado ativamente do foro criado pelos países do entorno regional para a promoção, cooperação e estímulo comercial em matéria de defesa. Os Chefes de Estado e de governo reunidos na III Reunião Ordinária da UNASUL, em 11 de dezembro de 2008, em Santiago do Chile, reafirmaram os princípios consagrados no Tratado Constitutivo da UNASUL. Considerando a necessidade da UNASUL de contar com um órgão de consulta, cooperação e coordenação em matéria de defesa, decidiram por criar o Conselho de Defesa Sul-americano (CDS). Este Conselho não é uma união militar, mas um foro para debate e fomento de medidas de cooperação e fortalecimento da confiança mútua. Essas medidas se materializam em iniciativas agrupadas em um documento anual denominado Plano de Ação do CDS, elaborado pela instância executiva do referido Conselho e aprovado pelos Ministros de Defesa dos países membros do CDS. O Plano de Ação é uma matriz conformada por quatro eixos temáticos: Política de Defesa; Cooperação Militar, Ações Humanitárias e Operações de Paz; Indústria e Tecnologia de Defesa; e Formação e Capacitação. Dentro desses eixos são acordadas atividades que serão executadas a cada ano referentes à vigência daquele Plano de Ação.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cooperação militar, de pesquisa e de desenvolvimento com os países da América do Sul, colaborando com o fortalecimento do Brasil no cenário internacional, de acordo com a Estratégia Nacional de Defesa**

Análise Situacional da Meta

O Brasil e países sul-americanos têm intensificado a cooperação na área de pesquisa e de desenvolvimento militar. Podem-se citar os projetos do KC 390 e de fabricação de aeronaves com a Argentina, Equador e Venezuela, contribuindo com a Estratégia Nacional de Defesa e P & D.

- **Consolidar o Centro de Estudos Estratégicos em Defesa (CEED/CSD)**

Análise Situacional da Meta

O Conselho de Defesa Sul-Americano decidiu por criar o Centro de Estudos Estratégicos Sul-Americano para servir como uma instância de produção de estudos estratégicos para assessorar o CDS. Além disso, o CEED contribui com a consolidação dos principais objetivos estabelecidos no Estatuto do CDS, a partir da geração de conhecimento e difusão de um pensamento estratégico sul-americano em matéria de defesa e segurança regional e internacional. Os objetivos principais do CEED são: contribuir, mediante análise permanente, para a identificação de desafios, fatores de risco e ameaça, oportunidades e cenários relevantes para a defesa e segurança regional mundial; promover a construção de uma visão conjunta que possibilite uma abordagem comum em matéria de defesa e segurança regional; e contribuir para a identificação de enfoques conceituais e delineamentos básicos comuns que permitam a articulação de políticas em matéria de defesa e segurança regional.

- **Estabelecer acordos com os países da América do Sul que possibilitem a integração das indústrias regionais de produtos de defesa, conforme estabelecido na Estratégia Nacional de Defesa**

Análise Situacional da Meta

Foi estabelecido acordo com a Argentina, envolvendo sua indústria, a FADEA, para participação no Projeto da

aeronave KC-390, no qual a FADEA ficou responsável pela fabricação de partes e componentes da aeronave.

O Ministério da Defesa participa do Projeto do Avião de Treinamento da UNASUL, envolvendo suas indústrias em parceria com demais países da América do Sul (Argentina, Equador e Venezuela).

• **Implementar os Planos de Ação definidos no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano (CSD)**

Análise Situacional da Meta

O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), por intermédio do Brasil e demais países do subcontinente, vem buscando consolidar a América do Sul como uma zona de paz, base para a estabilidade democrática e de desenvolvimento integral da região. Para tal, o CDS desenvolveu um Plano de atividades com vigência anual denominado Plano de Ação. Os Planos de Ação são construídos em cima de quatro ideias-força, denominadas eixos temáticos. Os eixos são: Política de Defesa; Cooperação Militar, Ações Humanitárias e Operações de Paz; Indústria e Tecnologia de Defesa; e Formação e Capacitação. Dentro desses eixos são acordadas atividades que serão executadas a cada ano referente à vigência daquele Plano de Ação. Uma atividade pode desenvolver-se por mais de um ano e, para tal, necessita estar inserida no Plano de Ação do ano consecutivo. As atividades também podem, devido à sua complexidade ou abrangência, ser extraídas do Plano de Ação e virar um Projeto do CDS. Como exemplo, pode-se elucidar a atividade iniciada no Plano de Ação do ano de 2012 que, em 2013, virou um projeto do CDS. A atividade 3.a do Plano de Ação de 2012 estabelecia a ideia de: “Formar um Grupo de Trabalho de especialistas que, em um prazo de seis meses, apresente um relatório de viabilidade com o propósito do desenho, desenvolvimento e produção regional de um Avião de Treinamento Básico-Primário Sul-Americano.” Esta atividade do eixo Indústria e Tecnologia de Defesa é hoje um projeto do CDS de grande alcance e relevância. Ainda com o propósito de elucidar a abrangência das atividades do Plano de Ação do CDS, cabe ressaltar que o Plano de Ação em 2013 listava 23 atividades a serem executadas. No Plano de Ação de 2014 estão listadas 25 atividades. Todas elas estimulam a cooperação entre os países do nosso entorno regional e fomentam o desenvolvimento dos quatro eixos temáticos.

OBJETIVO: 0765 - Estimular o desenvolvimento socioeconômico e a integração das regiões inseridas na Faixa de Fronteira, por meio de políticas públicas que tenham em conta sua singularidade e seu caráter estratégico para a integração regional sul-americana, com vistas a reduzir a vulnerabilidade das populações fronteiriças, sobretudo no fomento a micro, pequenos e médios empreendimentos e na promoção do acesso a políticas sociais.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal está trabalhando na articulação federativa para o envolvimento dos governos estaduais na busca do desenvolvimento das regiões inseridas na Faixa de Fronteira. Todos os 11 estados fronteiriços criaram seus núcleos estaduais de fronteira.

No âmbito do Governo Federal, a instituição responsável para o aperfeiçoamento da gestão das políticas públicas para o desenvolvimento da faixa de fronteira é a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – CDIF, que se reuniu duas vezes em 2013 e ainda promoveu o I Encontro Anual de Núcleos Estaduais de Fronteira, em Corumbá/MS. O desenvolvimento dos trabalhos tem sido no sentido de identificar agendas de convergência para a Faixa de Fronteira, considerando os investimentos federais em curso e/ou previstos.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver cursos e implementar Institutos de Educação Profissional e Tecnológica ao longo da Faixa de Fronteira brasileira, com oferta compartilhada de vagas entre brasileiros e estrangeiros**



Análise Situacional da Meta

No âmbito desta meta, há ações dos Institutos Federais, em sua oferta regular, e do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec.

Como oferta regular, o Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) está desenvolvendo projeto piloto em Santana do Livramento (RS). Por meio de um campus avançado, é oferecido o curso técnico binacional em Informática para Internet, com 50% das vagas para alunos brasileiros e 50% para estudantes uruguaios. Pelo Uruguai, a iniciativa conta com a parceria da Universidade do Trabalho do Uruguai, que na Escola Técnica de Rivera oferta o curso técnico binacional em Controle Ambiental, com sistema de destinação de vagas funcionando da mesma forma que do lado brasileiro.

No âmbito do Pronatec, também em Santana do Livramento são oferecidos cursos de formação inicial e continuada nas áreas de Montagem e Manutenção de Computadores e de Recepcionista. Esses cursos atendem brasileiros e uruguaios, desde que tenham CPF para a matrícula.

A oferta compartilhada entre instituições de diferentes países envolve um processo negociatório complexo, que compreende legislação, currículos, métodos de seleção e a legalidade dos diplomas para os estudantes de ambos os países. Há, ainda, questões legais que envolvem a contratação de professores e a matrícula de alunos estrangeiros no âmbito do Pronatec.

Para 2014, serão oito cursos oferecidos no Campus Santana do Livramento e na Universidade do Trabalho no Uruguai, na parceria Brasil-Uruguai. Há previsão, ainda, de inauguração de duas novas Escolas de Fronteira na Rede Federal:

- Guajará-Mirim atenderá alunos bolivianos (30% da capacidade total), sem contrapartida boliviana; e

- Jaguarão atenderá alunos uruguaios nos moldes de Santana do Livramento. Serão ofertados cursos Pronatec nas áreas de Turismo, Agrícola, Edificações e Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Como ação complementar, em 2013, foi criado o Núcleo Estruturante dos Institutos Federais de Fronteira – NIFF, que trabalha no modelo rotativo e promove informação e atualização aos 12 Institutos Federais que atuam nos 11 estados de fronteira terrestre do Brasil.

Outro ponto relevante para o atendimento desta meta é a participação do Ministério da Educação em GT organizado pela Casa Civil e pela Secretaria Nacional de Justiça, que trata da situação dos haitianos que imigram para o Brasil. Participam do referido GT outras 11 instituições governamentais e, no âmbito do MEC, está sendo criado, no Instituto Federal do Acre - IFAC, um curso de português para estrangeiros. Essa ação envolve as cidades de Brasília e Epitaciolândia, onde se concentram os haitianos que chegaram ao Brasil.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3	unidade	0	31/12/2013
Região Norte	5	unidade	0	31/12/2013
Região Sul	4	unidade	1	31/12/2013

- **Estruturar e integrar Arranjos Produtivos Locais na Faixa de Fronteira, conforme as potencialidades identificadas na Região**

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

20/12/2013

OBJETIVO: 0796 - Promover a implementação das Áreas de Controle Integrado (ACIs) na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL, por meio da modernização e aprimoramento, dotando-as de adequada infraestrutura, recursos humanos, financeiros e tecnológicos, de forma a simplificar os trâmites aduaneiros.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

Em reunião da UNASUL, foi estabelecido que o Brasil priorizaria quatro pontos de fronteira para melhoria das condições de infraestrutura, lato sensu. Este projeto está sendo implementado.

Metas 2012-2015

• Implementar efetivamente o controle integrado em 10 ACIs

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi implantada de forma parcial a ACI/Cargas em Artigas (Uruguai), que faz divisa com Quaraí (Brasil). A Receita Federal do Brasil ainda não pode dispor de um Auditor (AFRFB) durante todo o dia naquela ACI. O Ministério da Agricultura envia um Fiscal Agropecuário de Santana do Livramento duas a três vezes por semana (alternadamente). A Agência de Vigilância Sanitária e a Polícia Federal não têm representação por falta de mão de obra e por questão envolvendo porte de arma no país limítrofe.

A permanência das condições atuais que envolvem questões institucionais coloca dificuldades ao cumprimento da meta prevista para 2015. São elas: falta de mão de obra dos órgãos intervenientes nas ACIs; questão envolvendo o controle migratório pelo DPF; e necessidade de renegociar, entre outras, as cabeceiras em ACIs previstas em Resolução do MERCOSUL e a cabeceira de ACI com o Peru. A RFB está dando prosseguimento ao projeto.

Durante o ano de 2013, não houve evolução significativa na implantação de novas ACIs ou melhorias nas já existentes. A criação e a operacionalização das ACIs não decorrem exclusivamente da vontade da RFB, mas dependem também dos demais órgãos necessários a seu funcionamento, os quais enfrentam dificuldades na alocação de servidores nas localidades de fronteira. Sem o foco comum nesse problema o alcance da meta pretendida é prejudicado.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0883 - Fomentar a integração produtiva na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL e no COSIPLAN, com vistas a estimular a complementaridade entre diferentes elos das cadeias regionais de valor e a efetiva incorporação da produção desses países ao processo produtivo do Brasil.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Os esforços para a integração de cadeias produtivas da América do Sul, com foco no MERCOSUL, continuam avançando no âmbito multilateral, através da coordenação do Grupo de Integração Produtiva do Mercosul (GIP) e do Subgrupo 07 – Indústria Mercosul (SGT7), e têm mantido o foco nos setores de Energia Eólica, Naval, Automotivo e entre Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Bloco.

Com a criação em 2012 do Grupo de Alto Nível Brasil-Uruguai (GAN), foi dada ênfase à Integração Produtiva bilateral, que tem como foco inicial os setores Eólico, Naval e Automotivo. Nesses setores, as negociações vêm avançando de forma mais rápida, mas sua efetivação está condicionada principalmente a aspectos normativos nacionais. Foi estabelecido Plano de Ação com prazos, objetivos e metas, aprovadas pelos Ministros de Relações Exteriores de Brasil e Uruguai.

Por outro lado, o GIP não conseguiu grandes avanços nas negociações setoriais citadas acima, o que vem retardando a implementação das demais ações previstas, a exemplo da criação do observatório MERCOSUL de APLs. O GIP vem concentrando seus esforços na Integração Produtiva entre APLs, com a realização de atividades de aproximação e



identificação de potencialidades entre os Arranjos existentes nos Estados Partes.

Metas 2012-2015

• Desenvolver dois projetos de Arranjos Produtivos Locais (APLs) no MERCOSUL**Análise Situacional da Meta**

No âmbito do projeto de identificação dos Arranjos Produtivos Locais no MERCOSUL com perspectivas de cooperação e parcerias, foi realizado o mapeamento dos APLs existentes no Bloco, incluindo as informações sobre os APLs do Brasil nas fronteiras com os demais Estados Partes. Resta apenas a incorporação dos dados da Venezuela. Embora ainda seja preciso avançar na formação da Rede de Acadêmicos do MERCOSUL, destaca-se a realização, em dezembro de 2013, da 6ª Conferência Brasileira de APLs, que contou com a participação de todos os sócios do MERCOSUL. Na ocasião, foi realizado um encontro entre APLs dos Estados Partes e representantes do Grupo de Integração Produtiva do MERCOSUL - GIP para avançar na identificação e potencialização de iniciativas que favoreçam a integração produtiva entre APLs do MERCOSUL. Alguns Arranjos Produtivos brasileiros já manifestaram claramente o interesse na Integração Produtiva regional e se dispuseram a trabalhar com o GIP, em 2014, visando concretizar ações comuns.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

• Implementar o Fundo MERCOSUL de Apoio a Micro, Pequenas e Médias Empresas**Análise Situacional da Meta**

O Conselho do Mercado Comum (CMC) aprovou a criação de um Fundo de Garantias para apoiar as PMEs do MERCOSUL envolvidas em processos de integração produtiva.

Em 2012, com apoio do Grupo de Integração Produtiva do Mercosul - GIP, o Grupo Técnico Mercosul trabalhou na regulamentação do Fundo, que culminou com a aprovação, pelo CMC, das Decisões 46/12 – Regulamento FMPME e 47/12 – Regulamento FMPME – Aspectos Operativos.

Uma vez criado e regulamentado, consideramos implementado o Fundo, dando cumprimento a essa meta.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0940 - Incentivar a construção de um espaço regulatório e econômico integrado na América do Sul, por meio do adensamento, da convergência, do aprofundamento e da ampliação dos acordos firmados pelo Brasil, em conjunto com o MERCOSUL ou em separado, no marco institucional da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), com vistas a conferir fluidez ao intercâmbio de bens e serviços na região.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

A construção de um espaço regulatório e econômico integrado na América do Sul avança de forma gradual, tendo como foco de irradiação o MERCOSUL. Em 2012, a Venezuela aderiu ao MERCOSUL e a Bolívia assinou o Protocolo de Adesão ao Bloco. O Equador prossegue nas conversações com vistas a aderir ao Bloco. Em 2013, foram assinados Acordos Quadro de Associação MERCOSUL-Guiana e MERCOSUL-Suriname, que deverão ensejar negociação de acordos comerciais entre o MERCOSUL e os novos Estados Associados ao amparo do artigo 25 do Tratado de Montevideu de 1980. Vale destacar que a corrente de comércio entre o Brasil e o conjunto de países da América do Sul

subiu cerca de 4% em 2013 com relação ao ano anterior.

Metas 2012-2015

• Aprofundar as preferências tarifárias no ACE-58 e no ACE-59**Análise Situacional da Meta**

Os Acordos de Complementação Econômica (ACE) têm por objetivo impulsionar o desenvolvimento dos países-membros da Associação mediante a complementaridade dos sistemas produtivos da região. Podem ser mais abrangentes, incluído todo o universo tarifário, ou possuir um número menor de produtos. Os ACEs comportam desde sistemas de integração sub-regional, como o Mercosul e a Comunidade Andina das Nações e acordos de livre comércio, a simples acordos de preferências tarifárias fixas.

No ACE 58 (MERCOSUL-Peru), o aprofundamento das preferências tarifárias ao longo de 2012 e 2013 seguiu o cronograma previsto no acordo e alcançou, em 2014, a liberalização de 83,6% dos produtos brasileiros exportados para o Peru. No ACE-59 (MERCOSUL-Venezuela, Colômbia e Equador), o cronograma de desgravação também foi aprofundado, atingindo o patamar de 51% dos produtos brasileiros exportados para esses países. Deverá ser ainda objeto de deliberação a mudança do status jurídico da Venezuela no ACE-59, em razão de sua entrada no MERCOSUL na condição de Estado Parte.

• Concluir a negociação do Acordo Bilateral sobre Investimentos entre Brasil e Chile**Análise Situacional da Meta**

O Brasil prepara contraproposta à atual minuta do Acordo Bilateral sobre Investimentos com o Chile, na linha das novas orientações da CAMEX que pautam as negociações de Acordos para Promoção e Proteção de Investimentos (APPI) do Brasil com países africanos.

• Concluir a negociação do Protocolo sobre Comércio de Serviços entre MERCOSUL e Colômbia, no ACE-59**Análise Situacional da Meta**

O Protocolo sobre Comércio de Serviços entre MERCOSUL e Colômbia estava suspenso para reavaliação da posição brasileira. Em 2013, o Brasil alcançou nova proposta de tratamento tributário no acordo e apresentou-a à contraparte colombiana. Caso a proposta seja aceita pela Colômbia, o Protocolo voltará a ser negociado entre as Partes.

• Incorporar compras governamentais no âmbito dos ACEs ou bilateralmente**Análise Situacional da Meta**

O tema está sob negociação no MERCOSUL. Só após concluída a negociação no MERCOSUL, deverá ser negociado em ACEs.

• Incorporar investimentos no âmbito dos ACEs ou bilateralmente**Análise Situacional da Meta**

O tema depende da conclusão da negociação bilateral sobre investimentos com o Chile.

• Incorporar o Certificado de Origem Digital nos ACEs ou bilateralmente**Análise Situacional da Meta**

O País está tecnicamente apto a emitir Certificado de Origem Digital e a previsão é de que esteja apto a recebê-lo a partir de julho de 2014. O tema é objeto de negociação no âmbito da ALADI.

O Certificado de Origem é o documento que identifica a origem de determinado bem para efeitos de concessão de tratamento tarifário preferencial contratual ou autônomo ou para que não se apliquem a uma mercadoria restrições específicas, como as medidas de defesa comercial. Para tanto, o certificado de origem deve ser emitido em conformidade com as regras prescritas por cada Acordo, Sistema Geral de Preferências (SGP) ou legislação pertinente. Com objetivo de proporcionar maior facilidade e segurança, além de redução de custos nas operações comerciais envolvendo origem, o Brasil participa do Projeto de Certificação de Origem Digital (COD), em conjunto com os demais países membros da Associação Latino Americana de Integração (ALADI). O Projeto COD possibilita a



emissão pelo país exportador e a recepção pela aduana do país importador de certificados de origem em formato eletrônico assinados digitalmente.

• **Incorporar o comércio de serviços no âmbito do ACE-58 (MERCOSUL-Peru)**

Análise Situacional da Meta

O tema depende da conclusão prévia de negociação no ACE 59, para, então, ser negociado no âmbito do ACE-58.

OBJETIVO: 0941 - Promover o aperfeiçoamento do MERCOSUL, com vistas à consolidação da União Aduaneira, à integração de cadeias produtivas, à redução das assimetrias regionais e à coordenação de políticas econômico-comerciais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

A permanência de conjuntura econômica internacional desafiadora impôs a revisão, no MERCOSUL, dos ritmos para a consolidação da União Aduaneira. Nesse contexto, prevaleceram medidas tendentes a resguardar as economias e os mercados domésticos, com vistas a garantir a manutenção dos níveis de atividade e emprego. Além disso, o ingresso da Venezuela no MERCOSUL, efetivado em agosto de 2012, impôs esforço negociador nos níveis político e técnico, com vistas à incorporação e adequação do novo Estado Parte. Durante a Presidência Pro Tempore uruguaia, no primeiro semestre de 2013, o MERCOSUL concentrou seus esforços negociadores no alargamento do bloco (Bolívia, como Estado Parte em processo de adesão, e Guiana e Suriname, cuja associação efetivou-se em junho de 2013). Já durante a Presidência Pro Tempore venezuelana, no segundo semestre de 2013, receberam destaque iniciativas nas áreas de segurança cibernética, agenda social e indígena e aproximação do MERCOSUL a outras iniciativas de integração latino-americanas, e, em especial, caribenhas.

Metas 2012-2015

• **Adotar mecanismo de revisão periódica de regulamentos técnicos e de medidas sanitárias e fitossanitárias harmonizados no MERCOSUL**

Análise Situacional da Meta

Em razão de diferenças nos interesses dos Estados Partes, não foi possível, até o momento, contar com mecanismo automático de revisão periódica de regulamentos técnicos (RTM) e medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS) harmonizados no MERCOSUL. Não obstante, os RTMs e SPS continuam a ser regularmente revistos, caso a caso, pelas instâncias técnicas responsáveis do Bloco.

• **Concluir a negociação para a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) e a implementação do mecanismo de distribuição da renda aduaneira.**

Análise Situacional da Meta

Em 2011, os trabalhos de implementação da 1ª etapa da eliminação da dupla cobrança da TEC (EDCT) e do mecanismo de distribuição da renda aduaneira se desenvolveram satisfatoriamente. Em dezembro de 2011, no entanto, mudança nos parâmetros adotados pelos países gerou impasse no processo de EDCT. Em 2012, foram privilegiadas iniciativas de construção de confiança entre as alfândegas nacionais, inclusive no que diz respeito à valoração aduaneira, questão central para a implementação da EDCT. No ano de 2013, o processo de implementação da 1ª etapa da EDCT entrou em compasso de espera, tendo em vista a reconfiguração da agenda do bloco em razão do processo de alargamento.

• **Concluir o exame integral do funcionamento e dos resultados do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), nos termos do Artigo 81 da Decisão CMC 01/10 e do Artigo 2. da Decisão CMC 40/12.**

Análise Situacional da Meta

Os órgãos internos do Brasil cujas competências estendem-se sobre o FOCEM vêm realizando reuniões com vistas a identificar os ajustes globais desejados ou necessários a serem aplicados ao fundo. Estão em consideração, entre outros, o valor total dos aportes anuais dos estados Partes, a possibilidade de qualificar a carteira de projetos e incluir novos

Estados Partes. Uma vez definida a posição brasileira, ela fundamentará as discussões havidas no âmbito do MERCOSUL.

- **Concluir o processo de entrada em vigor do novo Regime Comum de Importação de Bens de Capital Não Produzidos no MERCOSUL**

Análise Situacional da Meta

Em dezembro de 2012, os Estados Partes do MERCOSUL decidiram prorrogar, por 1(um) ano, a autorização para que Brasil e Argentina possam manter, em caráter excepcional e transitório, seus regimes nacionais de importação de bens de capital.

Em dezembro de 2013 expirou a autorização para que Brasil e a Argentina possam manter regimes nacionais para a importação de bens de capital com alíquotas distintas da Tarifa Externa Comum (TEC). Nessas circunstâncias, deverá ser prorrogada a autorização para que os Estados Partes possam manter regimes nacionais de importação.

- **Desenvolver iniciativas de integração produtiva com os Estados Partes do MERCOSUL e regulamentar o Mecanismo de Fortalecimento Produtivo do MERCOSUL.**

Análise Situacional da Meta

A inserção da Venezuela como membro pleno do MERCOSUL ocupou parte significativa dos esforços do Grupo de Integração Produtiva (GIP), responsável pelo tema no bloco, que se reuniu nos meses de abril e novembro de 2013. Durante o ano de 2013, tratou-se de identificar as iniciativas comunitárias que deveriam ser aprofundadas. Ademais, os Estados Partes procurarão replicar, no âmbito mercosulino, iniciativas bilaterais como o Grupo de Alto Nível Brasil - Uruguai, que desenvolve atividades de promoção da integração produtiva nos setores eólico e naval.

Finalmente, estão em execução dois projetos de integração produtiva financiados com recursos do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM): "Adensamento e Complementação Automotiva no âmbito do MERCOSUL" e "Qualificação de Fornecedores da Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás". Ambos correspondem a iniciativas do governo brasileiro, e são executados pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), vinculada ao MDIC. Os projetos, financiados exclusivamente a partir da quota brasileira no FOCEM, preveem atividades de integração produtiva que beneficiarão a todos os Estados Partes.

- **Regulamentar o Fundo de Garantias para Micros, Pequenas e Médias Empresas do MERCOSUL.**

Análise Situacional da Meta

A primeira etapa - negociação do Regulamento - foi concluída em dezembro de 2012, com a aprovação da Decisão nº 46/2012 do Conselho do Mercado Comum. A segunda etapa (elaboração do manual operativo do Fundo) encontra-se em curso.

- **Revisar a Decisão CMC nº 08/94 "Zonas Francas, Zonas de Processamento de Exportações e Áreas Aduaneiras Especiais"**

Análise Situacional da Meta

A revisão da Decisão CMC nº 08/94 encontra-se em discussão no Grupo Mercado Comum do MERCOSUL (GMC), tendo presente a expiração do prazo de vigência concedido pela norma para a manutenção da Zona Franca de Manaus (final de 2013).

OBJETIVO: 0944 - Fortalecer a institucionalidade dos mecanismos de integração regional, sobretudo a UNASUL e o MERCOSUL, para que seus órgãos tenham instrumentos capazes de impulsionar a integração sul-americana.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

A UNASUL aprovou o orçamento para 2014, no valor de US\$ 9,8 milhões, dos quais caberão ao Brasil US\$ 3,7 milhões, ou 37,4%. À estrutura institucional do organismo, somaram-se, em novembro de 2012, instâncias nas áreas eleitoral, consular, de ciência e tecnologia, educação, cultura e segurança pública. Em agosto de 2013, foram criados órgãos sobre



direitos humanos e gestão do risco de desastres, além de ter sido regulamentado foro para participação da sociedade civil. Após o estabelecimento da nova estrutura institucional dos órgãos dependentes do Grupo Mercado Comum, em 2012, deu-se continuidade ao processo de reforma institucional do bloco. A Decisão CMC Nº 01/13 "Tarefas Conjuntas entre os Órgãos da Estrutura Institucional do MERCOSUL" visa a dotar os referidos órgãos de maior autonomia e agilidade na realização de ações conjuntas. A Decisão CMC Nº 03/13 "Critérios para Criação de Instâncias de Apoio" estabelece procedimentos para racionalizar a criação de estruturas de apoio.

Em cumprimento ao mandato estabelecido pela Decisão CMC Nº 24/12 "Complementação e Articulação MERCOSUL-UNASUL", o Conselho do Mercado Comum revisou a regulamentação do regime de participação dos Estados Associados no MERCOSUL, no contexto da adesão da Guiana e do Suriname como Estados Associados.

Em 2013, aprovou-se o Acordo Sede entre a República Oriental do Uruguai e o Alto Representante-Geral do MERCOSUL, órgão criado em 2010, com sede em Montevideu.

No plano doméstico, houve avanços significativos no processo de incorporação de normas que permitirão ao Brasil regulamentar suas contribuições financeiras a órgãos do MERCOSUL: a Decisão CMC Nº 63/10, relativa ao Alto Representante-Geral do MERCOSUL, foi promulgada em novembro de 2013; as normas referentes ao Instituto Social do MERCOSUL (Decisões CMC Nº 08/11 e 37/08) e à Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão (Decisão CMC Nº 29/10) já tiveram os respectivos Decretos Legislativos publicados no Diário Oficial da União, aguardando-se o Decreto de promulgação para dar início aos pagamentos. A Decisão CMC Nº 12/10, referente ao Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do MERCOSUL, tramita no Poder Legislativo.

Metas 2012-2015

• Criar o Fundo de Participação Social do MERCOSUL

Análise Situacional da Meta

Ao criar a Unidade de Apoio à Participação Social (UPS), a Decisão CMC Nº 65/10 previu a criação e a regulamentação do Fundo de Apoio à Participação Social, conferindo à Coordenação da UPS a prerrogativa de apresentar, por meio do Alto Representante-Geral do MERCOSUL, o projeto de norma correspondente ao Grupo Mercado Comum (GMC). Em 14/8/13, o Conselho do Mercado Comum designou a Argentina como país coordenador da UPS. No Plano de Ação da UPS para 2014, circulado para os Coordenadores Nacionais do GMC em 4/2/14, a criação do fundo é mencionada como um dos objetivos a serem cumpridos.

• Instalar a Secretaria-Geral da UNASUL

Análise Situacional da Meta

A Secretaria-Geral da UNASUL funciona em sede provisória, em Quito, desde 2011. Com financiamento do Governo equatoriano, espera-se que a construção da sede definitiva seja finalizada no segundo semestre de 2014. Conforme mandato presidencial, deverá ser contratado, nos próximos seis meses, o pessoal permanente necessário para o adequado funcionamento do órgão. O Secretariado já dispõe de Centro de Comunicações e Informação, que fornece apoio técnico e armazena dados para as diversas instâncias setoriais da UNASUL.

OBJETIVO: 0946 - Expandir as iniciativas previstas nos Planos de Ação das instâncias subsidiárias da UNASUL nas áreas da saúde, combate à fome e à pobreza, erradicação da extrema pobreza, segurança alimentar e nutricional, proteção social e economia solidária, bem como consolidar e implementar o Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS), com vistas a reforçar o pilar social da integração regional.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Na UNASUL, os seguintes projetos já foram aprovados e estão em fase de implementação: i) mapeamento das capacidades regionais de produção de medicamentos, ii) banco de preços de medicamentos, iii) rede sul-americana de pesquisa sobre doenças transmitidas por vetores, iv) rede de observatórios sobre drogas, v) estudo comparado dos

sistemas educativos, e vi) diagnóstico do estado da cidadania sul-americana em educação. No Conselho de Desenvolvimento Social, debate-se a realização de cursos de capacitação e seminário na área de segurança alimentar e luta contra a fome e a desnutrição.

No MERCOSUL, o Plano Estratégico de Ação Social (PEAS) é o principal tema da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul (CCMAS), cuja coordenação nacional brasileira cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS).

Existem, atualmente, no marco do PEAS, os seguintes projetos, em diferentes fases de elaboração: "Fortalecimento Institucional para Superação da Pobreza: uma Abordagem Integral sobre os Núcleos Duros da Pobreza"; "Gênero, Pobreza e Desenvolvimento"; "Crianças e Adolescentes Migrantes"; "Economia Social e Solidária"; "Alimentos Tradicionais"; e "Marco em Educação Alimentar e Nutricional".

O financiamento dos projetos sociais no MERCOSUL no curto, médio e longo prazos segue sendo um dos pontos centrais de discussão na CCMAS. Os possíveis modelos a serem aplicados estão em estudo.

Metas 2012-2015

- **Definir cronogramas para a implementação de ações concretas nos 10 eixos do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS)**

Análise Situacional da Meta

Além da vinculação do cronograma à discussão sobre o financiamento do PEAS, tema tratado com alta prioridade na CCMAS, a suspensão da República do Paraguai nas reuniões e deliberações do MERCOSUL, entre 29 de junho de 2012 e 15 de agosto de 2013, bem como a incorporação da República Bolivariana da Venezuela ao bloco a partir do segundo semestre de 2012, implicaram revisões metodológicas nos procedimentos para a implementação do PEAS e alterações de substância nos projetos existentes, o que representou dificuldade adicional para o estabelecimento de cronogramas.

- **Estabelecer programa de cooperação permanente baseado nas metodologias e práticas desenvolvidas pelo Conselho de Desenvolvimento Social da UNASUL**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Conselho Sul-Americano de Desenvolvimento Social, o principal programa de cooperação permanente é a Matriz de Cooperação Horizontal da UNASUL. Lançado em novembro de 2012, o sistema virtual, hospedado no website da Secretaria-Geral, funciona como um mecanismo de disseminação de informações sobre políticas sociais. Os Estados membros têm inserido dados sobre suas iniciativas no sistema, o que permitirá intensificar as atividades de cooperação na região e também a produção de estudos comparados. Além disso, planeja-se a instalação do Observsul, observatório de políticas de desenvolvimento social, que constituirá ferramenta complementar à Matriz no monitoramento dos indicadores sociais sul-americanos.

OBJETIVO: 0947 - Consolidar um conjunto de direitos fundamentais e benefícios em favor dos nacionais dos Estados-Partes do Mercosul, mediante Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania, conforme estabelecido pela Decisão do Conselho do Mercado Comum N° 64/10.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

O pilar da cidadania do MERCOSUL é um dos fundamentos do processo de integração. A fim de aprofundar a agenda cidadã da integração, foi aprovado, em 2010, o "Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania" (Decisão CMC N° 64/10), que se estrutura em torno de três objetivos gerais: implementação de política de livre circulação de pessoas; igualdade de direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos para nacionais dos Estados Partes; e igualdade de condições para acesso ao trabalho, saúde e educação. O Plano visa a complementar e consolidar as cidadanias nacionais, não substituí-las. Atualmente, a meta dos Estados Partes é implementar o Plano de Ação até o 30º aniversário do MERCOSUL, em 2021. Trata-se de um processo de negociação complexo e de longo prazo, para o qual



não é possível fixar datas e cronogramas peremptórios.

Metas 2012-2015

- **Definir as medidas necessárias para a plena implementação, até 2021, dos objetivos definidos pelo Plano de Ação para um Estatuto da Cidadania do MERCOSUL**

Análise Situacional da Meta

A respeito da implementação do Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania, segue a situação de algumas das principais ações previstas:

- Área de fronteiras: está em curso, nas instâncias especializadas do MERCOSUL (Comissão Técnica da Reunião de Ministros da Justiça e Subgrupo Técnico de Controle e Operações de Fronteiras do CT 2), a revisão de aspectos do Acordo de Recife, com vistas a aperfeiçoar os elementos relacionados ao controle de áreas de fronteiras. O Acordo de Recife tem o objetivo de estabelecer medidas técnicas e operacionais que regulem os controles integrados nas fronteiras entre os Estados Partes e deverá ter papel importante para aperfeiçoar os controles migratórios entre os países do bloco. Não há previsão atual para a conclusão da negociação.

- Trabalho, emprego e circulação de pessoas: o GMC aprovou a Resolução GMC Nº 11/13, que cria o Plano para Facilitar a Circulação de Trabalhadores no MERCOSUL, apresentado pelo Subgrupo de Trabalho Nº 10 – instância competente no MERCOSUL para temas de trabalho e emprego. O Plano tem como objetivo geral desenvolver ações progressivas tendentes a facilitar a circulação de trabalhadores no bloco, de modo a garantir sua inserção formal nas estruturas laborais dos Estados Partes e melhorar a qualidade do emprego na região. As ações estão em conformidade com o estabelecido na Declaração Sociolaboral e no Acordo sobre Residência para os Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL

Em relação ao referido Acordo de Residência, durante a PPTB de 2012 foram envidados esforços para ampliar sua abrangência, resultando na adesão da Colômbia, Estado Associado. Atualmente, são partes no acordo Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru e Uruguai. Equador, embora já tenha aderido ao instrumento, ainda não concluiu os trâmites internos para sua plena aplicação.

- Educação: O Sistema Integrado de Mobilidade Acadêmica do MERCOSUL (SIMERCOSUL), aprovado durante a PPTB de 2012, tem o objetivo de promover um salto qualitativo e quantitativo nas iniciativas de mobilidade acadêmica em educação no âmbito do bloco. Deverão ser priorizadas a mobilidade nos cursos acreditados pelo mecanismo regional de acreditação existente (Sistema ARCU-SUL) e as iniciativas que estimulem o aprendizado do espanhol e do português no MERCOSUL. Durante o primeiro semestre do ano corrente, as autoridades dos Estados Partes começaram a elaborar o plano de funcionamento do SIMERCOSUL, que deverá contemplar, nos termos da Decisão CMC Nº 36/12, cronograma de execução das atividades do Sistema, bem como determinar a fonte de recursos para seu financiamento.

- Direitos do Consumidor: estão em andamento as negociações para aprovar um Acordo do MERCOSUL sobre Direito Aplicável em Matéria de Contratos Internacionais de Consumo. O acordo possibilitará que, em um contrato firmado no bloco, o consumidor seja favorecido pela aplicação da lei do Estado Parte que se mostre mais benéfica. Projeto de Decisão sobre o tema já se encontra no âmbito do Conselho Mercado Comum.

- Transportes: Criada pela Decisão CMC nº 53/10, a Patente MERCOSUL será válida para identificação e fiscalização de veículos nos Estados Partes, facilitando a circulação e o controle dentro do bloco, contribuindo, por exemplo, para melhor fiscalização aduaneira e migratória. Durante última PPTB, foi aprovada a Decisão CMC nº 52/12, que estabelece que, a partir de 1º de janeiro de 2016, a Patente MERCOSUL será de uso obrigatório nos Estados Partes para todos os veículos registrados pela primeira vez. No "Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados Partes do

MERCOSUL", de 12 de julho de 2013, os mandatários expressaram a importância de trabalhar na implementação de uma patente veicular MERCOSUL comum, como sinal visível da integração regional e instaram os órgãos respectivos a trabalhar em sua pronta implementação.

- Alto Representantes-Geral do MERCOSUL: Ainda durante a PPTU 2013, o Uruguai firmou com o bloco (GMC) o Acordo de Sede para o funcionamento do Alto Representante-Geral do MERCOSUL (ARGM). O Acordo dá cumprimento ao disposto no artigo 36 do Protocolo de Ouro Preto ao visar a estabelecer as modalidades de cooperação entre as Partes e determinar as condições e prerrogativas que facilitarão o desempenho das funções do Alto Representante-Geral e de seus funcionários. O ARGM tem a incumbência funcional de trabalhar pela implementação do Plano de Ação. Também foi designada a Coordenação da Unidade de Participação Social, que coube à Argentina. A Unidade está vinculada ao ARGM, devendo atuar na articulação da estrutura institucional do bloco com os diferentes movimentos e organizações sociais.

OBJETIVO: 0954 - Promover, sobretudo no âmbito do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL, a integração da infraestrutura física com os países da América do Sul, nos setores de transportes, energia e comunicações, com especial ênfase no componente de financiamento, com vistas ao desenvolvimento econômico, social e ambiental da região.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo

O Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL (COSIPLAN) foi desenhado para servir de foro de articulação de ministros, de forma a obter respaldo político no mais alto nível para os projetos de integração na América do Sul. Em 2011, o Brasil exerceu a Presidência pro tempore do Conselho e coordenou o processo de elaboração do Plano de Ação Estratégico 2012-2022. Também nesse período, a partir dessa Carteira geral, foi selecionada a Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API), inicialmente composta por 88 projetos individuais da Carteira de Projetos, que constituem 31 projetos estruturados. A Agenda reúne projetos prioritários para o processo de integração, escolhidos por consenso entre os 12 países-membros, com o compromisso dos respectivos governos para sua execução. O valor do investimento, à época, alcançava R\$ 13 bilhões. No âmbito do Conselho, em 2012, o Brasil negociou a incorporação do Nordeste brasileiro ao Eixo Amazonas ampliado, permitindo que essa região também se beneficie da integração regional. Em 2013, o Brasil, em consenso com os demais países da UNASUL, definiu os projetos que farão parte dessa nova configuração do eixo. No primeiro semestre de 2013, os ministérios e secretarias envolvidos nos projetos brasileiros se reuniram para discutir os avanços, as revisões e as alterações da Carteira, que é atualizada anualmente. A Carteira de Projetos atual é composta de 583 projetos, que preveem cerca de US\$ 157 bilhões de investimentos.

A situação atual da Carteira de Projetos é a seguinte:

172 projetos estão em fase de execução, somando US\$ 75,3 bilhões em investimentos, correspondendo a 48% da Carteira;

326 projetos estão na fase de pré-execução ou perfil, somando US\$ 66,2 bilhões de investimentos, correspondendo a 42% da Carteira; e

85 projetos já foram concluídos, com investimentos de US\$16,3 bilhões, correspondendo a 10% da Carteira.

Metas 2012-2015

• Iniciar a execução da Agenda de Projetos Prioritários do COSIPLAN que envolvam o Brasil

Análise Situacional da Meta

Após a atualização em 2013, a Agenda de Projetos Prioritários de Integração tem 31 projetos estruturados, integrando 101 projetos individuais. O Brasil está envolvido em 19 projetos individuais, indicados mais adiante. Antes de apresentar os projetos, vale esclarecer seus estágios. Na etapa de Perfil, estudam-se os antecedentes que permitem



formar o juízo no que concerne à conveniência e à viabilidade técnico-econômica de se levar a cabo o projeto. Na etapa de Pré-execução, encontram-se os projetos que estão em uma das seguintes fases: 1) pré-viabilidade – quando se examinam com detalhes as alternativas consideradas mais convenientes na etapa de perfil; 2) viabilidade – nessa fase, incluem-se e analisam-se os aspectos relacionados com a obra física, o programa de desembolsos e o começo da execução do projeto; 3) investimento – compreende as questões relativas a financiamento e ao projeto executivo. A etapa de Execução refere-se ao conjunto de atividades necessárias para a construção física em si, abrangendo a assinatura do contrato, a compra e a instalação de maquinários e outras instalações necessárias. A etapa Concluído é a que considera a finalização de construção da obra física em si em sua totalidade.

- 1) Melhoria da Navegabilidade do Rio Içá. O projeto visa aproveitar as complementaridades das regiões naturais do Equador, Colômbia e Brasil e vincular zonas costeiras e andinas do Equador e Colômbia com a Amazônia em geral. Está em fase de perfil.
- 2) Corredor Ferroviário Bioceânico Trecho Cascavel – Foz do Iguaçu. Em estágio de perfil.
- 3) Ponte Ferroviária com Pátio de Cargas – Ciudad del Este – Foz do Iguaçu. Em estágio de perfil.
- 4) Corredor Ferroviário Bioceânico Trecho Paranaguá – Cascavel e Variante entre Guarapuava e Engenheiro Bley. Em estágio de pré-execução.
- 5) Nova Ponte Puerto Presidente Franco – Porto Meira, com Área de Controle Integrado Paraguai-Brasil. Em estágio de pré-execução. O objetivo do projeto é dinamizar as atividades econômicas da capital paraguaia, passando pela tríplice fronteira (Foz do Iguaçu, Cidade del Este e Puerto Iguaçu) até a localidade de Clorinda, na Argentina e melhorar a fiscalização na fronteira.
- 6) Linha de Transmissão 500 kv Itaipu – Villa Hayes, da Subestação Villa Hayes e Ampliação da Subestação Margem Direita Itaipu. Em execução. Ele conta com recursos do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul – FOCES. Em 2012, foram realizadas obras de fundação e suporte e foi concluído o caminho de acesso principal à Subestação Villa Hayes. Também foram realizadas obras de fundação e suporte na Subestação Margem Direita Itaipu e foi iniciada a obra de drenagem.
- 7) Readequação da Rodovia Caracas – Manaus. Em execução.
- 8) Construção da Rodovia Boa Vista – Bonfim. Concluído.
- 9) Melhoria da Navegabilidade do Rio Paraguai entre Apa e Corumbá. Em estágio de pré-execução.
- 10) Melhoria da navegabilidade do Rio Tietê. Em execução, com conclusão prevista para início de 2017.
- 11) Melhoria da navegabilidade do Rio Alto Paraná (Águas Arriba Saltos del Guairá). Em execução, com conclusão prevista para novembro de 2015.
- 12) Anel Viário de Campo Grande. Em execução. No entanto, ainda é necessário concluir a realocação da rede de energia elétrica e a regularização do processo de desapropriação.
- 13) Área de Controle Integrado Puerto Suárez – Corumbá. Em execução.
- 14) Construção da Ponte Internacional Jaguarão-Rio Branco. Em fase de pré-execução.
- 15) Dragagem da Lagoa Mirim. Em execução.
- 16) Dragagem do Rio Taquari. Em fase de pré-execução.
- 17) Dragagem, balizamento e sinalização do Sistema Lagoa Mirim – Lagoa dos Patos. Em fase de perfil.
- 18) Adequação Ferroviária de Bitola no trecho Rivera - Santana do Livramento – Cacequi. Concluído no segundo semestre de 2012.
- 19) Ponte sobre o Rio Madeira em Abunã (BR 364/RO). Em fase de pré-execução.

OBJETIVO: 0957 - Promover a implementação do Banco do Sul como instrumento regional de financiamento de projetos com vistas ao desenvolvimento econômico e social na América do Sul, bem como avançar na negociação de um mecanismo regional de garantias, para facilitar o acesso a diferentes formas de financiamento a empreendimentos na região.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

Desde meados de 2010, as delegações dos países fundadores do Banco vieram se reunindo periodicamente, tanto em reuniões plenárias de alto nível quanto em 3 Grupos Técnicos. Como resultado, avançou-se substancialmente na elaboração das políticas operacionais do Banco, em sua estrutura organizacional e estratégias de atuação, que servirão como base para a gestão e operação do Banco.

No âmbito do governo brasileiro, estão em andamento os trabalhos necessários à internalização do Regulamento ao ordenamento jurídico brasileiro, especialmente sobre os aspectos orçamentários derivados dos compromissos de aportes de capital assumidos pelo país.

Tendo em vista que o Convênio Constitutivo encontra-se ainda em tramitação no Congresso Nacional, não é possível ao Brasil realizar sua integralização de capital.

O Executivo enviou o texto do Convênio Constitutivo ao Congresso Nacional em 22.02.2012. O mesmo está tramitando na Câmara dos Deputados sob o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 548/2012.

O projeto já foi aprovado nas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), Finanças e Tributação (CFT) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados e está aguardando apreciação pelo Plenário para, em caso de aprovação, seguir para análise pelo Senado Federal.

Metas 2012-2015

- **Iniciar o financiamento de projetos-piloto por parte do Banco do Sul**

Análise Situacional da Meta

Tendo em vista que o Banco do Sul ainda não iniciou suas operações, nenhum projeto-piloto foi financiado.

Para que projetos de interesse do Brasil possam ser financiados, é necessária a realização de aporte financeiro pelo país.

O aporte, por sua vez, somente pode ser realizado após a aprovação do Convênio pelo Congresso Nacional, o que ainda não ocorreu.

OBJETIVO: 1006 - Promover a ampliação do MERCOSUL, por meio da incorporação de novos Estados Partes e Associados.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

O MERCOSUL conta com cinco Estados Partes: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, este último formalmente admitido no bloco em agosto de 2012. Durante a Presidência Pro Tempore brasileira, no segundo semestre de 2012, foi assinado o Protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL, que deverá ser ratificado pelo Congresso dos signatários do Protocolo para que a Bolívia se torne Estado Parte do bloco. Guiana e Suriname tornaram-se, em 2013, Estados associados ao bloco, fazendo com que todos os Estados da América do Sul sejam Estados Partes ou Associados ao MERCOSUL.

Metas 2012-2015

- **Executar os compromissos previstos no Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela no MERCOSUL.**

Análise Situacional da Meta

A Venezuela adotou, em 5 de abril de 2013, a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) e iniciou convergência à Tarifa Externa Comum (TEC), em estrita observância aos compromissos previstos em normas aprovadas pelo MERCOSUL. No plano tarifário, a Venezuela adotou as alíquotas da Tarifa Externa Comum para um número



importante de produtos, correspondente a 28% do universo tarifário. Com vistas a estabelecer as condições para o livre comércio no bloco, foram celebrados, em Montevideu, em 26 de dezembro de 2012, no marco da Associação Latinoamericana de Integração (ALADI), os acordos de Complementação Econômica relativos aos programas de liberalização comercial com os países sócios.

Em matéria de incorporação normativa, a Venezuela empreende processo de consultas internas, com vistas à incorporação das normas dentro do prazo previsto de quatro anos estabelecido pelo Protocolo de Adesão, nos termos da Dec. CMC Nº 66/12. O tema segue sob acompanhamento regular pelo Grupo Mercado Comum (GMC).

• **Executar os compromissos previstos no Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao Mercosul.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, realizaram-se reuniões pertinentes ao processo de adesão da Bolívia ao MERCOSUL em subgrupos temáticos nas seguintes áreas: a) assuntos comerciais; b) aspectos institucionais; c) incorporação normativa; e d) relacionamento externo. Os Estados Partes deram início aos trâmites internos para a incorporação do Protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL, firmado em 7 de dezembro de 2012.

PROGRAMA: 2058 - Política Nacional de Defesa

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Adequação da Força Aérea	%	31/12/2010	20	31/12/2013	44,75
Adequação da Força Naval	%	01/07/2011	20	31/12/2013	38,9
Adequação da Força Terrestre	%	31/12/2010	32	31/12/2013	23,25
Índice de Acidentes Aeronáuticos	%	31/12/2010	0,7	31/12/2013	1,03
Monitoramento do espaço aéreo	%	31/12/2010	89	31/12/2013	92,86
Taxa de acidentes náuticos	1/1.000	31/12/2010	1,31	31/12/2013	1,02

Observações:

Adequação da Força Terrestre - Dados do Indicador recebidos em 03.jan.2014.

OBJETIVO: 0461 - Promover a circulação segura e eficiente do tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil, por meio da adequação dos Sistemas de Defesa Aérea (SISDABRA) e Controle do Espaço Aéreo (SISCEAB), visando a ampliar a capacidade de defesa aérea, do controle do espaço aéreo, de segurança de voo e o cumprimento de seus compromissos internacionais.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Em relação ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – Sisceab, foi concluída a implantação do software do Sistema de Tratamento e Visualização de Dados do STVD, denominado de Sagitário, nos Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (Cindacta) e Serviço Regional de Proteção ao Voo em 2013.

Este software também está sendo implantado nos Centros de Controle de Aproximação (APP, na sigla em inglês), que tem como objetivo controlar as aeronaves que chegam e saem de aeródromo, com o uso do radar. Em 2013, foram contemplados os APP das localidades de Rio de Janeiro- RJ e São Paulo – SP.

No período de 2012 e 2013, foi dada continuidade à modernização das Torres de Controle de Tráfego Aéreo e foram substituídos seis sistemas de climatização, energia e aterramento das KF (casas de força) localizadas em unidades responsáveis pelo Controle de Tráfego Aéreo.

Na área de Meteorologia, foram substituídas nos anos de 2012 e 2013 nove Estações Meteorológicas de Superfície (EMS-1) que se encontravam no limite da sua vida útil.

Nesse mesmo período, foram concluídas as substituições de oito sistemas de auxílio à navegação por rádio "Very High Frequency Omnidirectional Range" (VOR) pelo mais moderno "Doppler Very High Frequency Omnidirectional Range" (DVOR).

Ainda em relação ao aperfeiçoamento do Sistema de Navegação Aérea, nesses dois anos de execução do Plano foram instalados os auxílios "Instrument Landing System" (ILS), nas localidades de Campo Grande (MS) e Florianópolis (SC), Vitória (ES), Campina Grande (PB), Joinville (SC) e Brasília (DF). O ILS é um equipamento que orienta os pousos, especialmente nas aproximações em condições de voo com baixa visibilidade.

Foi dada ainda continuidade à implantação do "Digital Automatic Terminal Information Service" (D-ATIS) - serviço de informações aeronáuticas entre os centros de controle e as aeronaves feito por meio de "data link".

Encontra-se, ainda, em fase de implantação a cobertura "Automatic Dependent Surveillance-Broadcast" (ADS-B) na Bacia de Campos, que tem por objetivo controlar o tráfego aéreo das aeronaves empregadas nas operações "off shore" (e.g. plataformas de petróleo) naquela região, considerada estratégica para o País. Este é um sistema que recebe as



informações do sistema de navegação das aeronaves de forma automática, de tal maneira que as mesmas possam ser visualizadas pelos controladores em suas telas de controle, mesmo em locais desprovidos de cobertura radar.

Quanto às ações de prevenção de acidentes aeronáuticos, o planejamento do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos foi executado dentro do esperado.

Metas 2012-2015

• Implantar 90% da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea de Autodefesa (1ª BAAAD) até 2015.

Análise Situacional da Meta

A implantação da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea de Autodefesa segue em ritmo normal, com 62% já realizado, e a meta da implantação deverá ser atingida conforme previsto.

A implantação dessa Brigada envolve a ativação de um Quartel-General sediado em Brasília - DF e de três Grupos de Artilharia Antiaérea de Autodefesa.

O 1º Grupo de Artilharia Antiaérea de Autodefesa foi ativado em 05 de janeiro de 2011 na cidade de Canoas – RS e o 2º Grupo de Artilharia Antiaérea de Autodefesa foi ativado em 31 de outubro de 2012 na cidade de Manaus – AM. Para orientar a organização e o treinamento daquelas Unidades, em 22 de agosto de 2012 foi ativado o Núcleo da Brigada de Artilharia Antiaérea de Autodefesa (NuBAAAD) na cidade de Brasília - DF.

Em 2013, foram concluídos os projetos para a construção das futuras instalações do 3º Grupo de Artilharia Antiaérea de Autodefesa e do futuro Quartel-General da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea de Autodefesa. Foi iniciado também o processo licitatório para construção da sede do 3º Grupo de Artilharia Antiaérea de Autodefesa.

A capacidade de operação dos 1º e 2º Grupos de Artilharia Antiaérea de Autodefesa foi ampliada com o recebimento e a implantação de radares de busca SABER M 60, equipamentos de visão noturna MOWGLI 2M e sistemas de comunicação HARRIS FALCON III.

Destaca-se ainda o emprego do 1º Grupo de Artilharia Antiaérea de Autodefesa - GAAAD na proteção da “Arena Fonte Nova” em Salvador – BA, durante os jogos da Copa das Confederações de 2013.

Quantidade alcançada

62

Data de Referência

30/12/2013

• Instalar 7 radares de vigilância do espaço aéreo brasileiro

Análise Situacional da Meta

O radar de vigilância do espaço aéreo, seja ele de área terminal ou de rota, tem a finalidade de realizar a detecção de aeronaves que estejam dentro de seu volume de cobertura e correspondente apresentação de imagens em um Centro de Controle para possibilitar a prestação do serviço de controle de tráfego aéreo na região de interesse. Já o radar meteorológico, tem a finalidade básica de realizar a detecção dos fenômenos meteorológicos que estejam dentro de sua área de cobertura e apresentar em uma estação de trabalho, com software específico de visualização, esses fenômenos.

A vigilância das áreas de interesse, isto é, onde existem rotas aéreas, é exercida por meio de um radar de vigilância que detecta as aeronaves, possibilitando ao controlador a prestação do serviço de controle, mas é suportada também, por radares meteorológicos, que detectam os fenômenos meteorológicos, permitindo monitorar situação meteorológica nas aerovias sob vigilância e caso necessário, em função da nuvem detectada ("cumulus e cumulonimbus"), promover o desvio da aeronave, atuando ambos os radares em prol do controle do tráfego aéreo.

Em 2012 e 2013, foram finalizadas as instalações de cinco radares para controle de tráfego aéreo nas seguintes localidades: Barcelos (AM), Navegantes (SC), Teresina (PI), Palmas (TO) e Londrina (PR).

Está prevista para 2014/2015, a instalação de um radar para controle de tráfego aéreo na área de Vitória (ES), em conjunto com a nova tecnologia de multilateração, que proporcionará ao espaço aéreo do terminal de Vitória (ES) um

excelente desempenho de detecção de aeronaves, mesmo frente ao relevo desfavorável daquela localidade.

Também estão previstas as instalações de quatro radares para controle de tráfego aéreo no período de 2014 a 2015, nas seguintes localidades: Curitiba (PR), Confins (MG), Porto Alegre (PA) e Porto Velho (RO). O radar a ser utilizado em Porto Velho será o radar atualmente instalado em Salvador (BA), que será substituído por um novo radar para controle de tráfego aéreo.

Ainda no período de 2014 a 2015, está previsto o início da substituição dos radares para controle de tráfego aéreo das localidades de Pico do Couto, São Roque, Morro da Igreja e Barra do Garças.

Para 2015, há previsão de instalação de um radar meteorológico em Chapada dos Guimarães (MT).

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

14/02/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	0	14/02/2014
Região Nordeste	1	unidade	1	14/02/2014
Região Norte	2	unidade	2	14/02/2014
Região Sudeste	1	unidade	0	14/02/2014
Região Sul	1	unidade	2	14/02/2014

• Modernizar 15 radares de vigilância do espaço aéreo brasileiro

Análise Situacional da Meta

Foram finalizados em 2013, os serviços de modernizações dos dez radares meteorológicos utilizados no Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), que atendem aos Centros Meteorológicos de Vigilância da Aeronáutica e ao Centro Gestor do Sipam: Belém (PA), Manaus (AM), Macapá (AP), Santarém (PA), Tabatinga (AM), Cruzeiro do Sul (AC), Boa Vista (RR), Porto Velho (RO), São Gabriel da Cachoeira (AM) e Tefé (AM).

Em 2014, está prevista a modernização do radar meteorológico de São Luís (MA).

A modernização desses radares busca manter os altos níveis de operacionalidade desses equipamentos, proporcionando a manutenção da segurança de voo e do atendimento da Defesa Civil dos Estados, pelo uso ininterrupto das informações meteorológicas.

Esta meta compreende, também, as modernizações de seis radares de controle de tráfego aéreo e defesa aérea. O cronograma da modernização foi postergado em virtude do tempo despendido durante a negociação com o fabricante e da assinatura do contrato, prevista para março de 2014.

Estas modernizações atenderão ao Sisceab e ao Sisdabra, nas seguintes localidades: Porto Espiridião (MT), Guajará-Mirim (RO), Eirunepé (AM), Cruzeiro do Sul (AC), Canoas (RS) e Santa Maria (RS), e proporcionarão uma melhoria no desempenho operacional desses radares e a extensão de sua vida útil.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

14/02/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	5	unidade	0	14/02/2014
Região Norte	1	unidade	10	14/02/2014
Região Sudeste	4	unidade	0	14/02/2014
Região Sul	5	unidade	0	14/02/2014

• Realizar 488 ações de prevenção de acidentes aeronáuticos

**Análise Situacional da Meta**

Seguindo o programa de prevenção de acidentes aeronáuticos, o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) realizou todas as ações de prevenção previstas para o ano, dentre elas: promoção de cursos, seminários e palestras destinados à formação e à qualificação de profissionais, dos setores privados e públicos, ligados à atividade aérea. Realizou, também, diversas investigações de acidentes com vistas a obter conhecimentos e aprimorar, constantemente, o sistema de prevenção. Desenvolveu programas de gerenciamento de risco aviário, raio laser e de prevenção do perigo baloeiro. Promoveu as reuniões semestrais do Comitê Nacional de Acidentes Aeronáuticos (fórum de debates dos assuntos de prevenção envolvendo empresas aéreas, indústrias, sindicatos e coordenado pelo Centro). Consolidou o ensino a distância como ferramenta eficaz para disponibilizar para o maior número possível de interessados os ensinamentos de prevenção, sem aumento de custos.

Promoveu-se o Simpósio Nacional de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, na cidade de São Paulo, cujo objetivo foi divulgar para a aviação civil brasileira os compromissos relativos à divulgação de assuntos de prevenção na aviação.

Espera-se, por fim, com esses arranjos de gestão, mitigar os riscos da atividade e reduzir o índice de acidentes ao menor patamar possível, dentro do aceitável internacionalmente.

Quantidade alcançada

244

Data de Referência

05/02/2014

- **Realizar 90% das adequações necessárias ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), propostas até 2016.**

Análise Situacional da Meta

Ao final de 2013, o Governo dotou os quatro Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (Cindacta) e o Serviço Regional de Proteção ao Voo, com o software do Sistema de Tratamento e Visualização de Dados do STVD, denominado de Sagitário. Esse software sofreu alguns ajustes e está sendo realizada uma padronização de versão entre os Centros de Controle supracitados.

Na área de Meteorologia, foram substituídas nos anos de 2012 e 2013 nove Estações Meteorológicas de Superfície (EMS-1), que se encontravam no limite da sua vida útil.

Também em 2012 e 2013, foram concluídas as substituições de oito sistemas de auxílio à navegação por rádio "Very High Frequency Omnidirectional Range" (VOR) pelo mais moderno "Doppler Very High Frequency Omnidirectional Range" (DVOR). Até o ano de 2015, deverão ser substituídos mais treze VOR.

Ainda, em relação ao aperfeiçoamento do Sistema de Navegação Aérea, foram instalados seis auxílios à navegação aérea: "Instrument Landing System" (ILS), em 2012 e 2013.

Encontra-se em fase de implantação a cobertura "Automatic Dependent Surveillance-Broadcast" (ADS-B) na Baía de Campos, que tem por objetivo controlar o tráfego aéreo das aeronaves empregadas nas operações "off shore" (plataformas de petróleo) naquela região, considerada estratégica para o País. Esse é um sistema que recebe as informações do sistema de navegação das aeronaves de forma automática, de tal forma que possam ser visualizadas pelos controladores em suas telas de controle mesmo em locais desprovidos de cobertura radar.

Somam-se a estas as metas já relatadas de instalação e modernização de radares de vigilância do espaço aéreo brasileiro.

Quantidade alcançada

68,18

Data de Referência

14/02/2014

OBJETIVO: 0462 - Elevar a capacidade operativa da Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Da mesma forma que em 2012, ao longo do ano de 2013 foram destinados recursos para o preparo e emprego da Força Aérea Brasileira (FAB), que propiciaram o aprimoramento tático-operacional do seu efetivo militar e civil, ao aperfeiçoamento da logística de pronto emprego e a uma considerável elevação de sua capacidade operativa. Foi dada continuidade à estratégia de realização de treinamentos específicos com simuladores de voo, o que contribuiu para a redução de custos e riscos operacionais e, também, à execução de operações aéreas conjuntas e combinadas, tanto no País como no exterior.

Nesse sentido, vale destacar a “Operação Combinada Laçador”, simulação de guerra realizada com o objetivo de preparar as três Forças Armadas para atuarem de forma coordenada e eficaz. Outra grande operação importante foi a Cruzex Flight 2013, maior exercício de Guerra Simulada da América Latina. O treinamento de pessoal nas áreas de manutenção de aeronaves e radares, de suprimento de aviação e de proteção ao voo e de administração orçamentária e financeira, dentre outras, aliados aos cursos de formação profissional e à provisão de meios materiais para cumprimento da missão, vêm proporcionando o aperfeiçoamento da logística de pronto emprego da FAB.

A realização de todas essas ações muito se deveu à atuação da Logística da Aeronáutica (manutenção e suprimento de material aeronáutico), que, a exemplo de 2012, manteve uma disponibilidade mensal de 270 aeronaves e, assim, contribuiu para que se realizasse 155.547 horas de voo durante o ano de 2013.

Ainda em 2013, além dessas missões, a FAB, por meio de seus meios aéreos e logísticos proporcionou o apoio a distribuição de provas para o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), bem como a Operação Mais Médicos I, II e III, distribuindo os médicos em todas as capitais dos Estados do Território Nacional.

Com vistas ao adestramento para a operação de equipamentos e aeronaves adquiridas no exterior, a FAB participou dos seguintes eventos: Angel Thunder, nos EUA, juntamente com outros 15 países, sendo considerado o maior do mundo e que consiste de um treinamento militar organizado pela Força Aérea dos Estados Unidos (Usaf) de resgate em combate e recuperação de pessoas; Joint Warrior, na Escócia, em que uma aeronave P-3AM Orion da FAB participou pela primeira vez do maior treinamento militar europeu, realizando missões antissubmarinas com submarinos nucleares e antissuperfície; e, ainda, o Parbra III, quando cerca de trezentos militares e vinte aeronaves da FAB e da Força Aérea Paraguai simularam interceptações e transferência de informações entre controladores de defesa aérea para o combate a voos ilícitos.

No que se refere aos processos de formação e capacitação profissional, cabe registrar os 16.877 alunos capacitados/formados nas áreas de interesse da FAB, que representam aproximadamente 22,24% de seu efetivo. Os principais cursos foram: Formação de Soldados, Cabos, Graduados e Oficiais; Capacitação de Tática Aérea, de Logística, de Padronização de Instrutores e de Negociação de Contratos Internacionais e Acordos de Compensação; e, ainda, os Cursos de Graduação e Pós-Graduação de Engenharia. Nesse particular, ressalta-se a realização de intercâmbios com instituições de ensino e centros tecnológicos, no país e no exterior; participação em feiras e Workshop, reunindo organizações nacionais e estrangeiras; e o conceito máximo, ou seja, nota 5, no Índice Geral de Cursos (IGC) do Ministério da Educação, referentes ao triênio 2009, 2010 a 2011, conferido ao Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA).

Para o ano de 2014, pretende-se iniciar o ano com 50% a mais de alunos aprovados no vestibular para o ITA, dando início ao Plano de Expansão da Escola, e em 2015 iniciar com mais 50%, cumprindo a meta de duplicação do número de vagas, visando atender necessidades crescentes de setores estratégicos do País que incluem Aeronáutica, Defesa e Educação.

Foram mantidos funcionando os simuladores das aeronaves A-1, F-5M, A-29, T-27, C-105 e P-3 por meio de contratos de suporte logístico (CLS) concorrendo para a redução de custos pela simples economia de meios (aeronaves) no treinamento de pilotos em missões de instrução. Além disso, no primeiro semestre de 2013, foi realizada a montagem de kits contendo material de consumo hospitalar e medicamentos, individuais e coletivos, para as aeronaves distribuídas em



15 Unidades Aéreas.

Quanto à aquisição de materiais bélicos para a manutenção dos estoques em níveis adequados, essa não ocorreu segundo o planejado em 2013, o que deverá ser compensado em 2014, sob pena de comprometer o treinamento das Unidades Aéreas e Tropas Terrestres.

Por outro lado, há que se destacar o aprimoramento dos processos administrativos, o aumento do emprego da tecnologia da informação, os múltiplos treinamentos realizados com gestores e encarregados, as visitas de inspeção, que acabaram por colaborar para a melhoria da eficiência e a redução de custos com as atividades vinculadas ao Objetivo em análise.

Em 2014, ainda está previsto aumentar o número de aeronaves de forma a permitir o suporte a 100% do esforço aéreo, mantendo-se o quantitativo em 155 mil horas voadas; adequar as instalações das Organizações, proporcionando melhores condições de infraestrutura aos seus efetivos; e rever os planejamentos com o objetivo de priorizar as aquisições de maior importância.

Por fim, como se pode depreender das considerações acima, buscou-se adestrar o efetivo militar da FAB para seu pronto emprego, operações aéreas foram realizadas com várias finalidades e, também, atividades de ensino foram desenvolvidas nas diversas instituições de ensino no país e no exterior.

Metas 2012-2015

• Adestrar, anualmente, 28.000 militares

Análise Situacional da Meta

Considerando que o adestramento é atividade destinada a exercitar o homem, quer individualmente, quer em equipe, desenvolvendo as habilidades para o desempenho eficaz das tarefas para as quais já recebeu a adequada instrução, a FAB, no ano de 2013, proporcionou adestramento, instrução e treinamento técnico-operacional ao efetivo em diversas áreas de atuação.

Entre maio e junho de 2013, a FAB, em conjunto com o Ministério da Justiça e demais Forças Singulares, participou da maior operação do Governo Brasileiro no combate a crimes de fronteira, denominada de Operação Ágata 7, atuando em toda a extensão da fronteira brasileira (16.886 km), cobrindo dez países e indo do Oiapoque (AP) ao Chui (RS). Esta operação buscou, valendo-se inclusive do emprego de Veículos Aéreos Não Tripulados (Vant), mapear áreas e atividades para utilizar esses dados na repressão ao narcotráfico, contrabando e descaminho, tráfico de armas e munições, crimes ambientais, contrabando de veículos, imigração ilegal, garimpo e problemas indígenas, propiciando a presença e a ação forte do Estado e levando benefícios a toda sociedade brasileira e, em especial, às populações residentes na fronteira do país por meio da melhoria da segurança pública.

Em setembro, foi realizada a “Operação Combinada Laçador” que envolveu a Marinha, o Exército e a Aeronáutica. O objetivo dessa simulação de guerra foi preparar as três Forças Armadas para atuarem de forma coordenada e eficaz. Nesta Operação, foram realizados treinamentos com simulações de ataque, defesa do espaço aéreo e terrestre e busca e salvamento, além da realização de ação cívico-social pelas Forças Armadas no município de Nova Santa Rita-RS.

Em novembro, foi realizado em Natal-RN o maior Exercício de Guerra Aérea Simulada da América Latina, a “Cruzex Flight 2013”. Durante este exercício foi treinado combate aéreo, reabastecimento em voo, navegação à baixa altura, lançamento de paraquedistas, resgate, infiltração, ataque e escolta. Além do Brasil, os países participantes foram: Canadá, Chile, Colômbia, Equador, Estados Unidos, Uruguai e Venezuela.

Os militares também tiveram suas capacitações implementadas com recursos alocados às Organizações Militares, por meio do Plano de Missões de Ensino (PLAMENS), no Brasil e no Exterior, possibilitando o treinamento em Organizações nacionais e estrangeiras, a exemplo de cursos técnicos específicos na área de manutenção de aeronaves, de radares, logística de suprimento de aviação e de proteção ao voo.

Para a manutenção da operacionalidade da FAB, também foram realizadas missões previstas no Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior (Plamtax), visando ao adestramento do efetivo, com vistas à operação de equipamentos e aeronaves adquiridas no exterior, realizado por meio do treinamento em simuladores de voo e

formação especializada, além de intercâmbios com países estrangeiros para realização de Operações Aéreas Conjuntas. Durante o ano, a Força Aérea realizou treinamentos em simuladores de voo no Brasil, permitindo a preparação de tripulações da FAB para atuarem tanto em situações normais como em emergências.

A Força Aérea também proporcionou instrução e treinamento técnico-operacional ao seu efetivo por meio de Reuniões de Aviação Operacional, como, por exemplo, a XXV Reunião da Aviação de Asas Rotativas, a Reunião da Aviação de Transporte 2013, a XXIX Reunião de Aviação de Patrulha e a Reunião da Aviação de Caça 2013. O objetivo principal dessas reuniões é o intercâmbio de informações operacionais e a atualização doutrinária que inclui a identificação de melhores práticas militares.

Observação Importante: No ano 2012, o critério de mensuração utilizado considerou todos os militares adestrados, diretamente e indiretamente, totalizando 55.040 militares adestrados. A partir do ano 2013, o critério de mensuração dos adestramentos foi modificado na FAB para considerar somente os militares diretamente adestrados. Neste novo critério, a meta PPA totalizou 14.250 militares em 2012 e 2013.

Quantidade alcançada

14.250

Data de Referência

31/12/2013

• **Capacitar 20% do efetivo por meio das atividades de ensino para o emprego operacional e de apoio**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013, foram realizadas a formação, a capacitação, o aperfeiçoamento e a especialização de 16.877 alunos nas áreas de interesse do Comando da Aeronáutica.

Os principais cursos englobados nessa capacitação são:

- Curso de Formação de Cabos;
- Curso de Especialização de Soldados;
- Curso de Formação de Sargento;
- Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento;
- Curso de Formação de Médicos Dentistas e Farmacêuticos;
- Estágio de Adaptação de Oficiais Temporários;
- Curso de Tática Aérea para Oficiais e Graduados;
- Curso de Especialização em Logística;
- Curso Básico de Manutenção para Oficiais;
- Curso de Padronização de Instrutores;
- Curso de Negociação de Contratos Internacionais e Acordos de Compensação;
- Curso de Formação de Oficiais;
- Curso de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica;
- Curso de Graduação em Engenharia;
- Curso de Pós-Graduação em Engenharia;
- Estágio de Adaptação ao Oficialato, e
- Curso de Formação de Oficiais Especialistas.

No que se refere às principais realizações na formação básica, pode ser mencionada a Academia da Força Aérea, que possui um corpo discente formado por um total de 758 alunos, os quais 493 são Aviadores, 167 Intendentes, 83 Infantes e 15 alunos estrangeiros, integrantes do programa de intercâmbio entre a Força Aérea Brasileira e as Nações Amigas, divididos nas quatro séries.

O Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica possui os cursos de formação de médicos, dentistas e farmacêuticos, o estágio de adaptação de oficiais temporários, o estágio de adaptação ao oficialato e o curso de formação de oficiais especialistas, onde se computaram 1.132 oficiais capacitados/formados nos anos de 2012 e 2013.



A Escola de Especialistas de Aeronáutica obteve, no mesmo período, êxito na plena capacitação de 10.820 sargentos em diversas especialidades,

A Escola Preparatória de Cadetes do Ar capacitou 1.122 alunos, divididos em três séries anuais. Computadas as desistências voluntárias durante o curso de três anos e também o não aproveitamento pela Aeronáutica dos alunos que venham a apresentar condições médicas indesejadas e inadequação a estímulos psicomotores para a pilotagem militar. Desta forma, foram alcançados os seguintes percentuais do efetivo da Força Aérea Brasileira em termos de formação, capacitação e aperfeiçoamento: em 2012 - 14,61% e em 2013 - 22,25%.

Destaca-se que, apesar do enunciado da meta não indicar que a mesma é anual, o Departamento de Ensino tem como meta capacitar 20% do efetivo da Aeronáutica por meio de atividades que se iniciam e se findam em um mesmo ano. A meta apresentada alcançou no biênio 36,86%.

Quantidade alcançada

36,86

Data de Referência

31/12/2013

• **Realizar 32 operações aéreas**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2013, a Força Aérea Brasileira realizou 12 operações aéreas, por meio de seu esforço aéreo e logístico, o que proporcionou apoiar o Projeto Calha Norte, o Projeto Rondon e o rodízio das tropas e apoio logístico aos Contingentes Brasileiros no Haiti e no Líbano. No que se refere ao Preparo e Emprego Técnico-Operacional da Força Aérea, ocorreram as Operações Ágata 7, Águia, Angel Thunder, Arcanjo, Brapor, Carcará I, Cooperación II, Copa das Confederações, DPA, Joint Warrior, Parbra III e Tangará.

A Operação Red Flag, que seria realizada na Base Aérea de Nellis, nos Estados Unidos, prevista para o segundo semestre de 2013, foi cancelada pela Força Aérea dos Estados Unidos (USAF), devido restrições orçamentárias por parte daquele País.

No segundo semestre de 2013, ocorreram as Operações Cruzex Flight 2013, Felino, Flecha, ISIK, Jornada Mundial da Juventude, Laçador, Morcego, PANAMAX, Raposa, RIAT, Ultimato I e Ultimato II.

As Operações Águia, Carcará I, DPA e Tangará, todas de responsabilidade do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, foram concluídas.

A Operação Gota, de iniciativa do Ministério da Saúde, ainda não pode ser efetivada, devido a problemas na assinatura do Termo de Cooperação. Entretanto, após reuniões realizadas naquele Ministério, as inconsistências foram sanadas e a realização da referida Operação está prevista para ocorrer durante todo o ano de 2014. Apesar disso, as Operações de Apoio às Comunidades Indígenas, destacando-se a Awá-Guajá e Curumim III e IV, foram realizadas com sucesso, assim como a Operação Expedicionários da Saúde.

Para o primeiro semestre de 2014 estão previstas as seguintes Operações: Ágata 8, Águia 2014, Ataque e Defesa Cibernética, Avaliação Operacional Contratual HX-BR, Cometa, Cooperación III, Copa do Mundo, Falcão 2014, Lança 2014, Raposa, São Lourenço e Tangará 2014.

Todas as Operações cumpriram seus objetivos, proporcionando treinamento e experiências aos seus integrantes durante os exercícios especificamente militares, assim como durante os apoios prestados à população brasileira.

Quantidade alcançada

36

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0463 - Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial nacional, visando a ampliação da capacidade de defesa aérea.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

A capacidade de defesa aérea nacional vem sendo ampliada por meio do desenvolvimento e da capacitação tecnológica da Aeronáutica e da Indústria Aeronáutica e Aeroespacial Nacional. Neste sentido, citam-se importantes conquistas do Programa Espacial Brasileiro, que foi o término da construção da Torre Móvel de Integração (TMI), no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), com testes utilizando um protótipo do Veículo Lançador de Satélites (VLS-1) – Operação Salinas, em que foram realizados testes de compatibilidades físicas e mecânicas, bem como a conclusão da campanha de ensaios de separação, em solo, dos quatro propulsores do primeiro estágio do VLS-1, com 100% de sucesso.

Destaque especial também deve ser dado às missões de rastreamento coordenadas pelo Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), relativas aos foguetes lançados pela Agência Espacial Europeia (ESA) a partir da Guiana Francesa, cujo acordo internacional vigora desde 1977. Fruto desse acordo, o CLBI já participou de 200 operações, sendo 6 em 2013, com previsão de outras 09 em 2014. Neste tópico estão incluídos os rastreamentos de veículos transportando diversos satélites para utilização nacional, tais como, o Star One C3, o Amazonas e 6 unidades do Brasilsat. O CLBI também participa do rastreamento de foguetes que levam sondas tecnológicas ou científicas para exploração da lua ou do espaço interplanetário. É importante ressaltar que esse acordo inclui operações de rastreamento dos lançadores Ariane (Francês), Vega (Italiano) e Soyuz (Russo).

Todas as obras e sistemas implementados no CLA permitirão realizar, em 2014, a missão tecnológica de lançamento do veículo “Vsinav”, protótipo do VLS-1, para qualificar, em voo, o Sistema Inercial Sisinav.

Paralelamente, estão sendo desenvolvidos motores a propulsão líquida, condição essencial para autonomia brasileira na produção de veículos lançadores, permitindo maior eficácia e eficiência na inserção de cargas úteis em órbita.

Foi realizado intercâmbio internacional e fomento à indústria aeroespacial brasileira, com a assessoria à Colômbia, no estabelecimento do sistema de Certificação Aeronáutica deste país (Sicac).

Por meio da atividade de Certificação de Projetos Aeroespaciais atuou-se junto a empresas e instituições nacionais e internacionais na definição de requisitos técnicos, desenvolvimento de produtos, além da verificação e aceitação de projetos estratégicos do ponto de vista do domínio tecnológico nacional, dos quais destacaram-se em 2013: a modificação do veículo espacial de sondagem VSB-30, com a incorporação de componente crítico de maior confiabilidade; a revisão do projeto do míssil nacional antirradiação MAR-1, da Mectron; a análise da fase de industrialização do míssil ar-ar de 5ª geração (A-Darter), de desenvolvimento binacional Brasil-África do Sul.

No segmento aeronáutico, os principais fatos foram: a definição final dos requisitos técnicos de segurança, de cumprimento de missão e de produção do avião cargueiro KC-390, da Embraer, que será a maior aeronave já produzida na América Latina; a aprovação inicial da modernização de 43 aeronaves de caça nacionais A-1; diversas assessorias técnicas no campo industrial para a definição da nova aeronave estratégica de reabastecimento em voo e do desenvolvimento de um sistema nacional de enlace de dados ar-ar e ar-solo em tempo real (data link).

Metas 2012-2015

• Desenvolver 4 projetos de sistemas bélicos**Análise Situacional da Meta**

Tendo em vista a complexidade tecnológica e processual na condução dos projetos de sistemas bélicos, o percentual de execução da meta ficou em 25% , em 2013.

O projeto da Bomba de Penetração - BPEN foi concluído em 2012. Os projetos do Míssil Antirradiação MAR-1, do Míssil Ar-Ar de 5ª geração A-DARTER e do Míssil Ar-Ar MAA-1B estão em desenvolvimento e tiveram as seguintes realizações:

Míssil Antirradiação MAR-1 - Considerando os resultados alcançados na Campanha Intermediária realizada no ano de 2012, bem como a necessidade de que fossem adequados alguns requisitos do míssil com as necessidades tecnológicas e processuais que envolvem a condução de projetos de alta tecnologia, foi realizada uma revisão na Matriz de Requisitos do MAR-1, sem que, contudo, fossem degradadas suas características operacionais.

Foi realizada a Campanha Contra Alvo 2.1, na qual se pode comprovar a maturidade de alguns subsistemas do míssil.



Algumas metas programadas para 2013 deverão ser cumpridas no primeiro semestre de 2014, como o início dos ensaios ambientais do motor foguete.

Levando-se em consideração o cronograma físico-financeiro, pode-se afirmar que a execução física do projeto foi satisfatória, ainda que sejam necessárias a adoção de algumas medidas contingenciais necessárias para a conclusão de um projeto de desenvolvimento com a complexidade do MAR-1.

Missil Ar-Ar de 5ª Geração A-Darter - O projeto prevê o desenvolvimento do míssil A-Darter na África do Sul, com suporte de engenharia das empresas brasileiras e reprodução do Projeto no Brasil, com a finalidade de certificação do míssil.

Atualmente, o projeto tem seguido o planejamento de ensaios e testes para comprovação dos requisitos de desempenho, com uma equipe dedicada em várias empresas simultaneamente.

Vislumbrando-se a possibilidade de que o míssil A-Darter seja industrializado no Brasil, levando-se em consideração a antecedência que requer a condução de tal atividade, foi executado um contrato com a empresa Denel do Brasil com a finalidade de avaliar a maturidade da indústria nacional para a preparação da produção do míssil A-Darter no País.

Alguns desvios encontrados em campanhas de ensaio indicaram a necessidade de que fosse alterado o planejamento da execução do Projeto, com a postergação do prazo de execução.

As metas não cumpridas, por indisponibilidade de suprimento de fornecedores, foram reprogramadas para o biênio 2014-2015.

Conclui-se que o desenvolvimento do míssil A-Darter vem ocorrendo dentro do esperado, tendo em vista a complexidade que envolve o desenvolvimento de um artefato de alta tecnologia.

Missil Ar-Ar MAA-1B - O projeto prevê o desenvolvimento e homologação de um míssil ar-ar de curto alcance com guiamento infravermelho capaz de operar em duas faixas de frequência, sucessor do MAA-1A. Ao longo de 2013, foram realizados ensaios de desenvolvimento dos subsistemas do MAA-1B.

Foi realizada a integração e ensaios em voo dos Alvos Aéreos Manobráveis BANSHEE equipados com o sistema de aperfeiçoamento de emissão infravermelho HOT NOSE, utilizando o Lançador e o Sistema de Controle da Marinha do Brasil. Os Alvos Aéreos BANSHEE serão utilizados em futuras campanhas Contra Alvo do MAA-1B.

Para 2014, estão previstas reuniões para definição dos ajustes das datas de conclusão das etapas de desenvolvimento do CAR e do Autodiretor para viabilizar as campanhas de ensaio de voo Cativo e Pré-programado, bem como a entrega dos protótipos para realização da campanha Contra-Alvo 1.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

14/02/2014

• Desenvolver cargueiro tático militar (Projeto KC-X)

Análise Situacional da Meta

O Projeto KC-X faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 e atingiu 50,6% do previsto, mantendo-se a expectativa de atingir os 100% da meta em 2016, com a certificação do projeto, viabilizada por meio dos voos de ensaios dos protótipos e validação da linha de produção. O projeto é estratégico não apenas para garantir maior mobilidade militar, mas também para consolidar o desenvolvimento da indústria nacional de defesa. O projeto já tem 60 intenções de compra e conta com um mercado estimado de 700 aeronaves. A expectativa é que a construção do avião de carga deva atingir cerca de U\$S 20 bilhões em exportações. O Projeto KC-X encontra-se na 4ª e última fase que é a de Projeto Detalhado e Certificação da aeronave.

A Força Aérea Brasileira e a Embraer atingiram, em março de 2013, um importante marco na fase de desenvolvimento do projeto do cargueiro, batizado de KC-390. Foi realizada, com sucesso, a Revisão Crítica (CDR - Critical Design Review) do Projeto, em São José dos Campos-SP. Participaram, por parte da FAB, mais de 50 especialistas das áreas técnica, logística e operacional, avaliando detalhadamente todos os aspectos do projeto. Desta forma, foi autorizado o

início da produção dos protótipos e, naquele momento, mantida a meta de primeiro voo em outubro de 2014.

Ainda em 2013, diversos componentes estruturais de longo ciclo de fabricação já estão em produção, e algumas peças, inclusive, já estão concluídas. A linha de produção do KC-390 incorpora o que há de mais moderno em sistemas de manufatura de produtos aeronáuticos.

A expansão da planta industrial de Gavião Peixoto – SP está avançando como planejado, já tendo sido recebidos os primeiros sistemas robóticos para montagem e integração final da aeronave. Como resultado dos contratos com empresas dos países-parceiros, Argentina, Portugal e República Tcheca, também estão sendo produzidos os segmentos estruturais e peças da aeronave de responsabilidade daqueles países.

Para adequar o cronograma físico das obrigações à realidade orçamentária foram negociados ajustes nas entregas do contrato, sem, contudo alterar os principais objetivos do Projeto, como por exemplo, o de realizar o primeiro voo da primeira aeronave protótipo no terceiro trimestre de 2014, mantendo-se a expectativa de atingir os 100% da meta “Desenvolvimento do Cargueiro Tático Militar” em 2016, com a certificação do projeto, viabilizada por meio dos voos de ensaios dos protótipos e aceitação da linha de produção.

Quantidade alcançada

50,6

Data de Referência

31/12/2013

• Realizar 4 pesquisas na área de tecnologia aeroespacial

Análise Situacional da Meta

O Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) certificou o subsistema de recuperação do Satélite de Reentrada Atmosférica (Sara) Suborbital com a realização do ensaio de abertura dinâmica dos paraquedas. Foi a campanha final de um longo processo que iniciou em 2008. Os constantes ensaios não só confirmaram os valores de resistência dos diferentes materiais, como também levaram paulatinamente a uma melhor compreensão do processo de abertura do conjunto de paraquedas.

Uma característica importante foi o descarte de atuadores de separação pirotécnicos em prol de componentes pneumáticos e elétricos, o que constituiu uma inovação em relação ao “design” clássico deste tipo de conjunto. Isso ocorreu pela constatação de que o subsistema só convergiria com um número elevado de ensaios, o que levaria a custos proibitivos com o uso de pirotécnicos, além de exigir uma logística considerável devido às medidas de segurança necessárias.

Foram as repetições e os diferentes tipos de ensaios que propiciaram maior conhecimento e compreensão da física do problema. Demonstraram a necessidade de reprojetar e geraram o desenvolvimento de procedimentos adequados.

Também foi concluído o processo de fabricação da manta absorvedora de micro-ondas com resina epóxi usando aditivo MnO-MgO-Fe2O3, que será utilizado para blindagem de ruídos eletrônicos que venham prejudicar o funcionamento dos sistemas em operação. A composição com os aditivos citados são uma inovação desses componentes na classe de materiais absorventes. As aplicações desses materiais concentram-se no setor da indústria de telecomunicações e aeronáutica.

Dentre os benefícios para a sociedade e para a Força Aérea podemos citar:

- No Setor Aeroespacial, na blindagem de equipamentos eletrônicos, quando usada em forma de resina e blindagem de cabines de aeronaves; e
- No Setor civil, na fabricação de celulares, paredes de hospitais e presídios (bloqueio de celulares), etc.

Está em andamento o Desenvolvimento da tecnologia de Propulsão Líquida, no Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), em São José dos Campos (SP), onde se realizou, em dezembro de 2013, o primeiro ensaio a quente do modelo de voo do Estágio de Propulsão Líquida (EPL). O acionamento do motor movido a oxigênio líquido e etanol ocorreu de forma perfeita. Este é um passo importante em direção à consolidação do uso da tecnologia de propulsão líquida para foguetes. Atualmente, o País usa apenas a propulsão sólida.



O ensaio também treinou as equipes do IAE e da empresa Orbital, responsável pelo desenvolvimento do Sistema de Alimentação do Motor Foguete (Samf), para a Operação Raposa, prevista para 2014, quando o EPL será testado em voo. Foram simuladas as condições de integração, de carregamento de oxigênio líquido e de sequenciamento de eventos de voo. Foram testados, ainda, os Sistemas de Ignição e de Suprimento de Energia, de Comando e de Atuação. Nos últimos meses, todos os sistemas e modelos de voo foram testados com êxito, como o banco de controle, a qualificação do ignitor pirotécnico, as redes elétricas e a estrutura do veículo, dentre outros.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

17/02/2014

OBJETIVO: 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Em 2013, foi dada continuidade à adequação da frota de aeronaves e dos meios operacionais empregados pela Força Aérea Brasileira (FAB), para assegurar a defesa aeroespacial do País e, assim, cumprir sua destinação constitucional, sintetizada na frase: “Manutenção da Soberania do Espaço Aéreo Nacional com vistas à Defesa da Pátria”.

A modernização e a aquisição de helicópteros e aviões de combate, de transporte e de patrulha, bem como de Aeronaves Remotamente Pilotadas, mais conhecidas por Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT), são algumas das metas estruturantes respaldadas na Estratégia Nacional de Defesa (END).

Nesse contexto, é importante registrar que, ao longo do exercício de 2013:

- a) Houve o recebimento de um Sistema com dois VANT, modelo Hermes - 450WE, cuja contratação teve início em 2010;
- b) Foram recebidas três aeronaves do Projeto P-3BR (aeronaves que visam executar missões de vigilância de áreas marítimas e de ataque contra alvos de superfície e submersos) já modernizadas pela EADS – Construcciones Aeronáuticas S. A., ao invés de quatro conforme previsto inicialmente, totalizando oito já entregues à FAB desde 2011. A nona e última aeronave da frota a ser modernizada, por ter apresentado um número considerável de itens a serem modificados, deverá ser entregue modernizada à FAB somente no primeiro trimestre de 2014;
- c) Também foram recebidas doze aeronaves modernizadas do Projeto C-95, composto por aeronaves utilizadas para transporte de carga, passageiros, patrulha e vigilância aérea, sendo onze C-95M Bandeirante e um P-95M Bandeirante Patrulha, perfazendo um total de vinte aeronaves recebidas das cinquenta inicialmente contratadas;
- d) Foi recebido um helicóptero EC-725, segunda aeronave na versão VIP, produzido pelo consórcio Helibras/Eurocopter, conforme o Projeto HX-BR, que prevê a aquisição de um total de 50 aeronaves, devendo ser destinadas dezesseis unidades a cada uma das Forças Singulares e duas aeronaves na configuração VIP à Presidência da República, cuja operação ficará a cargo da FAB. Desde o início do Projeto, já foram entregues oito helicópteros, sendo que, desse total, quatro aeronaves foram destinadas à FAB, sendo duas para cumprimento de suas missões institucionais e duas para missões presidenciais. Para 2014, há a expectativa do recebimento de mais treze aeronaves;
- e) Deu-se continuidade à Segunda Fase do Projeto de Modernização dos F-5BR, caças táticos de defesa aérea e ataque ao solo, iniciado em 2012, com a entrega de mais cinco aeronaves à Embraer de uma previsão inicial de sete aviões. A alteração do cronograma de entrega de duas das aeronaves à Embraer deveu-se, especialmente, à dificuldade da empresa em cumprir o cronograma físico financeiro, o que determinou a negociação de um Termo Aditivo. Atualmente existe um total de sete F-5BR recolhidos à referida empresa para execução dos serviços contratados;
- f) No tocante ao Projeto de modernização dos A-1 (AM-X), aeronaves utilizadas para ataques de precisão contra alvos de superfície e de reconhecimento aéreo, ao final de 2012, a Embraer já dispunha de quatorze aeronaves para revitalização e modernização, sendo que, em 2013, mais oito aviões foram entregues à referida empresa para execução desses serviços.

Por outro lado, da previsão de conclusão do serviço em seis aeronaves, neste ano, apenas uma foi modernizada e entregue à FAB, em virtude da necessidade de alteração do cronograma financeiro do contrato para adequar às prioridades e à disponibilidade orçamentária do Governo e aos atrasos na linha de produção da empresa;

g) Com respeito ao desenvolvimento do cargueiro militar KC-390, foi realizada a sua Revisão Crítica (Critical Design Review - CDR) no primeiro semestre de 2013, o que permitiu à Embraer concluir as definições finais para a configuração da aeronave e, assim, prosseguir na produção dos protótipos e nos preparativos para realização do “Voo Inaugural” do KC-390, em 2014;

h) Com relação ao Projeto H-60L, foi recebido o último helicóptero Black Hawk, helicóptero médio bimotor de transporte utilitário e assalto de fabricação americana, totalizando dezesseis aeronaves desse modelo adquiridos e incorporados ao acervo da FAB, reforçando sua capacidade de suporte às missões de ajuda humanitária, bem como de busca e salvamento;

i) No que se refere ao Projeto de aquisição de doze helicópteros de combate, modelo MI-35, de fabricação russa, denominados na FAB de AH-2 Sabre, empregados na proteção das fronteiras da Amazônia, o recebimento das três últimas aeronaves (quarto lote), previsto para 2013, foi adiado para 2014 para ajuste de inconformidades técnicas verificadas no simulador de voo e no sistema de off set (prática compensatória ou compensação, exigida como condição para a importação de bens e serviços, com a intenção de gerar benefícios de natureza industrial, tecnológica e comercial);

j) Em relação ao Projeto FX-2, que prevê a compra de 36 aeronaves multimissão de combate destinadas à garantia da superioridade aérea, foram realizadas várias apresentações sobre o processo de seleção e confecção do Relatório Final da aeronave para a Presidente da República, Ministros da Defesa, Indústria e Comércio, Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. Em dezembro de 2013, o Governo Brasileiro optou pela aquisição do caça modelo Gripen NG, de fabricação sueca, que será produzido por meio de parcerias envolvendo a empresa Saab, fabricante da aeronave, e a Embraer;

l) Por meio do Projeto C-98A, para transporte de carga / tropa, iniciado no PPA 2008-2011, foram adquiridas as duas últimas aeronaves Grand Caravan, das 25 inicialmente previstas.

Em 2013, também foi possível superar alguns óbices, construir processos e ultrapassar certas etapas de desenvolvimento dos projetos de Telemática Militar descritos abaixo, através de parcerias entre o IEAv – Instituto de Estudos Avançados e o CCASJ – Centro de Computação da Aeronáutica de São José dos Campos, ambos do Comando da Aeronáutica, e as empresas ATECH - Negócios em Tecnologias S/A e DEXTRA (desenvolvedora de software sob medida):

a) Projeto Hércules II – realiza o desenvolvimento do Sistema de Planejamento e Análise, módulo de Comando e Controle, denominado SPA-C2, que engloba desde a alocação do esforço aéreo anual, até o gerenciamento em alto nível das escalas de voo das Unidades Aéreas;

b) PMA II – realiza o desenvolvimento do software de Planejamento de Missões Aéreas;

c) Bdvsan – realiza o desenvolvimento dos cenários visuais dos simuladores de voo da FAB, atualmente na fase de aquisição de ferramentas e imagens necessárias a sua construção; e

d) Sasve – realiza o desenvolvimento de um software com a finalidade de controlar o acesso de qualquer tipo de pessoa de fora do Comando da Aeronáutica a Organizações e Instalações Militares.

Foi dada continuidade nas etapas previstas dos projetos Hércules II e SASVE, por outro lado, os projetos PMA II e Bdvsan foram reprogramados em função da disponibilidade de recursos orçamentários. Igualmente, é importante frisar que, para manter a execução dos contratos em andamento, foram feitas gestões junto às contratadas para introdução de ajustes necessários nos cronogramas físico e financeiros dos projetos.

Em 2014, pretende-se prosseguir com as realizações dos projetos Hércules II, Sasve, PMA II e Bdvsan e adquirir 28 veículos de transporte de superfície, totalizando os 30 veículos inicialmente previstos e, ainda, acelerar os processos de aquisição de materiais e serviços, o que, possivelmente, permitirá o alcance de níveis de desempenho desejados para implantação de novos sistemas bélicos.

Por fim, vale frisar que a realização desses é de grande importância para viabilizar e dar celeridade às ações de pronta-resposta, bem como, no que se refere ao preparo para o emprego e o controle das operações da FAB, assegurando, assim,



a capacidade de defesa aeroespacial.

Metas 2012-2015

• Adquirir 45 aeronaves**Análise Situacional da Meta**

No acumulado de aquisições de aeronaves da FAB, desde 2012 foram recebidas nove novas aeronaves, sendo quatro em 2012 e outras cinco em 2013.

Em 2012, foram recebidas as quatro últimas aeronaves de caça Super Tucano AL-X, de um total de 99 inicialmente contratadas.

Em 2013, destaca-se o recebimento da última aeronave de asa rotativa multiuso Black Hawk (H-60), perfazendo um total de 16 unidades adquiridas, e das duas últimas aeronaves C-98A (Grand Caravan) de um total de 25 unidades contratadas. Ainda no ano de 2013 foram recebidas as duas aeronaves Vant - Veículo Aéreo Não Tripulado.

Para o ano de 2014, existe a previsão de entrega dos três últimos helicópteros de ataque AH-2 Sabre (MI35) de um total de 12 aeronaves adquiridas inicialmente.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/12/2013

• Implantar 70% dos novos sistemas bélicos desenvolvidos até 2015.**Análise Situacional da Meta**

O propósito da meta, além de contemplar a incorporação de seis novos sistemas bélicos desenvolvidos para melhorar a capacidade da Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua missão constitucional, também abrange a nacionalização de seus respectivos processos de fabricação.

Em decorrência da alteração de prioridades dos projetos do Comando da Aeronáutica relacionadas a dificuldades com a disponibilidade de recursos, a meta apresentou um avanço físico de 1,47%, correspondente aos projetos de desenvolvimento de alvo aéreo para o míssil MMA-1B e de kits de guiagem laser para bombas de baixo arrasto para fins gerais (BA-FG).

Quantidade alcançada

1,47

Data de Referência

30/12/2013

• Modernizar 20 aeronaves**Análise Situacional da Meta**

O processo de modernização de uma aeronave envolve a modificação de seus componentes, com a introdução de novas tecnologias com o objetivo de manter sua capacidade operacional e/ou funcional. Ao longo de sua utilização, as aeronaves sofrem perda ou degradação de sua eficiência, tornando-as obsoletas ou desatualizadas tecnologicamente, o que gera dificuldades no suprimento, na manutenção ou em sua própria operação.

No acumulado de modernizações de aeronaves da FAB, desde 2012, foram recebidas 21 aeronaves modernizadas, sendo cinco em 2012 e outras 16 em 2013.

Em 2012, foram recebidas cinco aeronaves de patrulha marítima P-3BR modernizadas, de um total de nove unidades contratadas e no exercício de 2013. Foram recebidas as seguintes aeronaves modernizadas: três aeronaves de patrulha P-3 BR; 11 unidades de aeronaves de transporte de carga/tropa C-95 Bandeirante e uma unidade da aeronave de patrulha P-95 Bandeirulha, de um total de 50 aeronaves contratadas; e uma aeronave de caça modelo A-1 (Projeto AM-X).

O principal fator que contribuiu para a superação da meta foi a evolução da curva de aprendizagem, abrangendo desde a especialização do pessoal técnico envolvido até as soluções de engenharia empregadas, que resultaram no

aprimoramento dos processos de modernização das aeronaves.

Como consequência, a Força Aérea passou a entregar as aeronaves a serem modernizadas já parcialmente inspecionadas e montadas em condições compatíveis com as estações de trabalho estruturadas pelas empresas para a realização dos serviços contratados.

Para o ano de 2014, existe a previsão de entrega da última aeronave P-3BR contratada e no Projeto C-95 a previsão de recebimento de 14 unidades em 2014 e de 17 unidades em 2015.

Quantidade alcançada

21

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0482 - Adequar e otimizar a infraestrutura de instalações do Exército para ampliação da capacidade de cumprir suas missões constitucionais pela maior efetividade da presença militar, facilitando a mobilidade das tropas e incrementando o monitoramento das fronteiras e de outras áreas sensíveis do território nacional.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Em 2013, o Exército Brasileiro, coerente com a concepção da estratégia de emprego, deu continuidade à manutenção e ao fortalecimento do posicionamento de cerca de 280 organizações militares operacionais e respectivos comandos no território nacional, priorizando a mobilidade estratégica de suas tropas, o aumento da vigilância e monitoramento da linha de fronteira brasileira e a articulação militar terrestre, visando dissuadir possíveis ameaças.

Durante o ano de 2013, foi dada continuidade à implementação dos Projetos Estratégicos do Exército (PEEx) Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron); Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger); Defesa Cibernética e Guarani. Todos estes projetos continuam contribuindo para a aquisição de meios para sensoramento, apoio à decisão e atuação integrada da Força Terrestre.

Merece destaque a aquisição de pontes modulares semipermanentes e o prosseguimento da execução de obras de infraestrutura de instalações de aquartelamentos do Exército, bem como a elaboração de projetos para novas obras que possibilitam melhores condições para o cumprimento das missões constitucionais do Exército.

Todas as ações estão alinhadas com os Projetos Estratégicos previstos no Plano Estratégico do Exército (PEEx-2014).

Para a implementação do Objetivo, foram realizadas Audiências Públicas em cidades no Mato Grosso do Sul (Ponta Porã, Corumbá e Campo Grande) para discussão com as comunidades locais sobre o Projeto Sisfron.

A implementação das iniciativas deste Objetivo proporcionou a melhoria da infraestrutura das organizações militares do Exército; a geração de empregos em diferentes regiões do país; e beneficiou a sociedade brasileira ao possibilitar a presença das forças militares em áreas remotas do território nacional, o que contribui de forma permanente, para diminuir crimes transfronteiriços e ambientais, bem como proporcionar maior segurança à população.

A adequação e a otimização da infraestrutura de instalações do Exército está conectada diretamente com outras políticas públicas que visam à consecução do Plano Estratégico de Fronteiras, do Governo Federal.

As obras de adequação e otimização da infraestrutura de instalações do Exército se distribuíram pelo território nacional, com destaque para as áreas de fronteira.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a capacidade de construção de pontes modulares semi-permanentes para travessia de obstáculos e seu emprego combinado em calamidades e desastres naturais de 300m para 1.000m até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, o Exército Brasileiro adquiriu 660 metros lineares de pontes modulares semipermanentes, o que possibilitou a ampliação da sua capacidade de construção e instalação de pontes modulares semipermanentes para travessia de obstáculos para 960 metros.



Essa equipagem, que juntamente com a equipagem já existente nos Batalhões de Engenharia de Combate, ampliará a capacidade de operar da tropa em atividades militares e no apoio à população no caso de calamidades. Durante o ano de 2013, as pontes adquiridas foram distribuídas e encontram-se em condições de serem empregadas pelos Batalhões de Engenharia de Combate em todas as regiões do País.

Quantidade alcançada

960

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar a capacidade de implantação de Próprios Nacionais Residenciais de 170 unidades/ano para 190 unidades/ano, em especial nas localidades de fronteira.**

Análise Situacional da Meta

Para ampliar a capacidade de apoio à família militar, o Exército Brasileiro, além dos 7 Próprios Nacionais Residenciais (PNR) construídos no 1º semestre de 2013 em Porto Alegre-RS e em Barcelos-AM, concluiu no 2º semestre de 2013 a implantação de 61 PNR, localizados em São Gabriel da Cachoeira-AM, Rio Negro-PR, Belém-PA e Campo Grande-MS.

Estão em andamento as obras de 893 PNR, e mais 157 PNR devem ser iniciadas no 1º semestre de 2014. Somando-se às 68 unidades já entregues em 2013, deve-se alcançar, em 2014, a média de 279 unidades/ano, superando a meta para o período do PPA.

Para melhorar as condições de moradia dos militares do Exército, busca-se a realização de Parceria Público-Privada (PPP) para a construção, administração e manutenção de cerca de 20.000 unidades habitacionais em todo o País.

Quantidade alcançada

68

Data de Referência

31/12/2013

- **Aumentar de 40% para 50% a adequação das organizações militares na Amazônia.**

Análise Situacional da Meta

Com o propósito de implementar a Estratégia da Presença na Região Amazônica, o Exército Brasileiro busca ampliar a adequação das Organizações Militares nesta área, onde estão situados os Comandos Militares da Amazônia e do Norte, com cinco Brigadas de Infantaria de Selva subordinadas e suas Organizações Militares, totalizando um efetivo superior a 25 mil militares.

Destaca-se nessa meta a importância de adequação dos Pelotões Especiais de Fronteira, pois juntamente com os militares que neles residem e trabalham há a comunidade local (muitas vezes indígenas).

Durante o ano de 2013, foram concluídas obras relativas à implantação do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, em Barcelos-AM, conforme previsto no cronograma de implantação dessa nova Organização Militar. Além disso, foi dada continuidade às obras de adequação e construção nos demais Batalhões de Infantaria de Selva e nos Pelotões Especiais de Fronteira presentes na faixa de fronteira amazônica.

O Governo Federal apoia essa meta com recursos orçamentários específicos do Programa Calha Norte.

Caso seja mantido o aporte de recursos, a expectativa para 2014 é dar continuidade às obras de adequação das diversas Organizações Militares, o que trará benefícios simultâneos para os militares e à população local.

Quantidade alcançada

45

Data de Referência

31/12/2013

- **Aumentar de 40% para 60% a adequação da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada e da 6ª Brigada de Infantaria Blindada, a fim de otimizar a capacidade ofensiva da Força Terrestre, face a crises de grande vulto.**

Análise Situacional da Meta

A 5ª Brigada de Cavalaria Blindada, com o comando e unidades subordinadas situadas no Estado do Paraná e a 6ª Brigada de Infantaria Blindada, com o comando e unidades subordinadas situadas no Estado do Rio Grande do Sul estão sendo reestruturadas para receber novos meios blindados.

As principais realizações em 2013 nas unidades da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada foram: no 5º Regimento de Carros de Combate, as construções do Bloco "B" com 12 apartamentos e da Rede Hidrossanitária (1ª Fase); no 3º Regimento de Carros de Combate, a construção do Pavilhão do Pelotão de Manutenção e do Posto de Lubrificação de Blindados, do Pavilhão de Garagens e de um Operacional do 4º Esquadrão de Carros de Combate, da Pista de Treinamento de Circuitos para treinamento físico; e no Parque Regional de Manutenção da 5ª Região Militar, a ampliação do Almoarifado.

As principais realizações em 2013 nas unidades da 6ª Brigada de Infantaria Blindada foram: no 4º Batalhão Logístico (Santa Maria-RS), a construção do Pavilhão de Manutenção; no 1º Regimento de Carros de Combate (Santa Maria-RS), a adequação da rede elétrica, a construção da Subestação de Energia e as adequações da alvenaria do Rancho e dos refeitórios dos Oficiais, Subtenentes e Sargentos; no Parque Regional de Manutenção da 3ª Região Militar (Santa Maria-RS), a construção do Pavilhão da Companhia Produtora; e no Centro de Instrução de Blindados (Santa Maria-RS) ocorreu a adequação da rede elétrica.

No 1º Semestre de 2014, pretende-se dar continuidade as obras de construção do 5º regimento de Carros de Combate e das Unidades Subordinadas da 6ª Brigada de Infantaria Blindada.

Quantidade alcançada

47

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sul	60	%	47	31/12/2013

• **Aumentar de 60% para 80% a adequação da Força de Ação Rápida Estratégica (FAR Estratégica).**

Análise Situacional da Meta

A Força de Ação Rápida Estratégica (FAR Estratégica) é composta pela Brigada de Infantaria Paraquedista, Comando de Aviação do Exército, Brigada de Operações Especiais e 12ª Brigada de Infantaria Leve. A FAR Estratégica é integrada por militares com elevados níveis de treinamento e é organizada para atuar rapidamente em qualquer ponto do território nacional. Para aperfeiçoar seu preparo e ampliar sua capacidade de emprego, as Organizações Militares que integram a FAR Estratégica buscam a adequação de suas instalações.

A Brigada de Infantaria Paraquedista, com sede no Rio de Janeiro-RJ, é integrada por dez unidades operacionais, algumas delas instaladas em aquartelamentos existentes desde a década de 1950, cujas instalações já foram adequadas, mas necessitam de complementos para uma utilização mais racional.

O Comando de Aviação do Exército é integrado por sete unidades operacionais, distribuídas em três Estados da Federação (SP, AM e MS), sendo a mais recente o 3º Batalhão de Aviação do Exército, em Campo Grande-MS, que iniciou sua implantação em 2012 e ainda carece de ajustes.

A Brigada de Operações Especiais, com sede em Goiânia-GO, é integrada por sete unidades versáteis de apoio e de operações especiais, com efetivos de militares especializados em missões de comandos, operações psicológicas e de forças especiais.

A 12ª Brigada de Infantaria Leve, com sede em Caçapava-SP, é integrada por nove unidades operacionais e está organizada, equipada e adestrada para ser aerotransportada (aviões ou helicópteros) para cumprir missões em curto prazo e em qualquer ponto do território nacional.

Em 2013, foram realizadas nas Organizações Militares da Brigada de Infantaria Paraquedista: obras de adequação de instalações no 8º Grupo de Artilharia de Campanha Paraquedista e nos 25º e 27º Batalhão de Infantaria Paraquedista; foi contratado o projeto de adequação das instalações do Destacamento de Saúde e realizada a construção das



instalações da Base de Administração e Apoio da Brigada; todos no Rio de Janeiro-RJ.

Nas Organizações Militares do Comando de Aviação do Exército foram realizadas obras de construção no Centro de Instrução de Aviação do Exército (Taubaté-SP); de construção do Pavilhão da Companhia de Comando e Apoio do 3º Batalhão de Aviação do Exército (Campo Grande-MS); de adequação do depósito de lubrificantes do 4º Batalhão de Aviação do Exército (Manaus-AM); e foi concluído o projeto da adequação da Estação de Tratamento de Esgoto do Batalhão de Aviação (Taubaté-SP). Encontram-se em andamento as obras de construção do Hangar do Batalhão de Manutenção e Suprimento de Aviação do Exército (Taubaté-SP), de construção do simulador e de adequação da Estação de Tratamento de Esgoto, ambos no Batalhão de Aviação (Taubaté-SP); de construção da pista de taxiamento, do cercamento frontal, da complementação da pista de abastecimento, de cinco guaritas e do Pátio de Aeronaves, tudo no 3º Batalhão de Aviação do Exército (Campo Grande-MS).

Na Brigada de Operações Especiais foram realizadas obras na Base de Administração da Brigada de Operações Especiais, de adequação do Pavilhão de Comando, de construção de dois paióis enterrados, do Pavilhão Almoxxarifado e de três blocos de PNR, totalizando 36 apartamentos.

No 5º Batalhão de Infantaria Leve (Lorena-SP), Organização Militar subordinada à 12ª Brigada de Infantaria Leve ocorreu a recuperação do Pavilhão de Comando.

Quantidade alcançada

68

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	80	% acumulado do projeto físico	68	31/12/2013

- **Aumentar de 60% para 80% a adequação das organizações militares fora da Amazônia.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram concluídas obras para melhorar as condições operacionais e administrativas de mais de 145 quartéis nos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Bahia, Piauí, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e no Distrito Federal.

Quantidade alcançada

70

Data de Referência

31/12/2013

- **Estruturar 20% do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), a fim de otimizar a contribuição da Força Terrestre para atuação e segurança do Estado na faixa de fronteira.**

Análise Situacional da Meta

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) é um sistema integrado de sensoramento, de apoio à decisão e de emprego operacional, com a previsão de desdobrar meios cujo propósito é fortalecer a capacidade de monitoramento e de atuação do Estado nos 16.886 km da faixa de fronteira brasileira o que equivale a cerca de 27% do território nacional. O Projeto Básico do Sisfron elaborado em 2011 prevê o montante de R\$ 11,9 bilhões (para as infraestruturas de tecnologia, de obras civis e de apoio à atuação operacional) a serem aplicados em um período de implantação de dez anos.

Os benefícios da sua implantação são: a ampliação da capacidade do Exército de compartilhar dados produzidos com outros órgãos governamentais, como por exemplo, com os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras, existentes nos níveis estadual e municipal; a impulsão na capacitação da indústria nacional; e a geração de empregos na indústria nacional, com uma expectativa de se criar mais de 12 mil empregos anuais.

Em 2013, foi dada continuidade à implantação do Projeto-Piloto do Sistema na área do Comando Militar do Oeste

(CMO), que engloba os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com foco no Comando da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, sediado em Dourados-MS, beneficiando também suas unidades subordinadas desdobradas na fronteira oeste do país.

Foi constatada a necessidade de se adequar o cronograma físico-financeiro do Projeto Piloto em 2013, prevendo-se sua conclusão somente em 2016, podendo estender-se até 2018.

Como principais realizações de 2013, foram adquiridos os primeiros sensores do sistema; iniciou-se a implantação da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações (infovia, rádios portáteis, grupos geradores etc.) e o desenvolvimento de aplicativos (softwares) para a integração do sistema de sensoriamento; também foi realizada a aquisição de material de emprego militar que permitiram atender às necessidades básicas das Organizações Militares localizadas na área do Comando Militar do Oeste, abrangendo a região do Projeto Piloto do Projeto Sisfron.

Em relação às obras de infraestrutura, encontram-se em execução a construção dos Centros de Operações do Comando Militar do Oeste (Campo Grande-MS); do Comando da 17ª Brigada de Infantaria de Selva (Porto Velho-RO); e do Comando da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada (Cuiabá- MT); as obras de adequação dos Centros de Monitoramento de Fronteiras da no Comando da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, do 9º Grupo de Artilharia de Campanha (Nioaque-MS), 10º Regimento de Cavalaria Mecanizado (Bela Vista-MS), 11º Regimento de Cavalaria Mecanizado (Ponta Porã-MS) e do 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado (Amambai-MS); obras de adaptações do Esquadrão de Cavalaria Mecanizado de Iguatemi-MS e do Pelotão de Cavalaria Mecanizado (Mundo Novo-MS); obras de reparo e adequações das redes elétricas do 9º Grupo de Artilharia de Campanha, do 28º Batalhão Logístico (Dourados-MS), da 2ª Companhia de Fronteira (Porto Murtinho-MS) e 17º Batalhão de Fronteira (Corumbá-MS); construção da estação de tratamento de água para a 3ª Companhia de Fronteira e Forte Coimbra (Coimbra-MS) e da Estação de Tratamento de Efluentes para o 17º Batalhão de Fronteira; construção do pavilhão "H" do Pelotão de Cavalaria Mecanizado de Caracol-MS; e do Posto de Abastecimento, lavagem e Lubrificação do 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado.

Foram elaborados, também, os projeto das obras de construção do Centro de Monitoramento de Fronteiras do Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército, em Brasília-DF e de adequação do Núcleo do Centro Regional de Inteligência do Sinal do CMO em Campo Grande -MS.

A expectativa para 2014 é dar prosseguimento nas diversas obras de construção previstas no projeto piloto e nas aquisições de equipamentos de sensoriamento e de atuação, tais como, o início das aquisições dos sistemas de Aeronaves remotamente pilotadas (SARP) e sistemas de Geoinformação e Apoio às atividades de inteligência. Os principais desafios a serem vencidos para implementação da meta são: a obtenção de licenças ambientais e de regularização patrimoniais de algumas áreas onde serão realizadas obras de infraestrutura; a capacitação da Indústria Nacional de Defesa para atender aos "picos de demanda" correspondentes às necessidades do projeto; a contratação de serviços e de mão de obra especializada nas regiões de fronteira do País.

Quantidade alcançada

3,66

Data de Referência

31/12/2013

• Implantação e adequação das instalações do Comando do Exército em Pirassununga - SP

Análise Situacional da Meta

O 13º Regimento de Cavalaria Mecanizado (13º RC Mec), sediado em Pirassununga-SP, sofreu um processo de transformação, adequando as instalações a sua nova dotação de viaturas blindadas. As metas de implantação e adequação foram atingidas, possibilitando melhores condições para o cumprimento de sua missão como unidade operacional.

Quantidade alcançada

100

**Data de Referência**

31/12/2013

• **Implantar 100% da Brigada de Operações Especiais****Análise Situacional da Meta**

A Brigada de Operações Especiais é integrada por seis unidades operacionais sediadas em Goiânia-GO e uma unidade em Manaus-AM. A Brigada conta com unidades versáteis de apoio e de operações especiais, com efetivos de militares especializados em missões de comandos, operações psicológicas e de forças especiais.

A Brigada foi criada em 2002 e encontra-se em processo de implantação. A maior parte das instalações já foi adequada, sendo necessários complementos para possibilitar um melhor adestramento dos militares.

As principais realizações em 2013 foram a elaboração dos projetos para construção do pavilhão garagem e oficina, construção do pavilhão administrativo, do pavilhão almoxarifado, da área de Prestadoras de Serviços e de dois paióis de munições.

Quantidade alcançada

88

Data de Referência

31/12/2013

• **Modernizar 75% da estrutura da 12ª Brigada de Infantaria Leve****Análise Situacional da Meta**

A 12ª Brigada de Infantaria Leve, sediada em Caçapava-SP e com as unidades subordinadas distribuídas pelo Estado de São Paulo e na cidade de Valença-RJ foi transformada em 1995 e se encontrava com 70% do processo de modernização executado até 2012.

No ano de 2013, não foram planejados ou destinados recursos para a implementação da meta, em virtude da priorização dada pelo Comando do Exército para atender outras demandas com os recursos orçamentários existentes. Estima-se a retomada dos investimentos para os anos de 2014 e 2015.

Quantidade alcançada

70

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	75	%	70	31/12/2013

OBJETIVO: 0502 - Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Esse objetivo é atingido por quatro vertentes de atuação: Apoio a comunidades carentes; Capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar; Desenvolvimento de atividades de esporte e lazer para crianças e a Cooperação com a construção e a recuperação da infraestrutura nacional.

Existe uma significativa aderência destas vertentes de atuação, consideradas atividades subsidiárias do Ministério da Defesa e nas Forças Armadas, às Políticas Setoriais e Agendas Transversais relativas à sociedade brasileira localizada em áreas com maiores índices de pobreza e exclusão social e em municípios isolados.

No que tange à vertente de apoio a comunidades carentes destaca-se o Projeto Rondon que é um projeto de integração social, que tem como um de seus objetivos, a busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável de

comunidades carentes e ampliem o bem-estar da população.

A realização do Projeto se dá por meio do trabalho voluntário de estudantes e professores universitários, chamados “rondonistas”. As ações são realizadas, prioritariamente, em municípios isolados e/ou de menor índice de desenvolvimento humano, e desde a reativação do projeto, em 2005, já beneficiaram 958 municípios com a participação de mais de 16.300 voluntários, oriundos de pouco mais de 1.700 Instituições de Ensino Superior de todo o Brasil.

Em 2013, o Projeto Rondon, atingiu 67 municípios, o que somado com as realizações de 2012 acumulou no período do PPA 2012 -2015 o total de 161 municípios, localizados nos Estados de Alagoas, Bahia, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Sergipe e Tocantins, visitados por 396 equipes de rondonistas.

Para 2014 está prevista a continuidade do projeto com a participação de universitários, que atuarão nos Estados do Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco e Piauí.

Quanto à capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar, temos como principais resultados, em 2013, a qualificação profissional de 10.175 jovens das três Forças Armadas que somados aos 14.659 qualificados em 2012 totalizam 24.834 jovens qualificados pelo Projeto Soldado Cidadão no período do PPA 2012-2015. Esses jovens são capacitados em vários cursos nas áreas de indústria, transporte, serviços, informática e comércio durante a prestação do serviço militar obrigatório, o que contribui para uma melhor inserção dos participantes no mercado de trabalho, quando do retorno à vida civil. O projeto Soldado Cidadão está presente em 137 municípios.

Novas parcerias entre as Organizações Militares com instituições do Sistema "S", entre elas o Senac, o Sest/Senat, a Firjan-Senai RJ, Empresas do setor de telecomunicações e ainda a criação de cursos de formação de condutores, foram os fatores que contribuíram para atender os jovens cidadãos. Para 2014 está prevista a qualificação de 9.072 jovens.

No que concerne ao desenvolvimento de atividades de esporte e lazer, as principais linhas de ação são o apoio ao Atleta de Alto Rendimento e às crianças participantes do Programa Forças no Esporte. O objetivo central é respectivamente descobrir talentos e manter a participação de atletas em competições esportivas promovidas no meio civil e militar e promover a cidadania e o desenvolvimento social para os adolescentes, crianças e familiares.

O Programa Forças no Esporte (Profesp), desenvolvido com a utilização das instalações esportivas das Forças Armadas está alinhado ao Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, e é destinado à oferta de atividades esportivas e reforço escolar para crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, prioritariamente, da rede pública e que se encontrem em situação de vulnerabilidade social.

Devemos destacar a importante participação de outros ministérios como o Ministério do Esporte e o Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, que, com o aporte de recursos, fazem com que um número maior de participantes possa ser atendido nessas atividades.

O Programa Forças no Esporte vem atuando em 21 estados da Federação, e abrange a participação de crianças e adolescentes de 60 cidades, sendo apoiados por instalações de 103 Organizações Militares.

Em 2013, as ações do Programa Forças no Esporte apoiaram cerca de 12.000 crianças e 540 atletas civis no desenvolvimento do Esporte. Destacam-se entre as principais atividades desenvolvidas nesse Programa: a participação dos atletas militares nas várias competições esportivas promovidas no meio civil e militar; e a realização de oficinas para crianças de sete a 17 anos, preferencialmente aquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade. O Programa Forças no Esporte tem a perspectiva de atender 100.000 crianças até o ano de 2016.

No que se refere ao desenvolvimento de ações de cooperação com a construção e a recuperação da infraestrutura nacional merecem destaque as atividades desenvolvidas pelo Exército e a contribuição da Engenharia de Construção do Exército no apoio à distribuição de água na região nordeste e na execução de obras em diversos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), alguns com continuidade em 2014.

No Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o Exército vem atuando na revitalização das margens do Rio São Francisco, desacelerando o processo erosivo; finalização das obras no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte; serviços de engenharia no Aeroporto de Caravelas, implantação de 84 km e reparações da BR-418, todos na Bahia; duplicação da BR-101/NE, no trecho da divisa Pernambuco/Paraíba até Lucena/PB e obras no trecho de Sergipe; recuperação nas BR-230 e BR-163, no Pará; recuperação da BR-163, no



Amazonas e no Mato Grosso; serviços de engenharia no Aeroporto de Rio Branco, no Acre; recuperação da BR-364, em Rondônia; e obras de recuperação na BR-135, no Piauí. Destaca-se, ainda, a perfuração de sessenta poços de água na região nordeste, que é a principal beneficiária das obras de infraestrutura realizadas pelo Comando do Exército.

Neste segmento os fatores que dificultaram a execução são: o caráter emergencial e cronogramas exíguos de algumas demandas. A previsão para 2014 é realizar as obras de reforma e adequação do Terminal Pesqueiro de Cabedelo, na Paraíba; a construção das estradas de acesso ao Eixo Leste - Projeto de Integração do Rio São Francisco; as obras de conservação da BR-401, em Roraima; o reparo e ampliação do Aeroporto de Alegrete, no Rio Grande do Sul; as obras de conservação da BR-367, em Minas Gerais e as obras da BR-307, no Amazonas.

Para esta linha de atuação os arranjos de gestão e pactuações mais relevantes são os convênios com o Ministério da Integração Nacional e o Ministério dos Transportes.

Metas 2012-2015

• Desenvolver 5.000 Atletas Militares para participação em Competições Esportivas Nacionais e Internacionais

Análise Situacional da Meta

Esta meta foi incluída no PPA em 2013 e, nesse ano, foram apoiados 1.400 Atletas Militares para participação em Competições Esportivas Nacionais e Internacionais, correspondendo a 100% da meta física prevista para 2013.

Dos 1.400 atletas militares, 351 são atletas olímpicos de alto rendimento, 49 são atletas das modalidades tipicamente militares (orientação, paraquedismo e os pentatlos naval, militar e aeronáutico) e 1.000 são atletas alunos das escolas militares de formação de oficiais e de praças.

Quantidade alcançada

1.400

Data de Referência

31/12/2013

• Engajar 9.500 Rondonistas nas operações do "Projeto Rondon"

Análise Situacional da Meta

A realização do Projeto Rondon se dá por meio do trabalho voluntário de estudantes e professores universitários, chamados "rondonistas". As ações são realizadas, prioritariamente, em municípios isolados e/ou de menor índice de desenvolvimento humano, e desde a reativação do projeto, em 2005, já beneficiaram 958 municípios com a participação de mais de 16.300 voluntários, oriundos de pouco mais de 1.700 Instituições de Ensino Superior de todo o Brasil.

No exercício de 2013, participaram 1.409 alunos universitários, o que permitiu alcançar o resultado acumulado de 3.353 rondonistas participantes no PPA 2012-2015. Mesmo diante das restrições, o quadro abaixo demonstra que os esforços empreendidos pela gestão do Projeto Rondon podem resultar no atingimento, nos próximos dois exercícios, de cerca de 98% desta Meta, a partir de aporte orçamentário adequado para engajar 3.000 voluntários ao ano, que é a capacidade máxima de atendimento.

Projeto Rondon (ano)	2012 2013 2014 2015
Metas de engajamento (por ano))	2.375 2.375 2.375 2.375
Numero Alcançado no ano	1.944 1.409 n/d n/d
Numero Acumulado	1.944 3.353 n/d n/d
Déficit Acumulado	431 1.397 n/d n/d

Quantidade alcançada

3.353

Data de Referência

31/12/2013

• **Participação de 80.000 crianças no Programa "Forças no Esporte"****Análise Situacional da Meta**

Para o Programa Forças no Esporte (Profesp) a meta para o ano de 2013 foi inicialmente estimada em 20.000 e reprogramada para 15.000 crianças.

O Programa resulta de uma articulação institucional entre os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), Ministério do Esporte (ME) e Ministério da Defesa (MD). O MDS e ME fornecem recursos orçamentários que complementam a parcela do MD. Isso, possibilita ao MD implementar o Programa que atende jovens e crianças brasileiras na faixa etária entre 07 e 17 anos. Destaca-se a participação de Organizações Militares da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira que apoiam o PROFESP com suas instalações esportivas Militares.

No final de 2013, o Programa alcançou as 15.000 crianças e adolescentes programados para o período, consolidando o apoio de 100% da meta física prevista.

Considerando que em 2012 já tinham sido atendidas 12.000 crianças e adolescentes, o PROFESP atingiu em 2013 a marca de 27.000 crianças e adolescentes atendidos, ou seja 33% da meta global prevista para o PPA 2012-2015.

Quantidade alcançada

27.000

Data de Referência

30/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	80.000	peessoas	27.000	30/12/2013

• **Profissionalização de 56.000 jovens pelo Programa "Soldado Cidadão"****Análise Situacional da Meta**

A meta de profissionalização de 56.000 jovens, pelo Projeto "Soldado-Cidadão", corresponde à qualificação de 14.000 militares por ano, de 2012 a 2015.

Esses jovens são capacitados em vários cursos nas áreas de indústria, transporte, serviços, informática e comércio durante a prestação do serviço militar obrigatório, o que contribui para uma melhor inserção dos participantes no mercado de trabalho, quando do retorno à vida civil. O projeto Soldado Cidadão está presente em 137 municípios. Em 2012, a meta foi atingida com 14.659 jovens qualificados. Ao término do ano de 2013, foram qualificados 10.175 jovens durante o serviço militar, totalizando 24.834 jovens qualificados.

A busca de novas parcerias para o ensino profissionalizante, dentre elas com empresas do setor de telecomunicações e com a FIRJAN-SENAI RJ, a criação de cursos de formação de condutores nos quartéis e, ainda, a contínua otimização da aplicação dos recursos pelas Organizações Militares contribuíram para o número final de 10.175 jovens qualificados em 2013 e para que essa meta venha a ser superada no ano 2014.

Quantidade alcançada

24.834

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	56.000	peessoas	24.834	31/12/2013

OBJETIVO: 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima.



Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil (Paemb) foi elaborado em 2009. No 1º semestre de 2013 foi revisado e atualizado para adequá-lo ao Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (Paed). Os sete Programas Estratégicos da Marinha, discriminados no Paemb-2013, são os seguintes:

- 1) Programa Nuclear da Marinha (PNM);
- 2) Programa de Construção do Núcleo do Poder Naval, no qual se destacam o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), o Programa de Obtenção de Meios de Superfície (PROSUPER), a Construção de Navios- Patrulha de 500t (NPa 500t), a Construção de quatro Corvetas Classe Barroso, o Programa de Obtenção de Navios Aeródromos (Pronae) e o Programa de Obtenção de Navios Anfíbios (Pronanf), a criação de Batalhões de Operações Ribeirinhas de Fuzileiros Navais e obtenção de três Navios-Patrolhas oceânicos de 1.800t;
- 3) Recuperação da Capacidade Operacional da Marinha;
- 4) Complexo Naval da 2ª Esquadra e 2ª Força de Fuzileiros da Esquadra;
- 5) Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz);
- 6) Segurança da Navegação; e
- 7) Pessoal - Nosso Maior Patrimônio.

O Prosub e o Programa Nuclear da Marinha (PNM), integrantes do Paed/Paemb, foram incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento -PAC, por meio da Portaria nº 29, de 15 de abril de 2013, da Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP).

No Prosub, releva mencionar que, em 1º de março de 2013, foi inaugurada, com a presença da Presidenta da República, a Unidades de Fabricação de Estruturas Metálicas (Ufem), localizada em Itaguaí-RJ e responsável pela pré-montagem das seções dos cascos dos submarinos. Vale destacar que várias empresas brasileiras estão envolvidas, direta e indiretamente, nos projetos e na execução das metas. Atualmente, o Prosub conta com a participação, de mais de 600 instituições brasileiras, envolvidas no fornecimento de bens e serviços nas áreas específicas da implantação do Estaleiro, Base Naval e construção de quatro submarinos convencionais e projeto e construção de um submarino com propulsão nuclear.

Outro fato marcante foi o recebimento, em 1º de junho, das seções de proa do 1º Submarino Convencional Brasileiro (S-BR1), provenientes da França.

Em prosseguimento ao Programa de Construção do Núcleo do Poder Naval, foi incorporado ao Setor Operativo da Marinha do Brasil, em 21 de junho de 2013, o Navio-Patrolha Oceânico “Araguari”, 3º e último dos navios Classe “Amazonas” de 1.800t, construídos no Reino Unido e adquiridos em compra de oportunidade.

Quanto aos Navios-Patrolha de 500t, cinco unidades encontram-se em construção no Estaleiro Eisa (RJ), com previsão de entrega de dois navios em 2014, dois em 2015 e um em 2016.

No tocante aos meios aeronavais, prosseguiu, em 2013, a aquisição de seis helicópteros de múltiplo emprego MH-16 (S-70B “Seahawk”), da empresa norte-americana Sikorsky Aircraft Corporation, quatro foram recebidos em 2012 e os dois restantes têm previsão de entrega para 2015. O Programa HX-BR do Ministério da Defesa prevê a aquisição de 50 helicópteros EC-725, sendo 16 unidades destinadas à MB. A primeira aeronave foi recebida em 2011, a segunda em 2013 e as demais têm previsão de entrega até 2017.

No contrato celebrado com a Embraer para a modernização de 12 aeronaves AF-1 (Skyhawk), seis já foram entregues à Empresa, em Gavião Peixoto-SP, para modernização, sendo que, no dia 13 de agosto de 2013 foi realizado o voo experimental da 1ª aeronave modernizada (protótipo). O cronograma desse contrato prevê para 2014 a entrega da primeira aeronave modernizada para a Marinha.

No que concerne aos meios de Fuzileiros Navais, o contrato celebrado entre a Marinha e a Empresa Suíça MOWAG, estabelece a fabricação de 30 unidades de Viaturas Blindadas Especiais Sobre Rodas 8x8 PIRANHA IIIC, das quais já foram recebidas 21 unidades até o ano de 2012 e cinco unidades em 2013, totalizando 26 unidades recebidas, restando quatro viaturas com previsão de entrega para 2014.

Encontra-se em processo de recebimento, com entrega prevista para 2014, um Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes Astros FN 2020, envolvendo viaturas e lançadores, produzido pela AVIBRAS, reforçando a capacidade de artilharia de campanha do CFN.

No âmbito do Projeto “Cartografia da Amazônia”, subprojeto “Cartografia Náutica”, a Marinha celebrou contrato com o Estaleiro Inace (CE) para a construção de quatro Avisos Hidroceanográficos Fluviais (de 140t e de um Navio Hidroceanográfico Fluvial de 560t. O primeiro Aviso foi entregue pelo Estaleiro em 2012, e os três restantes em 2013, concluindo o lote contratado. O Navio Hidroceanográfico Fluvial encontra-se em construção, com entrega prevista para 2014.

No que se refere a Construção do Núcleo do Poder Naval, está planejada a construção de Navios Aeródromos, Navios de Propósitos Múltiplos, Navios Varredores, Navios de Socorro Submarino, Rebocadores de Alto Mar, Navios de Assistência Hospitalar e Navios Anfíbios.

Com relação ao Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), merece destaque a conclusão, em 2013, do delineamento da Arquitetura de Alto Nível do Sistema, o permitirá já no início de 2014 o lançamento de Solicitação de Propostas de Fornecimento (RFP - Request For Proposals) de empresas ou consórcios interessados no desenvolvimento e integração do sistema.

O SisGAAz atende ao previsto na Estratégia Nacional de Defesa, que enfatiza os aspectos de monitoramento e controle, de forma integrada, das Águas Jurisdicionais Brasileiras, das áreas internacionais de responsabilidade para operações de socorro e salvamento e de áreas de interesse específico, provendo a capacidade de prevenir ou responder, prontamente, a qualquer ameaça, agressão ou ilegalidade. Esse Sistema atenderá às demandas da Marinha, com impacto decisivo no cumprimento das tarefas de segurança marítima busca e salvamento e prevenção à poluição, bem como flexibilidade para interoperação com os sistemas das demais Forças (Sisfron e Sisceab) e com o Sipam e Sivam.

Metas 2012-2015

• Conclusão do estaleiro e da Base Naval do PROSUB

Análise Situacional da Meta

Em 2013, o Prosub foi incluído como empreendimento do Programa de Aceleração do Crescimento. Neste novo contexto, as principais realizações do ano incluíram:

- inauguração em março, com a presença da Presidenta da República, a Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (Ufem), localizada em Itaguaí-RJ, que ficará responsável pela pré-montagem das seções dos cascos dos submarinos;
- Conclusão da obra do túnel de 700 m que permite a ligação entre as áreas Norte e Sul do Estaleiro e Base Naval (EBN), o qual, junto com a Ufem, completam as instalações para a construção dos futuros submarinos da Marinha do Brasil;
- Recebimento das instalações, comissionamento dos equipamentos instalados na Ufem e Início da operação das instalações da unidade composta por 45 edificações pela Itaguaí Construções Navais - ICN, Sociedade de Propósito Específico (SPE) criada exclusivamente para a construção dos submarinos do Prosub (quatro submarinos diesel-elétricos convencionais e um com propulsão nuclear).
- Foram recebidas, na Ufem, as seções de proa do 1º Submarino Convencional, provenientes da França;
- Prosseguimento das obras marítimas do EBN. Atualmente estão sendo cravadas as estacas para a fundação do prédio principal do Estaleiro de Construção e concluídas as paredes diafragma que permitirão as escavações para a construção dos diques secos

• Conclusão do projeto do Primeiro Submarino de Propulsão Nuclear (SNBR-1)

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi concluída, com sucesso, a primeira parte da “Fase de Concepção” do Submarino de Propulsão Nuclear, ou “First General Design Study SN-BR - Phase A I”, de acordo com a sistemática de projeto francesa adotada pela empresa contratada DCNS. Essa fase de projeto foi realizada pelo Corpo Técnico de Projeto do SN-BR que, para tanto,



contou com a transferência de tecnologia, na forma de Assistência Técnica da DCNS. Ao final dessa Fase, foi elaborada a primeira versão do “Relatório de Estudos de Exequibilidade (REE) do SN-BR”, conforme definido na Doutrina de Obtenção de Meios da Marinha.

Em 2013 teve continuidade a 2ª fase do “Projeto de Concepção” do SN-BR, ou “Second General Design Study SN-BR Phase A II”. Essa fase de projeto também foi realizada pelo Corpo Técnico da Marinha com o apoio da DCNS. Essas duas fases do Projeto do SN-BR são complementares e correspondem, unidas, à “Fase de Concepção” completa, de acordo com a Doutrina da Marinha do Brasil (MB) .

Em 10 de julho de 2013, foi encerrada, com sucesso, a Fase A do Projeto (Fase de Concepção do Projeto do SN-BR), realizada no período de fevereiro a junho de 2013, tendo sido obtida uma configuração do submarino, base para a realização da Fase do Projeto Preliminar.

Em 29 de agosto de 2013, teve início efetivo a Fase Preliminar do Projeto do SN-BR, denominada, na sistemática da empresa DCNS, como “Fase BRAVO” ou “Third General Design Study – Phase B”. Essa fase de Projeto, originalmente prevista para ser encerrada em janeiro de 2015, foi reprogramada, passando a contar com uma extensão de nove meses, que poderá ser acrescida ainda de mais três meses. A extensão de prazo facultativa de 90 dias foi requerida pela MB, sem incidir em custos adicionais tendo como objetivos principais:

- a) permitir tempo para estudos visando um maior grau de nacionalização de sistemas e equipamentos para o SN-BR;
- b) propiciar condições de tempo disponível para garantir uma melhor absorção de tecnologia por parte dos engenheiros do Corpo Técnico de Projeto do SN-BR; e
- c) compatibilizar o andamento do Processo de Projeto do SN-BR com os prazos do Laboratório de Energia Geração Núcleo-Elétrica (LABGENE), que servirá como instalação de referência para a Propulsão Nuclear do SN-BR.

O Reator Nuclear a ser implantado no LABGENE do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), será a instalação de referência para os vários equipamentos da Planta de Propulsão Nuclear do SN-BR e seu desenvolvimento segue dentro dos prazos previstos na atual fase do projeto do SN-BR.

• Construção de 27 Navios-Patrolha de 500 t

Análise Situacional da Meta

O Programa de Obtenção de Navios Patrulha (NPa) de 500t, incluído no Paemb, contempla a construção de 27 unidades no País.

Os dois primeiros navios, NPa “Macaé” e “Macau”, que compõe o 1º lote de NPa, foram construídos no Estaleiro Inace, em Fortaleza-CE, e entregues à Marinha em anos anteriores a 2012.

O segundo lote, composto de cinco navios, foi contratado junto ao Estaleiro Eisa, no Rio de Janeiro-RJ, em 2012. O Estaleiro tem enfrentado dificuldades técnicas e gerenciais que impactaram o cumprimento do cronograma físico-financeiro em vigor para a construção dos cinco NPa. Em decorrência dessas dificuldades, o Eisa propôs o seguinte cronograma de entrega dos navios:

- NPa Maracanã (3º navio) - junho de 2014;
- NPa Mangaratiba (4º navio) - outubro de 2014;
- NPa Miramar (5º navio) - abril de 2015;
- NPa Magé (6º navio) - outubro de 2015; e
- NPa Maragogipe (7º navio) - abril de 2016.

Encontra-se em tramitação o Termo Aditivo para ajuste do cronograma físico-financeiro do Contrato de Construção do 2º lote de navios.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2013

• **Execução de 20% do Terceiro Submarino Convencional (SBR-3)**

Análise Situacional da Meta

Não houve execução da meta, tendo em vista que a construção do terceiro Submarino Convencional tem início previsto para janeiro de 2015, no Estaleiro e Base Naval, no município de Itaguaí-RJ.

• **Execução de 50% do Segundo Submarino Convencional (SBR-2)**

Análise Situacional da Meta

Recebidas as chapas de aço para o casco resistente do S-BR2; e

Em 04 de setembro de 2013 foi realizado o corte da 1ª chapa de aço para início da fabricação das cavernas na Ufem.

Quantidade alcançada

2,5

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	50	%	2,5	31/12/2013

• **Execução de 80% do Primeiro Submarino Convencional (SBR-1)**

Análise Situacional da Meta

A meta teve execução no exercício de 2013, conforme o cronograma estabelecido em contratos firmados pela Marinha com as empresas DCNS Societé Anonime (francesa) e ICN - Itaguaí Construções Navais S.A.

Principais realizações em 2013:

- Foram recebidas no Brasil, procedentes da França, as seções de proa do primeiro Submarino Convencional (S-BR1) e estão sendo executadas as atividades para posicionamento e nivelamento das seções;
- Continuam sendo fabricadas a Seção de Qualificação (SQ), iniciada em 2011, e as subseções de ré do S-BR1, iniciada em 2012;
- Concluídos 140 cursos de capacitação de pessoal, havendo outros 39 em andamento;
- Recebidos os lotes de chapas de aço especial para a fabricação da estrutura do S-BR1; e
- Início das atividades de fabricação de estruturas leves e da instalação de equipagens (dutos, cablagens etc) nas Seções de proa do S-BR1.

Foi identificada, em 2013, a necessidade de readequação dos processos produtivos para melhorar a produtividade na fabricação do casco resistente do Primeiro Submarino Convencional (SBR-1).

Quantidade alcançada

30,66

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	80	%	30,66	31/12/2013

• **Obtenção de 100% dos meios operativos preconizados no Plano de Ação (PA) anual da Marinha, no período de 2012 a 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, a meta foi cumprida, conforme o planejamento estabelecido pela Força.

A quantidade de meios em processo de obtenção pela Marinha, implementado por meio do Plano de Ação (PA) da Marinha do Brasil (MB), é de 30 unidades, representando 28% do total de 108 unidades previstas no planejamento da MB, para o período 2012-2015.

Principais Realizações no exercício de 2013:

No escopo do Programa de Construção do Núcleo do Poder Naval, integrante do Paed/Paemb, foi incorporado ao Setor



Operativo da MB em 21 de junho de 2013, o Navio-Patrolha Oceânico “Araguari”, 3º de 1.800t, Classe “Amazonas”, construídos no Reino Unido.

No âmbito do Projeto “Cartografia da Amazônia”, subprojeto “Cartografia Náutica”, a Marinha celebrou contrato com o Estaleiro Inace (CE) para a construção de quatro Avisos Hidroceanográficos Fluviais de 140t e de um Navio Hidroceanográfico Fluvial de 560t. O primeiro Aviso foi recebido em 2012 e os demais em 2013. O Navio Hidroceanográfico Fluvial encontra-se em construção com entrega prevista para 2014.

Quanto aos Navios-Patrolha de 500t, cinco unidades encontram-se em construção no Estaleiro Eisa (RJ), com previsão de entrega de dois navios em 2014, dois em 2015 e um em 2016.

No tocante aos meios aeronavais, de um total de seis Helicópteros de Múltiplo Emprego MH-16 (S-70B “Seahawk”), adquiridos da Empresa “Sikorsky” (EUA), quatro já foram recebidos em 2012 e a entrega das dois restantes está prevista para 2015. O Programa HX-BR do Ministério da Defesa prevê a aquisição de 50 helicópteros EC-725 “Super Cougar”, sendo 16 unidades destinadas à MB. A primeira aeronave foi recebida em 2011, a segunda em 2013 e as demais têm previsão de entrega até 2017.

Com relação as aeronaves de interceptação e ataque (AF-1/1A), a Embraer foi contratada para modernizar 12 unidades, das quais, seis já foram entregues à aquela Empresa, em Gavião Peixoto -SP, para modernização. O cronograma prevê para 2014 a entrega para a Marinha da primeira aeronave modernizada.

Quanto aos meios de Fuzileiros Navais, o contrato entre a Marinha e a Empresa Suíça MOWAG para o fornecimento de 30 unidades de Viaturas Blindadas Especiais Sobre Rodas 8x8 Piranha IIIC está em andamento, tendo sido recebidas 21 unidades até o ano de 2012, cinco unidades em 2013 e previsão de entrega das quatro unidades restantes em 2014.

Quantidade alcançada

0,28

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0520 - Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Calha Norte (PCN), para atingir seus objetivos, tem suas ações distribuídas entre duas dimensões de atuação do Ministério da Defesa: i) Manutenção da Soberania e Integridade Territorial e ii) Apoio às Ações de Governo na Promoção do Desenvolvimento Regional.

A dimensão de Manutenção da Soberania e Integridade Territorial, também conhecida como a “vertente militar” do Calha Norte, desenvolve ações voltadas para o controle territorial.

A dimensão de Apoio às Ações de Governo na Promoção do Desenvolvimento Regional, ou “vertente civil” do Programa Calha Norte, objetiva implantar e desenvolver infraestrutura básica nos municípios da região abrangida pelo Programa, nas áreas social (esporte, lazer, saúde, educação, saneamento), de infraestrutura e apoio à produção (rede elétrica, aeroportos e pistas de pouso, portos, galpões de armazenamento e beneficiamento) e institucional de apoio às comunidades locais (câmara municipal, centros administrativos e/ou sedes de secretarias), além de segurança e defesa. O PCN abrange, atualmente, 194 municípios, 95 dos quais ao longo dos 10.938 km da faixa de fronteira, em seis estados da federação (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima). O Programa tem uma área de atuação que corresponde a 32% do Território Nacional onde habitam cerca de oito milhões de pessoas, incluindo 46% da população indígena do Brasil.

Metas 2012-2015

• Adequação da infraestrutura de 30 Pelotões Especiais de Fronteira

Análise Situacional da Meta

A meta parcial alcançada em 2012, de seis Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) adequados, não sofreu alterações para 2013 e ao final do ano foi superada, com a conclusão da adequação de sete novos Pelotões em 2013.

A meta parcial alcançada até 2013, de 13 pelotões adequados (manutenções e melhorias), corresponde à seleção e execução de pequenas e médias intervenções. Porém, há que se ressaltar um aspecto importante: nos PEF são realizadas constantes adequações na busca de uma melhor condição e qualidade de vida para os seus integrantes, bem como para as populações vizinhas que dependem da existência dos Pelotões naquela região.

Destacam-se, entre outras, as seguintes realizações no período considerado: i) perfuração de poços artesianos; ii) instalação de laboratórios de análises clínicas; e a reforma do Destacamento de São Salvador, iii) o prosseguimento das obras de instalação do PEF de Tiriós.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

02/07/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	30	unidade	13	03/02/2014

• Adequação da infraestrutura de 110 unidades militares

Análise Situacional da Meta

A meta prevista para o período de 2012-2015 de adequação de infraestrutura de 110 unidades militares, caracteriza-se pela adequação e manutenção de unidades militares, realização de obras e serviços de infraestrutura e pavimentação das rodovias e estradas vicinais que atendem às unidades militares e às comunidades da região abrangida pelo Programa Calha Norte e aquisição de materiais e equipamentos não militares necessários ao pleno funcionamento das unidades. Em 2012, 23 unidades militares foram adequadas e, em 2013, foram adequadas outras 26 unidades militares, atingindo o total de 49 unidades, tendo como principais realizações: i) início da ampliação e modernização das instalações da Escola de Reservistas Navais em Belém-PA e do Comando do 9º Distrito Naval em Manaus - AM; continuidade nas obras de implantação do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, em Barcelos; iii) recuperação e pavimentação da área do 4º Batalhão de Aviação do Exército, em Manaus-AM; e iv) recuperação do telhado e dos portões dos hangares da base Aérea de Belém.

Dados os resultados parciais alcançados até 2013 de 49 unidades adequadas, verifica-se que o mesmo corresponde a, 44,5% da meta do PPA.

Quantidade alcançada

49

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	110	unidade	49	31/12/2013

• Adequação de 150 embarcações empregadas pelas Forças Armadas

Análise Situacional da Meta

A meta de adequação de embarcações empregadas pelos Comandos Militares, na região de abrangência do Programa Calha Norte (PCN) é caracterizada por: Adequação e manutenção das embarcações empregadas pelas Forças Armadas na Região do PCN, visando o controle e a segurança da navegação fluvial, o apoio logístico às unidades militares, bem como o apoio às comunidades, evitando a ocorrência de acidentes com embarcações e inibindo ações ilícitas.

Em 2012, apenas 19 embarcações foram adequadas (manutenção e melhorias) e em 2013 mais 37 embarcações



passaram por processo de adequação.

A meta alcançada no período (biênio 2012-2015) foi de 56 embarcações adequadas ou 37% da meta. Este quantitativo foi obtido como fruto da seleção de pequenas e médias intervenções realizadas pelos Comandos Militares em suas embarcações.

Destacam-se no período as seguintes realizações, entre outras: i) aquisição de motores de popa para equipar embarcações de pequeno porte; ii) aquisição e manutenção de embarcações militares para o 4º e 9º Distritos Navais, em apoio às ações de segurança do tráfego aquaviário; e iii) construção de uma lancha de apoio logístico que propiciará suporte às ações fluviais da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (Comara).

Quantidade alcançada

56

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	150	unidade	56	31/12/2013

• Adequação de 40 aeródromos

Análise Situacional da Meta

Esta meta é caracterizada pela realização de obras e serviços de manutenção nas pistas de pouso e decolagem, na região do Programa Calha Norte (PCN) nas áreas de estacionamento e de taxiamento de aeronaves e nos terminais de passageiros que compõem os aeródromos. Visa proporcionar aos aeródromos da região do PCN as condições de operacionalidade, e o apoio adequado ao atendimento das unidades militares instaladas e das comunidades que se beneficiam da presença das Forças Armadas.

Em 2013, as metas físicas foram ajustadas, com as adaptações necessárias à disponibilidade efetiva de recursos. Nesse ano, realizou-se a adequação de um aeródromo, que se soma a outro aeródromo adequado em 2012, tendo realizado, portanto, a adequação de dois aeródromos no biênio.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	40	unidade	2	31/12/2013

• Atender 194 municípios com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas seguintes áreas: segurança e defesa, econômica, educação, saúde, social, transportes e esportes

Análise Situacional da Meta

O Programa Calha Norte (PCN) celebrou de forma concentrada no 2º semestre do ano de 2013 um total de 461 convênios, sendo 67 no Acre, 65 no Amazonas, 60 no Amapá, 47 em Roraima e 222 em Rondônia, tendo sido empenhados R\$ 312 milhões.

Com estes convênios, o PCN já atendeu 78% dos 194 municípios aptos ao Programa. Assim, em 2013 houve o incremento de 65 novos municípios atendidos, passando-se de 87 municípios, em 2012 para 152 em 2013.

O resultado de atender 78% dos municípios aptos ou 152 municípios ficou além da expectativa e foi consequência das liberações das emendas parlamentares e da situação de regularidade fiscal dos municípios na ocasião da celebração dos convênios.

Quantidade alcançada

152

Data de Referência

02/07/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	100	%	78,35	31/12/2013

• **Realizar 720 horas de voo disponibilizadas pelas Forças Armadas (FFAA)**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, registrou-se o alcance da meta anual de 180 horas de voo. Considerando a realização de 2012 nessa meta, o valor acumulado é de 360 horas de voo ou 50% da meta prevista para o período do PPA 2012-2015.

Quantidade alcançada

360

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	720	unidade	360	31/12/2013

OBJETIVO: 0521 - Desenvolver tecnologias da informação e comunicações no Exército, visando assegurar a capacidade de defesa cibernética no campo militar e contribuir com a segurança cibernética nos campos civil e industrial.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2013, o Exército Brasileiro, cumprindo o que prevê a Estratégia Nacional de Defesa, deu prosseguimento ao processo de busca de autonomia em tecnologias cibernéticas iniciado em 2012.

As principais realizações foram a implementação do Projeto Estratégico "Defesa Cibernética", por meio do Centro de Defesa Cibernética, sob a coordenação do Exército Brasileiro e com as participações da Marinha do Brasil, da Força Aérea Brasileira, de outros órgãos públicos e de empresas nacionais da área de tecnologia da informação; a entrada em operação do Simulador de Operações Cibernéticas, desenvolvido por empresa nacional; e a aquisição, pelo Instituto Militar de Engenharia, de um computador de alto desempenho necessário para pesquisas científicas na área de Defesa Cibernética. Além disso, encontra-se em fase de implementação o Projeto Rádio Definido por Software, com a participação de engenheiros militares das três Forças Armadas, o qual contribuirá para sua interoperabilidade pelas Forças e proporcionará um grande ganho na segurança das comunicações contra ataques de guerra eletrônica, bem como a segurança cibernética nos campos militar, civil e industrial; além de promover o desenvolvimento nacional no setor. O fator que contribui para execução do objetivo é a integração da Marinha do Brasil e da Força Aérea Brasileira com outros órgãos públicos e com empresas nacionais da área de tecnologia da informação.

Os públicos beneficiados com este Objetivo são as Forças Armadas, que passam a dispor de meios de defesa para serem utilizados em operações militares; os órgãos de segurança pública, que podem realizar suas ações num ambiente de maior segurança cibernética; e a sociedade como um todo, por meio da participação destacada do Exército na coordenação e integração da segurança e na defesa cibernética de grandes eventos, como ocorreu na Copa das Confederações, realizada em diversos Estados; e a Jornada Mundial da Juventude, realizada no Rio de Janeiro.

As obras de adequação e otimização da infraestrutura de instalações do Exército concentram-se na área da 11ª Região Militar (Brasília-DF), no entanto, os benefícios da defesa cibernética se estendem por todo o território nacional. Estima-se para 2014 uma maior participação na coordenação e integração da Segurança Cibernética na Copa do Mundo Fifa 2014.

O resultado parcial deste Objetivo é a obtenção gradual da capacidade de defesa cibernética do Exército, com o propósito de atender as prioridades de seu planejamento anual de emprego e também as demandas do Estado e da sociedade.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver 40% do Projeto Defesa Cibernética.**

**Análise Situacional da Meta**

A meta de desenvolver este Projeto é considerada prioritária pelo Governo Federal, em virtude da necessidade de aprimoramento da capacidade de defesa cibernética do Estado e da sociedade.

Como principais realizações em 2013, foi elaborado o projeto e licitada as obras de: construção do quartel do Centro de Defesa Cibernética; foi melhorada a infraestrutura de apoio ao ensino do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica (CIGE); foram construídos pavilhões da Escola de Comunicações (EsCom) e um pavilhão do Centro Integrado de Telemática do Exército (CITEx), todos em Brasília-DF.

A expectativa para 2014 é dar início as obras de construção do Centro de Defesa Cibernética e de ampliação do CIGE e do CITEx. Também está prevista a aquisição de equipamentos para proteção cibernética do Sistema de Comando e Controle da Força Terrestre e automatização do processo de análise de “malware”.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2013

• Implantar o centro de defesa cibernética**Análise Situacional da Meta**

Como principais realizações de 2013, foi elaborado o projeto e licitada a obra de construção do Centro de Defesa Cibernética, em Brasília-DF. As obras no Centro deram continuidade à implantação da infraestrutura, sendo fundamentais para completar o projeto Defesa Cibernética. A implantação ainda depende do andamento de outras atividades essenciais como a capacitação e adestramento de pessoal, a aquisição e desenvolvimento de materiais, e o desenvolvimento da doutrina defesa cibernética. Para tal, foi dado prosseguimento à capacitação técnica do pessoal integrante do referido Centro, por meio de cursos, estágios, seminários e simpósios, como por exemplo: a realização do Curso de Guerra Cibernética para Sargentos; do 1º Simpósio de Inteligência Cibernética; do Simpósio de Inteligência Forense Digital; e do IV Seminário da Rede Nacional de Segurança da Informação e Criptografia (Senasic). Ainda como realizações, foi ativado o Laboratório do Rádio Definido por Software de Defesa no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e aprimorado o sistema de tratamento de incidentes do Sistema de Telemática do Exército.

Dentro da área de evolução da doutrina do Exército, foi elaborada a primeira versão da revisão das Instruções Reguladoras sobre Análise de Riscos para Ambientes de Tecnologia da Informação do Exército Brasileiro e confeccionada a Doutrina Militar de Defesa Cibernética. Tudo isso voltado para o incremento da proteção dos Sistemas de Informação.

Quantidade alcançada

75

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0523 - Elevar a capacidade operativa da Marinha e adequar a infraestrutura das instalações terrestres, para o cumprimento de sua destinação constitucional e atribuições subsidiárias, por meio do seu preparo e emprego.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Com o propósito de elevar a capacidade operativa da Marinha do Brasil (MB), prevista no Plano de Articulação e Equipamento da Marinha e implementada, anualmente, por meio do Plano de Ação (PA) da Marinha, foram empreendidas ações de obtenção e revitalizações dos meios operativos, como também, a Criação, Elevação, Modernização e Revitalização de várias Organizações Militares (OM), objetivando adequar as mesmas para melhor

atender às necessidades dos setores operativos e administrativos da MB. Nesse contexto, a Articulação da Marinha compreende todas as OM a serem criadas, ampliadas ou modernizadas, necessárias à adequação da Força ao prescrito na Estratégia Nacional de Defesa. Além das instalações voltadas para as atividades operativas, administrativas, técnicas e de ensino da MB, contemplará, também, aquelas ligadas ao atendimento e apoio aos militares e dependentes, tais como: moradia, assistência social e serviço médico-odontológico.

Nesse contexto, o Progem abrangeu, em 2013, as seguintes unidades: Navio-Aeródromo “São Paulo”, Navio-Desembarque de Carros de Combate “Mattoso Maia”, Fragata “Defensora”, Corveta “Júlio de Noronha”, Navio Faroleiro Almirante “Graça Aranha”, Navio de Desembarque-Doca “Ceará”, Navio de Apoio Oceanográfico “Ary Rongel”, Navio Hidroceanográfico “Taurus”, Navio Oceanográfico “Antares”, Navio Polar “Almirante Maximiano”, Submarino “Tapajó”, Aeronaves de Asa Fixa (AF-1) A4 Skyhawk, Helicópteros Super Lynx AH-11A e Viaturas Blindadas Sobre Lagartas M-113A.

No campo internacional, a convite da Organização das Nações Unidas (ONU), a Força-Tarefa Marítima (FTM) da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil), comandada desde 2011 por um Contra-Almirante brasileiro, prossegue nas tarefas de impedir a entrada ilegal de armas e materiais afins no Líbano e de treinar a Marinha Libanesa para que, no futuro, possa assumir o controle de suas próprias águas jurisdicionais. Essa contribuição da Marinha do Brasil para a FTM reforça a imagem do Brasil como ator capaz de atuar, positivamente, para a promoção da paz e segurança na região. A Fragata “Constituição” permaneceu como Navio Capitânia daquela Força Multinacional até julho de 2013, quando a Fragata “União” a substituiu.

No decorrer de 2013, várias comissões e operações conjuntas permearam o relacionamento internacional com as Marinhas amigas, colaborando para o desenvolvimento e o fortalecimento de parcerias estratégicas, envolvendo as Marinhas do Canadá, Colômbia, Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, México, Honduras, Peru, Argentina, Bolívia, além de ações conjuntas com os países da América do Sul e Caribe. De todas as operações de 2013, destaca-se a participação do submarino ‘Tapajó’ em operação naval conjunta com marinha dos Estados Unidos da América, denominada “DEPLOYMENT SUB-13” e que foi a maior comissão já realizada por um Submarino da MB.

No que tange às Operações Conjuntas do Ministério da Defesa, que tem como principal objetivo aprimorar a interoperabilidade entre as Forças Armadas, em 2013 a MB participou das atividades de segurança para a Copa das Confederações e da Operação “Ágata 7” realizada em toda a faixa de fronteira terrestre e fluvial do Brasil, do Oiapoque (AP) ao Chuí (RS), com o objetivo de coibir os ilícitos transfronteiriços.

Também foi realizada a Operação Aderex-I 2013, no mês de março de 2013, na área compreendida entre o Rio de Janeiro (RJ) e Santos (SP). Os exercícios realizados ao longo dessa Operação contribuíram para o adestramento contínuo da Força Naval, bem como para reforçar a presença da Esquadra em nossa “Amazônia Azul”, minimizando a ocorrência de ações ilícitas na nossa Zona Econômica Exclusiva.

Em 2013, ainda foram realizadas as seguintes Operações: participação na Operação “Laçador 2013”, coordenada pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) e Operação FELINO 2013, realizada no Brasil com a participação dos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Por meio dos Navios de Assistência Hospitalar “Carlos Chagas”, “Oswaldo Cruz”, “Dr. Montenegro” e “Soares de Meirelles”, subordinados à Flotilha do Amazonas, e “Tenente Maximiano”, subordinado à Flotilha do Mato Grosso, carinhosamente conhecidos como “Navios da Esperança”, foram efetuadas, até 2013, 27 Ações Cívico-Sociais (Aciso) e 62 Assistências Médico-Hospitalares (Asshop), em 659 localidades das regiões Norte e Centro-Oeste, tendo sido contabilizados 102.767 atendimentos médicos, 150.398 atendimentos odontológicos e distribuídos cerca de 308.000 medicamentos, dentre outros procedimentos.

Quanto às embarcações de apoio, menciona-se a incorporação de novas Chatas para Transporte de Combustível. De uma série de quatro embarcações construídas pelo Estaleiro B3 Boat Indústria de Embarcações Ltda em Salvador-BA, a Marinha recebeu duas unidades em 2012 e duas unidades em 2013. Face à importância das Chatas para o Setor de Apoio, a MB assinou o Termo Aditivo para a obtenção de mais uma unidade, a ser recebida em 2014.

Também foi assinado contrato entre a Diretoria de Engenharia Naval e o Estaleiro B3 Boat para a construção de uma



Lancha de Emprego Geral Média e de três Embarcações para Transporte de Pessoal Médias, com capacidade de transportar 200 passageiros, a serem entregues em 2014/2015.

Com relação ao preparo do pessoal, além de várias operações militares de âmbito nacional e internacional, também foram ministrados diversos cursos nos centros de instruções da Marinha e outras instituições militares e civis, de forma a manter as tripulações dos meios operativos em níveis de adestramento e qualificações compatíveis com as missões programadas.

Com relação à adequação de OM Terrestres é necessário apontar que as realizações em 2012 constantes do PAEMB e implementados por meio do PA da MB, representaram um percentual de 28% de adequação das Organizações Terrestres da Marinha em relação ao previsto para o período de 2012 a 2015. As realizações para 2013 permitiram atingir um percentual acumulado de 32% de adequação das Organizações Terrestres da Marinha, para o período de 2012 a 2015. Nesse contexto, houve uma evolução de 4% em relação a 2012.

Com respeito à Implantação da 2ª Esquadra, foi iniciada a fase de "Estudos e Projetos" para sua implantação, ainda pendente a definição da localização.

Para a execução dos projetos em andamento, distribuídos pelos Setores da MB, como também para o cumprimento das missões programadas tipo "Ágata 7" e outras, a Marinha manteve estreito relacionamento com Entidades Privadas, Órgãos da Administração Federal, Estadual e Municipal, além de exercícios conjunto com o Exército Brasileiro, Força Aérea Brasileira, Polícia Federal e Ibama.

Metas 2012-2015

- **Atender 100% das necessidades de construção, modernização e/ou revitalização de Organizações Militares terrestres, preconizados no Plano de Ação (PA) anual da Marinha.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, esta meta foi revista, uma vez que, em 2012, baseou-se nas prioridades elencadas no Plano de Articulação e Equipamento da Marinha (Paemb), que é um documento de longo prazo, ao passo que a meta atual, baseia-se no Plano de Ação (PA) da Marinha, que é um instrumento de planejamento anual visando adequar os recursos disponíveis às necessidades da Força. A Marinha almeja atender integralmente às necessidades apontadas no seu PA. Cabe assinalar que o Plano de Articulação e Equipamento da Defesa(Paed)/Paemb e o Plano Plurianual (PPA) são documentos condicionantes do PA.

Principais realizações: Em atendimento ao estabelecido no Paemb, implementado anualmente por meio do Plano de Ação (PA) da Força, foi prevista para o exercício de 2013 a execução das seguintes metas:

- Criação do Serviço de Sinalização Náutica do Noroeste, em Manaus-AM;
- Elevação da Capitania dos Portos de Alagoas para 2ª classe;
- Elevação da Delegacia de São Francisco do Sul para 1ª classe ;
- Criação da Agência de Chapecó;
- Criação da Agência de Sinop;
- Criação da Agência de Valença;
- Revitalização do prédio da antiga Maternidade da Praça XV, cedido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, a fim de abrigar o Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha;
- Adequação do Anel Hidrossanitário do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, a fim de cumprir protocolo de intenções entre a MB e a CEDAE/RJ; e
- Modernização de seis elevadores do Edifício Barão de Ladário (EBL), que abriga diversas OM no Rio de Janeiro-RJ.

A execução das metas relativas à reestruturação das organizações militares da Superintendência da Segurança do Tráfego Aquaviário - Capitânias, Delegacias e Agências, foram reprogramadas em função da alteração das prioridades da Força.

Quantidade alcançada

33

Data de Referência

31/12/2013

- **Elevar o índice dos meios operativos da Marinha do Brasil na condição “Disponível” de 43% para 80%”.**

Análise Situacional da Meta

Essa meta foi revista em 2013, de modo a adequá-la ao conceito utilizado pela Força: “Meio Disponível”.

A Marinha, por meio do Programa Geral de Manutenção (Progem), priorizou para o ano de 2013, os meios que apresentaram maior necessidade de revitalização/manutenção, de modo a recuperar a sua capacidade operacional. A meta programada para 2013 foi executada conforme o cronograma estabelecido pela Marinha e, no exercício de 2013, verificou-se uma disponibilidade de 45% dos meios operativos da Marinha, com incremento de 2% em relação ao ano anterior.

Em 2013, foram empreendidas várias ações de modo a manter os níveis desejados na qualificação/adestramento do pessoal, reaparelhamento e adequação dos meios operativos e administrativos, envolvendo a construção/adequação de várias organizações terrestres, dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais e obtenção de munição para o restabelecimento da dotação de paz (adestramento e instrução), compreendendo munição de campanha portátil, de metralhadora, mísseis diversos, bombas de aviação, minas e obtenção de sobressalentes.

Quantidade alcançada

45

Data de Referência

31/12/2013

- **Prover formação e capacitação de militares e servidores civis, alcançando o quantitativo de 12.100 em 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, as ações empreendidas possibilitaram a qualificação e a capacitação contínua do pessoal militar e servidores civis da Marinha para o emprego em atividades de natureza técnico-profissional. Os cursos oferecidos atenderam desde a formação básica até os níveis mais elevados de pós-graduação.

Visando atender ao estabelecido na Lei nº 12.216/2010, que prevê o aumento de efetivo da Marinha em 36% do efetivo atual em 20 anos, continuam em andamento as obras de ampliação e revitalização dos Centros de Instrução, da Escola Naval, do Colégio Naval e das Escolas de Aprendizes-Marinheiros responsáveis pelos cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento.

A execução da meta vem sendo realizada em conformidade com o planejamento estabelecido pela Marinha visando o aumento do efetivo e a capacitação da Força. Até 2013 já foram formados e capacitados 13.800 alunos em diversos níveis, o que inclusive ultrapassa o quantitativo estimado por ocasião da elaboração deste PPA.

Dentre as diversas instituições no Brasil que foram utilizadas na qualificação do quadro de oficiais destacam-se a Universidade de São Paulo (USP), a Escola Superior de Guerra (ESG); a realização do curso Master of Business Administration (MBA), da Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB), instituição vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), nos Cursos de Política e Estratégia Marítimas e de Estado-Maior para Oficiais Superiores, ministrados pela Escola de Guerra Naval para 208 militares.

O Programa de capacitação de pessoal deu continuidade à formação de pilotos no Programa de Cursos de Asa Fixa na Marinha norte-americana e na Academia da Força Aérea Brasileira, envolvendo três e 14 oficiais- alunos, respectivamente.

Releva mencionar, também, o Programa de Intercâmbios de pessoal entre a Marinha do Brasil e as marinhas amigas nas áreas operativas, de ciência e tecnologia, logística e instrução, visando estreitar laços de amizade e cooperação entre as Marinhas, contribuir para a formação profissional e cultural. Esse programa contou com a participação de 254 alunos de 22 Marinhas: África do Sul, Angola, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Estados Unidos da América, Líbano, México, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Paraguai, Peru, República Dominicana, São Tomé e Príncipe, Senegal, Suriname, Uruguai e Venezuela.

No tocante ao Prosub, cabe destacar a criação do Quadro Técnico de Praças da Armada, para operadores e supervisores de operação de reator nuclear, visando atender à demanda de capacitação para o Submarino com Propulsão Nuclear.

Adicionalmente, foram realizados cursos na modalidade de ensino à distância, requalificando o pessoal sem



descontinuidade do exercício das tarefas profissionais de rotina, o que reduziu custos e superando as limitações geográficas existentes.

Quantidade alcançada

13.800

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0527 - Prover a segurança da navegação aquaviária nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), mediante o desenvolvimento das atividades de controle e fiscalização do tráfego aquaviário e de formação dos operadores e usuários do sistema.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

As atividades inerentes à segurança da navegação aquaviária são perenes, de caráter contínuo, em face da constância em que o meio aquaviário é empregado pela sociedade, abrangendo desde os pequenos navegantes até as grandes empresas de navegação, que utilizam as águas em suas necessidades econômicas, sociais, de lazer e de sustento.

Essas atividades da Marinha exigem investimentos na obtenção de novos equipamentos, na modernização dos já existentes e na alocação e capacitação do pessoal para empreender as ações correlatas. Assim, como nos anos anteriores, em 2013, a Marinha como “Autoridade Marítima” do País deu continuidade aos eventos visando à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana no mar e nas hidrovias interiores e à prevenção da poluição ambiental causada por embarcações, plataformas e suas instalações de apoio.

No verão 2012-2013, foi realizada a “Operação Verão” abrangendo o período de dezembro de 2012 a março de 2013, onde foram empregados cerca de 2.000 militares e 295 embarcações da Marinha em ações de fiscalização do tráfego aquaviário, com a abordagem de cerca de 85.000 embarcações, representando um incremento de 52% em relação ao período de 2011/2012. O total referente ao período de dezembro de 2013 a março de 2014 será computado no 1º semestre de 2014. Também, foram proferidas palestras e campanhas educativas em marinas, iates clubes, colônia de pesca e locais de concentração do público alvo.

Além das “Operação Verão”, a Marinha vem empreendendo, em caráter permanente, outras ações visando a elevar o nível de conscientização dos navegantes, condutores e passageiros, quanto à preocupação com a segurança, ainda em patamares inadequados em face da cultura existente em determinadas regiões, além do difícil acesso às fontes de informações, tanto pelas longas distâncias existentes, quanto pela baixa situação socioeconômica das comunidades que utilizam as águas como meio de locomoção e de sustento.

Dentre as campanhas executadas, as de maior relevância referem-se às dirigidas à eliminação dos acidentes de escapelamento na Região Amazônica, com a finalidade de incentivar a cobertura dos eixos propulsores das embarcações. Outras iniciativas abrangeram: a ampliação dos requisitos para a concessão de habilitação de condutores amadores, principalmente para as categorias de Motonauta e Arrais-Amador; o aumento da fiscalização em áreas de fronteira, por meio de ações conjuntas com o Exército Brasileiro, Polícia Federal e outros órgãos de fiscalização e controle; e o incremento na atividade de Ensino Profissional Marítimo (EPM), objetivando o acesso à educação e à geração de empregos.

Em 2013 foram capacitados no EPM, 23.869 alunos, que somados aos 35.000 aquaviários e portuários formados nesses mesmos cursos em 2012, já totalizam a formação de 58.869 alunos no período do PPA 2012-2015

A navegação segura compreende, ainda, outras atividades de igual importância desempenhadas pela Marinha, sendo relevante destacar a manutenção de auxílios à navegação e o fornecimento de previsões meteorológicas e oceanográficas confiáveis e tempestivas e o acompanhamento de tráfego marítimo de interesse.

Consoante à responsabilidade da Marinha em produzir os documentos cartográficos e de auxílio à navegação, disponibilizando-os aos navegantes nacionais e estrangeiros, esta Força, em 2013, efetuou a modernização do parque gráfico da Base de Hidrografia da Marinha em Niterói, unidade responsável pela produção, venda e disponibilização de

forma mais rápida dos itens mencionados. Desde julho de 2013, a Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha do Brasil, em parceria com a Emgepron, passou a comercializar esses produtos pela internet, por meio do site <http://www.cartasnauticasbrasil.com.br/>.

Em 2013, o melhor planejamento das ações, mas, principalmente, a maior carga de tarefas desempenhadas pelos militares envolvidos, proporcionou significativa ampliação nas ações de fiscalização. Entretanto, a capacidade do pessoal absorver maiores cargas de trabalho é limitada, e não pode ser sucessivamente ampliada, de forma a fazer frente à crescente demanda decorrente do significativo incremento da quantidade de embarcações particulares.

As grandes áreas de cobertura (principalmente na Região Norte do País), comprometem a execução das atividades relacionadas à segurança. Assim, para a fiscalização em áreas de fronteira, a Marinha executou ações conjuntas com o Exército Brasileiro, a Polícia Federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e outros órgãos de fiscalização e controle.

Em 2013, foram assinados o 3º Termo Aditivo do Termo de Cooperação para a manutenção do balizamento do Tramo Norte do Rio Paraguai, no trecho entre Corumbá, no Mato Grosso do Sul, e Cáceres, em Mato Grosso, com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit), e o Termo de Cooperação para Levantamento Hidrográfico do canal de acesso ao Porto de Santos, com a Secretaria de Portos da Presidência da República.

Metas 2012-2015

• Ampliar em 80% a quantidade de Inspeções Navais (IN) realizadas

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2013, foram iniciadas obras de ampliação em várias Organizações Militares integrantes da rede da Diretoria de Portos e Costas, com o objetivo de modernizar e adequar as Organizações Militares envolvidas com as atividades de Inspeções Navais. No entanto, a execução dessas obras foi reprogramada em função da alteração das prioridades da Força.

Não obstante, a Marinha se empenhou para elevar o índice de Inspeções Navais, cujas atividades são prioritárias nas Capitânicas, Delegacias e Agências e foram executadas cerca de 247.280 ações relacionadas à inspeção naval e vistorias, incluindo-se a “Operação Verão”, durante o exercício de 2013, representando acréscimo de 67% em relação ao período de 2012, quando foram realizadas 148.150 ações e 84% em relação a 2011 quando ocorreram 134.682.

Ressalta-se, também, o esforço da Marinha em aumentar a fiscalização em áreas de fronteira, atuando ainda em parceria ou em apoio ao Exército Brasileiro, a Polícia Federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e outros Órgãos.

Quantidade alcançada

84

Data de Referência

31/12/2013

• Prover formação e capacitação de 58.000 marítimos

Análise Situacional da Meta

Gradativamente a Marinha busca incrementar a atividade de Ensino Profissional Marítimo (EPM), elevando a quantidade de marítimos e fluviários capacitados e disponíveis para ingresso no mercado de trabalho especializado, mediante a ampliação de cursos ministrados no Centro de Instrução Almirante Graça Aranha - Rio de Janeiro - RJ, Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar (CIABA) - Belém - PA e outros Centros de Ensino.

Ressalta-se a inauguração em 15 de abril de 2013 do Centro Técnico de Formação de Fluviários da Amazônia Ocidental, primeiro centro de formação de aquaviários da Amazônia Ocidental, tendo como propósito desenvolver o EPM na Região.

Em 10 de maio de 2013, foi inaugurado o Centro de Simuladores de Navios “CLC José Jacaúna Sales” no CIABA, para a formação de pilotos e oficiais da Marinha Mercante.

Em 2013, foram oferecidas inicialmente 47.628 vagas para os diversos tipos de cursos do EPM destinados a aquaviários e portuários, cursos estes que possuem durações variadas, chegando a quatro anos para os oficiais de



náutica da Marinha Mercante.

Ao final de 2013, foram capacitados pelos vários cursos do EPM apenas 23.869 alunos. Mas considerando que em 2012 já haviam sido capacitados 35.000 aquaviários e portuários nesses mesmos cursos, a meta do EPM já totaliza a formação de 58.869 alunos, acima do previsto para o período do PPA 2012-2015.

Quantidade alcançada

58.869

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0528 - Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica da Marinha, visando à ampliação da capacidade de defesa e segurança marítima.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Com base nas premissas que enfatizam os aspectos de monitoramento e controle do território nacional, preconizadas nas diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa, a Marinha vem pautando suas ações e diretrizes no sentido de assegurar o incremento da capacidade operativa dos meios navais com a dotação de sistemas/equipamentos no estado da arte.

Nesse sentido, e de modo prioritário, tais diretrizes visam o desenvolvimento de projetos de tecnologia nacional voltados à Defesa Nacional, em especial na otimização da principal tarefa do Poder Naval de “negar o uso do mar ao inimigo”. No alcance das providências e ações decorrentes, é essencial que o fortalecimento da capacitação tecnológica seja obtida com o envolvimento permanente dos setores governamental, industrial e acadêmico, por meio de parcerias estratégicas, incluindo os projetos de uso dual, visando a obtenção de recursos humanos, tecnológicos e, subsidiariamente, financeiros. No que tange ao Programa Nuclear da Marinha (PNM), cuja execução teve início em 1979, este divide-se em dois importantes segmentos: o Desenvolvimento do Ciclo do Combustível Nuclear e o Laboratório de Geração de Energia Núcleoelétrica (Labgene). O primeiro visa a dominar as etapas do ciclo do combustível nuclear necessárias à obtenção de urânio enriquecido para os elementos combustíveis que serão empregados no núcleo de um reator nuclear. O segundo visa a desenvolver um protótipo, em terra, de uma planta nuclear para a geração de energia elétrica, cuja instalação servirá de base e de laboratório para outros projetos de reator nuclear, incluindo o desenvolvimento de protótipo, em terra, do sistema de propulsão naval que, uma vez dominado, permitirá a capacitação necessária para a incorporação ao primeiro Submarino com Propulsão Nuclear.

Com a finalidade precípua de implementar as ações necessárias à promoção, ao desenvolvimento, à absorção, à transferência e à manutenção de tecnologias, relacionadas ao PNM, ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e ao Programa Nuclear Brasileiro (PNB), foi criada por meio do Decreto nº 7.898/2013, com base na Lei nº 12.706/2012 e ativada em 16 de agosto de 2013 a empresa pública Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - Amazul, vinculada ao Ministério da Defesa, por meio do Comando da Marinha, traduzindo-se em um importante instrumento na condução do PNM e do Prosub, cuja meta maior é a construção do nosso primeiro submarino com propulsão nuclear. Releva mencionar que o PNM e o Prosub são ambos programas estratégicos da Força e foram incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) por meio da Portaria nº 29 de 15/04/2013 da SOF/MP.

Em 2012 foram concluídas as avaliações operacionais do Centro de Integração de Sensores e Navegação Eletrônica do Navio de Desembarque de Carros de Combate "Almirante Sabóia"; o Sistema de Controle e Monitoração do Navio-Patrolha "Maracanã" e a quarta cascata de enriquecimento de urânio (Módulo I).

Em 2013, foi dada continuidade à Avaliação Operacional do Helicóptero Múltiplo Emprego MH 16, a cargo do Centro de Análise de Sistemas Navais, com término previsto para março de 2015.

A Marinha do Brasil (MB) patrocinou, em parceria com a Odebrecht Defesa e Tecnologia (ODT), o II Workshop sobre Acústica Submarina, onde foi discutido o desenvolvimento de projetos de acústica submarina em proveito do Prosub.

A Marinha do Brasil (MB), em 2013, deu prosseguimento à capacitação dos recursos humanos das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) e de Organizações Militares (OM) da MB com atividades em áreas de conhecimento

afins, encaminhando-os aos diversos programas de pós-graduação das Instituições de Ensino do País e estrangeiras. Adicionalmente, foi implementado na MB o Programa “Ciência sem Fronteiras”, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação e Cultura (MEC), visando ampliar as oportunidades de capacitação de pessoal.

Em 7 de junho de 2013, foi assinado o contrato com a empresa ASK SUBSEA AS, da Noruega, para obtenção de um Navio de Pesquisa Hidroceanográfico (NPqHo), fruto do Acordo de Cooperação firmado em parceria com o MCTI, Petrobrás, Vale S.A. e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O navio atuará como uma plataforma científica e tecnológica capacitada a realizar levantamentos geológicos do fundo do mar, bem como na aquisição de dados do ambiente marinho para futura exploração de seus recursos naturais. O NPqHo “Vital de Oliveira” está sendo construído na China, com previsão de entrega em 2014, e terá capacidade de transportar 40 a 60 cientistas.

No tocante ao Projeto de Desenvolvimento do Míssil Antinavio de Superfície (MAN-SUP), uma etapa importante do Projeto foi o disparo, com sucesso, pela Corveta “Barroso”, do primeiro míssil Exocet MM-40 (fabricado na França) revitalizado no Brasil, utilizando motor de fabricação brasileira pela empresa Avibrás - Divisão Aérea e Naval S.A, com a finalidade de coletar dados complementares de telemetria (parâmetros de voo) para o desenvolvimento do míssil. Prossegue a execução do contrato firmado com a Fundação Aplicações de Tecnologias Críticas, atual Fundação, para executar o gerenciamento complementar necessário ao desenvolvimento do MAN-SUP.

Em 2014, será dado prosseguimento aos projetos prioritários para o Prosub, em especial os voltados para acústica submarina e controle de atmosferas confinadas; buscando parcerias com empresas e órgãos de fomento a fim de suprir os recursos necessários para o desenvolvimento de projetos prioritários; e dar prosseguimento à capacitação de recursos humanos, utilizando recursos da MB e do Programa “Ciência sem Fronteiras”.

O desenvolvimento de projetos sob o modelo de parcerias estratégicas com Universidades, Institutos de Pesquisas Nacionais e Internacionais e Indústrias permite trazer, à MB, elevado ganho em capacitação tecnológica com alto grau de qualidade e menor custo total. Cabe ainda ressaltar que os projetos de caráter dual, além de atender os interesses da Marinha, contribuem, também, para o desenvolvimento socioeconômico do País, sobretudo pela geração de empregos na Base Industrial de Defesa.

Metas 2012-2015

• Implantar uma unidade piloto de conversão (Unidade de Produção de Hexafluoreto de Urânio - USEXA) com capacidade nominal de 40 t/ano de hexafluoreto de urânio

Análise Situacional da Meta

No Projeto do Ciclo do Combustível Nuclear, o ciclo do combustível nuclear é o conjunto de etapas do processo industrial que transformam o mineral urânio, da forma como ele é encontrado na natureza, em combustível, para sua utilização dentro de uma usina nuclear ou num reator de submarino. Dentro desse Ciclo, a unidade piloto de conversão (Usex) permitirá que o País atue em todas as etapas do beneficiamento do mineral radioativo, desde a extração até a fabricação do combustível nuclear. Com isso, o Brasil ficará independente de outros países no processo de enriquecimento, garantindo o fornecimento para as Usinas Nucleares e também para o futuro submarino com propulsão nuclear.

Como a Marinha do Brasil (MB) domina essa tecnologia sensível e estratégica de enriquecimento, ela fornece as cascatas de enriquecimento de urânio para a Indústria Nucleares do Brasil (INB), que por sua vez é a empresa responsável pela produção, no País, do combustível para as Usinas Angra I e Angra II, com a consequente economia de divisas para o Brasil. No escopo da parceria firmada entre a MB e a INB, o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) produz as centrífugas que atendem as necessidades daquela Empresa.

A execução da meta, em 2013, foi realizada conforme o cronograma estabelecido pela Marinha com o comissionamento na Usex das unidades de produção de Nitrato de Urânio (NTU) e de Trióxido de Urânio (UO₃), importantes etapas intermediárias para a obtenção do Hexafluoreto de Urânio (UF₆).

As conclusões das montagens eletromecânicas, rotinas de testes, comissionamento e pré-operação das unidades de Tetrafluoreto de Urânio (UF₄), de hexafluoreto de urânio (UF₆) e Ácido Fluorídrico (HF) estão previstas para 2014.

**Quantidade alcançada**

0,13

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	1	unidade	0,13	31/12/2013

- **Implantar uma usina nuclear de geração de energia elétrica (Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica - LABGENE) projetada e construída no País, incluindo o seu reator, com potência de cerca de 11 MW, protótipo em terra do sistema de propulsão naval**

Análise Situacional da Meta

O Projeto do Labgene visa capacitar a Marinha do Brasil em projetar, implantar, comissionar, operar e manter instalações nucleares aplicáveis à propulsão naval. O Laboratório encontra-se em construção no Centro Experimental Aramar (Iperó-SP), composto por 11 prédios principais, entre eles o Prédio do Reator e o Prédio das Turbinas.

As obras civis do protótipo do reator nuclear em terra (Labgene) avançam conforme o cronograma estabelecido pela Marinha, com a construção simultânea de sete Prédios no Centro.

As obras civis do Labgene concentram-se nas estruturas dos prédios para sistemas nucleares, ao mesmo tempo em que foram iniciadas, em 2013, as montagens eletromecânicas do compartimento das turbinas a vapor. Os sistemas e equipamentos principais encontram-se em fase de testes de aceitação, como o Motor Elétrico Principal, o Simulador do Labgene e os Turbo-Geradores Auxiliares e Principais .

Neste ponto deve-se notar o caráter dual do Projeto: O reator a ser fabricado produzirá 11MW de energia elétrica, o que é suficiente para iluminar uma cidade de 20.000 habitantes, como também poderá desenvolver novos materiais e produzir radioisótopos para a medicina.

Quantidade alcançada

0,25

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	1	unidade	0,25	31/12/2013

OBJETIVO: 0532 - Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre visando contribuir com a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Em 2013, o Exército, buscando dotar suas Organizações Militares com equipamentos e materiais modernos, deu continuidade ao reacompletamento de seus quadros de dotação de material, por meio da aquisição de Produtos de Defesa para ampliar sua operacionalidade. Essa operacionalidade se evidencia quando ocorre o emprego da Força Terrestre em operações para a garantia da lei e da ordem e em ações subsidiárias, com destaque para a Defesa Civil, quando das ocorrências de catástrofes naturais.

O plano de aparelhamento da Força está dividido em duas vertentes principais: o atendimento às necessidades correntes de reposição e complemento do seu quadro de material; e às necessidades futuras, oriundas da visão prospectiva do Exército, baseada na evolução doutrinária e em aspectos relacionados com a Ciência e Tecnologia, ingredientes esses que também contribuem para a ampliação da operacionalidade.

É nesse contexto que se enquadram os Projetos Estratégicos do Exército - "Recuperação da Capacidade Operacional" (Recop), Projeto "Proteger", Projeto de "Defesa Antiaérea", Projeto "Guarani" e o Projeto "Astros 2020" - atualmente em implementação.

O Projeto Recuperação da Capacidade Operacional (Recop) tem por objetivo dotar as unidades de material de emprego

militar, imprescindível ao seu emprego operacional. A meta quantificável a ser atingida pelo Recop é dotar o Exército com meios operacionais que preencham pelo menos 80% (oitenta por cento) do Quadro de Distribuição de Material Previsto (QDMP) com produtos de alta qualidade e desempenho operacional que permitam à Força Terrestre obter as capacidades previstas na Estratégia Nacional de Defesa para cumprimento de suas obrigações constitucionais.

O Projeto Proteger foi concebido a partir da necessidade do Estado de proteger as Estruturas Estratégicas Terrestres do País, também denominadas infraestruturas críticas, que compreendem instalações, serviços, bens e sistemas cuja interrupção ou destruição, total ou parcial, podem provocar sério impacto social, ambiental, econômico, político, internacional ou à segurança do Estado e da sociedade. Trata-se de um sistema destinado à ampliação da capacidade de atuação do Exército em ações preventivas ou de contingência na proteção da sociedade, no apoio à Defesa Civil, na proteção ambiental e em operações de proteção contra agentes Químicos, Biológicos, Radiológicos e Nucleares e contra atentados terroristas, além das operações de garantia da lei e da ordem.

O Projeto Defesa Antiaérea visa dotar a Força Terrestre de capacidade de defesa de estruturas estratégicas terrestres do País e do Exército, protegendo-as de possíveis ameaças aéreas, mediante a integração de mísseis e canhões antiaéreos, radares, centro de comando e controle, comunicações e logística, que configura ao País uma moderna e adequada capacidade de defesa.

O Projeto Guarani (Nova Família de Blindados de Rodas) tem por objetivo transformar as Organizações Militares de Infantaria Motorizada em Infantaria Mecanizada e modernizar as Organizações Militares de Cavalaria Mecanizada. Para isso, estão sendo desenvolvidas novas Viaturas Blindadas Média de Rodas, a fim de dotar a Força Terrestre de meios para incrementar a dissuasão e a defesa do território nacional. A primeira viatura desenvolvida foi a Viatura Blindada para Transporte de Pessoal Média de Rodas - Guarani (VBTP-MR Guarani), que possibilita a substituição das viaturas Urutu e Cascavel, fabricadas pela Engesa e em uso há mais de 40 anos.

O Projeto Astros 2020 contém no seu escopo e estrutura as seguintes etapas: criação e implantação de uma Unidade de Mísseis e Foguetes; um Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes; um Centro de Logística de Mísseis e Foguetes; uma Bateria de Busca de Alvos; paióis de munições; uma Base de Administração e o Campo de Instrução de Formosa; transformação do atual 6º Grupo de Lançadores Múltiplos de Foguetes para 6º Grupo de Mísseis e Foguetes; o desenvolvimento de dois novos armamentos como o foguete guiado e o míssil tático de cruzeiro, com alcance estimado de 300 km.

O sistema Astros 2020, concebido e elaborado pela empresa brasileira Avibras, sediada em São José dos Campos - SP, possibilitará a realização do lançamento, partindo das plataformas da nova viatura lançadora múltipla universal na versão MK-6, dos vários foguetes da família Astros e também do míssil tático de cruzeiro de 300 km.

No projeto de Defesa Antiaérea a opção pela aquisição de meios modernos de defesa antiaérea, além de considerar o que há de mais moderno no segmento de defesa, permitirá que o Exército Brasileiro cumpra, com elevadíssima margem de sucesso, as diversas missões militares inerentes à defesa do espaço aéreo, tais como a defesa de refinarias, aeroportos, usinas hidrelétricas, centros de poder, entre outros, protegendo as estruturas estratégicas do País de ameaças.

As principais realizações, decorrentes da implementação do Projeto Estratégico Recuperação da Capacidade Operacional, foram a aquisição de 175 rádios para viaturas blindadas, de 175 intercomunicadores e equipamentos óticos diversos e de 12 lanchas de patrulhamento Guardian, das 25 previstas para serem utilizadas por tropas das regiões norte e oeste do País. Para a implementação do Objetivo, o Comando do Exército realiza gestões junto aos Ministérios da Defesa, do Planejamento Orçamento e Gestão e junto ao Congresso Nacional, além da forte interação com a indústria nacional de defesa, com o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, com o Sistema Brasileiro de Inteligência e com o Sistema Nacional de Defesa Civil.

Metas 2012-2015

• Implantação de 20% do Sistema Integrado de Artilharia Antiaérea do Exército Brasileiro (SIAAEB)

Análise Situacional da Meta

Essa meta foi incorporada a uma nova meta mais abrangente incluída no PPA em 2013: "Implantar 40% do Projeto

Defesa Antiaérea".

• **Implantar 20% do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER).**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, o Exército Brasileiro deu continuidade às ações voltadas para a proteção das estruturas estratégicas do País. Para isso, a Força Terrestre tem buscado o desenvolvimento e a aquisição de Produtos de Defesa compatíveis com o Projeto, no contexto de autoproteção, emprego de equipamento individual e coletivo, mobilidade terrestre, fluvial, lacustre e aérea. Além disso, tem-se buscado a adequação, a reparação e/ou construção de instalações de organizações militares abrangidas pelo Projeto.

As principais realizações, no âmbito da implementação do Proteger, foram a aquisição de instrumentos de pontaria e precisão para armamentos e equipamento especializado, a fim de proporcionar melhores condições na defesa das instalações estratégicas tropas antiterror; a aquisição e entrega de cerca de 2.000 viaturas operacionais e de Comando e Controle; e a confecção dos projetos de adequação de centros de coordenação de operações terrestres interagências.

A expectativa para 2014 é iniciar as obras de adequação de centros de coordenação de operações terrestres interagências.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

• **Implantar 40% do Projeto Defesa Antiaérea.**

Análise Situacional da Meta

O Projeto de Defesa Antiaérea é um dos Projetos Estratégicos do Exército e está organizado em 11 Subprojetos a saber:

- 1) Obtenção do Sistema de Materiais de DAAe de Baixa Altura – Fase 1;
- 2) Desenvolvimento de tecnologias de Defesa Antiaérea;
- 3) Obtenção do Sistema de Materiais de DAAe de Baixa Altura – Fase 2;
- 4) Obtenção do Sistema de Materiais de DAAe de Média Altura;
- 5) Avaliação do Sist Op DA Ae;
- 6) Obtenção da Infraestrutura Logística;
- 7) Obtenção da infraestrutura de Educação;
- 8) Obtenção da infraestrutura de Obras Militares da DA Ae;
- 9) Documentação do Sist Op DA Ae;
- 10) Gerenciamento do Projeto Estratégico do Exército Defesa Antiaérea (PEE DA Ae);
- 11) Aquisição do Sistema de Armas Canhão Antiaéreo Autopropulsado.

Cada um desses 11 Subprojetos é composto por atividades e pacotes de trabalhos específicos segmentados em 31 “Grandes Conjuntos”, que se subdividem em 802 itens e esses itens geram um total de 2.940 entregáveis.

Em 2013, o Projeto Defesa Antiaérea adquiriu, contratou e desenvolveu 147 entregáveis (5%) dos 2.940 previstos (100%), conforme alguns exemplos descritos a seguir.

As principais realizações, fruto da implementação do Projeto Defesa Antiaérea, foram a aquisição de três Radars Saber M60 e de materiais de comunicações (rádios e acessórios) para 12 Centros de Operações de Artilharia Antiaérea, localizados em diversos Estados; a elaboração do projeto de construção da Bateria de Comando da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea, situada no Guarujá-SP; o início da primeira fase da obra na Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea, localizada no Rio de Janeiro, para receber 37 viaturas antiaéreas Gepard adquiridas da Alemanha; o início do processo licitatório para a aquisição de mísseis telecomandados; e a finalização das Condicionantes Doutrinárias Operacionais de todo o sistema de defesa antiaéreo necessário para o Exército.

Os desafios técnicos à implementação da meta incluíram a dificuldade de contratação de empresa integradora com

expertise para cumprir as demandas existentes.

Também é importante salientar que neste tipo de projeto a variação cambial impacta diretamente os compromissos em moeda estrangeira de contratos assinados, trazendo reflexos importantes ao cronograma físico e financeiro.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2013

• **Obtenção de 16% da Nova Família de Blindados**

Análise Situacional da Meta

As principais realizações do Projeto Guarani (Nova Família de Blindados de Rodas) foram a aquisição de equipamentos para desenvolvimento de um sistema de simulação para a Viatura Blindada para Transporte de Pessoal Média de Rodas Guarani (VBTP-MR Guarani); de 102 sistemas de comando e controle para a VBTP-MR Guarani; de ferramental para manutenção da VBTP-MR Guarani; de 26 VBTP-MR Guarani; de 143 metralhadoras .50 e 144 metralhadoras 7,62 mm para torres remotamente controladas; e o prosseguimento da nacionalização da munição 30 mm.

Para que os diversos meios adquiridos pudessem ser guardados, ter a manutenção devida e colocados em operação, foram executadas obras de adequação e construção de instalações e apoio (garagem e manutenção) no Centro de Instrução de Blindados, localizado em Santa Maria-RS, e no 33º Batalhão de Infantaria Motorizado (33º BI Mtz), situado em Cascavel-PR.

Com o objetivo de melhor capacitar o capital humano para defesa do Estado, prosseguiram as experimentações da doutrina de emprego de tropa de Infantaria Mecanizada na área do Comando Militar do Sul. O Centro de Instrução de Blindados e o 33º BI Mtz são as Organizações Militares que primeiro receberão as VBTP-MR Guarani.

Em 2013, foi concluída a avaliação do protótipo da VBTP-MR Guarani pelo Centro de Avaliações do Exército, no Rio de Janeiro-RJ.

A expectativa para 2014 é a aquisição de sistemas de armas e de sistemas de comando e controle; aquisição de suprimentos (munição, combustível, óleos e lubrificantes); concluir as obras para receber as VBTP-MR Guarani; o desenvolvimento da blindagem nacional; e, o desenvolvimento dos Sistemas de Simulação para a VBTP-MR Guarani.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0533 - Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Sistema de Proteção da Amazônia - Sipam e o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam foram criados pelo Governo Federal para fortalecer e concretizar uma política de integração nacional para a Amazônia Legal Brasileira. O sistema inclui a implantação e operação de infraestrutura adequada para a realização de ações nas áreas de telecomunicações, sensoriamento remoto, inteligência, meteorologia e cartografia no intuito de produzir conhecimento e informações que alimentem as políticas públicas voltadas para a região, tais como as de segurança, de proteção ao meio ambiente e educação ambiental, de inclusão digital, de distribuição de renda, de regularização fundiária, dentre outras.

Desde o início do PPA até o ano de 2013, o Censipam colocou à disposição da sociedade civil produtos e serviços avançados nas suas áreas de atuação. Esses produtos contribuíram para a integração da região e a geração de



informações, principalmente no que tange a produção de boletins de previsão do tempo, prevenção a desastres ambientais e acesso a internet em regiões de difícil acesso, onde empresas comerciais não fornecem tal serviço.

Por meio do programa de monitoramento de áreas especiais – Proae, o Censipam também realizou um trabalho em regiões de fronteira, garimpos, áreas indígenas, e nas regiões com maiores índices históricos de desmatamento, com o objetivo de colaborar com órgão parceiros na prevenção e repressão de ilícitos. A equipe de inteligência do Órgão também teve papel fundamental no combate a outros ilícitos, emitindo relatórios e demais produtos de inteligência. Já com o projeto Cartografia da Amazônia, o Censipam gerou cartas que facilitam a navegabilidade dos rios da região, o estudo da densidade de floresta, o controle do desmatamento, o mapeamento de recursos minerais, e a pesquisa cartográfica e científica.

Todas as ações do Censipam são realizadas por equipe técnica própria, que busca manter os contratos de fornecimento e o parque de equipamentos de comunicações e de TI atualizado e em operação.

Metas 2012-2015

• Atingir 90% de modernização da infraestrutura Tecnológica.

Análise Situacional da Meta

Durante 2013, privilegiou-se as ações sobre a infraestrutura de armazenamento e processamento de dados por meio da aquisição de novos servidores e outros equipamentos de telemática. Com estas aquisições para o parque tecnológico, atingiu-se o índice de 83% de modernização da infraestrutura tecnológica.

Em 2014, pretende-se elevar este índice para 85%.

Quantidade alcançada

83

Data de Referência

31/12/2013

• Atingir 90% de operacionalidade dos terminais de acesso a comunicação via satélite instalados na Amazônia Legal

Análise Situacional da Meta

A tarefa de manter em operação o parque tecnológico representa um desafio, principalmente em razão da dificuldade de acesso às localidades e das condições climáticas desfavoráveis para a operação de equipamentos eletrônicos. Durante o exercício de 2013, conseguiu-se superar a meta estabelecida, atingindo-se 93% de terminais instalados e em operação, o que foi possível em virtude da realização de constantes missões de manutenção em campo.

Tão difícil quanto atingir esta taxa de operacionalidade é mantê-la, pois equipamentos eletrônicos sempre estão sujeitos a falhas.

Para 2014, pretende-se manter o percentual de 93% de operacionalidade e a ampliação do parque tecnológico.

Quantidade alcançada

93

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	90	%	93	31/12/2013

• Atualizar 112 produtos cartográficos náuticos.

Análise Situacional da Meta

Foram atualizados 49 mapas cartográficos náuticos durante todo período do PPA, sendo que no exercício 2013 foram 20 os atualizados. Houve significativo aumento na entrega desses produtos em 2013 em razão da Marinha do Brasil ter incorporado três embarcações hidrocnográficas, sendo duas em Manaus e uma em Belém. Estas atualizações de cartas náuticas são um relevante avanço para a segurança da navegação na bacia amazônica.

Para o exercício de 2014, a meta planejada é atualizar mais 30 cartas náuticas.

Quantidade alcançada

49

Data de Referência

31/12/2013

- **Capacitar 1.300 técnicos nos 700 municípios na Amazônia Legal em geotecnologias aplicadas na gestão territorial (Programa Sipam Cidades)**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2013, não houve capacitação de técnicos nos 700 municípios da Amazônia Legal, tendo em vista restrições de recursos. Nesse contexto, para 2014, a estratégia do Censipam para atingir a meta de capacitação proposta para o PPA é a implantação de plataforma de ensino a distância, o que eliminaria as principais restrições para execução da meta.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Disponibilizar 1.000 antenas VSAT (Very Small Aperture Terminal) para atender aos órgãos e entidades parceiras**

Análise Situacional da Meta

A disponibilização de terminais de comunicação VSAT para a região amazônica depende, dentre outros fatores, de disponibilidade de banda no satélite utilizado para transmissão dos dados. O Censipam mantém contrato de locação de espaço em satélite comercial, o qual possui oferta limitada em razão da crescente demanda dos usuários por acessos de maior capacidade.

A limitação de expansão do espaço no satélite, aliado ao aumento na largura de banda de acesso e, consequentemente, da qualidade de serviço oferecida aos terminais já instalados, dificultaram que mais terminais sejam postos em operação. O parque tecnológico conta hoje com 572 terminais VSAT em operação.

Quantidade alcançada

572

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	1.000	unidade	572	31/12/2013

- **Editar 4.924 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR).**

Análise Situacional da Meta

Essa meta foi criada em 2013 para substituir a de "Editar 1.561 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR)" retirada em 2012 e que contava com 94 ortoimagens editadas. Até 2013, foram editadas cumulativamente 1.066 dessas ortoimagens.

Em 2014, pretende-se editar mais 1.024 ortoimagens.

Quantidade alcançada

972

Data de Referência

31/12/2013

- **Editar e imprimir 610 cartas topográficas.**

Análise Situacional da Meta

Não houve evolução da meta em 2013.

Em 2014, pretende-se editar e imprimir 50 cartas topográficas, considerando o Acordo de Cooperação a ser firmado



com o Exército, o qual será responsável pela reambulação dos pontos cartográficos, etapa imprescindível para a edição de cartas topográficas.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

• **Elaborar 6.354 arquivos de estratificação vegetal.**

Análise Situacional da Meta

Essa meta foi criada em 2013 para substituir a de “Elaborar 2.292 arquivos de estratificação vegetal” removida em 2012 e que contava com 369 arquivos já elaborados. Até 2013, alcançaram-se 942 arquivos.

Quantidade alcançada

942

Data de Referência

31/12/2013

• **Elaborar anualmente 39.312 boletins de previsão diária de tempo para municípios da Amazônia Legal**

Análise Situacional da Meta

O quantitativo acumulado de boletins de previsão diária de tempo para a Amazônia Legal foi de 23.522 no ano de 2013, o que significa um efetivo incremento na atuação do Censipam no apoio às ações de Defesa Civil nesta região em relação aos 10.024 boletins produzidos em 2012.

A previsão para 2014 é aumentar a disponibilidade de dados de estações de superfície e altitude e de imagens de satélite provenientes da infraestrutura tecnológica do Sipam e das instituições parceiras do sistema, os quais são utilizados para elaboração de prognósticos de modelos numéricos de previsão de tempo, atendendo o objetivo do Censipam de potencializar sua capacidade de previsão de eventos meteorológicos severos.

Quantidade alcançada

23.522

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	39.312	unidades/ano	23.522	31/12/2013

• **Emitir anualmente 300 produtos da área de inteligência**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013, houve mudança na sistemática e metodologia de produção de conhecimento. Em razão do novo Decreto nº 7.845/12, que regulamenta o credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, modificou-se a metodologia de aferição dos produtos de inteligência produzidos. Por conseguinte, esse Órgão atingiu o total de 709 produtos na área de inteligência, ante os 24 produzidos em 2012. Esses produtos contribuem com as políticas de combate aos ilícitos na Amazônia. No que tange especificamente aos ilícitos ambientais, o Censipam apoiou diversos órgãos nessa atividade, citando como exemplo: a Operação Hileia Pátria, coordenada pelo Gabinete Permanente de Gestão Integrado para a Proteção do Meio Ambiente (GGI-MA), que envolveu toda a Coordenação de Inteligência com o objetivo de realizar ações preventivas e repressivas aos crimes e infrações ambientais na Amazônia Legal; a Operação Ágata, coordenada pelo Ministério da Defesa, envolvendo pessoal e material tecnológico do Censipam, além de participar do planejamento de missões da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG-PR) em ações para garantir a desintrusão de Terras Indígenas, isto é, assegurar a efetivação plena dos direitos territoriais.

Também foram realizados trabalhos de apoio à Polícia Rodoviária Federal, à Fundação Nacional do Índio (Funai) e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Em 2014, o Censipam continuará

a apoiar, com seu material tecnológico e pessoal, os órgãos governamentais em suas operações de combate aos ilícitos; e a incentivar e participar de ações conjuntas, produzindo relatórios que subsidiam a preparação e execução de operações dentro da sua área de atuação.

Quantidade alcançada

709

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	300	unidade	709	31/12/2013

- **Executar o imageamento de 160.000 Km² em áreas de não floresta.**

Análise Situacional da Meta

Foi realizado até 2013, o imageamento de 6.262km² de área de não floresta. A principal dificuldade para a execução da meta do quadriênio foi a baixa disponibilidade de horas de voo no primeiro ano do PPA 2012-15, dado que a aeronave da Força Aérea Brasileira responsável pelo imageamento voltou a operar apenas no início de 2013, após atualização tecnológica.

Fatores climáticos também interferiram negativamente no segundo semestre de 2013, dado que a Região Amazônica esteve constantemente nublada e o sensor de imageamento utilizado é óptico.

Quantidade alcançada

6.262

Data de Referência

31/12/2013

- **Executar o imageamento de 571.046 Km² em áreas de floresta.**

Análise Situacional da Meta

O imageamento de áreas de floresta, no âmbito do Projeto Cartografia da Amazônia, foi repactado para ter início em 2015 e sua formalização será consignada no Aditivo ao Acordo de Cooperação com o Comando da Aeronáutica, previsto para ser assinado até abril de 2014.

O motivo do atraso na execução desta meta foi a ausência de definição sobre o custo associado.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Implementar 80 telecentros nos municípios da Amazônia Legal (Programa Sipam Cidades)**

Análise Situacional da Meta

Até 2013, foram concluídos e ativados 23 telecentros dos 53 instalados parcialmente até 2012. O Censipam cumpriu importantes fases do projeto, com a instalação e a ativação de 23 antenas de comunicação via satélite VSAT nos municípios de Mato Grosso e Roraima. Entretanto, o completo cumprimento da meta nos municípios previstos depende da instalação de mobiliários, equipamentos e conexão ao programa Gesac.

Para 2014, há previsão de implementação de 24 telecentros pelo Censipam.

Quantidade alcançada

23

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	80	unidade	23	31/12/2013



• **Monitorar 6 milhões de Km² no Programa de Áreas Especiais (ProAE)**

Análise Situacional da Meta

O Censipam executou o monitoramento de 3.145.949 km² de áreas especiais em 2013.

O aumento expressivo da área monitorada em relação a 2012, em que o total de área monitorada foi de 483.254 km², reflete a ampliação significativa da capacidade do sistema na geração de dados estratégicos para o combate a atividades ilegais na Amazônia, por meio da utilização de sensores aerotransportados e orbitais.

Quantidade alcançada

3.145.949

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	6.000.000	km²	3.145.949	31/12/2013

• **Monitorar mensalmente o desmatamento em 470.000 Km² de glebas públicas federais na Amazônia Legal (Programa Terra Legal)**

Análise Situacional da Meta

Esta meta deverá ser executada por meio de um Acordo de Cooperação Técnica a ser assinado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Atualmente, o Censipam está realizando o monitoramento das glebas públicas rurais federais em conjunto com o programa de monitoramento de áreas especiais, que constitui a meta: Monitorar seis milhões de Km² no Programa de Monitoramento de Áreas Especiais (ProAE).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

• **Processar 4.924 Modelos Digitais de Superfície (MDS).**

Análise Situacional da Meta

Essa meta foi criada em 2013 para substituir a de “Processar 1.478 modelos digitais de superfície (MDS)” removida em 2012 e que contava com 369 modelos processados. Até 2013, foram processadas cumulativamente 1.177 modelos.

Para o próximo exercício, está prevista a elaboração de mais 1.024 modelos.

Quantidade alcançada

1.177

Data de Referência

31/12/2013

• **Processar 4.924 ortoimagens obtidas por Radar de Abertura Sintética (SAR).**

Análise Situacional da Meta

Essa meta foi criada em 2013 para substituir a de “Processar 1.478 ortoimagens obtidas por Radar de Abertura Sintética (SAR)” removida em 2012 e que contava com 94 ortoimagens editadas. Até 2013, foram processadas cumulativamente 1.066 dessas ortoimagens.

Já para 2014, está prevista o processamento de mais 1.024 ortoimagens.

Quantidade alcançada

1.066

Data de Referência

31/12/2013

• **Processar 6.354 Modelos Digitais do Terreno (MDT).**

Análise Situacional da Meta

Essa foi criada em 2013 para substituir a de “Processar 1.478 modelos digitais do terreno (MDT)” removida em 2012 e que contava com 369 modelos processados. Até 2013, foram processadas cumulativamente 1.115 desses modelos. Para o próximo exercício está prevista a elaboração de 1.024 modelos.

Quantidade alcançada

1.115

Data de Referência

31/12/2013

• Produzir 189 cartas geológicas.**Análise Situacional da Meta**

Essa meta foi criada em 2013 para substituir a de “Produzir 70 cartas geológicas” removida em 2012 e que contava com 14 cartas produzidas. Desta forma, até 2013, foram processadas cumulativamente 42 cartas.

Vale ressaltar que essa meta teve sua execução comprometida em razão do esforço do Censipam para atuar em consonância com o Governo Federal na redução do gasto fiscal.

Quantidade alcançada

42

Data de Referência

31/12/2013

• Produzir 82 cartas aerogeofísicas.**Análise Situacional da Meta**

Essa meta foi criada em 2013 para substituir a de “Produzir 433 cartas aerogeofísicas” removida em 2012 e que contava com 13 cartas produzidas. Até 2013, foram processadas cumulativamente 41 cartas.

Quantidade alcançada

41

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0534 - Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Os principais Exercícios e Operações realizados em 2013, que contribuíram para a ampliação da capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, foram a Operação Ágata 7, a Operação de Adestramento Conjunto Laçador 2013, o Exercício Felino 2013 e o Exercício de Simulação de Combate Azuver.

A Operação Ágata sete contou com o envolvimento de cerca de 34.000 integrantes, entre representantes das Forças Armadas, órgãos de segurança pública, agências governamentais e universitários. Essa operação foi conduzida no período de 18 de maio a 05 de junho de 2013, cobrindo toda a faixa de fronteira brasileira (cerca de 17.000 km).

A Operação de Adestramento Conjunto Laçador 2013 foi realizada no período de 16 a 27 de setembro de 2013, na região que abrangeu os Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e parte do Oceano Atlântico. Essa Operação contou com a presença de cerca de 8.000 militares das três Forças Armadas.

O Exercício Felino foi realizado no Brasil, na região de Itaoca-ES, sob a coordenação da Marinha do Brasil (MB), no período de 16 a 27 de setembro de 2013 e teve como finalidade exercitar uma Força-Tarefa Conjunta e Combinada no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), no sentido de incrementar a interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados Membros e o treinamento para o emprego das mesmas em operações de paz e ajuda



humanitária.

O Exercício Azuver foi realizado em duas fases distintas. A primeira fase aconteceu no período de 07 a 18 de outubro e a segunda entre 04 a 14 de novembro de 2013. Esse Exercício contou com a presença de cerca de 500 Oficiais- Alunos do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores das três Forças Armadas, com o propósito de dar continuidade à integração desses Oficiais no planejamento de operações conjuntas.

Cabe destacar, como outra contribuição para o incremento do grau de interoperabilidade entre as Forças Armadas, a reforma e a aquisição de equipamentos do Laboratório do Sistema Tático de Enlace de Dados (Sisted) no Instituto de Estudos Avançados em São José dos Campos – SP.

Além disso, o Ministério da Defesa mantém relevante participação no Conselho de Defesa Sulamericano (CDS) com o intuito de tratar acordos para cooperação em ajuda humanitária internacional, em especial quanto aos países do subcontinente Sulamericano e também do Grupo de Trabalho Interministerial para Assistência Humanitária Internacional (GTI-AHI), ambos coordenados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Metas 2012-2015

- **Apoiar o aprestamento de uma brigada, para atuar em missões de paz e ações humanitárias**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foi efetuado o preparo e envio de dois Batalhões de Infantaria de Força de Paz, um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais e uma Companhia de Engenharia de Força de Paz, que constituíram o 17º e 18º Contingente Brasileiro no Haiti para comporem o Componente Militar da Missão de Estabilização das Nações Unidas para o Haiti (Minustah).

Entre os fatores que contribuíram para a execução está o apoio logístico da Força Aérea Brasileira e da Marinha do Brasil que permitiram o suporte adequado ao contingente brasileiro. Ainda em 2013, foi preparado o 19º Contingente brasileiro que atuará no Haiti. De igual forma, ocorreu a desmobilização dos 17º Contingente, haja vista a duração da missão ser de seis meses.

Esta meta se constitui em um resultado relevante e uma contribuição do Ministério da Defesa à sociedade, via política externa brasileira e a participação de tropas brasileiras na Minustah. Também pode-se considerar uma entrega à sociedade brasileira o aumento do preparo das tropas profissionais para emprego em operações subsidiárias de garantia de lei e da ordem.

Esta Meta é correlata à meta "Preparar força de valor correspondente a uma brigada para atuar em missões de paz ou como força expedicionária, fora do território nacional", presente no Objetivo 0542.

- **Atingir o percentual de 16% na implantação do Sistema Tático de Enlace de Dados (SISTED)**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, a meta de implantação do Sisted evoluiu de 1% para 10%, por meio das seguintes atividades implementadas: reuniões de projeto para revisão, conclusão e aprovação da Arquitetura do Sistema; capacitação de pessoal para a continuidade do projeto como off Set do projeto LINK BR2; reforma e aquisição de equipamentos do Laboratório do Sisted-FAB no Instituto de Estudos Avançados em São José dos Campos - SP; e reforma do Laboratório do Sisted-EB no Centro de Desenvolvimento de Sistemas, em Brasília-DF, além de aquisição de equipamentos para o seu funcionamento.

O objetivo parcial da meta para 2013 era atingir o percentual de 12%, no entanto, isso não foi possível devido aos vários vínculos dos serviços contratados para a reforma dos laboratórios, que estão sendo realizados por etapas. Dessa forma, alguns serviços foram programados para 2014.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

31/12/2013

• Atingir o percentual de 39% na implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS)**Análise Situacional da Meta**

Em 2013, a meta de implantação do Siscomis evoluiu de 3% para 28%, por meio das seguintes atividades implementadas: aquisição de terminais satelitais, de equipamentos e de ativos de TI, bem como, a contratação de acessos à internet por meio da Telebrás, que efetuou o comodato de um link institucional destinado exclusivamente às atividades de comando e controle nas operações conjuntas das Forças Armadas, ampliando a rede operacional de defesa.

Quantidade alcançada

28

Data de Referência

31/12/2013

• Atingir o percentual de 80% na implantação do centro de operações conjuntas**Análise Situacional da Meta**

Em 2013, a meta de implantação do Centro de Operações Conjuntas evoluiu de 2% para 55% por meio das seguintes atividades implementadas: desenvolvimento de ferramentas para os Centros de Comando e Controle do MD e dos Comandos Operacionais (Sistema de Planejamento Operacional Militar - Siplom), estabelecimento de enlaces dos centros de comando e controle à rede operacional de defesa, aquisição de equipamentos para aperfeiçoamento dos centros de comando e controle e implantação da Arquitetura Orientada a Serviços nos sistemas de comando e controle.

Quantidade alcançada

55

Data de Referência

31/12/2013

• Realizar 62 operações de presença na faixa de fronteira**Análise Situacional da Meta**

Dentre as Operações de presença na faixa de fronteira realizadas ao longo do 1º semestre de 2013, destaca-se a Operação ÁGATA 7, que contou com a participação de cerca de 34.000 integrantes, entre representantes das Forças Armadas, Órgãos de Segurança Pública, Agências Governamentais e universitários.

Esta Operação foi conduzida no período de 18 de maio a 05 de junho de 2013, cobrindo toda a faixa de fronteira brasileira (17.000 km), observando o contido no Plano Estratégico de Fronteiras (Decreto nº 7.496, 08.06.2011), com os seguintes objetivos principais:

- Coibir os delitos transfronteiriços e ambientais, em cooperação com os Órgãos de Segurança Pública e Agências Governamentais;
- Intensificar a presença militar na Faixa de Fronteira;
- Reforçar junto à população regional o sentimento de nacionalismo e de defesa da Pátria; e
- Contribuir para a ambientação das tropas às condições existentes nas áreas de responsabilidade de seus Comandos.

Semelhante ao ocorrido ao longo do ano de 2012, quando foram realizadas as Operações Ágata 4, 5 e 6, a Operação Ágata 7 representou três Operações em uma única, sendo dividida em três grandes áreas: regiões Norte, Centro-Oeste e Sul. Além disso, para sua consecução foram realizados três Planejamentos Operacionais e três Planejamentos Táticos distintos. Ao final, foi realizada uma única Análise Pós-Ação (APA) englobando as três grandes áreas da Operação Ágata 7. Esses eventos totalizaram dez metas físicas realizadas.

Ainda no primeiro semestre de 2013, foram realizados os Planejamentos Estratégicos CORAL e ÔNIX, totalizando mais duas metas. Considerando as 26 de 2012, até 2013 foram realizadas 38 operações de presença na faixa de fronteira.

Quantidade alcançada

38

**Data de Referência**

31/12/2013

• Realizar cinco exercícios de simulação de combate**Análise Situacional da Meta**

Os principais exercícios de simulação de combate previstos para o ano de 2013 foram realizados na Operação Azuver, que aconteceu ao longo do 2º semestre de 2013 em duas fases distintas. A primeira fase compreendeu o período de 07 a 18 de outubro e a segunda de 04 a 14 de novembro de 2013, totalizando dois exercícios de combate em 2013.

Esses exercícios contaram com a presença de cerca de 350 Oficiais-Alunos do curso de Estado-Maior para oficiais superiores das três Forças, sob orientação doutrinária do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA)/MD, com o propósito de dar continuidade à integração desses Oficiais no planejamento de operações conjuntas.

Considerando o Exercício Azuver, realizado em 2012, foram realizados três exercícios de simulação de combate.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2013

• Realizar oito operações conjuntas, a título de adestramento, com as Forças Armadas**Análise Situacional da Meta**

A principal Operação Conjunta realizada em 2013 foi a Operação de Adestramento Conjunto Laçador 2013, realizada no período de 16 a 27 de setembro de 2013, na região que abrangeu os Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e parte do Oceano Atlântico. Essa Operação contou com a presença de cerca de 8.000 militares das três Forças e teve os seguintes objetivos principais:

- adestrar o Estado-Maior Conjunto do Comando do Teatro de Operações em operações conjuntas;
- empregar a doutrina de Operações Conjuntas, particularmente o Processo de Planejamento Conjunto (PPC), no intuito de aperfeiçoá-lo;
- adestrar os diversos Comandos e respectivas tropas em ações críticas de combate, de apoio ao combate ou de apoio logístico, singulares ou conjuntas;
- adestrar os diversos Sistemas Operacionais, de modo a promover a capacidade de interoperabilidade das Forças Armadas;
- realizar ações de Comunicação Social dentro do contexto da Operação; e
- realizar ações cívico sociais (ACISO) e intensificar a presença do Estado Brasileiro, particularmente das Forças Armadas, na região da operação.

Para a consecução da Operação Laçador foram realizadas três reuniões de planejamento do adestramento e a revisão de seu planejamento operacional, todas essas metas ao longo do segundo semestre de 2013 que, juntamente com a própria Operação, totalizaram cinco metas físicas realizadas.

Em 2012 foram realizadas as Operações Amazônia e Atlântico III, totalizando sete operações até 2013, já se aproximando da meta prevista para 2015.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2013

• Realizar quatro operações multinacionais com as Forças Armadas estrangeiras**Análise Situacional da Meta**

A principal Operação multinacional prevista para 2013 foi o Exercício da Série Felino que foi realizado no Brasil, na região de Itaoca-ES, sob a coordenação da Marinha do Brasil (MB), no período de 16 a 27 de setembro de 2013. Em 2012, essa Operação, que é um exercício militar combinado entre as Forças Armadas dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), deveria ter sido realizado em Cabo Verde (África). Por questões conjunturais

econômicas e financeiras de Cabo Verde, o exercício planejado sofreu alteração de país-sede, não sendo realizado naquele ano.

Esse exercício tem como finalidade exercitar uma Força-Tarefa Conjunta e Combinada no sentido de incrementar a interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados Membros da CPLP e o treinamento para o emprego das mesmas em operações de paz e ajuda humanitária.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

30/06/2013

OBJETIVO: 0542 - Elevar a capacidade operacional do Exército, para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Com base no seu Sistema Planejamento, o Exército deu continuidade no aperfeiçoamento das estruturas do sistema logístico operacional, capacitando e adestrando seu pessoal, com a finalidade de elevar a sua capacidade operacional. Em 2013, foram realizadas a formação e capacitação de recursos humanos para o atendimento de cargos e funções do Exército; o desenvolvimento da educação preparatória e assistencial durante a formação de novos oficiais e sargentos; a preservação do patrimônio histórico e cultural da Força; o fomento em pesquisas nas áreas de educação nas escolas de formação (Academia Militar das Agulhas Negras/Resende-RJ e no Instituto Militar de Engenharia/Rio de Janeiro-RJ), de aperfeiçoamento de Oficiais (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais/Rio de Janeiro-RJ), de Pós-graduação, Mestrado e Doutorado (na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército-RJ) e de capacitação física dos militares (no Centro de Capacitação Física do Exército/Rio de Janeiro-RJ); o desenvolvimento dos desportos; o fomento nas áreas de doutrina e pessoal; e o cumprimento das fases de instrução previstas para o ano de 2013, formando e qualificando os militares incorporados em março, conforme planejamento do Comando de Operações Terrestres, garantindo, assim, a capacidade de prontidão do Exército.

Ainda em 2013, foram criados dois grupamentos logísticos, sendo o 3º Grupamento Logístico em Porto Alegre-RS e o 9º Grupamento Logístico em Campo Grande-MS, bem como, foram definidos os locais de implantação e criados os Batalhões de Polícia do Exército em Manaus-AM e no Rio de Janeiro-RJ.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a prontidão da Força Terrestre, por meio da instrução e adestramento das organizações militares, a fim de empregar tropas de valor batalhão para atender até três crises simultâneas.**

Análise Situacional da Meta

A ampliação do estado de prontidão da Força Terrestre ocorreu por meio do cumprimento do planejamento anual de instrução, referente aos soldados incorporados no início de 2013 para prestar o serviço militar e ao efetivo profissional militar. Foram concluídos os períodos de instrução individual básica e o de instrução I individual de qualificação, além do Curso de Capacitação Técnica e Tática de Oficiais e Sargentos de todas as organizações militares operacionais do Brasil, tudo visando o alcance da meta de emprego de tropas em até três crises simultâneas.

A capacitação logística da tropa é obtida durante a formação e qualificação dos soldados na prestação do serviço militar obrigatório e no adestramento logístico, por meio das instruções destinadas ao efetivo profissional (oficiais e sargentos) para exercício das suas funções (em especial as atividades de suprimento, manutenção, saúde e transporte) em operações.

Ainda como realização de 2013, no nível internacional, o Exército manteve dois Batalhões e uma Companhia de Engenharia, com efetivo total de cerca de três mil militares, empregados na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah). Além disso, durante o ano, um efetivo de igual valor foi preparado para substituir a tropa



atualmente empregada a partir do 2º semestre de 2013, naquele País.

Durante o 2º semestre de 2013, visando ampliar a prontidão da Força, foram realizadas instruções e exercícios no terreno para o adestramento níveis Pelotão (cerca de 40 militares), Companhia (cerca de 120 militares), Batalhões (cerca de 800 militares) e Brigada (cerca de 2.600 militares). Foram ainda realizados exercícios conjuntos com as demais Forças Armadas; exercícios de Defesa Externa; além de Operações de Intensificação da Presença na Faixa de Fronteira e de Garantia da Lei e da Ordem. Esses adestramentos possibilitaram o desenvolvimento da doutrina militar, o aperfeiçoamento da organização das tropas e a utilização de materiais de emprego militar recém adquiridos pelo Exército.

- **Estruturar a logística militar terrestre, por meio da criação de dois grupamentos logísticos e da adequação das unidades logísticas existentes.**

Análise Situacional da Meta

A criação de dois grupamentos logísticos no Exército busca separar os ramos administrativo e logístico. Com essa meta alcançada, as regiões militares, localizadas em todo o País, estarão em melhores condições para focalizar a dimensão humana do Exército no amplo espectro de funções desempenhadas.

As realizações de 2013 foram o início da implantação do Núcleo do 9º Grupamento Logístico (Campo Grande-MS); e o início da experimentação da doutrina de emprego do 3º Grupamento Logístico (Porto Alegre-RS).

Os estudos doutrinários realizados verificaram a estrutura logística adequada a ser implantada nas demais regiões do País, avaliando-se as melhores condições de atendimento dos conceitos de "organização por tarefa" e "modularidade". A expectativa para 2014 é o prosseguimento dos trabalhos de implantação e de experimentação dos grupamentos logísticos.

- **Incrementar a qualidade da formação e capacitação do pessoal, por meio do aprimoramento da estrutura de educação, cultura e instrução técnica militar.**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2013, com a finalidade de melhorar as condições de ensino e a capacitação do pessoal, foram realizadas a elaboração de projetos e a execução de diversas obras de adequação em escolas de formação, aperfeiçoamento e especialização do Exército. Pode-se citar a Escola de Sargentos das Armas (EsSA), em Três Corações-MG; a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende-RJ; a Escola Preparatória de Cadetes do Exército, em Campinas-SP; o Centro de Capacitação Física do Exército, no Rio de Janeiro-RJ; o Centro de Instrução da Aviação do Exército, em Taubaté-SP; e o Centro de Instrução de Blindados, em Santa Maria-RS.

O Exército Brasileiro (EB) prosseguiu investindo na educação, cultura e instrução técnica militar, tanto daqueles que ingressam na carreira das armas como no seu efetivo profissional. Além dos cursos de formação nas Escolas de formação (EsSA, AMAN, Escola de Saúde do Exército e Escola de Formação Complementar do Exército), de especialização, de aperfeiçoamento e de altos estudos militares, o EB aprimorou a educação militar com a criação dos cursos de operador de sistemas táticos de comando e controle; de operação da viatura blindada Guarani para Oficiais e Sargentos; de manutenção do sistema de armas da viatura blindada Guarani; de manutenção de chassi da viatura blindada Guarani para Sargentos; de logística e reembolso em operações de paz para Oficiais, Subtenentes e Sargentos; de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear para Oficiais do Serviço de Saúde; e de atualização em Defesa Química, Radiológica e Nuclear para Oficiais e Sargentos. Foram também aperfeiçoados os cursos de operação da viatura blindada especial de engenharia Leopard; de operação da viatura blindada lançadora de Pontes Leopard; de Operações Psicológicas; Avançado de Inteligência para Subtenentes e Sargentos; Básico e Intermediário de Inteligência para Oficiais; Inteligência de Imagem para Sargentos; Inteligência Militar para Oficiais; Básico de Proteção Radiológica para Oficiais; Avançado de Proteção Radiológica para Oficiais; de Meteorologia Balística; e de Identificação Datiloscópica para Sargentos. Foram também normatizados os Cursos de Defesa Química, Biológica e Nuclear para Oficiais e Sargentos e o de Precursor Paraquedista para Oficiais e Sargentos.

Ao todo, foram realizados, durante o ano de 2013, cursos e estágios gerais para 13.546 militares em estabelecimentos de ensino do Exército Brasileiro; para 133 militares em estabelecimentos de ensino civis nacionais, para 650 militares

em outras Forças; e para 508 militares em Nações amigas.

- **Manter a capacidade de prontidão da Força Terrestre**

Análise Situacional da Meta

A capacidade de prontidão da Força Terrestre se dá através da condição de ser empregada, em caso de necessidade, com rapidez, eficiência e eficácia.

A meta estipulada para 2013 foi atingida por intermédio das seguintes ações: Capacitação do contingente incorporado em 2013 para exercer as funções militares dentro das Organizações; Realização dos exercícios previstos nos Períodos de Adestramento Básico e de Adestramento Avançado para Frações (pelotões) e Subunidades (Companhias) conforme os Cadernos de Instrução adotados e de acordo com o Contrato de Objetivos Estratégicos-2013 do Comando de Operações Terrestres; Realização dos exercícios militares de imitação do combate, visando o preparo para a defesa externa e a garantia da lei e da ordem.

Outras ações de capacitação foram a participação do Exército Brasileiro em diversas operações (atividades de emprego), o que aumentou consideravelmente os recursos à disposição da Força Terrestre e, consequentemente, seu estado de prontidão. Tais ações foram as Operações Ágata, Fronteira Sul, Laçador, apoio logístico à Operação Humaitá, Desintrusão da Terra Indígena Awa Guajá, apoio ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), apoio ao Programa Mais Médicos, assim como a participação do Exército em exercício de adestramento conjunto das Forças Armadas, sob coordenação do Ministério da Defesa (MD).

A expectativa para 2014 é manter a prontidão da Força Terrestre, dando continuidade na execução dos exercícios de adestramento em conjunto com o MD e com as Forças Militares de Nações Amigas, bem como nas aquisições de produtos de defesa.

- **Preparar força de valor correspondente a uma brigada para atuar em missões de paz ou como força expedicionária, fora do território nacional.**

Análise Situacional da Meta

Para o cumprimento da Meta, o Exército iniciou, durante o ano 2013, o planejamento de criação de uma Força Expedicionária que seja capaz de atuar fora do território brasileiro, por solicitação de Organismo Internacional, em ações de imposição de paz.

Destaca-se que o Exército já mantém em constante preparação, a cada semestre, uma Força de valor Batalhão de Infantaria e uma Companhia de Engenharia, enquanto que uma tropa de mesmo valor é empregada em missão de manutenção da paz no Haiti. Além disso, o Exército mantém militares cumprindo missões de paz, de caráter individual, em dez países.

- **Preparar os Batalhões de Polícia do Exército e Companhias de Guarda para emprego em eventos de grande vulto - Priorizado o Batalhão de Manaus/AM**

Análise Situacional da Meta

A preparação dos Batalhões de Polícia do Exército e as Companhias de Guarda para emprego em eventos de vulto consiste em formar, qualificar e adestrar os recursos humanos e adequar as infraestruturas físicas dos quartéis para possibilitar melhores condições para o preparo e emprego desses militares.

As principais realizações ano de 2013 foram à conclusão dos períodos básicos e de qualificação individual dos Soldados; a elaboração de projetos das obras de construção e adequação para a implantação do 6º Batalhão de Polícia do Exército (6º BPE), em Salvador-BA; do 7º Batalhão de Polícia do Exército (7º BPE), em Manaus-AM e do 3º Batalhão de Polícia do Exército (3º BPE), no Rio de Janeiro-RJ.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2013



Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	15	% de execução física	6	31/12/2013

OBJETIVO: 0547 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Estado-Maior das Forças Armadas (EMCFA) tem envidado esforços no sentido de promover a interoperabilidade entre as Forças Armadas no que se refere à logística e à mobilização.

No campo de Mobilização Nacional, em 2013, ocorreu a participação direta de representantes governamentais dos Órgãos Setoriais do Sistema Nacional de Mobilização (Sinamob), bem como do Ministério da Defesa como Órgão Central, em diversas atividades voltadas à formação e ao aperfeiçoamento de quadros capazes de conduzir o preparo e a execução da Mobilização Nacional, além de promover o desenvolvimento da doutrina em vigor, cujas atividades concorrem para o fortalecimento do atual Sistema.

Assim, a participação direta de representantes de órgãos governamentais na capacitação de vinte e oito alunos no Curso de Logística e Mobilização Nacional, ministrado pela Escola Superior de Guerra, permitiu apoiar a preparação de civis e militares para atuar nos níveis gerenciais executivos da logística e da mobilização nacionais e do assessoramento aos órgãos responsáveis pelo Sinamob.

No campo da Logística Militar, o desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização da Defesa surgiu com propósito de desenvolver capacidades logística e de mobilização, e para alcançar a eficiência nos sistemas nacionais de logísticas e mobilização.

Desde 2011, o EMCFA tem buscado soluções para implantar um Sistema que integre informações logísticas recebidas das Forças Armadas e de outras organizações de interesse em proveito da logística de defesa com os seguintes objetivos básicos:

- otimizar recursos materiais, financeiros e de pessoal e incrementar o nível de integração das Forças Armadas e
- reforçar o nível de integração.

Neste sentido, o EMCFA tem realizado seminários, palestras, simpósios com o objetivo de compartilhar temas, boas práticas e atividades das Forças, para que se compartilhe o conhecimento obtido e se permita melhorar continuamente a interoperabilidade entre as Forças e o Ministério da Defesa.

Metas 2012-2015

• Alistar 7.198.400 pessoas para o Serviço Militar Obrigatório

Análise Situacional da Meta

A meta de alistar 7.198.400 pessoas em quatro anos, para o Serviço Militar Obrigatório, corresponde, em média, a alistar 1.799.600 pessoas a cada ano.

A meta prevista de 1.700.000 pessoas alistadas em 2013 foi ultrapassada, alcançando-se no mês de dezembro de 2013 o total de 2.113.126 pessoas alistadas, atingindo percentual de 24,30% acima da meta anual.

A quantidade acumulada nos dois primeiros anos do PPA (2012/2013) perfaz o total de 4.259.357 pessoas alistadas, correspondendo a 59,17% da meta prevista para os quatro anos.

Da análise exposta e mantida a tendência, estima-se que a meta seja ultrapassada na vigência do PPA.

Quantidade alcançada

4.259.357

Data de Referência

31/12/2103

• Concluir a implantação da estrutura de preparo e emprego da mobilização militar, em 2014**Análise Situacional da Meta**

A implantação da estrutura de preparo e emprego da mobilização militar é constituída de: i) atualização e elaboração do amparo legal, ii) capacitação de recursos humanos e iii) desenvolvimento de software de apoio, o Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização (SIGLMD).

No que diz respeito à atualização e amparo do Marco Legal, foi revisado o Manual de Mobilização Militar em 2013 e há previsão de concluir a atualização do Marco Legal em 2014, com a elaboração da Diretriz Setorial de Mobilização Militar e revisão da Política e Doutrina de Mobilização Militar.

A capacitação de recursos humanos foi realizada por meio de palestras nos cursos de altos estudos das Escolas Militares, bem como no Curso de Logística e Mobilização Nacional da Escola Superior de Guerra. Já a capacitação para o Sistema de Empresas de Interesse da Defesa Nacional (SISEIDN) foi postergada, em face possibilidade de substituição futura desse sistema pelo SIGLMD.

O Software de apoio, o SIGLMD, está sendo desenvolvido pelo Centro de Análise de Sistemas Navais (Casnav), com previsão de conclusão da 1ª versão em dezembro de 2014.

• Implantar 24% do sistema nacional de mobilização**Análise Situacional da Meta**

A meta estabelecia para 2013, foi de 4%.

Em 2013, diante dos valores autorizados na Lei Orçamentária Anual 2013, a meta física foi revista, o que permitiu implantar 2% do Sistema Nacional de Mobilização, atingindo, portanto, parcialmente a meta prevista.

Esse Sistema consiste em um conjunto de órgãos que atuam de modo ordenado e integrado, a fim de planejar e realizar todas as fases de mobilização e desmobilização nacionais, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 11.631/07.

Nesse sentido, foi dado seguimento à formação e o aperfeiçoamento de pessoas e equipes capazes de conduzir o Sistema nas missões de preparo e execução da Mobilização Nacional, consoante inciso III, do art. 6º do Decreto 7.294/10. Este esforço incluiu incentivos para que pessoas dos setores público e privado, atores da sociedade brasileira passem a atuar no tema mobilização.

Destacam-se com atividades relacionadas a essa meta a participação pioneira de representantes dos órgãos governamentais integrantes do Sinamob como alunos do Curso de Logística e Mobilização Nacional, ministrado pela Escola Superior de Guerra, com o propósito de preparar civis e oficiais superiores das Forças Armadas e Forças Auxiliares para atuar nos níveis gerenciais executivos da logística e da mobilização nacionais e de assessoramento aos órgãos responsáveis pelo Sinamob.

Em 2013, também foi concluído o planejamento para a implantação do Estágio de Mobilização Nacional, previsto para 2014, em Brasília/DF. Esse estágio é voltado para a capacitação de recursos humanos que guarnecerão os futuros núcleos de mobilização de cada ministério lotados em Brasília. A expectativa deste estágio é trazer uma economia de recursos, na medida em que as atividades ocorrerão nesta Capital.

Da mesma forma, foi planejado e executado um intercâmbio de mobilização nacional com o Ministério de Defesa da França, ocasião na qual foram realizados estudos de campo acerca da estrutura, da forma da atuação e da articulação da logística francesa em proveito das ações de mobilização nacional, incluindo o planejamento e a execução da mobilização de pessoal.

Conhecer a sinergia francesa diante dos departamentos governamentais e a sua preparação e a organização diante das ações de mobilização insere-se na busca de referenciais comparativos, visando enriquecer com novos subsídios este processo de implantação, que compreende as experiências de como cada país trata o tema mobilização nacional.

O Órgão Central do Sinamob participou, também, de reunião com o Babcock International Group, na Inglaterra, a fim de conhecer uma experiência de Parcerias Público-privadas (PPP) voltada às atividades-fim do Setor de Defesa, em particular as ligadas às funções logísticas de engenharia, manutenção, recursos humanos, salvamento, saúde, suprimento e transporte e nas áreas de interesse de gerenciamento de bases aéreas e navais; submarinos e navios de guerra; manutenção de equipamentos e viaturas (transporte, blindadas e mecanizadas); simuladores de voo; e sistemas



terrestres.

Para elaborar e manter a Doutrina Básica de Mobilização Nacional dentro do escopo de implantação do Sinamob, ocorreu a participação de integrantes do Órgão Central do Sinamob na revisão do planejamento da Operação Conjunta SUL, sob a coordenação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, com o propósito de orientar e supervisionar as atividades de mobilização nacional.

Ainda, no contexto do Sinamob, existe o Sistema de Empresas de Interesse da Defesa Nacional (SISEIDN) que tem por objetivo permitir o gerenciamento do cadastro de Empresas de Interesse da Defesa Nacional de modo a possuir os dados necessários para a tomada de decisão e que possam ser utilizadas pelo esforço da Mobilização Nacional, particularmente no que se refere à utilização de recursos em complemento às carências logísticas das Forças Armadas que envolva uma Hipótese de Emprego.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

27/01/2014

• **Implantar 70% do Sistema de Informações Gerenciais de Logísticas de Defesa (SIGLD)**

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (SIGLMD), cujo desenvolvimento foi iniciado em 2011, é o componente software do Sistema de Logística de Defesa (SISLOGD), do Sistema de Mobilização Militar (Siscomil) e do Sistema de Mobilização Nacional (Sinamob), herdando as características, premissas e definições desses Sistemas.

O SIGLMD proporcionará as ferramentas por meio das quais as informações de apoio à logística de defesa, mobilização militar e mobilização nacional serão geradas, coletadas, monitoradas, armazenadas, processadas, fundidas, disseminadas, apresentadas, protegidas e descartadas.

No primeiro semestre de 2013, o módulo de serviços logísticos foi concluído e instalado para testes. Prossegue o desenvolvimento dos demais módulos que contemplam o atendimento das funções logísticas e dos complementos específicos para as mobilizações. Esse módulo compreende as funções logísticas de transporte, suprimento e manutenção e, de acordo com a metodologia adotada pelo desenvolvedor do sistema (pontos por função), corresponde a 50% dos 70% totais.

Prossegue também o desenvolvimento dos demais módulos que contemplam o atendimento das outras funções logísticas e complementos específicos para as mobilizações (módulos de treinamento logístico e mobilização), que representam os 20% finais. Os 30% que integralizarão os 100% do sistema como um todo compreendem o módulo de interoperabilidade entre os sistemas das Forças singulares (Marinha, Exército e Aeronáutica) e o SIGLMD, e será iniciado a partir de 2015.

Quantidade alcançada

35

Data de Referência

31/12/2013

• **Implantar o sistema de empresas de interesse da defesa nacional**

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Empresas de Interesse da Defesa Nacional tem por objetivo permitir o gerenciamento do cadastro de Empresas de Interesse da Defesa Nacional, contendo os dados necessários para a tomada de decisão no esforço da Mobilização Nacional, particularmente no que se refere à utilização de recursos em complemento às carências logísticas das Forças Armadas que envolva uma Hipótese de Emprego. O Sistema está implantado e a meta foi atingida.

• **Implantar o Sistema de Tecnologia e Inovação Militar (SisTIM)**

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Tecnologia e Inovação Militar define-se como um conjunto de pessoal, instalações, equipamentos, doutrinas, procedimentos e informações e sua implantação está em andamento com foco, principalmente, no processo de elaboração do Manual para Identificação de Soluções Tecnológicas em Operações Conjuntas.

As ações do SisTIM, no momento, se referem à atuação como agente catalisador e meio interno de divulgação de informações sobre tecnologia e inovação militar de interesse da logística de defesa, no âmbito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

As atividades relativas ao tema Tecnologia e Inovação Militar deverão ganhar um maior peso, haja vista a motivação identificada junto às operações conjuntas.

• Integrar o Sistema de Empresas de Interesse da Defesa Nacional com o Sistema Georreferenciado da Presidência da República e com o Catálogo Brasileiro de Itens e Empresas (CATBR)**Análise Situacional da Meta**

A integração definida nesta meta não foi realizada em função do desenvolvimento do SIGLMD, que suprirá a necessidade.

• Realizar 12 exercícios de mobilização para a defesa nacional**Análise Situacional da Meta**

A meta física “realizar 12 Exercícios de Mobilização para a Defesa Nacional”, contida na sistemática do PPA 2012-2015-Plano Mais Brasil, consiste em realizar três Exercícios de Mobilização a cada ano.

Em 2013, os valores autorizados na Lei Orçamentária Anual permitiram realizar um Exercício de Mobilização Nacional, atingindo, parcialmente, a meta prevista.

Participaram no Exercício de Mobilização Nacional representantes do órgão central e dos órgãos governamentais integrantes do Sistema Nacional de Mobilização (Sinamob).

Este Exercício contemplou, em uma primeira fase, a presença dos representantes Sinamob na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, na Brigada de Infantaria Paraquedista, sediada na Vila Militar – ambas no Rio de Janeiro, RJ, e na Força de Submarinos, localizada na Ilha de Mocanguê Grande, em Niterói, RJ, para estudar o planejamento da mobilização com meios existentes e passíveis de mobilização e conhecer o processo de funcionamento operacional de organizações militares das Forças Armadas.

Em fase subsequente, os representantes do Sinamob acompanharam as atividades logísticas interagências desenvolvidas na Operação Ágata 7, em Campo Grande/MS; e na última fase, participaram das atividades de mobilização e desmobilização na Operação Conjunta Laçador, em Porto Alegre/RS e na Guarnição Militar de Santa Maria/RS.

Desse modo, a realização do Exercício de Mobilização Nacional propiciou condições para a expressiva participação dos membros dos órgãos governamentais integrantes do Sistema nas operações conjuntas das Forças Armadas, aperfeiçoando recursos humanos capazes de conduzir as atividades de preparo e execução da Mobilização Nacional. Com o propósito de internalizar as ações sob a responsabilidade do Sinamob, representantes do Órgão Central e do Subsistema Setorial de Mobilização Militar também participaram dos planejamentos estratégicos, operacionais e táticos conduzido pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nas localidades de Manaus/AM, Salvador/BA e Porto Alegre/RS.

Foram realizadas palestras em escolas militares, tais como, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica, Escola de Guerra Naval, Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, todas localizadas na cidade do Rio de Janeiro, RJ, a fim de qualificar quadros para atuar nas atividades de mobilização.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

16/12/2013

• Realizar, a cada biênio, pelo menos um exercício logístico sobre o emprego das Forças Armadas em casos de

**desastres****Análise Situacional da Meta**

Em 2013, foram alocados militares para os Centros de Coordenação de Logística e Mobilização das Operações Ágata e Laçador, a fim de se qualificarem e estarem aptos a realizar estudos e planejamento de operações desta natureza.

Não foram realizados exercícios logísticos específicos sobre desastres.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0552 - Promover o desenvolvimento e a capacitação científico-tecnológica e de inovação do Exército, visando à ampliação da capacidade operacional terrestre para a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Segundo o planejamento do Exército Brasileiro, o objetivo será alcançado por um conjunto de Iniciativas relacionadas à: implantação e modernização dos sistemas de comunicações, de guerra eletrônica e de comando e controle; e a pesquisa e desenvolvimento de sistemas, equipamentos e materiais destinados ao uso civil e militar.

Em 2013, iniciou-se a concretização da ampliação e criação de novas competências tecnológicas e de negócios, cujas atividades serão continuadas e ampliadas em 2014.

Nesse período, as principais realizações foram:

- a conclusão da 1ª fase do projeto e a implantação, no Centro de Instrução de Guerra Eletrônica, de um Simulador de Operações Cibernéticas, desenvolvido por empresa nacional, capaz de produzir ativos virtuais de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e cenários de ataque e defesa cibernética;
- a contratação da empresa nacional Geocontrol para a execução do Projeto "Computador Tático Robustecido", destinado a equipar os novos blindados produzidos pelo Projeto Guarani e, na implementação da ampliação da família de produtos de TIC, a produção de "tablets" e outros produtos que serão utilizados pelo combatente individual e também pelos comandantes dos diversos escalões de combate; e
- a aquisição de equipamento de radiocomunicações nacional "TPP 1400", produzido pela Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica, pertencente ao conglomerado da Indústria de Material Bélico (Imbel), destinado a equipar o combatente individual. O TPP 1400 opera na faixa de UHF ("Ultra High Frequency") e permitirá obter importante capacidade operacional, apoiada em tecnologia nacional e de produção autônoma.

No prosseguimento do processo de transformação do Exército, a aquisição, implantação e operação de Sistemas de Radiocomunicações Digitais Troncalizados nas seis cidades-sede da Copa das Confederações propiciou a obtenção da capacidade operacional de consciência situacional compartilhada, o que viabiliza o acompanhamento das ações de segurança e de manutenção da lei e da ordem, assegurando a execução com alto nível de interoperabilidade e integração em um ambiente crítico de operações interagências em todo território nacional.

Outras realizações ocorridas no ano de 2013 foram a implantação e modernização dos sistemas de comunicações, de guerra eletrônica e de comando e controle; as melhorias na governança da Tecnologia da Informação e Comunicações; a aprovação da Concepção Estratégica da Tecnologia da Informação; a elaboração do Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação; a regulamentação do ciclo de vida dos softwares; a centralização da gestão dos sistemas táticos no Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército e, dos sistemas estratégicos no Centro Integrado de Telemática do Exército; a aquisição de equipamentos de comunicações de acordo com o planejamento para reaparelhar as unidades do Exército Brasileiro.

Além disso, foram elaborados projetos para adequação dos Arsenais de Guerra para a produção, nacionalização,

aperfeiçoamento, modernização e recuperação de Produtos de Defesa (Prode); iniciados os trabalhos de levantamento topográfico na área onde será instalado o futuro Polo de Ciência e Tecnologia do Exército, no bairro de Guaratiba, Rio de Janeiro-RJ; adquiridos equipamentos de comunicações e guerra eletrônica; e desenvolvidos projetos pelo Centro Tecnológico do Exército que impulsionaram a Base Industrial de Defesa (BID), permitindo a aquisição de Prode com tecnologia nacional.

Na área de formação e capacitação científico-tecnológica do Exército foram realizadas a formação de 51 engenheiros (sendo 45 militares e seis civis), 69 mestres e nove doutores nas mais diversas áreas de Engenharia; houve melhora da avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para os cursos de pós-graduação de Engenharia Elétrica e de Materiais; continuou-se o desenvolvimento de pesquisas com órgãos de fomento, tais como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a CAPES; foi mantida a participação dos alunos em programas de intercâmbio no exterior na Academia Militar de West Point, na ParisTech Institute des Sciences et Technologies e, por intermédio do programa governamental Ciência Sem Fronteiras (iniciativa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC)), em universidades nos E.U.A., Canadá, Irlanda, Alemanha, Coreia do Sul, França, Reino Unido e Austrália. Ainda, destaca-se a realização no 2º semestre de 2013 de concurso para a contratação de novos docentes, o que resultará na reposição parcial de professores civis que se aposentaram.

Foram também acompanhados e instruídos 29 Processos de Pedido de Depósito de Patente junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), sendo um deles requerido em 2013 e dois a serem requeridos em 2014.

Em 2014, será dado prosseguimento aos programas de graduação e pós-graduação no Instituto Militar de Engenharia; ao estabelecimento de novas parcerias com outras empresas e instituições de ensino e pesquisa; ao processo de implantação do Polo de Ciência e Tecnologia de Guaratiba (PCTEG); ao incremento da quantidade e do portfólio de produtos de Defesa (PRODE Prode) fabricados pelo Exército e das atividades de avaliação de PRODE Prode; às atividades de cartografia, mapeamento e demarcação de áreas pelo Exército; e à continuidade do reaparelhamento das unidades do Exército Brasileiro.

São beneficiados órgãos municipais, estaduais e federais, que podem contar com melhor assessoramento do Exército no contexto da guerra eletrônica; comunidades que passam a dispor de um apoio das unidades do Exército com meios de comunicações mais efetivos; a comunidade científica brasileira; a indústria nacional de defesa e a sociedade como um todo, por poder dispor de mais engenheiros com alta qualificação técnica.

A atuação nesse objetivo tem impactos em outras políticas públicas, dado que a adequação e otimização da infraestrutura de instalações do Exército contribuiu para incentivar a indústria nacional de defesa, gerando empregos e renda, indo ao encontro de outras políticas do Governo Federal de buscar aumento do número de postos de trabalho e o desenvolvimento da indústria nacional.

Metas 2012-2015

- **Adequar os arsenais de guerra para a produção, nacionalização, aperfeiçoamento, modernização e recuperação de produtos de defesa (PRODE).**

Análise Situacional da Meta

Os Arsenais de Guerra do Rio de Janeiro, de São Paulo e General Câmara são três organizações militares subordinadas à Diretoria de Fabricação, integrante do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército. Todos têm como missão realizar a fabricação e a manutenção Produtos de Defesa de interesse do Exército.

A adequação dos Arsenais de Guerra do Exército para produção, nacionalização, aperfeiçoamento, modernização e recuperação de Produtos de Defesa (Prode) tem por finalidade elevar a capacidade produtiva e manter a qualificação técnica do pessoal militar pertencente a essa estrutura.

As principais realizações em 2013 foram a execução de investimento em máquinas, equipamentos e instalações dos Arsenais de Guerra, voltados para fabricação de Prode, visando reduzir a defasagem tecnológica existente.

Como resultado dessas entregas, obteve-se o aprimoramento da capacidade nacional no campo da ciência e tecnologia,



principalmente pela capacitação de engenheiros; e pelo aprimoramento da capacidade operacional das unidades do Exército, destacando a melhora dos índices relacionados à prontidão para atender as prioridades do planejamento anual de emprego e as demandas emergenciais do Estado e da sociedade.

- **Ampliar a capacidade de formação de Engenheiros militares nas áreas de Construções Horizontais e Verticais, Eletricidade, Eletrônica e Meio Ambiente de 15 vagas para 20 vagas.**

Análise Situacional da Meta

A meta tem o intuito de ampliar a capacidade de formação de Engenheiros Militares nas áreas de interesse para atender as demandas do Exército Brasileiro nas áreas de construção, eletrônica e meio ambiente.

O Instituto Militar de Engenharia (IME), localizado no Rio de Janeiro-RJ, é o estabelecimento de ensino do Exército responsável pela formação dos oficiais engenheiros militares. O IME tem condições de ampliar a capacidade de formação de Engenheiros Militares nas áreas de Construções Horizontais e Verticais (curso de Fortificação e Construção), Eletricidade, Eletrônica e Meio Ambiente de 15 para 20 vagas. Há expectativa de alcance da meta até o final do Plano Plurianual (PPA)

Em 2013, não houve ampliação das 15 vagas já ofertadas no início do Plano.

A expectativa para 2014 é que o Estado-Maior do Exército redefina a distribuição de vagas pelas diversas especialidades para que esta meta seja atingida e, até mesmo, ultrapassada.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2013

- **Desenvolver 30% do sistema de comando e controle do Exército**

Análise Situacional da Meta

A condução das atividades militares envolve a necessidade de tomada de decisões, de transmitir ordens e de acompanhar a execução das determinações, formando um circuito praticamente fechado de atividades no qual a informação e a decisão necessitam estar próximas para resultarem em uma boa solução da situação problema militar. Desta forma, a informação se constitui na matéria-prima do processo e as comunicações e os computadores são as ferramentas necessárias à implementação do Sistema de Comando e Controle, o qual tem por finalidade integrar todos os órgãos ligados à tomada de decisão.

O "Comando" tem por objetivo o cumprimento da decisão, já o "Controle" tem por objetivo a eficácia do "Comando", ou seja, do cumprimento da decisão. Assim, o exercício do Comando e Controle ocorre por meio de um complexo sistema, envolvendo recursos humanos, instalações, equipamentos, normas e processos que possibilitam ao Comandante dirigir e controlar suas tropas, tendo em vista o cumprimento da missão que lhe é imposta, em quaisquer circunstâncias, seja na paz ou na guerra, no preparo ou no emprego.

O Exército possui um Sistema de Comando e Controle que lhe permite executar as suas atividades, porém a permanente evolução dos meios de comunicações, a velocidade de mudança nas situações e cenários de emprego, que são cada vez mais complexos e a contínua sofisticação dos meios militares empregados faz com que seja necessário um constante desenvolvimento das capacidades para manter o sistema de informações atualizado.

As principais realizações, em 2013, foram o prosseguimento da implantação dos Sistemas de Comando e Controle nos principais comandos operacionais do Exército; a evolução do Sistema de Gestão Arquivística e Documental do Exército e dos Sistemas Corporativos e Gestão da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações.

Quantidade alcançada

18

Data de Referência

31/12/2013

- **Desenvolver e obter produtos de defesa (PRODE) para sistemas de comando e controle, de armas, de simulação,**

de sensores e de veículos, com ênfase em tecnologias duais, de aplicação militar e civil, contribuindo para o desenvolvimento científico-tecnológico do País.**Análise Situacional da Meta**

O desenvolvimento de Produtos de Defesa (Prode) se dá pela capacidade de pesquisa e de fabricação de novos produtos. Já a obtenção de desses produtos visa adquirir material de emprego militar de interesse da Força. Para isso, o Exército se vale da estrutura do Departamento de Ciência e Tecnologia que orienta o desenvolvimento de Prode.

Na pesquisa e desenvolvimento de sistemas, equipamentos e materiais de uso de defesa e civil, foram executados, no ano de 2013, programas de graduação e pós-graduação no Instituto Militar de Engenharia (IME); desenvolvidos vários projetos pelo Centro Tecnológico do Exército que impulsionaram a Base Industrial de Defesa e, assim, permitiram a aquisição de produtos de defesa com tecnologia nacional e moderna, a um custo competitivo, inclusive fabricados e/ou revitalizados pelos Arsenal de Guerra do Exército; e realizadas atividades de avaliação de Prode, de cartografia, mapeamento e demarcação de áreas pelo Exército.

Durante o ano de 2013, foi expandida e aperfeiçoada a infraestrutura de apoio à pesquisa e o desenvolvimento de Produtos de Defesa; a pesquisa e o desenvolvimento de protótipos de pilhas térmicas de terceira geração; a manutenção e a aquisição de máquinas, equipamentos e instalações do Departamento de Ciência e Tecnologia e de suas organizações militares diretamente subordinadas; e a aquisição de munição para a realização de testes de desenvolvimento de Prode e de insumos para pesquisas nas áreas de Dosimetria Numérica e de Controle de Qualidade em Radiodiagnóstico.

Foi realizada, ainda, a contratação de serviços de modelagem, pesquisa e desenvolvimento (P&D) de software para o Projeto Rádio Definido por Software junto ao Centro de Pesquisas e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD); a contratação de serviços de P&D da Torre Operada Remotamente e Estabilizada para Canhão 30 mm e do Radar de Vigilância Terrestre Sentir M20.

Também foi realizada a avaliação do lote-piloto do Míssil Superfície- Superfície 1.2 Anticarro (MSS 1.2 AC), a continuação da Apreciação do Monóculo de Imagem Térmica OLHAR VDN-X1, a reapresentação do lote-piloto da Arma Leve Anticarro (ALAC) para Avaliação no Centro de Avaliação do Exército, o desenvolvimento das atividades dos projetos "Munição 120 mm Pré-Raiada com Propulsão Adicional".

Além disso, foi realizada a capacitação de integrantes do Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro nas diversas atividades de ensino e de pesquisa, envolvendo operações, visitas a empresas e instituições de ensino, feiras temáticas, congressos e simpósios. Alguns desses produtos de defesa destacam-se por sua aplicação dual (atividades militares e civis), como é caso das pilhas térmicas de terceira geração e do Rádio Definido por Software.

Durante o ano de 2013, foram concluídos os projetos: "Morteiro Médio 81 mm"; "Viatura Blindada de Patrulhamento de Emprego Dual (VBPED)"; "Plataforma de Stewart com seis graus de liberdade", "Simulador de Armas Leves - Módulo Pistola", "Monóculo de Visão Noturna MOVIN X1" e "Centro de Operações Antiaéreas Eletrônico de Seção".

• Implantar 20% do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba-RJ (PCTEG).**Análise Situacional da Meta**

O projeto "Polo de Ciência e Tecnologia", que será instalado em Guaratiba-RJ (PCTEG) será um complexo por meio do qual se pretende integrar naquela região empresas, pesquisa acadêmica e as principais organizações de Ciência e Tecnologia do Exército, com foco na otimização dos processos e na obtenção de tecnologias para poder produzir e desenvolver Produtos de Defesa para o Brasil.

Além do Centro de Avaliação do Exército e do Centro Tecnológico do Exército, que já estão na localidade, o projeto contempla, entre outras medidas, a mudança do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro e do Instituto Militar de Engenharia (IME) para Guaratiba-RJ. Também está previsto a instalação de empresas nas imediações do Polo. O modelo idealizado para esse Polo busca ampliar a sinergia interna nas pesquisas, trabalhar a inovação e intensificar a interação com a Base Industrial de Defesa, com os Centros de Pesquisas e Academias do País.

O objetivo deste projeto está alinhado com o que preconiza a Estratégia Nacional de Defesa de minimizar a dependência externa brasileira na obtenção de produtos de defesa.



As principais realizações no ano de 2013 foram a conclusão do levantamento topográfico no local do futuro Polo de Ciência e Tecnologia; a assinatura da Diretriz do Programa Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Exército (SCTIEx), que tem foco na inovação; a aprovação do Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica e das Diretrizes de implantação e iniciação do Projeto PCTEG; a elaboração do projeto básico do "Novo IME"; a elaboração da documentação para a viabilizar Parceria Público Privada; e a ativação dos núcleos da Agência de Gestão da Inovação (AGI), do Centro de Desenvolvimento Industrial (CDI) e da Base Administrativa do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba.

A inovação que se pretende obter como o novo SCTIEx é aquela que dará vantagem operacional, tática e estratégica ao Exército e que, em consequência, agregará valor à Força Terrestre.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

• Implantar o Instituto Tecnológico do Exército em Campinas

Análise Situacional da Meta

Essa meta foi revisada e desde 2013 substituída por nova meta do PPA: "Implantar 20% do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército, em Guaratiba (PCTEG), Rio de Janeiro- RJ".

OBJETIVO: 0554 - Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2013, procurou-se executar atividades de cooperação internacional inseridas no âmbito do interesse do Ministério da Defesa (MD). Destaca-se a realização de 22 reuniões bilaterais com as Forças Armadas estrangeiras nos dois primeiros anos do plano, o apoio da Marinha do Brasil ao adestramento das Marinhas e Guardas Costeiras de cinco países africanos e o desenvolvimento de ações de cooperação e intercâmbio militar não operacional com organismos internacionais e países inseridos no espectro do interesse militar e da Política Externa Brasileira

Igualmente, é relevante mencionar as iniciativas de cooperação internacional, levadas a cabo ao longo de 2013 e com reflexos para 2014, no sentido de buscar o fortalecimento das relações bilaterais e suprir eventuais carências apresentadas pelas Forças Armadas dos seguintes países amigos: Cabo Verde, Guiana, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Suriname; e Timor Leste.

Com respeito à participação em fóruns internacionais que tratam de temas relacionados à área militar e de defesa, cabe mencionar a participação nas reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a saber: II Reunião do Conselho Consultivo do Centro de Análise Estratégica (CAE), em Moçambique, XXVII Reunião Plenária do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa, em Portugal, V Reunião dos Diretores de Política de Defesa Nacional e XIV Reunião de Ministros da Defesa Nacional, as duas últimas realizadas em Moçambique.

Além disso, cumpre ressaltar a atuação de representantes do Ministério da Defesa (MD) em reuniões técnicas de organismos internacionais, em estreita coordenação com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e com as Representações Permanentes do Brasil em Genebra e em Nova Iorque, no sentido de zelar pelos interesses nacionais, elevar a projeção do País no cenário internacional e apoiar o posicionamento do Governo brasileiro.

No intuito de fortalecer parcerias regionais, cabe destacar as reuniões promovidas pelo Conselho de Defesa Sulamericano ao longo de 2013, destacando-se a VIII Reunião da Instância Executiva, realizada no Peru, e as atividades decorrentes do Plano de Ação 2013.

Por sua vez, merece destaque os esforços para a reativação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas),

com a execução da VII Reunião Ministerial em Montevidéu, em janeiro de 2013, onde o Brasil exerceu um papel relevante em termos de cooperação estratégica na área de defesa. Como resultado desse protagonismo, o MD realizou em Salvador, no período de 15 a 17 de outubro, o I Seminário de Segurança e Vigilância do Tráfego Marítimo e Busca e Salvamento para os Estados Membros da Zopacas, que contou com a participação das delegações de todos os 23 países membros e ofereceu, dentre outros aspectos, a oportunidade de interação e capacitação naquele tema para os seus representantes.

Adicionalmente, o MD tem procurado participar das iniciativas voltadas para a segurança do Golfo da Guiné, destacando-se a presença de representante da Marinha do Brasil na Cúpula sobre a Segurança Marítima no Golfo da Guiné.

Avalia-se que o presente Objetivo foi cumprido a contento em 2013, em função dos arranjos de gestão levados a efeito, tais como, o estabelecimento de prioridades para a realização de reuniões bilaterais no exterior e o incremento da realização de eventos no País. Por sua vez, a ampla participação brasileira na área de defesa vem promovendo o fortalecimento do Estado brasileiro junto aos países sul-americanos.

Metas 2012-2015

• Fortalecer a posição do Brasil no cenário internacional, por intermédio da cooperação na área de Defesa

Análise Situacional da Meta

Em 2013, o Ministério da Defesa buscou contribuir para a projeção do Brasil no cenário internacional, por meio de atividades de cooperação com Forças Armadas estrangeiras, visando a fomentar a confiança mútua com os países em questão. Em particular, as atividades desenvolvidas em 2013 priorizaram a construção de uma identidade sul-americana em matéria de defesa e o fortalecimento do Conselho de Defesa Sul-americano. Ademais, foram iniciadas e/ou implementadas ações com os seguintes países:

- Cabo Verde: doação de uniformes para a Guarda Costeira e encaminhamento, à Casa Civil/PR, de exposição de motivos para a doação de duas aeronaves C-95 Bandeirante;
- Guiana: aquisição de seis botes infláveis, motores de popa de 40 HP, coletes salva-vidas, remos e GPS, por parte do Comando Logístico do Exército Brasileiro (EB), para doação em 2014;
- Moçambique: encaminhamento, à Casa Civil/PR, de exposição de motivos para doação de três aeronaves de treinamento T-27 Tucano, para a Força Aérea daquele país;
- São Tomé e Príncipe: doação de uma Lancha de Apoio ao Ensino e Patrulha, pelo Comando da Marinha do Brasil, com o propósito de contribuir com a Guarda Costeira daquele país nas ações de inspeção naval em sua área de jurisdição;
- Suriname: fornecimento de 5.000 m de tecido camuflado e provimento de peças, além da revitalização de quatro viaturas blindadas sobre rodas (Urutu e Cascavel). A execução de tais serviços foi gerenciada pelo Comando Logístico do EB, com a entrega de dois veículos Urutu revitalizados no dia 20 de junho de 2013, e os dois Cascavel em 31 de outubro de 2013; e
- Timor Leste, país integrante da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: execução da Fase IV da Missão Maubere, que consiste na formação e treinamento, pela Polícia do Exército do EB, de uma Força de Escalão Pelotão da Polícia Militar das Falintil – Forças de Defesa de Timor Leste (F- FDTL).

Na esfera do CDS, destaca-se o protagonismo brasileiro na condução e/ou coordenação dos seguintes trabalhos relacionados ao Plano de Ação 2013, sob a responsabilidade do Brasil:

1. Gestão e monitoramento de áreas especiais (ambiental, de eventos extremos e de ilícitos);
2. Mecanismo de resposta aos desastres naturais;
3. Seminário Sul-americano de Tecnologia Industrial Básica – Segurança e Defesa;
4. Desenho, desenvolvimento e produção regional de um sistema de aeronaves não tripuladas (Vant regional);
5. II Edição do Curso Avançado de Defesa Sul-americano (II CAD-SUL), realizada sob a coordenação brasileira na



Escola Superior de Guerra; e

6. Criação da Escola Sul-americana de Defesa (Esude), com responsabilidade compartilhada entre Brasil, Argentina e Equador.

Além das ações desenvolvidas pelo MD, descritas acima, merece destaque o fato de um representante do Comando da Aeronáutica integrar o Comitê Técnico Assessor e o Escritório de Gerenciamento de Projeto de Desenvolvimento e Produção do Avião Regional de Treinamento Primário-Básico Unasur 1, sediado em Córdoba, Argentina.

• **Realizar 32 reuniões bilaterais com as Forças Armadas estrangeiras**

Análise Situacional da Meta

Em continuidade às dez reuniões já realizadas ao longo de 2012, o Ministério da Defesa (MD) com o intuito de incrementar parcerias e a cooperação na área de defesa, promoveu e/ou participou de 12 reuniões bilaterais com países inseridos no entorno estratégico ou do espectro de interesse do Brasil. Nesse contexto, merece destaque a realização dos seguintes eventos no âmbito desta Meta:

- I Reunião do Comitê Conjunto de Defesa Brasil – África do Sul, realizada em Brasília;
- VII Encontro Bilateral entre Estados-Maiores das Forças Armadas Brasil – Alemanha, realizada na Alemanha;
- III Reunião do Comitê Conjunto de Intercâmbio e Cooperação Brasil – China, realizada na China;
- I Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto Brasil – Equador, realizada no Equador;
- III Reunião de Cooperação Mista Brasil – Espanha, realizada em Brasília;
- VIII Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto Brasil – França, realizada na França;
- III Reunião do Comitê Conjunto de Defesa Brasil – Índia em conjunto com a V Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto (GTC) de Defesa do Fórum de Diálogo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), realizadas na Índia.
- I Reunião do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa Brasil – Namíbia, realizada na Namíbia;
- XVIII Reunião Bilateral de Conversações entre os Estados-Maiores Brasil – Peru, realizada no Brasil;
- IV Reunião de Cooperação Estratégica de Defesa Brasil – Portugal, realizada em Portugal; e
- I Reunião do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa Brasil – Suriname, realizada no Suriname.

Além disso, representantes do MD, visando a contribuir com uma atuação mais relevante do Brasil em questões internacionais, estiveram presentes nas seguintes reuniões de Diálogo Político-Estratégico, em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores:

- III Reunião com o Canadá, realizada em Brasília;
- IV Reunião com a França, realizada em Brasília;
- III Reunião com os Estados Unidos da América, realizada em Brasília; e
- I Reunião com Portugal, realizada em Lisboa.

Adicionalmente, e com o propósito de ampliar a cooperação e identificar possibilidades de desenvolvimento de projetos e de ações conjuntas no setor de defesa, foram realizadas reuniões bilaterais com os seguintes Ministros da Defesa: Angola; Argentina; Cabo Verde; Colômbia, Equador; Eslováquia; Espanha; Libéria; Mauritânia; Moçambique; Namíbia; Reino Unido; Rússia; Sérvia; Turquia; Uruguai; e Venezuela.

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

14/01/2014

OBJETIVO: 0971 - Adequar a infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea Brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Com o advento da Estratégia Nacional de Defesa, que preconiza um ciclo de reaparelhamento da Força Aérea Brasileira, formularam-se estratégias organizacionais nas quais se busca a inserção da organização e de sua missão no ambiente em

que ela está atuando. Estas estratégias estão descritas no Plano Estratégico do Comando da Aeronáutica (Pemaer).

O Pemaer tem por finalidade construir capacidade militar para compor o esforço principal da Defesa Nacional e cuja realização resulta em configurações de forças militares aptas para o emprego. Para tanto, busca-se a modernização administrativa e o aprimoramento gerencial, bem como é necessário adequar a infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea, visando atender os cenários traçados.

Vale ressaltar que todo esse esforço visa a atender os anseios da Sociedade Brasileira, no momento em que os resultados esperados vão propiciar à Força Aérea estar apta a cumprir sua missão constitucional, qual seja, defender a Pátria; garantir os poderes constitucionais; e garantir a lei e a ordem, por iniciativa de qualquer dos poderes constitucionais. No ano de 2013, avalia-se que o presente Objetivo foi cumprido a contento, em função dos arranjos de gestão levados a efeito, tais como ajustes no Plano de Obras com a priorização das obras que estavam em andamento.

Metas 2012-2015

• Construir 530 Próprios Nacionais Residenciais

Análise Situacional da Meta

A meta está relacionada ao remanejamento de Organizações Militares ao longo do Território Nacional, acarretando a necessidade do incremento de Próprios Nacionais Residenciais (PNR) aos militares.

Têm sido priorizadas as localidades com maior carência de residências, para posterior atendimento a outras áreas selecionadas.

Há que se destacar os arranjos de gestão levados a efeito, tais como as priorizações dos recursos para atender as obras em andamento, o foco gerencial em processos eficientes que busquem redução de custos e prazos, bem como a eficácia na gestão orçamentária.

A situação até o final de 2013 é a seguinte:

- 1- Finalizados 108 PNR em 2012, sendo 24 apartamentos na Vila do Aleixo em Manaus-AM, 24 apartamentos em Belém-PA e 60 apartamentos em Natal-RN.
- 2- Finalizados 96 PNR em 2013: 96 apartamentos em Porto Velho-RO.

Quantidade alcançada

204

Data de Referência

15/01/2014

• Construir 5 instalações militares

Análise Situacional da Meta

As construções atendem a demanda de prover infraestrutura necessária ao planejamento de remanejamento de Unidades Militares ao longo do Território Nacional, basicamente fortalecendo a proteção de nossas fronteiras, nossa Amazônia legal e nossas riquezas marítimas.

Em 2012, a meta de construção de cinco instalações militares já tinha sido atingida.

O alcance da meta ainda em 2012 foi fruto dos arranjos de gestão levados a efeito, tais como as priorizações dos recursos para atender as obras em andamento, foco gerencial em processos eficientes que busquem redução de custos e prazos, bem como a eficácia na gestão orçamentária.

Isto posto, ao final do ano de 2013, com esses esforços concentrados, foi possível superar a meta em uma construção/adequação de instalação militar.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2013

• Implantar Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica em Lagoa Santa-MG

**Análise Situacional da Meta**

Em dezembro de 2013, o avanço físico na construção do novo Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR) estava em 55%. O empreendimento será concluído em dezembro de 2014, conforme contrato vigente.

Quantidade alcançada

0,55

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	1	unidade	0,55	31/12/2013

• Implantar novo Centro de Instrução e Adequação da Academia da Força Aérea em Pirassununga - SP**Análise Situacional da Meta**

A meta foi criada no ano de 2012 por meio de emenda parlamentar e até a presente data não recebeu nenhum recurso para ser iniciada.

Vale destacar que a presente meta não está vinculada a nenhum objetivo do Comando da Aeronáutica e, portanto, não está inserida no Planejamento Estratégico da Aeronáutica.

PROGRAMA: 2056 - Política Espacial

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no PNAE (IPSEN)	%	31/12/2010	27,6	20/02/2014	25,9
Número de imagens de satélites distribuídas anualmente	unidade	31/12/2010	397.359	31/12/2013	293.877
Posição no Índice de Competitividade Espacial (SCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	10	02/08/2012	11

Observações:

Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no PNAE (IPSEN) - Dado referente a 2013.

Número de imagens de satélites distribuídas anualmente - A redução ocorreu por dificuldades na atualização do acervo do catálogo de imagens do INPE. Os satélites CBERS (sino-brasileiros) pararam de operar, e o CBERS-3 perdeu-se no lançamento, ao final de 2013. Os satélites Landsat (americanos) pararam sua produção de imagens com a perda do Landsat-5. O Resourcesat-1 (indiano) encerrou suas operações. Embora tanto o Landsat-8 quanto o Resourcesat-2 já estejam operando, entraves jurídicos e administrativos têm dificultado a celebração de novos acordos de cooperação para a disponibilização de suas imagens para o público brasileiro, o que tem levado a um declínio natural do interesse no acervo público hoje disponibilizado, com impacto no indicador.

Posição no Índice de Competitividade Espacial (SCI) - Fonte: <http://spaceref.biz/2012/08/futuron-releases-2012-space-competitiveness-index.html>. Consulta em 15/01/2013.

OBJETIVO: 0397 - Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A conquista da capacidade de acesso ao espaço, de forma autônoma, constitui prioridade estratégica da política espacial.

Nesse sentido, podem ser destacados, como principais realizações de 2013, os esforços e avanços nos trabalhos de preparação do Veículo Lançador de Satélites (VLS) para o voo XVT-01 (VSISNAV), reprogramado para novembro de 2014. No período, foi concluída a fabricação de centenas de itens mecânicos, os ensaios das antenas das Redes Elétricas de Telemedidas, Telecomando e Respondedor Radar do quarto estágio do VSISNAV, o carregamento dos motores propulsores ativos do primeiro e segundo estágios e a continuidade nos desenvolvimentos de todos os sistemas necessários para a conclusão do Mockup de Integração de Redes Elétricas (MIR) e do Protótipo de voo VSISNAV, atingindo 61% do estágio de desenvolvimento físico do projeto.

No desenvolvimento do Veículo Lançador de Microsatélites (VLM-1), houve avanços no desenvolvimento estrutural do envelope motor S50, do carregamento do envelope motor com propelente, da eletrônica de bordo e desenvolvimento de novo propelente.

Importantes avanços foram também obtidos no desenvolvimento do Banco de Controle do Sistema de Reentrada Atmosférica (SARA), com 90% já desenvolvido, estando previsto para o primeiro semestre de 2014 um ensaio de integração desse banco com a plataforma do SARA.

Cabe ser destacado ainda o lançamento com sucesso, em 2013, de três foguetes suborbitais, empregando o VSB-30, para realização de experimentos em ambientes de microgravidade, em cooperação com o Programa Europeu de Microgravidade, bem como o lançamento de cinco foguetes de treinamento, para exercitar as principais funções de comunicação, telemetria, rastreamento e gerenciamento dos procedimentos de segurança e comandos para lançamentos no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), com o propósito



de manter aqueles centros em operação, bem como fomentar indústria no desenvolvimento e fabricação desses foguetes. A meta de certificar empresa nacional para produção do VSB-30 não teve significativa evolução, por estar aguardando a conclusão da contratação de um estudo sobre a viabilidade econômico-comercial de sua comercialização.

Metas 2012-2015

• Lançar 40 foguetes suborbitais e de treinamento

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram lançados 15 foguetes de suborbitais e de treinamento.

Em 2013, ocorreram lançamentos de quatro foguetes suborbitais, para realização de experimentos em ambientes de microgravidade, e de cinco foguetes de treinamento, para exercitar as principais funções de comunicação, telemetria, rastreamento e gerenciamento dos procedimentos de segurança e comandos para lançamentos no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI). No que se refere aos foguetes suborbitais, houve o lançamento de um VSB-30, carga útil Texus 50, em 12/04/2013, no Centro de Lançamento de Esrange (Suécia). Os experimentos foram realizados e a carga útil foi recuperada. Em 28/06/2013, foi lançado com sucesso, do Centro de Lançamento de Andoya - ARR (Noruega), o foguete VS-30 V09, com a carga útil WADIS 1, atingindo apogeu de 115 km e alcance de 63 km. O desempenho do motor S30 foi nominal e o voo perfeito, incluindo a recuperação da carga útil no mar. Em 15/07/2013, ocorreu o voo e a recuperação com sucesso da carga útil MAPHEUS 4 no veículo VS-30, lançado de Esrange (Suécia). Em 18/09/2013, durante a Operação Scramspace, realizada em Andoya (Noruega), ocorreu uma falha no 1º estágio do veículo VS-30/Orion, o que levou ao não cumprimento da missão e ao “recall” de todos os motores S30.

Em relação aos foguetes de treinamento, o CLBI realizou o lançamento de um Foguete de Treinamento Básico (FTB) e de um Foguete de Treinamento Intermediário (FTI), enquanto que o CLA realizou o lançamento de dois FTB e um FTI.

Somados aos 15 lançamentos realizados em 2012 (VS-40, VSB-30, VS-30/IO, FTB, FTI), os nove lançamentos de 2013 perfazem um total de 24 lançamentos realizados desde o início do PPA, garantindo mais de 60% de execução até 2013. Com a liberação do voo dos motores S30, não haverá dificuldades de atingir a meta definida.

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

31/12/2013

• Obter a licença ambiental de operação (LO) para o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) até 2014

Análise Situacional da Meta

A Agência Espacial Brasileira (AEB) submeteu ao IBAMA, no primeiro semestre de 2013, os estudos e planos básicos ambientais necessários para obtenção da Licença de Instalação (LI) relativa às obras e edificações complementares do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Por exigência de estudos complementares, o IBAMA concedeu, em 02/08/2013, uma licença de instalação parcial (LI nº 956/2013), relativa às seguintes obras e edificações complementares do CLA: aeródromo, estradas (via interna), vila residencial Tapereí, sistema de coleta de resíduos sólidos, setor de preparação e lançamento, setor de comando e controle, centro esportivo e social, e canteiro de obras principal.

Espera-se que em 2014 o IBAMA conceda a licença de instalação para as obras e edificações remanescentes e não contempladas na LI nº 956/2013, quais sejam: hotel e centro de conveniências, portaria principal e guarda avançada do CLA, atracadouro, centro comunitário de Alcântara e emissário da estação de tratamento de esgoto da vila residencial. Os estudos complementares para obtenção desta LI estão em andamento e constituem-se em etapas necessárias para a concessão da licença ambiental de operação (LO) do CLA.

• Ter empresa nacional certificada para produção do foguete suborbital VSB-30

Análise Situacional da Meta

A principal dificuldade para o maior avanço da meta foi a falta de mais estudos e informações sobre a viabilidade econômico-comercial do VSB-30, das formas de transferência de tecnologia e da gestão da propriedade intelectual. Somente após esses estudos é que será possível concluir pela exequibilidade ou não do alcance da presente meta. Para superar esta dificuldade, articulações foram feitas no primeiro semestre de 2013 com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) para apoiar e financiar este estudo. Nesse período, foram concluídas as discussões e a elaboração de um Termo de Referência para a contratação do estudo. No segundo semestre, ocorreram tratativas com o Centro para Inovação e Competitividade do Cone Leste Paulista (CECOMPI) para fornecimento de dados do foguete, visando a elaboração de estudos de viabilidade econômica, mas que ainda não foram iniciados. O modelo de transferência de tecnologia, com ou sem exclusividade, ainda está sendo analisado. Em fins de 2013, a ABDI deu início ao processo de licitação para contratação de consultoria especializada e espera-se que os estudos sejam iniciados em 2014.

- **Tornar a Usina de Propelentes Cel. Abner capaz de atender às necessidades de preenchimento dos motores do veículo lançador VLM-1**

Análise Situacional da Meta

Diante do cronograma do projeto do Veículo Lançador de Microsatélites (VLM-1), que previa um tiro em banco em dezembro de 2014 e o seu voo de qualificação em 2015, foram feitos estudos quanto à possibilidade do envolvimento da indústria nacional para atender às necessidades de preenchimento dos motores de veículo lançador VLM-1. Tendo em vista que o voo do VLM-1 foi reprogramado para 2017, novos estudos estão sendo feitos de modo a retomar a concepção original da meta, através da implantação de uma infraestrutura mínima requerida para carregar os motores S50 na Usina Cel. Abner (ponte rolante, revisão de macerador, resistência estrutural de fosso e prédios), que posteriormente será seguida das etapas de cotação e de licitação desses serviços.

- **Veículo XVT-01 (VSISNAV) pronto até o final de 2013 para lançamento tecnológico em 2014**

Análise Situacional da Meta

Ao longo de 2013, foram iniciadas fabricações de mais de duas centenas de itens mecânicos, muitos já estão concluídos e outros em fase final de aceitação. Os componentes eletrônicos que compõem as redes elétricas do veículo estão em processo de qualificação. Foram realizados os ensaios das antenas das Redes Elétricas de Telemedidas, Telecomando e Responder Radar do Quarto Estágio do VSISNAV, na Câmara Anecóica do Laboratório de Integração e Testes (LIT). Esses ensaios foram realizados com o objetivo de verificar o desempenho das antenas diante da solução de metalização do Envelope Motor S44.

Em agosto de 2013 iniciaram-se os carregamentos dos propulsores do VSISNAV. Em dezembro de 2013 foram concluídos todos os propulsores ativos, do primeiro e segundo estágios (cinco propulsores S43, com sete toneladas de propelente cada). Foi concluída a fabricação de vários componentes mecânicos, e elaborados desenhos e reprojeto de 87 itens críticos. Conforme árvore de produto, para cada sistema, a execução física ao final de 2013 foi a seguinte: Primeiro Estágio 63%; Segundo Estágio 60%; Terceiro Estágio 81%; Quarto Estágio 41%; Coifa Principal 68%; Redes Elétricas 36%; e Rede Pirotécnica 63%.

No segundo semestre de 2013 continuaram-se os desenvolvimentos de todos os sistemas para término do Mockup de Integração de Redes Elétricas (MIR) e do Protótipo de voo VSISNAV. Neste período, o estágio físico do projeto chegou a 61%, o que viabiliza sua conclusão até final de 2014, com o lançamento do VSISNAV. As maiores dificuldades estão relacionadas a fatores intrínsecos a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Ao se desenvolver algo novo, entende-se que testes preliminares podem levar à necessidade de aperfeiçoamento ou reprojeto. Atrasos normais neste tipo de desenvolvimento levaram ao replanejamento das Operações Santa Bárbara (MIR) para agosto de 2014, e Santa Bárbara II (VSISNAV) para novembro de 2014.

- **Veículo XVT-02 pronto até o final de 2015 para lançamento em 2016**

**Análise Situacional da Meta**

Atualmente, as atividades de desenvolvimento do veículo XVT-02 estão paralisadas. A continuidade dos projetos e posterior lançamento dos protótipos XVT-02 e V04 dependerá do sucesso da campanha do veículo XVT-01 (VSISNAV), atualmente em desenvolvimento para qualificação. O lançamento somente deve ocorrer após 2016.

• Voo de qualificação do VLM-1 realizado até 2015**Análise Situacional da Meta**

Para atingir essa meta, o projeto Veículo Lançador de Microssatélites (VLM-1) foi dividido em quatro etapas: Desenvolvimento Estrutural do Envelope Motor S50, Desenvolvimento do Carregamento do Envelope Motor com Propelente, Desenvolvimento Preliminar da Eletrônica de Bordo e Desenvolvimento de Novo Propelente.

Em 2013, o Desenvolvimento Estrutural do Envelope Motor S50 teve as seguintes fases concluídas: estudo de viabilidade, projeto térmico do motor, projeto de bobinagem, projeto estrutural do motor por modelo de elementos finitos, revisão crítica de projeto (CDR-2) e desenvolvimento da garganta em Carbono/Carbeto de Silício (C/SiC). Com isso foi realizado o projeto detalhado do envelope motor S50, encerrado com a CDR do S50 ocorrida em novembro de 2013. Sob o ponto de vista de controle e guiamento, foi realizada a nacionalização dos atuadores de controle de tubeira móvel (projeto alemão). Foram realizados ainda dois tiros em banco com motores teste para avaliar a nova proteção térmica interna do motor S50, além de verificar o desgaste das tubeiras. O desenvolvimento do motor está 25% concluído em relação à meta final.

O Desenvolvimento de Novo Propelente e do Carregamento do Envelope Motor com propelente tiveram as seguintes fases concluídas: Estudo Preliminar do Carregamento do Propelente e gestão do Processo, Estudos de Concepção do Procedimento de carregamento dos motores S-50 e do motor prova de conceito e gestão do processo, Revisão de requisitos de sistema (SRR), Definição do Propelente e Desenvolvimento do Liner e definição de métodos de testes, revisão dos resultados e requisitos preliminares. Dessa forma, foi desenvolvido o processo de carregamento do S50 com propelente sólido, tanto no que tange ao aspecto mecânico do mandril de carregamento, quanto à organização do controle da qualidade do carregamento. Ainda em dezembro foi finalizada a versão preliminar do propelente a ser utilizado no VLM, que é uma versão industrializada do propelente do Veículo Lançador de Satélites (VLS), também desenvolvido a partir de agosto. O desenvolvimento do carregamento e do propelente estão 15% concluídos em relação à meta final.

O Desenvolvimento Preliminar da Eletrônica de Bordo teve concluída a fase de revisão preliminar de requisitos. Em junho de 2013, foi enviada uma missão por duas semanas ao Centro Aeroespacial Alemão (DLR) para discussão pormenorizada da eletrônica embarcada no veículo. Em outubro foi realizada uma nova oficina com o DLR sobre dinâmica de voo e atendimento às normas de segurança para lançamento, além de um aprofundamento das discussões sobre a eletrônica de bordo. Esta eletrônica foi objeto de um estudo à parte no segundo semestre com objetivos de absorção de tecnologia, culminando com uma Revisão de Requisitos do Sistema (SRR) em dezembro. O desenvolvimento da Eletrônica de bordo está 17% concluída em relação à meta final.

Em junho/2013 também foram iniciados ensaios preliminares com um modelo aerodinâmico do veículo, em Túnel Transônico Piloto, para análise do comportamento aerodinâmico do veículo em baixos números de Mach. Em outubro foi realizado um novo Workshop com o DLR sobre dinâmica de voo e atendimento às normas de segurança para lançamento, além de um aprofundamento das discussões sobre a eletrônica de bordo.

Os principais obstáculos estão na demora do estabelecimento de contratos para o desenvolvimento dos motores do veículo, tanto no que concerne ao desenvolvimento estrutural dos motores, quanto ao desenvolvimento propulsivo, além do estudo das soluções da eletrônica de bordo.

OBJETIVO: 0398 - Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS).

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A inserção do Brasil no restrito mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites é objetivo estratégico da política espacial. O conjunto das metas do objetivo compreende, por um lado, o compromisso do governo brasileiro de prover a infraestrutura geral necessária para o lançamento de satélites e, por outro lado, o compromisso ucraniano de prover os foguetes de lançamento Cyclone-4. Para a exploração comercial conjunta dos serviços de lançamento, foi constituída a empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), à qual cabe a implantação e manutenção do sítio específico de lançamento do Cyclone-4.

Em 2013, poucos avanços ocorreram no desenvolvimento da infraestrutura relacionada com o sítio de lançamento do Cyclone-4. Com o início das obras e as posteriores revisões dos projetos básicos/executivos e do plano de negócio da ACS, realizados ao longo de 2011 e 2012, foi constatado que o capital de US\$ 497 milhões, aprovado em 2009 para a binacional ACS, seria insuficiente para concluir o projeto. Em fins de 2013 foi aprovada uma suplementação de crédito para aumento do capital da ACS no valor de R\$ 150 milhões.

Metas 2012-2015

• Certificar o foguete Cyclone-4 e realizar voo de qualificação até 2014**Análise Situacional da Meta**

O Cyclone-4 é um veículo de lançamento de três estágios construído com base no foguete Cyclone-3, e utiliza os mesmos dois primeiros estágios deste último. As novas características estão em grande parte concentradas no novo terceiro estágio, que terá uma capacidade três vezes maior de propelente, e uma nova coifa semelhante à utilizada no Ariane 4. No momento, de acordo com informações da ACS (fonte: <http://www.alcantaracyclonespace.com/en/customers/project-status>), cerca de 78% do veículo lançador está fabricado e 73% já testado.

Em 2013, foi planejada e realizada uma reunião com os integrantes do Grupo de Trabalho (GT) da Segurança na Operação do Sistema de Lançamento Espacial Cyclone-4, com a participação dos órgãos envolvidos, com a finalidade de discutir e propor ações relacionadas à obtenção dos Certificados de Segurança do foguete Cyclone-4. A Agência Espacial Estatal Ucraniana (SSAU) não participou da reunião, apesar de fazer parte do grupo e de ter sido convidada. Como resultado dessa reunião foi elaborado um plano de trabalho com um cronograma para o envio dos documentos, por parte da Alcântara Cyclone Space (ACS), necessários para a certificação do Complexo de Lançamento Cyclone-4. Quanto ao Cyclone-4, concluiu-se pela necessidade da elaboração de documento semelhante ao do Complexo de Lançamento Cyclone-4, a ser apresentado dois meses antes da próxima reunião do GT.

A principal dificuldade encontrada para o cumprimento desta meta está relacionada com a demora na obtenção do cronograma de testes do Cyclone-4, bem como de documentos/relatórios dos testes e estudos já realizados. Ressalta-se que a partir do recebimento do cronograma de testes na Ucrânia, poder-se-á programar a participação das equipes de certificação no acompanhamento dos mesmos, a fim de convalidar a aplicação das normas de segurança e a consequente emissão dos certificados pertinentes.

O cumprimento desta meta depende também da conclusão das obras de infraestrutura do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e do Sítio do Cyclone-4, teste e comissionamento dos novos sistemas do sítio do Cyclone-4 e da emissão das licenças diversas e da homologação dos processos de certificação. Também há dependência da conclusão do processo de fabricação do lançador e sua certificação e todas essas atividades encontram-se em andamento. A data da realização do voo de qualificação está atrelada também ao resultado das negociações em curso do contrato da ACS com o consórcio de empresas, contratado para a construção do sítio do Cyclone-4 (contrato 20/ACS/2010). Estima-se realizar o voo de qualificação em 2015, se superados os obstáculos descritos.

• Implantar a infraestrutura geral e específica para o sítio do Cyclone-4 até 2014 (infraestrutura básica e urbanização, infraestrutura de redes e sistemas, interfaces com o CLA, Posto de Comando e prédio de armazenamento temporário de propelente)**Análise Situacional da Meta**

A implantação da infraestrutura geral no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), bem como a específica para o sítio do Cyclone-4, tem como propósito principal construir uma infraestrutura no país capaz de dar suporte aos serviços



de lançamentos comerciais da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), assim como dos lançamentos governamentais previstos no Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE).

A modernização e atualização da infraestrutura do CLA, iniciada em 2001, vem sendo desenvolvida de forma gradual, tendo atingido em fins de 2013 um percentual de execução de 77,45% do total previsto como necessário. Em 2013, foi possível contratar e dar início às construções e obras do Prédio de Depósito de Propulsores, do Prédio de Controle de Preparação, do Posto Médico e da Escola Fundamental. Estas duas últimas obras, quando concluídas, atenderão também à comunidade local, de modo a promover maior harmonia das atividades do Centro com as da população do município de Alcântara. Como parte das compensações ambientais e sociais, foi também concluído o Projeto Executivo do Sistema de Tratamento de Resíduos Sólidos daquele município, que, no entanto, deverá ser revisado e readequado por força da solicitação de readequação do local de implantação feita pela comunidade local de quilombolas.

Foi possível ainda a conclusão em 2013 da reforma das instalações do Pelotão de Combate a Incêndio, dos estudos de requisitos adicionais para segurança de voo a serem incorporados ao Sistema LEADS (Leading Environmental Analysis and Display System) do CLA, bem como do Sistema de Interfonia Operacional (IO) daquele Centro. Continua em andamento o desenvolvimento do Sistema de Monitoramento do Espectro Magnético (SIMO) do CLA, a implantação do seu Sistema Integrado de Tratamento de Dados de Rastreamento (SITDR), a modernização dos subsistemas de servomecanismo, telemetria e codificação angular dos Radares Adour e Atlas, assim como o realinhamento eletrônico e modernização dos Radares Adour e Bearn do CLBI.

Quanto aos itens de infraestrutura de natureza geral, necessários para a operação do Cyclone-4, alguns foram no passado incluídos nos contratos firmados pela ACS e passaram, posteriormente, à responsabilidade da Agência Espacial Brasileira (AEB) pelo seu financiamento, tendo em vista os entendimentos de que os mesmos fazem parte da responsabilidade do governo brasileiro por força do Tratado Brasil-Ucrânia. Dentre eles, podem ser citados o Posto de Comando (CP), o Prédio de Armazenamento Temporário de Propelentes (TSA) e as interfaces do sítio do Cyclone com o CLA.

No que diz respeito ao Posto de Comando (CP), cujo projeto básico e obra foram contratados pela binacional ACS, houve a necessidade de reestudo e alteração do posicionamento da sua localização por motivos de segurança. Caso avancem rapidamente as negociações em curso do contrato da ACS com o consórcio de empresas contratado para a construção do sítio do Cyclone-4 (contrato 20/ACS/2010), estima-se que as obras a serem contratadas, após o término do projeto executivo, estejam concluídas até o início de 2016.

Da mesma forma, o Prédio de Armazenamento Temporário (TSA) de propelente, cujo projeto básico foi concluído em fins de 2012, teve o seu projeto executivo e obras contratados pela binacional ACS e durante o período teve sua construção iniciada (fundações). Também neste caso, espera-se que as obras sejam concluídas até o início de 2016, caso avancem rapidamente as discussões sobre o contrato 20/ACS/2010.

A implantação das interfaces de sistemas do sítio do Cyclone-4 com o do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), da mesma forma que a implantação da infraestrutura de redes e sistemas, depende do andamento e conclusão das obras no CLA e no sítio de lançamento do Cyclone-4, que se encontram atrasadas por conta do pouco avanço nas discussões sobre o contrato 20/ACS/2010. Não houve avanços nesta ação, pois ela está associada diretamente à conclusão de todas as obras civis e de redes e sistemas, tanto no CLA quanto no sítio do Cyclone-4.

• Iniciar as operações comerciais de lançamento de satélites pela ACS em 2015

Análise Situacional da Meta

O cumprimento desta meta depende da conclusão das obras de infraestrutura do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e do Sítio do Cyclone-4, teste e comissionamento dos novos sistemas do sítio do Cyclone-4 e da emissão das licenças diversas e da homologação dos processos de certificação. Também há dependência da aprovação do Acordo de Salvaguardas com os Estados Unidos e a conclusão do processo de fabricação do lançador e sua certificação. Todas essas atividades encontram-se em andamento. Estima-se o início das operações comerciais em 2016.

• Sítio do Cyclone-4 implantado, licenciado e certificado até 2014**Análise Situacional da Meta**

O início da implantação do sítio de lançamento do Cyclone-4 ocorreu, basicamente, em 2008, com a assinatura pela empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS) de dois contratos para desenvolver os primeiros estudos necessários para a obtenção das licenças ambientais junto ao IBAMA, bem como do anteprojeto do sítio de lançamento. Em 2009, sucederam-se cinco novos contratos, para elaboração dos projetos básicos, da documentação e desenvolvimento da maquete elétrica e dos equipamentos tecnológicos, assim como da criação do sítio de lançamento. Em 2010, dois novos contratos foram assinados, quando, além de novos serviços técnicos contratados, foi dado início, de fato, à construção de diversas obras civis, compreendendo o complexo de lançamento (LC), o complexo técnico (TC) e a área de armazenamento temporário de propelentes (Temporary Storage Zone of Container Tanks – TSA), que integram o sítio de lançamento do Cyclone-4. Com o início das obras e as revisões posteriores dos projetos básicos/executivos e do plano de negócio da ACS, realizadas ao longo de 2011 e 2012, foi constatado que o capital de US\$ 497 milhões, aprovado em 2009 para a binacional ACS, seria insuficiente para concluir todas as obras necessárias do sítio do Cyclone-4.

No ano de 2013, o Governo capitalizou a ACS em R\$ 50 milhões, correspondentes ao montante autorizado na LOA 2013. Além do valor previsto na LOA 2013, o Governo, em dezembro de 2013, autorizou a suplementação do capital da ACS em mais R\$ 150 milhões, por meio da Lei nº 12.911/13. Estima-se que esta meta possa ser atingida no início de 2016, o que possibilitará o voo de qualificação do Cyclone-4, para o mesmo período.

Com vistas a obter o Certificado do Projeto do Complexo de Lançamento, a ACS submeteu à Agência Espacial Brasileira (AEB), em 2013, o documento "Space Launch System Cyclone-4", contendo uma descrição do Projeto de Complexo Terrestre do Cyclone-4, documento este encaminhado à apreciação do Instituto de Fomento Industrial (IFI), credenciado pela AEB como Organismo de Certificação Espacial (OCE). Este documento, no entanto, estava incompleto, sendo necessária a apresentação de informações complementares.

Foi realizada também uma reunião com os integrantes do Grupo de Trabalho da Segurança na Operação do Sistema de Lançamento Espacial Cyclone-4 com o propósito de avançar as discussões e propor ações relacionadas com a obtenção dos Certificados de Segurança do Sítio do Cyclone-4. A Agência Espacial Estatal Ucrâniana (SSAU) não participou, infelizmente, da reunião, apesar de fazer parte do grupo e de ter sido convidada.

Um dos resultados das discussões foi a elaboração de um plano de trabalho com um cronograma para o envio dos documentos, por parte da ACS, necessários para a certificação do Complexo de Lançamento Cyclone-4. No momento, a AEB está aguardando o envio dos documentos acordados na reunião para dar prosseguimento às atividades de certificação.

As principais dificuldades encontradas para o cumprimento desta meta devem-se à complexidade de certificação do sítio do Cyclone-4, tendo em vista as características únicas e inerentes ao foguete Cyclone-4 e sua operação e, em relação ao Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), às complexidades envolvidas na regularização das obras.

Com relação à previsão de realizações para 2014, planeja-se a revisão dos documentos submetidos pela ACS, pelo Grupo de Trabalho, bem como sua implementação; e a contratação pela ACS de estudo e serviços de análise e gerenciamento de risco do complexo terrestre do Cyclone-4 e a regularização da Licença de Operação (LO) do CLA.

OBJETIVO: 0399 - Desenvolver e consolidar competências e capital humano para a sustentabilidade do programa.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O desenvolvimento e a consolidação de novas competências são de fundamental importância para a sustentabilidade do programa espacial no seu médio e longo prazos. Nesse contexto, destaca-se a conclusão das negociações e discussões com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para a montagem de um programa de



300 bolsas do Ciência sem Fronteiras voltadas para o setor espacial. Como decorrência, foi estruturado na Agência Espacial Brasileira (AEB) portal do Programa Ciência Sem Fronteiras Espacial e elaborado memorando de entendimentos com agências internacionais, tais como Russian Federal Space Agency (Roskosmos), Agência de Exploração Aeroespacial do Japão (Jaxa), European Space Agency (ESA), China Centre for Resources Satellite Data and Application (Cresda) e National Aeronautics and Space Administration (Nasa), que atuarão como parceiros/facilitadores na implementação do programa. O início da etapa de formalização das candidaturas ocorreu no segundo semestre de 2013 e a implementação, propriamente dita, das propostas de bolsas aprovadas deverá ocorrer em 2014, após processo seletivo estabelecido pelo CNPq.

Dentro do contexto do presente objetivo, devem ser destacados também os esforços do programa AEB-Escola na formação dos futuros talentos da área espacial, mediante ações de capacitação de professores e de divulgação científica voltadas para as instituições de ensino superior, médio e fundamental, buscando despertar nos estudantes a criatividade e o interesse por ciência e tecnologia e pelo programa espacial, objetivando o desenvolvimento de novas vocações para área espacial. Além de inúmeros eventos promovidos, relacionados à divulgação da área espacial em todos os níveis de ensino, como olimpíadas e competições de foguetes experimentais e satélites educacionais, foi possível também, no período de 2012 a 2013, capacitar mais de 800 professores de ensino fundamental e médio, incluindo escolas técnicas, nas diversas áreas de interesse do programa espacial.

Metas 2012-2015

• Capacitar 1000 professores de ensino fundamental e médio, incluindo escolas técnicas, nas áreas de interesse do programa

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram realizadas duas edições da “ESCOLA DO ESPAÇO”, o curso de capacitação do Programa AEB Escola, direcionadas para os professores das redes de ensino municipal, estadual e federal. A seleção dos professores foi realizada pelas instituições parceiras, tais como secretarias estaduais ou municipais de educação, universidades estaduais e federais e institutos federais. No mês de junho de 2012 ocorreu a II ESCLBI, no Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), na cidade de Natal/RN, onde foram capacitados 116 professores locais. No mês de setembro, foi realizada a III ES–Cuiabá/MT, em que participaram 85 docentes. Já em novembro de 2012, foi realizada a VII Jornada Espacial, na cidade de São José dos Campos/SP. Este evento diferencia-se da Escola do Espaço, uma vez que seus participantes são selecionados a partir do resultado das Olimpíadas Brasileiras de Astronomia e Astronáutica (OBA), e os alunos que se classificam nas 50 primeiras colocações são convidados a participarem, juntamente com seus respectivos professores coordenadores da olimpíada em suas escolas, de uma semana de atividades inteiramente voltadas para as ciências espaciais. No ano de 2012, a Jornada contou com a participação de 48 professores e 57 alunos. Assim, no ano de 2012 como um todo, foram capacitados ao todo 249 professores.

Em 2013, de acordo com o planejado, foram realizadas três edições da “ESCOLA DO ESPAÇO”, tendo sido a primeira no mês de março na cidade de Natal/RN, no CLBI, a IV Escola do Espaço–CLBI, onde 70 professores participaram deste curso. Em abril deste mesmo ano, ocorreu a V Escola do Espaço–Cuiabá/MT, na qual 67 docentes foram capacitados. E, no mês de agosto, no CLA, foi realizada a VI Escola do Espaço onde foram capacitados 88 professores. Ainda em 2013, ocorreram dois cursos para Capacitação de Monitores, sendo o primeiro na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, o qual contou com 20 participantes. O segundo, realizado no mês de outubro na cidade de Brasília/DF, teve um total de 28 participantes.

Excepcionalmente no ano de 2013, foram realizadas duas edições da Jornada Espacial. Desde sua concepção, este evento foi realizado somente na cidade de São José dos Campos/SP, e em 2013, com a finalidade de atingir maior número de participantes e oferecer oportunidade de alunos e professores conhecerem a realidade de um centro de lançamento de foguetes, a segunda Jornada foi realizada no CLBI. A primeira, ocorrida no mês de novembro e realizada na cidade de São José dos Campos/SP, capacitou 40 professores e contou com a participação de 56 alunos. Já a segunda, contou com a participação 35 professores e 40 alunos.

Deste modo, no total, 300 professores foram capacitados em 2013.

Quantidade alcançada

549

Data de Referência

31/12/2013

• **Capacitar 100 especialistas nas áreas de interesse do programa**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2013 foram capacitados 128 bolsistas nas áreas de interesse do programa espacial, tendo sido:

- 75 especialistas, por meio do Edital AEB/MCTI/CNPq nº 33/2010 que tem como objetivo apoiar projetos que visem contribuir significativamente para a formação, fixação, capacitação de recursos humanos e agregação de especialistas, que contribuam para o ensino e execução dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológicos, associados aos projetos estratégicos do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE);
- 11 especialistas das instituições Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e Agência Espacial Brasileira (AEB), que participaram do seminário intitulado “Seminar on Space Industrial Development” oferecido pela empresa estatal ucraniana Yuzhnoye com o objetivo de atualização na área técnica. O seminário teve apoio financeiro da AEB. No referido seminário, participaram profissionais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA);
- Dois especialistas em propulsão química de baixo empuxo do INPE de Cachoeira Paulista;
- 40 especialistas do projeto ITASAT, que tem como objetivo a fabricação, integração, testes e operação de microsatélite com aplicações tecnológicas.

Consideram-se como projetos de interesse do programa aqueles relacionados diretamente com o desenvolvimento de veículos lançadores, satélites e seus equipamentos e sistemas de solo e operação e controle de centros de lançamento. Graças à suplementação dos recursos no Edital AEB/MCTI/CNPq nº 33/2010 foi possível alcançar um número maior do que o previsto na meta.

Quantidade alcançada

128

Data de Referência

31/12/2013

• **Estruturar os conteúdos programáticos e a metodologia para cursos de especialização e mestrado em Educação Espacial, em parceria com o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB/MEC/CAPEs)**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2013 foi submetida à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) uma proposta de estruturação do curso de especialização. A CAPES, em resposta, solicitou a reformulação da proposta apresentada em um curso de mestrado profissional, visto a maior agregação de valor de um programa stricto sensu (mestrado profissionalizante) em relação a um de lato sensu (especialização).

No segundo semestre de 2013, iniciou-se o projeto de criação de um Centro Vocacional Tecnológico Espacial (CVT-Espacial). Este centro será materializado em 2014, sendo o primeiro no município de Alcântara/MA. Com este CVT-Espacial operacionalizado, serão redefinidas as disciplinas e o nível de qualificação mais adequado às premissas da Universidade Aberta do Brasil (UAB). A partir dessas redefinições poderá ser reformulada a proposta do curso de mestrado profissional e encaminhada novamente a CAPES.

• **Implementar 300 bolsas do Programa Ciência sem Fronteiras, nas áreas de interesse do PNAE, em articulação com instituições e agências espaciais estrangeiras e outros programas nacionais**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2013, foram concluídas as negociações e discussões com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para a montagem de um programa de 300 bolsas do Ciência sem

Fronteiras voltadas para o setor espacial. Foi estruturado portal do Programa Ciência sem Fronteiras Espacial e elaborado memorando de entendimentos com agências internacionais: Russian Federal Space Agency (Roskosmos), Agência de Exploração Aeroespacial do Japão (Jaxa), European Space Agency (ESA), China Centre for Resources Satellite Data and Application (Cresda), National Aeronautics and Space Administration (Nasa), entre outras. No segundo semestre de 2013, para as modalidades de bolsa Graduação Sanduíche (SWG), Atração de Jovem Talento (BJT) e Pesquisador Visitante Especial (PVE), a Agência Espacial Brasileira (AEB), após análise interna, enviou cartas de recomendação para melhor instruir os processos seletivos. Na modalidade SWG, foram recebidas, em 2013, 98 manifestações de interesse junto à AEB, dentre as quais foram encaminhadas 80 cartas de recomendação e 18 cartas de não recomendação. A AEB iniciará o recebimento de novas manifestações de interesse para o processo seletivo do CNPq de 2014. Nas modalidades BJT e PVE foram enviadas cerca de 10 cartas recomendando os candidatos, dentre as quais a AEB ainda aguarda informação do CNPq a respeito do número de bolsas implementadas. Nas modalidades de bolsa Doutorado Sanduíche (SWE), Doutorado Pleno (GDE) e Pós-Doutorado no Exterior (PDE), cabe à AEB selecionar os candidatos, implementar e acompanhar as bolsas. Ainda está sendo elaborado o processo de seleção que será realizado para implementação dessas bolsas, porém a AEB tem recebido algumas manifestações de interesse em fluxo contínuo, não tendo ainda contabilizado o total de manifestações recebidas. Atualmente o portal do Programa Ciência sem Fronteiras Espacial está sendo reestruturado para tornar as informações mais claras, objetivas e precisas. Espera-se que nos anos de 2014 e 2015 o processo de seleção das bolsas a serem implementadas pela AEB esteja bem estruturado e que a cota de bolsas do Ciência sem Fronteiras seja preenchida por completo.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar seis eventos anuais relacionados à divulgação da área espacial em todos os níveis de ensino, como olimpíadas e competições de foguetes experimentais e satélites educacionais**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, o Programa AEB Escola apoiou a realização da Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA) no envio das provas pelos Correios para cerca de 8.000 escolas. Neste ano, foi registrada a participação de aproximadamente 800.000 alunos.

Ainda em 2012, o Programa participou da 64ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na parte da SBPC Jovem e da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCT/MCTI). No primeiro evento citado, a SBPC Jovem, realizada na cidade de São Luís/MA, no Campus da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, o Programa participou com estande montado na Escola Técnica vinculada à universidade. Durante a semana do evento, que ocorreu no período de 27 a 28 de julho, foram realizadas várias atividades voltadas para a temática espacial, dentre elas: minicursos nas áreas de foguetes e sensoriamento remoto e astronomia, bem como, oficinas do “Carrinho Foguete”, espectroscópio, construção e lançamento de foguetes de garrafa pet e ainda distribuição de materiais didáticos desenvolvidos pelo Programa AEB Escola. Foi divulgado que o evento geral teve um público próximo de 20.000 visitantes no estande, cerca de 3.000 pessoas visitaram ou desenvolveram alguma atividade.

Em relação à SNCT/MCTI – 2012, ocorrida em Brasília/DF no período de 15 a 21 de outubro de 2012, o Programa AEB Escola participou com atividades similares às desenvolvidas na SBPC Jovem, ou seja, minicursos, oficinas e distribuição de materiais. Neste evento, cerca de 2.500 visitantes marcaram presença no estande e 17.000 pessoas compareceram durante a semana do evento.

Em 2013, o Programa AEB Escola apoiou novamente a realização da OBA com o envio das provas para aproximadamente 8.000 escolas, onde cerca de 800.000 estudantes participaram da Olimpíada fazendo a prova. Em abril de 2013 ocorreu a SBPC Focal, que foi uma reunião especial voltada para a disseminação da ciência, educação e

saúde para a população de Alcântara/MA, em diversas comunidades locais. A SBPC Focal, propiciou a realização de diversas atividades como oficinas, cursos e palestras e, para tanto, convidou o Programa AEB Escola para colaborar na execução de algumas destas atividades, principalmente oficinas e minicursos. No período de 21 a 26 de julho de 2013, foi realizada na cidade de Recife/PE, no Campus da Universidade Federal do Pernambuco, a 65ª Reunião da SBPC. Seguindo a forma de atuação dos anos anteriores, o Programa AEB Escola desenvolveu atividades práticas por meio das oficinas, apresentou minicursos e levou a Sonda Jaci II, que é um robô controlado via WIFI, e a Estação Meteorológica para fazerem parte das atividades de exposição no estande. De acordo com os materiais utilizados e distribuídos, estima-se que aproximadamente 3.500 pessoas tenham visitado o estande; o público geral da SBPC foi de quase 20.000 visitantes.

Já quanto à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, ocorrida entre os dias 21 e 27 de outubro, no Pavilhão de Exposição do Parque da Cidade, em Brasília/DF, o estande foi visitado por aproximadamente 2.000 pessoas e o evento contou com a presença de quase 16.000 pessoas. As atividades no estande foram desempenhadas como nos eventos anteriores, sendo que a atividade principal foi a oficina de construção do carrinho foguete. As exposições de robótica, JACI II e a estação meteorológica foram muito procuradas pelo público em geral.

O Programa AEB Escola também participou da “5ª Feira de Ciências e Tecnologias da Regional de Ensino de Ceilândia”. No estande da agência, estudantes e outros visitantes puderam ter acesso a materiais institucionais.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0555 - Ampliar o domínio das tecnologias críticas para garantir autonomia no desenvolvimento das atividades espaciais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A busca do desenvolvimento e domínio das tecnologias críticas constitui um dos principais desafios do programa. No âmbito das metas deste objetivo, cabe destacar, como uma das principais realizações, os importantes avanços, no âmbito do Comitê Diretor do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), das discussões e definições dos aspectos técnicos, mecanismos e instrumentos que deverão ser utilizados e orientarão a estruturação e implementação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia (PATT). Essas discussões culminaram na elaboração de um Memorando de Entendimento, assinado em dezembro de 2013 entre a AEB e a empresa Thales Alenia Space, que servirá de instrumento legal para garantir a efetiva transferência de tecnologia pela mencionada empresa estrangeira para o Brasil. O PATT somente estará completamente formulado por ocasião da conclusão da fase de Revisão Preliminar do Projeto (PDR) do satélite SGDC, prevista para ocorrer até o final do primeiro semestre de 2014.

As demais metas do objetivo relacionadas com o desenvolvimento tecnológico de produtos/sistemas para aplicação espacial, voltadas para satélites, cargas úteis, veículos lançadores e sistemas de solo, vêm tendo desenvolvimento em ritmo lento e gradual, cabendo apenas destacar que a meta relativa ao desenvolvimento de lubrificantes sólidos a base de carbono tipo diamante (DLC-Diamond Like Carbon) para peças de satélites com qualificação para voo no satélite Amazônia-1 já foi atingida.

No campo de desenvolvimento de plataformas e subsistemas de picossatélites, cabem ser destacados também a conclusão do modelo de voo do NANOSATC-BR1, do Centro Regional Sul de Pesquisa (INPE-CRS), bem como do picossatélite AESP-14, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)/ Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), que deverão ser lançados no primeiro semestre de 2014. Ainda no âmbito do programa Sistema Espacial para Realização de Pesquisa e Experimentos com Nanossatélites (Serpens), está sendo concluído, por um consórcio de universidades brasileiras e estrangeiras, o desenvolvimento de um satélite 3U (satélite miniaturizado, com dimensões 30cm x 10cm x 10cm), com o objetivo de coleta de dados ambientais, a ser lançado no segundo semestre de 2014.

Metas 2012-2015

• Catalisador de hidrazina qualificado para voo**Análise Situacional da Meta**

O catalisador, a ser empregado nos propulsores do satélite Amazônia-1, já havia sido aprovado em testes de qualificação. No entanto, testes com o novo lote de catalisador preparado para o modelo de voo apresentaram desempenho inferior ao esperado. A análise dos resultados destes testes não foi conclusiva. O resultado pode ser atribuído ao catalisador ou ao propulsor, provocado por algum problema durante o carregamento e/ou transporte/manuseio. De qualquer forma, os resultados dos testes sugeriram algumas modificações na etapa de síntese do precursor da alumina a fim de garantir uma maior reprodutibilidade do produto obtido. Diante destes fatos, foram iniciadas em 2013 as atividades de revisão da metodologia de síntese do composto precursor da alumina empregada como suporte do catalisador dos propulsores da PMM (Plataforma Multi Missão), visando a sua utilização em missões futuras.

Para 2014, deve ser finalizada a etapa de otimização da metodologia de síntese do composto precursor da alumina, assim como deve ser obtido um lote de alumina caracterizado para ser empregado em missões futuras da PMM.

• Completar o desenvolvimento do Banco de Controle para lançar o satélite de reentrada atmosférica (SARA) suborbital em 2013**Análise Situacional da Meta**

No 1º semestre de 2013 foi concluída e entregue a Revisão de Requisitos de Sistema (SRR) do Banco de Controle (BC) do Veículo SARA Suborbital, bem como o seu Projeto Preliminar (PDR). No 2º semestre foi feita a Revisão Crítica do Projeto (CDR) e dado início à integração dos componentes do BC. Em decorrência das dificuldades nos processos de importação de componentes e equipamentos do BC, bem como das necessidades de estudos adicionais quanto ao local do lançamento do SARA, houve a necessidade de prorrogar esta fase para março de 2014, com previsão da realização dos testes funcionais do BC integrado à plataforma do SARA para ocorrer no mês de maio de 2014.

• Completar o projeto e a fabricação dos componentes do modelo de desenvolvimento do motor foguete a propelente líquido L75**Análise Situacional da Meta**

Em 2013, foram realizadas dezenas de aquisições de materiais e serviços, em conformidade com o Plano de Trabalho do convênio com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep), ocorrendo a contratação das empresas responsáveis pelo desenvolvimento e fabricação dos subsistemas (turbobomba e câmara de empuxo) e implementação do banco de ensaios de bombas. Com a formalização do interesse de parceiro estrangeiro no projeto, foi realizada Revisão Preliminar do Projeto (PDR) complementar com a participação do Centro Aeroespacial Alemão (DLR)/ASTRIUM onde foi definida a necessidade de reprojetar o motor para a versão etanol/LOX, o que foi concluído ainda em 2013, por meio da elaboração da especificação e plano de desenvolvimento da versão etanol em parceria com o DLR; ocorreu o início da execução dos contratos para desenvolvimento da turbobomba e da câmara de empuxo; início da implantação do banco hidráulico para ensaio de bombas e a preparação para ensaios a quente do gerador de gás. O DLR realizou a revisão completa do projeto e também concluiu a infraestrutura que possibilitará os testes da câmara de combustão e turbobomba nas suas instalações, já que no Brasil não há possibilidade de testar esses componentes do Motor L75.

• Concluir a formulação de um Programa de Tecnologias Críticas**Análise Situacional da Meta**

Tecnologias críticas são aquelas essenciais para capacitar o País a utilizar as aplicações espaciais de interesse nacional independentemente de cerceamentos tecnológicos. Algumas dessas tecnologias já são dominadas no País, mas é necessária uma política espacial que garanta a sua sustentabilidade e manutenção.

Com intuito de implementar um programa de Tecnologias Críticas, nos anos de 2012 e 2013 foi elaborada uma minuta para o referido programa.

Após o estudo e a elaboração da lista inicial de tecnologias críticas, foi realizado o alinhamento de ações com um gerenciamento efetivo do portfólio de projetos pertinentes do programa espacial (projeto SERPENS, Programa Uniespaço, Programa Microgravidade, Editais do CNPq, encomendas da Finep e ações orçamentárias de pesquisa e desenvolvimento nos órgãos executores) no sentido de acelerar o desenvolvimento de tecnologias críticas niveladoras com o auxílio do conhecimento contido na carteira de projetos. Com isso foram lançados novos editais dos programas Uniespaço e Microgravidade nos quais foram apresentados 46 projetos e aprovados e contratados 26 pelo Uniespaço e cinco pelo Microgravidade. Ainda em 2013 foram lançados novos editais com a seleção de projetos prevista para o ano de 2014.

A proposta final para o programa será apresentada ao Conselho Superior da Agência Espacial Brasileira (AEB) na primeira reunião ordinária, em 2014.

- **Concluir a formulação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC)**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram concluídas, no âmbito do Comitê Diretor do Projeto SGDC, as discussões e definições das estratégias e aspectos técnicos que deverão orientar a implementação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia (PATT). Essas discussões culminaram com a elaboração de um Memorando de Entendimento (MoU), assinado entre a AEB e a empresa Thales Alenia Space em dezembro de 2013, que tem como objetivo criar um instrumento legal capaz de dar ao governo brasileiro garantias de que os itens de transferência de tecnologia pela Thales Alenia serão implementados ao longo do desenvolvimento do SGDC. A assinatura desse MoU foi feita concomitantemente com a assinatura do contrato, entre a Visiona e Thales Alenia, de fornecimento do satélite SGDC.

O PATT somente estará completamente formulado por ocasião da conclusão da fase de Revisão Preliminar do Projeto (PDR) do satélite SGDC, prevista para ocorrer até o final do primeiro semestre de 2014.

- **Concluir estudo de viabilidade para o desenvolvimento de estágio líquido do VLS-Alfa**

Análise Situacional da Meta

O projeto não evoluiu nos últimos anos.

- **Desenvolver plataformas e subsistemas de microssatélites e realizar um lançamento até 2015 (ITASAT)**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2013 foi realizada uma avaliação do projeto ITASAT por consultoria internacional. Esta recomendou uma série de melhorias em aspectos técnicos e gerenciais do projeto. A partir deste diagnóstico, a Agência Espacial Brasileira (AEB) iniciou um processo de revisão dos planos do projeto com o objetivo de reorientá-lo e alinhar as expectativas da missão aos recursos orçamentários e humanos disponíveis para o seu desenvolvimento. O grau de complexidade do satélite foi reduzido de forma que o desenvolvimento do mesmo cumpra os cronogramas físicos e financeiros propostos após a revisão internacional.

- **Desenvolver plataformas e subsistemas de picosatélites e realizar dois lançamentos até 2015**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2013 foi ultimado o modelo de voo do NANOSATC-BR1, do Centro Regional Sul de Pesquisa (INPE-CRS), que foi testado no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) no segundo semestre. Também foi instalada uma estação de solo em Santa Maria/RS, para o rastreamento desse satélite. Foi contratado o lançamento do referido satélite pelo foguete russo DNEPR para junho de 2014.

Com relação ao picossatélite CONASAT, do Centro Regional do Nordeste (INPE-CRN), o projeto foi redefinido e o grupo de trabalho deve desenvolver um transponder de coleta de dados, que poderá ser embarcado no ITASAT e nas demais missões de picosatélites.

Quanto ao picossatélite AESP-14, do INPE/ITA, foi desenvolvido um modelo de engenharia, que foi testado no Laboratório de Integração e Testes (LIT) do INPE no segundo semestre. O lançamento do referido satélite também foi contratado e possivelmente ocorrerá em junho de 2014.



Devido às prioridades estabelecidas pela Agência Espacial Brasileira (AEB), os dois picossatélites sob a responsabilidade do Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológico da Universidade de São Paulo (LSI-TEC/USP) foram descontinuados.

No segundo semestre de 2013 foi lançada a missão SERPENS, executada por um consórcio de universidades brasileiras e do exterior (Universidade de Brasília, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do ABC, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de Vigo-Espanha, Universidade Estadual Politécnica da Califórnia e Universidade Estadual de Morehead, ambas dos Estados Unidos). Trata-se de um satélite 3U (satélite miniaturizado, com dimensões 30cm x 10cm x 10cm) com objetivo principal de realizar coleta de dados ambientais. Todos os subsistemas do satélite já foram contratados. A integração e testes do satélite ocorrerão no segundo semestre de 2014. O lançamento do mesmo já está contratado e ocorrerá no veículo DNEPR ou a partir da Estação Espacial Internacional ainda no primeiro semestre de 2014.

- **Lubrificantes sólidos a base de carbono tipo diamante (DLC-Diamond Like Carbon) para peças de satélites com qualificação para voo no Satélite Amazonia-1 e tecnologia transferida para a indústria**

Análise Situacional da Meta

Como em 2012 a meta foi totalmente cumprida no que tange à aplicação para o satélite Amazônia-1, a mesma tecnologia foi empregada, em 2013, para peças do satélite Lattes. Sendo assim, ocorreu o revestimento de 12 peças do satélite Lattes com diamante DLC como lubrificante sólido e testes em vácuo confirmaram o baixo coeficiente de atrito.

Com relação ao processo de transferência de tecnologia junto ao Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), este ficou suspenso por questões técnico-jurídicas. Para 2014, pretende-se realizar estudos de aprimoramento da aderência do diamante DLC sobre o titânio e suas ligas, além de testes tribológicos do diamante DLC sobre o titânio e suas ligas. Além disso, será retomado o processo de transferência da tecnologia para a indústria.

- **Microgiroscópio de silício para uso espacial operacional e caracterizado**

Análise Situacional da Meta

Para a fabricação do microgiroscópio de silício é necessário que o Reator de Corrosão a Plasma (DRIE) esteja operacional, e também que o restante da infraestrutura de microfabricação esteja recuperada, e em parte modificada para atender os requisitos. O reator foi adquirido em 2012, mas ainda não está funcionando porque a infraestrutura de periféricos necessária (ar condicionado, sistema de refrigeração, sistema de gases, controle de temperatura e umidade, etc.) não está completa. O principal motivo foi o tempo consumido na instalação e manutenção da infraestrutura e em processos de compras, demorados por natureza. O Plano de Trabalho para 2013, para maximizar a sensibilidade do giroscópio dado uma largura de banda (ou vice-versa), a partir da escolha de dimensões críticas do design, não foi concluído. Para 2014, pretende-se finalizar a operacionalização dos processos de litografia, finalizar a instalação do reator DRIE e marcar o seu comissionamento, bem como desenhar o layout das máscaras para um giroscópio e fabricar sua microestrutura.

- **Motor iônico qualificado**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, os catodos ocos foram testados com a infraestrutura montada em 2012, apresentando resultados operacionais promissores. Os testes de catodos ocos utilizando gás xenônio como propelente tiveram como resultado o alcance do funcionamento em modo "spot", que é o modo operacional em propulsores iônicos. Com a utilização dos novos catodos ocos, espera-se evoluir no modelo de qualificação dos propulsores iônicos. Os desafios para implementação giraram em torno das sérias dificuldades na importação de insumos e componentes sensíveis para tecnologia espacial, como por exemplo, o nitreto de alumínio, material de alta condutividade térmica, que não foi adquirido por ausência de empresa participante na concorrência internacional. Assim, esse processo de compra será refeito em 2014. Em 2014, espera-se também desenvolver atividades de fabricação e montagem do novo protótipo de propulsor iônico com 5 cm

de diâmetro, utilizando os catodos ociosos desenvolvidos, assim como testá-lo. Para tanto, também será necessário treinar novos técnicos mecânicos, pois os que vinham exercendo esta função tiveram o período de contratação mediante bolsa expirado.

OBJETIVO: 0702 - Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Um importante marco de realização com vistas à consecução do presente objetivo está na conclusão dos trabalhos de análise das propostas de empresas estrangeiras para o fornecimento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC). Esta realização possibilitou a concretização do contrato de fornecimento, assinado entre a Visiona e a empresa Thales Alenia Space em 12/12/2013, e o imediato início dos trabalhos de fornecimento do satélite SGDC. Associado a este projeto, o Laboratório de Integração e Testes (LIT) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) concluiu o estudo para a expansão das suas instalações, de modo a possibilitar a realização de testes de satélites geoestacionários de telecomunicações de grande porte, bem como de satélites de observação da Terra óticos e radar, meteorológicos e dos demais previstos para o atendimento do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE) do Ministério da Defesa, e das próximas etapas do programa SGDC. Estimado, inicialmente, em R\$ 185 milhões e revisado, posteriormente, para R\$ 170 milhões, o projeto contará, para sua primeira fase, com um apoio da Finep no montante de R\$ 45 milhões.

Ao lado dessa realização, cabe ser destacado também os esforços despendidos no decorrer de 2013 para superar os problemas técnicos detectados nos conversores híbridos DC/DC usados na fabricação de parte dos equipamentos do satélite sino-brasileiro CBERS-3, de modo a deixar o mesmo em regime de prontidão para ser lançado em fins de 2013. Malgrado esses esforços, por motivo de falha no 3º estágio do veículo lançador, o satélite CBERS-3 não foi colocado em sua órbita correta, provocando a sua reentrada na atmosfera da Terra. Este fato levou à decisão de antecipar o lançamento do satélite CBERS-4, passando de 2015 para dezembro de 2014.

No que concerne ao satélite CBERS-4, as maiores dificuldades encontradas durante a fabricação dos equipamentos já foram também superadas, tendo, até o final de 2013, sido produzidos e entregues 91% dos seus equipamentos. Restam ainda a entrega dos equipamentos do sistema de telemetria, rastreamento e comando (TTCS) e do painel solar (SAG), a serem seguidos, posteriormente, dos trabalhos de teste e integração do satélite CBERS-4, sendo que os serviços de lançamento já foram contratados. Destaque-se ainda a aprovação, em reunião ocorrida em novembro na China, do Plano Decenal Sino-Brasileiro de Cooperação Espacial, aprovado na 3ª Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), que amplia as áreas de cooperação com aquele país.

Quanto ao desenvolvimento do satélite Amazônia-1, os desafios para a conclusão da Plataforma Multimissão (PMM), bem como a sua integração à carga útil, ainda permanecem. Foi possível, quanto à carga útil, disponibilizar os equipamentos de testes relacionados ao PSS (Subsistema de Suprimento de Energia), ACDH (Controle e Dados de Bordo) e TT&C (Telemetria, Telecomando e Controle). Foi realizada também, entre outros, a campanha de teste integrado do AOCS (Subsistema de Controle de Atitude) e OBDH (Gerenciamento de Dados) no INPE, assim como foi disponibilizada a estrutura do módulo de carga útil do modelo de voo e a qualificação do subsistema OBDH.

No contexto do presente objetivo, cabe ser destacado ainda o sistema de monitoramento do clima espacial, cuja infraestrutura está praticamente toda concluída, encontrando-se já em fase inicial de operação, emitindo relevantes boletins com a previsão de ocorrência de tempestades geomagnéticas, bolhas de plasma e perturbações na ionosfera, que podem afetar desde o funcionamento de satélites em órbita da Terra, até o uso de receptores GPS na superfície.

Metas 2012-2015

- Concluir 50% de execução do projeto de ampliação do Laboratório de Integração e Teste (LIT) que o

**capacitará a realizar testes em satélites geoestacionários****Análise Situacional da Meta**

O Laboratório completou o estudo para capacitar-se para testar satélites geoestacionários de telecomunicações de grande porte, bem como satélites de observação da Terra óticos e radar, meteorológicos e os demais previstos para o atendimento do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE) e das próximas etapas do programa Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC). O estudo concluiu por ampliação de instalações em cerca de 10.000 m² de área, com investimento estimado, inicialmente, em R\$ 185 milhões e revisado, posteriormente, para R\$ 170 milhões e a contratação de 50 servidores, ao longo de cinco anos. Este estudo deu origem a um Termo de Referência preparado pelo MCTI, alinhado com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2012-2015), para uma encomenda de projeto junto à Finep no valor de R\$ 45 milhões, correspondendo aos investimentos necessários para os dois primeiros anos do projeto. A encomenda foi efetuada junto à Finep, resultando em um convênio entre Finep, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e Fundação de Ciências, Aplicações e Tecnologias Espaciais (FUNCATE), assinado em dezembro de 2013, com previsão de liberação de R\$ 10 milhões no primeiro ano de trabalho e de R\$ 35 milhões no segundo ano.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

• Concluir estudo de viabilidade do satélite de meteorologia, com participação da indústria nacional**Análise Situacional da Meta**

O início do desenvolvimento da meta deverá ocorrer em 2014.

• Concluir estudo de viabilidade do satélite radar, com participação da indústria nacional**Análise Situacional da Meta**

Preparação do ambiente de gestão informatizada de documentos para uso no projeto, necessário ao desenvolvimento da fase inicial. Em 2015, pretende-se iniciar os estudos da Pré-Fase A (ou Fase Zero) do projeto do satélite radar.

• Concluir o desenvolvimento dos Satélites CBERS-3 e CBERS-4 e realizar os lançamentos**Análise Situacional da Meta**

O satélite sino-brasileiro CBERS-3 foi submetido aos testes elétricos e ambientais. O lançamento do satélite foi reprogramado para o segundo semestre de 2013 devido aos problemas técnicos detectados nos conversores híbridos DC/DC usados na fabricação de parte dos equipamentos do satélite. Embora as atividades tenham sido reprogramadas, a previsão era que o lançamento do satélite se desse em dezembro de 2013, o que de fato ocorreu. Infelizmente, uma falha no foguete chinês Longa-Marcha 4B impediu que o satélite CBERS-3 fosse colocado em sua órbita correta, provocando a reentrada do satélite na atmosfera da Terra. Face ao acontecido, decidiu-se antecipar o lançamento do CBERS-4 de dezembro de 2015 para dezembro de 2014. Esta meta deverá ser alcançada, já que 91% dos equipamentos do CBERS-4 foram concluídos, assim como seu lançador foi contratado.

• Concluir o desenvolvimento e realizar o lançamento do Satélite Amazônia-1**Análise Situacional da Meta**

Em 2013 foram disponibilizados os equipamentos de testes (em nível de Sistema) relacionados ao PSS (Subsistema de Suprimento de Energia), ACDH (Subsistema de controle de atitude e gerenciamento de dados de bordo) e TT&C (Telemetria e Telecomando); foi realizada a campanha de teste integrado AOCS (Subsistema de Controle de Atitude) e OBDH (Subsistema de Gerenciamento de Dados) no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); foi disponibilizada a Estrutura do Módulo de Carga Útil do modelo de voo; foi concluída a qualificação do Subsistema OBDH; e foi definido o Sistema de Detecção de Falhas (FDIR) para a fase de lançamento.

• Implantar o sistema de monitoramento de clima espacial até 2013

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram executadas ações de operação associadas ao monitoramento do clima espacial. Entre essas ações foi contratado o serviço de manutenção de software de monitoramento e previsão do clima espacial, bem como foram finalizadas as instalações de equipamentos comprados em 2012. Além disso, os pesquisadores colaboradores do Programa de Estudo e Monitoramento Brasileiro do Clima Espacial (Embrace) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) disponibilizaram as informações relevantes sobre o clima em boletins diários, atas de reuniões e comunicados à imprensa, quando aplicável. Finalmente, foi realizado um workshop com usuários de produtos de clima espacial. As três classes de desafios para execução desta ação, observadas em 2012, permaneceram em 2013, são elas: (1) Para a implementação de sítios de coleta há restrições operacionais pela baixa qualidade ou inexistência de serviços de internet e/ou energia, além da dificuldade logística para o transporte dos sistemas até o sítio. (2) Nos processos de compra há uma excessiva demora nos trâmites dos processos que exigem pareceres jurídicos, o que pode comprometer a execução final. (3) Devido ao alto grau de tecnologia envolvida, grande parte dos fornecedores dos suprimentos tecnológicos necessários ao Programa é estrangeira. Com isso, há necessidade de processos licitatórios internacionais e demasiada demora nos processos de nacionalização para entrega. Apesar de todas essas restrições o Programa ainda conseguiu consolidar a parceria entre o INPE e a Administração Oceânica e Atmosférica Nacional (NOAA) norte-americana, através do estabelecimento de uma estação de recepção de dados da constelação de satélites Cosmic, aumentando a capacidade de monitoramento da América do Sul para o globo terrestre.

PROGRAMA: 2059 - Política Nuclear

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de criações intelectuais na área nuclear desenvolvidas nacionalmente	quantidade	30/12/2010	85	31/12/2013	57
Oferta de molibdênio-99 pela CNEN/MCTI	ci/ano	31/12/2010	14.330	31/12/2013	20.360
Taxa do ciclo do combustível nuclear com processo de produção nacional	%	31/12/2010	63,6	31/12/2013	64,9

Observações:

Número de criações intelectuais na área nuclear desenvolvidas nacionalmente - O índice de referência (85) refere-se ao período inteiro do PPA anterior, ou seja, trata-se do valor acumulado entre 2008 e 2011.
O índice aqui apresentado é o somatório dos anos de 2012 e 2013.

OBJETIVO: 0323 - Aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos no país, para ampliar o acesso à medicina nuclear pela população brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

As ações necessárias para o alcance da implantação do Reator Multipropósito vêm sendo implementadas de acordo com o programa de trabalho revisado.

Este Reator possibilitará ao País a eliminação da dependência externa referente ao fornecimento de radiofármacos para a área médica, além da prestação de serviços de irradiação e de testes de materiais necessários para o desenvolvimento de componentes para atendimento do setor nuclear. Foi dada continuidade à elaboração do projeto básico do empreendimento, que deverá estar concluído no primeiro trimestre de 2014. Uma vez concluído o projeto básico, será necessária a contratação de empresa de engenharia para a elaboração do correspondente projeto executivo, contendo o detalhamento de engenharia necessário à implantação da instalação.

Ressalte-se que foram liberados recursos do Fundo Nacional de Saúde destinados à adequação das instalações de produção às Boas Práticas de Fabricação, permitindo, assim, o licenciamento das instalações existentes, de forma a possibilitar a continuidade das operações de produção.

Metas 2012-2015

• Ampliar o fornecimento de radioisótopos e radiofármacos para 404 Ci por semana

Análise Situacional da Meta

Na área de medicina nuclear, vem sendo ampliada a produção de radioisótopos para aplicações médicas visando o atendimento da demanda por radiofármacos utilizados para radiodiagnósticos, inclusive no que se refere aos novos produtos, com meia vida radioativa curta, que possibilitam a realização do exame PET (Tomografia por Emissão de Pósitrons). Mais de 300 clínicas e centros especializados em diagnóstico e terapia para tratamento de neoplasias, cardiopatias e neuropatias foram beneficiadas, o que possibilitou a realização de mais de dois milhões de procedimentos médicos no País, podendo chegar a 2,5 milhões em 2014. A maior parte dessas substâncias farmacêuticas é produzida a partir do Molibdênio-99, insumo atualmente importado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e que tem como principais fornecedores a Argentina, o Canadá e a África do Sul. Dentro de uma estratégia de aquisição diversificada, de tal forma a minimizar o risco de desabastecimento, como o que ocorreu

no ano de 2008, optou-se pela construção no País do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), que irá garantir o atendimento da demanda nacional por Molibdênio-99 e por outras substâncias radioativas.

Também foi iniciada a produção de um novo radiofármaco, a fluorcolina, atualmente utilizado pelos grandes centros médicos internacionais para a realização de procedimentos de radiodiagnóstico da próstata.

Quantidade alcançada

390

Data de Referência

07/04/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	7	%	6	31/12/2013
Região Nordeste	15	%	16	31/12/2013
Região Norte	4	%	4	31/12/2013
Região Sudeste	58	%	56,53	31/12/2013
Região Sul	16	%	14	31/12/2013

• Implantar 50% do reator multipropósito brasileiro

Análise Situacional da Meta

Com a implantação e funcionamento do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), no Centro Tecnológico Aramar, em Iperó/SP, o Brasil contará, a partir de 2018, com uma infraestrutura essencial para o desenvolvimento tecnológico das atividades nucleares no País e com capacidade para produzir os radioisótopos utilizados tanto na área de medicina nuclear quanto em várias aplicações na indústria, na agricultura e no meio ambiente. O RMB possibilitará ainda a realização de testes de irradiação de combustíveis e de materiais estruturais utilizados em reatores nucleares, além do apoio à operação das usinas de geração núcleo-elétrica e a realização de pesquisas em várias áreas do conhecimento. A implantação do Reator, que teve início em 2009, encontra-se na fase de contratação do projeto básico dos itens nucleares do Reator no âmbito do Acordo de Cooperação Brasil/Argentina na área nuclear.

Foi elaborado o estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ao meio ambiente (EIA/RIMA) do empreendimento RMB e encaminhado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) com a respectiva solicitação de emissão de Licença Prévia (LP), primeira licença do processo de licenciamento ambiental. Foram realizadas as três Audiências Públicas definidas pelo IBAMA sobre o EIA/RIMA do RMB nos municípios de Iperó, Sorocaba e São Paulo, nos dias 22, 23 e 24 de outubro, respectivamente. As Audiências foram consideradas válidas pelo IBAMA.

Também foi entregue à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) o Relatório de Local do RMB, com a solicitação de emissão de Licença de Local (LL), primeira das licenças do licenciamento nuclear.

Finalizando as realizações no exercício, foi aprovado o projeto de R\$ 25 milhões, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), para adequação das instalações do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN)/CNEN-SP e do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) para produção de hexafluoreto de urânio (UF₆) enriquecido a 20% e produção de elementos combustíveis e alvos de urânio para o RMB. No mesmo projeto está incluída a montagem de um núcleo tipo placa no reator IPEN/MB-01, que servirá de base para a física de reatores do RMB.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	50	%	5	31/12/2013



OBJETIVO: 0325 - Expandir e implantar, em escala capaz de suprir a demanda nacional, o ciclo completo para produção do combustível nuclear.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Este Objetivo é integrado por atividades produtivas para atendimento da demanda nacional e projetos de ampliação e implantação das etapas do Ciclo do Combustível Nuclear.

As atividades produtivas referem-se às unidades fabris já em operação para atendimento da demanda nacional de combustível nuclear. As etapas nacionais já implantadas são a Mineração, a Reconversão, a Fabricação de Pastilhas e a Fabricação e Montagem do Elemento Combustível. As etapas do ciclo ainda não nacionalizadas são a de Conversão e a de Enriquecimento, esta já operando com atendimento parcial da demanda.

Nos anos de 2012 e 2013, foram fabricados 169 Elementos Combustíveis, sendo 62 em 2012 e 107 em 2013, que possibilitaram o pleno atendimento das demandas desses anos.

Este Objetivo também é integrado por projetos, que são representados pelos investimentos na implantação das etapas do Ciclo do Combustível Nuclear em que o País ainda não dispõe de capacidade instalada para atendimento da demanda nacional (Conversão e Enriquecimento) e na ampliação de algumas daquelas já implantadas (Produção de Concentrado de Urânio e Fabricação e Montagem).

Em relação à implantação do Ciclo Completo do Combustível Nuclear, a implantação da Usina de Enriquecimento atingiu, em 2013, um progresso físico acumulado desde 2000 de 61,99% da sua primeira etapa, com uma capacidade nominal de 17.500kg UTS/ano ou cerca de 17% das necessidades de Angra 1. Ao final da sua implantação a capacidade de produção irá atender 100% de Angra 1 e 20% de Angra 2.

Com essa capacidade nominal instalada até 2013, a Taxa de Nacionalização do Ciclo do Combustível Nuclear alcançou o percentual de 64,9%.

Metas 2012-2015

- **Atender a 100% da demanda de elementos combustíveis para operação dos reatores das usinas termonucleares brasileiras**

Análise Situacional da Meta

No segundo semestre/2013, foram fabricados 36 Elementos Combustíveis – EC's para o Núcleo de Angra 3 e 32 EC's para a 20ª Recarga de Angra 1, que somados à produção de 39 EC's do 1º semestre, destinados à 10ª Recarga de Angra 2, totalizaram 107 EC's fabricados no exercício.

Também foram produzidos no 2º semestre: 1) Na Unidade de Resende/RJ – Fábrica de Combustível Nuclear: 24.735,24 kg de Pó de UO₂, totalizando 48.046,44 kg no exercício, e 24.143,30 kg de Pastilhas de UO₂, totalizando 47.155,33 kg no exercício; 2) Na Usina de Enriquecimento, 7.721 kg UTS, totalizando 13.828 kg UTS no exercício; 3) Na Unidade de Concentrado de Urânio, em Caetité/BA, foram produzidas 137,447 t de U₃O₈, totalizando 231,410 t no exercício de 2013 e 4) Na unidade de Resende/RJ – FCN – 35 pares de bocais para envio à KNF (Coréia do Sul) e componentes para 15 ECs padrão para fornecimento ao IPEN.

A fabricação do combustível nuclear, que está atrelada a esta meta, está em conformidade com os cronogramas acordados com o cliente, Eletronuclear. Para o próximo exercício, estão programadas as seguintes atividades produtivas relacionadas à fabricação de combustível nuclear: a) Produção de 380 t de U₃O₈ na Unidade de Concentrado de Urânio – URA, em Caetité/BA – Lavra a Céu Aberto; b) Produção de 5.590 kg U enriquecido a 4% em peso de U₂₃₅, contendo cerca de 29,5 t UTS; c) Fabricação de 52 Elementos Combustíveis - EC's, com enriquecimento de 4,25 %, em peso de U₂₃₅, para a 11ª Recarga de Angra 2 (projeto HTP e com filtros anti-debris); d) Fabricação de 40 EC's, com enriquecimento de 4,0 %, em peso de U₂₃₅, para a 21ª Recarga de Angra 1 (projeto 16NGF); e) Produção de Pó e Pastilhas de UO₂ para as recargas de Angra I, Angra II e para o 1º Lote de 25 EC para o

centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP); f) Fornecimento de 50 pares de bocais tipo 16 NGF para a KNF; g) Fornecimento de barras de controle para Angra 2; h) Fabricação de Componentes e Esqueletos tipo HTP visando atendimento à fabricação do Núcleo de Angra 3; i) Conclusão do comissionamento e início de operação, no primeiro trimestre, da Cascata 5 – FCN/Enriquecimento; e j) Montagem, comissionamento e início de operação, no quarto trimestre, da Cascata 6 – FCN/Enriquecimento.

A Ação de Fabricação do Combustível Nuclear se desenvolve normalmente, atendendo a demanda dos reatores term nucleares nacionais, em conformidade com os cronogramas acordados com o cliente, Eletronuclear.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	100	%	100	31/12/2013

• Atender, com produção nacional, a 35% da demanda de urânio enriquecido para a Central Nuclear de Angra I Análise Situacional da Meta

A consecução desta meta depende da implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio, prevista para ser constituída em sua primeira etapa por 4 (quatro) Módulos dotados do total de 10 (dez) cascatas de ultracentrífugas (UC), cujos prédios se encontram construídos, estando o Módulo 1, com suas 4 (quatro) cascatas em pleno funcionamento.

A capacidade nominal instalada de enriquecimento da Usina de Enriquecimento permanece em 17.500 kg UTS/ano, correspondendo a cerca de 17% da demanda anual de Angra 1, considerada 103.000 kg UTS para a próxima recarga. O progresso físico da implantação da primeira etapa da Usina de Enriquecimento teve uma evolução de 5,05% durante o ano de 2013, atingindo um acumulado de 61,99%.

Foi postergada para 2014 a previsão de se atingir a capacidade nominal instalada correspondente a cerca de 25% da necessidade de Angra 1, significando um progresso em torno de 72% da meta fixada de 35% da demanda de urânio enriquecido para Angra 1.

Deve ser observado que somente após a prontificação da complementação das infraestruturas eletromecânica e civil dos Módulos 4 e 3 contratada à EBE, esperada para 2015, é que poderá ser iniciada, pelo CTMSP, a instalação das Cascatas destes módulos.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	35	%	17	31/12/2013

• Atingir 100% do cronograma físico da implantação da Unidade Tecnológica de Separação Isotópica Análise Situacional da Meta

Para a implantação do Módulo Aramar da Unidade Tecnológica de Separação Isotópica (UTSI), concebida com os módulos Aramar - Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), e Resende - na Indústrias Nucleares do Brasil (INB), vinham sendo empreendidas ações para a contratação, pela INB, dos serviços do CTMSP para a elaboração do Projeto Básico destinado a amparar a definição de outros escopos de serviços de engenharia relacionados à construção civil e à montagem da infraestrutura eletromecânica. E tal contratação estava diretamente associada à assinatura, entre INB e CTMSP, de Instrumento de Cessão de Uso do terreno de propriedade da Marinha do Brasil, no Centro Experimental Aramar – CEA, em Iperó/SP, destinado à construção do Módulo. Entretanto, os Instrumentos Contratuais não foram oficializados.

Como o Instrumento de Cessão de Uso do Terreno da Marinha ainda não foi assinado, estão sendo realizados novos



estudos para definição dos rumos do empreendimento.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

• **Atingir 30% do cronograma físico da Fábrica de Tubos Extrudados em ligas especiais**

Análise Situacional da Meta

Para execução da meta são necessários estudos específicos e elaboração de Termos de Referência que nortearão as aquisições e dimensionamento das instalações e equipamentos, bem como estudos de impacto ambiental.

Encontram-se em elaboração os Termos de Referência para contratação dos estudos necessários.

Devido à complexidade do processo industrial e da sua singularidade, estão sendo feitas negociações com parceiros internacionais para assessoria na definição das características dos equipamentos e instalações eletromecânicas.

Para 2014 está prevista a formalização de Acordo de Cooperação Técnica e Científica com a empresa argentina CONUAR, que possui a expertise necessária nessa área, possibilitando a elaboração dos Termos de Referência necessários para contratação dos estudos técnicos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

• **Atingir 40% do cronograma físico de implantação da Usina de Conversão**

Análise Situacional da Meta

Foram realizados os serviços contratados de engenharia e consultoria para análises de características de local, sondagem e topografia de terrenos de maneira a que os estudos preliminares quanto à escolha de local fossem revisados e a seleção prévia de local confirmada.

A interpretação de dados levou à necessidade de contratação de parecer complementar do cenário hidrogeológico afeto ao empreendimento, o que levou a tomada de decisão para confirmação de local para o primeiro semestre de 2014.

Não foi possível a contratação de serviços de engenharia e consultorias nas áreas de análise de risco industrial, ambiental e nuclear em tempo de serem utilizados para a emissão das Bases Conceituais finais do projeto. A engenharia básica só poderá ser contratada quando os demais serviços recém-contratados sejam concluídos ou estejam em adiantado estágio de realização.

Foi possível iniciar a etapa dos desenvolvimentos complementares de tecnologias não disponíveis e/ou desatualizadas no país referentes ao tratamento de efluentes e estocagem e distribuição de ácido fluorídrico.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	10	%	0	31/12/2013
Região Sudeste	30	%	4	31/12/2013

• **Atingir 40% do descomissionamento previsto para as unidades minero-industriais do ciclo do combustível nuclear**

Análise Situacional da Meta

A drenagem e o tratamento de águas pluviais foram as principais atividades desenvolvidas na Unidade de Minerais Pesados – UTM Caldas em relação ao seu descomissionamento, em 2013. Estas águas atualmente são misturadas às águas ácidas, acarretando um tratamento de maior custo devido a um maior volume de água a ser tratado.

Alinhado com o objetivo de minimizar a geração de águas ácidas, foi efetivada a contratação de empresa para executar a recuperação e melhoria no sistema de drenagem das águas pluviais a um custo real de R\$ 6,2 milhões, ou seja, 1,3 % do valor total estimado para o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD).

Também foi assinado um contrato de exportação com empresários chineses da Torta II, que é um composto de Tório e Urânio. Esta exportação resolve uma parcela do passivo ambiental, pois o Brasil armazena este material a um alto custo e cuidados relevantes. Para que se inicie a exportação, faz-se necessário a emissão das Licenças pertinentes que se encontram em andamento.

O Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) da UTM Caldas - Projeto Conceitual que foi entregue a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) em Abril de 2012, continua em processo de Análise. Após análise desta Comissão, o próximo passo será reunir os elementos necessários para a contratação do Projeto Básico e, após este, a execução do Plano cujo valor estimado é da ordem de R\$ 480 milhões.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Atingir 60% do cronograma físico do projeto de ampliação da capacidade produtiva do parque industrial de reconversão, pastilhas e montagem do elemento combustível nuclear de Resende/RJ**

Análise Situacional da Meta

As atividades desenvolvidas visam a ampliação da capacidade produtiva da fabricação de varetas combustíveis, processo integrante da etapa de montagem do elemento combustível nuclear em Resende/RJ. Esta etapa da ampliação consiste na aquisição de 02 (dois) equipamentos especiais de soldagem por pressão e resistência elétrica de varetas combustíveis. Para tal aquisição, foi assinado o Contrato CT 2/12/014 com o fornecedor AREVA NP GMBH.

Houve a Avaliação Técnica e Aceitação dos equipamentos no fornecedor (Alemanha) em dezembro de 2013.

Próximas ações previstas:

- Embarque dos equipamentos (Alemanha) = Fevereiro/2014
- Chegada ao Brasil / Transporte FCN-Resende = Março/2014
- Implantação e Comissionamento = Abril-Maio/2014

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Atingir a capacidade de produção de 800t de U3O8 ao ano na Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité - BA a partir de 2015**

Análise Situacional da Meta

O projeto de duplicação da capacidade de produção para 800t de U3O8 se subdivide em três frentes principais: a) Exploração da Anomalia 09, reserva de urânio na Província Uranífera de Lagoa Real, em conjunto com a Lavra Subterrânea da Anomalia 13; b) Implantar o projeto de Lavra Subterrânea na Anomalia 13; e c) Duplicação da capacidade de produção da Unidade de Urânio (URA). São as seguintes as principais realizações:

- Lavra a céu aberto Anomalia 09

Foi concluído o projeto básico de lavra. Em andamento o licenciamento junto à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e o documento de licitação do serviço de engenharia para projeto de desenvolvimento e lavra. Preparada a documentação de licenciamento do Plano de Controle Ambiental (PCA), exigido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) por pessoal das Indústrias Nucleares do Brasil (INB) –



entregue em dezembro de 2013.

Previsões para 2014: a) Entrega do documento de autorização operacional CNEN – primeiro semestre de 2014; b) Contratação do serviço de lavra – primeiro semestre de 2014 e c) Início dos trabalhos de desenvolvimento e lavra – segundo semestre de 2014. A entrada em operação desta lavra garante a continuidade operacional da atual planta em 2015.

- Lavra Subterrânea da Anomalia 13

Aguardando concessão de licença da CNEN, cujo processo encontra-se em andamento. Foi elaborada especificação para contratação de serviços, englobando desenvolvimento de rampas/galerias de acesso e lavra. Iniciado, em junho/2013, o processo de licitação. A contratação não se realizou porque está condicionada à obtenção de licença de construção junto à CNEN.

Por meio da Resolução nº 149 de 20 de março de 2013, a CNEN concedeu a Aprovação de Local (AL) para a Mina Subterrânea da Anomalia 13, da Unidade de Concentrado de Urânio, em Caetité/BA, faltando ainda autorização de Construção e Operação, para permitir a contratação dos serviços de desenvolvimento e lavra.

Previsões para 2014: a) Obtenção da autorização de construção da CNEN – primeiro semestre de 2014; b) Contratação dos serviços de desenvolvimento e lavra – primeiro semestre de 2014 e c) Desenvolvimento da construção da rampa, das galerias de acesso com duração prevista de 18 meses e término previsto para o final do segundo semestre de 2015. Previsões para 2015: Início da lavra subterrânea com previsão para primeiro semestre de 2015(decorrente do desenvolvimento).

- Duplicação da capacidade de produção da Unidade de Urânio - URA

Encontra-se em fase de licitação para a contratação de empresa de engenharia para elaboração do projeto básico de duplicação da capacidade de produção de 400 t/a para 800 t/a de U3O8 pelo processamento do minério de urânio, contemplando os Processos de Lixiviação Agitada, de Reextração de urânio com Ácido Forte (Ácido Sulfúrico) e de Precipitação de urânio com Peróxido de Hidrogênio.

Previsão 2014: Contratação do projeto básico – março de 2014.

Previsão 2015: a) Término do projeto básico – primeiro semestre de 2015; b) Início dos documentos para licenciamento da planta química (CNEN e IBAMA) – primeiro semestre de 2015; c) Entrega dos documentos para licenciamento junto a CNEN e IBAMA – segundo semestre de 2015 e d) Início do processo de licitação para implantação com capacidade duplicada – previsão segundo semestre de 2015. Esta contratação depende da licença de instalação do IBAMA e autorização de construção da CNEN.

Quantidade alcançada

400

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	800	TON	400	31/12/2013

- **Aumentar em 30% a reserva medida de urânio no país por meio da intensificação da pesquisa e prospecção mineral**

Análise Situacional da Meta

As pesquisas geológicas estão concentradas na Província Uranífera de Lagoa Real, localizada no centro sul do estado da Bahia, uma das mais promissoras do País, que ainda não foi totalmente pesquisada, cujos recursos em U3O8, na categoria de Recurso Medido mais Recurso Indicado, correspondendo aos Recursos Razoavelmente Assegurados, segundo a AIEA, ainda não são totalmente conhecidos.

Os furos investigatórios e/ou estratigráficos executados nas anomalias LR's 36 e 37 em 2013, cujas locações foram orientadas pelos levantamentos (mapeamentos) radiométricos conduzidos nestas anomalias, permitiram evidenciar, em subsuperfície, a presença da rocha mineralizada. Destarte, dos 20.000 m de furos da campanha de sondagem

programada para o ano de 2014, 10.000 m serão distribuídos e executados nas LR's 36 e 37, provavelmente numa malha de 40 m x 40 m, para a verificação da potencialidade dos depósitos, visando os cálculos de cubagem dos recursos em U3O8.

No que tange a uma previsão quantitativa/qualitativa (tonelagem/teor) dos recursos uraníferos das LR's 36 e 37, não se dispõe no momento de informações geológicas/analíticas que permitam a sua divulgação, o que só será possível através dos resultados obtidos dos furos de sondagem programados para serem executados em 2014.

A Indústrias Nucleares do Brasil (INB) decidiu adquirir os direitos superficiários de 21 imóveis rurais, totalizando 736,92 ha, localizados junto às anomalias LR 26, LR 35, LR 36 e LR 37 da Província Uranífera de Lagoa Real, que foram envolvidas nas pesquisas geológicas do 1º semestre de 2013. Nesse sentido, iniciou-se, no 2º semestre de 2013, serviço operacional de campo, através de equipe própria, para inventário e cadastramento das propriedades que podem ser utilizadas na 2ª fase da pesquisa geológica, objetivando definir as reservas lavráveis, o planejamento de lavra e o método de lavra a ser aplicado nas futuras jazidas.

Com o acréscimo acumulado desde 2012, da ordem de 10.000 t de U3O8, foi atingido um incremento da ordem de 4,6% às reservas nacionais medidas (216.000t).

Quantidade alcançada

4,62

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	20	%	4,62	31/12/2013
Região Norte	10	%	0	31/12/2013

OBJETIVO: 0326 - Implantar programa de formação especializada do setor nuclear, envolvendo universidades e centros tecnológicos, voltados para os segmentos de pesquisa avançada, desenvolvimento tecnológico e indústria nuclear.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Para o atendimento deste Objetivo, a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) vem ampliando as cooperações junto às instituições de ensino por intermédio da concessão de bolsas para formação especializada em áreas de interesse do setor nuclear. Também estão sendo estabelecidas parcerias por intermédio de acordos de mútua cooperação que possibilitem a execução conjunta de atividades de formação especializada em temas de interesse comum.

Também dentro do escopo deste Objetivo, a CNEN mantém, com o apoio do CNPq, um programa voltado especificamente para a concessão de bolsas de iniciação científica, destinadas a estudantes tanto do nível médio quanto do nível superior.

Metas 2012-2015

• Formar 164 novos profissionais em temas de interesse do setor nuclear

Análise Situacional da Meta

A meta vem sendo cumprida dentro do planejado. Sua implementação se dá por intermédio da concessão de bolsas de mestrado e doutorado para cursos de pós-graduação realizados no âmbito das unidades de pesquisa da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), além de parcerias com instituições de ensino em áreas de interesse do setor nuclear.

Até o presente momento, já se formaram 87 novos profissionais em temas de interesse do setor nuclear: 72 mestres e 15 doutores.



No exercício de 2013, foram concedidos os seguintes montantes de bolsas de estudo:

Tipo de Bolsa e Número de bolsas concedidas:

Mestrado 90

Doutorado 80

Iniciação Científica 60

Total 230

Ainda dentro do escopo dessa ação, a CNEN mantém com o CNPq um Termo de Cooperação por intermédio do qual são concedidas bolsas de iniciação científica para estudantes de graduação em áreas de interesse do setor nuclear.

Quantidade alcançada

87

Data de Referência

07/04/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3	unidade	1	31/12/2013
Região Nordeste	16	unidade	7	31/12/2013
Região Norte	2	unidade	0	31/12/2013
Região Sudeste	132	unidade	75	31/12/2013
Região Sul	11	unidade	4	31/12/2013

OBJETIVO: 0327 - Fortalecer o sistema de regulação nuclear para garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear e das radiações ionizantes no país.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Para melhoria das ações voltadas para o gerenciamento dos processos de licenciamento das instalações nucleares e radiativas que operam no País, foi contratada uma empresa de consultoria em TI, por meio de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), para realização da modelagem dos processos de licenciamento. Até o momento, já foram mapeados todos os processos e iniciada a fase de análise crítica.

O anteprojeto de criação da Agência Nacional de Segurança Nuclear foi analisado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e no momento encontra-se em avaliação pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

No que se refere às atividades de licenciamento e controle de instalações nucleares e radiativas ao longo do exercício de 2013, foi cumprido o cronograma de fiscalização, conforme programado.

Metas 2012-2015

• Criar a Agência Reguladora Nuclear

Análise Situacional da Meta

O Anteprojeto de criação da Agência Nacional de Segurança Nuclear encontra-se em discussão no Governo.

• Implantar o projeto de modelagem e automação dos processos de licenciamento e controle da Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear

Análise Situacional da Meta

O projeto encontra-se em execução, tendo sido contratada empresa especializada para elaboração do projeto de modelagem, por intermédio da alocação de recursos obtidos junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

• **Implementação do sistema de monitoração dos indicadores de segurança de instalações nucleares**

Análise Situacional da Meta

Implantação do sistema em andamento, com ajustes no cronograma previsto em função de alterações nos requisitos técnicos. Foi realizado seminário técnico em Angra dos Reis, e está previsto um segundo encontro a ser realizado no próximo exercício.

OBJETIVO: 0328 - Desenvolver a tecnologia nuclear e suas aplicações para atender aos diversos usos na área civil.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O Objetivo vem sendo atendido por intermédio do programa de pesquisa, desenvolvimento e inovação desenvolvido no âmbito das unidades da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), tendo sido realizado um total de 500 projetos de pesquisa ao longo do exercício.

Metas 2012-2015

• **Implantar 80% do Laboratório Nacional de Fusão**

Análise Situacional da Meta

O projeto do Laboratório de Fusão Nuclear (LFN) foi reprogramado em função da mudança do local em relação ao inicialmente proposto. O projeto original previa a construção do Laboratório no município de Cachoeira Paulista, São Paulo. No entanto, devido a restrições decorrentes da localização do terreno, próximo a uma reserva ambiental, houve a necessidade de reavaliação da proposta original.

Assim sendo, a construção do Laboratório foi transferida para a mesma área onde está sendo implantado o Reator Multipropósito Brasileiro. Essa solução possibilitará uma localização mais adequada para as instalações do LFN, além de possibilitar a integração e o compartilhamento da infraestrutura física e operacional das duas novas unidades de pesquisa.

No ano de 2013, foi aprovado um projeto encomenda transversal com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), no montante de R\$ 4 milhões, para apoiar a realização das ações preliminares necessárias para implantação do Laboratório de Fusão Nuclear, incluindo: 1) a execução dos projetos de engenharia básico e executivo do LFN; 2) a adequação do Experimento Tokamak Esférico (ETE) para futura instalação no LFN; e 3) prospecção de um dispositivo a ser instalado no LFN após a fase inicial de exploração do ETE.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	80	%	1	31/12/2013

• **Realizar, anualmente, 450 pesquisas científicas e tecnológicas**

Análise Situacional da Meta

As atividades de pesquisas científicas e tecnológicas foram desenvolvidas dentro das áreas da saúde, agricultura, indústria, energia e meio ambiente. Ao longo do exercício, os resultados alcançados superaram a meta anual estipulada no PPA. Destacam-se 269 artigos publicados em periódicos internacionais e 18 em periódicos nacionais, 487 trabalhos apresentados em congressos internacionais e 182 em congressos nacionais. Além disso, registrou-se 18 pedidos de proteção de propriedade intelectual, além de 74 criações intelectuais.



Vinculados a esses resultados foi captado o montante de R\$ 3,9 milhões em recursos de fomento destinados a atividades de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico, o que contribui para a melhoria do desempenho institucional na área de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

Quantidade alcançada

497

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	5	unidade	4	31/12/2013
Região Nordeste	15	unidade	21	31/12/2013
Região Sudeste	430	unidade	472	31/12/2013

OBJETIVO: 0329 - Identificar e definir soluções para a deposição definitiva dos rejeitos radioativos de média e baixa atividade, visando a proteção da população e do meio ambiente.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Foram identificadas as áreas potencialmente adequadas para a construção de um depósito definitivo de rejeitos radioativos de baixa e média atividade. Ao longo do exercício, foram feitas gestões no âmbito do Governo Federal visando a caracterização das alternativas possíveis para a seleção do local.

Metas 2012-2015

- **Atingir 45% do cronograma físico de implantação do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível (RBMN), até 2015**

Análise Situacional da Meta

Foi definido o termo de contrato de serviço de consultoria a ser firmado, por inexigibilidade, com empresa pública francesa ANDRA, com o objetivo de apoio técnico especializado na elaboração do projeto da construção do repositório.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	45	%	1	31/12/2013

OBJETIVO: 0573 - Aprimorar as atividades de proteção ao programa nuclear e o atendimento a emergências radiológicas e nucleares.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Conforme programado, foram realizados os exercícios de emergência para as usinas de Angra I e II, e implantados ajustes e aprimoramentos operacionais no âmbito do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON).

Metas 2012-2015

- **Aprimorar a metodologia e aumentar a frequência dos exercícios de emergência de forma a manter o elevado grau de segurança das instalações nucleares do país**

Análise Situacional da Meta

A metodologia para a realização e avaliação dos exercícios de emergência tem sido aprimorada com a implantação de

novos desafios, entre os quais se destacam:

1. A realização de simulações no Centro de Jogos da Escola de Guerra Naval, onde modificações no Plano de Emergência Externo vêm sendo testadas antes de serem introduzidas nos exercícios de campo;
2. O primeiro teste de remoção a pé da população próxima à usina nuclear;
3. O aumento da duração do exercício para três dias, com um dia dedicado a ações de esclarecimento junto à população;
4. A introdução dos hospitais de campanha da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Nacional de Saúde, que realizaram o atendimento à população de Angra dos Reis durante os exercícios.

• **Modernizar o Centro Nacional para o Gerenciamento de uma Situação de Emergência Nuclear (CNAGEN)**

Análise Situacional da Meta

O Centro Nacional para o Gerenciamento de uma Situação de Emergência Nuclear (CNAGEN) foi instalado na Presidência da República. No novo Centro está sendo organizado um processo de colaboração com o Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação por meio do qual serão implementados novos sistemas de tecnologia de informação e comunicação de forma a interligar o CNAGEN com os demais centros de resposta a emergências, o Centro de Coordenação e Controle em Emergência Nuclear (CCCEN) em Angra dos Reis - RJ e o Centro Estadual de Gerenciamento de Emergência Nuclear (CESTGEN), no Rio de Janeiro – RJ.

PROGRAMA: 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Conhecimento Geológico da Plataforma Continental Jurídica Brasileira na escala 1:100.000	%	31/12/2010	1	31/12/2013	1
Fundos marinhos internacionais com conhecimento geológico de iniciativa brasileira	km²	31/12/2010	0	31/12/2013	222.000
Número de alunos qualificados anualmente em programas de pós-graduação na área de Ciências do Mar	unidade	01/06/2011	280	10/02/2014	321
Número de graduados anualmente em Ciências do Mar	unidade	01/06/2011	700	10/02/2014	818
Taxa de cumprimento de embarque para atividades práticas (experiência embarcada) destinadas aos graduandos na área de Ciências do Mar	%	01/06/2011	60	10/02/2014	8,7

OBJETIVO: 0558 - Desenvolver pesquisa científica e ações de preservação ambiental para assegurar a ocupação das Ilhas Oceânicas, em particular, o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, a fim de garantir a conservação dos seus biomas terrestre e marinho e os direitos de soberania sobre a Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

A implementação do objetivo envolve diversas universidades, órgãos federais, estaduais e municipais, instituições de pesquisas nacionais e estrangeiras, e contribui para a consecução de objetivos mais amplos das políticas públicas ligadas à pesquisa científica, beneficiando diretamente a comunidade científica envolvida, bem como a população em geral que usufrui dos resultados das pesquisas, que podem levar à melhoria da qualidade de vida, geração de empregos e aumento na conscientização de preservação ambiental e da mentalidade marítima brasileira.

Nas ilhas oceânicas, são conduzidos programas de pesquisa na Ilha da Trindade e no Arquipélago de São Pedro e São Paulo, verdadeiros laboratórios a céu aberto no meio do oceano, com o apoio logístico da Marinha do Brasil (MB), onde são desenvolvidas atividades científicas com potencial econômico e importância estratégica para o País. A efetiva e continuada presença de pesquisadores brasileiros no Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP) consolida a soberania e amplia a jurisdição oceânica do Brasil, com o aumento da Zona Econômica Exclusiva adjacente a essa feição geográfica.

Ao longo de 15 anos, quase dois mil pesquisadores já tiveram a oportunidade de desenvolver pesquisas científicas em Ilhas Oceânicas. A cada ano, cerca de duzentos pesquisadores são apoiados pelos dois programas de pesquisas em Ilhas Oceânicas: O Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo (PROARQUIPÉLAGO) e o Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade (PROTRINDADE).

Pelo PROARQUIPÉLAGO, desde a ativação da estação científica em 1998, já foram realizadas 388 expedições. Manter permanentemente habitada a Estação Científica instalada na Ilhota Belmonte - a maior do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP), uma região extremamente inóspita, exige esforço logístico complexo e custos elevados. Nesse contexto, duas atividades são essenciais para proporcionar a segurança necessária durante as viagens quinzenais e a

permanência no ASPSP, são elas: os treinamentos prévios e as comissões de manutenção.

Os treinamentos prévios, são coordenados pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) e envolvem a participação de diversos órgãos da Marinha e Universidades. São realizadas palestras e instruções teóricas, seguidas de exercícios práticos, durante uma semana. Neles os integrantes das expedições científicas aprendem a operar os equipamentos da estação e recebem noções de sobrevivência no mar, primeiros socorros e segurança.

No período de 30 de junho a 07 de julho de 2013, aconteceu o segundo e último treinamento, que teve a participação de trinta pesquisadores de graduação e pós-graduação de diversas universidades de todo País, sendo vinte e sete brasileiros e três estrangeiros. Além do treinamento, a manutenção permanente também é imprescindível para assegurar o funcionamento e a eficiência dos equipamentos da Estação. Denominadas “APOIEX”, essas viagens de manutenção são realizadas, em média, a cada quatro meses, percorrendo 1.100 Km a partir de Natal-RN, durando até 4 dias, dependendo do navio empregado e do estado do mar, exigindo um esforço logístico complexo e custos elevados.

Ao longo do ano de 2013, foram realizadas 24 expedições científicas ao ASPSP, envolvendo a participação direta de 85 pesquisadores. Nessas expedições também foram realizadas inspeções e manutenção do sistema fotovoltaico; sistema de telefonia e internet; estação sismográfica; estação meteomaregráfica; inspeção estrutural, manutenção e instalação de equipamentos e acessórios na Estação Científica, garantindo a segurança e operatividade da Estação em apoio às pesquisas.

Com relação ao PROTRINDADE, ressalta-se a distância da Ilha da Trindade do porto de Vitória-ES (mais de 1.200 Km), com travessias de mais de 4 dias, dependendo do navio empregado e condições de mar. A manutenção de plena capacidade operacional da Estação Científica da Ilha da Trindade, instalada em uma área menos acidentada da Ilha há mais de dois anos, exige, também, um esforço logístico complexo e custos elevados, já tendo apoiado mais de 270 pesquisadores, em 29 expedições científicas. Ao longo de 2013, foram realizadas oito expedições científicas à Ilha envolvendo 89 pesquisadores. Na área da Biologia, cita-se o prosseguimento das atividades de monitoramento de tartarugas por pesquisadores do Projeto TAMAR, por ser a Ilha da Trindade o maior sítio reprodutivo desses animais no Atlântico Sul. Em 2014 terá continuidade a instalação de um sistema de geração de energia renovável (solar e eólica) em parceria com o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – Cepel/Eletróbrás, que permitirá economizar até 90% no consumo de óleo combustível e reduzir a emissão de CO² em cerca de 220 ton/ano, além da instalação de uma Estação Sismográfica pelo Observatório Nacional.

Atualmente, cerca de 42 projetos estão sendo desenvolvidos nos dois programas de pesquisas em Ilhas Oceânicas por Universidades e órgãos de pesquisa, nas diversas áreas da ciência, como oceanografia, geologia, biologia, botânica e climatologia. A instalação, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), de uma Estação Meteomaregráfica automatizada na Ilha da Trindade contribuirá para as previsões meteorológicas do continente. Existem ainda estudos para instalação de uma estação magnética do Observatório Nacional no ASPSP.

Para 2014, está prevista a continuidade na realização de expedições científicas do PROARQUIPÉLAGO e do PROTRINDADE, com uma expectativa de participação de 150 pesquisadores.

Com o objetivo de ampliar as pesquisas em ilhas oceânicas, no intuito de contribuir para conservação dos seus biomas terrestre e marinho, a Subcomissão para o Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM) continua envidando esforços para a criação de um Programa de Pesquisas Científicas em Fernando de Noronha, no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). Para tal, a Secretaria da CIRM (SECIRM) está articulando junto à Secretaria de Ciência e Tecnologia do Governo do PERNAMBUCO, Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e Secretaria do Patrimônio da União a cessão de um terreno de 650 m². A assinatura do Termo de Entrega do imóvel está prevista para 2014.

Metas 2012-2015

- **Ampliar para 60 o número de projetos de pesquisa sendo desenvolvidos simultaneamente nas Ilhas Oceânicas**
Análise Situacional da Meta



O Edital CNPq nº 39/2012 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas apoia, desde 2012, 30 projetos de pesquisa. Em 2013, o Edital nº 62/2013 MCTI/CNPq/FNDCT – “Pesquisa e Desenvolvimento em Ilhas Oceânicas”, lançou apoio a 7 projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação na região das ilhas oceânicas existentes no Atlântico Sul, com ênfase para os projetos na área da oceanografia de mar aberto, bem como o monitoramento do CO₂ na interface oceano-atmosfera, com valor global de R\$ 7.000.000,00 a serem gastos em 3 anos.

Estima-se ao final de 2013 o cumprimento de 62% de Meta do Objetivo, por meio do apoio a 37 projetos de pesquisa contratados pelos Editais nº 39/2012 – “Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas” e nº 62/2013 MCTI/CNPq/FNDCT – “Pesquisa e Desenvolvimento em Ilhas Oceânicas”.

Quantidade alcançada

37

Data de Referência

12/02/2014

- **Manter a Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP) habitada com pelo menos três pessoas durante 365 dias por ano**

Análise Situacional da Meta

A Estação Científica do ASPSP está em pleno funcionamento operacional, sem restrições e ocupada, permanentemente, por pesquisadores brasileiros e militares da Marinha do Brasil.

Foi dada continuidade nas operações e manutenção da estação científica, permitindo que, em média, a estação ficasse ocupada, no mínimo, por três pessoas, ininterruptamente, durante os 365 dias de 2013 (100% ocupada).

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0560 - Desenvolver ações que promovam o conhecimento e o uso sustentável dos recursos do mar, em águas nacionais e internacionais.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O VIII Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), ora em tramitação para aprovação final por Decreto da Presidenta da República, possui especial importância, pois define as diretrizes a serem desenvolvidas dentro das suas diversas ações e programas, para transformar os recursos da “Amazônia Azul” e Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial em riquezas para o País.

O PSRM guarda estreita relação com o Programa Temático 2046, principalmente no tocante aos Objetivos de nº 0558, 0560 e 0561, é conduzido pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), se constitui num dos desdobramentos da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM) e define ações voltadas para o conhecimento e aproveitamento sustentável dos recursos naturais marinhos com importância econômica e estratégica para o Brasil.

O PSRM é composto por 10 Programas que abordam várias áreas do conhecimento e do uso sustentável dos recursos do mar, sendo eles: PROARQUIPÉLAGO e PROTRINDADE, abordados no Objetivo 0558; REMPLAC, PROAREA, REVIMAR, PPGMar, BIOMAR, AQUIPESCA e PROMAR, abordados neste Objetivo; e o GOOS BRASIL, abordado no Objetivo 0561.

Esses Programas do PSRM contribuem para o desenvolvimento de atividades econômicas e de gestão ambiental, para a criação de tecnologia de ponta, novas patentes e empregos e qualificação de recursos humanos, refletindo positivamente no desenvolvimento socioeconômico do País e na maior inserção brasileira no cenário internacional de pesquisas no mar. O Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira, o REMPLAC, e o Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial, o

PROAREA, destinam-se a analisar a potencialidade dos recursos minerais marinhos e da biodiversidade a eles associada, com importância econômica e estratégica para o Brasil.

No contexto do PROAREA, no período de 13/04 a 29/05/2013, foi concretizada a primeira iniciativa no âmbito do programa de trabalho do Grupo de Ciências do Mar do Comitê Conjunto Brasil-Japão em Ciência, Tecnologia e Inovação. Trata-se da expedição “Iatá-Piuna”, realizada em parceria entre o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), a Universidade de São Paulo (USP) e a Agência Japonesa de Ciências do Mar e da Terra (JAMSTEC “Japan Agency for Marine-Earth Science and Technology”), envolvendo pesquisadores de cerca de vinte universidades e empresas dos dois países.

Esse esforço de pesquisa subsidiou a elaboração de Plano de Trabalho para prospecção e exploração de crostas cobaltíferas na Elevação de Rio Grande, que foi encaminhado à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA), em 31/12/2013. A aprovação do Plano de Trabalho que dará ao país o direito de implementar atividades de pesquisa na Elevação do Rio Grande ERG por um período de 15 anos e posteriormente, iniciar uma fase de exploração comercial (exploração).

Na área de Biotecnologia de Organismos Marinhos (BIOMAR) do VIII PSRM, coordenada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), foi realizado no 1º semestre/2013 uma oficina para elaborar o Plano Nacional de Trabalho – PNT BIOMAR 2013/2015. O PNT BIOMAR contempla as vertentes científica, governamental e industrial, necessárias para que a biotecnologia marinha seja viabilizada como fonte de conhecimento e de novas tecnologias. Para o MCTI, a elaboração do PNT BIOMAR, já aprovado pela CIRM, será o marco inicial das ações do BIOMAR. A partir dele, o Brasil entra em nova fase disponibilizando meios para a superação do déficit em pesquisas no mar, para aproveitar mediante conhecimento científico as vantagens comparativas com outras nações na questão da bioeconomia, pelos imensos recursos naturais e biológicos, continentais ou marinhos.

O lançamento do Edital de Chamada nº 63 MCTI/CNPq/FNDCT, de 24/09/2013 - “Estruturação de uma Rede de Pesquisa em Biotecnologia Marinha” - para selecionar propostas de pesquisa na Zona Costeira, no Oceano Atlântico Sul e Tropical, bem como em águas internacionais de interesse nacional, resultou na aprovação de quatro redes de pesquisa com um total de 13 projetos. Esses projetos atingem e beneficiam todas as regiões do país e diversas linhas de pesquisa tais como bioinformática, bioprospecção, bioativos e biofármacos, contribuindo para a formação de recursos humanos, produção de conhecimentos científicos, tecnológicos e de inovação e promovendo o desenvolvimento sustentável.

Na área de Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar (PPGMar) em 2013 merecem destaque dois eventos: o 6º Encontro de Coordenadores de Cursos em Ciências do Mar, realizado em Natal/RN de 03 a 07/12/2013, e a conclusão em 13/12/2013 do Edital de Licitação, pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG, para a execução de serviço de elaboração de projeto executivo e construção de quatro embarcações, cuja finalidade é servir como laboratórios de ensino flutuante, conforme informações disponíveis no Portal “Ciências do Mar Brasil” (www.cdmb.furg.br). Neste certame foi vencedora a empresa Indústria Naval do Ceará S.A. O contrato para o projeto e a construção das embarcações está previsto para ser assinado em 2014. Existe previsão no estudo do PPGMar de construção de mais cinco embarcações para universidades, sendo que uma delas poderá ser alocada para a Marinha do Brasil.

Outro assunto relacionado ao mar que vêm sendo discutido em âmbito mundial é a necessidade dos países estabelecerem políticas para o uso compartilhado do ambiente marinho, com vistas ao desenvolvimento sustentável. Após uma sequência de reuniões, foi aprovado na Subcomissão para o PSRM, na Sessão Ordinária de 08/04/2013 e, posteriormente, ratificado na 183ª Sessão Ordinária da CIRM, de 23/04/2013, a criação de um Grupo de Trabalho (GT) com o propósito específico de conduzir as discussões afetas ao Uso Compartilhado do Ambiente Marinho, com o objetivo de propor adequações ao marco institucional, normativo e regulatório vigente, buscando a harmonização das políticas, normas e definições relacionadas ao assunto, estabelecendo diretrizes, ferramentas e metodologias adequadas, que possam ser utilizadas no apoio ao processo de tomada de decisões relacionadas ao uso do mar, tanto em nível governamental quanto privado.

Com o objetivo de divulgar a importância do mar e despertar na Sociedade Brasileira uma mentalidade marítima, a CIRM, por meio do Programa de Mentalidade Marítima, realizou, durante o ano de 2013, várias exposições, palestras e



doação de material de divulgação para várias instituições governamentais e não-governamentais, que apoiam as atividades ligadas ao mar, que também contribuirão para a divulgação do conceito “Amazônia Azul”.

A execução e manutenção dos programas e ações do PSRM está relacionada diretamente ao modelo de gestão conduzido pela CIRM que, como fórum de discussão e articulação dos assuntos ligados aos Recursos do Mar, envolve diversas universidades, órgãos federais, estaduais e municipais, instituições de pesquisas nacionais e estrangeiras e corrobora com políticas públicas ligadas à pesquisa científica relacionada com o mar, beneficiando diretamente toda a comunidade científica envolvida, bem como a sociedade brasileira, que usufrui dos resultados das pesquisas e informações delas decorrentes: melhoria da qualidade de vida, geração de empregos, aumento na consciência ambiental e na mentalidade marítima brasileira.

Considerando tanto a nova programação orçamentária e financeira, nos termos do Decreto nº 8.021, de 29/05/2013; como a disponibilidade de equipamentos e pessoal qualificado para a pesquisa, coleta e interpretação dos dados, bem como, da disponibilidade de navios e embarcações, em especial os da Marinha do Brasil, avalia-se que o presente Objetivo foi cumprido a contento ao longo do exercício de 2013, em função de arranjos de gestão levados a efeito pela CIRM principalmente no aspecto de otimização na utilização de navios e embarcações, inclusive da Marinha para atendimento aos vários programas do PSRM.

Metas 2012-2015

• Ampliar para 1.400 o número de graduados anualmente em Ciências do Mar

Análise Situacional da Meta

De acordo com os dados do Comitê Executivo para a Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar – PPGMar – MEC, em 2012 foram formados 818 profissionais pelos 40 cursos de graduação pertencentes à área de Ciências do Mar, que inclui as modalidades de Ciências Biológicas (com enfoque em temas relacionados às Ciências do Mar), Engenharia de Pesca, Engenharia de Aquicultura, Geofísica (com enfoque em temas relacionados às Ciências do Mar) e Oceanografia (<http://www.cdmb.furg.br>).

Tomando em conta o número de ingressantes no ano de 2009 (com total de 2.090 estudantes), a taxa de sucesso [(número de formados / número de ingressantes) x 100] dos 40 cursos é de 39,1%, inferior a taxa histórica do conjunto de cursos da área, que é de 45%. É possível que a greve das Universidades Federais, que se estendeu por aproximadamente quatro meses, tenha contribuído para a evasão e a retenção de estudantes no ano anterior. A expectativa é de que o trabalho desenvolvido pelo PPGMar, no que se incluem ações visando à melhoria da qualificação docente, a produção de material didático, a ampliação de embarcações para experiência embarcada, o fortalecimento dos periódicos especializados, a introdução da cultura do empreendedorismo e da inovação e o aumento da inserção no mercado de trabalho, comece a se refletir na qualidade e na quantidade de formados, de maneira mais intensa, a partir do ano de 2014, propiciando o alcance da meta definida ao final do período de vigência do presente Plano.

Quantidade alcançada

818

Data de Referência

10/02/2014

• Ampliar para 40 o número de projetos de pesquisa multidisciplinares sobre o potencial biotecnológico da biodiversidade marinha

Análise Situacional da Meta

Além dos 17 projetos vigentes no âmbito dos editais MCT/CNPq/CT PETRO nº 39/2009; CT HIDRO/AÇÃO TRANSVERSAL LEI MCT/CNPq nº 07/2010, que apoiam projetos na área da Biotecnologia Marinha, foi lançado pelo CNPq o Edital MCTI/CNPq/FNDCT nº 63/2013 – “Estruturação de uma Rede de Pesquisa em Biotecnologia Marinha”, que apoiará 13 projetos de pesquisa, vinculados à quatro redes de pesquisa, sobre os potenciais usos de bioativos provenientes de organismos marinhos presentes na Zona Costeira e no Oceano Atlântico Sul e Tropical, bem como em águas internacionais de interesse nacional.

Este edital possui recursos no valor total de R\$ 6.000.000,00 a serem gastos em três anos. Os 13 projetos selecionados atingem todas as regiões do país e diversas linhas de pesquisa como bioinformática, bioprospecção, bioativos e biofármacos.

Ao final de 2013, obteve-se o cumprimento de 75% da Meta, por meio do apoio a 30 projetos de pesquisa contratados pelos Editais MCT/CNPq/CT PETRO Nº 39/2009; CT HIDRO/AÇÃO TRANSVERSAL LEI MCT/CNPq Nº 07/2010 e MCTI/CNPq/FNDCT Nº 63/2013.

Quantidade alcançada

30

Data de Referência

12/02/2014

- **Ampliar para 560 o número de alunos qualificados anualmente em programas de pós-graduação na área de Ciências do Mar**

Análise Situacional da Meta

De acordo com os dados do Comitê Executivo para a Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar – PPGMar – MEC, a quantidade de mestres e doutores formados pelos 28 programas de pós-graduação identificados como pertencentes à área de Ciências do Mar (28 cursos de mestrado e 21 de doutorado) ainda não foram apuradas, uma vez que os resultados da avaliação trienal da CAPES não ficaram disponíveis em tempo hábil para tratamento dos mesmos. A expectativa é de que tenha ocorrido um incremento na quantidade de mestres e doutores formados no período, que deverá continuar crescendo nos próximos anos como resultado do trabalho desenvolvido pelo PPGMar, no que se incluem ações visando à melhoria da qualificação docente, a produção de material didático, a ampliação da experiência embarcada e o fortalecimento dos periódicos especializados, propiciando o alcance da meta definida ao final do período de vigência do presente Plano.

Quantidade alcançada

321

Data de Referência

10/02/2014

- **Atender 70% dos graduandos na área de Ciências do Mar que necessitam realizar práticas de experiência embarcada (100 horas)**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram embarcados 82 estudantes em navios da Marinha do Brasil com o auxílio do Programa de Apoio à Experiência Embarcada - PAAE. Como o número de estudantes graduados em 2013 ainda não é conhecido, não é possível apurar com precisão o atendimento da meta estabelecida.

De acordo com os dados do Comitê Executivo para a Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar – PPGMar – MEC, as informações sobre o número de graduados em 2013 estarão disponíveis em abril de 2014, em razão da greve ocorrida em 2012 nas universidades federais. Entretanto, tomando em conta a taxa de sucesso histórica do conjunto de cursos da área [(número de formados / número de ingressantes) x 100], que é de 45%, a conclusão é de que somente 8,7% dos graduandos que necessitam de práticas de experiência embarcada puderam ser atendidos pelo PPGMar no período. É um percentual pequeno, mas superior ao observado em 2012, quando foram atendidos apenas 5,6%, justificando o esforço que vem sendo realizado através do PAAE.

Cabe destacar, por oportuno, que a razão do baixo atendimento da meta definida no PPA 2012-2015 (70% dos graduandos) está no reduzido número de embarcações disponíveis para atender a demanda por atividade embarcada. Para superar no futuro essa dificuldade, o PPGMar, por meio do Grupo de Trabalho Experiência Embarcada, realizou um diagnóstico das embarcações potencialmente capazes de uso para esta finalidade, concluindo pela inviabilidade de utilização das mesmas, especialmente porque são embarcações dedicadas primariamente à pesquisa.

O resultado do estudo realizado foi apresentado ao Ministério da Educação – MEC, que assumiu o compromisso de viabilizar a construção de quatro Laboratórios de Ensino Flutuantes (LEF) até o final de 2015, o que possibilitará o pleno atendimento da meta traçada no Plano Plurianual em vigor. A Universidade Federal do Rio Grande – FURG,



instituição responsável por viabilizar a construção dos referidos Laboratórios de Ensino Flutuantes (LEF), concluiu o processo de licitação do estaleiro que fará a construção dos primeiros quatro LEF, sendo vencedora a empresa Indústria Naval do Ceará S.A., conforme resultado publicado no D.O.U. em 13.12.2013. A previsão é de que os primeiros Laboratórios de Ensino Flutuantes estejam concluídos no final de 2015.

Quantidade alcançada

8,7

Data de Referência

10/02/2014

OBJETIVO: 0561 - Ampliar e consolidar um sistema de observações dos oceanos, zona costeira e atmosfera, a fim de aprimorar o conhecimento científico e contribuir para reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos, variabilidade do clima e das mudanças climáticas.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Clima, componente do Global Ocean Observing System (GOOS) conhecido como GOOS-Brasil, é um dos dez programas do PSRM - Plano Setorial para os Recursos do Mar, e é composto por redes de observação do oceano e da atmosfera, que operam por meio de boias fixas e de deriva no Atlântico Sul e Tropical, monitorando o nível médio do mar e de ondas em águas rasas, e produz informações que contribuem para reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos, da variabilidade do clima e das mudanças climáticas, principalmente junto à população litorânea brasileira.

O GOOS-Brasil, sediado na Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), se integra e contribui com o GLOSS (Global Sea Level Observing System), programa internacional conduzido pela Comissão Técnica Integrada para Oceanografia e Meteorologia Marinha (JCOMM), da Organização Mundial de Meteorologia (WMO) e da Comissão Oceanográfica Intergovernamental - IOC.

Durante o ano de 2013, com o propósito de aprimorar a coleta de dados oceanográficos e meteorológicos, foi efetuado o lançamento de boias de deriva ao longo da costa brasileira, o que proporciona a manutenção da capacidade de monitoramento do Oceano Atlântico Sul. Dez flutuadores ARGO adquiridos em 2012 serão lançados ao mar tão logo a Marinha do Brasil os receba. Esses flutuadores são de última geração e coletam uma grande gama de informações da coluna de água.

Os dados atualmente recebidos, são analisados e disponibilizados aos órgãos de previsão e à comunidade científica a fim de subsidiar estudos, previsões e ações e contribuem para a redução de riscos e vulnerabilidades decorrentes de eventos extremos e da variabilidade do clima que afetam o Brasil, assim como auxiliar as operações navais.

Além disso, com tais informações, a Marinha, por meio da Diretoria de Hidrografia e Navegação - DHN, tem condições de fornecer, quando solicitada, previsões meteorológicas para grandes eventos realizados no Brasil, como foi o caso nos Jogos Pan-americanos de 2007 e Copa das Confederações em 2013.

Atualmente, o GOOS-Brasil, coordenado pelo seu Comitê Executivo, é composto por um sistema formado por quatro Redes de Observação e um Projeto de pesquisa, quais sejam:

- Rede de coleta de dados oceanográficos e climatológicos por meio de boias fixas e de deriva no Atlântico Sul (PNBOIA);
- Rede de monitoramento do nível médio do mar (GLOSS);
- Rede de monitoramento de ondas em águas rasas (Rede ONDAS);
- Rede de coleta de dados oceanográficos e climatológicos por meio de boias fixas no Atlântico Tropical (PIRATA); e
- Projeto de monitoramento da caracterização da estrutura térmica do oceano Atlântico Sul (MOVAR - Monitoramento da Variabilidade Regional do Transporte de Calor na Camada Superficial do Atlântico Sul, entre o Rio de Janeiro e a Ilha da Trindade).

Em abril de 2013, foi concluída a instalação da Estação Meteo-Maregráfica da Ilha da Trindade (EMARIT), como parte

da rede de estações do GOOS-Brasil. Esse resultado é fruto do trabalho conjunto do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e da Marinha, com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e apoio logístico do Comando do 1º Distrito Naval e da SECIRM.

A Estação possui um par de marégrafos tipo radar, com duplicidade de sensores e GPS de precisão, para registrar os deslocamentos da Ilha em relação ao nível médio do mar, sendo estes dados enviados ao continente em tempo quase real. Essa estação desde sua instalação tem gerado uma série de dados de marés, ventos, umidade relativa e temperatura do ar, pressão atmosférica, precipitação e radiação solar. A segunda fase (de consolidação), que se inicia em 2014, contemplará a aplicação do controle de qualidade dos dados e o envio ao Banco Nacional de Dados Oceânicos (BNDO) e a elaboração de artigos científicos. A terceira fase da EMARIT prevê a instalação de sensores para monitoramento da temperatura da superfície do mar e outros parâmetros físico-químicos.

Quanto às redes de observação, no 2º semestre de 2013 foram adquiridos sobressalentes e sensores para manter sua adequação e operacionalidade. Foi realizada a manutenção de rotina dos sensores e equipamentos de coleta de dados, principalmente daqueles instalados nas boias fixas, fundeadas ao longo da costa brasileira, com o auxílio dos Navios da Marinha do Brasil; foram adquiridos dois novos ondógrafos para a Rede de Monitoramento de Ondas em Águas Rasas, os quais deverão ser fundeados em 2014. Foram disponibilizados os dados coletados à comunidade científica; e foram efetuados lançamentos de mais dispositivos derivantes e obtido aumento gradual da disponibilidade dos dispositivos. Como todos os Programas da CIRM, as atividades do GOOS-Brasil são discutidas no Comitê Executivo, coordenado pela DHN, envolvendo diversas universidades, órgãos federais, estaduais e municipais, instituições de pesquisas nacionais e estrangeiras que contribuem para a consecução dos objetivos de políticas públicas ligadas à pesquisa científica, notadamente as relacionadas com o mar e a previsão meteorológica, beneficiando diretamente toda a comunidade científica envolvida, bem como a sociedade brasileira, que usufrui dos resultados das pesquisas e informações delas decorrentes: melhoria da qualidade de vida, geração de empregos, aumento na consciência ambiental e na mentalidade marítima brasileira.

Apesar da nova programação orçamentária e financeira, nos termos do Decreto nº 8.021, de 29 de maio de 2013, da disponibilidade de equipamentos e pessoal qualificado para a pesquisa, coleta e interpretação dos dados, bem como da disponibilidade de navios e barcos, em especial os da Marinha do Brasil, avalia-se que o presente Objetivo foi cumprido a contento em 2013, tendo em vista que todos os dados coletados pelas redes de observação foram disponibilizados às Instituições de pesquisas, universidades e comunidade científica para que possam gerar informações importantes, em tempo hábil.

Metas 2012-2015

- **Ampliar para 40 o número médio de Dispositivos Fixos de coleta de dados, instalados, previstos para as Redes de Observação do GOOS/Brasil**

Análise Situacional da Meta

Durante o primeiro semestre de 2013, com o propósito de aprimorar a coleta de dados oceanográficos e meteorológicos, foi efetuada a manutenção das boias fixas pertencentes à rede de observação por boias fixas, mantendo a capacidade de monitoramento do Oceano Atlântico Sul. Os dados são recebidos, analisados e disponibilizados aos Órgãos de previsão e à comunidade científica.

Está sendo aguardado o recebimento em 2014 de mais duas boias fixas, as quais deverão ser fundeadas no litoral brasileiro conforme previsto no projeto operacional da rede de coleta de dados oceanográficos e climatológicos por meio de boias fixas e de deriva no Atlântico Sul - PNBOIA.

Existem, atualmente, 25 dispositivos fixos lançados e em funcionamento no mar, tendo em vista que um dispositivo foi retirado do mar para manutenção. Um fator que tem dificultado a manutenção da operacionalidade da Rede é o vandalismo constante, que é combatido pela atividade fiscalizadora da Marinha.

A consecução da meta, prevista para 2015, está diretamente ligada à disponibilidade orçamentária, de embarcações, equipamentos e pessoal qualificado. A DHN, como coordenadora do Comitê Executivo, tem envidado grande esforço de articulação com os demais órgãos participantes do GOOS-Brasil, principalmente com relação à dificuldade de



alocar, tempestivamente, embarcações da Marinha devido ao concurso de várias demandas sobre as mesmas. Os deslocamentos destas são otimizados, atendendo muitas vezes a vários programas numa mesma viagem.

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar para 60 o número médio de Dispositivos Derivantes de coleta de dados previstos para as Redes de Observação do GOOS/Brasil, em operação**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2013, foram lançados 25 flutuadores derivantes ao largo da costa brasileira, os quais coletam dados oceanográficos. Atualmente, existem, em média, 50 Dispositivos Derivantes lançados e em funcionamento no mar, considerando-se os lançados e os perdidos/inoperantes. Existem 10 flutuadores ARGO, em fase de aquisição, que deverão ser lançados ao mar tão logo a Marinha os receba.

A DHN, como coordenadora do Comitê Executivo, também tem envidado grande esforço de articulação com os demais órgãos partícipes do GOOS-Brasil, principalmente com relação à dificuldade de alocar, tempestivamente, embarcações da Marinha devido ao concurso de várias demandas sobre as mesmas. Os deslocamentos destas são otimizados, atendendo muitas vezes a vários programas numa mesma viagem.

Quantidade alcançada

50

Data de Referência

31/12/2013

- **Manter operacional 90% dos Dispositivos Fixos instalados nas Redes de Observação previstas pelo GOOS/Brasil**

Análise Situacional da Meta

A Meta prevê aumentar a disponibilidade de dispositivos fixos em operação para a coleta de dados para o monitoramento do Oceano, sendo que em 2013 se atingiu 88% de operacionalidade dos dispositivos fixos instalados.

A Marinha, como coordenadora do Comitê Executivo, também tem envidado grande esforço de articulação com os demais órgãos partícipes do GOOS-Brasil, principalmente com relação à dificuldade de alocar, tempestivamente, embarcações da MB devido ao concurso de várias demandas sobre as mesmas. Os deslocamentos destas são otimizados, atendendo muitas vezes a vários programas numa mesma viagem.

Quantidade alcançada

88

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0562 - Ampliar a Plataforma Continental para além das 200 milhas da costa, de acordo com o previsto na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a fim de assegurar direitos de soberania sobre essa área.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC) passou a ser mais conhecido tendo em vista as várias descobertas de poços de petróleo na camada denominada Pré-Sal, situados próximos do limite das 200 milhas da costa, dentro da Zona Econômica Exclusiva, aumentando a sua importância estratégica para o País.

Dando continuidade aos trabalhos do LEPLAC, após a conclusão da fase de aquisição de novos dados geofísicos, os mesmos estão sendo processados e interpretados, sob a coordenação da Marinha do Brasil, de modo a aprimorar o embasamento da proposta revisada de limite exterior da margem continental brasileira, além das 200 milhas náuticas. As atividades do LEPLAC são aprovadas e coordenadas pela respectiva Subcomissão, coordenada pelo Ministério das

Relações Exteriores, e conduzidas pelo Grupo de Trabalho do LEPLAC (GT-LEPLAC) e envolvem, também, diversos outros órgãos componentes da CIRM. Essas atividades se concatenam com as políticas públicas ligadas à pesquisa científica, notadamente as relacionadas com o mar e com a política de soberania nacional, beneficiando diretamente toda a população brasileira, que usufrui dos resultados das pesquisas e informações delas decorrentes, como é o caso do petróleo que será extraído dos poços descobertos na camada denominada Pré-Sal.

Na 63ª Reunião Ordinária do LEPLAC, ocorrida em 11 de setembro de 2013, foi aprovado o envio de três propostas revisadas de limite exterior da margem continental brasileira, além das 200 milhas náuticas parciais ao invés de uma única proposta revisada completa. Neste sentido, a Margem Continental Brasileira foi dividida em três áreas: Áreas Sul, Equatorial e Leste.

O encaminhamento de propostas revisadas parciais tem a intenção de testar a aceitação dos argumentos utilizados em uma área e que poderão ser utilizados em outras áreas. Nessa mesma reunião, também foi aprovada a criação de outro grupo de trabalho para a elaboração dos aspectos político e jurídico dos relatórios de submissão das propostas revisadas de limites exteriores parciais, que serão apresentados à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU, pelo Ministério das Relações Exteriores.

Durante o 1º trimestre de 2013, iniciou-se a revisão do relatório da Área Sul, que comporá a proposta revisada parcial daquela área, que deverá estar pronta em 2014. Essa proposta parcial, após aprovação da CIRM e devidamente autorizada pelo Governo Federal, deverá ser encaminhada no momento oportuno, à CLPC.

No 2º semestre de 2013 foi dada prioridade ao relatório da Área Sul, assim como ao processamento e interpretação dos dados das demais áreas, de modo a dar prosseguimento à elaboração das demais propostas parciais e da proposta revisada completa. Para 2014, o foco principal do LEPLAC será terminar a proposta revisada parcial da Área Sul.

Metas 2012-2015

• Delimitar a Plataforma Continental Brasileira

Análise Situacional da Meta

No 1º semestre de 2013 iniciou-se a revisão do relatório parcial da Área Sul, que comporá a proposta revisada completa. No 2º semestre de 2013, foi dada prioridade ao relatório da Área Sul, conforme dito acima, assim como ao processamento e interpretação dos dados das demais áreas, de modo a dar prosseguimento à elaboração da proposta revisada completa. Essa proposta, após aprovação da CIRM e devidamente autorizado pelo Governo Federal, estará pronta para ser encaminhada à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU, no momento oportuno, pelo Ministério das Relações Exteriores.

OBJETIVO: 0563 - Realizar o planejamento e a gestão ambiental territorial da zona costeira, visando a redução de suas vulnerabilidades ambientais, sociais e econômicas.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Entre 2012 e 2013 os avanços neste objetivo estiveram centrados na construção do embasamento conceitual de que o planejamento territorial da costa deve ser integrado ao planejamento do território brasileiro como um todo, nas suas feições continental, costeira e marinha.

Em relação às vulnerabilidades, foram intensificadas as ações em torno do Sistema de Modelagem Costeira (SMC) e cooperação técnica entre Brasil e Espanha iniciada em 2010 para aumentar os conhecimentos, informações e qualificação da gestão costeira no Brasil, nos três níveis de governo. Esta ação se insere no Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (PAF), Linha 1, que visa o ordenamento ambiental territorial da zona costeira.

Como produto da parceria com a Espanha, o Brasil já conta hoje com o SMC3.0, versão do software atualizada e adaptada à realidade brasileira, que disponibiliza dados oceanográficos dos últimos 60 anos, obtidos por retroanálise numérica, que, contudo ainda carecem de uma calibração fina adicional.

Foram realizados dois cursos de formação na ferramenta SMC3.0, e realizado o II Seminário Internacional SMC Brasil,



que teve como objetivo central divulgar o Projeto SMC-Brasil e ampliar as parcerias institucionais. Além disso, apresentou-se resultados de casos já desenvolvidos e foram propostos novos estudos pilotos, com o envolvimento das universidades e gestores estaduais. Nele, também foram debatidos os desafios e oportunidades para a formação em Engenharia Costeira no Brasil, com a participação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e Comitê Executivo dos Grupos de Pesquisa e Pós- Graduação em Ciências do Mar -PPGMar.

Foi instituído por meio da Resolução 3/2013 da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), o Comitê Executivo para o SMC Brasil, que ficará responsável pela estruturação, manutenção e difusão do Sistema à comunidade governamental, técnica e científica brasileira.

Em relação aos efeitos de mudanças climáticas na zona costeira, foi realizado o Simpósio Internacional de Vulnerabilidade Costeira, que reuniu gestores e especialistas nacionais e internacionais para nivelar o conhecimento atual e avançar na proposição de métodos adequados à realidade brasileira. A questão do alinhamento vertical entre os dois referenciais utilizados na determinação da batimetria e altimetria na área costeira foi debatida a fundo, com importantes resultados do ponto de vista do engajamento de atores e formuladas propostas de ação. Ficou claro que o IBGE e a Diretoria de Hidrografia e Navegação - DHN da Marinha são os atores principal para esta ação. Como ação concreta foi enviado ofício à Comissão Nacional de Cartografia, para que paute o assunto na próxima reunião, a ocorrer em 2014.

Ainda quanto à vulnerabilidade costeira, foi apresentado um estudo elaborado pela Cepal em escala regional para a América Latina e o Caribe, estando em curso entendimentos entre o MMA e a Cepal para a realização do mesmo estudo para a costa do Brasil, em escala de maior detalhe. Em relação às mudanças climáticas, foi constituída, no âmbito do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas, a Força Tarefa Zona Costeira, para subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Adaptação, que deverá ser concluído em 2014.

Tanto o desenvolvimento do SMC Brasil quanto os debates sobre mudanças climáticas confirmam que um dos grandes desafios no Brasil está relacionado à necessidade de um monitoramento contínuo e sistemático do ambiente costeiro e marinho, com a disponibilização dos dados para a sociedade, para a pesquisa e para apoio à gestão. O conhecimento das dinâmicas locais é um patrimônio inestimável, pois cada vez mais as soluções de engenharia e as medidas para adaptação aos efeitos climáticos necessitarão estar amparadas em bases sólidas de informação.

Para marcar os 25 anos da Lei nº 7.661/88, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), foi realizado no Instituto Oceanográfico da USP o evento Oceanos & Sociedade 2013. O evento contou com mais de 200 participantes e sua principal constatação é a de que nestes 25 anos muito pouco do PNGC foi implementado, recomendando-se maior apoio à implantação dos instrumentos previstos. Das recomendações relacionadas a apoio institucional consta o fortalecimento do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (Gi-Gerco), a sugestão de criação de uma Frente Parlamentar para Oceanos e Costas no âmbito do Legislativo e de um Fórum de Secretários Estaduais de Meio Ambiente para o Gerenciamento Costeiro e Oceânico.

Em relação às ações de planejamento da ocupação da zona costeira foram recomendações do evento a elaboração do Plano de Uso Compartilhado do Espaço Costeiro e Oceânico Brasileiro- que já está sendo objeto de trabalhos no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), a integração entre a gestão de Bacias Hidrográficas e a Gestão da Zona Costeira e Oceânica, e a criação de Unidades de Conservação marinhas para atendimento às metas de Aichi no escopo da Convenção da Biodiversidade.

No Projeto Orla, até 2013 foram formados 150 novos instrutores, com a realização de 3 cursos regionais (Rio de Janeiro/RJ, Recife/PE e Fortaleza/CE), favorecendo a consolidação da política pública de gerenciamento costeiro. Para a expansão do Projeto Orla mantém-se o desafio de construir uma integração institucional e metodológica para as orlas fluviais, bem como, com outros instrumentos de planejamento territorial municipal, garantindo o marco legal para a implementação das ações propostas no Plano de Gestão Integrada da Orla (PGI).

Com relação ao Lixo Marinho, temática priorizada na Rio+20, foi desenvolvido um esforço de divulgação do assunto nas etapas locais e estaduais da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente, cuja temática central tratou de resíduos sólidos.

O tema teve reflexo na etapa nacional, tendo sido elencado como uma das 60 deliberações resultantes, o que deverá

pautar o tema na agenda governamental. De início trabalha-se para produzir um marco zero sobre a situação do lixo marinho no Brasil, tendo sido firmado Termo de Cooperação com a Universidade Federal da Bahia - UFBA para obtenção de elementos para construir a estratégia da política pública para enfrentamento deste problema, visando sua redução.

Metas 2012-2015

- **Capacitar parceiros institucionais e sociedade dos 17 estados costeiros nas modalidades presencial ou a distância, na metodologia do Projeto Orla**

Análise Situacional da Meta

Até 2013 foram realizados três cursos regionais de formação de instrutores na metodologia do Projeto Orla, abrangendo os estados das regiões Sul/Sudeste (RS, SC, PR, SP, RJ e ES), região Nordeste (BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA) e região Norte (PA e AP). Esses cursos promoveram a capacitação de 150 instrutores quanto à metodologia a ser utilizada nas oficinas para elaboração do Plano de Gestão Integrada da Orla.

Uma das demandas permanentes do Projeto Orla é a necessidade da sensibilização dos atores da sociedade civil organizada e técnicos municipais, estaduais e federais que atuam na orla.

Devido à grande quantidade de atores, a estratégia é desenvolver um curso a distância, que atenda às necessidades de capacitação. Neste sentido, a Coordenação Nacional do Projeto Orla vem desenvolvendo proposta junto à Universidade Federal de Rio Grande, para formatação de um curso que atenda a cerca 500 técnicos, dos diferentes setores e esferas de governo.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

30/06/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	9	unidade	9	30/06/2013
Região Norte	2	unidade	2	30/06/2013
Região Sudeste	3	unidade	3	30/06/2013
Região Sul	3	unidade	3	30/06/2013

- **Elaborar metodologia para estudo e avaliação de vulnerabilidades na zona costeira, em escala local**

Análise Situacional da Meta

No período, as principais ações visando esta meta foram: (1) a realização em 2013 do Simpósio Internacional de Vulnerabilidade Costeira; (2) emissão de recomendação para que seja replicado para a costa brasileira, em escala de maior detalhe, o estudo elaborado pela Cepal em escala regional para a América Latina e Caribe e (3) a criação de uma Força Tarefa Zona Costeira para subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas, que deverá estar concluído até 2014.

As principais lacunas identificadas até o momento e que devem ser objeto de atenção e ações do governo federal são: i) a necessidade de se promover o alinhamento entre os referenciais verticais utilizados na determinação da batimetria e altimetria na área costeira. O debate foi iniciado com a participação do IBGE, DHN/MB, dentre outros; e ii) a necessidade de um sistema de monitoramento sistemático e contínuo de dados oceanográficos, com a disponibilização dos dados.

- **Elaborar proposta para monitoramento e avaliação dos resultados do Projeto Orla**

Análise Situacional da Meta

A Coordenação Nacional do Projeto Orla, no intuito de desenvolver um sistema de monitoramento das ações implementadas pelo Projeto, bem como avaliar seus níveis de internalização nos municípios, iniciou junto ao MEC um processo de avaliação de ferramentas aplicáveis.

Foram analisados o EPROINFO e o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle - SIMEC, ambos



sistemas do Ministério da Educação, consistindo o primeiro em um ambiente colaborativo de aprendizagem que utiliza a tecnologia da Internet e permite a concepção, administração e desenvolvimento de diversos tipos de ações, e o segundo permite o acompanhamento gerencial de metas e tarefas. Em 2013 não houve avanços para o alcance desta meta.

• **Implementar e disseminar Sistema de Modelagem Costeira, adaptado às características da costa brasileira**

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Modelagem Costeira (SMC) é uma ferramenta que inclui um conjunto de metodologias e modelos numéricos, que permitem estudar os processos costeiros e quantificar as variações que sofre o litoral como consequência de eventos naturais ou de atuações humanas na costa.

Assim, como produto da cooperação técnica entre Brasil e Espanha, o Brasil conta hoje com o SMC 3.0, versão de software SMC atualizada e adaptada à realidade brasileira, que disponibiliza dados oceanográficos dos últimos 60 anos, obtidos por retroanálise numérica.

Foram estruturados estudos de caso em Pernambuco e Rio Grande do Norte, com envolvimento das Universidades Federais e gestores ambientais estaduais, para estudar alternativas de solução frente aos graves problemas de erosão costeira.

Em 2012 foi realizada missão à Universidade da Cantábria com a participação de 18 gestores e professores federais e estaduais, para conhecer a estrutura de aplicação da ferramenta SMC na Espanha. Em 2012 e 2013, ocorreram dois cursos de formação na ferramenta, capacitando 65 pesquisadores de norte a sul do país, que contribuirão com o aprimoramento da ferramenta e serão os primeiros multiplicadores no Brasil.

No primeiro semestre de 2013 ocorreu o II Seminário Internacional SMC Brasil, que contou com a participação de cerca de 120 gestores e especialistas e teve como objetivo central divulgar o Projeto SMC-Brasil e ampliar as parcerias institucionais. Foram debatidos os desafios e oportunidades para a formação em Engenharia Costeira no Brasil, com a participação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e Comitê Executivo dos Grupos de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências do Mar -PPGMar

Como desafio, registra-se que a base de dados de 60 anos, obtida por meio dos mecanismos numéricos do SMC 3.0 Brasil foi validada com base em dados pretéritos fornecidos pela Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha - DHN, dentre outras, apresentando excelentes resultados. No entanto, ainda há a necessidade de uma calibração adicional com base em dados de ondas, disponíveis no INPH, subordinado à Secretaria de Portos, com quem temos mantido contato desde 2011 para acesso a tais dados.

Outro desafio para o atingimento da meta diz respeito à necessidade de mobilização das instituições participantes do Comitê Executivo para o SMC Brasil, Resolução CIRM nº 3/2013 responsável pela estruturação, manutenção e difusão do Sistema à comunidade governamental, técnica e científica brasileira.

OBJETIVO: 0564 - Garantir a presença na região antártica, desenvolvendo pesquisa científica diversificada de qualidade, com a preservação do meio ambiente, a fim de assegurar a permanência do Brasil como membro consultivo do Tratado da Antártida.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) vem realizando, por mais de 31 anos, pesquisa científica de qualidade em diversas áreas de conhecimento na Antártica, de forma a respaldar a condição do Brasil de Membro Consultivo do Tratado da Antártica, assegurando nossa participação nos processos decisórios relativos ao futuro daquele Continente. Além disso, sua existência já legou ao Brasil a formação de gerações de pesquisadores, o desenvolvimento de uma logística de alcance internacional, pela Marinha do Brasil e pela Força Aérea Brasileira, para apoio a atividades

científicas que dependem de uma complexa estrutura e o reconhecimento da capacitação do País para tal. Como destaque, um dos principais reflexos positivos da presença brasileira na Antártica para a sociedade brasileira está no alto nível alcançado pela previsão meteorológica efetuadas pela Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE), que mantém sensores permanentes em módulos de pesquisa na área da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF).

Em 12 de janeiro de 2013, foi encerrado o desmonte da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), totalizando cerca de 900 toneladas de destroços e uma área desmontada de 2.550 m², que retornaram para o Brasil. O sucesso da operação de desmonte e a limpeza da área proporcionou uma grande vitória na preservação ambiental, que vai possibilitar a aplicação do Plano de Remediação, a ser implementado na OPERANTAR XXXII (2013-2014).

Em 14 de março de 2013, foi concluída a construção dos Módulos Antárticos Emergenciais (MAE), na mesma área da antiga EACF, na Península Keller. São 45 módulos de três tipos, devidamente mobiliados e equipados, que propiciarão a permanência do Brasil na Região Antártica, abrigando o grupo-base de militares da Marinha e, a partir do verão 2013/2014, abrigarão, também, os pesquisadores que necessitem de apoio na região para desenvolverem suas pesquisas. Até lá, os pesquisadores estão sendo apoiados pelo Navio Polar “Alte Maximiano”, que ficou dedicado exclusivamente ao apoio à pesquisa.

A reativação dos módulos isolados da edificação principal, que não foram atingidos pelo incêndio ocorrido em 25 de fevereiro de 2012, foi realizada com sucesso, dessa forma, possibilitando a retomada dos trabalhos científicos na área da EACF. A EACF recebeu, também em março/2013, a visita de várias autoridades, com destaque para parlamentares da Frente Parlamentar Mista de Apoio ao PROANTAR.

Durante o 1º semestre de 2013, foram realizados 6 voos de apoio da Força Aérea Brasileira à OPERANTAR XXXI, que transportaram pesquisadores, militares, visitantes e material para a Antártica, destinados aos MAE.

A OPERANTAR XXXI (outubro de 2012 a setembro de 2013) foi considerada a maior operação logística realizada na Antártica pela Marinha, onde foram empregados 5 navios, sendo 3 da Marinha, foram realizados 11 voos de apoio da FAB e várias outras atividades de apoio logístico, com destaque para o desmonte e retirada de destroços da EACF.

No 2º semestre de 2013, foram realizados mais 5 voos de apoio, o treinamento pré-Antártico (08 a 15 de setembro de 2013) para todos os participantes da próxima operação e o início da OPERANTAR XXXII (outubro de 2013 a setembro de 2014), que apoiará 21 projetos científicos de diferentes áreas do conhecimento, com o envolvimento de cerca de 300 pesquisadores e 200 militares/servidores civis, dando início às atividades de pesquisa apoiadas pelos MAE. Estão previstos na OPERANTAR XXXII a realização de 10 voos de apoio da FAB e início da construção da nova estação, bem como o apoio logístico e de transporte de pessoal aos Programas Antárticos da Bulgária, de Portugal, da Alemanha, do Equador e do Chile, além de parceria para reabertura da base antártica Argentina Tenente Câmara, na Ilha Livingston, e das Bases Antárticas Espanholas Gabriel de Castilla, na Ilha Deception, e Juan Carlos, na Ilha Livingston.

Em 2013 foi realizada a XXXVI Reunião Consultiva do Tratado da Antártica (ATCM) em conjunto com a XVI Reunião do Comitê para Proteção Ambiental (CEP), em Bruxelas (Bélgica), de 20 a 29 de maio. Com periodicidade anual, a ATCM se constitui em fórum para o estabelecimento de normas para as atividades na Antártica, em consonância com os princípios e objetivos do Tratado e do Protocolo sobre Proteção ao Meio Ambiente (Protocolo de Madri). A contínua presença brasileira garante o “status” de Membro Consultivo, além da participação do país na elaboração de procedimentos e ações que visem à preservação do meio ambiente antártico, o aumento do conhecimento científico do continente e o desenvolvimento das outras atividades, como a pesca e o turismo.

Durante a XXXVI ATCM e XVI CEP, o Brasil apresentou cinco documentos que foram debatidos em plenário, onde se destacam: a Operação de Desmonte da EACF e remoção dos escombros; a instalação dos MAE e a apresentação do Projeto da nova Estação Brasileira. Os países participantes do ATCM reforçaram o papel estratégico da ciência no desenvolvimento de políticas sobre os estudos dos efeitos da mudança climática e outras ameaças ambientais.

A SECIRM, como Gerente do PROANTAR, também participou da XXV Reunião do Conselho de Gerentes de Programas Antárticos (COMNAP), realizada em Seul, na Coreia do Sul, no período de 8 a 10 de Julho de 2013, e da XXIV Reunião dos Administradores de Programas Antárticos Latinoamericanos (RAPAL), realizada em La Serena, no



Chile, no período de 1 a 4 de Setembro de 2013. Em ambos fóruns, foi apresentado todo o esforço logístico realizado durante a OPERANTAR XXXI, com ênfase ao desmonte da EACF, a instalação dos MAE e o Projeto da nova Estação Antártica Brasileira.

Em todos esses eventos, o Brasil foi bastante elogiado pelos países membros pela transparência das atividades realizadas e pelo esforço logístico empregado durante a tarefa de remover a Estação sinistrada e de instalar os Módulos Antárticos Emergenciais. Dessa forma, o País demonstrou que continua comprometido com seu Programa Antártico, a despeito das dificuldades resultantes do incêndio da Estação Antártica Comandante Ferraz.

Metas 2012-2015

• **Alcançar a certificação ambiental NBR ISO 14001:2004, por meio da implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), na EACF, atingindo 100% do atendimento dos requisitos do Sistema**

Análise Situacional da Meta

A Antártica é a região do planeta mais preservada e assim deve ser mantida, compatibilizando a presença do homem e o atendimento de suas necessidades com a mitigação do impacto ambiental naquele que é um ecossistema com alto grau de fragilidade.

Ao ratificar o Tratado da Antártica, o Brasil assumiu compromissos internacionais que implicam o dever de preservar o meio ambiente antártico e de realizar pesquisa científica e o direito de participar dos mecanismos decisórios do Sistema do Tratado.

Sendo a Antártica um local ambientalmente preservado e a Estação Ferraz dedicada à ciência, a área que sofreu maiores ampliações e melhorias no projeto da nova Estação foi a destinada aos laboratórios, assim como a adoção de tecnologias voltadas para a minimização do impacto ambiental ocasionada pela ocupação da Península Keller.

Nesse sentido, espera-se, além da ampliação nas pesquisas desenvolvidas na região, estabelecer um programa de monitoramento ambiental visando identificar a efetiva eficiência dos sistemas instalados, por meio da implantação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), assim que a nova Estação estiver operacional, com o propósito de se alcançar a certificação ambiental NBR ISO 14001:2004.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

• **Alcançar o número de 100 trabalhos científicos sobre a região Antártica desenvolvidos no âmbito do Programa Antártico Brasileiro publicados em periódicos e revistas nacionais ou internacionais indexadas, no período 2012-2015**

Análise Situacional da Meta

De forma a melhor aferir o número de publicações produzidas por pesquisadores antárticos, é desejável analisar o apoio que vêm sendo prestado aos projetos contratados pelo CNPq, cujo apoio logístico é provido pela Marinha do Brasil. Encontram-se vigentes 19 (dezenove) projetos de pesquisa vinculados ao Edital MCT/CNPq nº 23/2009, mais dois Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, a saber, o da Criosfera (INCT Criosfera) e o Antártico de Pesquisa Ambiental (INCT-APA), ambos contemplando vários outros projetos, implementados em rede de pesquisa.

Está previsto para 2014 o lançamento de um Edital do CNPq para a criação de novos INCT.

Em 2013, foi lançado o Edital MCTI/CNPq/FNDCT nº 64/2013, com o propósito de selecionar propostas que visem contribuir significativamente para a produção científica brasileira de qualidade, bem como incentivar a cooperação internacional no âmbito do Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR. Com o valor global de R\$ 13.800.000,00 para três anos, foram aprovados 20 projetos de pesquisa.

Tal estatística não incorpora dados adicionais provenientes dos INCT Antárticos. Destaca-se que, durante a Reunião de Acompanhamento e Avaliação de Projetos apoiados pelo PROANTAR, promovida pelo CNPq, identificou-se que, pelo menos, 123 trabalhos científicos foram publicados no período compreendido entre 2012 e 2013, superando a meta previamente estabelecida.

Quantidade alcançada

123

Data de Referência

12/02/2014

- **Alcançar o número de 30 doutores titulados a partir de pesquisas sobre a região Antártica desenvolvidas no âmbito do Programa Antártico Brasileiro no período 2012-2015.**

Análise Situacional da Meta

A formação de 38 doutores, entre 2012 e 2013, no âmbito do Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR, demonstra o total cumprimento da meta. O processo de formação de um doutor leva em média quatro anos e é fundamentado em projetos de pesquisa selecionados por meio de Editais em apoio ao PROANTAR. Nesse sentido, estão vigentes 39 (trinta e nove) projetos de pesquisa vinculados aos Editais MCT/CNPq nº 23/2009 e MCTI/CNPq/FNDCT nº 64/2013, acrescidos de mais dois Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia: o da Criosfera (INCT Criosfera) e o Antártico de Pesquisa Ambiental (INCT-APA).

Quantidade alcançada

38

Data de Referência

12/02/2014

- **Alcançar o número de 60 mestres titulados a partir de pesquisas sobre a região Antártica desenvolvidas no âmbito do Programa Antártico Brasileiro no período 2012-2015.**

Análise Situacional da Meta

A formação de 57 mestres, entre 2012 e 2013, no âmbito do Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR, aponta para o completo atingimento da meta até 2015. O processo de formação de um mestre leva em média dois anos e é fundamentado em projetos de pesquisa selecionados por meio de Editais em apoio ao PROANTAR. Nesse sentido, estão vigentes 39 projetos de pesquisa vinculados aos Editais MCT/CNPq nº 23/2009 e MCTI/CNPq/FNDCT nº 64/2013, acrescidos de mais dois Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia: o da Criosfera (INCT Criosfera) e o Antártico de Pesquisa Ambiental (INCT-APA).

Quantidade alcançada

57

Data de Referência

12/02/2014

- **Elevar a taxa de atendimento logístico da demanda para pesquisa para 80%**

Análise Situacional da Meta

Devido à necessidade de desmonte total da antiga estrutura da Estação Antártica Comandante Ferraz - EACF, compromisso assumido pelo Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR na Reunião do Tratado dos Países Consultivos da Antártica (ATCM), ocorrida em maio de 2012, as pesquisas que seriam apoiadas pela EACF e realizadas na área da Estação foram prejudicadas, pois as mesmas poderiam não só impactar a operação de desmonte como, principalmente, afetar a segurança dos pesquisadores. Por esse motivo, ao final de 2012, a taxa de atendimento logístico da demanda para pesquisa caiu para 49,5%.

A Marinha do Brasil mobilizou vários órgãos internos no sentido de acelerar o desmonte e para efetuar a instalação de uma estrutura emergencial, que substituiu a EACF no apoio à pesquisa e ao Grupo-Base.

Para tanto, foi decidido que as pesquisas científicas ficariam concentradas somente nos navios, principalmente o Navio Polar (NPO) "Almirante Maximiano", que foi destinado exclusivamente ao atendimento das pesquisas. Posteriormente, tendo em vista que o desmonte da EACF foi concluído no dia 12 de janeiro de 2013, quase dois meses antes do inicialmente previsto, os Navios de Apoio Oceanográfico (NApOc) "Ary Rongel" e de Socorro Submarino (NSS) "Felinto Perry" puderam ser utilizados, também, no apoio aos projetos de pesquisa previstos.

Permaneceu no local, até o final do mês de março de 2013, somente o Navio Mercante "Germânia" para embarcar toda a sucata do desmonte e efetuar o transporte da mesma para o Brasil. O Navio de Transporte de Pessoal e Carga ARA



“Bahia San Blas”, cedido pela Marinha Argentina, foi utilizado no apoio de transporte e alojamento do pessoal envolvido no desmonte da ECAF.

O apoio logístico prestado pelos voos de apoio não foi alterado. Na sequência do desmonte, Módulos Antárticos Emergenciais (MAE) foram instalados e ativados em 14 de maio de 2013, obtendo-se condições para a permanência do grupo-base na Antártida, até o próximo verão antártico (2013-2014).

Ao final do mês de março de 2013, quando do retorno dos navios para o Brasil, o percentual de atendimento logístico da pesquisa na OPERANTAR XXXI (2012-2013) já tinha aumentado de 49,5% (2012) para 55%.

Em outubro de 2013, iniciou-se a OPERANTAR XXXII (2013-2014), com prioridade para o incremento no atendimento da logística demandada pelos projetos de pesquisa num percentual maior do que a OPERANTAR XXXI, principalmente devido a utilização dos MAE em apoio aos pesquisadores, conseguindo-se elevar a taxa de atendimento logístico para 67%, ao final de 2013.

Quantidade alcançada

67

Data de Referência

31/12/2013

• **Elevar a taxa de dedicação dos navios à pesquisa para 70%**

Análise Situacional da Meta

Após o desmonte da Estação Antártica Comandante Ferraz - EACF, o Navio de Apoio Oceanográfico - NApOc “Ary Rongel” foi redirecionado para apoiar o atendimento às pesquisas na Antártica, o que refletiu num aumento da taxa de 64% (2012) para 65% (1º semestre de 2013).

Para a OPERANTAR XXXII, iniciada em outubro de 2013, está sendo conduzida com máximo atendimento dos projetos de pesquisa pelos dois navios, sendo o Navios de Pesquisa Oceanográfica NPO “Alte Maximiano” se dedicando, exclusivamente, aos projetos de Oceanografia e o NApOc “Ary Rongel” ficando responsável pelo atendimento aos projetos que necessitam lançar acampamentos.

Porém, com a necessidade de apoio logístico aos Módulos Antárticos Emergenciais (MAE) da EACF, que estão funcionando como estação provisória, o NApOc “Ary Rongel” também será utilizado para esse apoio logístico, dividindo sua disponibilidade com o apoio à pesquisa.

A OPERANTAR XXXII está sendo conduzida com o objetivo de se elevar a taxa de dedicação dos navios à pesquisa para um patamar superior ao do 1º semestre, já tendo sido alcançado o índice de 66,5%, ao final de 2013.

Quantidade alcançada

66,5

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0991 - Pesquisar o Potencial Mineral de Fundos Marinhos em Águas Internacionais, para fins de Aquisição de Direito de Exploração Mineral, e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo de Pesquisar o Potencial Mineral de Fundos Marinhos em Águas Internacionais e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira tem evoluído satisfatoriamente.

Nas águas internacionais, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais tem duas grandes frentes de prospecção e exploração: uma para sulfetos polimetálicos na Cordilheira Mesoatlântica e outra para crostas cobaltíferas na Elevação do Rio Grande.

Na Cordilheira Mesoatlântica as pesquisas se desenvolvem numa área de 90.000 km², onde já foram efetuadas várias expedições, sendo a última em 2013, que teve como meta principal a aquisição de dados oceanográficos químicos e

físicos para a identificação da ocorrência de plumas hidrotermais, indicativas de sítios hidrotermais ativos. Para 2014 estão previstas duas novas expedições: uma no primeiro semestre para aquisição de dados de direção, sentido e intensidade das plumas hidrotermais localizadas em 2013, e outra no segundo semestre para aquisição de dados geofísicos e oceanográficos e filmagem do assoalho oceânico com utilização de veículo autônomo de investigação, para detalhamento e reconhecimento de ocorrência de fontes hidrotermais ativas, indicativos de fontes hidrotermais inativas e depósitos massivos de sulfetos.

Na Elevação do Rio Grande as pesquisas desenvolveram-se numa área de 132.000 km². A partir da análise dos dados dessas pesquisas foi possível selecionar uma área de maior interesse, delimitada por um quadrado de 550 km de lado (302.500 km²), na qual foram escolhidos 150 blocos de 20 km² cada, perfazendo um total de 3.000 Km², como objeto para a requisição à ISBA (International Seabed Authority) dos direitos de pesquisa e exploração mineral.

Em dezembro de 2013, após intensa articulação do Ministério de Minas e Energia, Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério do Planejamento (MP) e de outros órgãos governamentais, a proposta brasileira foi formalmente aprovada pelo Governo Brasileiro e encaminhada à ISBA. A análise está agendada para iniciar na próxima reunião da entidade, em fevereiro de 2014.

Para 2014 está prevista uma nova expedição à Elevação do Rio Grande para realizar inspeção visual do fundo oceânico com veículo operado remotamente (ROV), e realizar 72 perfurações do fundo oceânico para obtenção de amostras de rochas em profundidades de até 1.500 metros.

Em relação às pesquisas na Plataforma Continental Jurídica Brasileira (PCJB), os trabalhos foram prejudicados em 2013 em decorrência de problemas encontrados na licitação do “Levantamento a Laser com a Tecnologia LiDAR”, que terminou por ser cancelado. Está em andamento um novo processo licitatório na modalidade RDC, com abertura prevista para 2014. Assim os esforços e atividades em 2013 foram voltadas ao tratamento e processamento de dados com a geração de mapas e notas explicativas. Foi concluído o levantamento do Arquipélago de Fernando de Noronha, composto de Carta Batimétrica, Modelo Digital de Terreno, Carta de Flutuação do Nível do Mar, Carta de Declividade e Relatório Técnico Final.

Metas 2012-2015

• Obter direito de pesquisa e exploração mineral de fundos marinhos em águas internacionais

Análise Situacional da Meta

Para apresentar a proposta brasileira à International Seabed Authority (ISBA) foram realizadas várias campanhas de levantamentos de dados geológicos e geofísicos no mar na região da Elevação do Rio Grande, de acordo com a meta específica - 'Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área da Elevação do Rio Grande'.

A partir da análise dos dados obtidos nestas campanhas de pesquisa foi possível selecionar uma área de maior interesse, delimitada por um quadrado de 550 km de lado (302.500 km²), na qual foram escolhidos e localizados 150 blocos de 20 km², perfazendo um total de 3.000 Km². Esta seleção foi efetuada considerando-se a geofísica e a geoquímica das crostas com relação ao teor de concentração dos elementos de maior interesse.

Em dezembro de 2013, após intensa articulação do Ministério de Minas e Energia com outros órgãos governamentais, particularmente com a Comissão Interministerial para Assuntos do Mar (CIRM), Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Planejamento, a proposta brasileira foi formalmente aprovada pelo Governo Brasileiro e protocolada perante à ISBA. O início da análise do pleito brasileiro está agendada para fevereiro de 2014.

Todas as articulações técnicas e políticas estão sendo empreendidas pelo Governo para a aprovação deste pleito na ISBA, inclusive com presença física da direção da CPRM e de delegação de alto nível do MRE em Kingston (Jamaica) no período da reunião que analisará a solicitação.

Esta meta somente será considerada como atingida quando a autorização da ISBA se concretizar. Assim, tanto a meta como a informação prestada em 2012, de “Quantidade alcançada” igual a 3.000 km², deverá ser retificada para 0 km².

Quantidade alcançada

0

**Data de Referência**

31/12/2013

• **Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área da Elevação do Rio Grande**
Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram realizadas análises e processamento das amostras geológicas obtidas nos trabalhos de prospecção e exploração de crostas cobaltíferas na Elevação do Rio Grande, para um melhor conhecimento da variação geográfica dos teores de minerais de interesse e dos processos envolvidos em sua gênese.

* Análises Químicas de Crosta: 143

* Confecção de Laminas Delgadas Polidas: 111

* Continuidade do estudo de microscopia ótica em lâminas delgadas-polidas de crostas cobaltíferas;

* Continuidade elaboração de perfis microestratigráficos das crostas cobaltíferas;

* Separação e envio de amostras de rochas continentais para datação no laboratório de geocronologia da UNB;

* Continuidade da identificação das amostras da comissão LEG 04;

Além dos trabalhos acima citados, foi efetuado o planejamento da continuidade dos trabalhos de campo na região, sendo elaborado o Projeto Básico para contratação de levantamentos com veículo operado remotamente (Remotely Operated Underwater Vehicle - ROV), bem como dos serviços de testemunhagem geológica em profundidades de até 1.500 metros.

Na medida em que não houve atividades de campo em 2013, a quantidade alcançada em relação à meta permanece a mesma de 2012.

Em 2014 haverá mais uma expedição à Elevação do Rio Grande, onde serão realizados três segmentos lineares de inspeção visual do fundo oceânico com o ROV, totalizando 30 km, e a realização de 72 perfurações do fundo oceânico para a obtenção de amostras de rochas na forma de testemunhos de 6 metros de comprimento.

A utilização do equipamento ROV possibilitará a identificação dos tipos de rochas e estruturas, proporcionando a determinação das locações para perfuração/testemunhagem. A combinação dessas duas atividades possibilitará a determinação com precisão da localização de diferentes tipos de rochas encontradas nas áreas de pesquisa da Elevação do Rio Grande, que foram coletadas previamente nos perfis de dragagens de arrasto realizados em expedições anteriores. A partir dos resultados deste levantamento teremos uma distribuição amostral adequada para os cálculos geoestatísticos necessários.

Quantidade alcançada

132.000

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	90.000	km²	132.000	31/12/2013

• **Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área do PROAREA**

Análise Situacional da Meta

Na elaboração do PPA 2012-2015 esta meta foi definida a partir de uma concepção proposta pelo “Programa de Geologia e Geofísica Marinha”(*) e absorvidas pela CPRM e CIRM. Prevista a realização de levantamentos geológicos e geofísicos em águas internacionais na escala de 1:100.000.

Posteriormente, a CPRM, sintonizada com a CIRM, redefiniu o escopo de seus trabalhos. Foi priorizado o estudo focado na pesquisa de recursos minerais em áreas internacionais, com dois projetos: o PROERG, que objetiva avaliar a potencialidade mineral dos depósitos de crostas cobaltíferas da Elevação do Rio Grande, e o PROCORDILHEIRA, para efetuar o levantamento da potencialidade mineral e biotecnológica dos depósitos hidrotermais da Cordilheira Mesoatlântica.

Ao final de 2013, a execução física da meta era de 220.000 km²

(*) Instituição composta por 15 Universidades brasileiras que atuam em Geologia e Geofísica Marinha, e de outras

instituições vinculadas à pesquisa e/ou ao ensino nestas áreas.

Quantidade alcançada

220.000

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	520.000	km ²	220.000	31/12/2013

• Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área do PROCORDILHEIRA

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foi realizada nova expedição na Cordilheira Mesoatlântica para continuação dos trabalhos de prospecção e exploração de sulfetos polimetálicos, que teve como meta principal a aquisição de dados oceanográficos químicos e físicos para a identificação da ocorrência de plumas hidrotermais, indicativas de sítios hidrotermais ativos. Foram realizadas mais de mil análises laboratoriais e centenas de quilômetros de dados de gravimetria, conforme abaixo:

* Aquisição de Dados Gravimétricos: 1.300 km lineares

* Perfilagem com CTD e Nefelometria: 41 Estações Fixas

* Análises Químicas de Água: 1.151

Esta expedição foi realizada na mesma área de 90.000 km² coberta em 2012, agora com novo objetivo. Portanto, a quantidade alcançada em relação à meta permanece a mesma.

Perseguindo o objetivo de localizar os sítios hidrotermais ativos, estão previstas para 2014 duas novas expedições: uma no primeiro semestre para aquisição de dados de direção, sentido e intensidade das plumas hidrotermais localizadas em 2013, desde a superfície até o fundo oceânico (profundidade de 6.000 metros), e outra no segundo semestre para aquisição de dados geofísicos e oceanográficos, e filmagem do assoalho oceânico com utilização de veículo autônomo de investigação (Autonomous Underwater Vehicle - AUV), para detalhamento e reconhecimento de ocorrência de fontes hidrotermais ativas e indicativos de fontes hidrotermais inativas e depósitos massivos de sulfetos.

Quantidade alcançada

90.000

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	110.000	km ²	90.000	31/12/2013

• Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na Plataforma Continental Jurídica Brasileira

Análise Situacional da Meta

Considerando que ainda está em andamento o processo licitatório na modalidade RDC para aquisição de dados sedimentológicos, geofísicos e foto/filmagem na plataforma continental jurídica brasileira com o emprego da tecnologia LiDAR, as atividades em 2013 foram voltadas ao tratamento e processamento de dados existentes com a geração de mapas associados à notas explicativas resumidas.

Assim, foram concluídos em 2013, com a edição finalizada e publicação prevista para 2014, os seguintes produtos do Arquipélago de Fernando de Noronha (escala – 1:18.000):

* Carta Batimétrica

* Modelo Digital de Terreno

* Carta de Flutuação do Nível do Mar

* Carta de Declividade

* Relatório Técnico Final

**Quantidade alcançada**

35.000

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	280.000	km²	35.000	31/12/2013

OBJETIVO: 0997 - Definir diretrizes básicas de Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos e implantar infraestrutura operacional e administrativa para promover o conhecimento científico sobre Oceanos e Clima.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Em termos das diretrizes básicas de Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos, está em curso a elaboração de uma Política Nacional em Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos, após reformulação do Comitê de Ciências do Mar (CCM), órgão de assessoramento ao MCTI, com este mandato. Somente em 2013 foi possível constituir uma Força Tarefa no âmbito do CCM, com o objetivo de minutar tal Política, não tendo sido possível concluí-la no ano de 2013. No que tange à implantação de infraestrutura operacional e administrativa para promover o conhecimento científico sobre Oceanos e Clima, ressalta-se que o Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH) foi criado em maio de 2013, como resultado de amplo debate entre Governo, Academia e Setor Privado, iniciado em 2011, e que resultou na definição de que, para a consecução de seus objetivos, o INPOH deveria adotar o modelo de Organização Social, sob a supervisão do MCTI, e contando com a atuação dos Ministérios da Defesa, da Pesca e Aquicultura e a Secretaria de Portos do Governo Federal. Além destes, integrarão o INPOH representantes da Sociedade Civil, do Setor Privado e da Academia, envolvidos com a temática do Instituto. Cabe enfatizar que o INPOH nasce da necessidade histórica de preencher a lacuna de conhecimento sobre os oceanos, os portos e as hidrovias, ressaltados os aspectos do desenvolvimento de tecnologias que atendam ao setor, o fomento à indústria nacional e o estímulo à inovação, que permitem intuir forte impacto sobre a economia nacional. Como decorrência, encontra-se em tramitação a Exposição de Motivos Interministerial e a minuta de Decreto Presidencial que a acompanha, já obtidos os pareceres favoráveis de todas as Pastas envolvidas, estando o processo no Ministério do Planejamento. Espera-se ter o INPOH qualificado no primeiro semestre de 2014, com posterior assinatura de seu primeiro contrato de gestão.

Metas 2012-2015

- **Elaborar e aprovar, até 2012, a Política Nacional em Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos, harmonizada com os demais instrumentos jurídicos existentes**

Análise Situacional da Meta

O Comitê de Ciências do Mar (CCM), órgão de assessoramento ao MCTI, tem a incumbência de propor uma Política Nacional em Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos. Em 2013, foi constituída uma Força Tarefa no âmbito do CCM, dando início ao processo de elaboração de tal Política. Ao final de 2013 os trabalhos estavam com um percentual de conclusão de 45%. Avalia-se que tal minuta possa ser aprovada pelo CCM em 2014, para posterior promulgação.

- **Elaborar e aprovar, até 2013, o Planejamento Estratégico para a criação do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH).**

Análise Situacional da Meta

O INPOH encontra-se em fase de qualificação como Organização Social perante o Poder Público. Foram contratados consultores externos, de notório saber, para compor grupo de trabalho encarregado de estabelecer estudos que culminarão na Agenda Científica e no Plano de Implementação do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH). Com estes documentos, serão obtidos subsídios imprescindíveis ao Planejamento Estratégico

do INPOH, no que tange ao levantamento de pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e potencialidades, nas diversas áreas da pesquisa marinha e hidroviária. Ao final de 2013, o andamento dos trabalhos de planejamento estratégico estava em 40%. Estima-se a finalização dos trabalhos do grupo para o primeiro semestre de 2014. A conclusão do Planejamento Estratégico do INPOH ficará a cargo de seu Conselho de Administração.

• **Instalar e implementar o Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias até 2014**

Análise Situacional da Meta

O INPOH nasce da necessidade histórica de preencher a lacuna de conhecimento sobre os oceanos e hidrovias e seus efeitos sobre a sociedade, desenvolvendo tecnologias que atendam ao setor, fomentando a indústria nacional e permitindo a inovação, que gerará forte impacto sobre a economia e o bem estar.

Para a consecução de seus objetivos, discutiu-se adotar o modelo de Organização Social, com a supervisão do MCTI e apoio das Pastas de Defesa, Pesca e Aquicultura e Portos do Governo Federal. Além destes, integram o INPOH representantes da Sociedade Civil, do Setor Privado e da Academia, envolvidos com a temática do Instituto.

Assim, foram tramitadas as minutas de Exposição de Motivos Interministerial e de Decreto Presidencial para análise das Pastas envolvidas e espera-se ter o INPOH qualificado como Organização Social até o final do primeiro semestre de 2014. Com a iminente qualificação, está prevista a assinatura de Contrato de Gestão entre INPOH e MCTI, como supervisor, e os Ministérios da Defesa, da Pesca e da Aquicultura e a Secretaria Especial de Portos da Presidência, como intervenientes. Com isto, o INPOH deverá ser instalado no ano de 2014, cumprindo a meta.

PROGRAMA: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Cobertura do bioma Amazônico com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	100	31/12/2011	100
Cobertura do bioma Caatinga com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	2,2	31/12/2011	1,86
Cobertura do bioma Cerrado com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	62,77	31/12/2011	66,93
Cobertura do bioma Mata Atlântica com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	26,36	31/12/2011	27,2
Cobertura do bioma Pampa com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	0	31/12/2011	0
Cobertura do bioma Pantanal com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	100	31/12/2011	100
Maior PIB per capita Estadual/Menor PIB per capita Estadual	%	31/12/2008	8,56	09/11/2011	8,0426
Maior PIB per capita Mesorregional/Menor PIB per capita Mesorregional	%	31/12/2008	21,06	31/12/2010	17,84
Maior PIB per capita Microrregional/Menor PIB per capita Microrregional	%	31/12/2008	24,17	31/12/2010	22,84
Número de Colegiados Territoriais Consolidados	unidade	30/06/2011	76	16/01/2014	191
Participantes sócios em empreendimentos econômicos solidários	unidade	01/01/2008	1.687.035	31/12/2013	1.423.631
PIB Centro-Oeste/PIB Nacional	%	31/12/2008	9,2	31/12/2011	9,5681
PIB Nordeste/PIB Nacional	%	31/12/2008	13,11	31/12/2011	13,4038
PIB Norte/PIB Nacional	%	31/12/2008	5,1	31/12/2011	5,3955
PIB Sudeste/PIB Nacional	%	31/12/2008	56,03	31/12/2011	55,4111
PIB Sul/PIB Nacional	%	31/12/2008	16,56	31/12/2011	16,2212

Observações:

Cobertura do bioma Amazônico com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo - Referência dos dados: email enviado à SPI pelo Bruno Miguel, gerente do Departamento zoneamento territorial, no dia 20 de maio de 2014, às 15h30, título "Programa 2029_indicadores".

Cobertura do bioma Caatinga com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo - Referência dos dados: email enviado à SPI pelo Bruno Miguel, gerente do Departamento zoneamento territorial, no dia 20 de maio de 2014, às 15h30, título "Programa 2029_indicadores".

Cobertura do bioma Cerrado com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo - Referência dos dados: email enviado à SPI pelo Bruno Miguel, gerente do Departamento zoneamento territorial, no dia 20 de maio de 2014, às 15h30, título "Programa 2029_indicadores".

Cobertura do bioma Mata Atlântica com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo - Referência dos dados: email enviado à SPI pelo Bruno Miguel, gerente do Departamento zoneamento territorial, no dia 20 de maio de 2014, às 15h30, título "Programa 2029_indicadores".

Cobertura do bioma Pampa com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo - Referência dos dados: email enviado à SPI pelo Bruno Miguel, gerente do Departamento zoneamento territorial, no dia 20 de maio de 2014, às 15h30, título "Programa 2029_indicadores".

Cobertura do bioma Pantanal com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo - Referência dos dados: email enviado à SPI pelo Bruno Miguel, gerente do Departamento zoneamento territorial, no dia 20 de maio de 2014, às 15h30, título "Programa 2029_indicadores".

Maior PIB per capita Estadual/Menor PIB per capita Estadual - Defasagem de 2 anos, com publicação anual em novembro

Dados de 2011. Em ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2011/comentarios.pdf

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA; e Coordenação de População e Indicadores Sociais. (1) População estimada para 1º de julho de 2011, por municípios, enviada ao Tribunal de Contas da União - TCU em 09.11.2011.

Participantes sócios em empreendimentos econômicos solidários - A periodicidade de mensuração do indicador é trienal e a próxima medição ocorrerá em dezembro de 2014. O valor apurado é uma medição parcial.

F o n t e : <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A416FABB6014173C4E66C7839/Acontece%20SENAES%202013%20-%20n34%20ed%20especial.pdf>

PIB Centro-Oeste/PIB Nacional - Defasagem de 2 anos, com publicação anual em novembro

Dados de 2011. Em ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2011/comentarios.pdf

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA; e Coordenação de População e Indicadores Sociais. (1) População estimada para 1º de julho de 2011, por municípios, enviada ao Tribunal de Contas da União - TCU em 09.11.2011.

PIB Nordeste/PIB Nacional - Defasagem de 2 anos, com publicação anual em novembro

Dados de 2011. Em ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2011/comentarios.pdf

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA; e Coordenação de População e Indicadores Sociais. (1) População estimada para 1º de julho de 2011, por municípios, enviada ao Tribunal de Contas da União - TCU em 09.11.2011.

PIB Norte/PIB Nacional - Defasagem de 2 anos, com publicação anual em novembro

Dados de 2011. Em ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2011/comentarios.pdf

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA; e Coordenação de População e Indicadores Sociais. (1) População estimada para 1º de julho de 2011, por municípios, enviada ao Tribunal de Contas da União - TCU em 09.11.2011.

PIB Sudeste/PIB Nacional - Defasagem de 2 anos, com publicação anual em novembro

Dados de 2011. Em ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2011/comentarios.pdf

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA; e Coordenação de População e Indicadores Sociais. (1) População estimada para 1º de julho de 2011, por municípios, enviada ao Tribunal de Contas da União - TCU em 09.11.2011.

PIB Sul/PIB Nacional - Defasagem de 2 anos, com publicação anual em novembro

Dados de 2011. Em ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2011/comentarios.pdf

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA; e Coordenação de População e Indicadores Sociais. (1) População estimada para 1º de julho de 2011, por municípios, enviada ao Tribunal de Contas da União - TCU em 09.11.2011.

OBJETIVO: 0789 - Formular e implementar os marcos legais das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e a ocupação racional do território.



Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo contempla ações e iniciativas voltadas à institucionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT), à realização de planos regionais, à capacitação e à cooperação em desenvolvimento regional e territorial e à estruturação e ao fortalecimento do Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional - a partir de ações de Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial - com vistas à superação das desigualdades regionais e ao ordenamento do território.

Os principais resultados alcançados no exercício de 2013 referem-se à Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR), à elaboração de Planos Regionais de Desenvolvimento e à capacitação de recursos humanos. Em relação aos resultados específicos, destaca-se, no período de 2013, no que tange à PNDR, a realização da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR) - estratégia para a participação federativa e social para a coleta de princípios e diretrizes para a nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). A CNDR contou, em todas as suas etapas, com a participação de mais de 13 mil pessoas, nos setores público, sociedade civil, empresarial e academia, das quais 429 foram delegadas formalmente para representar seu setor na etapa nacional tendo como principais beneficiários diversos segmentos da sociedade civil que debatem o tema do desenvolvimento regional.

Com relação à PNOT, em função da priorização da reformulação da PNDR nos anos de 2012 e 2013 e da insuficiência de capacidade operacional, a expectativa é que seja iniciado o processo de discussão no ano de 2014.

Quanto à elaboração de Planos Regionais de Desenvolvimento, estão em fase de elaboração os planos do Estado de Rondônia e da área de influência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF e o Plano de Ação da Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) da Grande Teresina, sob responsabilidade da Codevasf. Espera-se que no ano de 2014 tais planos sejam publicados. Além disso, foi desenvolvido estudo da política industrial na Amazônia. Também está sendo retomada a implementação do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Arquipélago do Marajó, em parceria com a Sudam e o Governo do Estado do Pará.

Quanto ao monitoramento, avaliação e garantia do controle social da PNDR e da dinâmica regional brasileira, foi lançado, em março de 2013, o Observatório do Desenvolvimento Regional (ODR) (<http://odr.integracao.gov.br>). Trata-se de um sistema de informações geográficas disponível à sociedade, que conta com um rol de mais de 405 indicadores obtidos junto a fontes oficiais do governo e do setor privado, englobando dimensões relevantes do desenvolvimento regional. Adicionalmente, a disponibilidade de uma ferramenta “on line”, com relatórios informativos e possibilidade de plotagem em mapas contribui para a qualificação da tomada de decisão no Ministério da Integração Nacional, à medida que possibilita análises comparativas e visualizações das ações em mapas construídos com rapidez e rigor metodológico.

Quanto à Capacitação, a Sudene realizou o projeto “Capacitação de Recursos Humanos para a Competitividade: Qualificação Profissional de Mulheres para a Construção Civil”, a partir do termo de cooperação firmado com o Instituto Federal da Paraíba – IFPB. Esse projeto promove cursos de qualificação profissional no setor da Construção Civil para a inclusão social e produtiva de beneficiários de programas sociais de transferência de renda, preferencialmente mulheres, o qual tem como referência a experiência da Sudeco. Os recursos descentralizados em agosto de 2013 pela Sudene para o IFPB, no valor de R\$ 1.018.500,20, visavam capacitar 320 profissionais na região polarizada por quatro dos sete campi do IFPB que ofertam cursos técnicos e/ou tecnológico na área de construção civil: João Pessoa, Cabedelo, Monteiro e Cajazeiras. O projeto, cuja duração é de um ano, está em andamento.

Quanto à Estruturação e fortalecimento do Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional, foi realizado o Curso de

Formação em Gestão Pública, no estado do Acre, para capacitar 300 gestores públicos, sendo 270 gestores no município de Rio Branco e 30 no município de Brasília.

Metas 2012-2015

• Aprovar o marco legal da Política Nacional de Ordenamento Territorial

Análise Situacional da Meta

Em vista da priorização da reformulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) nos anos de 2012 e 2013, pretende-se que no ano de 2014 seja iniciado o processo de discussão do marco legal da Política Nacional de Ordenamento Territorial.

• Criar 27 comitês estaduais de desenvolvimento regional que promovam o fortalecimento da governança da Política de Desenvolvimento Regional – PNDR

Análise Situacional da Meta

Para promover o fortalecimento da governança da PNDR, a articulação realizada com os estados no âmbito da organização das respectivas etapas estaduais do processo da Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, assim como a criação das 27 comissões organizadoras serviu para identificar os atores-chave de cada segmento, de modo a formar um grupo-base que impulse a criação e a consolidação de um sistema de governança que contribua para elevar a PNDR à condição de política de Estado. A expectativa é que no ano de 2014 essas instâncias estaduais de governança da política regional sejam consolidadas.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

22/01/2014

• Elaborar 19 planos de desenvolvimento regional nas escalas macrorregional, estadual e sub-regional

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram publicados 09 Planos de Desenvolvimento e Integração Fronteiriços (PDIFs) pelos seguintes Núcleos Estaduais de Fronteira: Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Os planos têm como objetivo principal promover o desenvolvimento da Faixa de Fronteira por meio do levantamento e da priorização das necessidades locais, seguindo o modelo 'bottom-up'. Além disso, incentiva o fortalecimento do Pacto Federativo na medida em que requer articulação entre instituições federais, estaduais e municipais para consecução das ações elencadas. Desta forma, a estruturação física, social e produtiva, com ênfase na ativação das potencialidades locais fica vinculada à implementação de iniciativas que respeitem as peculiaridades regionais se alinhem às diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Em relação à implementação dos Planos de Desenvolvimento em escala sub-regional, o Governo Federal fomentou, por meio de sua representação, os trabalhos do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu — colegiado responsável pela articulação das políticas públicas nas três esferas de governo - e pela definição de projetos de desenvolvimento sustentável financiados por recursos do empreendedor da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Além disso, estão em fase de elaboração os planos do Estado de Rondônia e da área de influência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF e o Plano de Ação da Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) da Grande Teresina.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

22/01/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
------------------------	-------	---------	-----------------	------



Região Centro-Oeste	3	unidade	2	10/02/2014
Região Nordeste	8	unidade	0	10/02/2014
Região Norte	3	unidade	6	10/02/2014
Região Sudeste	3	unidade	0	10/02/2014
Região Sul	2	unidade	2	05/09/2013

• Reformular e aprovar o marco legal da Política Nacional de Desenvolvimento Regional

Análise Situacional da Meta

Apesar dos grandes avanços alcançados, as desigualdades regionais permanecem sendo um dos maiores desafios ao desenvolvimento sustentável e inclusivo do País. Para reformular e aprovar o marco legal da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, optou-se por trazer a questão para o centro da agenda política nacional mediante a realização da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR) que teve como objetivo discutir de forma participativa os princípios e as diretrizes que orientarão a reformulação da nova política.

O processo estruturou-se a partir de três etapas inter-relacionadas. Na primeira, foram realizadas conferências nas 27 unidades da Federação entre os meses de agosto e outubro/2012. Na sequência, aconteceu a segunda etapa, quando foram realizadas as conferências macrorregionais, entre outubro e novembro de 2012. E por último, em março de 2013, foi realizada a etapa nacional. Ao todo, participaram dos debates mais de 13.000 pessoas, nos seus diversos segmentos: setor público; setor empresarial; sociedade civil organizada e setor acadêmico. Projetos estruturantes, papel das instituições regionais, planos de desenvolvimento macrorregionais foram alguns dos temas discutidos.

A realização de um processo de tamanha complexidade apresenta vários desafios. Há que se destacar que a natureza transversal do tema em questão demanda um esforço de articulação e coordenação de diversas pastas e níveis de gestão. Tendo em vista o caráter pioneiro da iniciativa, cabe também destacar a dificuldade de mobilizar os diversos segmentos da sociedade civil, uma vez que esta ainda não se reconhece tão naturalmente no debate acerca do desenvolvimento regional. Todos esses desafios foram potencializados em virtude do limitado prazo para organização e realização das diversas etapas do processo conferencial.

O enfrentamento de tais desafios foi facilitado pela estrutura de governança da 1ª CNDR que teve como instância máxima de deliberação a Comissão Organizadora Nacional – CON e contou com a representação de mais de 30 instituições de diversos segmentos da sociedade, a saber: setor governamental, setor empresarial, setor acadêmico, sociedade civil organizada. Dentre elas cabe destacar o envolvimento da Secretaria Geral da Presidência da República; Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Banco do Brasil; Banco do Nordeste Brasileiro; Instituto de pesquisa Econômica Aplicada; Confederação Nacional da Indústria e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Além dos atores tradicionalmente envolvidos com o tema, como é o caso das instituições governamentais, empresariais e técnico-científicas, a CNDR teve como principais beneficiários os diversos segmentos da sociedade civil usualmente excluídos (centrais de trabalhadores; movimentos sociais e organizações não governamentais) do debate sobre o desenvolvimento regional.

Cabe ressaltar que, além do apoio dos Estados e do Distrito Federal, a realização da I CNDR contou com a parceria do IPEA. Tendo como respaldo o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre os dois órgãos e publicado em 13 de março de 2012. O processo foi organizado de modo que as etapas estadual e nacional ocorressem paralelamente às Conferências de Desenvolvimento - CODES promovidas pelo IPEA. A parceria permitiu que os eixos temáticos da I

CNDR fossem discutidos por especialistas do IPEA em painéis específicos durante os eventos, favorecendo assim o amadurecimento da discussão e posterior deliberação nos grupos de trabalho.

Finalmente, como produto da Conferência, elegeram-se 32 princípios e 95 diretrizes que subsidiarão a reformulação da PNDR.

OBJETIVO: 0790 - Criar e aperfeiçoar instrumentos econômicos e financeiros com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

A Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) do Ministério da Integração Nacional (MI) vem delineando ações para o fortalecimento de parcerias com os Conselhos Deliberativos das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), do Nordeste (Sudene) e do Centro-Oeste (Sudeco), os bancos operadores dos recursos dos Fundos (Banco da Amazônia S.A., Banco do Nordeste S.A., Banco do Brasil S.A., dentre outros) e os demais parceiros públicos e privados com o objetivo de adotar medidas que favoreçam o desenvolvimento das atividades produtivas nas regiões menos desenvolvidas.

No decorrer de 2013, diversos normativos foram publicados para aperfeiçoar os instrumentos econômicos e financeiros, com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável do Programa. Em 7 de janeiro de 2013, foi publicada a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.181, que definiu os encargos financeiros e o bônus de adimplência das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento. As operações contratadas no período de janeiro a junho de 2013 tiveram taxa efetiva de juros de 3,53% a.a e as contratadas no período de julho a dezembro de 2013, tiveram taxa efetiva de juros de 4,12% a.a. A resolução definiu, ainda, a concessão de bônus de adimplência de 15% sobre a parcela da dívida, desde que quitada até a data do vencimento.

Em 2 de abril, foi publicada a Lei nº 12.793, de 2013, que trouxe alterações importantes nas contratações dos Fundos Constitucionais, dentre as quais a renegociação de dívidas, de acordo com as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, autorizando a União a conceder subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxa de juros nas operações de crédito para investimentos no âmbito do Fundos de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), da Amazônia (FDA) e do Nordeste (FDNE), pós financeirização.

Em 18 de abril do mesmo ano, foram publicadas as Resoluções CMN nºs 4.211 e 4.212, com a finalidade de autorizar as instituições financeiras a renegociar as parcelas vencidas e vincendas em 2012, 2013 e 2014, referentes às operações de crédito rural de custeio e investimento, inclusive as parcelas prorrogadas, por autorização do CMN, em situação de adimplência, em 31 de dezembro de 2011, contratadas por agricultor familiar, ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e por produtor rural, cujo empreendimento estivesse localizado em município da área de atuação da Sudene, em que tenha havido decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência de seca ou estiagem, com reconhecimento pelo MI a partir de 1º de dezembro de 2011.

No dia 30 de abril, tornaram-se públicas as Resoluções nºs 4.214 e 4.215, que prorrogaram até 30 de dezembro de 2013 o prazo para a contratação das linhas especiais de crédito de investimento e de custeio para os agricultores familiares enquadrados no Pronaf e demais produtores rurais afetados pela seca ou estiagem na área de atuação da Sudene, além de estabelecer novos prazos para reembolso.



No dia 4 de julho, o MI publicou a Portaria nº 283, que aprovou a consolidação do Regulamento dos Incentivos Fiscais. Em seguida, no dia 16 de julho, as Resoluções CMN nºs 4.250 e 4.251 foram tornadas públicas. Esses normativos tiveram como propósito reprogramar o reembolso das operações de crédito rural de custeio e investimento contratados no período de 1º de janeiro de 2007 a 30 de dezembro de 2011. A medida visou atender aos agricultores familiares e demais produtores rurais (agricultor empresarial), cujo empreendimento estivesse localizado em município da área de atuação da Sudene, onde tenha havido decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência de seca ou estiagem, com reconhecimento pelo MI, a partir de 1º de dezembro de 2011.

No dia 19 de julho, foi editada a Lei nº 12.844, que autorizou a concessão de rebate para liquidação até 31 de dezembro de 2014, das operações de crédito rural de valor originalmente contratado até R\$100.000,00 (cem mil reais), com recursos de fontes públicas, relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Sudene, contratadas até 31 de dezembro de 2006.

Em 14 de agosto, o Decreto nº 8.067 aprovou o Regulamento do FDCO, no modelo financeirizado. No dia 22 de agosto, foi publicada a Resolução nº 4.260, que instituiu linha de crédito rural com recursos do FNE e do FNO para liquidação até 31 de dezembro de 2014 e operações de crédito rural de custeio e investimento com risco compartilhado ou integral do Tesouro Nacional, daqueles Fundos ou das instituições financeiras oficiais federais, independentemente da fonte de recursos, contratadas até 31 de dezembro de 2006, no valor original de até R\$200.000,00 (duzentos mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário, que estivessem em situação de inadimplência em 30 de junho de 2012.

Em razão do prolongamento da seca na região Nordeste e das enchentes e enxurradas na região Norte, foram prorrogadas as linhas de crédito especiais do FNE até dezembro de 2013 e do FNO até maio do mesmo ano, destinando R\$ 3,8 bilhões aos produtores rurais e empreendedores prejudicados, dos quais R\$ 3,45 bilhões para o Nordeste e R\$ 350 milhões para o Norte.

Quanto aos Fundos Fiscais de Investimentos da Amazônia (Finam) e do Nordeste (Finor), no período de janeiro a dezembro de 2013, foram contemplados dezoito projetos com a emissão do Certificado de Empreendimento Implantado (CEI) e foi autorizada liberação no valor de R\$ 1,6 milhão. As liberações, quando realizadas, são efetuadas pelos Bancos Operadores (Banco do Nordeste e Banco da Amazônia) com autorização do MI, em favor das empresas beneficiárias que comprovem aporte de recursos próprios em seus projetos.

Em 26 de dezembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 634, prorrogando, até dezembro de 2017, o prazo para a opção pela aplicação do imposto de renda no Finam e no Finor, em favor dos projetos aprovados e em processo de implantação até 2 de maio de 2001, de que trata o art. 9º e parágrafos da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991.

Por fim, houve intensificação das ações de monitoramento do desempenho dos Fundos, com acompanhamento mensal dos resultados, em especial, junto ao Basa, de modo a diligenciar o melhor desempenho das carteiras, buscando incorporar conceitos intrínsecos da PNDR na política de aplicação dos recursos dos Fundos, mediante diferenciação na concessão de bônus, participação no financiamento, além de outras condições oferecidas.

Metas 2012-2015

• Aplicar 100% dos recursos programados no exercício.

Análise Situacional da Meta

Os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO) foram criados com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social destas regiões, mediante execução de projetos de financiamento de atividades dos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de

desenvolvimento. Esses Fundos atendem a todos os portes de tomadores, financiando mini, micro e pequenos empreendedores, com taxas e condições mais favoráveis do que as demais do mercado.

Verifica-se a importância desses Fundos para a economia dessas regiões pelo aporte de recursos disponíveis anualmente e, sob o aspecto social, em função da estimativa de geração e/ou manutenção de empregos, em decorrência dos financiamentos concedidos.

Nos anos de 2012 e 2013, foram aplicados pelos Fundos o montante de R\$ 45,6 bilhões em suas respectivas regiões, sendo que R\$ 22.113,7 bilhões em 2012, e R\$ 23.539 bilhões em 2013, o que representou um acréscimo de 6,5% em relação ao exercício anterior. Por sua vez, as operações contratadas nos referidos períodos somaram 1.288.566 com acréscimo de 8.222 operações em relação ao ano anterior.

No exercício de 2013, efetivaram-se 44.277 operações contratadas no âmbito do FNO, 557.144 no âmbito do FNE e 46.973 no âmbito do FCO. As unidades Federativas que mais aplicaram recursos por Fundo, referente ao FCO foram Goiás e Mato Grosso, com 33,5% e 29%, respectivamente, do total programado no exercício, com destaque para o setor rural.

Já na região abarcada pelo FNE, os estados da Bahia e de Pernambuco aplicaram 23,9% e 14,3% respectivamente, do total programado no exercício, destacando-se os setores rural e de comércio e serviços. Em relação ao FNO, os estados do Pará e do Amazonas aplicaram 33,4% e 22,5%, respectivamente, do total programado no exercício, contemplando os setores comércio e serviços e rural.

Nos dois últimos anos, a política de juros baixos e outras condições diferenciadas dos financiamentos e a expansão do crédito com recursos do FNO, FNE e FCO corroboraram com as outras políticas de governo para a geração de mais riqueza, empregos, impostos de renda e contribuiu para o crescimento econômico e social das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Quanto aos Fundos de Desenvolvimento, as ações desenvolvidas contribuíram para o crescimento, o desenvolvimento econômico e social e a redução das desigualdades nas regiões, amparadas por esses Fundos.

- **Comprometer 100% das disponibilidades dos recursos programados no exercício em projetos de interesse do desenvolvimento regional.**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2013, foram aportados R\$ 4,8 bi nos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Nordeste (FDNE) e do Centro Oeste (FDCO) e foram empenhados na sua totalidade.

OBJETIVO: 0791 - Institucionalização e fortalecimento da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal vem buscando fortalecer a institucionalização das instâncias de governança da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais, do GTP APL e dos Núcleos estaduais e dos Comitês Gestores nos APLs. Os Núcleos Estaduais de Apoio a Arranjos Produtivos Locais - NEs possuem o papel de organizar as demandas dos APLs locais, analisar suas propostas e promover as articulações institucionais com vistas ao apoio demandado. Ao longo de 2013, a Secretaria Executiva do GTP APL continuou o trabalho permanente de acompanhamento, mobilização, articulação e cooperação com os NEs. Foram realizadas atividades estaduais de capacitação do Observatório Brasileiro de APLs (OBAPL); o 1º e o 2º Encontro dos Núcleos Estaduais com a Secretaria Executiva do GTP APL. A Secretaria Executiva do GTP APL participou ainda da reinstalação dos Núcleos Estaduais de Rondônia, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e do Distrito Federal.



Em dezembro de 2013, o GTP APL realizou a 6ª Conferência Brasileira de APLs, que contou com a participação maciça dos Núcleos e de diversos APLs e teve como tema: Sustentabilidade dos APLs: Governança, Conhecimento e Inovação, na Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC em Brasília/DF. Participaram da Conferência mais de 700 representantes dos setores acadêmicos, empresariais e do Governo.

Foram realizadas diversas oficinas, palestras, encontros de negócios, casos de sucesso, reuniões, parcerias e minicursos, com destaque para o pré-evento realizado pelo MDIC, que contou com o Ministério da Integração Nacional, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o Ministério da Saúde e todos os 27 Núcleos Estaduais de apoio aos APLs. Na oportunidade foram apresentadas as linhas de apoio do governo, seus programas e ações em prol do setor produtivo e o início de uma agenda conjunta no GTP – Grupo de Trabalho Permanente em APLs, para 2014.

Permanece em discussão o Termo de Referência que irá nortear a Política de APLs, cujo documento tem sido identificado como uma revisão metodológica de políticas para APLs (segunda geração). A 2ª geração de Políticas para APLs visa à definição dos marcos legais de apoio aos arranjos produtivos, institucionalizando uma política pública voltada para os APLs com ampliação da integração das políticas governamentais, maior interlocução entre estados e municípios e a participação desses no desenvolvimento do APL e o fortalecimento da coordenação das ações desenvolvidas pelos membros do GTP APL.

Além disso, buscou estabelecer cooperação técnica internacional em políticas públicas de apoio a APLs, no âmbito da cooperação Brasil-União Europeia. Nessa linha, foi realizado o Encontro Brasil-União Europeia em Clusters de Biotecnologia. Trata-se do Projeto BioXCluster com atividades voltadas à cooperação entre arranjos produtivos locais (clusters) brasileiros e europeus na área de biotecnologia. O 1º Encontro foi realizado durante a feira internacional BioPartnering Latin America 2013, de 10 a 12 de setembro de 2013, no Rio de Janeiro. Participaram do Encontro representantes de 4 APLs de Biotecnologia brasileiros e 8 clusters europeus. A iniciativa foi um desdobramento do Memorando de Entendimento, assinado em dezembro de 2011, pela Comissão Europeia e pelo MDIC.

Ainda nesse contexto, em 3 de dezembro de 2013, o Grupo de Trabalho Permanente de Arranjos Produtivos Locais (APLs) e o European Cluster Collaboration Platform assinaram uma Agenda de Cooperação, durante a abertura da 6ª Conferência Brasileira de APLs, em Brasília. Entre as ações que serão realizadas a partir da parceria, estão: promoção do GTP-APL na Europa e da instituição europeia no Brasil - em conferências, eventos locais e encontros com autoridades locais, gestores de clusters e empresas instaladas nesses locais e organização de missões internacionais, oferecendo oportunidades de encontros em áreas estratégicas de interesse mútuo. Os principais beneficiários do acordo são as pequenas e médias empresas associadas em clusters – no Brasil conhecidos como APLs - e apoiadas por suas organizações de cluster localizadas no Brasil e na Europa. A extensão da cooperação deve facilitar o desenvolvimento de alianças estratégicas, de negócios e projetos de inovação conjuntos nos domínios de interesse mútuo estratégico. O documento tem validade até 31 de dezembro de 2014.

No tocante ao desenvolvimento de Programa de Gestores e Articuladores de Arranjos Produtivos Locais, avançou-se na conclusão do Plano Nacional de Capacitação de Gestores e Multiplicadores em APLs e o resultado foi apresentado em reunião e validado na plenária do GTP APL. No 2º semestre de 2013, foi iniciada a segunda etapa, que consiste na definição do conteúdo dos cursos para aplicação em duas turmas piloto que serão capacitadas com objetivo de testar a metodologia. Além disso, também vem-se investindo na construção do Mapa da Produção no País, que contará com pesquisa de campo nos APLs para geração de indicadores dos APLs.

Do ponto de vista da gestão do conhecimento, monitoramento e avaliação dos APLs, está em plena operação o

Observatório de APLs.

No 2º semestre de 2013, 23 Estados estavam aptos a operar o sistema de inserção de informações no Banco de Dados e a gestão de conteúdo no Portal APL (<http://portalapl.ibict.br/>). A velocidade de inserção dos dados depende da capacidade dos Estados em acessar os APLs e coletar os dados necessários. Além disso, encontra-se em execução alguns estudos setoriais para a formulação de políticas públicas para APLs, cujos temas principais são: agregados da construção civil, cerâmica vermelha, florestas plantadas da região amazônica; e ovinocaprinocultura, cujos prazos de entrega foram prorrogados para junho de 2014.

Metas 2012-2015

• Instituir e implementar a Política Nacional para Arranjos Produtivos Locais

Análise Situacional da Meta

No final de 2012 o MDIC elaborou e apresentou o Termo de Referência, tendo sido proposta uma revisão metodológica. O conteúdo proposto será debatido em grupo de trabalho coordenador pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP.

OBJETIVO: 0792 - Desenvolver sistemas locais e regionais de inovação e projetos de incorporação e de difusão de tecnologias.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo contempla ações e iniciativas voltadas ao desenvolvimento de sistemas locais e regionais de inovação e projetos de incorporação e de difusão de tecnologias. Para tanto, foram firmados convênios de apoio à inovação de Arranjos Produtivos Locais e à Ampliação e Fortalecimento das Estruturas Produtivas, além de projetos na área de difusão de tecnologias.

No que se refere à meta de desenvolvimento de projetos de apoio à inovação em 10 Arranjos Produtivos Locais, de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC foi alcançada com sucesso, por meio de convênios firmados com IEL/BA, IEL/MG e IEL/PE no ano de 2012. Esses convênios visaram à qualificação de fornecedores no entorno de grandes empreendimentos e de empresas âncoras, dos setores automotivo, petróleo, gás e naval, com foco na inovação tecnológica e no incremento do fluxo de mercadorias inter-regional, a partir da metodologia de APLs, inclusive pela atração de novos players que possam atuar de maneira integrada. Por sua vez, a Ampliação e Fortalecimento das Estruturas Produtivas concretizou-se por meio de convênio com a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco – SARA para desenvolvimento do Projeto de Capacitação de Produtores Familiares e Fortalecimento das Estruturas Produtivas da Caprinocultura e Apicultura. As metas do projeto compreendem a realização de 40 cursos de ovinocaprinocultura para 600 criadores, 12 cursos em apicultura básica para 180 apicultores e aquisição de 540 colméias Langstroth e 12 conjuntos de extração de mel, abrangendo 21 municípios do Estado de Pernambuco.

Também foram realizados projetos na área de atuação da Sudene para incorporação e difusão de tecnologias e para apoio a Centros Vocacionais Tecnológicos - CVTs, Inserção Tecnológica na Educação (PITE) e busca de soluções alternativas para a geração de energia (CETENE).

Metas 2012-2015

• Desenvolvimento de projetos de apoio à inovação em 10 Arranjos Produtivos Locais

Análise Situacional da Meta

Considera-se alcançada 100% dessa meta, com o desenvolvimento de projetos no entorno de grandes empreendimentos



e de empresas âncoras dos setores automotivo, de petróleo, de gás e naval, com foco na inovação tecnológica e no incremento de fluxo de mercadorias inter-regional, a partir da metodologia de APLs, inclusive pela atração de novos players que possam atuar de maneira integrada.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

15/05/2013

• **Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação da Amazônia**

Análise Situacional da Meta

Conforme informações da Sudam, não houve aporte de recursos face aos limites de empenho estabelecidos pelo Ministério da Integração Nacional.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

02/01/2014

• **Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação do Centro-Oeste**

Análise Situacional da Meta

Conforme informações da Sudeco, não houve execução desta meta no período.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

27/09/2013

• **Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação do Nordeste**

Análise Situacional da Meta

Utilizou-se como estratégia para consecução da meta em 2013 o apoio e o fomento de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT's) e a Inserção Tecnológica na Educação (PITE), além da busca de soluções alternativas para a geração de energia (CETENE). Estima-se que 27% do projeto esteja concluído.

Beneficiários:

a) CVTs - Secretarias Estaduais de CT&I e Arranjos Produtivos de: Têxtil (Sergipe e Rio Grande do Norte);

b) CETENE - Produtores e consumidores de Biodiesel no Nordeste;

c) PITE - 660 escolas da rede estadual da Região e seus respectivos gestores, professores e alunos.

Quantidade alcançada

0,27

Data de Referência

27/09/2013

• **Realização de projetos de incorporação e de difusão de tecnologias no setor produtivo do Nordeste**

Análise Situacional da Meta

Com recursos da LOA 2013, 08 empreendimentos foram beneficiados.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

17/09/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	8	unidade	8	27/09/2013

OBJETIVO: 0793 - Elaborar e implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico para a promoção do ordenamento e da gestão ambiental territorial.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Em conformidade com o pacto federativo, o ZEE é executado de forma descentralizada e compartilhada entre a União, os estados e os municípios. De fato, segundo a lei complementar nº 140/2011, que fixa normas para a cooperação entre os entes da federação no exercício da competência comum relativa ao meio ambiente, prevista no artigo 23 da Constituição Federal de 1988, constitui ação administrativa da União a elaboração do ZEE de âmbito nacional e regional, cabendo aos estados elaborar o ZEE no nível estadual, em conformidade com os zoneamentos de âmbito nacional e regional, e aos municípios a elaboração do plano diretor, observando os ZEEs existentes.

A União, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, tem priorizado a realização do ZEE em regiões que apresentam maior grau de conflitividade e problemas socioambientais. Assim, para além da recente conclusão do MacroZEE da Amazônia Legal, está em curso a elaboração do MacroZEE do Bioma Cerrado e do MacroZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, com o zoneamento constituindo ação estratégica do Programa de Revitalização da Bacia.

Ao mesmo tempo, a sanção do novo Código Florestal (lei nº 12.651/2012), que estabeleceu um prazo de cinco anos para que todos os estados brasileiros elaborem e aprovem seus ZEEs, contribuiu para conferir uma maior visibilidade ao zoneamento, com várias unidades da federação se dedicando, neste momento, à elaboração e conclusão de seus ZEEs. Nesse sentido, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Integração Nacional têm fortalecido as ações de apoio à elaboração e implementação do ZEE dos estados, com cinco convênios (DF, GO, PE, PI e TO) e cinco acordos de cooperação técnica (AM, AP, MA, PI e RR) firmados até o final de 2013, para além de aproximações feitas com outras unidades da federação, como os estados do Acre, Bahia, Pará, Paraná e Rio de Janeiro.

Além disso, tem-se avançado na revisão das diretrizes metodológicas do ZEE - de modo a incorporar novas temáticas à metodologia de elaboração do zoneamento, promover a integração com outros instrumentos de planejamento territorial e obter uma maior sinergia entre as dinâmicas territoriais que perpassam as porções continental, costeira e marinha do País e na disponibilização dos bancos de dados das iniciativas de zoneamento já reconhecidas pela Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional (CCZEE), de modo a subsidiar os diferentes processos de tomada de decisão a partir do conhecimento das vulnerabilidades e potencialidades do território.

Metas 2012-2015

• Elaborar o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do bioma Cerrado

Análise Situacional da Meta

Ação estratégica do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado), o MacroZEE do bioma Cerrado encontra-se em fase avançada de elaboração, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente.

Em 2013, foi concluída a elaboração do diagnóstico físico-biótico, socioeconômico e político- institucional do bioma, de acordo com os critérios estabelecidos no decreto nº 4.297/2002.

Em dezembro, contratou-se consultoria para elaborar os cenários tendenciais e alternativos da área de abrangência do Cerrado para dois horizontes temporais (2022 e 2030), que, juntamente com a caracterização atual do bioma proporcionada pelos diagnósticos, permitirão a proposição de uma série de estratégias de uso e ocupação desta porção do território nacional.



Tais estratégias serão discutidas, refinadas e pactuadas com órgãos públicos e segmentos organizados da sociedade civil com atuação no bioma por meio de uma série de “mesas de diálogo”, permitindo a configuração de um pacto coletivo que visa agregar a dimensão ambiental às políticas e ações que têm o Cerrado como área de intervenção.

• **Elaborar o Zoneamento Ecológico-Econômico em pelo menos 10 municípios com maiores índices de desmatamento na Amazônia Legal**

Análise Situacional da Meta

Cabe mencionar que o alcance desta meta está diretamente relacionado à ação orçamentária 20NL (Elaboração do zoneamento ecológico-econômico nos municípios com maiores índices de desmatamento na Amazônia Legal), sob responsabilidade da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Assim, a não disponibilização de recursos para a ação 20NL na Lei Orçamentária Anual de 2013 (lei federal nº 12.798/2013) comprometeu o alcance da meta estabelecida.

Ainda assim, o Ministério do Meio Ambiente tem apoiado, institucional, técnica e financeiramente, a elaboração do ZEE dos municípios de Brasil Novo (PA) e São Félix do Xingu (PA), integrado ao processo de revisão do plano diretor municipal, e do ZEE da sub-região do Madeira do Estado do Amazonas, que compreende, dentre outros, os municípios de Apuí, Humaitá, Manicoré e Novo Aripuanã, que têm apresentado, recentemente, elevados índices de desmatamento.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0840 - Implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2013, 55 projetos foram apoiados em relação às Rotas de Integração Nacional, os quais comprometeram mais de R\$ 180 milhões. As Rotas são redes de Arranjos Produtivos Locais e merecem destaque as rotas do Cordeiro, do Mel, da Fruta, do Peixe, das culturas da mandioca e da palma forrageira. Foram celebrados 29 convênios, sendo 18 com prefeituras, 10 com estados e um com consórcio público, além de 26 Termos de Cooperação, sendo 19 com entes vinculados ao Ministério da Integração Nacional e 7 com outros órgãos federais.

Na Rota do Cordeiro, projeto piloto das Rotas de Integração Nacional que busca estruturar a cadeia produtiva da ovinocaprinocultura, foram investidos cerca de R\$ 13,6 milhões, por meio de convênios com os Estados de Pernambuco e Ceará, além de destaques orçamentários para a Codevasf e a Embrapa Caprinos e Ovinos..

Para a Rota do Mel, foram destinados mais de R\$ 29 milhões em três projetos visando à estruturação da cadeia produtiva da apicultura, através da doação de kits apícolas e estruturação de unidades de beneficiamento de mel, na área de atuação da Codevasf e nos Estados do Espírito Santo e Ceará.

A Rota da Fruta, que pretende estruturar a cadeia produtiva da fruticultura, e a do Peixe, que visa estruturar a cadeia da piscicultura, receberam respectivamente R\$ 14,4 milhões e R\$ 18,6 milhões, em treze projetos atingindo as regiões Norte e Nordeste.

As culturas da mandioca e da palma forrageira receberam atenção do programa a partir da necessidade de responder aos efeitos da seca garantindo alimentação para os animais. Foram desenvolvidos os projetos Reniva – para fornecimento de

manivas de mandioca – e Repalma – para fornecimento de raquetes de palma forrageira. A estruturação da cadeia produtiva da mandioca mostrou-se como boa alternativa de ampliação da área de atuação do programa. Desta forma, foram celebrados sete projetos nestas duas áreas, envolvendo recursos no montante de R\$ 28,8 milhões.

Complementando a estruturação das Rotas, houve também “apoio a APLs diversos”, isto é, projetos que estruturam cadeias produtivas distintas das identificadas como prioritárias – erva-mate e hortaliças, por exemplo – e projetos que apoiam várias cadeias produtivas, com apoio à infraestrutura logística ou à comercialização (feiras). Para estas ações, foram investidos R\$ 75,5 milhões em 27 projetos, mostrando que infraestrutura ainda é uma necessidade nas diversas regiões atendidas.

Metas 2012-2015

• Ampliar o acesso aos recursos para construção da infraestrutura logística voltada para a inclusão produtiva

Análise Situacional da Meta

Várias unidades vinculadas ao Ministério da Integração apoiam a consecução dessa meta. O Dnocs realizou obras por execução direta e mediante convênios com prefeituras de diversos estados, que viabilizarão intervenções com a finalidade de promover os recursos hídricos e as condições de inclusão sócio- produtiva necessárias à melhoria da situação da população que vive em regiões atingidas pela seca. Por meio da ação 7K66, foram realizados convênios com prefeituras para perfuração e implantação de poços (inclusive compra de material), aquisição de equipamentos, construção de passagens molhadas, etc. Encontra-se em fase de negociação a realização de Convênios no Estado da Bahia.

A Codevasf, no ano de 2013, contribuiu para o alcance da meta, principalmente com o fornecimento de equipamentos e implementos agrícolas (tratores, grades aradoras, ensiladeiras, plantadeiras adubadeiras e pá carregadeira, dentre outros.), sendo 18 unidades no Estado de Minas Gerais, 9 unidades no Estado da Bahia, 2 unidades no Estado de Pernambuco e uma unidade no Estado de Alagoas. Além disso, foram destinados recursos para obras de infraestrutura, sendo: construção ou recuperação de 29,8km estradas no Estado do Maranhão; execução de serviços de perfuração e montagem de poços tubulares; construção de pontes para escoamento da produção e transporte de cargas; 1 unidade de apoio aos APLs de aquicultura, piscicultura, fruticultura, Projeto Corte e Costura e Estruturação de unidade Produtiva no município de Janaúba, no Estado de Minas Gerais. Foram beneficiadas comunidades rurais e associações de agricultores familiares, que terão condições de incrementar a produção gerando emprego e renda. Por sua vez, a Sudene, em 2013, firmou convênio com a Prefeitura de Saboeiro/CE para recuperação do Mercado Público da região. A Sudam, no ano de 2013, por meio de recursos provenientes de emenda parlamentar, apoiou projetos de infraestrutura para municípios do Estado do Mato Grosso, voltados para construção de centros de múltiplo uso, barracão comunitário, cobertura de feira livre, casa de apoio aos agricultores familiares e pavimentação asfáltica e drenagem de vias, totalizando um valor de R\$ 5.777.073,30. Já com relação aos recursos próprios, a Superintendência, esta apoiou a reforma e ampliação do Mercado Municipal na cidade de Porto Nacional, no estado do Tocantins, e a Construção da feira coberta do Pequeno Agricultor na cidade de Augusto Correa no estado do Pará, correspondendo a um valor total de R\$1.500.000,00.

• Gerar 106.770 postos de trabalho nos APLs apoiados

Análise Situacional da Meta

Até o ano de 2013, o MI atendeu a 66.954 beneficiários nos APL's apoiados, com destaque para os projetos centrais de inclusão produtiva da Rota do Mel – com 9.670 beneficiários diretos; da Rota do Peixe – com 11.880 beneficiários no Semiárido e nos estados do Amazonas e Amapá; e da Rota da Fruta, com 10.840 produtores atendidos nos estados do Piauí, Pernambuco, Bahia, Alagoas e Pará. Os projetos de apoio à Rota do Cordeiro beneficiaram 5.384 produtores locais nos Estados da Bahia, Cará e Pernambuco. A mandiocultura e a palma forrageira beneficiaram 8.348 produtores dos estados de Goiás, Pernambuco, Ceará, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Piauí, Alagoas e Maranhão, número



semelhante ao atingido pela estruturação da economia criativa que abrange os estados de Pernambuco e Sergipe, além do Distrito Federal. Também destacam-se, além do apoio às rotas, a realização de convênios diversos que beneficiaram 20.832 produtores, principalmente na Região Sul do país.

A Codevasf promoveu no ano de 2013 a implantação/fornecimento de 2.242 kits de produção familiares apícolas e construção/adequação de 10 Unidades de Extração de Mel. Desde 2012, a Companhia investiu cerca de R\$ 38 milhões, beneficiando aproximadamente 3 mil famílias de apicultores, com o objetivo de inseri-las na Rota do Mel. Por meio do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Cajucultura, foram atendidas cerca de 500 famílias com a implantação de mudas de caju, no estado do Piauí, onde estão sendo aplicados cerca de R\$ 4,1 milhões. Com o objetivo de apoiar a produção de ovinos e caprinos no Nordeste e todas as atividades ligadas a esta cadeia produtiva, desde 2012 foram investidos R\$ 2,5 milhões nos estados da Bahia, do Piauí e de Pernambuco. Em 2013, foram atendidas 43 famílias na produção de ovinos e caprinos.

Quantidade alcançada

66.954

Data de Referência

10/01/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Faixa de Fronteira	20.000	unidade	3.180	10/01/2014
Mesorregiões Diferenciadas	22.520	unidade	12.754	10/01/2014
Região Hidrográfica do São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim	57.550	unidade	0	05/09/2013
Semiárido	6.700	unidade	40.843	31/07/2013

OBJETIVO: 0977 - Promover a integração de políticas públicas em âmbito setorial e federativo, bem como em múltiplas escalas territoriais, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Territórios da Cidadania, criado em 2008, visa à promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase na implementação de ações que contribuam para a redução das desigualdades regionais e sociais, incluindo as de renda, gênero, raça e etnia. Por meio de uma estratégia de integração das políticas públicas e mecanismos de participação social em sua gestão, o programa amplia o acesso a programas de cidadania, fortalece a inclusão produtiva e contribui para ampliação da infraestrutura em 120 territórios rurais.

Em âmbito setorial, a integração das políticas tem como principal instrumento a Matriz de Ações, instrumento que consolida e dá publicidade às ofertas previstas no planejamento do governo federal para territórios. A Matriz de Ações 2013, fruto de um processo coordenado pelo Comitê Gestor do Programa, foi composta de 71 ações ofertadas por 14 órgãos setoriais – MDA, MEC, MS, MI, MDS, MCid, MAPA, MC, MCTI, MinC, MPA, MTE, SPM e SEPIR, organizadas em 3 eixos - Apoio às Atividades Produtivas, Acesso a Direitos e Cidadania e Infraestrutura, totalizando recursos da ordem de R\$ 7,13 bilhões. Cabe ressaltar que a publicização das ofertas contidas na matriz foi realizada através de publicação no Portal da Cidadania – www.territoriosdacidadania.gov.br, edição de 120 jornais territoriais e realização de reuniões das instâncias nos territórios. A gestão deste instrumento é feita por meio de um processo de monitoramento, através de reuniões bilaterais periódicas entre os órgãos setoriais, coordenadores das políticas e representação do Comitê Gestor Nacional, com base em informações gerenciais sobre a execução e informações coletadas junto aos Colegiados Territoriais.

Em âmbito federativo, conforme previsto no Decreto Presidencial de 25 de fevereiro de 2008, a principal estratégia é a

atuação de Comitês de Articulação Estaduais, com participação de representações de unidades descentralizadas de órgãos federais, de órgãos estaduais e prefeituras integrantes dos territórios. Essas instâncias têm como principais atribuições a promoção da integração entre matriz de ações federais com programas estaduais e municipais e indicação de convergências e ainda o acompanhamento da execução do Programa contribuindo para a solução de entraves à efetivação das ações. Em 2013, foram realizadas reuniões com participação de representações de 25 governos estaduais e formalizados Acordos de Cooperação com 10 governos estaduais, visando à instituição dessas instâncias.

Metas 2012-2015

- **Atender 120 territórios rurais com um conjunto de políticas públicas integradas e territorializadas, compatível com as principais carências existentes no meio rural, por meio do Programa Territórios da Cidadania.**

Análise Situacional da Meta

Os 120 territórios da cidadania foram atendidos em 2013 através da Matriz de Ações do governo federal, que é composta de 71 ações ofertadas por 14 ministérios – MDA, MEC, MS, MI, MDS, MCid, MAPA, MC, MCTI, MinC, MPA, MTE, SPM e SEPPIR, organizadas em 3 eixos - Apoio às Atividades Produtivas, Acesso a Direitos e Cidadania e Infraestrutura, totalizando recursos da ordem de R\$ 7,13 bilhões.

Quantidade alcançada

120

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	12	unidade	12	31/12/2013
Região Nordeste	56	unidade	56	31/12/2013
Região Norte	27	unidade	27	31/12/2013
Região Sudeste	15	unidade	15	31/12/2013
Região Sul	10	unidade	10	31/12/2013

- **Desenvolver ferramentas de gestão que adequem as políticas para territórios rurais às especificidades das comunidades quilombolas e tradicionais.**

Análise Situacional da Meta

As principais ações desenvolvidas em 2013 que contribuem para adequação das políticas territoriais às especificidades das comunidades quilombolas e tradicionais foram: a II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CNDRSS, que através do eixo temático "Promoção do Etnodesenvolvimento" definiu um conjunto de propostas que irão compor o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PNDRSS; a disponibilização de recursos adicionais para metas exclusivas para povos e comunidades tradicionais no Chamamento Público SDT/DIP 001/2013 para apoio a infraestrutura nos territórios; e a estratégia de gestão territorial do plano safra da agricultura familiar que possibilitará a participação das instâncias territoriais na efetivação das políticas públicas disponibilizadas aos territórios.

- **Inserir a perspectiva étnico-racial nos programas voltados aos territórios rurais.**

Análise Situacional da Meta

Importante ressaltar iniciativas efetivadas em 2013 que visam a contemplar as especificidades das comunidades quilombolas e tradicionais e ainda a inserção da perspectiva étnico-racial nas políticas realizadas nos territórios rurais. A Matriz 2013 do Programa Territórios da Cidadania contou com duas ações neste sentido: Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas e dos Povos e Comunidades Tradicionais e Assistência Técnica e Extensão Rural. Outra iniciativa importante foi a inserção de meta exclusiva para grupos produtivos de povos e comunidades tradicionais no Chamamento Público SDT/DIP 01/2013 - Seleção Pública de propostas de Apoio a Infraestrutura em Territórios - PROINF 2013. E por fim cabe registrar o processo da II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – II CNDRSS, que resultará na elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural



Sustentável e Solidário – PNDRSS, que tem como um dos eixos temáticos a "Promoção do Etnodesenvolvimento", que contribuiu na elaboração e priorização das propostas que integrarão o referido plano.

- **Propor marco legal para o desenvolvimento territorial.**

Análise Situacional da Meta

No processo de realização da II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, no eixo desenvolvimento territorial, foram debatidas propostas relacionadas ao marco legal para o desenvolvimento territorial que serão consolidadas na edição do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PNDRSS e seu processo de gestão.

OBJETIVO: 0978 - Consolidar um modelo de governança territorial baseado na gestão social, com o compartilhamento, entre poder público e sociedade civil organizada, da formulação, gestão e controle das políticas públicas, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

A consolidação da abordagem territorial como uma estratégia viável para a promoção do desenvolvimento rural sustentável tem como pilares o estímulo à organização territorial através do reconhecimento de territórios rurais e sua incorporação ao programa, o apoio ao funcionamento de colegiados territoriais e suas redes, a articulação institucional com órgãos e entes federados visando a ampliação do acesso aos vários programas federais e o apoio ao planejamento territorial participativo, de forma a construir insumos para o planejamento das políticas públicas. Esta estratégia, implementada desde 2004 pelo MDA, atinge resultados significativos em 2013 com a edição da Resolução Nº 94 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural - CONDRAF, que adicionou mais 74 territórios rurais ao programa. A partir de 2013 são 239 territórios rurais, que abrangem 3.568 municípios em todas as unidades da federação. Nesses territórios, vivem mais de 76 milhões de brasileiros, dos quais 29,3% estão no meio rural.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a capacitação e formação de 80.000 agentes de desenvolvimento.**

Análise Situacional da Meta

Esta meta visa aprimorar as capacidades dos atores locais, contribuindo para a participação qualificada de instituições nas diversas etapas do processo de gestão social do desenvolvimento territorial. Trata-se de ação transversal que apoia a realização de eventos formativos em temas relacionados ao desenvolvimento rural com enfoque territorial, a partir de referenciais conceituais, teóricos e metodológicos participativos. Participam das atividades de formação membros dos Colegiados Territoriais, representantes de instituições públicas, de organizações não governamentais, lideranças de movimentos populares, gestores públicos, representantes de segmentos sociais específicos, dentre outros. Até 2012 foram capacitados 16.586 agentes de desenvolvimento. Em 2013 foram realizadas atividades que contribuíram para formação de 1.604 agentes.

Quantidade alcançada

18.190

Data de Referência

31/12/2013

- **Apoiar a elaboração e qualificação de 280 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável.**

Análise Situacional da Meta

Desde 2008, a elaboração e qualificação dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS é executada com a orientação de incorporar a multidimensionalidade do desenvolvimento no planejamento e o debate em torno da sustentabilidade. Foram contratados recursos para apoiar a elaboração/qualificação de 158 PTDRS.

Atualmente, 148 planos estão concluídos, dos quais 81 em territórios da cidadania. É importante ressaltar que nas etapas territoriais da II CNDRSS - Conferência de Desenvolvimento Rural, Sustentável e Solidário foram apresentados os subsídios para a atualização dos planos territoriais existentes vis a vis os avanços no acesso às políticas públicas, para o que foram formalizadas parcerias com cinco estados para desenvolvimento dos planos estaduais e territoriais, com abrangência em 39 territórios.

Outra iniciativa importante, em 2013, foi a parceria estabelecida com cinco estados - AC, AM, CE, MT e PE para elaboração dos planos estaduais e territoriais de desenvolvimento rural sustentável e solidário em consonância com o PNDRSS, que viabilizará a elaboração de planos em 39 territórios, sendo 24 territórios da cidadania, 7 territórios rurais e 8 territórios apoiados a partir da resolução 94 do CONDRAF.

Quantidade alcançada

158

Data de Referência

31/12/2013

• Apoiar o funcionamento dos 165 colegiados dos territórios rurais já incorporados ao Programa até 2012.

Análise Situacional da Meta

A execução desta meta se deu a partir de 2012, com a formalização de parcerias com governos estaduais e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos visando à realização de ações de apoio a participação social na gestão do desenvolvimento nos territórios. Em 2013, o ciclo de gestão social nos territórios rurais envolveu o planejamento de suas ações, a realização de conferências territoriais, a discussão e acompanhamento da matriz do programa territórios da cidadania, a etapa de definição dos projetos de infraestrutura a serem apoiados através do Proinf, dentre outras pautas definidas pelo colegiado territorial. Em 2013, também deu-se início a nova estratégia de atuação junto aos colegiados através de parceria formalizada com CNPq, que viabilizará a implantação de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDETs em 56 TRs, sendo 32 em territórios da cidadania, 14 em territórios rurais e 10 territórios apoiados em 2013 a partir da resolução 94 do CONDRAF.

Quantidade alcançada

165

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	17	unidade	17	31/12/2013
Região Nordeste	67	unidade	67	31/12/2013
Região Norte	33	unidade	33	31/12/2013
Região Sudeste	26	unidade	26	31/12/2013
Região Sul	22	unidade	22	31/12/2013

• Articular 200 processos de Agenda 21 junto aos colegiados territoriais

Análise Situacional da Meta

Nesta meta, tem-se buscado promover o diálogo e a articulação entre o MMA e os órgãos envolvidos nos processos de construção da Agenda 21, em articulação com os colegiados territoriais. Procurou-se a aproximação do setor público e da sociedade civil para tratar dos problemas de resíduos sólidos, tema que foi bastante discutido e trabalhado na IV Conferência de Meio Ambiente em 2013 pelo MMA, pelos estados e municípios brasileiros; a execução de projetos de recuperação de áreas verdes; plantio das matas ciliares e recuperação de áreas degradadas; planos locais de habitação de interesse social; sistema de alarme para minimização de acidentes em cachoeiras; educação ambiental; fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas; entre outras. O grupo técnico dos órgãos envolvidos, que dará andamento ao trabalho, deverá avaliar os planos locais já elaborados quanto à implementação e sua efetividade com foco nos instrumentos de gestão ambiental sugeridos. Deverão ser consideradas a continuidade das ações e a forma de disciplinar e monitorar os rumos dos planos, levando em conta a revisão e ajustes que se fizerem necessários,



identificando possíveis omissões e divergências e apresentando sugestões de melhoria. Além disso, deverão ser identificadas outras áreas distribuídas no território para expansão do modelo.

• **Criar mecanismos de garantia da participação de povos e comunidades tradicionais nos colegiados territoriais e outras instâncias colegiadas**

Análise Situacional da Meta

Os colegiados territoriais têm constituído câmaras temáticas para povos e comunidades tradicionais como instâncias de participação social deste seguimento nas discussões e deliberações relacionadas ao desenvolvimento territorial. Existem 37 Colegiados Territoriais com Câmaras Técnicas de PCT (6 de Comunidades Indígenas, 23 de Comunidades Quilombolas e 8 de Comunidades de Pescadores). Destaca-se, ainda, a II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CNDRSS, que contou com o eixo temático "Promoção do Etnodesenvolvimento" e a realização da conferência setorial contribui para ampliar a participação deste público nas instâncias colegiadas. Além disso, a inserção de metas exclusivas para povos e comunidades tradicionais no PROINF 2013 é outra ação que contribui não só para ampliar a participação, mas também o acesso às políticas públicas.

• **Reconhecer e incorporar 115 novos territórios à política de desenvolvimento territorial, com apoio ao funcionamento dos seus respectivos colegiados.**

Análise Situacional da Meta

Foram identificados, em 2012, 109 territórios rurais em todo o país, em estágios diversos de reconhecimento e homologação pelos respectivos Conselhos Estaduais. Após apreciação pelo Comitê de Desenvolvimento Territorial do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF e deliberação do plenário do referido Conselho foi editada a Portaria Ministerial Nº 38, DE 15 DE MAIO DE 2013,) estabelecendo os critérios para reconhecimento e incorporação de territórios pela SDT e editada a Resolução do CONDRAF Nº. 94, DE 23 DE MAIO DE 2013(*), que incorporou 74 novos territórios rurais ao Programa. Cabe salientar que desse total, 42 territórios já recebem apoio para funcionamento dos Colegiados, a partir de parcerias anteriormente firmadas. Em 2013, através de cooperação com o CNPQ para implantação de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDETs foram contratados projetos para apoio a 10 destes territórios rurais e ainda através de convênios firmados com o Estado do AC, AM, CE, MT e PE foi viabilizado apoio para mais 8 territórios com o objetivo de apoiar a elaboração dos planos territoriais de desenvolvimento rural sustentável e solidário, definidos no processo da II CNDRSS.

Quantidade alcançada

74

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	22	unidade	9	31/12/2013
Região Nordeste	47	unidade	36	31/12/2013
Região Norte	20	unidade	10	31/12/2013
Região Sudeste	9	unidade	1	31/12/2013
Região Sul	17	unidade	18	31/12/2013

OBJETIVO: 0979 - Fortalecer as políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2013, a estratégia da política de desenvolvimento territorial, considerando o enfoque da inclusão produtiva, incluiu uma proposta de acompanhamento da implementação das ações do Plano Safra nos Territórios Rurais, buscando sistematizar o ordenamento e a adequação das políticas de âmbito nacional – como o crédito, a assistência técnica e

extensão rural, a comercialização por meio do acesso a programas de mercados institucionais e o desenvolvimento dos assentamentos rurais – às condições específicas do território, bem como da articulação institucional necessária para à sua maior efetivação.

Em outubro de 2013, com a formalização do termo de cooperação entre a SDT e o CNPq, com a participação de instituições de ensino públicas, diversas ações de inclusão produtiva serão conduzidas em 56 territórios pelos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), alterando assim a proposta de atuação na estratégia da política de desenvolvimento territorial, envolvendo: (i) a produção de dados, informações e conhecimentos; (ii) a difusão de métodos e tecnologias sociais; (iii) o monitoramento, avaliação e assessoria aos Colegiados Territoriais e o acompanhamento das iniciativas de desenvolvimento territorial do MDA; (iv) a contratação de assessores de inclusão produtiva que irão estimular a articulação entre as demandas sociais, produtivas e as ofertas das políticas públicas, bem como, a articulação em rede de organizações e instâncias de concertação no território.

Metas 2012-2015

• Apoiar a capacitação e a formação de 3.000 agentes facilitadores de inclusão produtiva.

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2013, a capacitação de agentes para a inclusão produtiva foi executada a partir dos contratos com ONGs e Governos Estaduais formalizados em anos anteriores, com ênfase em agregação de valor a produtos da agricultura familiar ou na comercialização, envolvendo 980 agentes capacitados. Além destes, ocorreram eventos de capacitação dos articuladores territoriais e estaduais onde foram abordadas as estratégias de inclusão produtiva, assim como, as políticas de apoio à produção, envolvendo outros 175 agentes, alcançando um total de 1.155 agentes capacitados em 2013. Até 2012, haviam sido capacitados 2.240 agentes.

Quantidade alcançada

3.395

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	419	unidade	216	31/12/2013
Região Nordeste	1.221	unidade	496	31/12/2013
Região Norte	569	unidade	237	31/12/2013
Região Sudeste	373	unidade	716	31/12/2013
Região Sul	418	unidade	1.730	31/12/2013

• Apoiar a elaboração 210 estudos estratégicos voltados à integração de políticas públicas e à inclusão produtiva.

Análise Situacional da Meta

Por meio de contratos de anos anteriores, em 2013 foram elaborados 12 estudos estratégicos abrangendo temas como o diagnóstico, gestão e planejamento de empreendimentos da agricultura familiar e a comercialização e produção de agroindústrias. Em 2012, foram apoiados 6 projetos estratégicos.

Além disto, a partir da reorientação metodológica para a elaboração de novos estudos estratégicos, optou-se por apoiar a elaboração da Matriz de Gestão Territorial do Plano Safra nos territórios. Esta Matriz é o principal instrumento norteador do monitoramento da execução nos territórios rurais e da cidadania do Plano Safra da Agricultura Familiar, que considera políticas de crédito, ATER, mercados, infraestrutura e reforma agrária. Assim, em 2013, na parceria firmada com o CNPq, foi contratada a elaboração de 56 Matrizes, a serem elaboradas no período de 2014-2015 pelos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), que incluem diagnósticos de acompanhamento, levantamento de dados primários, planos de gestão dentre outros.

**Quantidade alcançada**

74

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	23	unidade	3	31/12/2013
Região Nordeste	89	unidade	15	31/12/2013
Região Norte	40	unidade	12	31/12/2013
Região Sudeste	32	unidade	18	31/12/2013
Região Sul	26	unidade	26	31/12/2013

- **Apoiar a organização e estruturação de 200 redes socioprodutivas territoriais, priorizando as redes de grupos de mulheres.**

Análise Situacional da Meta

As atividades de articulação, planejamento e organização de redes socioprodutivas territoriais desenvolvidas para as principais redes de cooperação da agricultura familiar e economia solidária, ocorreu através de recursos de contratos anteriores que apoiaram a organização e estruturação de 3 novas redes, totalizando 28 redes de cooperação apoiadas até 2013 (consideram-se, neste caso, redes de cooperação voltadas para o desenvolvimento socioprodutivo), dentre as quais 17 grupos de mulheres já foram beneficiados.

Além disso, a constituição dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET prevê a realização de atividades de apoio à constituição e fortalecimento das redes socioprodutivas através da execução de 56 Matrizes de Gestão Territorial do Plano Safra, articulando estas redes por meio da aproximação entre as demandas dos empreendimentos regionais com as ofertas de políticas públicas para a agricultura familiar. Cabe destacar a destinação de recursos para apoiar as redes socioprodutivas também por meio de contratos firmados com o governo do Estado do Acre e a Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará.

Quantidade alcançada

84

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	24	unidade	10	31/12/2013
Região Nordeste	82	unidade	22	31/12/2013
Região Norte	38	unidade	13	31/12/2013
Região Sudeste	29	unidade	11	31/12/2013
Região Sul	27	unidade	28	31/12/2013

- **Apoiar a organização produtiva de 5.000 empreendimentos econômicos solidários e/ou associativos, sendo, no mínimo, 30% de mulheres ou grupos de mulheres.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram apoiados de maneira direta 271 empreendimentos econômicos por meio das 24 Bases de Serviços já contratadas. A partir das ações que compõem as matrizes territoriais de gestão do Plano Safra 2014/2015, os assessores de inclusão produtiva (ligados aos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDETs) promoverão apoio indireto aos empreendimentos produtivos. Em 2012, 450 empreendimentos econômicos haviam sido apoiados.

Quantidade alcançada

721

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
------------------------	-------	---------	-----------------	------

Região Centro-Oeste	557	unidade	57	31/12/2013
Região Nordeste	2.629	unidade	451	31/12/2013
Região Norte	757	unidade	86	31/12/2013
Região Sudeste	500	unidade	46	31/12/2013
Região Sul	557	unidade	81	31/12/2013

• **Apoiar e coordenar o funcionamento de 150 Bases de Serviços Técnicos.**

Análise Situacional da Meta

Além das 18 Bases de Serviços Técnicos já existentes (desde 2012), em 2013 foram contratadas 24 novas Bases resultantes de contratos de anos anteriores. Iniciou-se, ainda, em 2013, a contratação de outras 86 Bases de Serviços Técnicos (também com recursos de anos anteriores) e 56 assessores de inclusão produtiva por meio da ação estratégica implementada pelos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET's). Estes 142 assessores de inclusão produtiva (incluindo assessores contratados pelos NEDETs e os técnicos das 86 Bases contratadas), realizarão atividades de apoio às redes socioprodutivas por meio da execução da Matriz de Gestão Territorial do Plano Safra com orientação metodológica semelhante àquela desenvolvida pelos NEDETs.

Quantidade alcançada

184

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	14	unidade	11	31/12/2013
Região Nordeste	67	unidade	63	31/12/2013
Região Norte	33	unidade	41	31/12/2013
Região Sudeste	19	unidade	31	31/12/2013
Região Sul	17	unidade	38	31/12/2013

• **Implantar 3.200 bibliotecas rurais em assentamentos da reforma agrária**

Análise Situacional da Meta

O público alvo do Programa Arca das Letras atende os beneficiários do Crédito Fundiário, assentados da Reforma Agrária, comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhas, pescadores, extrativistas), Casas e Escolas Familiares Agrícolas. O processo de implantação do Programa se baseia na abordagem participativa respeitando a diversidade das populações, a cultura local e na ampla rede de parcerias entre Governos, Organizações Não Governamentais e Instituições Privadas para a confecção do móvel arca e a aquisição do acervo bibliográfico. No período de Janeiro de 2013 à 31/12/2013 foram implantadas 773 bibliotecas rurais em 70 municípios dos estados do Acre, Amapá, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, com 17.927 famílias beneficiadas, 38.736 livros distribuídos e 269 agentes de leitura capacitados. Nos assentamentos estaduais foram entregues 12 bibliotecas em 9 municípios, atendendo 605 famílias, com a distribuição de 2.820 livros e capacitação de 19 agentes de leitura. Sendo assim, foram implantadas 785 bibliotecas em 2013.

Quantidade alcançada

785

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0980 - Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.



Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

As ações de infraestrutura e serviços nos territórios que materializam esse objetivo foram contempladas no Chamamento Público SDT/DIP 01/2013, publicado em agosto de 2013, que abrangeu propostas apresentadas por municípios, consórcios públicos, estados e entidades privadas sem fins lucrativos. Os projetos apoiados neste ano contribuíram para promover a segurança alimentar e nutricional, geração de renda, convivência com o semiárido, superação da pobreza e das desigualdades de gênero, etnia e geração, possibilitando as condições para a melhoria da qualidade de vida dos/as agricultores/as e suas famílias. Também se insere neste objetivo a importante estratégia de entrega de máquinas e equipamentos para construção e recuperação de estradas vicinais bem como para minimizar os efeitos da seca, como caminhões-caçamba e caminhões-pipa, no âmbito do PAC 2.

Metas 2012-2015

• Apoiar 3.135 projetos de infraestrutura e serviços nos territórios rurais

Análise Situacional da Meta

Dentre as propostas do Chamamento SDT/DIP/01/2013 aprovadas, foram contratados pela Caixa Econômica Federal 115 projetos de infraestrutura, sendo contemplados 03 projetos propostos por consórcios municipais, 38 por órgãos de Governos Estaduais, uma associação de produtores rurais e outros 73 projetos por Prefeituras Municipais. Além destas propostas, também foram contratados 08 projetos de apoio à infraestrutura rural, com 06 Prefeituras Municipais e com órgãos dos Governos dos Estados da Bahia e do Acre, cujas propostas se enquadraram nas normas do Chamamento SDT/DIP/01/2013.

Para o ano de 2013, houve uma alteração na apresentação das propostas ao PROINF que, além da possibilidade da participação de entidades sem fins lucrativos, foi priorizado também que haveria apenas uma proposta para cada território a fim selecionar projetos de infraestrutura mais abrangentes e de maior valor, que agregassem as diversas estruturas produtivas existentes nos territórios e, com isto, pudessem ampliar e qualificar a capacidade produtiva, de armazenamento, transporte e comercialização dos empreendimentos da agricultura familiar, assim como, os serviços públicos de inspeção sanitária, armazenamento, transporte e comercialização nos territórios rurais e da cidadania, de uma forma mais ampla dentro do território. Como consequência, houve uma ampliação nos valores apoiados por projeto e uma redução no número de projetos apoiados, no entanto, buscando uma melhor efetividade nos resultados. Ressalta-se que, em 2012, foram apoiados 563 projetos de infraestrutura e serviços nos territórios rurais, que contemplam ações nas áreas de planejamento e gestão, produção, agroindustrialização e agregação de valor a produtos da agricultura familiar, comercialização, associativismo, cooperativismo, assistência técnica e extensão rural, infraestrutura hídricas, centros de formação e Infraestrutura social.

Quantidade alcançada

686

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	378	unidade	59	31/12/2013
Região Nordeste	1.236	unidade	201	31/12/2013
Região Norte	612	unidade	114	31/12/2013
Região Sudeste	453	unidade	64	31/12/2013
Região Sul	456	unidade	248	31/12/2013

• Apoiar projetos de melhoria da infraestrutura territorial nas comunidades indígenas.

Análise Situacional da Meta

O apoio a projetos de melhoria da infraestrutura territorial nas comunidades indígenas foi contemplado no

Chamamento Público SDT/DIP 01/2013, com a oferta de recurso para investimentos específicos para povos e comunidades tradicionais por meio de 20 projetos com metas específicas para esse público.

• **Beneficiar 2.155 municípios com até 50.000 habitantes com máquinas e equipamentos para recuperação de estradas vicinais**

Análise Situacional da Meta

A ação do PAC 2 de apoio à recuperação de estradas vicinais por meio da doação de máquinas e equipamentos já beneficiou 5.071 municípios, com a entrega de 2.614 motoniveladoras, 5.071 retroescavadeiras e 1.357 caminhões-caçamba (desde o início da ação - dez/2011). Por conta do longo período de estiagem que prejudicou intensamente os municípios do semiárido brasileiro, o Comitê Gestor do PAC decidiu ampliar o benefício aos municípios da região e da SUDENE que tiveram reconhecida a situação emergência, por meio decreto federal, inclusive os municípios acima de 50 mil habitantes. Além dos equipamentos mencionados anteriormente, foram entregues a esses municípios 461 pás carregadeiras e 753 caminhões-pipa.

Quantidade alcançada

5.071

Data de Referência

31/12/2013

• **Beneficiar 30.600 trabalhadoras rurais, através do apoio a projetos estratégicos de incremento à infraestrutura que atinjam, direta e positivamente, organizações de mulheres**

Análise Situacional da Meta

O apoio a trabalhadoras rurais por meio de projetos estratégicos de incremento à infraestrutura que atinjam, direta e positivamente, organizações de mulheres foi contemplado no Chamamento Público SDT/DIP 01/2013 com a oferta de recurso para investimentos específicos para grupos produtivos de mulheres. Como resultado, foram contratados, em 2013, projetos que envolvem o apoio a 63.477 mulheres, das quais 968 foram beneficiadas em projetos com foco específico em organizações de mulheres. Em 2012, foram apoiados 6 projetos de melhorias de infraestrutura que beneficiaram 12.948 trabalhadoras rurais.

Quantidade alcançada

76.425

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0981 - Ampliar os direitos sociais e econômicos das trabalhadoras rurais nas políticas de desenvolvimento territorial, por meio de ações de emissão de documentação civil e jurídica, bem como de apoio à participação das organizações de mulheres rurais nas instâncias colegiadas e nos comitês gestores de políticas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo tem como foco a ampliação dos direitos sociais e econômicos das trabalhadoras rurais, com base no acesso à documentação e a participação no desenvolvimento territorial. No que concerne o acesso à documentação, o Ministério do Desenvolvimento Agrário atua através do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR, que nos últimos 10 anos tem desenvolvido mutirões por todo o Brasil Rural, focando nos Territórios da Cidadania e no público do Brasil Sem Miséria. Nos mutirões, é possibilitado o acesso ao Registro e à Certidão de Nascimento (RN), à Carteira de Identidade (CI), à Carteira de Trabalho (CTPS), ao Cadastro de Pessoa Física (CPF), à Serviços Previdenciários (auxílio-doença, licença maternidade, entre outros), ao CadÚnico e, em alguns Estados, também é possível emitir: Registro Geral da Pesca (RGP) Bloco de Notas de Produtora Rural e a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Essa estratégia já atendeu mais de um milhão de mulheres, quase 325 mil apenas entre 2012 e 2013, tendo emitido mais de 650 mil documentos nesse período. Em 2013, o PNDTR teve intensa atuação, realizando, pela



primeira vez, mais de mil mutirões em um único ano. O apoio à participação das mulheres rurais nas instâncias colegiadas e nos comitês gestores ocorreu através de parcerias com os governos estaduais, em 2012 foram firmados cinco contratos e, em 2013, as parcerias foram expandidas para as entidades sem fins lucrativos realizando três convênios. A estratégia consiste em articular e rearticular os comitês de mulheres nos Territórios da Cidadania, qualificando e ampliando sua participação nos Comitês Territoriais.

Metas 2012-2015

- **Articular a realização de pesquisa de Amostra Nacional para conhecer a demanda por documentação**

Análise Situacional da Meta

A pesquisa sobre indocumentação já concluiu seu processo licitatório e, tem como previsão a finalização e assinatura do contrato para fevereiro de 2014. O resultado final desta pesquisa deve ser entregue em dezembro de 2014.

- **Emitir gratuitamente 1.200.000 documentos civis, trabalhistas, jurídicos e fiscais**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram realizadas ações de emissão de documentos em articulação com diversos órgãos emissores de documentos. Foram emitidos os seguintes documentos: Registro e a Certidão de Nascimento (RN), Carteira de Identidade (CI), Carteira de Trabalho (CTPS), Cadastro de Pessoa Física (CPF), Serviços Previdenciários (auxílio-doença, licença maternidade, entre outros), CadÚnico e, em alguns Estados, também é possível emitir: Registro Geral da Pesca (RGP) Bloco de Notas de Produtora Rural e a DAP. O total de documentos emitidos em 2013 foi de 405.524., Em 2012 foram emitidos 247.502.

Seguem abaixo dados detalhados sobre a realização dos mutirões e da emissão de documentos por região em 2013.

Região	Mutirões	Documentos emitidos	Mulheres atendidas
Norte	336	83.195	38.145
Nordeste	587	228.660	116.166
Centro-oeste	220	45.865	22.898
Sudeste	64	26.540	14.912
Sul	42	21.264	7.304
Total	1.249	405.524	199.425

Quantidade alcançada

653.026

Data de Referência

31/12/2013

- **Garantir a obrigatoriedade da participação de, no mínimo, 30% de mulheres em todas as instâncias colegiadas de 280 colegiados territoriais**

Análise Situacional da Meta

Os dados para quantificação da participação de 30% das mulheres nos colegiados territoriais ainda não estão disponíveis. Porém, em 2013, ocorreu a II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, que contou com a participação de 50% de mulheres em todas as suas instâncias (Territorial, Estadual e Nacional), demonstrando a importância e o comprometimento das mulheres no desenvolvimento territorial. Além disso, como forma de estimular essa participação, foi realizada Chamada Pública para o apoio às mulheres no desenvolvimento territorial com perspectiva de gênero nos Territórios da Cidadania. Essa Chamada contratou três entidades sem fins lucrativos que irão beneficiar 2.040 mulheres nos Territórios da Cidadania, favorecendo sua auto-organização e participação nos Colegiados Territoriais.

- **Realizar 4.000 mutirões de documentação, atendendo a 700 mil mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram realizados 1.249 mutirões de emissão de documentos em articulação com diversos órgãos emissores de documentos, nos quais foram atendidas 199.425 mulheres. Em 2012 foram realizados 755 mutirões que atenderam 125.085 mulheres rurais.

Quantidade alcançada

2.004

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar campanha nacional de mobilização sobre a importância da formalização de grupos produtivos de mulheres na agricultura familiar e reforma agrária**

Análise Situacional da Meta

A importância da formalização de grupos produtivos de mulheres na agricultura familiar e reforma agrária tem sido articulada pelo Programa de Organização Produtiva para Mulheres Rurais e o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural em parceria com os Organismos de Políticas para as Mulheres Estaduais. Atualmente, a ação está sendo desenvolvida pelos Estados da Bahia, Rio Grande do Sul, Acre, Paraíba, Alagoas, Goiás, Espírito Santo e Maranhão, com base em contratações feitas nos anos de 2011 e 2012. Em 2013, focou-se na gestão dos projetos vigentes, que beneficiam 54.294 mulheres.

OBJETIVO: 0982 - Fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária, a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

Em 2013, foi dada continuidade ao processo de articulação federativa e integração das políticas de economia solidária. Com o crescente número de adesões de estados, distrito federal e municípios que, por meio de convênios executam as políticas de economia solidária, foi implementada uma metodologia de trabalho (realização de seminários, reuniões, constituição de comissões estaduais) com o objetivo de articular as ações de todas as unidades e/ou órgãos e instituições parceiras do Ministério do Trabalho e Emprego. Tal metodologia já foi adotada em 24 unidades da federação.

Esta metodologia de articulação das políticas permitiu uma melhor compreensão da abordagem territorial adotada na política nacional de economia solidária. A definição de territórios prioritários e a articulação das várias iniciativas que promovem a economia solidária nestes territórios favoreceu a integração das ações públicas.

Quanto ao processo de institucionalização da política nacional de economia solidária, constatamos avanços com o encaminhamento do Projeto de Lei nº 4.685/2012, que dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências, em tramitação no Congresso Nacional. O projeto foi aprovado por unanimidade na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) e está aguardando parecer na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara de Deputados.

Quanto ao marco regulatório da economia solidária, com a publicação da Lei 12.690/2012 que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho e institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP, o principal desafio para o período foi dar continuidade ao processo de elaboração da minuta de decreto para regulamentação da Lei.



Metas 2012-2015

• Atualizar o marco regulatório do cooperativismo**Análise Situacional da Meta**

Com a publicação da Lei nº 12.690/2012, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho e institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOOP, o principal encaminhamento ocorrido em 2013 foi a continuidade do processo de elaboração da minuta de decreto para regulamentação da Lei. Igualmente, a SENAES/MTE participou de inúmeros eventos (encontros, debates e reuniões) para esclarecimento sobre a lei e suas consequências para a organização e funcionamento das cooperativas. A atenção especial foi dedicada às dificuldades das organizações constituídas pela população mais empobrecida e vulnerável. O Decreto nº 8.163, foi publicado em 20 de dezembro de 2013, instituindo o Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social - Pronacoop Social. O Programa é fundamental para garantir o apoio às cooperativas para que possam efetivar as exigências da lei quanto à garantia do atendimento dos direitos dos sócios.

• Disseminar e promover na sociedade brasileira os princípios da economia solidária, do comércio justo e do consumo consciente**Análise Situacional da Meta**

Houve continuidade no processo de distribuição dirigida do material audiovisual já produzido para promover e divulgar a economia solidária e o consumo responsável e solidário. A Campanha Nacional de Divulgação e Mobilização Social “Economia solidária – Outra Economia Acontece”, lançada no ano de 2010, contou com a produção 60 mil kits de material de divulgação da Economia Solidária. Os kits eram compostos por: a) materiais impressos (contendo Manual para Formadores; Cartilha da Campanha Nacional; Cartaz-folder; Folheto; Cartilha de Rádio e Atlas da Economia Solidária; b) DVD – Vídeos (dois vídeos documentários “Outra Economia Acontece”, sendo um de 25 minutos e outro de 12, e um vídeo “Brasil Solidário” com uma série de 14 programetes para TV de 1 minuto e meio cada); c) CD com Vídeos (formato WMV) e materiais impressos (formato PDF); d) CD com Spot e Programas de Rádio.

Foram distribuídos 10 mil kits para os diversos parceiros, fóruns, movimentos sociais e outros demandantes do material. Mais 10 mil kits estão sendo reproduzidos para as atividades de formação em economia solidária. Por ocasião da Semana Mundial do Comércio Justo e Solidário, foi realizado o lançamento da Campanha Nacional de Comércio Justo e Solidário, com o objetivo de sensibilizar e mobilizar a sociedade brasileira. Esta campanha dialoga tanto com as estratégias de implementação do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, quanto com a promoção da Economia Solidária e do Consumo Responsável e Solidário.

• Institucionalizar a política nacional de economia solidária com o Sistema Nacional de Economia Solidária, o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário e o Fundo Nacional**Análise Situacional da Meta**

O processo de institucionalização da política nacional de economia solidária está previsto no Projeto de Lei nº 4.685/2012, que dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária, em tramitação no Congresso Nacional. Foi aprovado por unanimidade na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) e está aguardando parecer na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara de Deputados.

O Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES, além do acompanhamento dos processos de legislação, deliberou pela Convocação da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária. A Conferência terá como objetivo a elaboração dos planos municipais, territoriais, estaduais e do Plano Nacional de Economia Solidária. A SENAES/MTE está coordenando as atividades preparatórias da Conferência e apoiando os grupos de trabalho na elaboração dos

documentos referenciais. A etapa nacional da Conferência está prevista para ocorrer em novembro de 2014. O CNES também aprovou recomendação para que o Ministério do Trabalho e Emprego institua o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários e resolução sobre a Política Nacional de Comercialização para a Economia Solidária.

• **Manter e atualizar informações de 30 mil organizações de economia solidária**

Análise Situacional da Meta

A estratégia central para esta meta é a manutenção e/ou ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária – SIES, com identificação e caracterização de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento e políticas públicas de economia solidária, de forma a possibilitar a sua visibilidade e fortalecer a economia solidária como estratégia de organização social para geração de trabalho e renda e a inclusão social; subsidiar a formulação de políticas públicas e a elaboração de marco jurídico adequado à economia solidária; facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em economia solidária; e integrar empreendimentos em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais a fim de facilitar processos de comercialização.

O SIES foi implantado no ano de 2004 e até o momento realizou três rodadas nacionais de identificação e caracterização dos empreendimentos econômico solidários (EES) no país. O primeiro levantamento ocorreu em 2005 quando foram mapeados 14.954. Este levantamento foi complementado em 2007 com o mapeamento de mais 6.905. Nesta primeira fase foram totalizadas informações de 21.859. A terceira rodada ocorreu nos anos de 2010-2012 quando foram mapeados mais 11.663. Portanto, desde 2004, o SIES já identificou 33.518 EES em todo o território nacional. Dos 11.663 novos empreendimentos mapeados nesta segunda fase, 5.811 (50%) declaram terem iniciado suas atividades após o ano de 2004, o que demonstra que a economia solidária é um fenômeno que apresenta dinamismo social e econômico independentemente do contexto de crise do desemprego e do fenômeno do dessalariamento que caracterizou o período de seu surgimento nas últimas décadas do século passado.

Além de mapear novos EES, nesta segunda fase do SIES foram realizadas revisitas em EES constantes na base anterior. Destes foram obtidas informações de 15.520 EES (71%) e inseridos na nova base de dados com informações atualizadas 7.839 EES (36%). Ainda foi possível verificar que 3.375 EES deixaram de existir (15%) e que 1.925 EES (9%) passaram a assumir outras formas societárias e características organizacionais.

Por sua vez, em continuidade ao processo de implantação de um Observatório do Cooperativismo e da Economia Solidária no Brasil, foram pactuadas ações no âmbito do Programa de Cooperação Brasil-Itália (Brasil Próximo). Com o apoio do Programa será possível contratar os primeiros consultores e realizar intercâmbios metodológicos com a Região da Emília-Romagna. Para tanto foi constituído o GT-Brasileiro do Observatório com a participação da SENAES/MTE, Dencacoop/MAPA, IPEA, DIEESE e SESCOOP/OCB.

Quantidade alcançada

33.522

Data de Referência

14/06/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3.000	unidade	3.447	17/02/2014
Região Nordeste	12.000	unidade	13.656	17/02/2014
Região Norte	3.000	unidade	5.325	14/02/2014
Região Sudeste	6.000	unidade	5.497	17/02/2014
Região Sul	6.000	unidade	5.597	17/02/2014



• **Promover a integração das políticas de economia solidária em 100 processos territoriais de desenvolvimento**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foi dada continuidade à pactuação e ao repasse de recursos para o desenvolvimento de ações integradas em economia solidária para promoção do desenvolvimento sustentável com abordagem territorial. Este processo foi iniciado em 2011, cujas ações ganharam mais efetividade no ano 2012. Por meio de Chamadas Públicas especificamente voltadas a essa meta, a SENAES/MTE celebrou parcerias com governos estaduais e municipais, envolvendo um conjunto selecionado de 19 estados e 42 municípios, cujas propostas apoiadas em 2012 compreendiam um total de 100 territórios.

As ações desenvolvidas nos territórios preveem a implantação de espaços multifuncionais de economia solidária, com agentes comunitários de desenvolvimento que atuarão na formação e assessoramento técnico para fomento à produção e comercialização de produtos e serviços de Empreendimentos Econômicos Solidários. Para promover a integração das políticas de economia solidária em processos territoriais de desenvolvimento, foram celebrados 23 novos convênios com Governos Estaduais, Municipais e entidades privadas sem fins lucrativos. Em continuidade a esta ação, em 2013, foram transferidos recursos para o apoio de mais 33 territórios. O que resulta no alcance acumulado da meta em 133 territórios.

Constatou-se uma dificuldade para o repasse das parcelas subsequentes previstas nos convênios celebrados em função da baixa execução das ações por parte dos governos estaduais e municipais. As justificativas para esta dificuldade estão relacionadas ao processo eleitoral de 2012, transições de governo, composição de novas equipes de gestão e demora no processo de contratação de serviços.

O acompanhamento e supervisão dos convênios têm permitido constatar que já estão sendo tomadas as medidas para agilizar o processo de gestão dos convênios e contratação dos serviços necessários à sua execução. A SENAES/MTE realizou encontro com todos os parceiros e elaborou manual de orientação para execução dos convênios como medidas para enfrentar as dificuldades de operacionalização da política.

Quantidade alcançada

133

Data de Referência

17/02/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	10	unidade	15	17/02/2014
Região Nordeste	40	unidade	52	17/02/2014
Região Norte	10	unidade	15	17/02/2014
Região Sudeste	20	unidade	26	17/02/2014
Região Sul	20	unidade	25	17/02/2014

OBJETIVO: 0983 - Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

A economia solidária continua sendo cada vez mais reconhecida e fortalecida como uma estratégia de inclusão produtiva das pessoas em situação de extrema pobreza nos processos locais e territoriais de desenvolvimento, dinamizando cadeias produtivas e arranjos econômicos mais inclusivos. As iniciativas econômicas solidárias constituem-se em formas de

organização da produção, da comercialização, das finanças e do consumo que privilegiam o trabalho associado, a autogestão, a cooperação e a sustentabilidade, tendo o ser humano como sujeito e finalidade do desenvolvimento e afirmando o trabalho associado enquanto direito. Em 2013, deu-se continuidade ao apoio e fomento da economia solidária para contribuir com o esforço nacional de superação da pobreza extrema, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. Para cumprir esta missão foram celebrados 26 novos convênios com governos estaduais e municipais, universidades e entidades da sociedade civil sem finalidade de lucro, com o comprometimento total de transferência voluntária de R\$ 28.255.413,81 para beneficiar 17.878 pessoas e 335 empreendimentos econômicos solidários.

Com a finalidade de ampliar as iniciativas locais de finanças solidárias, em 2013, foram selecionados e apoiados novos projetos de fomento e fortalecimento de 191 bancos comunitários de desenvolvimento, 605 fundos solidários e 195 cooperativas de crédito solidário, enquanto instrumentos de promoção do desenvolvimento territorial sustentável com superação da pobreza extrema, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, do Governo Federal. Ao todo, foram empenhados R\$ 12,5 milhões para beneficiar diretamente 18,7 mil pessoas.

Para promover a formação e capacitação social e profissional de trabalhadores para a economia solidária no ano de 2013 consolidou-se a implantação da Rede de Centros de Formação e Apoio a Assessoria Técnica em Economia Solidária – Rede CFES – com o objetivo de promover a disseminação metodológica da educação em economia solidária, fortalecer a rede de educadores e promover a formação dos agentes que atuam diretamente com os projetos de apoio ao desenvolvimento da economia solidária nos territórios e junto aos setores econômicos e populacionais prioritários.

Na promoção da incubação, assessoria técnica e o fomento a empreendimentos econômicos solidários e redes de produção e comercialização, em 2013 foram empenhados recursos na ordem de R\$ 23 milhões para beneficiar diretamente 1,7 mil empreendimentos com um total de 20 mil pessoas associadas. Para dar continuidade ao Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC), instituído pelo Decreto nº 7.357/2010, foi estabelecido parceria com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Foram apoiadas 86 incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e economia solidária para a incubagem de mais de 650 empreendimentos econômicos solidários em todo o país.

No período, constatarem-se dificuldades para pagamento das parcelas subsequentes dos convênios anteriormente celebrados com os governos estaduais e municipais. Constataram-se atrasos na execução dos cronogramas pactuados. As justificativas apresentadas foram: eleições municipais em 2012, processo de transição nos governos com consequente mudança das equipes responsáveis e dificuldades de contratação de serviços em função das exigências da Lei nº 8.666/93. Tal situação exigiu da SENAES/MTE mais atenção com a orientação e acompanhamento e supervisão das convenientes. No momento, as perspectivas são positivas, considerando que os processos de transição estão concluídos e já estão sendo encaminhados os processos de contratação.

Neste período também se deu continuidade à implantação da certificação no âmbito do SCJS – Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário – com a atuação do comitê Gestor do Programa na definição dos procedimentos operacionais e com a atuação das instituições conveniadas na execução dos planos de trabalho pactuados.

A Rede de Centros de Formação de Economia Solidária – Rede CFES, com o Centro Nacional e os Centros Regionais se consolidou com a realização das primeiras atividades nacionais de planejamento e de articulação da Rede e a execução das atividades formativas previstas nos planos de trabalho pactuados.

Metas 2012-2015



• **Certificar os produtos e serviços de 9 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema de Comércio Justo e Solidário**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foi dada continuidade ao processo de pactuação com as instituições selecionadas para a implantação das metodologias de certificação próprias do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário – SCJS. No Sistema Nacional o principal instrumento é a Declaração de Conformidade da Economia Solidária – DCSOL, que compreende os fundamentos e os conteúdos metodológicos acerca das seguintes etapas da certificação: identificação, reconhecimento (avaliação, inspeção), cadastro e registro de um Empreendimento Econômico Solidário – EES com prática em comércio justo e solidário no SCJS. O desenvolvimento e a aplicação das modalidades de avaliação de conformidade são três: a) declaração de conformidade de fornecedor ou atestação de primeira parte ou reconhecida por esse Edital de Declaração de Conformidade Coletiva (DCC); b) declaração de conformidade por avaliação de pares ou atestação de segunda parte ou conhecida por Sistema Participativo da Garantia (SPG); e c) declaração de conformidade por auditoria externa ou de atestação de terceira parte.

Desse modo, um Empreendimento Econômico Solidário – EES, com prática em comércio justo e solidário reconhecido por uma das três modalidades da garantia, receberá um primeiro certificado, este, específico de uma das três metodologias utilizadas por entidades especializadas no uso das metodologias para que, posteriormente, o EES possa receber o segundo certificado, que é a Declaração de Conformidade da Economia Solidária – DCSOL, pois a DCSOL é o meio de acesso de um EES (no caso: habilitação e permanência) ao Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário – SCJS. Em outras palavras, a DCSOL se configura como a etapa final do percurso de reconhecimento de um EES-CJS habilitado no SCJS.

A implementação da metodologia de certificação foi realizada por meio do conveniamento e repasse da primeira parcela para a Rede Xique-Xique (instituição classificada no Edital de Chamada Pública 02/2012) para realizar a certificação na modalidade de primeira parte. O convênio prevê uma meta total de certificação de 4 mil EES.

No ano de 2012, foram transferidos recursos para cumprimento de uma meta de certificação de 1.347 empreendimentos. No ano de 2013 ampliaram-se os recursos disponibilizados para o alcance de mais 1.378 empreendimentos certificados.

O processo de certificação é acompanhado pela Comissão Gestora Nacional do SCJS. Neste sentido já ocorreram 4 reuniões da Comissão para estabelecer os procedimentos a serem adotados para as atividades de acompanhamento das ações e de certificação de acordo com as atribuições da Comissão. Também foram publicados os manuais de orientação para o SCJS.

Quantidade alcançada

2.725

Data de Referência

17/02/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	900	unidade	172	30/06/2013
Região Nordeste	3.600	unidade	1.010	30/06/2013
Região Norte	900	unidade	172	30/06/2013
Região Sudeste	1.800	unidade	601	30/06/2013
Região Sul	1.800	unidade	770	30/06/2013

• **Incluir 200 comunidades nas finanças solidárias**

Análise Situacional da Meta

No campo das Finanças Solidárias, o ano 2013, foi dedicado à realização do balanço das ações desenvolvidas anteriormente e elaboração do Termo de Referência e Edital de Chamamento Público para seleção das instituições que darão continuidade aos processos de consolidação das metodologias de finanças solidárias, disseminação das metodologias em novas comunidades e articulação em rede das diversas organizações de finanças solidárias.

Com a finalidade de ampliar as iniciativas locais de finanças solidárias, foram selecionados e apoiados novos projetos de fomento e fortalecimento de 191 bancos comunitários de desenvolvimento, 605 fundos solidários e 195 cooperativas de crédito solidário, enquanto instrumentos de promoção do desenvolvimento territorial sustentável com superação da pobreza extrema, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, do Governo Federal. Ao todo, foram empenhados R\$ 12,5 milhões para beneficiar diretamente 18,7 mil pessoas.

Assim, em continuidade as ações desenvolvidas no ano de 2012 com o apoio a 46 iniciativas de finanças solidárias, no ano de 2013 as novas pactuações permitiram uma transferência de recursos para que 106 novas iniciativas pudessem ser beneficiadas.

É importante considerar que a área das finanças solidárias está consolidando-se no país enquanto uma das principais estratégias de mobilização comunitária para o enfrentamento da pobreza.

Quantidade alcançada

152

Data de Referência

17/02/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	20	unidade	20	17/02/2014
Região Nordeste	80	unidade	61	17/02/2014
Região Norte	20	unidade	15	17/02/2014
Região Sudeste	40	unidade	47	17/02/2014
Região Sul	40	unidade	9	17/02/2014

• **Promover a formação e capacitação social e profissional de 10.000 trabalhadores para a economia solidária, com prioridade para mulheres e população negra**

Análise Situacional da Meta

Uma das principais estratégias para o alcance desta meta é a Formação de Formadores, Educadores e Gestores Públicos em Economia Solidária, para qualificar sua atuação como multiplicadores de conhecimentos, inovações metodológicas e/ou tecnológicas junto aos empreendimentos econômicos solidários (EES), bem como, para o fortalecimento das políticas públicas federais, estaduais e municipais. Essa estratégia está sendo implementada com a Rede Nacional de Centros de Formação em Economia Solidária - Rede CFES.

São atividades da Rede de CFES: 1) formação avançada e continuada de formadores e educadores que atuam na economia solidária; 2) sistematização e disseminação de metodologias de formação; 3) organização, publicação e disseminação de material pedagógico e subsídios para a formação; 4) articulação de formadores e educadores em rede nacional; 5) Formação sistemática de gestores públicos atuantes em políticas de economia solidária.

A ação de formação e capacitação dos trabalhadores integra a estratégia das “ações integradas em economia solidária”, desenvolvidas na parceria com prefeituras, governos estaduais e instituições da sociedade civil, que asseguram um eixo



voltado à Formação, Informação e Assessoria Técnica.

No tocante aos Centros de Formação em Economia Solidária - CFES, em 2013 concluiu-se o processo de conveniamento com as instituições classificadas no Edital de Chamamento Público e foram desenvolvidas as primeiras atividades nacionais de articulação da Rede Nacional de Centros de Formação e Apoio a Assessoria Técnica em Economia Solidária – REDE CFES. Assim, consolidam-se as perspectivas de cumprimento das metas para a formação de formadores e produção de material e metodologias adequadas ao processo educativo da economia solidária. Este processo de consolidação da Rede CFES permitiu o incremento no alcance da meta em 3.151 beneficiários. Assim somando-se a meta alcançada em 2012 (de 2.000 beneficiários) tivemos o alcance da meta em 5.161 beneficiários até o final de 2013.

Além disso, a SENAES/MTE participou do GT Interministerial (coordenado pela Secretaria Geral da presidência) para elaboração do Marco Referencial da Política Nacional de Educação Popular. Também tiveram continuidade as articulações com o Ministério da Educação para dar continuidade à aproximação entre a economia solidária e as políticas de EJA e de Educação Profissional e Tecnológica. No âmbito do Pronatec - Brasil Sem Miséria já é possível identificar a concretização de ações articuladas na ponta.

Quantidade alcançada

5.161

Data de Referência

17/02/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.000	unidade	598	17/02/2014
Região Nordeste	4.000	unidade	1.003	17/02/2014
Região Norte	1.000	unidade	501	17/02/2014
Região Sudeste	2.000	unidade	1.124	17/02/2014
Região Sul	2.000	unidade	1.935	30/06/2013

• Promover a incubação, assessoria técnica e o fomento direto a 5 mil empreendimentos econômicos solidários e redes de produção e comercialização

Análise Situacional da Meta

Em 2013, a SENAES deu seguimento ao fortalecimento do PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – Decreto 7657/2010), que se constitui numa articulação interinstitucional para o apoio de Incubadoras Universitárias de empreendimentos econômicos solidários, apoiando o desenvolvimento institucional das incubadoras e levando a uma maior articulação entre as universidades brasileiras e as diferentes

formas de cooperativas populares. Além do acompanhamento e supervisão dos convênios e termos de parceria anteriormente celebrados, foram repassadas as parcelas subsequentes para continuidade das ações pactuadas. Ao longo dos últimos anos, o PRONINC permitiu a constituição de uma rede com 77 incubadoras universitárias espalhadas em todo o Brasil. O Programa teve sua continuidade com recursos advindos tanto do orçamento próprio Senaes/MTE como da parceria com a FINEP.

No âmbito do PRONINC, também foram repassados recursos por meio de Termos de Cooperação para Descentralização de Crédito Externo e Termos de Convênio com 12 Instituições de Ensino Superior. Ainda, foi estabelecida parceria com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Foram apoiadas 86 incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e economia solidária para a incubagem de mais de 650 empreendimentos econômicos solidários em todo o país. Os recursos repassados ao longo

do ano de 2013 permitiram o alcance de 230 empreendimentos por meio da atuação das incubadoras.

O Programa é coordenado pelo Comitê Gestor composto por representantes do Governo Federal, Universidades e organizações da sociedade civil. Neste período, foi realizada mais uma reunião do Comitê Gestor para balanço do Programa e elaboração de propostas para sua continuidade. O Comitê Gestor referendou um conjunto de proposições apresentadas por ocasião do Encontro Nacional de Incubadoras e Programas/Projetos de Economia Solidária realizado no mês de junho de 2013 e que reuniu mais de 100 representantes das IES e as duas redes universitárias que atuam com o tema.

No tocante à assessoria técnica aos EES e suas Redes de Cooperação, as ações foram garantidas também por meio de projetos na parceria com municípios, estados e organizações da sociedade civil (esta última, no tema específico de Catadores). Nestes projetos incorporaram-se, na assessoria técnica, a dimensão cultural e territorial dos processos produtivos, fortalecendo práticas autogestionárias, justas e solidárias, melhorando a qualidade dos produtos, assessorando na elaboração de planos de negócio, de planos de marketing e nos registros fiscais e contábeis adequados à legislação vigente. Neste caso, a assessoria técnica já parte da estratégia de “integração das ações” para o fortalecimento da economia solidária nos territórios, nas redes e cadeias produtivas e nos segmentos populacionais específicos. Além disto, na promoção da incubação, assessoria técnica e o fomento a empreendimentos econômicos solidários e redes de produção e comercialização, em 2013, foram empenhados recursos na ordem de R\$ 23 milhões para beneficiar diretamente 1,7 mil empreendimentos com um total de 20 mil pessoas associadas.

Por meio destas parcerias foram transferidos recursos para o apoio a 1.642 empreendimentos. Assim sendo, somando-se aos 621 empreendimentos já apoiados em 2012 e aos 230 empreendimentos apoiados por meio das incubadoras foi possível atingir uma meta de 2.493 empreendimentos com incubação e assessoria técnica.

As dificuldades de pagamento das parcelas subsequentes de convênios com governos estaduais e municipais não permitiram o repasse de recursos com a celeridade prevista para o período. Mas tal situação está sendo sanada com processo sistemático de orientação e acompanhamento dos convênios e a finalização dos processos de transição nos municípios.

Quantidade alcançada

2.493

Data de Referência

17/02/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	500	unidade	182	17/02/2014
Região Nordeste	2.000	unidade	945	17/02/2014
Região Norte	500	unidade	390	17/02/2014
Região Sudeste	1.000	unidade	367	17/02/2014
Região Sul	1.000	unidade	609	17/02/2014

OBJETIVO: 1004 - Promover mecanismos que estimulem o Desenvolvimento Econômico Regional Sustentável na Amazônia Ocidental mediante a geração, atração e consolidação de investimentos apoiados em educação, inovação, ciência, tecnologia, implantação de projetos de desenvolvimento econômico e a promoção das potencialidades e vocações regionais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

**Análise Situacional do Objetivo**

Dentre os mecanismos de atração, geração e irradiação do desenvolvimento regional, destacam-se aqueles voltados para o dinamismo do Polo Industrial de Manaus (PIM), principal vetor de desenvolvimento da Amazônia Ocidental. Vale destacar que o PIM alcançou, no período janeiro a dezembro de 2013, um faturamento de US\$ 38,54 bilhões contra US\$ 37,54 bilhões registrado em 2012 (incremento de 2,66%), volume de investimentos da ordem de US\$ 10,66 bilhões contra US\$ 10,09 bilhões registrado em 2012 (incremento de 5,64%), uma oferta média de 121.456 postos de trabalho contra 120.284 registrado em 2012 (incremento de 0,97%) e exportações de US\$ 862,44 milhões contra US\$ 870,05 milhões em 2012 (queda de 0,87%).

No mesmo período, foram aprovados pelo Conselho de Administração da Suframa (CAS) 220 projetos industriais e de serviços, sendo: 72 projetos de implantação e 148 projetos de ampliação/atualização e diversificação, os quais até 2016, período de carência para implantação dos projetos, apresentam a possibilidade de criação 11.165 novos postos de trabalho, investimentos de US\$ 3,5 bilhões e exportações de US\$ 1,06 bilhão. Além disso, foi feito o acompanhamento de 2.195 produtos incentivados aprovados pelo CAS nos exercícios anteriores.

Merece destaque a realização do estudo de dados e informações de forma agregada das Áreas de Livre Comércio (ALC's) que objetiva realizar um diagnóstico investigativo sobre essas áreas, a fim de identificar casos fictos de contribuição do regime jurídico-tributário das ALC's para o desenvolvimento intramunicipal, intermunicipal, estadual e transfronteiriço, bem como apresentar proposições coletadas para otimizar o potencial econômico dos municípios a elas atreladas.

Ainda na esteira de promoção do desenvolvimento regional, cabe enfatizar a utilização de recursos de Pesquisa e Desenvolvimento, oriundos da lei de Informática, para a consolidação de investimentos apoiados em Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, voltados inclusive para a educação e dinamização de projetos das potencialidades regionais.

Destaca-se ainda, a parceria com a Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (SEFAZ/AM) na elaboração do estudo “Zona Franca de Manaus: Mitos e Verdades”, com o objetivo de subsidiar as discussões sobre a alíquota do ICMS para a Zona Franca de Manaus (ZFM) na Comissão de Estudos Econômicos do Senado (reforma tributária). O referido estudo busca demonstrar a importância da ZFM para o Brasil e o que ela representa para a economia regional, bem como os benefícios gerados nas áreas econômica, social e ambiental. Quanto à Iniciativa “Apoio ao desenvolvimento industrial e tecnológico e a estruturação de cadeias produtivas de produtos desenvolvidos a partir da utilização da biodiversidade amazônica”, está em processo de realização uma parceria com o Polo Científico e Tecnológico de Navacchio, na Itália. Grande parte das empresas abrigadas nesse Polo possuem parcerias com universidades públicas e privadas para desenvolver pesquisas que estimulem maior conhecimento e atendam a demanda crescente do mercado mundial. O objetivo é aproveitar essa parceria para promover, em Manaus, a inovação tecnológica com foco nas necessidades de mercado e criar um polo de inovação que seja benéfico para todas as empresas.

Outro passo para a consolidação dessa iniciativa foi a participação da Suframa no “Pacto pela Educação e pelo Desenvolvimento Sustentável no Amazonas”, no sentido de somar esforços para dinamizar e multiplicar o capital intelectual da região. A partir de pesquisa realizada pelas Entidades representativas das empresas do PIM, foi priorizado o projeto-piloto na área de manutenção industrial, que nos próximos cinco anos deve demandar e aumentar em 162% a necessidade de profissionais qualificados. Esse tema foi objeto de um dos Seminários ocorridos durante a realização da Feira Internacional da Amazônia (FIAM 2013).

Na Iniciativa “Promoção Comercial do Modelo Zona Franca de Manaus (ZFM) e Divulgação das potencialidades regionais”, a Suframa enfatizou a integração panamazônica, alinhada à política do governo federal de promoção da integração regional, participando, num primeiro momento, de missões, reuniões e encontros com autoridades e

empresários da Venezuela, Peru, Equador e Guiana, com o objetivo de discutir, identificar e buscar as formas de viabilizar oportunidades logísticas para incremento das relações comerciais desses países com o Brasil e, em particular, com a ZFM. Nessa questão, conta-se com a parceria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), por ocasião das reuniões para discussão e negociação das preferências tarifárias para os produtos oriundos do PIM.

Ainda na linha de promoção comercial, a Suframa realizou a sétima edição da Feira Internacional da Amazônia (FIAM), na qual contou com a participação de aproximadamente 50 mil pessoas; a realização de oito seminários com cerca de 1.200 participantes; 300 expositores, com destaque para as empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) que apresentaram os mais recentes produtos lançados no mercado, representando a força da indústria do PIM; e Rodada de negócios envolvendo as micro e pequenas empresas ofertantes do Amazonas, Acre e Roraima com geração de US\$ 17,6 milhões em negócios envolvendo empresas nacionais e estrangeiras, reuniões com diversos potenciais parceiros (regionais) para prospecção de negócios baseadas nas potencialidades regionais e Rodada de negócios de Turismo, com a participação de 24 empresas (6 nacionais e 18 internacionais) interessadas em vender os destinos da Amazônia ao mercado mundial.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a estruturação de até 5 (cinco) cadeias produtivas nos Estados que compõem a área de atuação da SUFRAMA**

Análise Situacional da Meta

A Suframa está em fase de preparação das ações que viabilizam essa meta. Iniciou-se processo de contratação da Caixa Econômica Federal (CEF) para viabilizar a execução, por meio de Transferências Voluntárias de Recursos na modalidade Contratos de Repasse. Entretanto, em decorrência de dificuldades técnico-operacionais com a CEF, não foi possível a realização dessa meta no exercício.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Apoiar projetos de pesquisas e empresas na área de biotecnologia**

Análise Situacional da Meta

Como apoio à área de biotecnologia, foi disponibilizada infraestrutura física e laboratorial do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) às instituições públicas e privadas para realização de ensaios e desenvolvimento de produtos e processos inovadores, mediante a utilização da biodiversidade amazônica, o que contribuirá para o aperfeiçoamento do processo de qualidade da cadeia produtiva e para o atendimento das exigências dos órgãos de controle e do mercado.

Foram destinados R\$ 9,84 milhões para novos editais, sendo, em princípio, R\$ 2,83 milhões para TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação); e R\$ 3,45 milhões, para biotecnologia, biodiversidade e sustentabilidade na Amazônia. Destaca-se que os recursos são destinados especificamente a projetos na Amazônia Ocidental, com base em novas diretrizes aprovadas pelo Comitê para o triênio 2013, 2014 e 2015, que visam evitar a pulverização dos recursos.

- **Contribuir para ampliar em 6% o número de empresas instaladas nas Áreas de Livre Comércio sob a administração da SUFRAMA**

Análise Situacional da Meta

Como medida para dinamização das Áreas de Livre Comércio (ALC's), está em discussão uma proposta de revisão e a atualização da legislação que trata das Áreas de Livre Comércio sob a responsabilidade da Suframa, no sentido de uniformizar os benefícios fiscais concedidos, tornando-os mais atrativos a novos empreendimentos.

Também está em processo de avaliação e aprovação o Termo de Referência para o estabelecimento de parâmetros



investigativos sobre as ALCs, com o propósito de identificar supostos casos de contribuição do regime jurídico-tributário destas áreas para o desenvolvimento intramunicipal, intermunicipal, estadual e transfronteiriço, de forma a convergir com a política de desenvolvimento das ALC's, quais sejam; promoção das cidades onde elas estão inseridas; integração dessas áreas com o restante do país; fortalecimento do setor comercial; estímulo a implantação de projetos empresariais, agroindustriais e extrativistas; fixação e atração de população; e geração de emprego e renda. Merece destaque que, no segundo semestre de 2013, foi realizado o referido estudo que também apresentará proposituras coletadas para otimizar o potencial econômico dos municípios a elas atrelados.

No período de janeiro a dezembro de 2013, registrou-se um aumento no número de empresas credenciadas que passaram a usufruir dos incentivos fiscais administrados pela Suframa. Foi registrada a implantação de 810 novas empresas (em sua grande maioria comercial), sendo 348 em 2012 e 462 em 2013, superando a meta estabelecida para o PPA em 1,12 pontos percentuais.

Quantidade alcançada

7,12

Data de Referência

31/12/2013

- **Incentivar a implantação de 60 novas empresas (industriais e de serviços) no Polo Industrial de Manaus, em especial empresas que utilizem produtos regionais como insumos de produção.**

Análise Situacional da Meta

Houve implantação de 41 novas empresas, sendo 18 em 2012 e 23 em 2013, perfazendo 68,33% (cumulativamente) da meta prevista para o PPA. Duas dessas empresas utilizam produtos regionais como insumos de produção.

Quantidade alcançada

41

Data de Referência

31/12/2013

PROGRAMA: 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Ações concluídas do PAC 2 previstas para o período 2011-2014	%	31/10/2012	38,5	31/12/2013	82,3
% de empreendimentos com indícios de irregularidade grave no PAC	%	31/10/2012	2,43	31/10/2013	0,01
% de servidores públicos com curso superior	%	31/10/2012	66	30/11/2013	68,33
% Despesa com Pessoal do Gov. Federal/PIB	%	01/10/2012	4,6	29/09/2013	4,06
Total de execução (liquidado) do orçamento (exceto estatais) sob o total autorizado (LOA+Créditos)	%	31/12/2012	77	31/12/2013	77

Observações:

% de empreendimentos com indícios de irregularidade grave no PAC - 58 empreendimentos apresentaram indícios de irregularidades. Total de empreendimentos do PAC 2 - 32.905.

OBJETIVO: 0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo

As informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais são fundamentais para ampliar o conhecimento e produzir subsídios para ampliar a capacidade institucional da Administração Pública. Para ampliar a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas sobre a realidade brasileira, foram realizadas e divulgadas diversas pesquisas e estudos, com destaque para a divulgação de resultados do Censo Demográfico 2010, de modo que foram disponibilizadas três publicações e vários estudos temáticos com informações para o planejamento de políticas públicas e para o acompanhamento das ações governamentais, especialmente no plano local, como, por exemplo, a publicação que compilou dados sobre as características dos domicílios e das pessoas residentes nos Aglomerados Subnormais, comparando-os com os dados das áreas de ocupação regular.

Adicionalmente às publicações de resultados, foram também divulgados o “Atlas do Censo Demográfico 2010” e a “Malha das Áreas de Ponderação: Municípios acima de 190 mil habitantes”. Em função da relevância do Censo 2010, o Brasil tornou-se referência na organização de seus recenseamentos, o que gerou demandas por cooperação técnica e empréstimo de equipamentos de coleta eletrônica de dados. Foram atendidas solicitações de Angola, Senegal, Haiti, Moçambique, Cabo Verde e Etiópia.

Na área de pesquisas e estudos estatísticos, a elaboração das projeções da população do Brasil passou a incorporar os resultados dos parâmetros demográficos calculados com base no Censo Demográfico 2010 e as informações mais recentes dos registros de nascimentos e óbitos. Essas projeções contribuíram para o cálculo de indicadores sociodemográficos, bem como alimentaram as bases de informações de ministérios e secretarias estaduais servindo de insumo para a implantação de políticas públicas e a posterior avaliação de seus respectivos programas, além de constituírem o principal parâmetro para a distribuição das quotas relativas ao Fundo de Participação de Estados e Municípios.



Também foram publicados resultados da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic), com o propósito de suprir a lacuna de estudos que focalizam as esferas estaduais, notadamente no que diz respeito às suas administrações, contribuindo para a consolidação e ampliação de um sistema avançado de informações sobre gestão governamental das políticas públicas, que passou a abranger não apenas o nível municipal, contemplado desde 1999 pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), mas também o estadual.

De forma a se conhecer a realidade do país, foram desenvolvidos trabalhos de planejamento no âmbito do projeto Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), que se constitui em importante marco no aprimoramento do sistema de pesquisas domiciliares, cuja primeira etapa consiste na implantação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua), que visa produzir indicadores socioeconômicos e demográficos sobre domicílios, famílias e pessoas.

Foi incorporada ao quadro das pesquisas conjunturais a publicação da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), que tem como objetivo produzir indicadores que permitam acompanhar o desempenho conjuntural dos serviços no país, por unidades da federação e segmentos de atividade.

Com relação à elaboração de estudos e pesquisas para o planejamento e a gestão de políticas públicas, inclusive com o intercâmbio de experiências com outros países por meio da cooperação internacional, destacaram-se:

- organização da pesquisa sobre características e comportamento da burocracia de médio escalão, situada entre a formulação e a implementação de políticas públicas;
- realização de quatro Seminários Internacionais sobre Políticas Sociais para o Desenvolvimento, com a participação de servidores brasileiros e de 25 países em desenvolvimento, sobretudo da África e América Latina;
- elaboração de um estudo de caso “Tragédia ocorrida na Região Serrana do Rio” a ser publicado pelo Institute of Administrative Sciences (IIAS), do qual a ENAP participa como representante brasileiro. O caso fará parte de um livro a ser publicado em 2014, que contará com casos de outros países sobre a temática;
- realização de oficina Coordenação de Políticas de Proteção Social na América Latina, em parceria com o Programa EUROsociAL II, incluindo aplicação de estudo de caso com o uso da metodologia da Casoteca de Gestão Pública. Nesse estudo, foi abordada a articulação dos órgãos públicos responsáveis pelas políticas de assistência social e de educação em torno do Programa Bolsa Família.

No que se refere ao aprimoramento da gestão do patrimônio da União, o governo vem privilegiando ações de apoio às políticas públicas de inclusão social e as relativas à viabilização de investimentos em infraestrutura. Foram aprimoradas ferramentas de gestão no sentido de ampliar a transparência dos atos relacionados à missão institucional de conhecer, zelar e garantir que cada imóvel da União cumpra sua função socioambiental, em harmonia com a função arrecadadora.

Neste sentido, destacaram-se ações de caracterização de imóveis para apoio aos programas de regularização fundiária, provisão habitacional, demarcação das áreas ocupadas por povos e comunidades tradicionais em situação de conflito fundiário e projetos vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em uma área de 28,07km², caracterizada como nacional, interior e de terrenos marginais e 216,7 km lineares de extensão de linhas de preamar média demarcados, localizados em terrenos de marinha. Ao longo de 2014, está prevista a identificação de cerca de 1.500 km em terrenos de marinha, que deverão ser utilizados em projetos estratégicos do governo federal, como regularização de portos, construção de hidrelétricas e destinação de área para as reservas ecológicas.

No âmbito da política de Provisão Habitacional de Interesse Social, foram destinados cerca de 3,2 milhões de m² para atendimento de aproximadamente treze mil famílias e entregues 6.661 Termos de Autorização de Uso Sustentável

(TAUS) a famílias ribeirinhas e de pescadores. Foi ainda regularizada a ocupação de 50 imóveis para construção de Terminais de Uso Privado (TUPs), medida que aumentará a capacidade portuária. Foram ainda destinados 180 imóveis da União a estados e municípios, priorizando projetos voltados à educação, saúde, assistência social, à geração de emprego e renda e desenvolvimento de micro e pequenas empresas. Em apoio ao Programa Casa da Mulher Brasileira, foram destinados oito imóveis da União para a construção de centros nos Estados de Alagoas, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Roraima e Distrito Federal, que integrarão serviços públicos de segurança, saúde, emprego, acolhimento e assistência social.

Relativamente aos projetos especiais vinculados aos eventos, como Copa do Mundo FIFA 2014 e aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, destaca-se a parceria entre o governo federal e o Estado do Rio de Janeiro, com ênfase no projeto denominado Porto Maravilha, que desenvolverá ações de urbanização, valorização e melhoria na infraestrutura na região portuária. Nas outras cidades-sedes da Copa, foram disponibilizadas áreas no âmbito do PAC, para complementação das ações de infraestrutura urbana.

Metas 2012-2015

• Aprimorar a gestão do patrimônio imobiliário da União

Análise Situacional da Meta

Os resultados relacionados à gestão do patrimônio imobiliário da União, em 2013, basearam-se na melhoria dos processos de conhecimento e controle da utilização de áreas da União, sua destinação em apoio às políticas públicas prioritárias e na arrecadação de taxas patrimoniais.

Nesse sentido, está em fase de conclusão o Plano Nacional de Caracterização (PNC), cujo objetivo é identificar em sua totalidade as linhas já demarcadas no litoral brasileiro, bem como aquelas demarcadas ao longo dos rios federais. Nos trabalhos de demarcação e identificação de imóveis foram demarcados 216,7 km lineares de Linha Preamar e avaliadas 300 áreas para apoio às políticas públicas nas áreas de reforma agrária, regularização fundiária, infraestrutura, meio ambiente e habitação.

Foram cadastrados 25.323 novos imóveis no Sistema Integrado de Administração Patrimonial (SIAPA) e no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), sendo 1.600 imóveis adquiridos pela União em doação, compra e sucessão. Formalizou-se o recebimento de documentação de 13.048 unidades cadastrais referentes aos imóveis da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA).

As ações de fiscalização e controle do uso de imóveis da União contribuíram para o cumprimento da meta, totalizando 1.681 unidades fiscalizadas, eliminando irregularidades em relação à legislação e ao sistema de gestão do patrimônio da União, além de terem sido entregues equipamentos de medição e uniformes para identificação das equipes de campo.

Foram publicadas 81 Portarias de Declaração de Interesse do Serviço Público, sendo 45 para a regularização fundiária e habitação em áreas urbanas, totalizando 7,5 milhões de m², para atender cerca de 14 mil famílias em 22 Estados; e outras 36 destinando 120 mil hectares para a regularização de 7 mil famílias ribeirinhas, indígenas ou quilombolas em nove Estados.

No âmbito do Programa Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União, foi firmado Termo de Cooperação com o Exército Brasileiro para o desenvolvimento conjunto de nova base de informações geoespaciais de bens da União, que deverá suportar a modernização do sistema de gestão destes imóveis. Adicionalmente, foram



promovidas melhorias na Unidade de Coordenação do Programa, por meio da contratação de servidores temporários e do desenvolvimento de curso de direito imobiliário e registral voltado para a qualificação dos servidores. Foram capacitados 241 servidores em diversos temas, com ênfase para as áreas de receita patrimonial e destinação.

Na área de arrecadação de receitas patrimoniais, foi implantado projeto para o correto tratamento do Sujeito Passivo na Execução Fiscal, eliminando o instituto da prescrição de créditos patrimoniais. A primeira grande notificação em massa, utilizando esta nova metodologia, notificou 75.993 usuários que se encontravam na condição de inadimplentes com o Patrimônio da União, com dívidas que totalizam R\$ 743,4 milhões. Ações de saneamento no SIAPA permitiram a regularização do nome de 21.803 responsáveis cadastrados; a inclusão do número do CPF ou CNPJ para 2.974 RIP (Registro Imobiliário Patrimonial), possibilitando o lançamento e cobrança de débitos patrimoniais pendentes; e a regularização de 17.300 nomes de responsáveis cadastrados em conformidade com os dados cadastrais da Receita Federal do Brasil. Com estas ações houve um incremento de 17,6% na arrecadação de receitas patrimoniais em relação ao mesmo período do ano de 2012. Para aprimorar a cobrança dos ocupantes dos imóveis da União, foi encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 5.627/2013.

OBJETIVO: 0605 - Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo

O governo federal possui uma agenda transversal de projetos e atividades orientadas para melhoria da eficiência e modernização da gestão pública, com foco em prover meios, habilidades e tecnologia para que os diferentes setores do governo possam entregar seus resultados com uso racional dos recursos. Um dos objetivos desse instrumento é ampliar e agilizar o acesso dos cidadãos a serviços públicos com qualidade, por meio da implementação da Política Nacional de Atendimento ao Cidadão, cujas atividades principais foram a reestruturação e atualização de conteúdo do Portal de Serviços do Governo Brasileiro, chamado de Guia de Serviços (www.servicos.gov.br) e a revisão de dados de mais de 1.500 serviços de 46 organizações federais. Para 2014, há previsão de implantação de uma nova plataforma, com a incorporação de uma área específica para o cidadão e a realização de estudos sobre ontologia para serviços públicos.

Foi criada a Identidade Digital de Governo com o Novo Portal Brasil, Guia de Serviços, Guia de Aplicativos e Portal do Servidor, que objetivou padronizar os portais dos órgãos públicos federais e facilitar o acesso aos serviços pelo cidadão. Para acompanhar a evolução da resolutividade dos pedidos de acesso à informação, foi desenvolvido instrumento de pesquisa no Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), que concentra o atendimento a esse tipo de manifestação no Poder Executivo Federal. Foram cadastrados 86.661 pedidos de acesso no e-SIC, dos quais 97,7% foram respondidos.

Desde 2003 que o Governo Federal se esforça para ressignificar a gestão, associando o conceito às mudanças concretas na vida do cidadão, concebendo-a, então, como um instituto que depende da ampliação da qualidade e da suficiência de bens e serviços públicos.

Para ampliar o conhecimento sobre o assunto e disseminar as iniciativas exitosas sobre gestão pública foram realizados três eventos: “Gestão em Destaque”, que abordaram os temas: Dados Abertos, que é a política de disponibilização de dados do governo em formato aberto, permitindo a leitura automática dos dados por diferentes sistemas e propiciando usos diversos, tais como o desenvolvimento de aplicativos pela sociedade; o Regime Diferenciado de Contratação (RDC), com foco nas inovações e vantagens trazidas por esse regime nas aquisições governamentais; e as regras de aposentadoria

para servidores públicos civis, a diferença entre o regime atual e o antigo, as vantagens de adesão ao regime de previdência complementar dos servidores públicos, bem como a política de investimentos da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp). Cada evento registrou, em média, a presença de aproximadamente 200 pessoas.

Ainda como ação para atender empresas e organizações da sociedade civil, merece destaque a implementação de sistema de atendimento aos usuários (órgãos e entidades da administração pública e fornecedores), no Portal de Compras do Governo Federal, o que permite a obtenção mais célere de respostas às perguntas mais frequentes e a consequente redução do tempo médio das respostas, permitindo, assim, o aprimoramento da qualidade do atendimento ao cidadão, órgão público ou empresa.

Dentre as tecnologias de segurança da informação que contribuíram para assegurar as transações eletrônicas da União, estados e municípios, destacou-se a massificação do uso da Certificação Digital (ICP – Brasil), que vem registrando crescimento nos últimos anos, tanto em número de certificados emitidos como em aplicações que exigem o uso de certificado digital, tendo sido emitidos 2.329.074 certificados digitais da ICP – Brasil, entre 2012 e 2013. O número de entidades credenciadas na ICP – Brasil também apresentou crescimento significativo: de 1.354, em 2012, para 1.477, em 2013.

Para reduzir os custos na aquisição de equipamentos e serviços de tecnologia da informação e comunicações e melhorar o planejamento das necessidades dos entes federais, foi realizado o pregão de contratação de serviço telefônico fixo comutado (fixo-fixo e fixo-móvel) para as cidades de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, com participação de 70 órgãos, tendo sido gerada uma economia real de 49,55% em relação às médias dos contratos em vigor nos órgãos participantes.

Nas atividades de gestão de logística do governo federal, que objetivam a desburocratização e a promoção da transparência na gestão dos recursos públicos, foram editados atos estabelecendo regras e procedimentos, dentre os quais destacaram-se: a regulamentação do Sistema de Registro de Preços (SRP), instituindo a Intenção de Registro de Preços (IRP), tanto na sistemática da Lei nº 8.666/93, bem como no Regime Diferenciado de Contratações (RDC); a definição de regras e critérios para elaboração de orçamento de referência para contratação de obras e serviços de engenharia; a alteração de regras para pagamento de fornecedores cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF); a alteração do Decreto do RDC, para esclarecer a possibilidade de utilização do SRP para obras; a elaboração de um Regime Especial para contratação de bens, serviços e obras para ações de inovação e pesquisa; a alteração de procedimentos operacionais do Pregão Eletrônico e do RDC, onde foram determinados intervalos mínimos de lances nos pregões eletrônicos; e a elaboração de quatro Cadernos de Logística (Serviços Terceirizados; Regime Diferenciado de Compras; Gestão de Contratos; e o plano de Diretrizes para Planos de Logística Sustentável).

Foi reformulado o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), ferramenta eletrônica que integra as atividades de concessão, registro, acompanhamento, gestão e controle das diárias e passagens, decorrentes de viagens em território nacional ou ao exterior, de uso obrigatório para os órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

No âmbito do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Siconv), destaca-se a melhoria na qualidade do atendimento à sociedade, com a publicação dos dados dos convênios em formato aberto e com o módulo de acesso livre, onde o cidadão pode acompanhar e fiscalizar a execução dos projetos em seu município. Foram capacitados, presencialmente, em torno de 3.500 usuários, em questões relacionadas às transferências da união, assim como foi implantada a Escola Virtual do Siconv, que capacitou 370 usuários.

Metas 2012-2015

- **Buscar a resolutividade das demandas encaminhadas pelos cidadãos às ouvidorias dos órgãos e entidades públicos**

Análise Situacional da Meta

De modo a acompanhar a evolução da resolutividade dos pedidos de acesso à informação, do ponto de vista do cidadão, foi implementado o instrumento de pesquisa no Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), onde foram cadastrados 86.661 pedidos de acesso, sendo atendidos 97,7% (84.634) desse total. Quanto às atividades que propiciaram melhoria na resolução das demandas, destacaram-se: i) o apoio na implantação de 280 ouvidorias; ii) a expedição de orientações para o funcionamento das unidades de ouvidoria por meio de publicação denominada “Coleção OGU” constituída, até o momento, de três manuais, sendo o segundo volume especialmente elaborado para orientar a implementação da Lei de Acesso à Informação nas ouvidorias; iii) a execução da Política de Formação Continuada em Ouvidorias (Profoco), destinado ao desenvolvimento de atividades de capacitação e formação em ouvidoria; e iv) o projeto “Caravanas das Ouvidorias”, que tem o objetivo de disseminar informações sobre a atuação dos institutos de participação social e compartilhar experiências, com a realização de 5 encontros regionais, nas cidades de Cuiabá, Porto Alegre, Salvador, São Paulo e Manaus.

Quantidade alcançada

97,7

Data de Referência

31/12/2013

- **Implementar e disponibilizar a Agenda Brasil Digital de Governo Eletrônico à sociedade**

Análise Situacional da Meta

Ressalta-se a continuidade na construção da Agenda Brasil Digital, assim como a reformulação da Agenda do Governo Eletrônico, cujo foco está na melhoria da prestação de serviços públicos por meios eletrônicos, alinhados aos objetivos da Agenda de Gestão Pública, ao Decreto Cidadão e a Lei de Acesso à Informação. Das iniciativas da agenda, destacou-se o Guia de Serviços Públicos Federais, que concentra em um único lugar as informações sobre serviços do governo federal, que está sendo remodelado para melhorar o acesso do cidadão.

A Agenda de Governo Eletrônico compreende aspectos de interoperabilidade e acessibilidade, bem como de dados abertos, relacionando-os às questões que envolvem a prestação de serviços públicos por meios eletrônicos. Os subsídios para a agenda estão em fase de planejamento de oficinas com os órgãos da APF, com o objetivo de qualificar o diálogo, serviços e informações do governo federal.

- **Implementar Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG) nos sítios governamentais**

Análise Situacional da Meta

Como resultado, destaca-se a incorporação dos itens padrões do e-MAG à identidade digital padrão do governo federal, facilitando a navegação do cidadão pelos sítios dos diversos órgãos públicos. Já foram adequados ao padrão os sítios: Portal Brasil, Portal de Dados Abertos, Portal do Servidor, Guia de Serviços e Secretaria de Direito Humanos.

Foram realizadas entregas preliminares do software de verificação de acessibilidades de sítios ASES Desktop v2.16, ASES Web, e-MAG 3.1 (alinhado à identidade digital e contendo exemplos em HTML5 e WAI-ARIA), cursos EAD para desenvolvedor e conteudista, além de uma análise dos tradutores de libras existentes no mercado. Também foi realizada a segunda edição do Prêmio Todos@Web, do escritório do W3C Brasil.

- **Massificar o uso de Certificados Digitais da ICP- Brasil**

Análise Situacional da Meta

A Massificação do uso da Certificação Digital ICP – Brasil registrou expressivo crescimento nos últimos anos, tanto em número de certificados emitidos como em aplicações que exigem o uso de certificado digital. O uso desse instrumento assumiu grande importância para determinadas categorias profissionais, como contadores, médicos e advogados, permitindo, respectivamente, o acesso a sistemas da Receita Federal, prontuários eletrônicos e no trâmite jurídico de processos eletrônicos no Poder Judiciário. Espera-se grande avanço da massificação da certificação digital a partir da implementação do Processo Eletrônico Nacional, que tem como objetivo a modernização e desburocratização da Administração Pública Federal.

O uso do certificado digital ICP-Brasil foi realizado ainda nas seguintes aplicações: transmissão da declaração da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)-ano base 2012 pelos órgãos da administração pública e estabelecimentos que possuam vinte ou mais empregados; registro de entidades sindicais; emissão da nova carteira nacional estudantil, que passou a ser emitida no formato smart card como componente de segurança, a certificação e código de barras e um QR Code; transmissão da declaração da aplicação de verbas na saúde, exigida na Constituição; acesso ao Sistema de Restrições Judiciais de Veículos Automotores (Renajud); emissão de diploma em formato virtual pela Universidade de São Paulo (USP); fiscalização de mercadorias de origem animal e vegetal importadas e exportadas do Brasil pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); adesão ao Conhecimento do Transporte Eletrônico (CT) pelas empresas que prestam serviços de transporte rodoviário de cargas; lançamento do Mapa da Certificação Digital, que permite localizar e traçar a rota de qualquer ponto do país até a sede da Autoridade de Registro (AR) mais próxima; acesso a algumas das funcionalidades do HomologNet, sistema do Ministério do Trabalho e Emprego que permite o cadastro de informações referentes a rescisões contratuais; assinatura das petições eletrônicas, conforme define resolução do Supremo Tribunal de Justiça; aprovação de resolução pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), que permite comercialização de produtos relacionados a plano de saúde e de previdência complementar aberta, por meios remotos com uso da certificação digital; troca de informações entre cartórios extrajudiciais e órgãos do poder judiciário; e unificação do envio de informações pelo empregador em relação aos seus empregados, por meio do Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social).

A partir de 2013, governadores, prefeitos, ministro da saúde, secretários de saúde e seus respectivos substitutos, precisam obter certificação digital no padrão ICP-Brasil para realizar operações no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS).

• Melhorar a qualidade do atendimento ao cidadão**Análise Situacional da Meta**

Destacaram-se as ações para a regulamentação e disponibilização da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), que visa à disseminação e transparência de dados governamentais, permitindo o livre cruzamento, construção de aplicações e apresentação em formatos diversos para uso pelos cidadãos e pela Internet. Merece destaque, também, o lançamento de Portal de Dados Públicos (dados.gov.br); a regulamentação da INDA; a publicação dos dados do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), do Comprasnet, do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); a realização de compromissos do Brasil no Acordo para Governo Aberto (Open Government Partnership); e a divulgação de aplicações desenvolvidas com uso de dados abertos e apoio aos órgãos na realização de concursos de aplicativos.

Na esfera internacional, o Brasil intensificou a sua participação no Comitê Diretor da Parceria para Governo Aberto, Government Partnership (OGP), iniciativa internacional lançada em 2011 sob a liderança brasileira e estadunidense,



com o objetivo de difundir e incentivar práticas governamentais como a transparência orçamentária, o acesso público à informação e a participação social. Em 2013, o País dirigiu o subcomitê de critérios e padrões da parceria e apoiou a organização dos grupos de trabalho para acesso à informação e transparência fiscal, criados para promover o intercâmbio de experiências entre países. Também apresentou seu segundo plano de ação para a OGP, com o envolvimento de 18 órgãos e entidades do governo federal e expressiva ampliação da participação da sociedade civil. O plano contém 52 compromissos, dos quais 20 foram originados de propostas da própria sociedade, a partir de encontro presencial e diálogos virtuais que propiciaram o engajamento de cerca de 80 organizações da sociedade civil.

No âmbito do Gabinete Digital, plataforma fornecida pelo Estado para fortalecer a relação entre governo, servidores e sociedade, foram incluídos conjuntos de dados referentes às localizações de Agências da Previdência Social, de Postos de atendimento do MTE, de escolas e de Unidades Básicas de Saúde.

Outra iniciativa trata da ampliação da integração e visualização de dados georreferenciados da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) existentes nas diversas instituições da APF, consolidando o instrumento como instância integradora de uma política descentralizada de produção de dados geoespaciais, como por exemplo, informações relacionadas ao desempenho de órgãos no contexto dos Objetivos do Milênio, que tratam de compromissos do Brasil com a Organização das Nações Unidas (ONU).

Visando melhorar a comunicação com o cidadão, foi publicada a 2ª versão do Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE), usado para indexar e categorizar informações de documentos, bases de dados, sítios, entre outros. Também foi lançada nova versão da arquitetura e-PING – Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico, ação para a melhoria do atendimento ao cidadão, onde são definidas diretrizes para a interação entre os entes públicos por meio de seus sistemas de informação, possibilitando o aperfeiçoamento e ampliação dos serviços eletrônicos disponibilizados à sociedade.

OBJETIVO: 0606 - Aperfeiçoar a gestão de pessoas na administração pública federal, orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de políticas públicas.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo

Visando à melhoria da capacidade institucional dos órgãos e entidades da administração pública, especialmente daqueles considerados estratégicos para a viabilização dos resultados prioritários definidos pelo governo federal, e dando continuidade à política de gestão de pessoas e recomposição da força de trabalho, que busca adequar a quantidade e a qualificação dos servidores públicos às prioridades e áreas estratégicas de governo, foram autorizados concursos para 26.976 cargos e o provimento de 28.475 cargos efetivos.

Com o objetivo de dotar a Administração Pública Federal de ferramenta informatizada de gestão de pessoas, foi concluída a primeira fase do Projeto Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (Sigepe), que substituirá o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE). Foram desenvolvidos os módulos de ações judiciais, a migração das funcionalidades do SIAPenet Servidor para a nova estrutura do Sigepe e a implantação dos serviços dos Portais do Servidor, de informações gerenciais e de gestão de pessoas. O módulo de ações judiciais encontra-se em operação inicial e será disponibilizado gradativamente aos órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC).

Para melhorar a gestão das estruturas organizacionais do governo federal, propiciando maior nível de integração dos sistemas estruturantes, está em desenvolvimento o projeto do novo Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (SIORG), com conclusão da primeira fase, que consiste na preparação do Sistema para abrigar um novo cadastro contendo as estruturas organizacionais e os cargos e funções comissionados alocados nos órgãos e entidades. Foi executada, ainda, a fase piloto do projeto Assentamento Funcional Digital (AFD) em vinte Unidades Pagadoras (UPAG), que prevê a digitalização das pastas funcionais dos servidores e permitirá uma gestão automatizada desses documentos.

Foram implementadas melhorias na gestão da folha de pagamento de pessoal, com a obtenção de economia substancial de recursos, merecendo destaque a automatização da elaboração e publicação do cronograma da folha de pagamento no SIAPEnet, com controles automáticos de abertura e fechamento dos processos. Além disso, foram desenvolvidas as atividades: implementação de trilhas de auditoria nas rubricas que representam aproximadamente 80% do total das despesas com pessoal, no âmbito do sistema; realização de batimento mensal entre o SIAPE e a base de dados do Sistema de Óbitos da Previdência Social (Sisobi); assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com a Receita Federal do Brasil, para cruzamento dos dados do CPF com o SIAPE, proporcionando melhoria da qualidade dos dados; e implantação de uma nova sistemática de recadastramento dos aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis da União, tendo como resultados 470.613 convocados; 439.055 recadastrados; 8.311 suspensões de pagamento; e 5.733 pagamentos restabelecidos.

Para viabilizar a implementação do novo Regime de Previdência Complementar, de forma a reduzir as necessidades de financiamento do Plano de Seguridade Social dos Servidores Públicos, foram realizadas, em apoio à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), diversas ações, como: capacitação de 700 servidores das áreas de gestão de pessoas do SIPEC; edição de orientações normativas para a operacionalização do novo Regime; desenvolvimento de funcionalidades no SIAPE, SIAPEnet e programa gerador de arquivos de integração com o sistema da Funpresp-Exe, de forma a possibilitar aos servidores a adesão on line ao novo regime e desenvolvimento de novas rotinas de cálculo automático para inclusão das contribuições na folha de pagamento.

Com relação à gestão do desempenho e do desenvolvimento de pessoas, merece destaque a coleta de subsídios, no âmbito do SIPEC, para o aperfeiçoamento da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP), que, desde a sua instituição pelo Decreto nº 5.707/2006, contribuiu para a sistematização dos resultados de capacitação e no mapeamento de competências dos órgãos públicos. Por meio do Sistema de Escolas de Governo da União (SEGU), foram ofertados cursos presenciais e a distância, nacionais ou em parceria com instituições estrangeiras, fortalecendo esse grupo de instituições como Escolas de Governo, que visam à implementação das políticas públicas e à disseminação do conhecimento para o aperfeiçoamento da gestão pública, orientada à melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos.

Dentro da perspectiva de consolidação e aprofundamento do processo de democratização das relações de trabalho foram realizadas 156 reuniões na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), que se apresenta como um instrumento de gestão com papel de tratamento dos conflitos inerentes às relações de trabalho. O processo de negociação na MNNP envolveu cerca de 50 mil servidores civis (ativos, aposentados e pensionistas) e 1.243 servidores anistiados, resultando em cinco Termos de Acordos. Os reajustes negociados foram parcelados para 2014 e 2015, de forma a promover a recomposição dos salários desses servidores. O impacto orçamentário na despesa primária será de R\$ 342,3 milhões, em 2014, e de R\$ 496,0 milhões, em 2015.

Metas 2012-2015

- Aperfeiçoar o planejamento e a gestão da força de trabalho do Poder Executivo Federal



Análise Situacional da Meta

No que se refere ao Projeto Planejamento Estratégico da Força de Trabalho, foi elaborado diagnóstico da atual situação da força de trabalho, com desenho de cenários para reestruturação e criação de cargos e carreiras. Outro resultado desse Projeto foi a conclusão da Pesquisa Comparativa Salarial Internacional, no âmbito do projeto "Diálogos Setoriais União Europeia-Brasil", que analisa onze cargos da estrutura de pessoal do governo federal e seus correspondentes em outros países.

Quanto à legislação pertinente à estruturação de carreiras, destaca-se a edição de cinco leis e dois decretos, que beneficiaram aproximadamente 358 mil servidores ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo Federal e da área de Segurança Pública do Governo do DF. Na linha de política inclusiva, foi elaborado o projeto de lei que disciplina a reserva de 20% de vagas para negros nos concursos para cargos e empregos públicos no âmbito da União, nos próximos dez anos. Adicionalmente, foi elaborada proposta de decreto disciplinando a realização de concursos públicos do Poder Executivo Federal, em substituição ao Decreto nº 6.944/2009, e foi concluída a primeira etapa da consolidação da legislação de recursos humanos, mediante levantamento e análise de atos normativos expedidos pelo órgão central do SIPEC, registrados no Conlegis, com os seguintes resultados: catalogação de 1.824 atos normativos expedidos; revogação de 31 atos normativos sem eficácia ou defasados; e publicação de 34 orientações normativas sobre RH.

Nas ações desenvolvidas para promoção da saúde do servidor, avançou-se na consolidação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), com 113 Unidades implantadas no país, beneficiando cerca de 429 mil servidores federais (72% dos servidores), com a implementação do sistema Siape-Saúde. Foi publicado o Decreto sem número de 7 de outubro de 2013, que estabelece a forma de patrocínio da União, suas autarquias e fundações à GEAP, para prestação de serviços de assistência à saúde para servidores ou empregados ativos, aposentados, pensionistas, bem como para os respectivos grupos familiares. O Decreto permitiu à União firmar convênio único, facilitando o acesso de mais servidores aos planos administrados pela operadora. As demais formas já praticadas de assistência à saúde do servidor continuam mantidas.

Para a recomposição da força de trabalho, foi realizado o provimento de 888 cargos de Analista Técnico de Políticas Sociais, de nível superior, com priorização dos Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e reforço de outros nove órgãos, bem como foram convocados 64 novos analistas de infraestrutura distribuídos em órgãos executores do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Outra atividade de destaque foi a redução de 10,4% nas despesas realizadas por meio do Sistema de Cadastro de Ações Judiciais (Sicaj), resultado construído a partir do aperfeiçoamento das análises de adequação dos pagamentos de ações judiciais realizados por meio do sistema, representando economia mensal de cerca de 10,2 milhões. Foram aprimorados os controles de adequação dos pagamentos realizados por meio de alvarás judiciais aos herdeiros de servidores e beneficiários de pensão, tendo sido autorizados pagamentos no total de R\$ 4,7 milhões, que indicam uma redução de cerca de 78% ao longo dos últimos anos. Foi publicado, ainda, o Decreto nº 8.157/2013, que explicita aos órgãos do Poder Executivo Federal os procedimentos administrativos para a extensão administrativa do efeito de decisões judiciais, inclusive em ações coletivas, contribuindo para redução de gastos indevidos.

Como ações adicionais à execução da meta, destacam-se: automatização dos processos de trabalho de cadastramento e recadastramento das entidades consignatárias que operam no SIAPE; implantação da Central de Atendimento Alô Segep; integração do SIAPE com o sistema da CGU, com a divulgação de informações sobre a força de trabalho federal, a Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais e o Boletim Estatístico de Pessoal no portal da transparência e nos sítios do MP; e desenho do projeto de instituição do Programa Serviço Público Cidadão e

mapeamento dos processos para sua operacionalização.

- **Democratizar as relações de trabalho do âmbito da Administração Pública Federal**

- Análise Situacional da Meta**

- As principais expressões da meta foram o desenvolvimento do protótipo do Sistema de Relações de Trabalho no Serviço Público (SISRT) e da ferramenta de Business Intelligence (BI). Foram desenvolvidas atividades estratégicas que contemplaram as áreas de mapeamento de processos; indicadores de relações de trabalho; concluída a primeira versão do indicador de remuneração; e, modelagem da informação e prototipação dos módulos do SISRT.

No âmbito da Comissão Especial Interministerial (CEI) instituída para a revisão dos atos administrativos referentes a processos de anistia de que trata a Lei nº 8.878/1994, foram apresentados os seguintes resultados: (i) 661 processos deliberados pelo pleno da Comissão; (ii) 372 processos com retorno deferido por portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; (iii) 308 notificações aos interessados cujos processos foram indeferidos; (iv) 890 respostas a pedidos de informações judiciais (890); (v) 7.415 atendimentos aos interessados com processos na CEI ou a seus procuradores legalmente autorizados; (vi) 362 notificações aos interessados cujos requerimentos foram enviados intempestivamente à Comissão; e (vii) 3 participações em audiências públicas.

Ademais, a Comissão Interministerial de Rondônia (CIR) criada com o objetivo de promover a análise técnica dos requerimentos dos servidores rondonienses que optaram pela transposição para os quadros da União, recebeu cerca de vinte mil processos ao longo de 2013.

Contribuiu também para o cumprimento da meta a assinatura de cinco Termos de Acordos com as entidades representativas dos servidores públicos do Poder Executivo Civil, de forma a promover a recomposição dos salários destes servidores.

- **Fomentar inovações de gestão no âmbito da Administração Pública Federal**

- Análise Situacional da Meta**

- Foi realizado o 17º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, cujos objetivos principais são a promoção da melhoria da qualidade dos serviços públicos ofertados à sociedade e o estímulo à disseminação de soluções inovadoras em organizações do governo federal. Foram premiadas as seguintes iniciativas: (i) Teleassistência em rede para regiões remotas: melhorando o acesso da população à Atenção em Saúde (Universidade Federal de Minas Gerais); (ii) Projeto Visita Virtual e Videoconferência Judicial (Ministério da Justiça); (iii) Eco Universidade: Plano Ambiental para uma universidade socioambientalmente correta (Universidade Federal de Lavras); (iv) Projeto Porto Sem Papel (Secretaria de Portos da Presidência da República); (v) Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar (Secretaria Geral da Presidência da República); (vi) Sistema de emissão e controle de autorização de voo da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil); (vii) Termo de Ajuste Sanitário (Ministério da Saúde); (viii) Modelo de Gestão do Ambiente de Tecnologia da Informação Aplicado ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); (ix) Almoxarifado Virtual: uma proposta de sustentabilidade por contratação de gerenciamento (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade); (x) Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv): um novo paradigma nas transferências voluntárias da União (Agência Nacional de Aviação Civil).

- **Fortalecer a gestão por resultados e a capacidade institucional dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal**

- Análise Situacional da Meta**

- Dentre as ações executadas, ressalta-se a realização da 1ª Jornada Internacional da Gestão Pública, que apontou tendências e diretrizes para o futuro, com a presença de cerca de 2.100 participantes. Foi firmado um pacto federativo



para desenvolver uma agenda comum de gestão pública. O acordo estabelece diretrizes e prioridades de investimentos públicos nas áreas de planejamento e orçamento, tecnologia da informação, compras governamentais, gestão de pessoas e das organizações, patrimônio público e atendimento ao cidadão.

Com vistas à melhoria da capacidade institucional de órgãos e entidades públicos, foram reestruturados 33 órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF), dentre eles: Advocacia-Geral da União; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Controladoria-Geral da União; Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT); Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO); Ministério da Cultura; Ministério da Educação; Ministério da Fazenda; Ministério da Justiça; Ministério da Pesca e Aquicultura; Ministério da Saúde; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministério do Esporte; Ministério dos Transportes; Secretaria de Portos. Foi criada a Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República.

No âmbito dos programas de cooperação internacional, foram encerrados em 2013 o Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios (Promoex), que teve como objetivo o fortalecimento do sistema de controle externo, e do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Administração e Planejamento dos Estados (PNAGE), que visou à melhoria das administrações públicas estaduais. O Promoex apoiou 32 Tribunais de Contas, alcançando 95% de execução, por meio de convênios que repassaram R\$ 56,2 milhões aos Tribunais partícipes do Programa, além de R\$ 49,2 milhões despendidos a título de contrapartida. O PNAGE apoiou 26 estados brasileiros e o Distrito Federal, alcançando 89% de execução por meio de convênios que investiram R\$ 116,2 milhões, além de R\$ 89,2 milhões despendidos a título de contrapartida.

No âmbito do Programa de Modernização dos Instrumentos e Sistemas da Gestão da Administração Pública Federal (PROSIS), foi efetuada a aquisição de equipamentos para modernização de sistemas de planejamento e orçamento do governo federal e aperfeiçoamento da gestão de tecnologia de informação e comunicação.

Relativo ao Projeto "Apoio aos Diálogos Setoriais Brasil" que visa o intercâmbio de conhecimentos e experiências em áreas de interesse mútuo, foram apoiadas 76 ações de inovação e melhoria de políticas públicas conduzidas pelos ministérios e agências do governo federal, com resultados nas áreas de gestão de pessoas, meio ambiente, cultura, direitos humanos e agricultura.

Outra iniciativa que contribuiu para a melhoria da gestão pública foi a atribuição da qualidade de organização social ao Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cesbraspe), cujo propósito foi executar iniciativas e intensificar ação na execução de programas educacionais de governo e a Associação Brasileira de Pesquisa e à Inovação Industrial (Emprapii), com o escopo de promover e incentivar a realização de projetos empresariais de pesquisa, desenvolvimento e inovação voltados para setores industriais por meio de cooperação com instituições de pesquisa tecnológica.

No tocante ao fortalecimento da gestão por resultados, destacaram-se as seguintes ações: elaboração da Proposta de Implementação das Unidades de Gestão Estratégica nos ministérios e revisão do funcionamento das Comissões de Acompanhamento e Avaliação de Contratos de Gestão das Organizações Sociais no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Foi elaborada versão preliminar do Guia de Referência de Gestão por Resultados, com subsídios colhidos em seminário realizado para apresentação de estudos sobre pactuação de resultados e rodada de conversas entre representantes de instituições do Chile, Espanha e Brasil, o qual disseminou relevantes experiências internacionais de gestão por resultados, contribuindo para a maturação do modelo. A metodologia de elaboração da Carta de Serviços ao Cidadão e o Modelo de Excelência da Gestão Pública foram ajustados e validados e será objeto de ampla disseminação aos órgãos e entidades da administração pública em 2014.

• **Implementar a Política de Desenvolvimento de Pessoas**

Análise Situacional da Meta

Destacou-se a capacitação de aproximadamente 37 mil servidores públicos, pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), visando à melhoria da gestão das políticas públicas da Administração Pública Federal - APF. Desse total, foram capacitados 27.402 servidores em cursos a distância e 8.927 em cursos presenciais voltados para o desenvolvimento técnico e gerencial, contemplando os sistemas estruturantes da APF. Foram finalizados cursos de Especialização em Gestão Pública (8ª ed.), com 31 concluintes, e a Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social (2ª ed.), com 29 concluintes.

Ressalta-se, ainda, a finalização do 1º e o 2º Workshop de Políticas e Sistemas de Desenvolvimento de Pessoas do SIPEC em 2013, para discussão sobre a atual Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP). Além disso, foram concluídos o desenho dos processos e o Documento de Visão de Projeto (DVP) do Módulo de Gestão do Desenvolvimento de Pessoas no âmbito do projeto do novo Sistema de Gestão de Pessoas (Sigepe).

OBJETIVO: 0607 - Aperfeiçoar o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento e a integração das funções de planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controle de políticas públicas.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo

O desafio expresso neste objetivo tem sido enfrentado com êxito que pode ser comprovado pela erradicação da extrema pobreza, pela redução das desigualdades sociais, pelo crescimento sustentável e pela melhoria nas condições de vida das pessoas. Esse resultado só foi possível porque o governo obteve êxito na ampliação da capacidade de planejar e implementar as políticas públicas.

As funções de coordenação central são realizadas em um ambiente complexo que implica na adoção de diversas estratégias complementares para aperfeiçoar o planejamento, o orçamento, a execução, o monitoramento, a avaliação e o controle.

O ano de 2012 foi fundamental para aprimorar especialmente o planejamento com o novo modelo do Plano Plurianual (PPA), em 2013 representou o primeiro ano da implementação do Plano Orçamentário, que modernizou o Orçamento da União assegurando maior capacidade de execução e ampliando a qualidade das informações sobre as políticas.

Outro destaque é o acompanhamento contínuo dos Programas Temáticos integrantes do Plano Plurianual (PPA) e o envio do Relatório de Avaliação (ano base 2012) ao Congresso Nacional, documento que contribui para a análise dos resultados alcançados pelo governo federal, conferindo maior transparência à implantação das políticas públicas por meio de uma análise situacional aprofundada sobre cada objetivo, meta ou iniciativa individualizada do Plano. Além do monitoramento dos programas temáticos, o Relatório contou com uma avaliação ampla da Dimensão Estratégica do Plano.

As inovações no processo de monitoramento permitiram a promoção da participação social e do diálogo federativo em torno do planejamento, destacando as agendas transversais, que foram objetos de monitoramento participativo durante o IV Fórum Interconselhos. Foram apresentados os relatórios de monitoramento das agendas transversais relativas às: políticas para as mulheres; igualdade racial, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais; crianças e adolescentes; juventude; idosos; pessoa com deficiência; população LGBT; povos indígenas e população de rua. Foi preparada uma cartilha com os resultados alcançados para cada agenda, distribuídos de forma transversal pelos Programas Temáticos, Objetivos, Metas e Iniciativas do PPA.

Para manter o PPA aderente à realidade das políticas públicas, foi encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei de Revisão do PPA 2012-2015 (PL nº 452/2013), que atualiza parâmetros mais perenes do Plano, como Programas e Objetivos, com a incorporação de políticas relevantes do governo federal, como o Programa de Investimento e Logística, lançado em dezembro de 2012.

Com relação ao diálogo federativo em torno do planejamento, foram intensificados os trabalhos de construção das



Agendas de Desenvolvimento Territorial (ADTs), iniciativa que busca a articulação dos PPAs federal, estaduais e municipais. Até o momento, 21 estados aderiram a essa iniciativa, que, a partir da identificação dos empreendimentos estruturantes para os respectivos entes, permite analisar as possibilidades de articulação federativa, na tentativa de potencializar a entrega de bens e serviços à sociedade.

Foi constituído o Programa de Apoio à Elaboração e Implementação de PPAs Municipais, como forma de qualificar o ciclo de seus planos plurianuais. Nesse sentido, foram oferecidos dois módulos presenciais, para treinar multiplicadores estaduais e de associação de municípios para a elaboração de PPAs e confecção de projetos. Foi realizada oficina específica para elaboração e qualificação dos PPAs municipais direcionada aos municípios com mais de 200 mil habitantes.

Considerando a relevância da geoinformação como instrumento estratégico para o Estado, a Comissão Nacional de Cartografia (Concar) vem atuando no fortalecimento da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), cuja função é agregar os dados geoespaciais produzidos pelo governo federal em um único portal na Internet, permitindo o uso racional das informações geográficas e a disseminação de cultura de visualização das políticas no território. Foram incorporadas novas camadas de informação à plataforma, chegando-se ao total de 314 camadas de informação e mais de nove mil metadados publicados de 30 instituições públicas.

No que tange à gestão dos recursos públicos, o governo federal possui uma agenda transversal de projetos e atividades com foco em prover meios, habilidades e tecnologia para que os diferentes setores do governo possam entregar seus resultados com uso racional dos recursos. Um dos pilares desta agenda é a Melhoria da eficiência do gasto público, cujo objetivo é melhorar a eficiência dos gastos administrativos. Nesse sentido, destacou-se a alteração ocorrida na dimensão econômica do Projeto Esplanada Sustentável (PES), iniciativa que tem por objetivo incentivar órgãos públicos federais a adotarem ações voltadas ao uso racional de recursos naturais, que atualmente conta com onze despesas administrativas e 34 órgãos federais aderentes. O PES estimula o uso racional de recursos naturais para geração de benefícios socioambientais e de promoção da eficiência do gasto público, visando à integração de iniciativas de racionalização do uso de recursos e de gastos já existentes na Administração Federal: Programa de Eficiência do Gasto (PEG), o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e a Coleta Seletiva Solidária.

Ainda na busca pela eficiência do uso dos recursos públicos, ocorreu a primeira etapa de acompanhamento físico-financeiro das ações orçamentárias no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), cuja coleta de informações no período foi satisfatória, alcançando 88,4% das ações aptas ao processo, captadas e formalizadas no Sistema. Também foi publicada a quarta edição do Orçamento Federal ao Alcance de Todos, com dados relativos ao Orçamento proposto ao Congresso Nacional para o ano de 2014. Outra forma de dar transparência à execução dos gastos públicos foi a disponibilização do acesso às informações do orçamento federal pelo módulo Acesso Público do SIOP. Quanto à participação social no processo orçamentário, foi coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR) processo que permitiu à sociedade civil opinar, tanto na elaboração do PLDO-2014, como da PLOA-2014, cujos pleitos foram analisados e posicionados por dezessete Ministérios.

No intuito de dar continuidade à promoção da articulação federativa, o governo iniciou tratativas com as áreas de planejamento e orçamento dos Estados e, por meio da instituição da Rede Nacional de Planejamento e Orçamento (ReNOP), ofertou assistência técnica para a melhoria da gestão e o aperfeiçoamento dos instrumentos tecnológicos, normativos e metodológicos estaduais.

Em relação à evolução das políticas e contratações públicas na APF, o Sistema Eletrônico de Compras Governamentais foi o instrumento do governo federal utilizado para alavancar as compras governamentais. Ademais, o Comprasnet, sítio oficial do governo federal utilizado para realização de licitações presenciais e on-line, trouxe agilidade e economia ao processo de compras do Governo, garantindo economia nos processos licitatórios de 20 a 30% do total. Quanto à eficiência/agilidade, os dados apontam em torno de oito a quinze dias para encerrar uma licitação (o que antes leva em torno de dois meses).

No âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), os órgãos integrantes do

Sistema, com o apoio da Central de Suporte e Serviços do SISP (C3S), atuaram na execução e implantação das ações previstas na Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) 2013-2015, destinada a estabelecer as estratégias de gestão e governança da Tecnologia da Informação (TI) para o Poder Executivo Federal.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) continua sendo instrumento fundamental para garantir que o investimento se mantenha como uma das principais forças impulsionadoras do desenvolvimento. O PAC 2 completou três anos com 82,3% das ações previstas para 2014 já concluídas. O programa também apresenta uma melhoria no ritmo de execução, o que explica a execução total de R\$ 665 bilhões, representando 67,2% do orçamento total previsto para todo o horizonte do PAC 2, que prevê investimentos inclusive para além de 2015.

No âmbito da gestão do PAC, o MP atuou no monitoramento intensivo do Programa, com os ministérios executores, efetuando intervenções e intermediações nas situações com criticidade no andamento. Para a efetividade do monitoramento das obras, foi implantado um sistema informatizado que disponibiliza um ambiente amigável capaz de armazenar e exibir informações quantitativas e qualitativas sobre o monitoramento. Atualmente, o sistema acompanha 106 ações e empreendimentos de aeroportos, 30 de ferrovias, 83 de hidrovias, 343 de recursos hídricos e 179 de rodovias, obras estruturantes e importantes para o país.

A respeito dos mecanismos de governança corporativa, da articulação e da integração das políticas das empresas estatais, foram realizados seminários sobre Destinação do Lucro, Participação nos Lucros e Resultados de diretores e Planilha de Remuneração dos Dirigentes, que permitiram harmonizar entendimentos técnicos, facilitando e organizando os pleitos societários das estatais, além de organizar e planejar as assembleias gerais de todas as 150 empresas estatais.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a quantidade de serviços atualmente utilizados pelos órgãos e entidades da administração pública, através da rede INFOVIA Brasília, acrescentando sessenta serviços contratados até 2015**

Análise Situacional da Meta

A Infovia Brasília é uma infraestrutura de rede ótica metropolitana de comunicações, construída para fornecer, aos órgãos do governo federal situados em Brasília, um conjunto de serviços e funcionalidades em ambiente seguro, proporcionando uma significativa redução dos custos de comunicação. Atualmente, existem 90 órgãos conectados à rede em mais de 180 pontos, distribuídos em mais de 130 km de fibras óticas passadas na cidade, o que permite maior segurança nas ligações telefônicas entre organizações governamentais. Deve-se destacar o serviço de Internet corporativa, que é o principal serviço prestado pela Infovia Brasília e que hoje possui uma banda total de 3,00 Gbps, contratada junto ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

Dentre os serviços prestados na rede, o Serviço de Voz da Infovia Brasília compreende serviços de integração de sistemas de telefonia, incluindo sua implementação no padrão Session Initiation Protocol (SIP), a fim de garantir a interoperabilidade com outras soluções baseadas em Voz sobre IP – VoIP. Foi concluída a instalação dos novos servidores de rede com o objetivo de atualizar o Serviço de Voz da Infovia Brasília, que tem como principal diferencial o aumento da segurança no serviço de telecomunicações, dado que as ligações telefônicas entre os órgãos governamentais conectados trafegam exclusivamente dentro da rede e todas as chamadas são criptografadas. Outra vantagem é a redução de gastos, uma vez que as chamadas telefônicas entre órgãos conectados não são cobradas individualmente e os órgãos pagam apenas uma tarifa mensal fixa.

Foram adicionados dois novos pontos do Serviço de Voz da Infovia e, atualmente, fazem parte dessa rede de voz corporativa 52 pontos/centrais telefônicas, estando 30 órgãos e entidades federais conectados. Para padronizar a numeração telefônica dos órgãos federais, foi reservado junto à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) um intervalo contínuo de 200 mil ramais telefônicos novos, na faixa de 2020-0000 a 2039-9999, que é alocado de forma sequencial para os órgãos participantes, padronizando a numeração telefônica dos órgãos do governo federal em Brasília. São contabilizados 40 órgãos utilizando a faixa governamental em 67 endereços, representando 68% de utilização do intervalo total, não sendo obrigatória a contratação do Serviço de Voz da Infovia Brasília para a utilização



desse serviço.

Outro serviço ofertado aos órgãos por intermédio da Infovia Brasília é a videoconferência, onde já existem 112 pontos conectados, em 25 órgãos. Para aprimorar a segurança da informação e comunicações, foi publicado o Decreto nº 8.135/2013, que dispõe sobre as comunicações nos órgãos públicos e a dispensa de licitação nas contratações que possam comprometer a segurança nacional.

Ocorreu, também, alteração no modelo de negócios da Infovia Brasília, o que proporcionou a redução média dos preços dos serviços em 35%, a qual será aplicada aos 90 órgãos contratantes, após a revisão ou término dos contratos vigentes. Destaca-se a alteração dos valores do serviço de Internet corporativa de R\$ 364,50/1 Mbps a R\$665,50/1Mbps para R\$ 130/1 Mbps e a isenção total na cobrança do serviço de voz sobre IP da rede. Dessa forma, espera-se um aumento no número de adesões dos órgãos aos serviços de Internet, voz e videoconferência; assinatura de um novo contrato administrativo para execução de obras de acesso e adequação de backbone no âmbito da infraestrutura da Infovia Brasília.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2013

• Consolidar a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais

Análise Situacional da Meta

No âmbito da meta, destacaram-se as atividades relativas à disseminação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), por meio do Fórum Intergovernamental de Gestores de Geoinformação (FIGG), que congrega gestores de vários órgãos da Administração Pública Federal - APF, iniciando as discussões sobre a criação de uma Política Nacional de Geoinformação, que deverá definir as prioridades governamentais quanto à produção de dados geoespaciais, otimizando a aplicação de recursos e alinhando com os objetivos de governo.

No que se refere à agenda de treinamentos da INDE, foram realizados seis treinamentos nacionais e um treinamento regional (Região Sul), que significou a capacitação de 231 servidores de 45 instituições públicas federais, seis estaduais e quatro municipais. A capacitação, a sensibilização e a divulgação da INDE têm o objetivo, não só de ampliar o nível de conscientização dos atores e da sociedade em geral quanto à sua utilização, mas também de agregar mais produtores de informações geoespaciais. Para isso, utilizou-se a estratégia de adesão de outras iniciativas de governo, tais como, as Agendas de Desenvolvimento Territorial (ADT) e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

A Infraestrutura vem se consolidando e sendo reconhecida por parte dos organismos governamentais e da comunidade GEO, tendo recebido o Prêmio MundoGEO#Connect 2013, apresentando-se como a Melhor Iniciativa de Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE) na América Latina e o prêmio do primeiro concurso de boas práticas em transparência da Controladoria-Geral da União. Merece destaque também a disseminação da INDE realizada em 21 estados da federação que aderiram às Agendas de Desenvolvimento Territorial.

A consolidação da INDE propiciará a reunião eletrônica de produtores, gestores e usuários de dados geoespaciais, facilitando a construção de uma rede pública de dados e metadados geoespaciais, veiculáveis via web, com instrumentos de armazenamento, busca, visualização e obtenção de informações sobre o território nacional. O êxito dessa consolidação possibilitará fornecer soluções para o planejamento e integração de políticas; direcionar intervenções onde sejam mais necessárias, gerando benefícios quantificáveis para o governo e sociedade em geral; ampliação da capacidade de resposta do governo com a inserção de análises geoespaciais na tomada de decisão;

elaboração e implementação de políticas públicas, tendo o território como um dos fatores de análise, feita de forma sistemática e participativa; tomada de decisão nos processos sociais, ambientais e econômicos de forma integrada otimizando esforços e recursos, contribuindo para o aperfeiçoamento do processo de alocação e gestão dos recursos públicos.

• **Construir cenários de desenvolvimento nacional para orientar a alocação estratégica no Plano Plurianual e nos Orçamentos da União**

Análise Situacional da Meta

Com vistas ao cumprimento da meta, foi contratado o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) para auxiliar na elaboração de cenários sobre o tema Dinâmica Demográfica Brasileira até 2040: necessidades de adequação das políticas sociais. A avaliação dos resultados obtidos na elaboração de cenários sobre o referido tema servirá como parâmetro para consolidação das metodologias que serão utilizadas na construção de cenários em 2014, visando subsidiar a elaboração e monitoramento do PPA 2016-2019, bem como dos respectivos orçamentos anuais.

O Projeto relativo aos Impactos do Mercado de Trabalho no Seguro Desemprego e Abono Salarial Identificados e Avaliados, que objetiva identificar e avaliar a dinâmica e as influências que essas variáveis (seguro desemprego e abono salarial) recebem do mercado de trabalho, concluiu os seguintes produtos: dimensão macroeconômica de relevância: mercado de trabalho; captação de servidores; desenvolvimento/aquisição de ferramentas; análise bibliográfica sobre mercado de trabalho; definição de metodologia para identificação e avaliação dos impactos sobre gastos do seguro desemprego e do abono salarial; e qualificação de servidores.

• **Desenvolver conhecimentos específicos, na área de gestão de despesas, voltados para a melhoria da qualidade do gasto**

Análise Situacional da Meta

Merece destaque a ampliação do escopo do Projeto Esplanada Sustentável (PES) para todos os órgãos federais no Brasil, constantes dos orçamentos fiscal e seguridade social. Além disso, acrescentaram-se as seguintes despesas: material de consumo, locação de imóveis, locação de veículos, apoio administrativo, serviço de processamento de dados, manutenção de bens imóveis, diárias e passagens.

A metodologia utilizada no PES abrange quatro etapas: 1) Planejamento: Coleta dos Dados; Análise dos Dados; Pactuação das Metas; Elaboração dos Planos de Ação; 2) Execução: Realização dos Planos de Ação em cada Ministério aderente; 3) Monitoramento: Meta x Realizado; verificação da execução dos Planos de Ação; e Reuniões de acompanhamento e correção dos desvios (paralelo ao item 2 – Execução); 4) Finalização: Padronização das boas práticas e apuração dos resultados. As etapas 1, 2 e 3 foram finalizadas e a etapa 4 está prevista para ser concluída em 2014.

Quanto às atividades de capacitação, foram treinados cerca de 150 servidores, que atuam na área administrativa dos órgãos aderentes ao projeto, na metodologia de gerenciamento de despesas por meio do sistema informatizado que dá suporte ao PES (SisPES). Foram realizados, ainda, oito eventos intitulados de Diálogos do PES, cujo objetivo é a troca de experiências e boas práticas, nos seguintes temas: (i) compras sustentáveis; (ii) compras compartilhadas sustentáveis; (iii) diagnóstico e pesquisa socioambiental voltados à APF; (iv) Gestão de contratos de limpeza e vigilância; (v) Implementação de boas práticas no âmbito do Programa de Responsabilidade Socioambiental; (vi) Indicadores de Gestão e de Processos no âmbito do SCDP (Sistema de Concessão de Diárias e Passagens); (vii) Panorama dos Recursos Hídricos no mundo e no Brasil; (viii) Política Nacional sobre Mudança no Clima.

Com relação à Central de Aquisições e Contratações, que se trata da criação de uma central voltada à contratação dos objetos de uso comum entre órgãos e entidades da Administração Pública Federal, houve a definição dos modelos



jurídicos e de negócio (organograma), da força de trabalho (quantitativo e perfis), da missão, dos processos de trabalho e do espaço físico com vistas a sua institucionalização. Foram iniciados processos licitatórios seguindo a sistemática da Central para telefonia móvel, equipamentos de videoconferência, desktops notebooks, telefonia fixa e ativos de rede.

• **Modernizar o arcabouço jurídico na área de planejamento, orçamento e execução**

Análise Situacional da Meta

O Orçamento da União para 2013 trouxe uma inovação fundamental para aprimorar a relação entre o planejamento, o orçamento e a execução: o Plano Orçamentário (PO). A criação do instituto gerencial do Plano Orçamentário amplia a capacidade do Orçamento Federal de se ajustar ao ambiente de implementação das políticas públicas, aproximando a estrutura do instrumento à dos orçamentos mais modernos do mundo. O PO assegura maior capacidade de execução e aumenta a qualidade das informações sobre as políticas, com efeitos positivos no acompanhamento, na avaliação e no planejamento.

Nessa mesma linha de ação, para facilitar a implementação das políticas públicas, aprimorar o arcabouço jurídico associado aos processos de contratação é fundamental para o cumprimento desta meta. Nesse sentido, o Regime Diferenciado de Contratação é um marco jurídico que possibilitou acelerar o ritmo das obras, diminuir os riscos e reduzir os custos dos projetos. Por isso, a União enviou duas medidas provisórias ao Congresso no sentido de aprimorar e ampliar o uso do RDC, de modo que a MP 619 foi convertida na Lei 12.872/13 enquanto que a MP 630 ainda está em tramitação. Dessa forma, a partir de 2013 o novo regime foi estendido para a contratação de todas as ações da CONAB relacionadas à reforma, modernização, ampliação ou construção de unidades armazenadoras próprias destinadas às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários em ambiente natural, bem como às obras e serviços de engenharia destinados à construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais e de unidades de atendimento socioeducativo.

No campo da gestão orçamentária, merece destaque a modernização do PLDO-2014, que eliminou uma série de dispositivos relacionados aos custos, que passou a ser regido pelo Decreto nº 7.983/2013. E para aproximar o orçamento das demandas sociais, durante o processo de elaboração do Projeto de Lei do Orçamento Anual de 2014, foram captadas 47 propostas da sociedade civil, endereçadas a dezessete Ministérios, que analisaram e se posicionaram sobre a incorporação ou não dos pleitos antes do envio ao Legislativo.

A respeito das ações de capacitação em educação orçamentária, a Escola Virtual SOF, que tem como missão promover a transferência de conhecimento, por meio da internet, estimulando a reflexão e o aperfeiçoamento dos temas orçamentários e o controle social, treinou 3.400 alunos em temas orçamentários, além de interagir com mais de 9.990 participantes em sua nova plataforma. Vale ressaltar que a Escola manteve parceria com o Banco do Brasil, com a Advocacia-Geral da União e com a Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul, e firmou novas parcerias com: Fundação Municipal de Desenvolvimento de Colinas do Tocantins, Secretarias de Planejamento do Município de Parnaíba e de Luís Corrêa, Instituto Legislativo Brasileiro e Programa Nacional de Educação Fiscal, tendo como objetivo a capacitação de funcionários e servidores públicos em temas orçamentários e transferência de conhecimentos. No que diz respeito às demandas referentes à Educação Fiscal, foram distribuídos 90 mil exemplares da cartilha Sofinha e sua Turma, em formato de história em quadrinhos, destinadas a ajudar as crianças e suas famílias a entender como funciona o orçamento público, apresentando conceitos básicos em linguagem simples e acessível, facilitando a compreensão dos alunos e de toda a sociedade.

OBJETIVO: 0608 - Fortalecer a relação federativa de forma a promover maior cooperação e ampliar a capacidade técnica, gerencial e financeira do Estado, visando otimizar os resultados produzidos para a sociedade.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

Foram realizadas, em 2013, várias ações para o acompanhamento consistente das demandas dos entes federados em ministérios e entidades governamentais. São exemplos as nove reuniões do Sistema de Assessoramento Federativo (SASF), que trataram dos mais diversos assuntos, como a preparação do Governo Federal para a recepção dos novos prefeitos, o apoio a realização dos encontros estaduais, a XVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, Programa Mais Médicos etc.

A Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República é coordenadora do CAF, Comitê de Articulação Federativa, instância de diálogo entre União e os municípios brasileiros.

O CAF se constitui em um espaço democrático, participativo e de construção de consensos, contando com a participação de 18 representantes das três entidades nacionais de representação dos municípios brasileiros, a Associação Brasileira de Municípios – ABM-, a Frente Nacional de Prefeitos, - FNP- e a Confederação Nacional dos Municípios – CNM- além de representantes de dezoito órgãos federais afetos mais diretamente às questões que envolvem os municípios.

O Plano Brasil Sem Miséria é outro exemplo de ações estratégicas articuladas de maneira interfederativa, pois mobiliza a estrutura do Governo Federal, dos Estados e Municípios reconhecendo as características do federalismo brasileiro. Seus eixos e suas metas só podem ser plenamente alcançados por meio de um esforço conjunto e articulado de toda a Federação, com execução de ações intersetoriais que visem a superação da extrema pobreza no Brasil.

Partindo de uma estratégia de pactuação que se inicia pelas Regiões brasileiras, o Brasil Sem Miséria celebrou Pactos Regionais com objetivo de firmar o compromisso entre a União e os 27 Governadores da Federação, tendo a interveniência dos Presidentes das Associações Municipalistas em cada Estado. Os Pactos expressam compromissos públicos e republicanos que estabelecem as competências e responsabilidades de cada ente na execução das ações propostas pelo Plano, promovendo sua implementação de forma coordenada nos eixos de Garantia de Renda, Inclusão Produtiva e Acesso a Serviços. Já foram realizados compromissos em todas as unidades da Federação.

Após décadas sem investimentos em infraestrutura, o Brasil retomou o planejamento em setores estratégicos, está elevando a competitividade do país e melhorando a qualidade de vida do brasileiro. Articulado de forma republicana envolvendo os três níveis de governo o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) se consolida como uma das forças propulsoras do desenvolvimento do País. Ao investir em áreas estratégicas, como infraestrutura e logística, o Governo Federal gera emprego, mantém o mercado interno aquecido e eleva a competitividade do Brasil.

Desde o início do PAC, o investimento público cresceu quatro vezes mais do que o Produto Interno Bruto (PIB) – 111% em termos reais. Com isso, a participação do investimento público no PIB aumentou 56%. A geração de emprego é outro efeito do Programa. No setor de obras de infraestrutura, o emprego formal aumentou 7,9% ao ano em média, entre 2011 e abril de 2013.

Em 2011, o PAC entrou na sua segunda fase, com o mesmo pensamento estratégico, aprimorados pelos anos de experiência da fase anterior, mais recursos e mais parcerias com estados e municípios, para a execução de obras estruturantes que possam melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras. As ações do PAC 2 concluídas até abril de 2013 já chegam a 54,9% daquelas previstas para serem concluídas até 2014.

Em 2013, relativamente ao Programa Territórios da Cidadania, que visa à promoção do desenvolvimento rural sustentável, foi consolidada a matriz de ações ofertadas pelo Governo Federal disponível no site: www.territoriosdacidadania.gov.br, e aos Comitês de Articulação Estaduais (CAE) caberá coordenar a consulta e consolidação da matriz estadual e o posterior monitoramento da sua execução. No esforço de potencialização do programa o governo federal está repactuando com os governos dos estados a rearticulação dos comitês estaduais. Além disso, o Governo Federal colocou em consulta pública no mês de julho dois importantes debates para garantir a Participação Social como ingrediente essencial da gestão pública, a Política Nacional de Participação Social e o Compromisso Nacional pela Participação Social. O Compromisso Nacional pela Participação Social é um documento que



estabelecidos entre o Governo Federal, Estados, Municípios e o Distrito Federal sobre a necessidade de reconhecer a participação social como estratégia para a democratização das decisões sobre políticas públicas.

Metas 2012-2015

• Aperfeiçoar os mecanismos de diálogo, articulação e de cooperação federativa

Análise Situacional da Meta

Entre os dias 28 e 30 de janeiro, o Governo Federal realizou em Brasília (DF), o Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas - O evento reuniu gestores municipais de todo o país – novos e reeleitos – para estabelecer parcerias com o objetivo de promover o crescimento econômico do país com inclusão social, equilíbrio ambiental e participação cidadã.

Para apoiar os gestores municipais a atingir esse objetivo, foram apresentados os principais programas federais, compreendidos nos eixos Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Ambiental e Urbano e Participação Social e Cidadania. Cada temática destacou as políticas dos Ministérios e órgãos federais voltadas para o respectivo tema.

Programas prioritários do Governo Federal, executados em parceria com os governos municipais, como o Brasil sem Miséria, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos e de Saneamento, entre outros, compuseram a programação principal do evento.

Também foram apresentadas boas práticas de municípios e consórcios intermunicipais e oferecidas oficinas técnicas sobre o sistema de convênios e contratos de repasse, bem como de outros instrumentos de modernização administrativa. Os participantes receberam publicações exclusivas com orientações voltadas para o início dos mandatos e os programas federais que podem ser acessados pelas prefeituras.

Como parte da estratégia de apoio aos municípios o Governo Federal, em parceria com governos estaduais e associações de municípios, vem promovendo um ciclo de Encontros Estaduais com Novos Prefeitos e Prefeitas. Em 2013, foram realizados os encontros estaduais em todos os estados, com o objetivo auxiliar os novos gestores no primeiro ano de mandato, apoiando a execução dos programas federais, bem como apresentando oportunidades de financiamento para os projetos municipais.

A programação principal nos estados abrange os seguintes eixos: saúde e educação, instrumentos de planejamento e apoio à gestão local, programas sociais, infraestrutura e participação social. Para cada estado é organizada uma programação alinhada às necessidades regionais. Os participantes também contam com oficinas de capacitação técnica e salas de atendimento individualizado por município.

Com o objetivo de ampliar os espaços de cooperação e coordenação dos órgãos federais nos estados, por ocasião da realização dos encontros estaduais de prefeitos, estão sendo organizados os fóruns estaduais de gestores federais, que reúnem os dirigentes dos órgãos federais nos estados os quais definem sua coordenação e seu calendário de atividades. Ainda no campo do aprimoramento das relações federativas foram executadas ações em duas frentes principais: a primeira envolve a definição de agenda comum de melhoria, fortalecimento e inovação da gestão pública, entre União e Estados da Federação, com o estabelecimento de diretrizes, estratégias e prioridades, de forma a promover a colaboração institucional intra e intergovernamental, concentrar esforços, evitar pulverização de investimentos e conceder maior visibilidade aos resultados obtidos. O objetivo é pactuar um compromisso político que atualize e aprofunde a pauta da “Carta de Brasília”, com definição de diretrizes, estratégias e prioridades de ações comuns.

Trata-se de uma iniciativa que envolve o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (CONSAD) e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento (CONSEPLAN), com o apoio do BID. Neste sentido foi elaborada conjuntamente uma proposta de Agenda Comum de Gestão União-Estados.

A segunda frente consiste na preparação das linhas de ação para o Programa Pró-cidadão – Programa Nacional de Fortalecimento do Planejamento e Gestão Pública dos Estados Brasileiros, ora em processo de negociação direta entre o BID e os estados. O projeto financiará a realização de oficinas de debate entre representantes do Governo Federal e dos governos estaduais, sobre temas de interesse mútuo. O Pró-cidadão sucederá ao programa Pnage, que representa um importante marco de atuação conjunta dos estados com o BID.

- **Capacitar agentes públicos municipais, estaduais e federais**

- Análise Situacional da Meta**

- Foram desenvolvidas atividades de capacitação dos agentes públicos, como exemplo, a oferta, no âmbito do Programa de Apoio à Elaboração e Implementação de PPAs Municipais, de dois módulos presenciais, para treinar multiplicadores estaduais e de associação de municípios para a elaboração de PPAs e confecção de projetos. Foram formados agentes multiplicadores oriundos de 15 estados da Federação e 309 municípios.

No que se refere à capacitação em temas orçamentários e controle social, foram treinados 3.400 alunos por meio da Escola Virtual da Secretaria de Orçamento Federal - SOF, além da interação com mais de 9.990 participantes em sua nova plataforma na Internet. Ademais, no intuito de dar continuidade à promoção da articulação federativa, foi ofertada assistência técnica para a melhoria da gestão e o aperfeiçoamento dos instrumentos tecnológicos, normativos e metodológicos estaduais, por meio da Rede Nacional de Planejamento e Orçamento (ReNOP).

Em apoio aos estados e municípios no planejamento de ações para ordenamento e utilização sustentável dos espaços de orla sob domínio da União, por meio da promoção de ampla articulação entre os três níveis de governo e a sociedade civil, foram realizadas oficinas de elaboração do Plano de Gestão Integrada da Orla (PGI) nos municípios de Itarema/CE, Aracati/CE, Paracuru/CE e Baía da Traição/PB, audiências públicas nos municípios de Fundão/ES, Corumbá/Ladário/MS e reuniões de sensibilização nos municípios de Porto Velho, Florianópolis/SC e Guajará-Mirim/RO, Marcação/PB, reunião para discutir a revisão dos PGIs de Itajaí e Porto Belo/SC, Lucena/PB, Conde/PB e Pitimbu/PB.

Ainda como atividade de capacitação dos agentes públicos municipais, estaduais e federais, destacou-se a realização, no âmbito da Rede Nacional de Escolas de Governo, que tem como objetivo aumentar a eficácia das instituições que trabalham com formação e aperfeiçoamento profissional dos servidores públicos dos três níveis de governo, de seis reuniões do Sistema de Escolas de Governo (SEGU) para discussão de temas de interesse comum. Adicionalmente, foram ofertados cursos presenciais e a distância, nacionais ou em parceria com instituições estrangeiras, fortalecendo esse grupo de instituições como Escolas de Governo, que visam à implementação das políticas públicas e à disseminação do conhecimento para o aperfeiçoamento da gestão pública, orientada à melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos.

- **Implementar e consolidar instâncias de diálogo federativo**

- Análise Situacional da Meta**

- Um dos objetivos estabelecidos no âmbito das relações federativas do Governo Federal é promover uma repactuação do País que viabilize um desenvolvimento capaz de superar a extrema pobreza e de reduzir as desigualdades sociais e regionais. Na busca de dar objetividade a esses desafios, fortalecendo o diálogo, visando o aprimoramento dos mecanismos de articulação e cooperação federativa para a melhoria da gestão das políticas públicas no território a estratégia em curso privilegia:



- estruturação de uma rede de assistência técnica aos municípios com a articulação dos estados e a participação das associações de municípios;
- implementação da Agenda de Compromisso com os ODM, objetivos do milênio;
- apoio a formação dos consórcios,
- aprofundamento dos trabalhos do GT de desburocratização,
- elaboração e implementação do Pacto pela Mobilidade Urbana;
- instalação do grupo de trabalho para a estruturação do repositório nacional da nota fiscal eletrônica;
- avançar na pactuação da agenda federativa de gestão com os estados e o BID;
- implementação da agenda federativa de apoio a gestão pública;
- difusão da Política Nacional de Participação Social e do Compromisso Nacional pela Participação Social.

Durante o Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas foi lançada a Agenda de Compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) Governo Federal e Municípios 2013-2016, que visa oferecer aos novos prefeitos um instrumento de monitoramento do impacto das políticas públicas, objetivando o fortalecimento de uma gestão de resultados, baseada em metas e indicadores dos principais programas do Governo Federal.

Essa Agenda estimulará o prefeito que a adotar como ferramenta a qualificar sua gestão e a garantir transparência nas ações realizadas, além de permitir o processo de reconhecimento dos gestores empenhados na obtenção de bons resultados e contribuir para que a gestão pública de todo o País alcance níveis de excelência.

A desburocratização do processo de transferências voluntárias, uma das principais agendas do Comitê de Articulação Federativa - CAF desde 2012, ficou a cargo do Grupo de Trabalho Interfederativo, que passou a ter caráter permanente, para o acompanhamento das medidas de desburocratização dos convênios, dos contratos de repasse e dos termos de cooperação celebrados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal com órgãos ou entidades públicas para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco, que envolvam a transferência de recursos financeiros federais.

Além deste, estão em andamento o Grupo de Trabalho Interfederativo para desenvolver proposta para estruturação do Repositório Nacional da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e o Grupo de Trabalho para recomendar conjunto de medidas referentes ao Pacto pela Mobilidade Urbana, visando ao barateamento da tarifa e à melhoria da qualidade e ao controle social dos serviços de transporte público coletivo.

Outro destaque em 2013 foi a participação do Governo Federal na XVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, organizada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), com o apoio da Frente Nacional de Prefeitos (FNP). A marcha, realizada no mês de julho, reuniu prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e secretários municipais, com o objetivo de debater os desafios administrativos, financeiros e sociais das suas localidades.

A Presidente Dilma anunciou na marcha, dentre outras importantes iniciativas, que os municípios receberão apoio financeiro do Governo Federal no valor de R\$ 3 bilhões. O recurso será transferido em duas partes iguais, uma cuja transferência foi realizada em setembro de 2013 e outra em abril de 2014, de acordo com os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

• **Modernizar a gestão municipal por intermédio da implantação de sistema de gestão integrada, oferecendo soluções tecnológicas disponíveis no portal do software público (4CMBR)**

Análise Situacional da Meta

A melhoria da gestão dos municípios brasileiros é um desafio de múltiplas facetas, dentre elas podemos destacar a necessidade da disponibilização de um sistema integrado de gestão. Um sistema composto pelos módulos administrativo, tributário, recursos humanos, patrimonial, financeiro e transparência.

O Portal do software público (www.softwarepublico.gov.br/) dispõe do e-Cidades e está em processo de recepcionar o software URBEN, desenvolvido pela Confederação Nacional dos Municípios. Estas duas soluções foram desenvolvidas para a realidade dos municípios. Um importante desafio é oferecer uma ferramenta de forma a garantir sua

continuidade e evolução, adaptando-a a diversidade legal dos municípios

OBJETIVO: 0609 - Ampliar o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, de forma a promover maior interação entre o Estado e a sociedade.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

Em relação à ampliação do diálogo e da participação social no âmbito da administração pública, os resultados alcançados mostram que a interação entre Governo e sociedade civil ocorreu de maneira constante e qualificada.

A ampliação da transparência, por sua vez, merece destaque especial com as ações voltadas ao fortalecimento da Lei de Acesso à Informação (LAI). O maior destaque em 2013, quando a LAI completou um ano, foi o alcance de cobertura total dos órgãos superiores do Executivo Federal com Serviços de Informação ao Cidadão.

Metas 2012-2015

- **Assegurar que a sociedade tenha conhecimento dos Atos Oficiais**

Análise Situacional da Meta

Para assegurar que a sociedade tenha conhecimento dos atos oficiais publicados nos Diários Oficiais da União é disponibilizado pela Imprensa Nacional, gratuitamente, o DOU via internet.

- **Aumentar a efetividade da participação da sociedade civil em espaços institucionalizados de participação social**

Análise Situacional da Meta

Destaca-se a produção de informações sobre os mecanismos de participação social por meio do lançamento de publicações como o Guia dos Conselhos Nacionais, a Cartilha sobre Conselhos e Conferências Nacionais e, em parceria com o IPEA, os Fatores de Sucesso para Audiências Públicas e as Experiências de Monitoramento de Conferências Nacionais, além da edição da Nota Técnica sobre Órgãos Colegiados de Participação Social. Ponto relevante foi o diálogo com as comissões organizadoras das 18 conferências nacionais previstas para 2013 e secretários-executivos e coordenadores dos 35 conselhos e das 5 comissões nacionais sobre os principais desafios de organização e de conteúdos debatidos nesses espaços. As reuniões ocorreram com as comissões organizadoras de todas as conferências nacionais previstas para 2013 e 2014, com destaque para as Conferências das Cidades, da Cultura, do Meio Ambiente, do Juvenil pelo Meio Ambiente, do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, da Defesa Civil e da Economia Solidária. A articulação dessas comissões organizadoras com a equipe da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi fundamental para a cobertura dos eventos pela TV NBR, que, pela primeira vez, transmitiu em TV aberta, ao vivo, as Conferências Nacionais, dando transparência a todo o processo conferencial.

- **Aumentar a efetividade no atendimento às demandas de pautas nacionais**

Análise Situacional da Meta

Essa meta teve sua operacionalização qualificada pela implantação, por meio de parceria da SG/PR com o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio), do Sistema de Gerenciamento de Demandas (SGDoc). O SGDoc, que é desenvolvido em software livre, permite tramitar as demandas para todos os órgãos de governo, anexar documentos, emitir alertas de prazos e organizar as demandas e identificar os temas mais sensíveis trazidos pelos movimentos sociais, entre outras funcionalidades. A consolidação das respostas, por meio do sistema, permite o desenvolvimento dos cadernos de respostas aos movimentos por ocasião das devolutivas, sendo que, em 2013, foram entregues oito cadernos de resposta. Ao longo do ano, foram recebidas 16 pautas de 16 Movimentos Sociais e, em 31 de dezembro o sistema registrava 915 demandas tramitadas pelos diversos órgãos, com 733 respostas, 40 trâmites



cancelados e 142 aguardando respostas.

- **Capacitar servidores públicos sobre temas relacionados ao acesso a informações públicas**

- Análise Situacional da Meta**

- No primeiro semestre de 2013, a CGU desenvolveu atividades focadas na capacitação de servidores públicos para atendimento às atribuições instituídas pela Lei de Acesso à Informação (LAI) nas três esferas: federal, estadual e municipal.

- Nos entes federais, foram capacitados multiplicadores em todos os órgãos superiores do Poder Executivo, somando, ao todo, 170 organizações participantes dos treinamentos. Nesse contexto, até o momento, foram capacitados cerca de 6.700 servidores na esfera federal.

- Nos estados e municípios, as capacitações chegaram a 2.778 agentes públicos. Além disso, a cada mês são disponibilizadas 1500 novas vagas nos cursos de educação a distância.

- Considerando, ainda, as esferas estaduais e municipais, as capacitações são ofertadas no âmbito do Programa Brasil Transparente. Foram firmados 728 Termos de Adesão ao Programa, realizados 52 eventos de capacitação e ofertados cursos a distância para municípios de 3 estados pilotos (PE, PB e PR). Nesse contexto, foram preenchidas 103 vagas para cursos sobre temas relacionados ao acesso a informações públicas, atingindo o total de 49 municípios, superando a previsão de 45.

- **Criar e aprimorar serviços de informação ao cidadão em todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal**

- Análise Situacional da Meta**

- A aprovação da Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011) e início de sua vigência em 16 de maio de 2012 representou um grande incremento na promoção da transparência pública. Ficou a cargo da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção (STPC), unidade vinculada à Controladoria-Geral da União (CGU), juntamente com a Casa Civil da Presidência da República, o planejamento e a coordenação da execução das ações necessárias para assegurar o direito de acesso à informação no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

- No âmbito da CGU, os trabalhos foram direcionados para o apoio à implementação das unidades físicas dos Serviços de Informação ao Cidadão (SICs) e para a criação e gestão do e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão), que permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe por meio eletrônico pedidos de acesso a informação para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

- Por meio do sistema, além de fazer o pedido, é possível acompanhar o prazo pelo número de protocolo gerado e receber a resposta da solicitação por e-mail; entrar com recursos, apresentar reclamações e consultar as respostas recebidas. O objetivo é facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas.

- No primeiro semestre de 2013, melhorias corretivas e evolutivas no e-SIC foram realizadas. A principal nova funcionalidade lançada refere-se à publicação dos relatórios estatísticos de pedidos e recursos. A CGU também atuou no atendimento a dúvidas/questionamentos dos órgãos e entidades de Poder Executivo Federal sobre o sistema.

A Lei de Acesso à Informação prevê ainda a criação de unidades físicas, os SIC (Serviço de Informações ao Cidadão), em todos os órgãos e entidades do poder público, em local identificado e de fácil acesso, para atender o cidadão que deseja solicitar o acesso à informação pública.

O Governo Federal conta com 281 SIC, alcançando 100% dos órgãos superiores. Pode-se inferir, portanto, que a implantação dos SICs oferece cobertura total no âmbito do Poder Executivo Federal, visto que os órgãos superiores estão incumbidos de responder por unidades vinculadas que não possuam SIC próprio.

- **Criar e potencializar novas formas, linguagens e instrumentos de participação social**

- Análise Situacional da Meta**

Três ações se destacaram, em 2013: o projeto WebCidadania Xingu, a Parceria para Governo Aberto (Open GovernmentPartnership – OGP) e o portal participa.br. O projeto WebCidadania Xingu, que está sendo desenvolvido em parceria com o Instituto Seva, é um concurso destinado à obtenção, por meio de plataforma digital de participação, de ideias e projetos de transformação de realidades locais na área de abrangência da bacia do Xingu, formuladas pelos próprios moradores, sejam cidadãos, ONGs, Movimentos Sociais, Sindicatos ou Governantes. Seus objetivos são a construção de agenda coletiva em torno de questões relevantes, a promoção da participação social e da colaboração além da incorporação da metodologia de participação social inovadora, proporcionada pela utilização de ferramentas digitais.

Este projeto está inserido no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS Xingu), criado em 2010 pelo Governo Federal como contrapartida pela Construção de Usinas Hidrelétricas na região. Um Comitê Gestor e sete Câmaras Técnicas, uma para cada eixo, promovem as ações do Plano, que conta com recursos na ordem de R\$ 500 milhões. O Concurso WebCidadania é uma ação do eixo “Inclusão Social e Cidadania”. O processo de construção do 2º Plano de Ação brasileiro no OGP, capitaneado pela CGU, por sua vez, envolveu diversos segmentos da sociedade e do governo na elaboração de propostas de compromissos a serem assumidos pelo País frente à Parceria para Governo Aberto. No total, foram feitos 119 comentários por parte da sociedade civil, que recebeu 75 respostas de interlocutores do governo e mediadores do Diálogo Virtual. Os participantes tiraram dúvidas em 18 seções do documento, teceram críticas em 10 seções, propuseram sugestões em 35 seções e fizeram elogios em 21 seções do balanço do plano de ação. A construção desse processo foi realizada em sintonia com o grupo da sociedade civil que acompanha a OGP no Brasil, por meio da intensa participação do GT da sociedade civil no Comitê Interministerial para Governo Aberto (CIGA). O plano de mobilização e participação social para construção do 2º plano de ação brasileiro foi construído com esse GT desde a primeira versão, e diversas decisões de metodologia ao longo do processo foram tomadas em conjunto com esses representantes da sociedade.

Por fim, merece destaque o desenvolvimento do portal de participação social – Participa.br. Construído de forma colaborativa em linguagem aberta e auditável e software livre, o portal está desenhado para ser uma plataforma de interação entre governo e sociedade, em torno dos temas mais relevantes em debate. Estruturado em forma de comunidades, o Participa.br permite que o cidadão e a cidadã, sem a mediação de qualquer organização, possa integrar processos participativos e contribuir para as discussões sobre políticas públicas. Foram hospedadas no portal da participação social duas consultas no segundo semestre de 2013: sobre a Política Nacional de Participação Social e sobre o Compromisso Nacional pela Participação Social. Em ambos os casos, os documentos foram disponibilizados na íntegra, para que os interessados pudessem apresentar críticas e sugestões, parágrafo por parágrafo. Outras consultas públicas estão sendo realizadas na mesma plataforma, como a do Marco da Política Nacional de Educação Popular e a do Sistema Federal de Ouvidorias. Dentro da proposta do Participa.br se constituir como um produto de participação social mediada por internet, assim como uma plataforma aberta de inovação, foi realizado no final de 2013 o primeiro desafio de ideias de aplicativos de participação, envolvendo diversos parceiros do governo federal e sociedade civil, com a premiação de três ideias que poderão ser integradas ao Participa.br ao longo de 2014.

- **Criar proposta de Sistema Nacional de Participação Social**

- Análise Situacional da Meta**

Nos últimos dois anos, foram desenvolvidos muitos espaços de debates que formaram as bases de conhecimento e experiência para a Política e o Sistema de Participação Social. Em abril de 2013, a Secretaria-Geral da Presidência da República - SG/PR realizou a 2ª Reunião com Secretários Estaduais de Participação Social com o objetivo de aprofundar o debate sobre a Participação Social, especialmente sobre o Sistema e a Política de Participação Social. No encontro, foram apresentadas propostas de articulação federativa das ações de participação social e foi deliberada,



pelos participantes, a criação de um Grupo de Trabalho para definições e elaborações acerca de uma proposta de Compromisso Nacional pela Participação Social, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a promoção da participação social como método de governo e para o fortalecimento dos mecanismos e instâncias de diálogo entre Estado e sociedade civil. Foi constituído um Grupo de Trabalho, composto por Secretários Estaduais representantes dos estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Ainda com o objetivo de contribuir para a construção da Política e do Sistema Nacional de Participação Social, foi promovido, em julho de 2013, o “Diálogos Governo e Sociedade: Novas Formas de Participação Social na Política”, que permitiu o debate entre representantes de diferentes segmentos da sociedade sobre as recentes manifestações populares e sua relação com as demandas por novos mecanismos de exercício da democracia. As análises tiveram como foco especial o significado e as potencialidades do uso da internet na efetivação de novas formas de articulação e ação política. Participaram do encontro professores universitários, agentes públicos, representantes de organizações da sociedade civil, de movimentos sociais e ativistas da área digital. Entre as questões debatidas estão a democratização do acesso aos meios de comunicação de massa e o Marco Civil da Internet.

- **Fortalecer os Conselhos de Políticas Públicas**

- Análise Situacional da Meta**

- Diversas ações foram desenvolvidas para o fortalecimento dos Conselhos Nacionais. O Guia dos Conselhos Nacionais teve sua revisão concluída e foi publicado, em formato impresso e eletrônico. Esta publicação contém dados básicos de trinta e cinco conselhos e cinco comissões nacionais, além de relacionar outros 57 órgãos colegiados de participação social, e tem a finalidade de dar visibilidade a estes mecanismos e, ao mesmo tempo, proporcionar a interação e comunicação entre eles. Os Conselhos Nacionais constituem-se pilares importantes para a Política Nacional de Participação Social.

- Em parceria com a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, a Secretaria Geral da Presidência da República SG/PR apresentou às Comissões Organizadoras das Conferências (CON) previstas para 2013/14o “Plano de Cobertura Jornalística para as Conferências”, iniciando-se os processos de reuniões bilaterais de trabalho (CON e EBC) no sentido da implementação do referido Plano. Esta ação reveste-se de importância ímpar em aspectos como de divulgação, mobilização, formação, visibilidade e monitoramento dos processos conferências, desde as etapas municipais à nacional. Outro aspecto importante é a articulação com o Conselho Curador da EBC, o qual tem na sua composição uma maioria da sociedade civil.

- No primeiro semestre foi realizado o Encontro de Secretários-Executivos e Coordenadores Gerais de Conselhos e Comissões Nacionais. O encontro serviu para debate e intercâmbio de experiências entre os participantes, assim como para apresentar Nota Técnica que traz estudos e recomendações sobre conceito, aperfeiçoamento e articulação de órgãos colegiados de participação social.

- **Incorporar mecanismos de participação social à metodologia de monitoramento do Plano Plurianual**

- Análise Situacional da Meta**

- Esta meta contou com inovações importantes em 2013. O processo de participação da sociedade civil no planejamento e orçamento público teve início no compartilhamento das propostas de agendas transversais elaboradas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP e a formação do grupo de discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2014 com conselhos nacionais e entidades da sociedade civil. Os debates sobre a elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2014 foram realizados por meio de grupo virtual, mediados pela Secretaria Geral da Presidência da República SG/PR, e contou com a participação de mais de 100 representantes de conselhos nacionais e entidades da sociedade civil. Como resultado, 14 propostas do grupo de discussão foram encaminhadas para análise dos órgãos competentes, em conjunto com as recomendações originadas do grupo de trabalho que discutiu o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, com várias delas incorporadas ao projeto de lei enviado ao

Congresso Nacional. Conforme pactuado, os participantes do grupo virtual receberam um relatório com respostas específicas a cada proposta apresentada. Do ponto de vista histórico, foi a primeira vez que a sociedade civil participou da elaboração do PLDO.

Para a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2014 (PLOA) um grupo virtual reunindo 117 representantes de conselhos nacionais e entidades da sociedade civil apresentou 47 propostas direcionadas a 17 Ministérios. O encerramento da participação da sociedade civil neste processo foi realizado por meio da “Audiência Pública: Diálogos Governo-Sociedade sobre o Orçamento Federal” promovida pela SG/PR em parceria com a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SOF/MP) em que foram discutidas as prioridades da sociedade civil em relação às ações e programas do PLOA 2014.

Em setembro de 2013, a SG/PR e o MP divulgaram os Relatórios de Monitoramento das Agendas Transversais do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, o Plano Mais Brasil, durante o IV Fórum Interconselhos. Os documentos reúnem o conjunto dos compromissos de governo relativos a temas de natureza transversal e multissetorial como juventude, mulheres, igualdade racial, população LGBT, população de rua, criança e adolescente, idosos, deficientes e povos indígenas.

- **Interagir com a sociedade civil e estimular o uso de dados públicos**

- Análise Situacional da Meta**

Destacam-se as ações para a regulamentação e disponibilização da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), que visa à disseminação e transparência de dados governamentais, permitindo o livre cruzamento, construção de aplicações e apresentação em formatos diversos para uso pelos cidadãos e pela Internet. Merece destaque, também, o lançamento de Portal de Dados Públicos (dados.gov.br); a regulamentação da INDA; a publicação dos dados do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), do Comprasnet, do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); a realização de compromissos do Brasil no Acordo para Governo Aberto (Open Government Partnership); e a divulgação de aplicações desenvolvidas com uso de dados abertos e apoio aos órgãos na realização de concursos de aplicativos.

No âmbito do Gabinete Digital, plataforma fornecida pelo Estado para fortalecer a relação entre governo, servidores e sociedade, foram incluídos conjuntos de dados referentes às localizações de Agências da Previdência Social, de Postos de atendimento do MTE, de escolas e de Unidades Básicas de Saúde.

Ainda, destacam-se as atividades relativas à disseminação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), por meio da realização da I Jornada INDE/Academia, que possibilitou a constituição de uma rede de discussão entre órgãos públicos e sociedade sobre a Geoinformação, que permitirá a participação desse segmento na formulação e acompanhamento das políticas públicas relacionadas ao tema e a utilização dos dados públicos disponibilizados na plataforma.

- **Reestruturar o Portal da Transparência do Governo Federal**

- Análise Situacional da Meta**

O objetivo da reestruturação é melhorar a usabilidade do Portal da Transparência do Governo Federal, promovendo a integração e melhor organização dos conteúdos, adequando aos princípios de dados abertos, e colocando à disposição do cidadão novas funcionalidades.

Desde 2012, a Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção (STPC) vem trabalhando em ações voltadas à reestruturação do Portal da Transparência do Governo Federal, como a construção do Data Warehouse (DW-CGU), definição das novas ferramentas, adaptação do portal para se adequar a alterações no SIAFI e análise sobre alterações da estrutura hierárquica para apresentação dos dados SIAPE e SIAFI.



Também no primeiro semestre de 2013, foi iniciado processo de redefinição da arquitetura do Portal com apoio da SECOM/PR, e iniciou-se o processo para contratar uma empresa de comunicação digital para o desenho da arquitetura da informação e layout do Portal.

Neste contexto, o novo Portal, totalmente reestruturado, tem previsão para ser lançado em dezembro de 2014.

OBJETIVO: 0871 - Garantir base jurídica segura na formulação, implementação e defesa das políticas públicas, por meio da atuação jurídica consultiva e contenciosa, na representação do Estado Brasileiro em benefício da sociedade.

Órgão Responsável: Advocacia-Geral da União

Análise Situacional do Objetivo

A atuação da Procuradoria-Geral da União na defesa judicial das políticas públicas foi responsável por garantir a continuidade de diversos programas, notadamente do “Mais Médicos”, em que temos decisões favoráveis ao Programa em todas as ações com atuação da PGU.

A Secretaria-Geral de Contencioso - SGCT tem atuado em Juízo com o intuito de garantir a implementação de políticas públicas ligadas as obras do PAC, ao ENEM, à Copa do Mundo FIFA 2014, aos Jogos Olímpicos de 2016, aos leilões à infraestrutura do país, ao Programa Mais Médicos, dentre outras.

Neste ano, é possível citar as seguintes realizações: defesa da constitucionalidade da Lei Geral da Copa (ADI 4.796) e a defesa do Programa Mais Médicos (MS nº 32.224 e 32.238).

A Consultoria-Geral da União tem desenvolvido diversos esforços, desde a sua instituição, para a formação de uma base de dados, contendo a produção jurídica, havendo desenvolvido o Sistema Notapar, que continha o acervo jurídico apenas do Órgão Central. Em seguida, o controle da produção passou a ser mais amplo, com a instituição, em conjunto com a Procuradoria-Geral Federal (PGF), para a consignação de todas as manifestações do Órgão Central e dos Órgãos de Execução no Sistema Consultoria (Siscon)

Ademais, há outras iniciativas para a satisfação do Objetivo, tais como a realização de pesquisa de satisfação com os Órgãos Assessorados pelas Consultorias Jurídicas da União nos Estados, para conhecimento da avaliação sobre a receptividade dos trabalhos desenvolvidos nas diversas unidade da federação, bem assim como o Projeto CGU Aproximação, que implica visitas aos Órgãos de Execução da CGU (Consultorias Jurídicas da União nos Estados e Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios e Órgãos Consultivos assemelhados;

Também ocorreu a instituição de Comissão Permanente sobre minutas de convênios, com a finalidade de uniformização de modelos de convênios e instrumentos jurídicos congêneres, bem como com as listas de verificação para a instrução dos processos respectivos, com a finalidade de aprimorar a forma de firmamento das avenças administrativas e reduzir o risco de questionamentos administrativos ou judiciais. Convite a que outros Órgãos de Direção Superior participem do processo, instituindo sintonia de atuação jurídica com outras áreas de trabalho consultivo; e instituição de grupos de trabalhos com o objetivo de unificar o fluxo do trabalho consultivo para maior agilidade e padronização da forma do atendimento ao assessorado. A diversidade de porte dos Órgãos de Execução gera certa dificuldade para o afinamento do modelo, mas houve a definição por um modelo que estabeleça padrões de comportamento para a gestão consultiva, sem impedir a adequação a cada realidade distinta.

A Procuradoria-Geral Federal representava judicial e extrajudicialmente, a 154 (cento e cinquenta e quatro) autarquias e fundações públicas federais. No curso de 2013 houve ainda o acréscimo de mais 5 (cinco) entidades representadas, com a criação da criação da Universidade Federal do Cariri – UFCA, da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, e da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFESBA, além da representação da Autoridade Pública Olímpica no âmbito federal, o que totaliza 159 (cento e cinquenta e nove)

autarquias e fundações públicas federais representadas.

Desde sua criação, em 2002, a Procuradoria-Geral Federal vem centralizando a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, a fim de promover a racionalização de sua atuação, garantindo a viabilidade das políticas públicas dessas entidades.

Assim tem sido feito, recentemente, com a manutenção em juízo das políticas ligadas ao PAC, ao ENEM, à Copa do Mundo FIFA 2014, aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, aos leilões à infraestrutura do país, na proteção ambiental, na defesa dos indígenas e quilombolas, na execução das políticas de reforma agrária, na defesa das regras da Previdência Social, na defesa judicial da regulação econômica e dos atos das agências reguladoras, na defesa das normas aplicáveis ao ensino e na defesa do patrimônio histórico e cultural.

Merece destaque, ainda, o desenvolvimento, pela PGF, do Sistema de Dívida Ativa – SISDAT, para a gestão dos créditos inscritos em dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais. O fundamento do sistema é o gerenciamento dos créditos das autarquias e fundações públicas federais, possibilitando à PGF conhecer a realidade da dívida ativa de todas as entidades representadas com base nas informações contidas em um único banco de dados.

Por meio da sistemática atual todo o acompanhamento do crédito é feito de forma individualizada em cada um dos vários sistemas das entidades ou de forma manual por meio do contato direto com as autarquias e fundações públicas federais. Com o SISDAT todos os créditos serão inscritos e acompanhados em um só sistema de dívida ativa.

Metas 2012-2015

• Ampliar em 10%, anualmente, o número de órgãos correccionados

Análise Situacional da Meta

A CGAU estabeleceu para o ano de 2013 realizar 56 correções ordinárias nos órgãos jurídicos da AGU e vinculados, verificando a regularidade e eficácia dos serviços jurídicos prestados. As correções possibilitaram a proposição de medidas e sugestões de melhorias, visando ao aprimoramento da atuação jurídica. O cronograma proposto foi cumprido, inclusive superando o quantitativo previsto, ampliando-se o número de correções em relação ao planejamento no ano anterior, com a realização de 15 correções ordinárias, 2 correções extraordinárias e 45 correções eletrônicas.

Quantidade alcançada

62

Data de Referência

07/01/2014

• Construir marco legal para o incremento do suporte jurídico em questões internacionais

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013 foram realizadas reuniões entre a PGU e o Ministério da Relações Exteriores, que resultaram no amadurecimento de uma proposta de marco legal.

• Criar mecanismo de identificação dos riscos de conflitos judiciais relevantes que impactam na execução das políticas públicas, visando a revisão das teses adotadas

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013, a Corregedoria, em parceria com a Consultoria-Geral da União, Procuradoria-Geral Federal, Procuradoria-Geral do Banco Central e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, trabalhou na 2ª Edição do Manual de Boas Práticas Consultivas como forma de fortalecimento de sua atuação preventiva por meio de correções e orientações aos Órgãos da AGU.

Ainda em 2013, a Corregedoria iniciou a 3ª Edição do Manual com previsão de término em 2014.

Foi criado o projeto “Matriz de Indicadores”. Cada Matriz consiste em um painel que define qual é o resultado de cada unidade. O critério utilizado é o de decisões judiciais favoráveis à União, partindo-se do pressuposto de que qualquer



“cliente” que seja parte em um processo judicial espera que seu advogado atue de forma a obter uma decisão judicial favorável.

A Matriz de Indicadores de uma Procuradoria traz 3 tipos de informação. A primeira parte traz dados sobre a atuação da unidade nos temas servidor público, atos da administração, ações relevantes – principais temas das Procuradorias - e em relação ao total da unidade. Essas informações permitem ao gestor identificar qual é o tema que mais está influenciando o resultado da unidade, conjugando-se a quantidade de decisões favoráveis com o percentual de decisões negativas.

No âmbito da Secretaria-Geral de Contencioso - SGCT, o Departamento de Acompanhamento Especial - DAE monitora os processos mais relevantes, de interesse da União, que tramitam no STF. Os integrantes do departamento realizam monitoramento constante das ações mais relevantes (de grande repercussão jurídica, política, econômica ou social), acompanham as sessões plenárias e das Turmas do STF, além de elaborarem memoriais e relatórios circunstanciais, assim como estudos e aprimoramento das teses, em subsídio à atuação da SGCT e das demais unidades da AGU. Em 2013, foram entregues 93 memoriais aos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

No âmbito da Corregedoria-Geral da Advocacia da União – CGAU, foi instituído o grupo de trabalho com a finalidade de edição de manual sobre licitações e contratos, que venha a contribuir com a atividade administrativa de contratação, mediante instrumentalização com os mais recentes entendimentos adotados pela doutrina e jurisprudência na matéria. O SAAR – Sistema de Acompanhamento de Ações Prioritárias da Procuradoria-Geral Federal - PGF, foi criado e implantado em 2012 e é utilizado para identificar e acompanhar ações judiciais relevantes, que possam criar riscos jurídicos às políticas públicas das entidades representadas. Além disso, a PGF tem identificado ações e teses judiciais que apresentem elevados riscos fiscais, que consistem nas teses judiciais com impacto financeiro superior a R\$ 500 milhões – as quais são informadas periodicamente à Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento.

Não obstante, a PGF necessita de um sistema informatizado que contemple esta funcionalidade, permitindo a localização e imediato alerta para providências de distribuição de ações relevantes e identificação de localidades ou atuações administrativas geradoras de judicialização.

• **Obter a adesão de 100% dos órgãos da AGU aos seus sistemas de gestão da informação, até 2015**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013, a Corregedoria progrediu na implantação de seu Sistema de Correição Eletrônica realizando 47 correições. No segundo semestre, a Corregedoria montou um grupo de trabalho para acompanhar a implantação do sistema SAPIENS na AGU. Esse grupo foi responsável pelas informações e proposição de adaptações do sistema para atender às necessidades dos sistemas informatizados da Corregedoria. Ainda que essas adaptações estejam em fase de análise, vislumbra-se a adaptação do Sapiens para substituição dos sistemas próprios da CGAU, principalmente no que tange a correição eletrônica, inspeção eletrônica e PAD's.

A Escola da AGU realizou 9 eventos de Treinamento SICAU, Sistema Integrado de Controle de Ações Judiciais da União, com disponibilização de 147 vagas.

O principal sistema de gestão de informação é o Sistema Integrado de Controle das Ações da União (SICAU), que atualmente é utilizado por 100% dos membros da Secretaria-Geral de Contencioso - SGCT.

Está sendo desenvolvido o sistema SAPIENS, que tem como finalidade promover a orquestração dos vários sistemas informatizados da administração pública (Sicau, sistemas da Justiça Estadual e Federal, Plenus, CNIS, Siape, etc.). A expectativa é que a utilização da ferramenta por unidades da AGU esteja disponível a partir de 2014.

Ampliação do período de registro da produção consultiva no Sistema Consultoria (Siscon), de maneira a ampliar a base da informação sobre produção consultiva, colaborando para outras atividades em curso com a finalidade de mensurar para melhor gerenciar tal atividade jurídica.

Os principais sistemas de gestão da informação utilizados pela Procuradoria-Geral Federal são o Sistema Consultoria da AGU (SISCON) e o Sistema Integrado de Controle das Ações da União (SICAU).

O primeiro, além de ser um banco de dados de pesquisa de pareceres e demais atos consultivos produzidos pela PGF é uma importante ferramenta gerencial, pois por meio dele se pode verificar a produtividade e qualidade da atividade consultiva. Teve sua implantação na PGF iniciada em 2011 (desenvolvido em 2010), e desde então é de utilização obrigatória. No início de 2013, novo ato de Procurador-Geral Federal reforçou essa obrigatoriedade (Nota nº 002/2013/CGPG/PGF/AGU).

Já o SICAU, adotado na AGU antes mesmo da criação da PGF, em 2002, vem sendo implantado nas Procuradorias Federais desde 2006, tendo em vista sua importância para o acompanhamento de todas as ações judiciais que envolvem as autarquias e fundações públicas federais. Além disso possui a mesma utilização gerencial, com a aferição do volume de trabalho produzido pelas Procuradorias com atuação contenciosa.

A adesão ao SISCON tem sido acompanhada frequentemente, tendo chegado, em julho de 2013, a 74% (setenta e quatro) do total das unidades de consultoria da PGF.

Dados revelam, ainda, a utilização do SICAU em 96% (noventa e seis por cento) da unidades de contencioso da PGF, sendo que 2% (dois por cento) delas não o utilizam por não contar com nenhum procurador federal em exercício.

- **Promover manifestação jurídica em todos os processos administrativos relacionados à formulação de políticas públicas inclusas no PPA.**

Análise Situacional da Meta

A Procuradoria-Geral Federal é responsável pela consultoria e assessoramento jurídico de todas as autarquias e fundações públicas federais, de modo a garantir a conformidade da política pública planejada com os ditames legais. Regulamentada pela Portaria PGF nº 425/2013, a atuação da PGF no âmbito consultivo, com intuito preventivo, foi regulamentada, com o objetivo de acompanhar os projetos estratégicos das autarquias e fundações.

- **Reduzir o quantitativo de questionamentos judiciais acerca das políticas públicas**

Análise Situacional da Meta

No âmbito da Procuradoria-Geral da União está em andamento um trabalho específico em relação às ações trabalhistas, em que a União figura como responsável subsidiário. Para isso, as procuradorias de todo o país, em parceria com os órgãos de consultoria, estão fazendo visitas aos órgãos assessorados, bem como reuniões com os gestores de contrato, demonstrando como deve ser feita a fiscalização de serviços terceirizados, para evitar ações judiciais de empregados dessas empresas. Outro trabalho importante é a criação do grupo proativo GPAC que acompanhou e atuou em 587 ações judiciais em 2013 relativas a temas variados relacionados as políticas públicas da União (aeroporto, ferrovia, geração e transmissão de energia elétrica, porto, urbanização), que envolvem 11 empreendimentos.

O acompanhamento proativo da Secretaria-Geral de Contencioso - SGCT vem permitindo a diminuição do impacto dos questionamentos judiciais das políticas públicas. Para tanto, tem buscado realizar encontros e/ou reuniões de trabalho, bem como fornecer orientações em matéria constitucional às unidades de contencioso da AGU, visando aprimorar a atuação da União no STF e reduzir os questionamentos judiciais acerca das políticas públicas.

Foi realizado um evento pela Corregedoria-Geral da Advocacia da União - CGAU com a meta de aproximação com os órgãos assessorados apontados pela Órgão Correcional, como ainda não integrados no fluxo cotidiano de assessoramento jurídico, especialmente em Brasília.

O acompanhamento proativo dos órgãos de contencioso da Procuradoria-Geral Federal - PGF vem permitindo a diminuição do impacto dos questionamentos judiciais das políticas públicas. São exemplos disso o acompanhamento do Leilão 4G, da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL; do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM; do leilão de energia A-5, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; e da 11ª rodada de licitações da Agência Nacional de Petróleo - ANP. De outra via, a atuação preventiva da PGF no ano de 2013 vem sendo aprimorada, em especial, com o acompanhamento por Departamento de Consultoria da formulação e implementação das políticas públicas, como os leilões de rodovias e portos.

PROGRAMA: 2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Dívida Pública (DLSP/ PIB)	%	31/12/2010	40	31/12/2013	33,8
Empresas dos Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização Alinhadas Com as Regras de Capital Baseado em Risco	%	31/12/2010	85	30/11/2013	92
Formação bruta de capital fixo (% PIB)	%	31/12/2010	19,5	31/12/2013	18,38
PIB (Crescimento)	%	31/12/2010	7,5	31/12/2013	2,3
Quantidade de Certificados de Garantia emitidos	%	31/12/2010	35	31/12/2013	44
Quota do Brasil no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)	%	31/12/2010	78,74	31/12/2013	58,15
Quota do Brasil no FMI	%	31/12/2010	53,06	31/12/2013	58,15
Resultado Primário anual do Governo Central	R\$ bilhão	31/12/2010	79	31/12/2013	77,1
Taxa de Emissões Primárias da Economia	%	31/12/2010	30,8	31/12/2013	15
Taxa de participação das Companhias abertas listadas em bolsa e em balcão organizado no Produto Interno Bruto - PIB	%	31/12/2010	69,92	31/12/2013	51
Taxa de Participação dos Prêmios dos Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização no Produto Interno Bruto (PIB)	%	31/12/2010	3,24	30/11/2013	3,63
Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)	%	31/12/2010	5,91	31/12/2013	5,91

Observações:

Dívida Pública (DLSP/ PIB) - Fonte: STN/MF.

Empresas dos Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização Alinhadas Com as Regras de Capital Baseado em Risco - Fonte: Susep/MF. Desconsiderada a parcela referente ao risco de subscrição de vida e previdência, cuja obrigatoriedade somente se iniciou em janeiro de 2014.

Formação bruta de capital fixo (% PIB) - Resultado referente ao período entre janeiro e dezembro de 2013, conforme Contas Nacionais Trimestrais, disponíveis em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pib-vol-val_201304_8.shtm.

PIB (Crescimento) - Resultado referente à variação entre janeiro-dezembro de 2012 e janeiro-dezembro de 2013, conforme Contas Nacionais Trimestrais, disponíveis em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pib-vol-val_201304_4.shtm.

Quantidade de Certificados de Garantia emitidos - Fonte: Sain/MF. Dados referentes ao período de janeiro a dezembro de 2013.

Quota do Brasil no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) - Fonte: Sain/MF. O valor apurado foi de $[1,79]/[3,078012] = 58,1544\%$. O denominador, definido pela média dos últimos 5 anos da participação relativa do Brasil na economia mundial (em termos de PIB a preços correntes e paridade do poder de compra) foi calculado a partir de dados da base World Economic Outlook Database April 2013, do FMI, atualizada em abril de 2013 (<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/01/weodata/index.aspx>).

Quota do Brasil no FMI - Fonte: Sain/MF. O valor apurado foi de $[1,79]/[3,078012] = 58,1544\%$. O denominador, definido pela média dos últimos 5 anos da participação relativa do Brasil na economia mundial (em termos de PIB a preços correntes e paridade do poder de compra) foi calculado a partir de dados da base World Economic Outlook Database April 2013, do FMI, atualizada em abril de 2013 (<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/01/weodata/index.aspx>).

Resultado Primário anual do Governo Central - Fonte: STN/MF.

Taxa de Emissões Primárias da Economia - Fonte: CVM, IBGE e Bacen. As distribuições públicas apuradas no período de janeiro a dezembro de 2013 foram de R\$ 129.052 milhões, enquanto a formação bruta de capital fixo totalizou R\$ 853.006 milhões.

Taxa de participação das Companhias abertas listadas em bolsa e em balcão organizado no Produto Interno Bruto - PIB - Fonte: CVM, BM&F Bovespa, IBGE e Bacen. A capitalização de mercado, divulgada pela BM&F Bovespa, referente ao último dia de negociação de 2013, somou R\$ 2,414 trilhões, enquanto o PIB a preços correntes totalizou R\$ 4,770 trilhões no ano.

Taxa de Participação dos Prêmios dos Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização no Produto Interno Bruto (PIB) - Fonte: Susep/MF. Considerados os dados contábeis disponíveis no Sistema de Estatísticas da Susep, referentes à soma dos valores de Prêmios Diretos, Contribuições de Previdência e Arrecadação de Capitalização, apurados no período de janeiro a novembro de 2013, divididos pela projeção do PIB calculada para novembro, considerando o valor de junho, obtido no sítio eletrônico do Bacen. Os valores referentes ao Resseguro não foram incluídos porque não representam receita adicional, mas repasse das seguradoras.

Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - Fonte: IBGE e SPE/MF.

OBJETIVO: 0887 - Assegurar a solidez dos fundamentos da economia brasileira, por meio da formulação, execução e supervisão de medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, cambial e de crédito; de um Sistema Financeiro Nacional estável e eficiente, e da administração do endividamento público e dos haveres financeiros e mobiliários da União.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

Em 2013, o cenário econômico mundial permaneceu complexo, com mudanças significativas ao longo do período. No segundo trimestre de 2013, houve elevação na volatilidade dos mercados, com efeitos adversos especialmente nas economias emergentes, onde as condições de financiamento ficaram menos favoráveis, levando a quedas nos mercados acionários e a desvalorizações cambiais.

No Brasil, houve redução nos ativos de alta liquidez devido à elevação da estrutura a termo da taxa de juros e ao aumento da volatilidade nos mercados. Mesmo assim, a liquidez das instituições financeiras permaneceu elevada, atestando o baixo risco de liquidez e elevada capacidade de solvência do sistema bancário brasileiro.

Não obstante a desaceleração no ritmo de crescimento do capital, a ligeira redução na relação capital próprio sobre ativos e o leve incremento na participação de ativos contingentes, a capacidade de solvência do sistema bancário brasileiro permanece em patamar satisfatório, mesmo diante dos efeitos adversos e generalizados sobre a precificação de ativos financeiros causados pela elevação da volatilidade nos mercados. O Índice de Basileia permaneceu em nível elevado e a quase totalidade das instituições financeiras atendendo à exigência regulatória de capital.

Em dezembro de 2013 o Índice de Basileia, que simula a estrutura de capital das instituições financeiras, manteve-se estável, registrando 16,1% - pouco abaixo do índice de dezembro de 2012, 16,4%, e com folga em relação ao mínimo regulatório de 11%. A oscilação se deveu, principalmente, à entrada em vigor dos normativos que regulamentam os preceitos de Basileia III, em outubro de 2013, e que restringem os instrumentos elegíveis a comporem o capital regulatório de “nível 2” das instituições financeiras.

Em 2013, foram editados normativos que disciplinaram aspectos ainda não contemplados da estrutura de capital das instituições financeiras (IFs) recomendada pelo Comitê de Basileia para Supervisão Bancária, como as regras para uso de modelos internos para apuração do requerimento de capital para o risco operacional. Foram também promovidos aprimoramentos na estrutura de capital segundo as recomendações e o cronograma de implementação, em seu conjunto conhecidas por “Basileia III”, referentes à definição do capital, ao requerimento de capital e à divulgação de informações. Essencialmente, as recomendações de Basileia III objetivam aumentar a qualidade e quantidade do capital das IFs, a fim de tornar o sistema financeiro mais resiliente e reduzir riscos e custos para o setor público e para os demais setores da



economia real decorrentes de eventuais crises bancárias. O objetivo primário de Basileia III é aperfeiçoar a capacidade de as IFs absorverem choques provenientes do sistema financeiro ou dos demais setores da economia e ainda reduzir o risco de contágio do setor financeiro sobre o setor real da economia. Em última análise, as recomendações visam auxiliar a manutenção da estabilidade financeira e a promoção do crescimento econômico sustentável.

Quanto à portabilidade de crédito, o Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução nº 4.292, de 19 de dezembro de 2013, aprimorou a regulamentação da portabilidade do crédito, instituindo a obrigatoriedade de utilização de sistema eletrônico para a troca de informações entre as IFs para a efetivação da portabilidade, a pedido do devedor. Essa regra deverá ser observada a partir de maio de 2014.

As operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional alcançaram, em 2013, expansão anual de 14,6%, mantendo nível expressivo e superior ao do crescimento do PIB.

A edição da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, estabeleceu os princípios e objetivos a serem observados pelos arranjos e instituições de pagamento no exercício de suas atividades. Tal Lei instituiu também as condições jurídicas para o Banco Central do Brasil (BCB), com base em diretrizes estabelecidas pelo CMN, regulamentar os mecanismos de pagamento de varejo que permitem ao cidadão realizar pagamentos sem intermediação de uma instituição financeira. Assim, em consonância com as disposições dessa Lei, foram editados normativos pelo CMN e pelo BCB, que estabelecem as regras para a instituição de arranjos de pagamento, bem como para prestação de serviços de pagamento; os processos de autorização, de supervisão e de gerenciamento de risco dos arranjos de pagamento e das instituições de pagamento; e as contas de pagamento.

O CMN, reconhecendo as significativas mudanças pelas quais passa a sociedade brasileira, em especial a expansão da classe média, e os impactos dessas mudanças nos hábitos de consumo da população, inclusive quanto à aquisição de imóveis, promoveu, em setembro de

2013, a revisão dos limites de financiamento imobiliário no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) a fim de ajustá-los à realidade econômica atual. Por meio da Resolução nº 4.271, de 30 de setembro de 2013, o limite máximo de avaliação de imóveis para financiamento passou de R\$500 mil – valor fixado em março de 2009 – para R\$650 mil, podendo chegar a R\$750 mil para imóveis localizados nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo e no Distrito Federal.

O estímulo a investimentos públicos se deu principalmente por meio das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que em 2012 foi ampliado com o PAC Equipamentos. Na segunda etapa do PAC (PAC 2), cerca de R\$ 1 trilhão está previsto para investimento em diversos setores, com ênfase em projetos de energia e no programa Minha Casa, Minha Vida. Em 2013, foi criada a linha especial de crédito Minha Casa Melhor (R\$ 8 bilhões), destinada a financiamentos de bens de consumo duráveis a beneficiários desse Programa.

A Dívida Líquida do setor público alcançou R\$ 1.626,3 bilhões em dezembro (33,6% do PIB), mantendo-se estável, como proporção do PIB, em relação ao mês anterior. A Dívida Líquida do Tesouro Nacional (DLTN) contribuiu com o montante de R\$ 929,5 bilhões em dezembro de 2013 e atingiu 19,3% do PIB, 1,7 p.p. inferior ao montante registrado em dezembro do ano anterior. Comparativamente ao mês anterior, houve diminuição de R\$ 17,6 bilhões, consequência do decréscimo de R\$ 15,2 bilhões na dívida interna líquida e de R\$ 2,4 bilhões no estoque da dívida externa líquida. A Dívida Bruta do Governo Geral (Governo Federal, INSS, governos estaduais e governos municipais) alcançou R\$ 2.748 bilhões em dezembro de 2013, equivalente a 56,8% do PIB, reduzindo-se 1,2 p.p. do PIB em relação a novembro. Essa redução decorreu, principalmente, da queda no volume de operações compromissadas.

Em 2013, o superávit do Governo Central foi de R\$ 75,6 bilhões, o equivalente a 1,55% do PIB. Em linha com as metas emanadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a previsão do Governo era de R\$ 73,0 bilhões para o ano.

Em relação à gestão do endividamento público e dos haveres financeiros e mobiliários da União, foram aferidos mais de R\$ 44 bilhões, decorrentes do recebimento dos haveres financeiros da União perante Estados e Municípios, durante o ano de 2013.

Por fim, registrem-se os avanços alcançados no aperfeiçoamento do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), cujo objetivo é garantir o provimento de informações necessárias à execução das atividades no

âmbito dos Sistemas Estruturadores de Contabilidade Federal, Programação Financeira e Orçamentária Federal. O Siafi conta atualmente com mais de 70.000 usuários cadastrados. A implantação do novo Siafi foi totalmente concluída em 2013, com a entrega do módulo CPR – Contas a Pagar e Receber.

Metas 2012-2015

- **Assegurar o cumprimento da meta de superávit primário para o Governo Central estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias**

Análise Situacional da Meta

O montante apurado no ano de 2013 pela Secretaria do Tesouro Nacional foi de R\$ 75,3 bilhões para o Governo Central. Em linha com as metas emanadas da LDO, a previsão registrada pelo Decreto nº 8.062/2013 para essa esfera era de R\$ 73,0 bilhões para o ano de 2013. O resultado primário foi apurado pela ótica da receita e despesa (metodologia “acima da linha”, que apura o resultado fiscal pela diferença entre fluxos, o que permite melhor acompanhamento da execução orçamentária pelo controle das receitas e despesas), sendo o componente não-financeiro do resultado fiscal do setor público. O valor corresponde ao resultado nominal menos os juros nominais apropriados por competência.

Quantidade alcançada

75,3

Data de Referência

31/12/2013

- **Aumentar a quota do Brasil no FMI e no Grupo Banco Mundial, de forma a refletir sua participação relativa na economia global**

Análise Situacional da Meta

Para a análise desta metas, utiliza-se como base de comparação:

- (i) a média dos últimos 5 anos da participação relativa do Brasil na economia mundial, calculada a partir de dados da base World Economic Outlook Database April 2013, do FMI, atualizada em abril de 2013 (<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/01/weodata/index.aspx>), ou seja, 3,078012%; e
- (ii) a participação em quotas do Brasil no FMI e a participação acionária do país no Grupo Banco Mundial (ambos tiveram medição de 1,79 em dezembro de 2013).

Desde 2010, a quota do Brasil no Grupo Banco Mundial vem se reduzindo sucessivamente (caiu de 78,7400% em 2010 a 58,1544% em 2013). É importante ressaltar que o aumento da sub-representação do Brasil no Grupo Banco Mundial ocorreu primeiramente devido ao aumento da participação da economia brasileira na economia mundial, demonstrado por recente atualização da base de dados. Essa situação também foi agravada pela não subscrição de ações referentes aos aumentos seletivo e geral de capital de 2010 por parte do Brasil e concomitante integralização por outros membros, que diluiu a participação acionária do país. Tal situação poderá ser, no entanto, corrigida mediante integralização das ações às quais o Brasil tem direito.

No caso da quota do Brasil no FMI, desde 2010 houve um aumento. O índice de referência de 2010 era 53,0600% e a medição em dezembro de 2013 foi de 58,1544%.

- **Implementar diretrizes de política econômica com vistas ao crescimento sustentado e à solidez das contas públicas, com estabilidade de preços e promoção da competitividade**

Análise Situacional da Meta

Algumas diretrizes implantadas no ano de 2013 merecem destaque, quais sejam:

- 1) Foco nos investimentos como forma de aumentar a competitividade: A expansão dos investimentos é parte essencial da estratégia de desenvolvimento do país. A expansão da economia brasileira em 2013 teve como destaque a mudança de composição de crescimento com os investimentos aumentando em ritmo mais intenso do que o consumo, resultado consistente com o foco da política econômica de estimular a expansão dos investimentos na economia. No ano, o PIB cresceu 2,3%, ante expansão de 1,0% no ano anterior. O resultado anual foi liderado, do lado da demanda, pela



formação bruta de capital fixo (FBCF), que cresceu 6,3%, ante expansão de 2,3% no consumo das famílias, e de 1,9% no consumo do governo. Do lado da oferta, destaque-se a retomada do crescimento da indústria, 1,3%, após queda observada em 2012.

2) Continuidade do Plano Brasil Maior: Implementação de medidas de política industrial, tecnológica e de comércio exterior relacionadas à política industrial de incentivos à produção e ao investimento. O Governo ampliou os setores beneficiados com a desoneração da folha de pagamentos, anunciou medidas para reduzir o custo da energia, e manteve o programa de financiamento do investimento com baixos custos por meio do PSI/BNDES. Dentre outras medidas, destacam-se: benefícios fiscais relacionados a produtos industriais; financiamento do comércio exterior; defesa comercial com operações que visam evitar fraudes e triangulações (circumvention); financiamento para a produção, investimento e inovação; e o novo regime automotivo, com incentivos para pesquisa, desenvolvimento e inovação.

3) Margens de Preferência nas Compras Governamentais: Instituição de margem de preferência de até 25% para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras com o objetivo de fomentar o desenvolvimento sustentável. A partir de 2011, foram editados 16 decretos autorizando a concessão de margem de preferência para produtos de origem nacional dos setores têxtil, máquinas e equipamentos, produtos médicos, veículos para vias férreas e equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, dentre outros.

4) Estímulo a investimentos públicos: Esse estímulo se dá por meio das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que em 2012 foi ampliado com o PAC-Equipamentos. Na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), cerca de R\$ 1 trilhão está previsto para investimento em diversos setores, com ênfase em projetos de energia e no programa Minha Casa, Minha Vida. Em 2013, foi criada mais uma linha especial de crédito (R\$ 8 bilhões) destinada a financiamentos de bens de consumo duráveis a beneficiários desse Programa.

5) Política de valorização do salário mínimo: Em 2013, o valor do salário mínimo foi reajustado de R\$ 622 para R\$ 678, a partir do dia 1º de janeiro, perfazendo reajuste de 9% (a partir do dia 1º de janeiro de 2014, o valor do salário mínimo foi reajustado de R\$ 678 para R\$ 724, perfazendo reajuste de 6,8%). Outro fato relevante foi o comportamento da renda dos mais pobres, que continuou mostrando taxas de crescimento superiores à média. Dados de 2012 mostram que o crescimento real da renda domiciliar per capita para os 20% mais pobres foi de 12,5%, enquanto o rendimento domiciliar per capita cresceu 8% para toda a população.

6) Robustos fundamentos fiscais: Os resultados das contas públicas têm sustentado a Dívida Líquida do Setor Público em 33,6% (posição de dezembro de 2013), ou seja, o menor valor da série. Associado a isso, a contínua melhoria do perfil da Dívida Pública Federal, em termos de prazo e composição, tem se refletido nas taxas dos títulos brasileiros emitidos no exterior.

• Instituir novas diretrizes e/ou modificar a legislação financeira, tributária e creditícia, com ênfase nos aspectos que propiciem a otimização dos recursos alocados na implementação de políticas públicas

Análise Situacional da Meta

Num ambiente com taxas de juros de curto prazo mais baixas, o investimento produtivo passou a ser relativamente mais vantajoso, ampliando-se as potencialidades da economia brasileira. Nesse sentido, o Governo tem ampliado o investimento público e tomado importantes medidas de estímulo ao investimento privado.

1) Ampliação do investimento do setor público, como proporção do PIB: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) continua sendo instrumento essencial para garantir que o investimento se mantenha como uma das principais forças impulsionadoras do desenvolvimento. O Programa já executou R\$ 773,4 bilhões até 31 de dezembro de 2013, atingindo 76,1% do orçamento previsto em ações de infraestrutura e desenvolvimento social para o período 2011-2014. Esse percentual é maior que o tempo transcorrido desde o início do programa que é de 75%. O desempenho do PAC 2, em 2013, de R\$ 301 bilhões, foi 12% maior do que o verificado em 2012.

2) Ampliação e prorrogação do Programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES PSI Bens de Capital) até o final de 2014, por meio do qual são oferecidos empréstimos com taxas de juros de longo prazo para aquisição ou exportação de bens de capital.

3) Introdução do programa de depreciação acelerada incentivada de caminhões e vagões.

- 4) Redução a zero do prazo de apropriação dos créditos de PIS/COFINS sobre aquisição de bens de capital.
- 5) Desoneração permanente do IPI sobre caminhões e bens de capital.
- 6) Redução do IPI para material de construção: adotado em 2009, foi estendido em 2013 por prazo indeterminado, sendo ampliada a lista de produtos incluídos na desoneração.
- 7) Estímulo à inovação tecnológica como instrumento indutor do aumento da competitividade da indústria nacional, com manutenção de incentivos fiscais para novas plantas da indústria de semicondutores no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria (Padis).
- 8) Na área de infraestrutura, a edição da Medida Provisória nº 595, em 6 de dezembro de 2012, proporcionou a introdução de um novo marco regulatório para os portos, permitindo a ampliação da oferta de serviços portuários, a redução tarifária e ganhos de eficiência, fundamentais para a superação de gargalos e ampliação dos investimentos privados.
- 9) Redução dos custos da produção: o Governo Federal tem atuado para melhorar a competitividade da economia por meio da redução dos custos de produção, com destaque para as ações de desoneração da folha de pagamentos e da redução do custo da energia elétrica.
- 10) A desoneração da folha de pagamentos, iniciada em 2011 com três setores, foi ampliada para mais onze em 2012. Outros 26 setores foram contemplados a partir de janeiro de 2013 e, a partir de abril, o benefício foi estendido para os setores de construção civil e comércio varejista. Cinquenta segmentos do setor industrial, comércio, serviços, transportes e construção foram beneficiados pela desoneração da folha até dezembro de 2013. A partir de janeiro de 2014, a medida contemplará 56 segmentos de atividade econômica.
- 11) Redução do custo de energia elétrica (em média de 20,2%) para os consumidores residenciais e industriais, em percentual que variará conforme a tensão.

• **Manter a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA no intervalo estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional - CMN**

Análise Situacional da Meta

O IPCA avançou 5,91% nos doze meses encerrados em dezembro de 2013, comparativamente a 5,84% até dezembro de 2012. A inflação ao consumidor acumulada em doze meses vem numa trajetória descendente desde julho.

O aumento de preços no ano se deveu, em grande medida, à depreciação cambial ocorrida nos últimos semestres, além de recentes pressões no setor de transportes, dentre outros fatores.

Não obstante a elevação ante o observado em 2012, a inflação se posicionou dentro do intervalo de tolerância fixado para o ano, nos termos do Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999, que estabelece os parâmetros para o Regime de Metas no Brasil, e da Resolução nº 3.991, de 30 de junho de 2011, que fixou a meta para a inflação e seu intervalo de tolerância para o ano de 2013.

Quantidade alcançada

5,91

Data de Referência

31/12/2013

• **Promover o enquadramento das Instituições do Sistema Financeiro Nacional às exigências de capitalização**

Análise Situacional da Meta

Analisando os resultados aferidos no ano de 2013, veremos que o indicador de Nível de Enquadramento às Exigências de Capitalização apresentou resultado de 99,8% de enquadramento para a data-base de dezembro de 2013. Se analisarmos o comportamento desse indicador mais detalhadamente, veremos que ele teve desempenho superior à meta de 99,7% durante todos os meses do ano, oscilando entre 99,8 e 99,99%. O valor relativo ao desenquadramento é originado em algumas instituições de pequeno porte, sobretudo corretoras de títulos e valores imobiliários e pequenas cooperativas de crédito. Tomando-se como base o mês de dezembro de 2013, tínhamos 22 instituições desenquadradas, que, somadas, representavam um patrimônio inferior a R\$ 400 milhões de um total de R\$ 500,8 bilhões de Patrimônio de Referência Exigível consolidado para o Sistema Financeiro Nacional na mesma data base. Conclui-se, assim, ser



bastante sólido o nível de capitalização das instituições do sistema financeiro brasileiro.

Quantidade alcançada

99,8

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0889 - Propor e/ou aperfeiçoar medidas regulatórias voltadas às atividades econômicas e ao mercado de captação de poupança popular.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

Visando a aumentar a eficiência econômica, o Ministério da Fazenda (MF) se manifesta sobre a regulação das atividades de prestação de serviços públicos e de infraestrutura, de comércio, de serviços e do setor industrial. O trabalho é feito no sentido de identificar possibilidades de aprimoramentos em estruturas regulatórias vigentes ou propostas com o intuito de remover entraves desnecessários e nocivos à concorrência. Há também outras três grandes áreas de atuação: (1) autorização e fiscalização para a distribuição gratuita de prêmios e captação de poupança popular; (2) autorização e fiscalização de planos de sorteios relativos às extrações lotéricas vinculadas a corrida de cavalos (sweepstakes), bem como de outras modalidades de loteria turfística autorizadas; e (3) autorização, homologação, fiscalização e monitoramento das loterias exploradas pela Caixa Econômica Federal.

Em 2013, o MF continuou a se manifestar para aperfeiçoar as medidas de regulação apresentadas pelas agências reguladoras, com destaque para os setores de transportes, energia, telecomunicações, saúde, e também de prêmios e sorteios.

Metas 2012-2015

• **Realizar 2.400 eventos de homologação e acompanhamento de promoções e sorteios com fins comerciais**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, o Ministério da Fazenda realizou 1264 eventos de homologação e acompanhamento de promoções e sorteios com fins comerciais, para uma meta anual prevista de 600 eventos. Esse bom resultado deveu-se ao aumento no número de promoções comerciais realizadas por shopping centers, associações comerciais e instituições financeiras e às promoções comerciais relacionadas à Copa das Confederações de 2013.

Considerando-se o resultado de 1.109 eventos em 2012, a quantidade alcançada desde o início do PPA até agora foi de 2.373.

Quantidade alcançada

2.373

Data de Referência

31/12/2013

• **Realizar 300 manifestações sobre regulação de atividades econômicas**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, O Ministério da Fazenda (MF) realizou 370 manifestações sobre regulação de atividades econômicas, contra uma previsão de 75 para todo o ano. Considerando-se o resultado de 305 manifestações em 2012, a quantidade alcançada desde o início do PPA até agora foi de 675.

Quantidade alcançada

675

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0893 - Viabilizar a inclusão social da população desassistida de serviços financeiros, por meio de produtos e serviços bancários dos bancos públicos federais para população de baixa renda.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

Em 2013, a Caixa Econômica Federal contratou o valor de R\$ 769 milhões na linha de Crédito Caixa Fácil Rotativo, empréstimo emergencial destinado à população de baixa renda. Foram 2.603.623 operações, alcançando 527% dos R\$ 146 milhões inicialmente previstos.

As contratações de seguro e previdência somaram R\$ 144.974.455, o que corresponde a 134,98% do inicialmente previsto.

Ainda em 2013, foram abertas pela Caixa 1.449.365 contas, o equivalente a 96% do previsto para o ano. Assim, mantém-se a contribuição para a bancarização da população de baixa renda.

Por sua vez, da parte do Banco do Brasil (BB), são realizados negócios sociais junto aos beneficiários da Estratégia Negocial DRS – Desenvolvimento Regional Sustentável. Negócios Sociais são iniciativas economicamente rentáveis que buscam soluções para problemas sociais, utilizando mecanismos de mercado, com o objetivo de resolver desigualdades socioeconômicas, de forma sustentável, garantindo renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos.

A atuação do BB é realizada por meio de soluções aderentes e adaptadas a programas sociais do Governo nos quais o Banco é agente executor, tais como: FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), MCMV (Minha Casa Minha Vida), MPO (Microcrédito Produtivo Orientado), Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e BB Crédito Acessibilidade, integrando e otimizando os esforços da Rede de Agências em prol dos Negócios Sociais, em conjunto com a estratégia DRS, além de estratégias específicas de atuação territorial com foco nos centros urbanos, nas oportunidades dos grandes eventos esportivos, parcerias em desenvolvimento sustentável com governos, empresas e entidades.

Em 2013, havia 380.598 beneficiários da estratégia DRS, detentores de operações que compõem o portfólio de Negócios Sociais.

O Banco do Nordeste, por sua vez, contribui para a inclusão social da população desassistida de serviços financeiros através de seus dois programas de microcrédito: Crediamigo, atendendo às necessidades de microcrédito urbana e o Agroamigo voltado ao atendimento das necessidades de financiamento dos agricultores familiares, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Metas 2012-2015

- **Realizar a inclusão social da população de baixa renda, por intermédio do acesso a produtos e serviços financeiros e capacitar os novos clientes de baixa renda em educação financeira**

Análise Situacional da Meta

A Caixa contratou o valor de R\$ 769 milhões na linha de Crédito Caixa Fácil Rotativo, linha emergencial destinada à população de baixa renda.

OBJETIVO: 0894 - Desenvolver o mercado de valores mobiliários por meio de uma regulação clara e eficaz e de ações de supervisão e disseminação de informações, de modo a estimular a formação de poupança e ampliar, de forma sustentável e equilibrada, a sua aplicação em setores mais dinâmicos e inclusivos da economia brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

Em 2013 foi dada continuidade ao planejamento das atividades de supervisão segundo um modelo baseado em risco, conforme determinado pela Resolução nº 3.427/06 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Com base nesse modelo, a CVM destina maior atenção a mercados, produtos e entidades supervisionadas que demonstram maior probabilidade de apresentar falhas em sua atuação e representam potencialmente um dano maior para os investidores ou para a integridade do mercado de valores mobiliários.



As ações preventivas de supervisão realizadas ao longo do exercício foram direcionadas às empresas, fundos de investimento, auditores independentes, mercado e intermediários, nos termos estabelecidos no Plano Bienal 2013-2014, divulgado no sítio institucional da entidade (http://www.cvm.gov.br/port/public/publ/revista/menu_SUPERVISAO_BASEADA_EM_RISCO.asp) juntamente com os Relatórios Semestrais de execução, o que representa o integral alcance das metas de supervisão estabelecidas no âmbito do PPA.

A respeito das atividades de regulação do mercado, merece destaque a edição das Instruções CVM nº 531, 537, 539, 541, 542, 543 e 544, além dos normativos destinados à aprovação de pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que dispuseram, entre outros assuntos, sobre a elaboração e apresentação de demonstrações contábeis combinadas e sobre os critérios para compilação, elaboração e apresentação de informações financeiras pro forma.

A Instrução CVM nº 531 aperfeiçoou a regulamentação dos fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC); a Instrução CVM nº 537 possibilitou a constituição de fundos de investimento de índices de mercado (Fundos de Índice) baseados em índices de renda fixa; e a Instrução CVM nº 539 regulamentou o dever de verificação da adequação de um produto, serviço ou operação ao perfil do cliente, o que deve ser observado pelas pessoas habilitadas a atuar como integrantes do sistema de distribuição e pelos consultores de valores mobiliários ao realizarem recomendações a seus clientes.

As Instruções nº 541, 542, 543 e 544 regulamentaram a prestação de serviços relacionados à infraestrutura de mercado. Tais normas foram editadas com a finalidade de modernizar e aprimorar o regime aplicável a importantes atividades de infraestrutura de mercado relacionadas à existência e detenção de ativos financeiros ofertados publicamente ou negociados em mercados organizados. O principal objetivo das novas normas é assegurar condições para o desenvolvimento seguro do mercado brasileiro, em linha com os princípios e padrões debatidos mundialmente como adequados a impedir novas crises financeiras. As novas normas asseguram que os valores mobiliários negociados no mercado brasileiro – e seus respectivos lastros – de fato existem, que eles se encontram disponíveis para negociação e que, uma vez adquiridos, eles pertençam ao investidor que os tenha adquirido. Tal modelo se apoia sobre uma cadeia de obrigações e de responsabilidades que envolve os escrituradores, os custodiantes e os depositários centrais.

Quanto ao processo de regulamentação da CVM especificamente, deve ser destacado o avanço obtido no que se refere a uma das metas estabelecidas no PPA, que tem por objetivo mensurar o grau de introdução de metodologia de Análise de Impacto Regulatório – AIR. Nesse cenário, configura-se provável o alcance da meta definida para 2015, que consiste em dotar a entidade de capacidade para realização de suas atividades de regulamentação com base em metodologia de AIR. No âmbito das emissões de valores mobiliários, a oferta pública inicial de ações da BB Seguridade Participações S/A foi a maior do mundo em 2013, no valor aproximado de R\$ 11,5 bilhões. No lançamento dos papéis, as ações ordinárias foram adquiridas por 114.335 investidores, dos quais 103.359 foram pessoas físicas. Trata-se da segunda maior oferta pública da história do mercado de ações brasileiro.

Com relação às atividades de proteção e orientação aos investidores, a CVM lançou, por meio de seu Comitê Consultivo de Educação, o livro “Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro”. A obra, que tem por finalidade apoiar o ensino de disciplinas sobre o mercado de valores mobiliários em instituições de ensino superior, traz informações sobre a estrutura e o funcionamento desse mercado em linguagem didática e está disponível ao público de forma gratuita no Portal do Investidor (www.portaldoinvestidor.gov.br) e no sítio institucional da entidade (www.cvm.gov.br).

Outra obra lançada pela CVM em 2013, desta vez em parceria com a Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça (Senacon/MJ), foi o 5º Boletim de Proteção do Consumidor/Investidor, intitulado “O Acionista e o Direito à Informação”, com o objetivo de apresentar ao cidadão orientações gerais sobre as informações que as companhias abertas devem divulgar ao mercado e à sociedade.

Ainda no âmbito da proteção do investidor, a Instrução CVM nº 529 tornou obrigatório o estabelecimento de serviços de ouvidoria pelas instituições participantes do mercado de valores mobiliários, com o objetivo de aprimorar e agilizar o atendimento aos investidores. De modo a garantir que a regra alcance a sua finalidade, a CVM realiza o monitoramento da qualidade dos serviços prestados pelas ouvidorias.

No que tange à atuação internacional, em 2013 foram iniciadas as atividades do Comitê 8 da Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO). O Comitê tem por tema central a educação de investidores e é coliderado pela CVM. Quanto à aderência aos princípios globais definidos pela IOSCO, as práticas de regulação do mercado de valores mobiliários são avaliadas a cada cinco anos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial. Na mais recente avaliação, realizada em 2012, num total de 37 princípios, a CVM teve 31 considerados como total ou amplamente implementados, o que demonstra a adoção, pelo Brasil, dos melhores padrões internacionais.

Em 2013, a Comissão Europeia considerou a regulação que trata dos auditores independentes no Brasil em linha com as regras vigentes na União Europeia (UE). Esta equivalência permite que países membros atenuem a aplicação de certas provisões de registro e supervisão de auditores brasileiros que emitam parecer relativo a demonstrações financeiras preparadas por entidades sediadas fora da UE e cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação em mercados regulados em um país.

Por fim, em relação ao Financial Stability Board (FSB), órgão criado pelo G20 para identificar vulnerabilidades, desenvolver e implementar políticas de regulação e supervisão no interesse da estabilidade financeira, a CVM participou das três reuniões plenárias que ocorreram em 2013.

Metas 2012-2015

- **Direcionar as ações de supervisão e regulação do mercado de valores mobiliários para a mitigação dos principais riscos relacionados ao desempenho das atribuições legais conferidas à CVM pela Lei nº 6.385/1976, objetivando uma abordagem mais preventiva do que reativa e a racionalização da aplicação dos recursos humanos e materiais. Entre 2012 e 2015, deverão ser elaborados e divulgados: - 2 Planos Bienais de Supervisão Baseada em Risco - 8 Relatórios Semestrais de Execução dos Planos Bienais de Supervisão Baseada em Risco**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 a CVM deu continuidade ao planejamento de suas atividades segundo um modelo de supervisão baseada em risco, nos termos da Resolução nº 3.427/06 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Conforme planejado, no decorrer do exercício foram divulgados dois relatórios semestrais: o primeiro, no mês de junho, referente às atividades desenvolvidas no segundo semestre de 2012; o segundo, no mês de outubro, referente às atividades desenvolvidas no primeiro exercício do ano de 2013. Os relatórios podem ser acessados em http://www.cvm.gov.br/port/public/publ/revista/menu_SUPERVISAO_BASEADA_EM_RISCO.asp.

- **Realizar as atividades de regulamentação com base em metodologias de AIR - Análise do Impacto Regulatório / CBA - Cost-benefit Analysis**

Análise Situacional da Meta

A Análise de Impacto Regulatório (AIR) tem como objetivo mensurar o grau de desenvolvimento do processo de inserção da AIR no âmbito da CVM. As seguintes ações, previstas para 2013, foram concluídas no mês de dezembro e apresentadas ao órgão Colegiado da entidade: i) levantamento das diferentes visões existentes sobre AIR, quanto aos seus objetivos gerais e específicos; ii) levantamento das alternativas existentes quanto ao escopo das análises, bem como a extensão e aplicabilidade da análise e iii) elaboração de diferentes alternativas de inserção da AIR dentro do processo decisório na CVM.

- **Realizar a supervisão das companhias de capital aberto, fundos de investimento, auditores independentes, intermediários e autorreguladores com base em um sistema de supervisão baseada em riscos**

Análise Situacional da Meta

A CVM realizou durante o ano ações preventivas de supervisão com base no Plano Bienal de Supervisão Baseada em Risco estabelecido para o período 2013-2014, contemplando a supervisão de companhias de capital aberto, auditores independentes, fundos de investimento, intermediários e autorreguladores. Com isso, a meta estabelecida para o exercício (disponível em <http://www.cvm.gov.br/port/infos/Plano%20Bienal%20CVM%202013-2014.pdf>) foi alcançada. As ações desenvolvidas no primeiro semestre de 2013 foram apresentadas ao Colegiado da autarquia e ao Conselho Monetário Nacional e divulgadas à sociedade no sítio institucional da entidade (www.cvm.gov.br, menu Supervisão Baseada em Risco) no mês de outubro. As ações desenvolvidas no segundo semestre serão divulgadas em



2014 por meio de relatório específico.

- **Reduzir o tempo de trâmite dos processos sancionadores por meio do mapeamento de seus fluxos e da definição de indicadores de desempenho**

Análise Situacional da Meta

Os direcionadores estratégicos da CVM para o período 2013-2023 foram estabelecidos no primeiro semestre de 2013.

Dos 15 objetivos estratégicos definidos, um está intimamente relacionado aos processos investigativos e sancionadores, que devem ser céleres, eficientes e produzir o efeito pedagógico necessário à efetiva inibição de irregularidades. Por essa razão, no início do segundo semestre de 2013 o Comitê de Governança Estratégica aprovou um projeto direcionado ao estabelecimento de metas ordinárias de prazo em relação a todas as etapas de um procedimento ou processo administrativo sancionador. Até o mês de dezembro, foram estabelecidos marcos temporais para identificar prazos despendidos nas várias etapas do processo, além das principais dificuldades enfrentadas pelas áreas técnicas. A conclusão do projeto está prevista para 2014, incluindo a definição das metas ordinárias de prazos com o objetivo de reduzir o tempo de tramitação.

OBJETIVO: 0895 - Desenvolver os mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, protegendo os direitos dos consumidores, por meio de regulamentação clara e eficaz, de ações de supervisão e de atendimento e orientação à sociedade.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

Em 2013, foi publicada uma série de normas regulamentando o microsseguro. A Resolução nº 244/2011 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) definiu as diretrizes sobre as operações de microsseguro, a Resolução CNSP nº 262/2012 e a Resolução CNSP nº 263/2012 estabeleceram, respectivamente, as regras e procedimentos para a constituição das provisões técnicas das sociedades autorizadas a operar exclusivamente com microsseguros e o capital mínimo requerido para autorização e funcionamento das sociedades autorizadas a operar exclusivamente com microsseguros. Assim, foi regulamentada a contratação do microsseguro por meios remotos e dos novos canais de distribuição como: corretor de microsseguros, correspondentes de microsseguros e a oferta de planos de microsseguro por intermédio de correspondentes de instituições financeiras, além da criação das microsseguradoras.

A meta de crescimento de 30% das reservas de seus mercados supervisionados já foi alcançada, uma vez que de janeiro de 2012 a novembro de 2013, tais reservas aumentaram em 31,82%.

Quanto ao fomento aos mercados de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta, por meio de regulamentação, em 2013 a meta anual de fiscalização foi ultrapassada. A Superintendência de Seguros Privados (Susep) realizou, durante o período, 226 ações, superando a programação de 216. Os dados revelam um crescimento nas ações de fiscalização desde meados de 2011. Naquele ano, foram realizadas 192 ações; em 2012, 216.

A Susep passou a publicar em seu site (www.susep.gov.br) o plano de fiscalização da autarquia, com o cronograma das empresas que serão fiscalizadas durante o período. O objetivo da medida foi tornar mais transparente o processo e evitar qualquer tipo de especulação quanto ao ordenamento das operadoras que serão fiscalizadas.

Outra decisão importante foi impedir que uma companhia ficasse mais de dois anos sem contar com fiscalização in loco.

Quanto ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos destinados à inclusão social e financeira, por meio do microsseguro, foram publicadas uma série de normas no âmbito do CNSP e da Susep regulamentando esse instrumento: Resolução CNSP nº 244/2011, Resolução CNSP nº 262/2012, Resolução CNSP nº 263/2012, Circular Susep nº 439/2012, Circular Susep nº 440/2012, Circular Susep nº 441/2012, Circular Susep nº 442/2012, Circular Susep nº 443/2012, Circular Susep nº 444/2012. A questão tributária depende de aprovação do Projeto de Lei nº 3.266/2008, que está tramitando no Congresso. Foram protocolados oito planos de microsseguros. Verifica-se ainda a necessidade de efetuar ajustes nas Circulares de Microsseguros em virtude da análise dos produtos protocolados a fim de aprimorá-las e fomentar ainda mais esse segmento. Foi retirada a limitação da contratação de até dois planos de microsseguro de pessoas

sobre o(s) mesmo(s) risco(s) coberto(s), para um mesmo segurado por sociedade seguradora.

Por fim, em relação à supervisão dos mercados de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta, tem-se que, em outubro de 2013, último período com dados disponíveis, 92% das empresas desses mercados estavam alinhadas às regras de capital baseado em risco. Desconsidera-se a parcela referente ao risco de subscrição de vida e previdência, cuja obrigatoriedade somente se deu a partir de janeiro de 2014.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver os Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, buscando a formação de poupança popular e a proteção da sociedade contra prejuízos financeiros, aumentando em 30% as reservas desses mercados corrigidas pelo IPCA ou outro índice que, porventura, venha a substituí-lo no período 2012-2015**

Análise Situacional da Meta

Do início do PPA até 30/6/2013, o valor das reservas de mercado de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização aumentou para R\$ 460,6 bilhões. Isso representa um crescimento de 31,2% em relação ao início do PPA (janeiro de 2012).

A maior parcela do crescimento das reservas é representada pelas contribuições dos participantes dos planos de previdência. Estas contribuições são quase que integralmente adicionadas ao saldo das provisões técnicas, tendo em vista a baixa conversão em benefícios ou resgates no atual estágio de desenvolvimento dos mercados previdenciários. Outra parcela (menos representativa) do crescimento refere-se à capitalização atuarial das reservas, ou seja, reflete a taxa de juros contratual e a própria rentabilidade dos fundos em que os recursos são aplicados.

Para o próximo exercício são esperados impactos positivos no nível das contribuições, tendo em vista um cenário de maior crescimento econômico. Houve uma reversão com a subida da taxa de juros da economia que trará um aumento nas reservas dos fundos – PGBL e VGBL.

De qualquer modo, espera-se que a meta de aumento de 30% do valor das reservas até 2015 seja superada.

Quantidade alcançada

31,82

Data de Referência

30/11/2013

OBJETIVO: 0896 - Propiciar garantia de cobertura por parte da União para segmentos em que o setor privado não está presente ou atua com restrições, de forma a viabilizar a contratação de financiamentos e estabelecer um instrumento para a gestão desta garantia. Assegurar a sustentabilidade do Fundo de Garantia à Exportação - FGE, promover o desenvolvimento de novas coberturas e viabilizar a recuperação de créditos da União em razão de indenizações pagas pelo FGE ou relativas ao extinto Fundo de Financiamento às Exportações.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

A concessão de garantia de cobertura pela União, por intermédio do Seguro de Crédito à Exportação (SCE), ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), para viabilizar operações de crédito à exportação de micro, pequenas e médias empresas sempre foi um objetivo a ser alcançado com o intuito de diversificar a pauta de exportação e aumentar o número de exportadores beneficiados por esse instrumento de apoio oficial.

Essa dificuldade foi superada por intermédio de alterações normativas efetuadas no exercício de 2008, que passaram a permitir que a União, por intermédio de SCE, concedesse garantia de cobertura para a produção exportável e, também, para operações de crédito à exportação com prazo inferior a dois anos. Em 2013, foram aprovados US\$ 9.060.987.992,00 em garantia.

Ainda em 2013, foi concluído e aprovado o modelo de Certificado de Garantia de Cobertura para Micro, Pequenas e Médias Empresas na modalidade pós-embarque. O modelo de certificado para a modalidade pré-embarque está ainda sob análise jurídica.



A elaboração de um sistema pela instituição habilitada a operar o SCE para receber as demandas dos exportadores permitiu, inicialmente, que fosse estabelecido um procedimento de como essas operações de crédito à exportação seriam analisadas e precificadas em relação aos riscos a serem assumidos pela União.

Metas 2012-2015

- **Disponibilizar ao mercado a garantia de cobertura pela União para operações financeiras que não são plenamente atendidas pelo setor privado**

Análise Situacional da Meta

Essa meta representa o principal objetivo de funcionamento do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), que atua nas lacunas de atuação do setor privado no seguro de crédito à exportação. Atualmente, essa meta é atendida pela introdução do produto de cobertura de crédito à exportação com prazo inferior a dois anos a micro, pequenas e médias empresas. Sobre a confecção desse novo certificado, registra-se que houve novos entendimentos com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que sugeriu aprimoramentos ao produto. Algumas das sugestões da Febraban foram incorporados à minuta do certificado e estão em análise na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Está sob análise jurídica o modelo sugerido para a fase pré-embarque.

- **Estabelecer um procedimento de recuperação de crédito em razão do pagamento de indenizações pelo Fundo de Garantia às Exportações - FGE**

Análise Situacional da Meta

O procedimento de recuperação existe e está em contínuo processo de aprimoramento. Os créditos privados são renegociados por advogados contratados pela prestadora de serviços, com aval do Ministério da Fazenda. Os créditos públicos são renegociados no Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (Comace). Encontra-se em discussão jurídica a edição de uma portaria para agilizar a tomada de decisões nos casos de inadimplimentos no setor aeronáutico. Houve, ainda, a interação com escritórios de advocacia para melhor mapeamento desse processo. Até o momento foram desenvolvidos diversos mecanismos, como recuperação via Seguradora (Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE), recuperação com a ajuda do próprio agente financeiro (por exemplo, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES), e mesmo recuperação via Advocacia Geral da União. Todos vem funcionando parcialmente, em vista de necessidade de implementação de medidas jurídicas.

Atualmente, o volume de créditos em atraso é de US\$ 22 milhões, e o valor estimado de recuperação é de US\$ 11 milhões (50%).

- **Renegociar todos os créditos oficiais soberanos brasileiros em atraso, relativos ao extinto Fundo de Financiamento às Exportações (ex-FINEX), com vistas à melhor recuperação possível**

Análise Situacional da Meta

Os créditos oficiais brasileiros inadimplidos no exterior (devidos por terceiros países) são renegociados no Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (Comace). Quando alcançado o acordo bilateral entre o país devedor e o Brasil, a documentação pertinente à renegociação é encaminhada à PGFN, que completa o processo com o seu parecer jurídico, para posterior encaminhamento à Presidência da República, que, por sua vez, submete as condições da renegociação da dívida à apreciação e aprovação do Senado Federal. Em sendo aceitas as condições do acordo bilateral pelo Senado, a PGFN, como representante do governo brasileiro no âmbito do pacto, firma com as autoridades do país devedor o acordo de renegociação.

Em 2013, foram assinados três contratos de reestruturação de dívida oficial, iniciativas que já estão resultando no retorno de parte dos créditos oficiais ao exterior inadimplidos e que envolvem a recuperação de US\$ 32.041.627,40. Além disso, em 2013, foram encaminhados processos para autorização do Senado Federal que envolvem recuperação de créditos da ordem de US\$ 137.842.466,41, de um total de US\$ 799.030.797,87 de dívidas oficiais de países com o Brasil.

**Programas de Gestão, Manutenção
e Serviços ao Estado**

PROGRAMA: 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	77.963.436	86.719.597	86.132.894
Despesas Correntes	77.963.436	86.719.597	86.132.894
Despesas de Capital	0	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	77.963.436	86.719.597	86.132.894

PROGRAMA: 0550 - Controle Externo**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.021.149	1.073.933	960.125
Despesas Correntes	925.562	972.250	946.756
Despesas de Capital	95.587	101.684	13.369
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	1.021.149	1.073.933	960.125

PROGRAMA: 0551 - Atuação Legislativa do Senado Federal**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.329.325	2.321.180	2.031.936
Despesas Correntes	2.262.893	2.254.816	2.022.976
Despesas de Capital	66.432	66.364	8.960
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	2.329.325	2.321.180	2.031.936

PROGRAMA: 0553 - Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.736.353	3.668.372	3.176.138
Despesas Correntes	3.478.325	3.438.558	3.164.278
Despesas de Capital	258.029	229.813	11.859
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	3.736.353	3.668.372	3.176.138

PROGRAMA: 0565 - Prestação Jurisdicional do Supremo Tribunal Federal**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	415.723	428.668	346.794
Despesas Correntes	372.568	384.914	338.235
Despesas de Capital	43.155	43.754	8.558
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	415.723	428.668	346.794

PROGRAMA: 0566 - Prestação Jurisdicional Militar**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	228.660	255.541	225.706
Despesas Correntes	214.667	240.326	223.924
Despesas de Capital	13.994	15.215	1.782
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	228.660	255.541	225.706

PROGRAMA: 0567 - Prestação Jurisdicional no Distrito Federal**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.508.983	1.635.369	1.498.893
Despesas Correntes	1.438.167	1.533.306	1.490.220
Despesas de Capital	70.816	102.064	8.673
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	1.508.983	1.635.369	1.498.893

PROGRAMA: 0568 - Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	811.434	839.293	728.828
Despesas Correntes	777.295	787.687	724.932
Despesas de Capital	34.139	51.606	3.895
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	811.434	839.293	728.828

PROGRAMA: 0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	6.883.073	7.256.396	6.785.793
Despesas Correntes	6.569.747	6.970.693	6.733.139
Despesas de Capital	313.327	285.703	52.654
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	6.883.073	7.256.396	6.785.793

PROGRAMA: 0570 - Gestão do Processo Eleitoral**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.911.308	4.143.945	3.498.469
Despesas Correntes	3.567.241	3.774.817	3.470.692
Despesas de Capital	344.068	369.128	27.777
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	3.911.308	4.143.945	3.498.469

PROGRAMA: 0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	10.899.106	11.902.756	10.889.491
Despesas Correntes	10.205.189	11.214.851	10.732.630
Despesas de Capital	693.917	687.905	156.861
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	10.899.106	11.902.756	10.889.491

PROGRAMA: 0581 - Defesa da Ordem Jurídica**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.770.666	4.082.041	3.583.092
Despesas Correntes	3.396.082	3.692.048	3.530.661
Despesas de Capital	374.584	389.994	52.432
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	3.770.666	4.082.041	3.583.092

Plano
Mais Brasil

PROGRAMA: 0781 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	0	0	0
Despesas Correntes	0	0	0
Despesas de Capital	0	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	3.432.367	3.267.634	1.803.902
Totais	3.432.367	3.267.634	1.803.902

PROGRAMA: 0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	0	0	0
Despesas Correntes	0	0	0
Despesas de Capital	0	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	5.993.915	6.012.418	4.449.100
Totais	5.993.915	6.012.418	4.449.100

PROGRAMA: 1389 - Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	229.559	198.270	75.193
Despesas Correntes	156.515	129.033	73.852
Despesas de Capital	73.043	69.238	1.342
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	229.559	198.270	75.193

PROGRAMA: 2100 - Controle da Atuação e Fortalecimento Institucional do Ministério Público

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	76.956	74.834	55.241
Despesas Correntes	67.956	65.834	54.634
Despesas de Capital	9.000	9.000	608
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	76.956	74.834	55.241

PROGRAMA: 2101 - Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	4.729.797	5.040.047	4.458.370
Despesas Correntes	4.627.929	4.945.147	4.438.823
Despesas de Capital	101.868	94.900	19.547
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	4.729.797	5.040.047	4.458.370

PROGRAMA: 2102 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Direitos Humanos**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	68.745	68.989	50.234
Despesas Correntes	64.798	65.041	49.282
Despesas de Capital	3.948	3.948	952
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	68.745	68.989	50.234

PROGRAMA: 2103 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	30.524	31.303	23.030
Despesas Correntes	25.832	27.311	22.541
Despesas de Capital	4.692	3.992	490
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	30.524	31.303	23.030

PROGRAMA: 2104 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres

Plano
Mais Brasil

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	12.490	17.569	14.990
Despesas Correntes	12.308	17.387	14.989
Despesas de Capital	182	182	1
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	12.490	17.569	14.990

PROGRAMA: 2105 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	4.280.978	4.726.596	4.587.715
Despesas Correntes	4.242.592	4.682.425	4.584.731
Despesas de Capital	38.387	44.171	2.984
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	4.280.978	4.726.596	4.587.715

PROGRAMA: 2106 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.940.848	2.150.548	1.983.275
Despesas Correntes	1.888.340	2.105.067	1.975.278
Despesas de Capital	52.509	45.481	7.997
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	1.940.848	2.150.548	1.983.275

PROGRAMA: 2107 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	640.521	696.308	571.681
Despesas Correntes	610.917	657.558	562.788
Despesas de Capital	29.604	38.749	8.893
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	640.521	696.308	571.681

PROGRAMA: 2108 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	22.709.574	24.872.396	23.724.253
Despesas Correntes	22.277.880	24.436.554	23.547.409
Despesas de Capital	431.694	435.842	176.844
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	22.709.574	24.872.396	23.724.253

PROGRAMA: 2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	23.630.902	28.951.169	27.752.635
Despesas Correntes	23.457.540	28.792.441	27.706.738
Despesas de Capital	173.362	158.728	45.897
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	23.630.902	28.951.169	27.752.635

PROGRAMA: 2110 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	13.938.059	14.468.183	12.337.688
Despesas Correntes	12.726.495	13.233.065	12.121.270
Despesas de Capital	1.211.564	1.235.118	216.418
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	13.938.059	14.468.183	12.337.688

PROGRAMA: 2111 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	832.791	922.102	770.291
Despesas Correntes	789.747	867.372	751.443
Despesas de Capital	43.043	54.730	18.848
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	832.791	922.102	770.291

PROGRAMA: 2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça

Plano
Mais Brasil

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	5.474.660	6.044.120	5.612.432
Despesas Correntes	5.407.805	5.966.828	5.604.209
Despesas de Capital	66.855	77.292	8.223
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	5.474.660	6.044.120	5.612.432

PROGRAMA: 2113 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Pesca e Aquicultura

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	100.097	103.803	90.028
Despesas Correntes	96.637	100.343	88.786
Despesas de Capital	3.460	3.460	1.242
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	100.097	103.803	90.028

PROGRAMA: 2114 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Previdência Social

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	5.342.902	5.645.621	5.537.958
Despesas Correntes	5.332.522	5.633.241	5.537.270
Despesas de Capital	10.380	12.380	688
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	5.342.902	5.645.621	5.537.958

PROGRAMA: 2115 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	10.198.679	11.087.411	10.414.181
Despesas Correntes	10.100.345	11.000.728	10.394.243
Despesas de Capital	98.333	86.683	19.938
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	10.198.679	11.087.411	10.414.181

PROGRAMA: 2116 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	938.689	1.027.494	835.728
Despesas Correntes	894.299	982.704	833.184
Despesas de Capital	44.390	44.790	2.544
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	938.689	1.027.494	835.728

PROGRAMA: 2117 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Comunicações**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	553.440	562.687	457.994
Despesas Correntes	530.715	525.499	449.830
Despesas de Capital	22.725	37.188	8.164
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	553.440	562.687	457.994

PROGRAMA: 2118 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.282.004	1.451.826	1.371.367
Despesas Correntes	1.244.305	1.419.657	1.356.014
Despesas de Capital	37.700	32.170	15.354
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	1.282.004	1.451.826	1.371.367

PROGRAMA: 2119 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.293.189	1.395.244	1.161.258
Despesas Correntes	1.134.991	1.223.977	1.121.711
Despesas de Capital	158.198	171.267	39.546
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	56.806	46.533	33.858
Totais	1.349.994	1.441.777	1.195.115

PROGRAMA: 2120 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Piano
Mais Brasil

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	796.063	870.691	762.405
Despesas Correntes	775.163	833.791	759.781
Despesas de Capital	20.900	36.900	2.624
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	796.063	870.691	762.405

PROGRAMA: 2121 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	889.726	984.812	821.883
Despesas Correntes	815.252	901.120	812.223
Despesas de Capital	74.474	83.692	9.660
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	889.726	984.812	821.883

PROGRAMA: 2122 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	248.448	256.048	192.424
Despesas Correntes	240.354	247.354	191.022
Despesas de Capital	8.094	8.694	1.402
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	248.448	256.048	192.424

PROGRAMA: 2123 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	266.355	189.610	96.383
Despesas Correntes	253.276	183.531	96.316
Despesas de Capital	13.079	6.079	68
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	266.355	189.610	96.383

PROGRAMA: 2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.321.479	1.400.704	1.312.065
Despesas Correntes	1.303.568	1.382.612	1.307.197
Despesas de Capital	17.912	18.092	4.867
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	1.321.479	1.400.704	1.312.065

PROGRAMA: 2125 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	7.514.857	4.801.889	2.894.062
Despesas Correntes	7.290.660	4.589.825	2.846.094
Despesas de Capital	224.197	212.063	47.968
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	7.514.857	4.801.889	2.894.062

PROGRAMA: 2126 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.524.871	2.569.319	1.628.525
Despesas Correntes	1.905.428	2.035.706	1.506.927
Despesas de Capital	619.443	533.613	121.598
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	2.524.871	2.569.319	1.628.525

PROGRAMA: 2127 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.634.270	1.680.215	1.560.522
Despesas Correntes	1.609.043	1.653.488	1.558.774
Despesas de Capital	25.227	26.727	1.748
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	1.634.270	1.680.215	1.560.522

PROGRAMA: 2128 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo

Piano
Mais Brasil

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	125.893	128.495	90.731
Despesas Correntes	112.443	119.045	88.721
Despesas de Capital	13.450	9.450	2.010
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	125.893	128.495	90.731

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

Anexo

Execução Financeira das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

PROGRAMA: 2057 - Política Externa**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.031.155	1.214.015	1.027.112
Despesas Correntes	974.380	1.156.440	1.013.508
Despesas de Capital	56.775	57.575	13.604
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	1.031.155	1.214.015	1.027.112

OBJETIVO: 0900 - Aprofundar a agenda de relacionamento do Brasil com os países com os quais mantém relações diplomáticas, mediante o incremento do diálogo político e a cooperação bilaterais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03PD - Adensamento das relações políticas bilaterais, do comércio, dos investimentos, da cooperação científica e tecnológica, e nas áreas de segurança pública, crime organizado e ilícitos internacionais e dos intercâmbios cultural e educacional, entre outros, entre o Brasil e os outros países, mediante a realização de reuniões de Comissões Mistas bilaterais, de Consultas Políticas e de visitas de autoridades brasileiras a esses países e estrangeiras ao Brasil, e da ação de outros atores públicos e privados, nacionais e estrangeiros**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WW	474.295.000	625.994.991	623.217.071	617.448.959	617.448.963
6128	0	279.809	324.339	324.339	324.339
6091	0	494.585	534.910	534.910	534.910
6092	0	1.505.869	1.691.973	1.691.973	1.691.973
6098	0	378.835	424.910	424.910	424.910
6284	0	4.320.154	4.830.176	4.824.676	4.824.676
6093	0	2.213.107	2.523.832	2.523.832	2.523.832
6094	0	6.619.213	7.434.613	7.432.337	7.432.337
6096	0	1.621.278	1.835.383	1.835.383	1.835.383
6095	0	1.679.617	1.974.812	1.974.812	1.974.812
6090	0	1.094.675	1.220.280	1.220.280	1.220.280
Total	474.295.000	646.202.133	646.012.298	640.236.410	640.236.414

- **03PE - Adensamento das relações políticas, econômicas e culturais, e de cooperação com países de língua oficial portuguesa e países membros de organismos regionais africanos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2532	1.600.000	1.600.000	1.103.463	1.103.463	1.103.463
Total	1.600.000	1.600.000	1.103.463	1.103.463	1.103.463

- **03PU - Aquisições e construções de imóveis para Chancelarias e Residências de Embaixadas, Consulados e representações brasileiras junto a Organismos Internacionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14MY	0	1.500.000	1.288.430	1.288.430	1.288.430
Total	0	1.500.000	1.288.430	1.288.430	1.288.430



• 03Q3 - Intensificação dos trabalhos de demarcação de fronteira

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2536	2.080.000	2.080.000	1.600.357	1.565.100	1.564.496
Total	2.080.000	2.080.000	1.600.357	1.565.100	1.564.496

• 03Q5 - Promoção de eventos internacionais de Política Externa

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8495	7.000.000	5.600.000	214.550	214.550	214.550
Total	7.000.000	5.600.000	214.550	214.550	214.550

OBJETIVO: 0901 - Aprofundar a participação nos esforços de reforma da governança e a agenda de relacionamento com os organismos políticos multilaterais dos quais o país é membro e ampliar o diálogo com aqueles cujas atividades acompanha.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 03QA - Aperfeiçoamento do processo de Cúpulas das Américas e consolidação como instância para consensuar, no mais alto nível, linhas de ação voltadas ao desenvolvimento e prosperidade das Américas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6107	0	248.004	251.362	251.362	251.362
Total	0	248.004	251.362	251.362	251.362

• 03QD - Aprofundamento da atuação brasileira na Organização dos Estados Americanos (OEA)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6109	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0

• 03QE - Atuação nas negociações intergovernamentais para lograr composição e gestão inclusiva das instituições e órgãos centrais dos sistemas de governança, com prioridade para a reforma da ONU e de seu Conselho de Segurança (CSNU)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WX	53.000.000	60.300.000	62.418.717	61.660.152	61.660.152
Total	53.000.000	60.300.000	62.418.717	61.660.152	61.660.152

• 03QN - Fortalecimento da atuação brasileira nas demais organizações do Sistema das Nações Unidas e outros organismos dos quais o país é membro

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6101	0	417.648	449.966	449.966	449.966
6102	0	848.373	1.022.747	1.019.449	1.019.449
Total	0	1.266.021	1.472.713	1.469.415	1.469.415

OBJETIVO: 0902 - Promover e participar da discussão sobre os principais temas pertinentes à paz e à segurança

internacionais, com prioridade ao desarmamento e à não-proliferação, nos diferentes foros de negociação bilateral, regional e multilateral.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03RH - Intensificação do apoio, na ONU, a esforços em favor da paz e da segurança internacionais, com a participação em Missões de Paz

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20X1	323.400.000	323.400.000	255.873.339	175.341.246	166.223.643
Total	323.400.000	323.400.000	255.873.339	175.341.246	166.223.643

OBJETIVO: 0905 - Intensificar a participação do Brasil nos organismos comerciais multilaterais e na gestão dos mecanismos de governança econômico-financeira internacionais com vistas a reforçar as ações de política externa.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03SI - Capacitação de funcionários diplomáticos brasileiros para atuar especificamente nos contenciosos de interesse do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) e familiarização de advogados com o funcionamento da OMC

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6105	3.000.000	3.000.000	2.499.809	2.499.809	2.499.809
Total	3.000.000	3.000.000	2.499.809	2.499.809	2.499.809

OBJETIVO: 0907 - Desenvolver a contribuição das atividades de promoção comercial da política externa brasileira, com ênfase em ações de inteligência comercial e prospecção de mercados, de divulgação de oportunidades de negócio ao investidor estrangeiro e de apoio à internacionalização de empresas brasileiras.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03TB - Organização e apoio a Missões Comerciais em países prioritários e por ocasião das visitas da Presidenta da República ao exterior e da visita de altas autoridades estrangeiras ao Brasil, divulgando as oportunidades de investimentos no Brasil, além de prestação de apoio na organização de missões de empresas ou grupo de empresas brasileiras ao exterior, auxiliando na confecção de Agenda de encontros e visitas a autoridades, entidades de classe e empresas estrangeiras

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WZ	14.000.000	14.000.000	12.997.152	12.526.748	12.522.790
Total	14.000.000	14.000.000	12.997.152	12.526.748	12.522.790

OBJETIVO: 0909 - Promover e fortalecer a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, TV digital, governança da internet e temas relacionados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03TN - Aperfeiçoamento da rede dos Setores de Ciência e Tecnologia (SETEC) das Embaixadas, em sua base tecnológica e de infraestrutura

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2541	1.000.000	1.000.000	340.021	340.021	340.021
Total	1.000.000	1.000.000	340.021	340.021	340.021



OBJETIVO: 0911 - Aprimorar e expandir os serviços consulares, o tratamento dos temas migratórios e as atividades de apoio às comunidades brasileiras no exterior, nos termos da política governamental estabelecida pelo Decreto nº 7.214, de 15 de junho de 2010.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03UD - Elevação da qualidade do atendimento consular e da assistência aos brasileiros no exterior, com ênfase no aprimoramento das práticas de trabalho, no treinamento de agentes consulares, na realização de campanhas de informação e outras formas previstas em Plano Diretor de Reforma Consular

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2015	46.450.000	46.450.000	45.927.976	45.839.263	45.596.795
Total	46.450.000	46.450.000	45.927.976	45.839.263	45.596.795

OBJETIVO: 0913 - Ampliar a capacitação dos quadros da carreira de diplomata e aumentar a diversidade de seus integrantes, mediante concursos de seleção, cursos de formação e aperfeiçoamento e de altos estudos, programas de ação afirmativa e acordos de intercâmbio e cooperação com academias diplomáticas de outros países.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03UH - Aprimoramento do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD), do Curso de Formação, do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e do Curso de Altos Estudos (CAE), assim como do programa de intercâmbio para diplomatas estrangeiros, tornando obrigatórias disciplinas eletivas, tais como o russo, o árabe e o chinês

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2534	2.800.000	2.800.000	1.672.882	1.516.418	1.516.418
Total	2.800.000	2.800.000	1.672.882	1.516.418	1.516.418

- 03UL - Concessão da Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia para candidatos afro-descendentes e expansão da divulgação do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco para todas as capitais brasileiras

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00CC	1.750.000	1.750.000	1.381.600	81.600	81.600
Total	1.750.000	1.750.000	1.381.600	81.600	81.600

OBJETIVO: 0915 - Expandir o conhecimento internacional sobre a variedade brasileira da Língua Portuguesa e sobre a cultura brasileira, e promover o intercâmbio, a cooperação cultural e educacional e a diversidade cultural, nos âmbitos bilateral e multilateral, e a transformação da percepção sobre o Brasil e os brasileiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03UX - Aprimoramento e ampliação dos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00CB	2.000.000	2.000.000	1.172.470	1.172.470	1.172.470
Total	2.000.000	2.000.000	1.172.470	1.172.470	1.172.470

- 03V7 - Promoção da cultura brasileira e da variedade brasileira da língua portuguesa no exterior.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WY	29.000.000	29.000.000	30.593.935	30.224.420	30.224.420
Total	29.000.000	29.000.000	30.593.935	30.224.420	30.224.420

OBJETIVO: 0916 - Ampliar, aprofundar e promover debates e reflexões sobre temas das relações internacionais e da história diplomática brasileira, voltados para a formação de opinião pública, contribuindo com avaliações, estudos e subsídios para a política externa brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03VC - Promoção de debates, por meio da realização de colóquios, mesas redondas, encontros, seminários, cursos, conferências sobre os temas prioritários da política externa e da história diplomática brasileira

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2367	10.400.000	10.400.000	10.050.735	9.446.483	9.444.315
Total	10.400.000	10.400.000	10.050.735	9.446.483	9.444.315

OBJETIVO: 0917 - Diversificar e ampliar a cooperação técnica internacional do Brasil, com base em mecanismos bilaterais, multilaterais e regionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03VF - Aperfeiçoamento e fortalecimento da formulação, da execução, do acompanhamento e da avaliação de instrumentos de Cooperação Técnica Internacional prestada, concebida e implementada em parceria com países em desenvolvimento e organismos internacionais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2533	36.000.000	36.000.000	33.854.671	32.412.591	32.406.166
Total	36.000.000	36.000.000	33.854.671	32.412.591	32.406.166

OBJETIVO: 0918 - Expandir a participação do Brasil em negociações e ações internacionais de combate à fome e à pobreza e de cunho humanitário, a fim de prevenir calamidades, propiciar apoio emergencial em casos de desastres ou conflitos e auxiliar a recuperação de países atingidos por eventos danosos de grandes proporções.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03VP - Participação de especialistas e de meios brasileiros em ações internacionais de prevenção e resposta a desastres e reconstrução pós-calamidade, e execução de atividades de cunho humanitário, inclusive em operações de resgate, busca e salvamento, e de gestão de risco e de desastres

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D28	0	2.039.000	2.342.600	2.342.600	2.342.600
20X0	23.380.000	23.380.000	17.495.628	5.579.506	5.579.506
Total	23.380.000	25.419.000	19.838.228	7.922.106	7.922.106

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2058 - Política Nacional de Defesa

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	13.119.753	14.167.612	7.711.405
Despesas Correntes	4.401.450	4.985.511	3.184.003
Despesas de Capital	8.718.303	9.182.102	4.527.402
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	36.903	77.604	34.042
Totais	13.156.655	14.245.216	7.745.447

OBJETIVO: 0461 - Promover a circulação segura e eficiente do tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil, por meio da adequação dos Sistemas de Defesa Aérea (SISDABRA) e Controle do Espaço Aéreo (SISCEAB), visando a ampliar a capacidade de defesa aérea, do controle do espaço aéreo, de segurança de voo e o cumprimento de seus compromissos internacionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01HF - Desenvolvimento e modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XV	1.257.903.510	1.660.404.648	1.385.142.171	694.740.527	692.912.643
Total	1.257.903.510	1.660.404.648	1.385.142.171	694.740.527	692.912.643

• 01HG - Monitoramento e defesa do espaço aéreo brasileiro

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
2041	36.902.565	77.603.849	34.042.215	
Total	36.902.565	77.603.849	34.042.215	

• 01HH - Prevenção de acidentes aeronáuticos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2913	10.081.802	10.081.802	7.491.404	5.695.876	5.444.997
Total	10.081.802	10.081.802	7.491.404	5.695.876	5.444.997

• 04E8 - Implantação e Adequação de Artilharia Antiaérea de Autodefesa

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14T2	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000
Total	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000

• 04E9 - Desenvolvimento e Modernização do Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro - SISDABRA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14T3	8.750.000	8.750.000	714.783	687.937	687.937

Total	8.750.000	8.750.000	714.783	687.937	687.937
-------	-----------	-----------	---------	---------	---------

OBJETIVO: 0462 - Elevar a capacidade operativa da Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01HM - Formação e capacitação de recursos humanos da Força Aérea Brasileira

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20X9	20.899.237	20.899.237	20.634.275	14.950.407	14.833.746
20X8	7.000.000	7.000.000	4.269.637	943.725	864.082
Total	27.899.237	27.899.237	24.903.911	15.894.133	15.697.828

• 01HN - Instrução militar e adestramento para a capacidade de prontidão da Força Aérea Brasileira

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2916	33.780.158	31.897.914	27.698.220	19.140.012	19.133.270
Total	33.780.158	31.897.914	27.698.220	19.140.012	19.133.270

• 01HO - Logística operacional da Força Aérea Brasileira

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2868	307.500.000	369.000.000	372.248.814	367.061.286	367.061.286
20XA	73.592.130	63.592.130	36.538.692	18.500.592	18.232.224
2865	96.336.595	96.336.595	96.340.009	77.355.037	77.351.725
2048	535.000.000	576.250.551	513.107.492	457.191.045	456.531.474
Total	1.012.428.725	1.105.179.276	1.018.235.007	920.107.961	919.176.709

OBJETIVO: 0463 - Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial nacional, visando a ampliação da capacidade de defesa aérea.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01HR - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 A 20 Toneladas (Projeto KC-X)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
123B	1.185.000.000	1.185.000.000	1.216.647.733	1.216.647.733	1.216.647.733
Total	1.185.000.000	1.185.000.000	1.216.647.733	1.216.647.733	1.216.647.733

• 01HZ - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XB	67.733.086	67.733.086	27.615.587	13.357.162	13.357.037
20XC	2.712.000	2.712.000	2.605.627	1.645.024	1.533.387
Total	70.445.086	70.445.086	30.221.214	15.002.186	14.890.424

OBJETIVO: 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial.



Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01I0 - Adequação da frota de aeronaves militares

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8969	63.100.000	50.480.000	44.801.053	30.490.181	30.490.181
20IH	529.097.480	514.966.929	394.415.150	252.047.043	231.170.672
Total	592.197.480	565.446.929	439.216.203	282.537.223	261.660.853

• 01I1 - Adequação dos meios de apoio ao combate

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XU	4.086.297	4.086.297	390.332	390.332	390.332
Total	4.086.297	4.086.297	390.332	390.332	390.332

• 01IB - Aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral (Projeto H-X BR)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
123J	444.300.000	444.300.000	523.596.757	3.798.485	563.150
Total	444.300.000	444.300.000	523.596.757	3.798.485	563.150

• 01IK - Implantação de novos sistemas bélicos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14TH	62.790.000	62.790.000	4.908.048	2.846.723	2.846.723
Total	62.790.000	62.790.000	4.908.048	2.846.723	2.846.723

OBJETIVO: 0482 - Adequar e otimizar a infraestrutura de instalações do Exército para ampliação da capacidade de cumprir suas missões constitucionais pela maior efetividade da presença militar, facilitando a mobilidade das tropas e incrementando o monitoramento das fronteiras e de outras áreas sensíveis do território nacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01LV - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14T5	240.000.000	267.627.477	242.040.705	46.403.395	46.088.370
Total	240.000.000	267.627.477	242.040.705	46.403.395	46.088.370

• 01LW - Implantação e adequação da infraestrutura de defesa terrestre e de apoio ao pessoal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11UB	40.000.000	40.000.000	16.167.545	6.748.716	6.748.134
211T	0	0	0	0	0
20PY	166.583.000	212.583.000	147.201.641	45.063.832	44.004.754
Total	206.583.000	252.583.000	163.369.186	51.812.548	50.752.888

• 01LX - Implantação e adequação do sistema de aviação do Exército

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3138	120.000.000	120.000.000	105.749.834	5.319.322	5.052.704
Total	120.000.000	120.000.000	105.749.834	5.319.322	5.052.704

OBJETIVO: 0502 - Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas
• 01QX - Apoio a comunidades carentes

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8425	4.000.000	4.000.000	3.998.454	2.864.894	2.794.794
20XD	2.000.000	2.000.000	1.999.672	0	0
Total	6.000.000	6.000.000	5.998.126	2.864.894	2.794.794

• 01QY - Capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6557	12.000.000	12.000.000	8.761.430	6.438.231	6.134.811
Total	12.000.000	12.000.000	8.761.430	6.438.231	6.134.811

• 01QZ - Cooperação com a construção e a recuperação da infraestrutura nacional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XH	110.000.000	110.000.000	44.734.322	29.450.388	29.435.366
Total	110.000.000	110.000.000	44.734.322	29.450.388	29.435.366

• 04GE - Desenvolvimento de Atletas Militares

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20IG	2.000.000	2.000.000	1.962.908	1.812.928	1.810.932
Total	2.000.000	2.000.000	1.962.908	1.812.928	1.810.932

OBJETIVO: 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas
• 01YO - Adequação dos meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XP	508.143.559	620.916.946	622.944.612	397.329.840	395.698.072
Total	508.143.559	620.916.946	622.944.612	397.329.840	395.698.072

• 01YS - Construção de navios-patrolha de 500 t



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1N47	73.445.296	73.445.296	19.756.043	12.307.640	12.307.640
Total	73.445.296	73.445.296	19.756.043	12.307.640	12.307.640

• 01YT - Construção de submarino de propulsão nuclear (PROSUB)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
123H	223.746.179	223.746.179	242.379.509	68.405.061	57.836.687
Total	223.746.179	223.746.179	242.379.509	68.405.061	57.836.687

• 01YU - Construção de submarinos convencionais (PROSUB)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
123I	676.121.843	676.121.843	762.168.286	92.375.491	90.874.489
Total	676.121.843	676.121.843	762.168.286	92.375.491	90.874.489

• 01YW - Implantação de estaleiro e base naval para construção e manutenção de submarinos convencionais e nucleares (PROSUB)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
123G	1.361.131.978	1.361.131.978	1.365.926.470	1.298.520.743	932.889.298
Total	1.361.131.978	1.361.131.978	1.365.926.470	1.298.520.743	932.889.298

• 01YX - Implantação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DE	8.908.688	8.908.688	8.906.006	8.431.776	8.431.776
Total	8.908.688	8.908.688	8.906.006	8.431.776	8.431.776

• 04EF - Construção de Navios Escoltas (NEsc)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14TB	5.000.000	5.000.000	0	0	0
Total	5.000.000	5.000.000	0	0	0

OBJETIVO: 0520 - Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01Z4 - Adequação da infraestrutura de unidades militares e dos pelotões especiais de fronteira na região do Calha Norte

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2452	12.765.480	12.765.480	11.151.161	2.223.214	2.223.203
Total	12.765.480	12.765.480	11.151.161	2.223.214	2.223.203

• 01ZA - Logística operacional para apoio às atividades do Calha Norte

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20X6	59.234.520	59.234.520	52.604.936	15.884.651	15.426.415
Total	59.234.520	59.234.520	52.604.936	15.884.651	15.426.415

• 01ZC - Implantação e melhoria da infraestrutura básica nos municípios atendidos pelo Calha Norte

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1211	707.710.310	707.710.310	312.080.644	3.380.000	3.380.000
Total	707.710.310	707.710.310	312.080.644	3.380.000	3.380.000

OBJETIVO: 0521 - Desenvolver tecnologias da informação e comunicações no Exército, visando assegurar a capacidade de defesa cibernética no campo militar e contribuir com a segurança cibernética nos campos civil e industrial.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas
• 01ZH - Implantação do sistema de defesa cibernética

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147F	90.000.000	90.000.000	74.222.767	19.242.930	19.218.657
Total	90.000.000	90.000.000	74.222.767	19.242.930	19.218.657

OBJETIVO: 0523 - Elevar a capacidade operativa da Marinha e adequar a infraestrutura das instalações terrestres, para o cumprimento de sua destinação constitucional e atribuições subsidiárias, por meio do seu preparo e emprego.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas
• 01ZM - Aprestamento dos meios operativos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XN	748.313.117	748.313.117	721.428.398	552.701.711	543.470.206
20XY	2.347.068	2.347.068	267.227	72.595	70.785
Total	750.660.185	750.660.185	721.695.625	552.774.306	543.540.991

• 01ZN - Formação e capacitação de recursos humanos da Marinha

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XR	44.888.988	44.888.988	44.019.687	36.958.574	36.831.565
Total	44.888.988	44.888.988	44.019.687	36.958.574	36.831.565

• 01ZQ - Logística operacional da Marinha

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2865	112.212.260	112.212.260	112.212.208	73.894.806	73.637.258
Total	112.212.260	112.212.260	112.212.208	73.894.806	73.637.258



• 01ZT - Adequação de arsenais, bases, estações navais e demais instalações terrestres

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20SE	35.538.437	37.838.437	27.145.540	12.544.177	12.350.292
211Q	0	0	0	0	0
Total	35.538.437	37.838.437	27.145.540	12.544.177	12.350.292

• 04C5 - Implantação da Segunda Esquadra

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14T8	5.340.000	5.340.000	200.000	0	0
Total	5.340.000	5.340.000	200.000	0	0

OBJETIVO: 0527 - Prover a segurança da navegação aquaviária nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), mediante o desenvolvimento das atividades de controle e fiscalização do tráfego aquaviário e de formação dos operadores e usuários do sistema.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01ZX - Desenvolvimento das Atividades de Auxílio à Navegação e de Registro e Fiscalização de embarcações

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XX	42.243.556	42.243.556	38.463.046	32.336.436	31.995.061
Total	42.243.556	42.243.556	38.463.046	32.336.436	31.995.061

• 01ZY - Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2510	69.930.000	83.217.410	82.245.672	73.879.563	73.373.532
Total	69.930.000	83.217.410	82.245.672	73.879.563	73.373.532

OBJETIVO: 0528 - Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica da Marinha, visando à ampliação da capacidade de defesa e segurança marítima.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 0200 - Desenvolvimento da Propulsão Nuclear de Submarino

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14T7	316.360.000	368.360.000	371.049.999	235.815.136	169.863.749
Total	316.360.000	368.360.000	371.049.999	235.815.136	169.863.749

• 0202 - Desenvolvimento de sistemas e tecnologias operativas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XO	66.422.044	86.348.657	50.060.830	49.061.439	49.022.539
Total	66.422.044	86.348.657	50.060.830	49.061.439	49.022.539

• 047H - Pesquisa para o Desenvolvimento do Ciclo de Combustível Nuclear

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
211D	8.640.000	8.640.000	7.732.555	2.102.719	2.099.912
Total	8.640.000	8.640.000	7.732.555	2.102.719	2.099.912

OBJETIVO: 0532 - Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre visando contribuir com a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 020B - Obtenção de sistemas de artilharia antiaérea

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DB	90.000.000	90.000.000	93.633.197	93.468.964	93.452.429
Total	90.000.000	90.000.000	93.633.197	93.468.964	93.452.429

• 020C - Obtenção e modernização de equipamentos de engenharia

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2911	22.000.000	22.000.000	21.394.061	11.586.663	11.503.258
Total	22.000.000	22.000.000	21.394.061	11.586.663	11.503.258

• 020D - Obtenção e Modernização de Meios do Exército (EB).

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XF	10.000.000	10.000.000	4.999.772	1.858.731	1.826.862
20XG	190.000.000	228.000.000	216.594.761	111.846.344	111.367.510
Total	200.000.000	238.000.000	221.594.532	113.705.075	113.194.372

• 04EA - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14LW	105.000.000	105.000.000	99.010.035	5.026.399	5.026.299
Total	105.000.000	105.000.000	99.010.035	5.026.399	5.026.299

• 04EB - Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14T6	44.000.000	129.800.000	125.023.811	77.113.150	72.548.511
Total	44.000.000	129.800.000	125.023.811	77.113.150	72.548.511

• 04EC - Aquisição de Blindados Guarani

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14T4	110.000.000	110.000.000	101.121.241	35.230.261	35.225.705
Total	110.000.000	110.000.000	101.121.241	35.230.261	35.225.705



OBJETIVO: 0533 - Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 020H - Proteção, segurança e desenvolvimento regional da Amazônia Legal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20X4	63.302.000	63.302.000	46.444.834	19.678.964	19.552.718
Total	63.302.000	63.302.000	46.444.834	19.678.964	19.552.718

OBJETIVO: 0534 - Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 020J - Implantação e operação do sistema de comunicações militares

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20X5	32.513.552	32.513.552	28.766.184	22.843.343	22.798.173
Total	32.513.552	32.513.552	28.766.184	22.843.343	22.798.173

• 020R - Realização de exercícios militares conjuntos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14SY	418.515.322	418.518.296	428.217.306	279.772.725	274.780.095
20X7	88.140.449	88.140.449	56.056.581	48.877.751	47.958.767
Total	506.655.771	506.658.745	484.273.887	328.650.476	322.738.862

OBJETIVO: 0542 - Elevar a capacidade operacional do Exército, para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 0215 - Formação e capacitação de recursos humanos do Exército

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8965	64.800.000	64.800.000	64.789.351	50.987.946	49.182.279
Total	64.800.000	64.800.000	64.789.351	50.987.946	49.182.279

• 0217 - Instrução militar e adestramento para a capacidade de prontidão do Exército

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4450	365.375.244	438.450.292	369.183.614	161.697.343	157.824.421
2900	11.560.000	11.560.000	11.233.385	10.153.906	10.059.984
20XK	354.309.357	425.021.228	346.714.033	194.833.842	174.652.569
Total	731.244.601	875.031.520	727.131.031	366.685.091	342.536.973

• 0218 - Logística operacional do Exército

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2919	32.076.589	32.076.589	31.906.430	21.008.121	20.518.885
20XL	1.000.000	1.000.000	649.796	426.516	426.516
2865	225.761.677	281.497.572	281.481.907	156.649.430	152.781.467
Total	258.838.266	314.574.161	314.038.133	178.084.067	173.726.869

OBJETIVO: 0547 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 0237 - Aperfeiçoamento e integração dos sistemas de serviço militar das Forças Armadas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2872	8.528.020	8.528.020	6.659.628	4.315.716	4.044.326
Total	8.528.020	8.528.020	6.659.628	4.315.716	4.044.326

• 04GL - Desenvolvimento, integração e aperfeiçoamento dos Sistemas de Mobilização e Logística em proveito da Defesa Nacional.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20X3	1.550.000	1.550.000	1.525.081	1.399.243	1.397.529
Total	1.550.000	1.550.000	1.525.081	1.399.243	1.397.529

OBJETIVO: 0552 - Promover o desenvolvimento e a capacitação científico-tecnológica e de inovação do Exército, visando à ampliação da capacidade operacional terrestre para a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 023N - Implantação e modernização dos sistemas de comunicações, de guerra eletrônica e complementares de comando e controle

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XE	78.272.910	78.272.910	56.333.451	32.647.197	31.933.063
Total	78.272.910	78.272.910	56.333.451	32.647.197	31.933.063

• 023O - Pesquisa e desenvolvimento tecnológico de sistemas, equipamentos e materiais de uso de defesa e civil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XJ	39.050.000	39.050.000	34.552.225	19.200.922	18.696.903
2A82	5.000.000	5.000.000	4.837.689	3.181.734	3.181.734
Total	44.050.000	44.050.000	39.389.915	22.382.656	21.878.637

OBJETIVO: 0554 - Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento



de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 0249 - Desenvolvimento de ações de cooperação e intercâmbio militar não operacional com organismos internacionais e países inseridos no espectro do interesse militar e da Política Externa Brasileira

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D55	17.709.000	17.709.000	13.758.417	10.479.022	10.461.543
Total	17.709.000	17.709.000	13.758.417	10.479.022	10.461.543

OBJETIVO: 0971 - Adequar a infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea Brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 044X - Construção e modernização de instalações militares

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20S9	60.100.000	60.100.000	41.143.936	15.011.810	15.011.810
14VX	80.500.000	64.500.000	33.406.852	4.915.692	4.915.692
211O	0	0	0	0	0
Total	140.600.000	124.600.000	74.550.788	19.927.501	19.927.501

- 044Y - Desenvolvimento e implantação de sistemas institucionais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20SA	11.000.000	11.000.000	7.359.000	3.133.943	2.412.155
Total	11.000.000	11.000.000	7.359.000	3.133.943	2.412.155

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2056 - Política Espacial**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	329.467	479.467	176.485
Despesas Correntes	100.703	100.703	63.088
Despesas de Capital	228.765	378.765	113.396
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	329.467	479.467	176.485

OBJETIVO: 0397 - Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 016E - Desenvolvimento e lançamento de veículos lançadores nacionais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20V0	28.253.078	28.253.078	26.521.060	25.199.516	24.985.413
Total	28.253.078	28.253.078	26.521.060	25.199.516	24.985.413

OBJETIVO: 0398 - Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS).

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 016L - Exploração dos serviços comerciais de lançamento pela Alcântara Cyclone Space (ACS) a partir de Alcântara

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0B18	50.000.000	200.000.000	100.000.000	50.000.000	50.000.000
Total	50.000.000	200.000.000	100.000.000	50.000.000	50.000.000

• 016O - Implantação do Complexo Espacial de Alcântara (CEA)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7F40	90.699.455	90.699.455	86.701.211	25.255.620	25.255.620
Total	90.699.455	90.699.455	86.701.211	25.255.620	25.255.620

OBJETIVO: 0555 - Ampliar o domínio das tecnologias críticas para garantir autonomia no desenvolvimento das atividades espaciais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 024U - Realizar e fomentar pesquisas científicas para a produção de conhecimento para uso em aplicações espaciais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

Piano
Mais Brasil

20VB	38.647.000	38.647.000	35.781.404	21.475.947	21.453.401
Total	38.647.000	38.647.000	35.781.404	21.475.947	21.453.401

OBJETIVO: 0702 - Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02NA - Atualização e expansão da capacidade e das instalações para integração e testes de satélites, rastreamento e controle de satélites, recepção, armazenamento e disseminação de dados

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UZ	34.162.192	34.162.192	31.628.538	17.227.880	16.793.505
Total	34.162.192	34.162.192	31.628.538	17.227.880	16.793.505

- 02NB - Concepção e análise de viabilidade de novas missões espaciais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VC	87.705.598	87.705.598	86.881.697	37.325.746	37.042.210
Total	87.705.598	87.705.598	86.881.697	37.325.746	37.042.210

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2059 - Política Nuclear**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	665.979	677.361	424.835
Despesas Correntes	548.722	560.370	399.298
Despesas de Capital	117.257	116.991	25.536
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	665.979	677.361	424.835

OBJETIVO: 0323 - Aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos no país, para ampliar o acesso à medicina nuclear pela população brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00ZQ - Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12P1	2.113.500	2.113.500	2.113.227	843.732	843.672
Total	2.113.500	2.113.500	2.113.227	843.732	843.672

• 00ZR - Produção de radioisótopos e radiofármacos para a saúde

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2478	73.347.573	79.347.573	79.111.730	63.060.934	63.033.547
Total	73.347.573	79.347.573	79.111.730	63.060.934	63.033.547

OBJETIVO: 0325 - Expandir e implantar, em escala capaz de suprir a demanda nacional, o ciclo completo para produção do combustível nuclear.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00ZX - Ampliação do parque industrial de reconversão, pastilhas e montagem do elemento combustível nuclear de Resende/RJ

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CQ	2.000.000	2.600.000	2.600.000	0	0
Total	2.000.000	2.600.000	2.600.000	0	0

• 00ZY - Descomissionamento das unidades mínero-industriais do ciclo do combustível nuclear

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2013	5.174.299	6.726.588	6.707.538	623.297	623.297
Total	5.174.299	6.726.588	6.707.538	623.297	623.297

• 00ZZ - Expansão da unidade de Concentrado de urânio em Caetité/BA



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CP	22.247.723	15.573.408	0	0	0
Total	22.247.723	15.573.408	0	0	0

• 0100 - Implantação da Fábrica de Tubos de Ligas Especiais Extrudados

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CS	250.000	175.000	0	0	0
Total	250.000	175.000	0	0	0

• 0101 - Implantação da Usina de Conversão de UF6

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CR	1.000.000	800.000	714.314	0	0
Total	1.000.000	800.000	714.314	0	0

• 0102 - Implantação da Usina de Enriquecimento com a contribuição da Unidade Tecnológica de Separação Isotópica

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1393	35.079.429	35.079.429	35.083.234	10.911.350	10.815.729
Total	35.079.429	35.079.429	35.083.234	10.911.350	10.815.729

• 0104 - Produção de elementos combustíveis para a operação dos reatores das usinas termonucleares brasileiras

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2482	461.648.864	471.851.970	467.677.001	305.152.482	304.215.216
Total	461.648.864	471.851.970	467.677.001	305.152.482	304.215.216

• 0105 - Realização de prospecção e pesquisa geológica em áreas com indícios de depósitos uraníferos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2012	2.669.378	2.645.340	121.189	114.585	114.585
Total	2.669.378	2.645.340	121.189	114.585	114.585

OBJETIVO: 0326 - Implantar programa de formação especializada do setor nuclear, envolvendo universidades e centros tecnológicos, voltados para os segmentos de pesquisa avançada, desenvolvimento tecnológico e indústria nuclear.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 0106 - Ampliação do programa de formação especializada para o setor nuclear

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B32	4.178.500	4.178.500	3.859.358	3.409.376	3.409.376
Total	4.178.500	4.178.500	3.859.358	3.409.376	3.409.376

OBJETIVO: 0327 - Fortalecer o sistema de regulação nuclear para garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear e das radiações ionizantes no país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 0107 - Aperfeiçoamento das atividades de licenciamento e controle de instalações nucleares e radioativas e de salvaguardas nucleares

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UW	8.308.953	8.308.953	8.060.049	6.194.493	6.194.493
Total	8.308.953	8.308.953	8.060.049	6.194.493	6.194.493

OBJETIVO: 0328 - Desenvolver a tecnologia nuclear e suas aplicações para atender aos diversos usos na área civil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 010C - Pesquisa, desenvolvimento e inovação em tecnologia nuclear e suas aplicações

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UX	33.020.395	33.020.395	32.655.555	27.154.914	27.137.612
13CN	330.500	330.500	330.500	174.375	174.375
20UY	7.183.000	7.183.000	7.048.059	4.494.183	4.494.183
2463	2.762.840	2.762.840	2.846.597	90.000	0
Total	43.296.735	43.296.735	42.880.711	31.913.472	31.806.170

OBJETIVO: 0329 - Identificar e definir soluções para a deposição definitiva dos rejeitos radioativos de média e baixa atividade, visando a proteção da população e do meio ambiente.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 010D - Aperfeiçoamento das atividades de recolhimento e armazenamento de rejeitos radioativos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2464	1.611.000	1.611.000	1.583.137	1.182.359	1.182.359
Total	1.611.000	1.611.000	1.583.137	1.182.359	1.182.359

- 010E - Implantação do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível (RBMN)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CM	661.000	661.000	659.863	49.053	49.053
Total	661.000	661.000	659.863	49.053	49.053

OBJETIVO: 0573 - Aprimorar as atividades de proteção ao programa nuclear e o atendimento a emergências radiológicas e nucleares.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 027U - Atendimento a emergências radiológicas e nucleares

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

Piano
Mais Brasil

2468	1.322.000	1.322.000	1.321.636	606.181	606.181
Total	1.322.000	1.322.000	1.321.636	606.181	606.181

- 027V - Modernização da infraestrutura, dos procedimentos, da capacitação e do sistema normativo do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B27	1.070.000	1.070.000	1.032.509	773.263	766.574
Total	1.070.000	1.070.000	1.032.509	773.263	766.574

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	93.565	124.552	58.533
Despesas Correntes	68.713	98.621	48.245
Despesas de Capital	24.852	25.931	10.288
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	93.565	124.552	58.533

OBJETIVO: 0991 - Pesquisar o Potencial Mineral de Fundos Marinhos em Águas Internacionais, para fins de Aquisição de Direito de Exploração Mineral, e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 047J - Efetuar levantamentos geológicos marinhos na Plataforma Continental Jurídica Brasileira e em fundos marinhos de Águas internacionais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LC	23.205.666	23.205.666	23.193.053	376.555	300.423
7112	1.711.000	1.711.000	1.709.335	210.829	101.492
Total	24.916.666	24.916.666	24.902.388	587.384	401.915

- 047K - Exploração econômica de recursos minerais marinhos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13E5	50.000	1.250.000	1.175.234	1.175.234	1.175.234
Total	50.000	1.250.000	1.175.234	1.175.234	1.175.234

OBJETIVO: 0563 - Realizar o planejamento e a gestão ambiental territorial da zona costeira, visando a redução de suas vulnerabilidades ambientais, sociais e econômicas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 047I - Gestão ambiental territorial da zona costeira

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20W0	500.000	500.000	180.001	180.001	180.001
Total	500.000	500.000	180.001	180.001	180.001

OBJETIVO: 0560 - Desenvolver ações que promovam o conhecimento e o uso sustentável dos recursos do mar, em águas nacionais e internacionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 025F - Fomento e aproveitamento sustentável do potencial biotecnológico da biodiversidade marinha



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UV	600.000	600.000	500.000	40.000	35.540
Total	600.000	600.000	500.000	40.000	35.540

OBJETIVO: 0561 - Ampliar e consolidar um sistema de observações dos oceanos, zona costeira e atmosfera, a fim de aprimorar o conhecimento científico e contribuir para reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos, variabilidade do clima e das mudanças climáticas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 0250 - Operacionalização de Redes de Observação de coleta de dados oceanográficos e climatológicos e desenvolvimento de outros projetos de pesquisa que contribuam para o monitoramento dos oceanos e do clima

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2518	14.020.700	14.020.700	8.833.920	8.001.298	7.888.964
Total	14.020.700	14.020.700	8.833.920	8.001.298	7.888.964

OBJETIVO: 0564 - Garantir a presença na região antártica, desenvolvendo pesquisa científica diversificada de qualidade, com a preservação do meio ambiente, a fim de assegurar a permanência do Brasil como membro consultivo do Tratado da Antártida.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 025U - Implantação, operacionalização e manutenção da infraestrutura necessária à consecução do PROANTAR; realização de missões de apoio logístico às atividades científicas brasileiras na Antártica; e participação de delegações brasileiras nos fóruns do Sistema do Tratado da Antártica

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2345	24.841.273	24.841.273	19.103.635	18.070.193	18.070.193
Total	24.841.273	24.841.273	19.103.635	18.070.193	18.070.193

- 025W - Monitoramento dos impactos ambientais no ambiente antártico decorrentes das atividades brasileiras na região; estabelecimento de uma sistemática de monitoramento ambiental para o meio ambiente antártico e seus ecossistemas dependentes e associados; e desenvolvimento de instrumentos gerenciais para a melhoria do desempenho ambiental das Operações Antárticas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6618	636.500	601.470	14.300	5.482	5.482
Total	636.500	601.470	14.300	5.482	5.482

- 04EL - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14ML	28.000.000	57.821.469	36.161.562	30.473.165	30.379.006
Total	28.000.000	57.821.469	36.161.562	30.473.165	30.379.006

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	7.163.617	10.384.595	462.890
Despesas Correntes	556.927	443.677	44.644
Despesas de Capital	6.606.690	9.940.918	418.246
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	7.163.617	10.384.595	462.890

OBJETIVO: 0982 - Fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária, a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 046K - Realização de campanhas educativas para divulgação da economia solidária e promoção do comércio justo e do consumo consciente

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	400.000	400.000	0	0	0
Total	400.000	400.000	0	0	0

- 046L - Fortalecimento da institucionalização da Política Nacional com a implantação de sistema de políticas públicas de economia solidária, sistema nacional de comércio justo e solidário, realização de conferência, apoio ao conselho nacional, manutenção do sistema de informações e apoio a espaços multifuncionais nos territórios com agentes de desenvolvimento solidário para a promoção de ações integradas de economia solidária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZL	17.900.000	18.500.000	15.888.998	3.654.221	2.600.621
Total	17.900.000	18.500.000	15.888.998	3.654.221	2.600.621

OBJETIVO: 0983 - Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 046T - Fomento e fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários e suas Redes de Cooperação de produção, comercialização, finanças solidárias e consumo com formação, incubação, assessoramento técnico, desenvolvimento e disseminação de tecnologias sociais e apoio à infraestrutura

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20GG	245.500.000	133.845.306	0	0	0
20YT	77.330.852	77.330.852	56.764.592	12.742.518	8.945.739
Total	322.830.852	211.176.158	56.764.592	12.742.518	8.945.739



OBJETIVO: 0793 - Elaborar e implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico para a promoção do ordenamento e da gestão ambiental territorial.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 036X - Elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do território nacional, em suas múltiplas escalas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VT	550.000	550.000	17.870	17.870	17.870
8689	1.880.000	1.504.000	0	0	0
Total	2.430.000	2.054.000	17.870	17.870	17.870

OBJETIVO: 0979 - Fortalecer as políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 0469 - Ampliação e qualificação da oferta de bens e serviços para os territórios, buscando a promoção da inclusão socioprodutiva, com a consolidação de empreendimentos econômicos, a estruturação de redes socioprodutivas da agricultura familiar, o apoio à infraestrutura e serviços nos territórios rurais e a gestão social, garantindo a constituição e fortalecimento dos Colegiados Territoriais, o apoio a processos de formação e de capacitação de agentes de desenvolvimento.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210X	477.674.475	1.777.674.471	1.595.642.605	212.475.034	212.263.414
Total	477.674.475	1.777.674.471	1.595.642.605	212.475.034	212.263.414

OBJETIVO: 0980 - Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 046A - Apoio a projetos territoriais e intermunicipais de infraestrutura e serviços para dinamização econômica e comercialização, inclusão social e produtiva, promoção da cultura e da educação do campo, de logística e de organização da infraestrutura colegiada

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8991	0	15.600.000	15.600.000	15.600.000	15.600.000
Total	0	15.600.000	15.600.000	15.600.000	15.600.000

- 046C - Melhoria da infraestrutura viária municipal e territorial para escoamento da produção dos agricultores familiares por meio da aquisição de máquinas e equipamentos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12NR	442.518.163	2.304.583.163	2.194.282.258	174.146.134	173.252.134
Total	442.518.163	2.304.583.163	2.194.282.258	174.146.134	173.252.134

OBJETIVO: 0789 - Formular e implementar os marcos legais das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e a ocupação racional do território.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 035P - Capacitação e cooperação em desenvolvimento regional e territorial

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Empenhado	Execução	
	LOA	LOA+Créditos		Liquidado	Valor Pago
4640	2.762.950	2.270.360	465.202	0	0
4664	50.000	50.000	30.548	27.801	25.821
8917	900.000	898.373	207.543	0	0
Total	3.712.950	3.218.733	703.293	27.801	25.821

• 035Q - Elaboração de estudos e planos de desenvolvimento regional e territorial

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Empenhado	Execução	
	LOA	LOA+Créditos		Liquidado	Valor Pago
20WQ	2.500.000	2.500.000	500.000	0	0
Total	2.500.000	2.500.000	500.000	0	0

• 035S - Estruturação e fortalecimento do Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Empenhado	Execução	
	LOA	LOA+Créditos		Liquidado	Valor Pago
20WQ	14.019.500	12.401.600	5.764.994	2.806.404	2.798.452
210L	41.908.000	40.908.000	7.000.000	5.317.403	4.943.291
Total	55.927.500	53.309.600	12.764.994	8.123.807	7.741.743

OBJETIVO: 0790 - Criar e aperfeiçoar instrumentos econômicos e financeiros com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 035Y - Aplicações dos Fundos de Desenvolvimento Regional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Empenhado	Execução	
	LOA	LOA+Créditos		Liquidado	Valor Pago
0353	1.397.512.880	1.397.512.880	1.397.512.880	0	0
0355	2.022.481.635	2.022.481.635	2.022.481.635	0	0
0E83	1.434.000.000	1.434.000.000	1.433.990.460	0	0
Total	4.853.994.515	4.853.994.515	4.853.984.975	0	0

OBJETIVO: 0792 - Desenvolver sistemas locais e regionais de inovação e projetos de incorporação e de difusão de tecnologias.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 036Q - Desenvolvimento de Redes Regionais de Inovações

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Empenhado	Execução	
	LOA	LOA+Créditos		Liquidado	Valor Pago
8340	13.847.859	11.678.288	1.635.477	14.157	14.157
Total	13.847.859	11.678.288	1.635.477	14.157	14.157

• 036R - Difusão de novos produtos e tecnologias de produção, beneficiamento, gestão e comercialização



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8918	1.474.361	1.179.489	0	0	0
Total	1.474.361	1.179.489	0	0	0

OBJETIVO: 0840 - Implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03G3 - Apoio e institucionalização de associações e cooperativas, inclusive com a consolidação de redes de APLs

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20N9	11.600.000	11.600.000	10.265.395	439.296	374.521
Total	11.600.000	11.600.000	10.265.395	439.296	374.521

- 03G7 - Promoção e desenvolvimento de canais de comercialização, do encadeamento produtivo e do desenvolvimento de fornecedores fixados no território

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20N8	36.013.324	36.013.324	29.750.419	5.795.807	5.071.453
Total	36.013.324	36.013.324	29.750.419	5.795.807	5.071.453

- 03G8 - Provimento, operação e manutenção de infraestruturas para apoio às cadeias produtivas e arranjos produtivos locais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12P6	1.004.169	1.004.169	0	0	0
14W2	0	36.473.800	36.473.800	0	0
20N7	169.546.043	194.532.878	135.315.420	11.377.654	9.505.078
20NC	200.000	200.000	126.270	108.872	101.265
20NK	18.550.000	18.550.000	15.850.000	1.691.278	1.691.278
211K	0	97.998.460	97.998.460	5.025.000	5.025.000
7K66	449.330.000	454.830.002	190.442.372	11.650.350	5.582.634
8902	282.162.859	277.523.859	33.850.192	0	0
Total	920.793.071	1.081.113.168	510.056.514	29.853.154	21.905.254

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	928.508	1.069.056	642.938
Despesas Correntes	866.470	919.111	636.843
Despesas de Capital	62.038	149.944	6.095
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	928.508	1.069.056	642.938

OBJETIVO: 0608 - Fortalecer a relação federativa de forma a promover maior cooperação e ampliar a capacidade técnica, gerencial e financeira do Estado, visando otimizar os resultados produzidos para a sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02DF - Aprimoramento dos mecanismos de articulação e cooperação federativa para a melhoria da gestão das políticas públicas no território**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20D5	5.774.000	5.774.000	3.607.542	3.607.238	3.607.238
211S	0	0	0	0	0
Total	5.774.000	5.774.000	3.607.542	3.607.238	3.607.238

OBJETIVO: 0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **029L - Aprimoramento da gestão do patrimônio da União**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20U4	57.217.017	57.217.017	31.224.879	24.526.808	24.040.343
8690	2.682.983	2.682.983	1.764.559	1.195.682	1.191.293
Total	59.900.000	59.900.000	32.989.438	25.722.490	25.231.636

- **029O - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00M6	16.442.000	11.344.000	10.133.653	8.253.253	7.579.453
10NG	500.000	0	0	0	0
14MX	0	102.957.920	0	0	0
20U6	30.935.580	30.935.580	30.815.317	28.375.154	28.363.423
20U7	27.500.000	23.600.000	6.254.804	4.730.268	4.730.268
20U8	4.292.517	5.395.400	3.464.343	3.059.258	3.059.258
2230	4.832.281	4.832.281	3.884.359	3.066.706	3.066.706
4727	42.388.000	53.469.716	40.659.600	35.402.673	35.277.130

Plano
Mais Brasil

Total	126.890.378	232.534.897	95.212.078	82.887.311	82.076.239
-------	-------------	-------------	------------	------------	------------

OBJETIVO: 0605 - Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02D2 - Massificação e aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP - Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal e da sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP - Brasil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4858	60.000	60.000	52.750	52.750	52.750
4912	300.000	300.000	60.894	51.131	51.131
4917	4.328.000	3.928.000	3.224.769	2.590.669	2.517.831
Total	4.688.000	4.288.000	3.338.413	2.694.551	2.621.712

OBJETIVO: 0606 - Aperfeiçoar a gestão de pessoas na administração pública federal, orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de políticas públicas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02D4 - Aperfeiçoamento do planejamento, da organização, do dimensionamento e da gestão da força de trabalho, considerando perspectivas de médio e longo prazos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20U1	101.200.000	80.349.230	33.154.841	20.266.614	20.266.614
4064	2.500.000	1.750.000	1.200.181	97.470	97.470
Total	103.700.000	82.099.230	34.355.022	20.364.084	20.364.084

- 02D6 - Implementação de política de desenvolvimento de pessoas na Administração Pública Federal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20U9	12.900.000	12.900.000	5.131.437	4.517.071	4.517.071
Total	12.900.000	12.900.000	5.131.437	4.517.071	4.517.071

- 02D7 - Criação e fortalecimento dos instrumentos de democratização das relações de trabalho

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20U3	3.240.000	3.240.000	1.559.464	377.824	377.824
Total	3.240.000	3.240.000	1.559.464	377.824	377.824

- 0483 - Promoção do desenvolvimento dos profissionais da área fazendária e promoção da cidadania fiscal.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VE	8.399.920	8.399.920	238.739	194.298	194.298
2250	19.863.350	19.863.350	11.091.218	8.302.575	8.297.154

Total	28.263.270	28.263.270	11.329.956	8.496.872	8.491.452
-------	------------	------------	------------	-----------	-----------

OBJETIVO: 0607 - Aperfeiçoar o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento e a integração das funções de planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controle de políticas públicas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02D9 - Aperfeiçoamento e disseminação de metodologias para o planejamento, o orçamento, o monitoramento e a avaliação das ações governamentais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20U0	3.900.000	3.900.000	2.353.694	2.134.776	2.134.776
8861	6.700.000	6.272.400	4.604.464	3.312.975	3.312.975
Total	10.600.000	10.172.400	6.958.158	5.447.752	5.447.752

- 02DA - Aperfeiçoamento de mecanismos para a gestão e compartilhamento de informações visando à produção de conhecimento e a melhoria do processo decisório

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20U2	275.947.847	276.778.703	243.761.777	191.464.479	191.455.599
Total	275.947.847	276.778.703	243.761.777	191.464.479	191.455.599

- 02DB - Aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento intensivo dos projetos estratégicos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8785	2.000.000	8.000.000	830.504	615.509	615.509
Total	2.000.000	8.000.000	830.504	615.509	615.509

OBJETIVO: 0609 - Ampliar o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, de forma a promover maior interação entre o Estado e a sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02DI - Fortalecimento dos espaços de participação social e criação de novos mecanismos para ampliar a transparência e a participação da sociedade civil na formulação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2E24	7.500.000	9.000.000	8.819.725	8.402.901	7.300.514
4901	1.000.000	1.000.000	999.418	874.658	874.658
Total	8.500.000	10.000.000	9.819.143	9.277.560	8.175.172

- 02DM - Aperfeiçoamento dos instrumentos de transparência na Administração pública Federal e de divulgação de informações oficiais para a Sociedade

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2804	40.000.000	40.000.000	33.923.449	27.691.356	27.689.383
Total	40.000.000	40.000.000	33.923.449	27.691.356	27.689.383



OBJETIVO: 0871 - Garantir base jurídica segura na formulação, implementação e defesa das políticas públicas, por meio da atuação jurídica consultiva e contenciosa, na representação do Estado Brasileiro em benefício da sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03KM - Fortalecimento da sustentabilidade jurídico constitucional de todas as políticas públicas nas etapas de formulação, implementação, monitoramento e avaliação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2674	246.104.200	295.105.040	276.225.122	259.774.341	248.364.048
Total	246.104.200	295.105.040	276.225.122	259.774.341	248.364.048

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	519.516	519.492	378.254
Despesas Correntes	450.369	448.345	346.573
Despesas de Capital	69.147	71.147	31.681
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	519.516	519.492	378.254

OBJETIVO: 0887 - Assegurar a solidez dos fundamentos da economia brasileira, por meio da formulação, execução e supervisão de medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, cambial e de crédito; de um Sistema Financeiro Nacional estável e eficiente, e da administração do endividamento público e dos haveres financeiros e mobiliários da União.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03MO - Promover a comunicação e o acesso a informações de interesse da sociedade em geral sobre os assuntos de política monetária, educação financeira e estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	1.020.560	1.020.560	994.997	994.997	994.997
Total	1.020.560	1.020.560	994.997	994.997	994.997

- 03MV - Definição, regulamentação, implementação e controle dos instrumentos de política monetária, cambial e de crédito, bem como desenvolvimento de programa de educação e inclusão financeira

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2098	16.069.673	16.069.673	6.802.084	6.802.084	6.802.084
20ZA	40.000.000	40.000.000	15.387.103	15.387.103	15.387.103
Total	56.069.673	56.069.673	22.189.186	22.189.186	22.189.186

- 03MX - Regulação, organização e fiscalização do Sistema Financeiro Nacional, com vistas a um sistema sólido e eficiente

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y9	8.615.777	8.591.777	4.387.954	4.387.954	4.387.954
Total	8.615.777	8.591.777	4.387.954	4.387.954	4.387.954

- 03N0 - Desenvolvimento e gestão dos sistemas de informação necessários à execução das atividades de supervisão bancária e fiscalização do Sistema Financeiro Nacional, do Sistema de Pagamentos Brasileiro, das Reservas Internacionais, do Sistema de Câmbio e Capitais Estrangeiros, do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) e do Sistema CCR (Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2089	100.010.586	100.010.586	71.278.993	71.278.993	71.278.993
Total	100.010.586	100.010.586	71.278.993	71.278.993	71.278.993



• 03N6 - Formulação de diretrizes e proposição de medidas de políticas macroeconômicas e microeconômicas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Z6	34.732.471	34.732.471	15.550.384	12.238.515	12.051.837
Total	34.732.471	34.732.471	15.550.384	12.238.515	12.051.837

• 03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0556	49.000.000	49.000.000	36.400.667	36.400.667	36.400.667
20Z7	230.676.128	230.676.128	224.723.232	214.024.375	214.016.786
20Z8	875.055	875.055	211.905	172.941	172.941
Total	280.551.183	280.551.183	261.335.803	250.597.983	250.590.393

OBJETIVO: 0894 - Desenvolver o mercado de valores mobiliários por meio de uma regulação clara e eficaz e de ações de supervisão e disseminação de informações, de modo a estimular a formação de poupança e ampliar, de forma sustentável e equilibrada, a sua aplicação em setores mais dinâmicos e inclusivos da economia brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 03OG - Disponibilizar canais de comunicação para orientação e atendimento aos investidores e demais participantes de mercado, desenvolver programa de educação financeira com foco no mercado de valores mobiliários e realizar estudos para o aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação da CVM junto ao mercado

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WU	30.525.520	30.525.520	17.493.032	12.952.166	12.893.508
Total	30.525.520	30.525.520	17.493.032	12.952.166	12.893.508

• 03OK - Regular o mercado de valores mobiliários, assegurando o acesso do público às informações sobre os valores mobiliários e seus emissores; supervisionar permanentemente as atividades e os serviços prestados no âmbito do mercado (inclusive por meio de modelo baseado em risco), bem como a veiculação de informações às pessoas que dele participam e aos valores nele negociados; e impor penalidades aos infratores das Leis 6.404/76 e 6.385/76, das normas da CVM ou de leis especiais relacionadas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210J	5.340.316	5.340.316	2.892.467	2.687.014	2.660.073
Total	5.340.316	5.340.316	2.892.467	2.687.014	2.660.073

OBJETIVO: 0895 - Desenvolver os mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, protegendo os direitos dos consumidores, por meio de regulamentação clara e eficaz, de ações de supervisão e de atendimento e orientação à sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 03OM - Fomentar os mercados de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta, por meio de regulamentação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VH	2.150.399	2.150.399	727.708	677.084	677.084
Total	2.150.399	2.150.399	727.708	677.084	677.084

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015: ano base 2013. vol. II
Tomo IV - Programas de Soberania, Território e Gestão

Ministério do
Planejamento

